Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios
<table>
<thead>
<tr>
<th>Presidente da República</th>
<th>Michel Temer</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão</td>
<td>Dyogo Henrique de Oliveira</td>
</tr>
<tr>
<td>Secretaria de Gestão de Pessoas</td>
<td>Augusto Akira Chiba</td>
</tr>
<tr>
<td>Departamento de Gestão dos Sistemas de Pessoal</td>
<td>Vivalde Cunha Resende</td>
</tr>
<tr>
<td>Coordenação-Geral de Suporte de TI</td>
<td>Rogério Mendes Meneguim</td>
</tr>
<tr>
<td>Coordenador-Geral Substituto</td>
<td>Márcio Sobral e Silva</td>
</tr>
</tbody>
</table>
APRESENTAÇÃO

Visando facilitar consultas relativas à remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios divulgamos, a seguir, as Tabelas de Remuneração e Subsídios atribuídas aos cargos e/ou carreiras.

A remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis do Poder Executivo é constituída de vencimento básico, gratificações, adicionais (art. 40 e 49 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990) e outras parcelas. Nesta Tabela de Remuneração não constam os adicionais uma vez que esta vantagem é inerente ao servidor.

A remuneração dos Policiais Militares, Corpo de Bombeiros Militar dos Ex-Territórios é constituída de soldo, gratificações e adicionais de posto ou graduação (art. 3º da Lei nº 10.486/2002) e a dos Policiais Civis dos Ex-Territórios Federais é constituída de subsídio (art. 1º da Lei nº 11.358/2006).

Para facilitar a compreensão apresentamos alguns conceitos:

Classe/Padrão: é a forma como estão estruturados os Cargos/Carreiras, onde a classe corresponde ao conjunto de padrões e a cada padrão corresponde um valor da estrutura remuneratória.

Vencimento Básico: a retribuição a que se refere o art. 40 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, devida pelo efetivo exercício do cargo, para os servidores civis por ela regidos (item I do art. 1º da Lei nº 8.852 de 04 de fevereiro de 1994).

Gratificações: são parcelas da estrutura remuneratória, podem ser de valor fixo ou variável, encontram-se detalhadas ao longo do caderno.

Vencimentos: compreendem a soma do vencimento básico com as vantagens permanentes relativas ao cargo, conforme disposto na Lei nº 8.852, de 04 de fevereiro de 1994.

Remuneração: a soma dos vencimentos com os adicionais de caráter individual e demais vantagens, nestas compreendidas as relativas à natureza ou ao local de trabalho e a prevista no art. 62 da Lei nº 8.112, de 1990 (item II do art. 1º da Lei nº 8.852 de 04 de fevereiro de 1994).

Subsídio: remuneração fixada em parcela única. (§ 4º, do artigo 39, da Constituição Federal)

Soldo: parcela básica mensal da remuneração e dos proventos, inerentes ao posto ou à graduação do militar e é irreductível (item I do art. 3º da Lei nº 10.486/2002.)

Posição: esta informação refere-se ao mês/ano em que a tabela entrou em vigor.

Esclarecemos que as informações contidas nesta Tabela de Remuneração tiveram como base a legislação em vigor. Os dados nas referidas tabelas serão corrigidos e o caderno reeditado sempre que houver qualquer alteração.

SUMÁRIO

I - SUBSÍDIO

01. Agência Brasileira de Inteligência - ABIN
   Oficial de Inteligência - NS ................................................................................................................................................................. 24
   Oficial Técnico de Inteligência - NS ........................................................................................................................................................... 26
   Agente de Inteligência - NI ........................................................................................................................................................................ 28
   Agente Técnico de Inteligência - NI ......................................................................................................................................................... 30

02. Agências Reguladoras - (ANA - ANAC - ANCINE - ANEEL - ANSS - ANP - ANATEL - ANTAQ - ANTT - ANVISA)

   ANA - Agência Nacional de Água
   Especialista em Geoprocessamento - ANA - NS ................................................................................................................................. 32
   Especialista em Recursos Hídricos - ANA - NS ................................................................................................................................. 32
   Analista Administrativo - ANA - NS ......................................................................................................................................................... 34
   Técnico Administrativo - ANA - NI ......................................................................................................................................................... 40

   ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil
   Especialista em Regulação de Aviação Civil - ANAC - NS ...................................................................................................................... 36
   Técnico em Regulação de Aviação Civil - ANAC - NI ............................................................................................................................. 38
   Analista Administrativo - ANAC - NS ......................................................................................................................................................... 34
   Técnico Administrativo - ANAC - NI ......................................................................................................................................................... 40

   ANCINE - Agência Nacional do Cinema
   Especialista em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual - ANCINE - NS ........................................................................... 36
   Técnico em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual - ANCINE - NI ................................................................................... 38
   Analista Administrativo - ANCINE - NS ................................................................................................................................................... 34
   Técnico Administrativo - ANCINE - NI .................................................................................................................................................... 40

   ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
   Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Energia - ANEEL - NS ............................................................................................... 36
   Analista Administrativo - ANEEL - NS ......................................................................................................................................................... 34
   Técnico Administrativo - ANEEL - NI ......................................................................................................................................................... 40
ANSS - Agência Nacional de Saúde Suplementar
Especialista em Regulação de Saúde Suplementar - ANSS - NS ................................................................................................................................. 36
Técnico em Regulação de Saúde Suplementar - ANSS - NI ................................................................................................................................. 38
Analista Administrativo - ANSS - NS ................................................................................................................................................................. 34
Técnico Administrativo - ANSS - NI ................................................................................................................................................................. 40

ANP- Agência Nacional do Petróleo
Especialista em Geologia e Geofísica do Petróleo, Álcool Combustível e Gás Natural - ANP - NS .................................................................................................................. 36
Especialista em Regulação de Petróleo e Derivados e Gás Natural - ANP - NS .................................................................................................................. 36
Técnico em Regulação de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural - ANP - NI .................................................................................................................. 38
Analista Administrativo - ANP - NS ................................................................................................................................................................. 34
Técnico Administrativo - ANP - NI ................................................................................................................................................................. 40

ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações
Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações - ANATEL - NS ................................................................................................. 36
Técnico em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações - ANATEL - NI ................................................................................................. 38
Analista Administrativo - ANATEL - NS ................................................................................................................................................................. 34
Técnico Administrativo - ANATEL - NI ................................................................................................................................................................. 40

ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários - ANTAQ - NS ........................................................................................................... 36
Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários - ANTAQ - NI ........................................................................................................... 38
Analista Administrativo - ANTAQ - NS ................................................................................................................................................................. 34
Técnico Administrativo - ANTAQ - NI ................................................................................................................................................................. 40

ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres
Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres - ANTT - NS ............................................................................................................. 36
Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres - ANTT - NI ............................................................................................................. 38
Analista Administrativo - ANTT - NS ................................................................................................................................................................. 34
Técnico Administrativo - ANTT - NI ................................................................................................................................................................. 40

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária - ANVISA - NS ......................................................................................................................... 36
Técnico em Regulação e Vigilância Sanitária - ANVISA - NI ......................................................................................................................... 38
Analista Administrativo - ANVISA - NS ................................................................................................................................................................. 34
Técnico Administrativo - ANVISA - NI ................................................................................................................................................................. 40
<table>
<thead>
<tr>
<th>03. Área Jurídica</th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Advogado da União - NS</td>
<td>42</td>
</tr>
<tr>
<td>Defensor Público Federal - NS</td>
<td>44</td>
</tr>
<tr>
<td>Procurador da Fazenda Nacional - NS</td>
<td>46</td>
</tr>
<tr>
<td>Procurador Federal - NS</td>
<td>48</td>
</tr>
<tr>
<td>Quadros Suplementares da Advocacia-Geral da União - NS</td>
<td>50</td>
</tr>
<tr>
<td>04. Banco Central do Brasil</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Analista do Banco Central do Brasil - NS</td>
<td>52</td>
</tr>
<tr>
<td>Procurador do Banco Central do Brasil - NS</td>
<td>54</td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico do Banco Central do Brasil - NI</td>
<td>56</td>
</tr>
<tr>
<td>05. Comissão de Valores Mobiliários - CVM</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Analista da CVM - NS</td>
<td>58</td>
</tr>
<tr>
<td>Inspetor da CVM - NS</td>
<td>58</td>
</tr>
<tr>
<td>Agente Executivo da CVM - NI</td>
<td>60</td>
</tr>
<tr>
<td>06. DIPLOMACIA</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Diplomata - NS</td>
<td>62</td>
</tr>
<tr>
<td>Oficial de Chancelaria - NS</td>
<td>64</td>
</tr>
<tr>
<td>Assistente de Chancelaria - NI</td>
<td>66</td>
</tr>
<tr>
<td>07. Grupo Gestão</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Analista de Comércio Exterior - NS</td>
<td>68</td>
</tr>
<tr>
<td>Auditor Federal de Finanças e Controle - NS</td>
<td>68</td>
</tr>
<tr>
<td>Analista de Planejamento e Orçamento - NS</td>
<td>68</td>
</tr>
<tr>
<td>Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - NS</td>
<td>68</td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico Federal de Finanças e Controle - NM</td>
<td>70</td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico de Planejamento e Orçamento</td>
<td>70</td>
</tr>
<tr>
<td>08. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA - NS</td>
<td>72</td>
</tr>
<tr>
<td>09. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Auditor Fiscal Federal Agropecuário - MAPA - NS</td>
<td>74</td>
</tr>
<tr>
<td>10. Polícia Federal</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Delegado de Polícia Federal - NS</td>
<td>76</td>
</tr>
<tr>
<td>Perito Criminal Federal - NS</td>
<td>76</td>
</tr>
</tbody>
</table>
II - CARREIRAS E CARGOS

13. Agência Brasileira de Inteligência - ABIN
Intrutor de Informações do Grupo Informações-ABIN - NS ................................................................. 86
Demais Cargos de Nível Superior do Grupo de Informações da ABIN - (exceto Cargo Intrutor de Informações) - NS ................................................................. 86
Monitor de Informações do Grupo Informações da ABIN - NI ................................................................. 88
Demais Cargos de Nível Intermediário do Grupo de Informações da ABIN - (exceto Cargo Monitor de Informações) - NI ................................................................. 88
Cargos de Nível Superior do Grupo Apoio da ABIN - NS ................................................................. 90
Cargos de Nível Intermediário do Grupo Apoio da ABIN - NI ................................................................. 92
Cargos de Nível Auxiliar do Grupo Apoio da ABIN - NA ................................................................. 94


Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)
Médico do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA - 20h - NS ................................................................. 96
Médico do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA - 40h - NS ................................................................. 96
Cargos de Nível Superior ,exceto o de Médico, do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA - NS ................................................................. 98
Cargos de Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA - NI ................................................................. 100
Cargos de Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA - NA ................................................................. 102

Plano Especial de Cargos das Agências Reguladoras (ANA - ANAC - ANCINE - ANEEL - ANP - ANSS - ANATEL - ANTAQ - ANTT)
Médico,exceto Médico ANVISA, do Plano Especial de Cargos das Agências Reguladoras de que trata o art 30 da Lei nº 11.357/2006 - 20h - NS.............. 104
Médico,exceto Médico ANVISA, do Plano Especial de Cargos das Agências Reguladoras de que trata o art 30 da Lei nº 11.357/2006 - 40h - NS.............. 104
Cargos de Nível Superior, exceto Médico Agências Reguladoras,do Plano Especial de Cargos das Agências Reguladoras art 30 da Lei nº 11.357/2006 - NS ................................................................. 106
Cargos de Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos das Agências Reguladoras art 30 da Lei nº 11.357/2006 - NI ................................................................. 108
Cargos de Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos das Agências Reguladoras art 30 da Lei nº 11.357/2006 - NA ................................................................. 110
15. Auditoria Federal
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - NS ................................................................. 112
Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil - NS ......................................................... 114
Auditor-Fiscal do Trabalho - NS ......................................................................................... 116

16. Cargos Específicos
Arquiteto - integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos referidos no Anexo XII da Lei 12.277/2010- NS ................................................................. 118
Economista - integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos referidos no Anexo XII da Lei 12.277/2010 - NS ................................................................. 118
Engenheiro - integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos referidos no Anexo XII da Lei 12.277/2010 - NS ................................................................. 118
Estatístico - integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos referidos no Anexo XII da Lei 12.277/2010 - NS ................................................................. 118
Geólogo - integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos referidos no Anexo XII da Lei 12.277/2010 - NS ................................................................. 118

17. Ciência e Tecnologia
Pesquisador da Carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia - NS ................................ 120
Analista em Ciência e Tecnologia - NS ........................................................................ 122
Tecnólogo da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico - NS ..................................... 122
Assistente em Ciência e Tecnologia - NI ..................................................................... 124
Técnico da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico - NI ....................................... 124
Auxiliar em Ciência e Tecnologia - NA ..................................................................... 126
Auxiliar Técnico da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico - NA ..................... 126

18. Comissão de Valores Mobiliários - CVM
Cargos de Nível Superior integrantes do Quadro Suplementar CVM a que se refere § 5º do art. 87 da Lei nº 11.890/2008 - NS ........................................ 128
Auxiliar de Serviços Gerais da CVM - NI .................................................................. 130

19. Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - DENASUS
Cargos de Nível Superior de provimento efetivo regidos pela Lei nº 8.112/1990, em efetivo exercício no DENASUS do Ministério da Saúde-MS - NS ..... 132
Cargos de Nível Intermediário de provimento efetivo regidos pela Lei nº 8.112/1990, em efetivo exercício no DENASUS do Ministério da Saúde-MS- NI . 134
Cargos de Nível Auxiliar de provimento efetivo regidos pela Lei nº 8.112/1990, em efetivo exercício no DENASUS do Ministério da Saúde MS - NA ...... 136

20. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT
Analista Administrativo - DNIT - NS ........................................................................ 138
Analista de Infraestrutura de Transportes - DNIT - NS .................................................. 140
Técnico Administrativo - DNIT - NI ........................................................................ 142
Técnico de Suporte em Infraestrutura de Transportes - DNIT - NI ............................. 144
Médico do Plano Especial de Cargos do DNIT, de que trata o art. 3º da Lei nº 11.171/2005 - 20 h - NS ................................................................. 146
Médico do Plano Especial de Cargos do DNIT, de que trata o art. 3º da Lei nº 11.171/2005 - 40 h - NS ................................................................. 146
Cargos de Nível Superior do Plano Especial de Cargos do DNIT não referidos no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005 (art. 3º-B da Lei nº 11.171/2005) - NS 148
Cargos de Nível Superior do Plano Especial de Cargos do DNIT não referidos no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005 (art. 3º-B da Lei nº 11.171/2005) - NI ... 150
Cargos de Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos do DNIT (art. 3º-C da Lei nº 11.171/2005) - NA ......................................................... 152
<table>
<thead>
<tr>
<th>Cargo</th>
<th>Remuneração</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Cargo: Isolado de Professor Titular-Livre do Magistério Superior</td>
<td>178</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo: Professor do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596/1987 - Dedicação Exclusiva</td>
<td>178</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo: Professor do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596/1987 - 40 horas</td>
<td>178</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo: Professor do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596/1987 - 20 horas</td>
<td>178</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Cargo Isolado de Professor Titular-Livre do Magistério Superior</th>
<th>Remuneração</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Cargo: Isolado de Professor Titular-Livre do Magistério Superior</td>
<td>178</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo: Isolado de Professor Titular-Livre do Magistério Superior - Dedicação Exclusiva</td>
<td>178</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo: Isolado de Professor Titular-Livre do Magistério Superior - 40 horas</td>
<td>178</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo: Isolado de Professor Titular-Livre do Magistério Superior - 20 horas</td>
<td>178</td>
</tr>
</tbody>
</table>
### Magistério Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
- **Cargo:** Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 11.784/2008 - Dedicação Exclusiva .................................................. 182
- **Cargo:** Professor do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata § 7º do art. 31 da Lei nº 12.772/2012 - Dedicação Exclusiva ............................................................... 182
- **Cargo:** Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 11.784/2008 - 40 horas ................................................................. 184
- **Cargo:** Professor do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata § 7º do art. 31 da Lei nº 12.772/2012 - 40 horas .................................................. 184
- **Cargo:** Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 11.784/2008 - 20 horas ................................................................. 186
- **Cargo:** Professor do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata §7º do art. 31 da Lei nº 12.772/2012 - 20 horas .................................................. 186

### Cargo Isolado de Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
- **Cargo:** Isolado de Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - Dedicação Exclusiva ................................................................. 188
- **Cargo:** Isolado de Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - 40 horas .................................................................................... 190
- **Cargo:** Isolado de Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - 20 horas .................................................................................... 192

### Magistério Ensino Básico Federal
- **Cargo:** Professor do Ensino Básico Federal - Dedicação Exclusiva ......................................................................................................................... 194
- **Cargo:** Professor do Ensino Básico Federal - 40 horas................................................................................................................................. 196
- **Cargo:** Professor do Ensino Básico Federal - 20 horas................................................................................................................................. 198

### Magistério Ensino Básico Federal dos Ex-Territórios
- **Cargo:** Professor do Ensino Básico dos Ex-Territórios - Dedicação Exclusiva ................................................................................................. 200
- **Cargo:** Professor do Ensino Básico dos Ex-Territórios - 40 Horas ......................................................................................................................... 202
- **Cargo:** Professor do Ensino Básico dos Ex-Territórios - 20 Horas ......................................................................................................................... 204

### 23. Endemias
- **Cargo:** Educador em Saúde - Endemias - art. 284 Lei nº 11.907/2009 - NS .................................................................................................................. 206
- **Cargo:** Agente de Saúde - Endemias - art. 284 Lei nº 11.907/2009 - NI .................................................................................................................. 208
- **Cargo:** Auxiliar de Saneamento - Endemias - art. 284 Lei nº 11.907/2009 - NI ........................................................................................................... 208
- **Cargo:** Auxiliar de Transporte Marítimo e Fluvial - Endemias - art. 284-A da Lei nº 12.269/2010 - NI .................................................................................. 208
- **Cargo:** Cartógrafo - Endemias - art. 284-A da Lei nº 12.269/2010 - NI .................................................................................................................. 208
- **Cargo:** Comandante de Navio - Endemias - art. 284-A da Lei nº 12.269/2010 - NI ........................................................................................................... 208
- **Cargo:** Condutor de Lancha - Endemias - art. 284-A da Lei nº 12.269/2010 - NI ........................................................................................................... 208
- **Cargo:** Divulgar Sanitário - Endemias - art. 284 Lei nº 11.907/2009 - NI .................................................................................................................. 208
- **Cargo:** Guarda de Endemias - Endemias - art. 54 da Lei nº 11.784/2008 - NI ........................................................................................................... 208
- **Cargo:** Inspetor de Saneamento - Endemias - art. 284 Lei nº 11.907/2009 - NI ........................................................................................................... 208
- **Cargo:** Laboratorista - Endemias - art. 284 Lei nº 11.907/2009 - NI .................................................................................................................. 208
- **Cargo:** Laboratorista Jornada 8 (oito) horas - Endemias - art. 284 Lei nº 11.907/2009 - NI ................................................................................................. 208
- **Cargo:** Mestre de Lancha - Endemias - art. 284-A da Lei nº 12.269/2010 - NI ........................................................................................................... 208
- **Cargo:** Microscopista - Endemias - art. 284 Lei nº 11.907/2009 - NI .................................................................................................................. 208
- **Cargo:** Técnico de Laboratório - Endemias - art. 284 Lei nº 11.907/2009 - NI ........................................................................................................... 208
- **Cargo:** Visitador Sanitário - - Endemias - art. 284 Lei nº 11.907/2009 - NI ........................................................................................................... 208
<table>
<thead>
<tr>
<th>Cargo</th>
<th>Remuneração</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Cargo isolado Especialista em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública - FIOCRUZ - NS</td>
<td>240</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Veterinário do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública - FIOCRUZ - 40 h - NS</td>
<td>238</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Veterinário do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública - FIOCRUZ - 20 h - NS</td>
<td>238</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública - FIOCRUZ - 40 h - NS</td>
<td>238</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública - FIOCRUZ - 20 h - NS</td>
<td>238</td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico de Gestão em Saúde - FIOCRUZ - NS</td>
<td>234</td>
</tr>
<tr>
<td>Tecnologista em Saúde Pública - FIOCRUZ - NS</td>
<td>234</td>
</tr>
<tr>
<td>Assistente Técnico de Gestão em Saúde - FIOCRUZ - NI</td>
<td>236</td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico em Saúde Pública - FIOCRUZ - NI</td>
<td>236</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo isolado Especialista em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública - FIOCRUZ - 40 h - NS</td>
<td>238</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo isolado Especialista em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública - FIOCRUZ - NS</td>
<td>240</td>
</tr>
</tbody>
</table>

24. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE

<table>
<thead>
<tr>
<th>Cargo</th>
<th>Remuneração</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Esspecialista em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais - FNDE - NS</td>
<td>214</td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais - FNDE - NS</td>
<td>216</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos Nível Superior do Plano Especial de Cargos do FNDE - NS</td>
<td>218</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos do FNDE - NI</td>
<td>220</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos do FNDE - NA</td>
<td>222</td>
</tr>
</tbody>
</table>

25. Fundação Nacional do Índio - FUNAI

<table>
<thead>
<tr>
<th>Cargo</th>
<th>Remuneração</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Médico do Quadro de Pessoal da FUNAI de que trata a Lei nº 11.907/2009 - 20 h - NS</td>
<td>224</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Quadro de Pessoal da FUNAI de que trata a Lei nº 11.907/2009 - 40 h - NS</td>
<td>224</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Veterinário do Quadro de Pessoal da FUNAI de que trata a Lei nº 11.907/2009 - 20 h - NS</td>
<td>224</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Veterinário do Quadro de Pessoal da FUNAI de que trata a Lei nº 11.907/2009 - 40 h - NS</td>
<td>224</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos Nível Superior do Quadro de Pessoal da FUNAI - NS</td>
<td>226</td>
</tr>
<tr>
<td>Indigenista Especializado da FUNAI ( item V do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006 ) - NS</td>
<td>226</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos Nível Intermediário do Quadro de Pessoal da FUNDÁ - NI</td>
<td>228</td>
</tr>
<tr>
<td>Agente em Indigenismo da FUNAI ( item VI do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006 ) - NI</td>
<td>228</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos Nível Auxiliar do Quadro de Pessoal da FUNAI - NA</td>
<td>230</td>
</tr>
<tr>
<td>Auxiliar em Indigenismo da FUNAI ( item VII do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006 ) - NA</td>
<td>230</td>
</tr>
</tbody>
</table>

26. Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ

<table>
<thead>
<tr>
<th>Cargo</th>
<th>Remuneração</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Pesquisador em Saúde Pública - FIOCRUZ - NS</td>
<td>232</td>
</tr>
<tr>
<td>Analista de Gestão em Saúde - FIOCRUZ - NS</td>
<td>234</td>
</tr>
<tr>
<td>Tecnologista em Saúde Pública - FIOCRUZ - NS</td>
<td>234</td>
</tr>
<tr>
<td>Assistente Técnico de Gestão em Saúde - FIOCRUZ - NI</td>
<td>236</td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico em Saúde Pública - FIOCRUZ - NI</td>
<td>236</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública - FIOCRUZ - 20 h - NS</td>
<td>238</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública - FIOCRUZ - 40 h - NS</td>
<td>238</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Veterinário do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública - FIOCRUZ - 20 h - NS</td>
<td>238</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Veterinário do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública - FIOCRUZ - 40 h - NS</td>
<td>238</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo isolado Especialista em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública - FIOCRUZ - NS</td>
<td>240</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos: Nível Superior referidos no art. 28 da Lei nº 11.355/2006 - FIOCRUZ</td>
<td>NS</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos Nível Intermediário referidos no art. 28 da Lei nº 11.355/2006 - FIOCRUZ</td>
<td>NI</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### 27. Grupo-Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo - DACTA

- **Nível Superior - DACTA**: 246
- **Nível Intermediário - DACTA**: 248

### 28. Grupo P-1500

- **Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500 - NS**: 250

### 29. Hospital da Forças Armadas - HFA

- **Especialista em Atividades Hospitalares da Área de Saúde do HFA - NS**: 252
- **Técnico em Atividades Médico-Hospitalares da Área de Saúde do HFA - NI**: 254
- **Médico da Área Médica do HFA - 20 h - NS**: 256
- **Médico da Área Médica do HFA - 40 h - NS**: 256
- **Cargos de Nível Superior da Área Administrativa do Quadro de Pessoal do HFA - NS**: 258
- **Cargos de Nível Intermediário da Área Administrativa do Quadro de Pessoal do HFA - NI**: 260
- **Cargos de Nível Auxiliar da Área Administrativa do Quadro de Pessoal do HFA**: 262

### 30. IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente,

- **Analista Administrativo do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente - NS**: 264
- **Analista Ambiental do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente - NS**: 264
- **Gestor Administrativo do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente - NS**: 264
- **Gestor Ambiental do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente - NS**: 264
- **Técnico Administrativo do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente - NI**: 266
- **Técnico Ambiental do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente - NI**: 266
- **Auxiliar Administrativo do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente - NA**: 268
- **Médico do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA - PECMAde que trata a Lei nº 11.357/2006- 20 h - NS**: 270
- **Médico do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA - PECMA de que trata a Lei nº 11.357/2006- 40 h - NS**: 270
- **Médico Veterinário do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA - PECMA de que trata a Lei nº 11.357/2006- 20 h - NS**: 270
- **Médico Veterinário do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA - PECMA de que trata a Lei nº 11.357/2006- 40 h - NS**: 270
- **Cargos Nível Superior do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA - PECMA - NS**: 272
- **Cargos Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA - PECMA - NI**: 274
- **Cargos Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA - PECMA - NA**: 276
- **Cargos: Nível Superior Quadros de Pessoal do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA e do Instituto Chico Mendes, art. 9º da Lei nº 11.156/2005 - NS**: 278
- **Cargos: Nível Intermediário Quadros de Pessoal do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA e do Instituto Chico Mendes, art. 9º da Lei nº 11.156/2005 - NI**: 280
- **Cargos: Nível Auxiliar Quadros de Pessoal do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA e do Instituto Chico Mendes, art. 9º da Lei nº 11.156/2005 - NA**: 282

### 31. Imprensa Nacional

- **Médico do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional, de que trata a Lei nº 11.907, de 2009 - 20 h - NS**: 284
- **Médico do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional, de que trata a Lei nº 11.907, de 2009 - 40 h - NS**: 284
Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

32. Infraestrutura
Analisista de Infraestrutura - NS ................................................................. 292
Cargo Isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior - NS ...................... 294

33. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Pesquisador em Informações Geográficas e Estatísticas - IBGE - NS .......................................................................................................................... 296
Analisista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Informações Geográficas e Estatísticas - IBGE - NS ................................................................. 298
Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas - IBGE - NS .......................................................................................................................... 298
Técnico em Informações Geográficas e Estatísticas - IBGE - NI ................. 300
Técnico em Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Informações Geográficas e Estatísticas - IBGE - NI ................................................................. 300
Médico do Plano de Carreiras do IBGE de que trata a Lei nº 11.355, de 2006 - 20 h - NS ................................................................. 302
Médico do Plano de Carreiras do IBGE de que trata a Lei nº 11.355, de 2006 - 40 h - NS ................................................................. 302
Cargos de Nível Superior referidos no art. 84 da Lei nº 11.355/2006 - IBGE - NS .......................................................................................................................... 304
Cargos de Nível Intermediário referidos no art. 84 da Lei nº 11.355/2006 - IBGE - NI .......................................................................................................................... 306

34. Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR
Cargos de Nível Superior da EMBRATUR - NS ........................................ 308
Cargos de Nível Intermediário da EMBRATUR - NI ................................. 310
Cargos de Nível Auxiliar da EMBRATUR - NA ........................................ 312

35. Instituto Evandro Chagas - IEC e Centro Nacional de Primatas - CENP
Pesquisador em Saúde Pública - NS ............................................................. 314
Analisista de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica - NS .......... 316
Tecnologista em Pesquisa e Investigação Biomédica - NS ...................... 316
Cargos isolados de provimento efetivo de Especialista em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública - NS ......................................................... 318
Assistente Técnico de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica - NI .......................................................................................................................... 320
Técnico em Pesquisa e Investigação Biomédica - NI .............................. 322
Auxiliar em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública - NA ................................................................. 324
Médico do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública - Lei n° 11.907/2009 - 20 h - NS ................................................................. 326
Médico do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública - Lei n° 11.907/2009 - 40 h - NS ................................................................. 326
Médico Veterinário do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública - Lei n° 11.907/2009 - 20 h - NS ................................................................. 326
Médico Veterinário do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública - Lei n° 11.907/2009 - 40 h - NS ................................................................. 326
Cargos de Nível Superior (item IV - art.168- Lei n° 11.907/09) do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública - NS .......................................................................................................................... 328
Cargos de Nível Intermediário (item IV - art.168- Lei n° 11.907/09) do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública - NI .......................................................................................................................... 330
Cargos de Nível Auxiliar (item IV - art.168- Lei n° 11.907/09) do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública- NA .......................................................................................................................... 332
<table>
<thead>
<tr>
<th>Código</th>
<th>Título</th>
<th>Valor</th>
<th>Fonte</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>35</td>
<td><strong>Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>36</td>
<td><strong>Instituto Nacional da Propriedade Industrial</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>37</td>
<td><strong>Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>38</td>
<td><strong>Instituto Nacional de Colonização e Reforma</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>39</td>
<td><strong>Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
Cargos de Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos do INEP - PECINEP - NI ................................................................. 364
Cargos de Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos do INEP - PECINEP - NA ................................................................. 366

40. Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO
Analista Executivo em Metrologia e Qualidade - INMETRO - NS ............................................................................................... 368
Pesquisador-Tecnologista em Metrologia e Qualidade - INMETRO - NS ............................................................................................... 368
Cargo Isolado de Provimento efetivo de Especialista em Metrologia e Qualidade Sênior - INMETRO - NS ......................................................... 370
Assistente Executivo em Metrologia e Qualidade - INMETRO - NI ........................................................................................................ 372
Técnico em Metrologia e Qualidade - INMETRO - NI .................................................................................................................... 372
Auxiliar Executivo em Metrologia e Qualidade - INMETRO - NA ........................................................................................................... 374

41. Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Perito Médico Previdenciário - INSS - 20 h - NS ............................................................................................................................ 374
Perito Médico Previdenciário - INSS - 40 h - NS ............................................................................................................................ 374
Perito Médico Previdenciário - INSS - 20 h - NS ............................................................................................................................ 376
Supervisor Médico-Pericial - INSS - 30 h - NS ............................................................................................................................ 378
Supervisor Médico-Pericial - INSS - 40 h - NS ............................................................................................................................ 380
Supervisor Médico-Pericial - INSS - 30 h - NS ............................................................................................................................ 382

42. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
Agente de Atividades Agropecuárias do PCTAF - MAPA - NI .................................................................................................................. 384
Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal do PCTAF - MAPA - NI ................................................................. 384
Técnico de Laboratório do PCTAF - MAPA - NI ............................................................................................................................... 384
Auxiliar de Laboratório do PCTAF - MAPA - NA ............................................................................................................................... 386
Auxiliar Operacional em Agropecuária do PCTAF - MAPA - NA ........................................................................................................... 388
Agente de Atividades Agropecuárias do PCTAF lotado e em efetivo exercício na CEPLAC/MAPA - NI ......................................................... 390
Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal do PCTAF lotado e em efetivo exercício na CEPLAC/MAPA - NI ................................................................. 390
Técnico de Laboratório do PCTAF lotado e em efetivo exercício na CEPLAC/MAPA - NI ............................................................................................... 390
Auxiliar de Laboratório do PCTAF lotado e em efetivo exercício na CEPLAC/MAPA - NA ............................................................................................... 392
Auxiliar Operacional em Agropecuária do PCTAF lotado e em efetivo exercício na CEPLAC/MAPA - NA ................................................................. 394
Agente de Atividades Agropecuárias do MAPA não enquadrado no PCTAF - NI ............................................................................................... 396
Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal do MAPA não enquadrado no PCTAF - NI ................................................................. 396
Técnico de Laboratório do MAPA não enquadrado no PCTAF - NI ............................................................................................... 398
Auxiliar de Laboratório do MAPA não enquadrado no PCTAF - NA ............................................................................................... 400

43. Plano de Classificação de Cargos - (PCC)
Médico de que trata a Lei n° 5.645/70 - PCC - 20 h - NS ............................................................................................................................ 402
Médico de que trata a Lei n° 5.645/70 - PCC - 40 h - NS ............................................................................................................................ 402
Médico do Trabalho de que trata a Lei n° 5.645/70 - PCC - 20 h - NS ............................................................................................... 402
Médico do Trabalho de que trata a Lei n° 5.645/70 - PCC - 40 h - NS ............................................................................................... 402

Elaborado:CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

16
<table>
<thead>
<tr>
<th>Cargo</th>
<th>Nível</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Médico Veterinário de que trata a Lei nº 5.645/70 - PCC - 20 h - NS</td>
<td>402</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Veterinário de que trata a Lei nº 5.645/70 - PCC - 40 h - NS</td>
<td>402</td>
</tr>
<tr>
<td>Engenheiro Agrônomo do PCC (Exceto do INCRA e Cargos Específicos Lei nº 12.277/2010) - NS</td>
<td>404</td>
</tr>
<tr>
<td>Farmacêutico do PCC - Nível Superior - NS</td>
<td>404</td>
</tr>
<tr>
<td>Químico do PCC - Nível Superior - NS</td>
<td>404</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Superior do PCC - NS</td>
<td>406</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Intermediário do PCC - NI</td>
<td>408</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Auxiliar do PCC - NA</td>
<td>410</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Cargo</th>
<th>Nível</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Médico do Plano Especial de Cargos da Cultura - art. 1º da Lei nº 11.233/2005 - NA</td>
<td>410</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Plano Especial de Cargos da Cultura - art. 1º da Lei nº 11.233/2005 - NI</td>
<td>416</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Plano Especial de Cargos da Cultura - art. 1º da Lei nº 11.233/2005 - NS</td>
<td>418</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Cargo</th>
<th>Nível</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Médico do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal</td>
<td>420</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal</td>
<td>420</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal</td>
<td>420</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal</td>
<td>420</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Superior do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal</td>
<td>422</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal</td>
<td>424</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal</td>
<td>426</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Cargo</th>
<th>Nível</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Médico do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal</td>
<td>428</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal</td>
<td>428</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Superior do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - NS</td>
<td>430</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - NI</td>
<td>432</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - NA</td>
<td>434</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Cargo</th>
<th>Nível</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Médico do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda - PECFAZ</td>
<td>436</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda - PECFAZ</td>
<td>436</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda - PECFAZ</td>
<td>436</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda - PECFAZ</td>
<td>436</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo: Nível Superior do PECFAZ - NS</td>
<td>438</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo: Nível Intermediário do PECFAZ - NI</td>
<td>442</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo: Nível Auxiliar do PECFAZ - NA</td>
<td>442</td>
</tr>
</tbody>
</table>
### 48. Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

<table>
<thead>
<tr>
<th>Cargo</th>
<th>Remuneração</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Médico do Plano Especial de Cargos da SUFRAMA de que trata a Lei nº 11.356/2006 - 20 h - NS</td>
<td>444</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Plano Especial de Cargos da SUFRAMA de que trata a Lei nº 11.356/2006 - 40 h - NS</td>
<td>444</td>
</tr>
<tr>
<td>Analista Técnico Administrativo do Plano Especial de Cargos da SUFRAMA</td>
<td>446</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Superior do Plano Especial de Cargos da SUFRAMA</td>
<td>446</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos da SUFRAMA - NI</td>
<td>448</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos da SUFRAMA - NA</td>
<td>450</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### 49. Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE

#### Cargos do PGPE

<table>
<thead>
<tr>
<th>Cargo</th>
<th>Remuneração</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Médico do PGPE de que trata a Lei nº 11.357/2006 - 20 h - NS</td>
<td>452</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do PGPE de que trata a Lei nº 11.357/2006 - 40 h - NS</td>
<td>452</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico de Saúde Pública do PGPE de que trata a Lei nº 11.357/2006 - 20 h - NS</td>
<td>452</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico de Saúde Pública do PGPE de que trata a Lei nº 11.357/2006 - 40 h - NS</td>
<td>452</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Trabalho do PGPE de que trata a Lei nº 11.357/2006 - 20 h - NS</td>
<td>452</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Trabalho do PGPE de que trata a Lei nº 11.357/2006 - 40 h - NS</td>
<td>452</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Marítimo do PGPE de que trata a Lei nº 11.357/2006 - 20 h - NS</td>
<td>452</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Marítimo do PGPE de que trata a Lei nº 11.357/2006 - 40 h - NS</td>
<td>452</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Veterinário do PGPE de que trata a Lei nº 11.357/2006 - 20 h - NS</td>
<td>452</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Veterinário do PGPE de que trata a Lei nº 11.357/2006 - 40 h - NS</td>
<td>452</td>
</tr>
<tr>
<td>Engenheiro Agrônomo do PGPE (Exceto do INCRA e Cargos Específicos Lei nº 12.277/2010) - NS</td>
<td>454</td>
</tr>
<tr>
<td>Farmacêutico do PGPE - NS</td>
<td>454</td>
</tr>
<tr>
<td>Químico do PGPE - NS</td>
<td>454</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Superior do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) - NS</td>
<td>456</td>
</tr>
<tr>
<td>Analista Técnico Administrativo do PGPE (item II do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) - NS</td>
<td>456</td>
</tr>
<tr>
<td>Analista em Tecnologia da Informação do PGPE (item IV do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) - NS</td>
<td>456</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Intermediário do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) - NI</td>
<td>458</td>
</tr>
<tr>
<td>Assistente Técnico-Administrativo do PGPE (item III do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) - NI</td>
<td>458</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Auxiliar do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) - NA</td>
<td>460</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### Cargos do PGPE - Servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício na CEPLAC/MAPA

<table>
<thead>
<tr>
<th>Cargo</th>
<th>Remuneração</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Engenheiro Agrônomo do PGPE - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício na CEPLAC/MAPA (Exceto do INCRA e Cargos Específicos Lei nº 12.277/2010) - NS</td>
<td>462</td>
</tr>
<tr>
<td>Farmacêutico do PGPE - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício na CEPLAC/MAPA - NS</td>
<td>462</td>
</tr>
<tr>
<td>Químico do PGPE - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício na CEPLAC - NS</td>
<td>462</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Superior do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotados/exercício na CEPLAC/MAPA - NS</td>
<td>464</td>
</tr>
<tr>
<td>Analista Técnico-Administrativo do PGPE (item II do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício na CEPLAC/MAPA - NS</td>
<td>464</td>
</tr>
<tr>
<td>Analista em Tecnologia da Informação do PGPE (item IV do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício na CEPLAC/MAPA - NS</td>
<td>464</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Intermediário do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício na CEPLAC/MAPA - NI</td>
<td>466</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos do PGPE</td>
<td>servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício no INMET/MPA</td>
</tr>
<tr>
<td>----------------</td>
<td>------------------------------------------------------------------</td>
</tr>
<tr>
<td>Engenheiro Agrônomo do PGPE - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício no INMET/MPA (Exceto do INCRA e Cargos Específicos Lei nº 12.277/2010) - NS</td>
<td>470</td>
</tr>
<tr>
<td>Farmacêutico do PGPE - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício no INMET/MPA - NS</td>
<td>470</td>
</tr>
<tr>
<td>Químico do PGPE - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício no INMET/MPA - NS</td>
<td>470</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Superior do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotados/exercício no INMET/MPA - NS</td>
<td>472</td>
</tr>
<tr>
<td>Analista Técnico-Administrativo do PGPE (item II do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício no INMET/MPA - NS</td>
<td>472</td>
</tr>
<tr>
<td>Analista em Tecnologia da Informação do PGPE (item IV do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício no INMET/MPA - NS</td>
<td>472</td>
</tr>
<tr>
<td>Carrhos de Nível Intermediário do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício no INMET/MPA - NI</td>
<td>474</td>
</tr>
<tr>
<td>Assistente Técnico-Administrativo do PGPE (item III do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício no INMET/MPA - NI</td>
<td>474</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Auxiliar do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício no INMET/MPA - NA</td>
<td>476</td>
</tr>
<tr>
<td>50. Políticas Sociais</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Analista Técnico de Políticas Sociais - NS</td>
<td>486</td>
</tr>
<tr>
<td>51. Previdenciária</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Quadro de Pessoal do INSS referenciados no art. 1º da Lei nº 10.355/2001 - 20 h - NS</td>
<td>488</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Quadro de Pessoal do INSS referenciados no art. 1º da Lei nº 10.355/2001 - 40 h - NS</td>
<td>488</td>
</tr>
<tr>
<td>Analista Previdenciário - NS</td>
<td>490</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Superior do Quadro de Pessoal do INSS referenciados no art. 1º da Lei nº 10.355/2001 - NS</td>
<td>490</td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico Previdenciário - NI</td>
<td>492</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Intermediário do Quadro de Pessoal do INSS referenciados no art. 1º da Lei nº 10.355/2001 - NI</td>
<td>492</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Auxiliar do Quadro de Pessoal do INSS referenciados no art. 1º da Lei nº 10.355/2001 - NA</td>
<td>494</td>
</tr>
<tr>
<td>52. Previdência, Saúde e Trabalho</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Médico da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 11.355/2006 - 20 h - NS</td>
<td>496</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 11.355/2006 - 40 h - NS</td>
<td>496</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico de Saúde Pública da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 11.355/2006 - 20 h - NS</td>
<td>496</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo</td>
<td>Nível</td>
</tr>
<tr>
<td>----------------------------------------------------------------------</td>
<td>-----------</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico de Saúde Pública da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 11.355/2006- 40 h - NS</td>
<td>NS</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Cirurgião da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 11.355, de 2006 - 20 h - NS</td>
<td>NS</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Trabalho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 11.355, de 2006- 40 h - NS</td>
<td>NS</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Veterinário da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 11.355, de 2006 - 20 h - NS</td>
<td>NS</td>
</tr>
<tr>
<td>Sanitarista - Grupo-Saúde Pública da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - NS</td>
<td>NS</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos Nível Superior da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - NS</td>
<td>NS</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos Nível Intermediário da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - NI</td>
<td>NS</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos Nível Auxiliar da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - NA</td>
<td>NS</td>
</tr>
</tbody>
</table>

53. Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União - AGU

<table>
<thead>
<tr>
<th>Cargo</th>
<th>Nível</th>
<th>Horas Semanais</th>
<th>Valor</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Médico do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União de que trata a Lei nº 10.480, de 2002 - 20 h - NS</td>
<td>NS</td>
<td>20</td>
<td>500</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União de que trata a Lei nº 10.480, de 2002 - 40 h - NS</td>
<td>NS</td>
<td>40</td>
<td>500</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos Nível Superior do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União - NS</td>
<td>NS</td>
<td></td>
<td>500</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos Nível Intermediário do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União - NI</td>
<td>NS</td>
<td></td>
<td>500</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos Nível Auxiliar do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União - NA</td>
<td>NS</td>
<td></td>
<td>500</td>
</tr>
</tbody>
</table>

54. Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça

<table>
<thead>
<tr>
<th>Cargo</th>
<th>Nível</th>
<th>Horas Semanais</th>
<th>Valor</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Especialista Federal em Assistência à Execução Penal - NS</td>
<td>NS</td>
<td></td>
<td>500</td>
</tr>
<tr>
<td>Agente Federal de Execução Penal - NI</td>
<td>NS</td>
<td></td>
<td>500</td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico Federal de Apoio à Execução Penal - NI</td>
<td>NS</td>
<td></td>
<td>500</td>
</tr>
</tbody>
</table>

55. Seguridade Social e do Trabalho

<table>
<thead>
<tr>
<th>Cargo</th>
<th>Nível</th>
<th>Horas Semanais</th>
<th>Valor</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Médico da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.483, de 2002 - 20 h - NS</td>
<td>NS</td>
<td>20</td>
<td>500</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.483, de 2002 - 40 h - NS</td>
<td>NS</td>
<td>40</td>
<td>500</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico de Saúde Pública Carreira da Seguridade Social e do Trabalho de que trata a Lei nº 10.483, de 2002 - 20 h - NS</td>
<td>NS</td>
<td>20</td>
<td>500</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico de Saúde Pública Carreira da Seguridade Social e do Trabalho de que trata a Lei nº 10.483, de 2002 - 40 h - NS</td>
<td>NS</td>
<td>40</td>
<td>500</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Trabalho Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.483, de 2002 - 20 h - NS</td>
<td>NS</td>
<td>20</td>
<td>500</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Trabalho Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.483, de 2002 - 40 h - NS</td>
<td>NS</td>
<td>40</td>
<td>500</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Veterinário Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.483, de 2002 - 20 h - NS</td>
<td>NS</td>
<td>20</td>
<td>500</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Veterinário Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.483, de 2002 - 40 h - NS</td>
<td>NS</td>
<td>40</td>
<td>500</td>
</tr>
<tr>
<td>Sanitarista (Grupo-Saúde Pública) da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, referenciado no art. 1º da Lei nº 10.483, de 2002 - NS</td>
<td>NS</td>
<td></td>
<td>500</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Superior da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, referenciado no art. 1º da Lei nº 10.483, de 2002 - NS</td>
<td>NS</td>
<td></td>
<td>500</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Intermediário da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, referenciado no art. 1º da Lei nº 10.483, de 2002 - NI</td>
<td>NS</td>
<td></td>
<td>500</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Auxiliar da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, referenciado no art. 1º da Lei nº 10.483, de 2002 - NA</td>
<td>NS</td>
<td></td>
<td>500</td>
</tr>
</tbody>
</table>
### 56. Seguro Social

<table>
<thead>
<tr>
<th>Cargo</th>
<th>Remuneração</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Médico da Carreira do Seguro Social de que trata a Lei nº 10.855/2004 - 20 h - NS</td>
<td>530</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico da Carreira do Seguro Social de que trata a Lei nº 10.855/2004 - 40 h - NS</td>
<td>530</td>
</tr>
<tr>
<td>Analista do Seguro Social - NS</td>
<td>532</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos Nível Superior da Carreira Seguro Social (exceto Analista do Seguro Social) - art. 2º da Lei nº 10.855/2004 - NS</td>
<td>532</td>
</tr>
<tr>
<td>Agente de Serviços Diversos - NI</td>
<td>534</td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico de Serviços Diversos - NI</td>
<td>534</td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico do Seguro Social - NI</td>
<td>534</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos Nível Intermediário da Carreira do Seguro Social (exceto Agente/Técnico de Serviços Diversos e Técnico Seguro Social) - NI</td>
<td>534</td>
</tr>
<tr>
<td>Auxiliar de Serviços Diversos - NA</td>
<td>536</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos Nível Auxiliar da Carreira do Seguro Social ( exceto Auxiliar de Serviços Diversos ) - art. 2º da Lei nº 10.855/2004 - NA</td>
<td>536</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### 57. Superintendência de Seguros Privados - SUSEP

<table>
<thead>
<tr>
<th>Cargo</th>
<th>Remuneração</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Cargos de Nível Superior Integrantes do Quadro Suplementar SUSEP a que se refere o § 5º do art. 52 da Lei nº 11.890/2008 - NS</td>
<td>538</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Intermediário da SUSEP - NI</td>
<td>540</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### 58. Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC

<table>
<thead>
<tr>
<th>Cargo</th>
<th>Remuneração</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Especialista em Previdência Complementar da PREVIC ( inciso I do caput do art. 18 da Lei nº 12.154/2009 ) - NS</td>
<td>542</td>
</tr>
<tr>
<td>Analista Administrativo da PREVIC ( inciso II do caput do art. 18 da Lei nº 12.154/2009 ) - NS</td>
<td>544</td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico Administrativo da PREVIC ( inciso III do caput do art. 18 da Lei nº 12.154/2009 ) - NI</td>
<td>546</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Superior da PREVIC ( inciso IV do caput do art. 18 da Lei nº 12.154/2009 ) - NS</td>
<td>548</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Intermediário da PREVIO ( inciso IV do caput do art. 18 da Lei nº 12.154/2009 ) - NI</td>
<td>550</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Auxiliar da PREVIC ( inciso IV do caput do art. 18 da Lei nº 12.154/2009 ) - NA</td>
<td>552</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### 59. Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE

<table>
<thead>
<tr>
<th>Cargo</th>
<th>Remuneração</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091/2005 - 20 h - NS</td>
<td>554</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Veterinário do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091/2005 - 20 h - NS</td>
<td>554</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico-Área do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091/2005 - 20 h - NS</td>
<td>554</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091/2005 - 40 h - NS</td>
<td>556</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Veterinário do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091/2005 - 40 h - NS</td>
<td>556</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico-Área do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091/2005 - 40 h - NS</td>
<td>556</td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico-Administrativos - Nível Clasificação: A - PCCTAE</td>
<td>558</td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico-Administrativos - Nível Clasificação: B - PCCTAE</td>
<td>560</td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico-Administrativos - Nível Clasificação: C - PCCTAE</td>
<td>562</td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico-Administrativos - Nível Clasificação: D - PCCTAE</td>
<td>564</td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico-Administrativos - Nível Clasificação: E - PCCTAE</td>
<td>566</td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico-Marítimos - Nível Clasificação: A - PCCTAE</td>
<td>558</td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico-Marítimos - Nível Clasificação: B - PCCTAE</td>
<td>560</td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico-Marítimos - Nível Clasificação: C - PCCTAE</td>
<td>562</td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico-Marítimos - Nível Clasificação: D - PCCTAE</td>
<td>564</td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico-Marítimos - Nível Clasificação: E - PCCTAE</td>
<td>566</td>
</tr>
</tbody>
</table>
60. Tecnologia Militar
Analista de Tecnologia Militar - NS ................................................................. 568
Engenheiro de Tecnologia Militar - NS ............................................................ 568
Cargo de Nível Superior do Quadro de Pessoal Civil das Organizações Militares - NS ................................................................. 568
Técnico de Tecnologia Militar - NI ........................................................................ 570
Cargo de Nível Intermediário do Quadro de Pessoal Civil das Organizações Militares - NI ................................................................. 570
Cargo de Nível Auxiliar do Quadro de Pessoal Civil das Organizações Militares - NA ................................................................. 572

61. Tribunal Marítimo
Juiz-Presidente - NS .............................................................................................. 574
Juiz do Tribunal Marítimo - NS .............................................................................. 574

III - CARGOS EM COMISSÃO E GRATIFICAÇÕES

62. Cargos em Comissão e Gratificações
Remuneração dos Cargos em Comissão e Gratificações .............................................. 576

IV - PCC-Ext e POLICIAIS MILITARES, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR e POLICIAIS CIVIS EX-TERRITÓRIOS

63. Quadro em Extinção da União
Plano de Classificação de Cargos dos ex-Territórios Federais - PCC-Ext
Cargos: Nível Superior Optantes dos Ex-Territórios Federais do Acre, do Amapá, de Rondônia e de Roraima, de que trata o inciso IV do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013 - NS .... 590
Cargos: Nível Intermediário Optantes dos Ex-Territórios Federais do Acre, do Amapá, de Rondônia e de Roraima, de que trata o inciso IV do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013 - NI. 592
Cargos: Nível Auxiliar Optantes dos Ex-Territórios Federais do Acre, do Amapá, de Rondônia e de Roraima, de que trata o inciso IV do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013 - NA .... 594

Docentes do Magistério dos Ex-Territórios Federais
Cargo: Docentes do Magistério Optantes dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia, de que trata o inciso III do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013 - Dedicação Exclusiva ........ 596
Cargo: Docentes do Magistério Optantes dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia, de que trata o inciso III do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013 - 40 Horas ......................... 608
Cargo: Docentes do Magistério Optantes dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia, de que trata o inciso III do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013 - 20 Horas ......................... 600
Policia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos Ex-Territórios Federais
Policía Militar e do Corpo de Bombeiros Militar Optantes dos Extintos Territórios Federais do Amapá, de Rondônia e de Roraima e do antigo Distrito Federal, de que trata inciso I do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013. .......................................................... 602

Policia Civil dos Ex-Territórios Federais
Delegado de Polícia Civil dos Ex-Territórios Federais do Acre, de Amapá, de Rondônia e de Roraima, de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013 - NS ........................................ 604
Médico-Legista Civil dos Ex-Territórios Federais do Acre, de Amapá, de Rondônia e de Roraima, de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013 - NS ........................................ 604
Perito Criminal Civil dos Ex-Territórios Federais do Acre, de Amapá, de Rondônia e de Roraima, de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013 - NS ........................................ 604
Técnico em Medicina Legal Civil dos Ex-Territórios Federais do Acre, de Amapá, de Rondônia e de Roraima, de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013 - NS ........ 604
Técnico em Polícia Criminal Civil dos Ex-Territórios Federais do Acre, de Amapá, de Rondônia e de Roraima, de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013 - NS ........ 604
Agente Carcerário Civil dos Ex-Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013 ...................................................... 606
Agente de Polícia Civil dos Ex-Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013 ...................................................... 606
Auxiliar Operacional de Perito Criminal Civil dos Ex-Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013 ................. 606
Datiloscopista Policial Civil dos Ex-Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013 ........................................ 606
Escrevente Policial Civil dos Ex-Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013 ........................................ 606
Escrivão de Polícia Civil dos Ex-Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013 ........................................ 606
Guarda de Presídio Civil dos Ex-Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013 ........................................ 606
Investigador de Polícia Civil dos Ex-Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013 ........................................ 606

V - ÍNDICE
64. Índice
Índice .................................................................................................................................................................................................................................. 608
### 01. AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN

Plano de Carreiras e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN

Carreira de Oficial de Inteligência

* Cargo: Oficial de Inteligência

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>Classe</th>
<th>Subsídio Ativo (em R$)</th>
<th>Subsídio Aposentado (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>ESPECIAL</strong></td>
<td>III</td>
<td>23.595,39</td>
<td>23.595,39</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>23.223,81</td>
<td>23.223,81</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>22.858,08</td>
<td>22.858,08</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>PRIMEIRA</strong></td>
<td>VI</td>
<td>22.134,94</td>
<td>22.134,94</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td>21.786,35</td>
<td>21.786,35</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>21.443,26</td>
<td>21.443,26</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>21.105,56</td>
<td>21.105,56</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>20.773,20</td>
<td>20.773,20</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>20.446,05</td>
<td>20.446,05</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>SEGUNDA</strong></td>
<td>VI</td>
<td>19.799,23</td>
<td>19.799,23</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td>19.487,42</td>
<td>19.487,42</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>19.180,54</td>
<td>19.180,54</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>18.878,47</td>
<td>18.878,47</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>18.581,18</td>
<td>18.581,18</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>18.288,55</td>
<td>18.288,55</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TERCEIRA</strong></td>
<td>V</td>
<td>17.709,98</td>
<td>17.709,98</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>17.431,08</td>
<td>17.431,08</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>17.156,58</td>
<td>17.156,58</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>16.886,39</td>
<td>16.886,39</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>16.620,46</td>
<td>16.620,46</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Os atuais cargos, ocupados e vagos, de Analista de Informações, de que trata Lei nº 10.862/2004, passam a denominar-se Oficial de Inteligência e a integrar a carreira de que trata a alínea “a” do inciso I do art. 2º da MP 434/2008.

Enquadramento - Os titulares do cargo efetivo de nível superior de Instrutor de Informações do Grupo Informações possuidores do Curso de Informações Categoria “A” da extinta Escola Nacional de Informações - ENI ou do Curso de Aperfeiçoamento em Inteligência do extinto Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos - CEFARH, ou de curso equivalente da Escola de Inteligência, titulado como o Analista de Informações, em função da formação específica de que é possuidor, ficam enquadrados em cargos de Oficial de Inteligência, integrantes da Carreira de que trata a alínea “a” do inciso I do caput do art. 2º da Lei 11.776/2008. (caput do art. 3º-A da Lei 11.776/2008)

O enquadramento dos servidores de que trata o caput do Art. 3º-A da Lei 11.776/2008 na Carreira de Oficial de Inteligência fica condicionado à comprovação de que:

I - preenchem os requisitos para ingresso no cargo de Oficial de Inteligência;

II - suas atribuições guardam similaridade em diferentes graus de complexidade e responsabilidade com o exercício de atividades de natureza técnico-administrativa relacionadas à obtenção, análise e disseminação de conhecimentos e ao desenvolvimento de recursos humanos para a atividade de inteligência;

III - sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988 e, se posterior a essa data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

Atendidas as condições de que tratam os incisos I, II e III, os servidores de que trata o art. 3º-A da Lei nº 11.776/2010, serão enquadrados nos cargos do Plano de Carreiras e Cargos da Abin, observadas a similaridade de suas atribuições, os requisitos de formação profissional e a posição relativa na Tabela de Correlação, nos termos do Anexo VII da lei nº 11.776/2010.

Ao Diretor-Geral da Abin incumbe efetivar os enquadramentos de que trata o § 1º do art. 3-A da Lei nº 11.776/2010.

Subsídios - Anexo II à Lei no 11.776, de 17 de setembro de 2008

Os titulares do cargo integrante das carreiras a que se referem os incisos I e II do art. 2º da MP 434/2008 passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio (a partir de 01.04.2008), fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Aos titulares do cargo integrante da Carreira de que trata a alínea “a” do inciso I (Oficial de Inteligência) aplica-se o regime de dedicação exclusiva, com o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, ressalvado o exercício do magistério, havendo compatibilidade de horários e ausência de conflito de interesses, mediante autorização específica regulamentada em ato do Diretor-Geral da ABIN. (1º do art. 6º da Lei nº 11.776/2008)

Aposentado - art. 32 da MP 434/2008.

Legislações Correspondentes:

- Lei-Delegada nº 13 de 27.08.92
- Medida Provisória nº 1.587-3 de 13.11.97
- Decreto-Lei nº 2.405 art. 6º de 1987
- Parecer SAE/CAJ/AJ n° 17/91
- Ofício SAE/CAJ/SE-02/nº 1053
- Parecer nº 352.91 - Boletim Serviço
- n° 14 Ano I de 16 a 31 OUT/91 SAE/PR
- Portaria nº 171/SS/ICMPR
- Lei nº 8.162 de 08.01.91
- Lei nº 7.923 de 12.12.89
- Parecer nº 52 de 16/05/94/SAE
- Parecer CS - 43/PR
- Lei nº 9.651 de 27.05.98
- Portaria MARE n° 2.179 de 28.07.98
- Lei nº 10.331 de 18.12.2001
- Lei nº 10.697 de 02.07.2003
- Lei nº 10.898 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 158 de 23.12.2003
- Lei nº 10.862 de 20.04.2004
- Decreto nº 5.088 de 20.05.2004
- Decreto nº 5.206 de 15.09.2004
- Portaria nº 298 de 31.09.2005
- Medida Provisória nº 269 de 15.12.2005
- Medida Provisória nº 309 de 04.07.2006
- Lei nº 11.362 de 19.10.2006
- Medida Provisória nº 434 de 04.06.2008
- Lei nº 11.776 de 17.09.2008
- Lei nº 12.277 de 30.06.2010
- Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012
- Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 3º
- Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 36 e art. 37
### 01. AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN

Plano de Carreiras e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN

Carreira de Oficial Técnico de Inteligência
Cargo: Oficial Técnico de Inteligência

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>ATIVO SUBSÍDIO (em R$)</th>
<th>APOSENTADO SUBSÍDIO (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>21.233,48</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>20.919,69</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>20.610,53</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>V</td>
<td>20.010,23</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>VI</td>
<td>20.010,23</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>V</td>
<td>19.714,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>19.423,16</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>19.136,12</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>18.853,32</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>18.574,70</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>VI</td>
<td>18.033,68</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>V</td>
<td>17.767,18</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>17.504,61</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>17.245,92</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>16.991,07</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>16.739,96</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>V</td>
<td>16.252,39</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>16.012,21</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>15.775,57</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>15.542,43</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>15.312,74</td>
</tr>
</tbody>
</table>
**Subsídio** - Anexo II à Lei no 11.776, de 17 de setembro de 2008

Os titulares do cargo integrante das carreiras a que se referem os incisos I e II do art. 2º da MP 434/2008 passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio (a partir de 01.04.2008), fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

**Aposentado** - art. 32 da MP 434/2008.

**Legislações Correspondentes:**
- Medida Provisória nº 434 de 04.06.2008
- Lei nº 11.776 de 17.09.2008
- Lei nº 12.277 de 30.06.2010
- Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 36 e art. 37
## 01. AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN

Plano de Carreiras e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN

Carreira de Agente de Inteligência

Cargo: Agente de Inteligência

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Intermediário</th>
<th>Classe</th>
<th>Padrão</th>
<th>Ativo</th>
<th>Aposentado</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>SUBSIDIO (em R$)</td>
<td>SUBSIDIO (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Classe Especial</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>VI</td>
<td>III</td>
<td>10.830,39</td>
<td>10.830,39</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>10.566,24</td>
<td>10.566,24</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>10.308,53</td>
<td>10.308,53</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Classe Primeira</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td>9.817,66</td>
<td>9.817,66</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>9.578,20</td>
<td>9.578,20</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>9.344,58</td>
<td>9.344,58</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>8.894,30</td>
<td>8.894,30</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Classe Segunda</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td>8.264,17</td>
<td>8.264,17</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>8.062,59</td>
<td>8.062,59</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>7.865,94</td>
<td>7.865,94</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>7.674,10</td>
<td>7.674,10</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>7.304,33</td>
<td>7.304,33</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Classe Terceira</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td>6.956,49</td>
<td>6.956,49</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>6.786,83</td>
<td>6.786,83</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>6.621,29</td>
<td>6.621,29</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>6.459,80</td>
<td>6.459,80</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>6.302,23</td>
<td>6.302,23</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
Subsídio - Anexo II à Lei no 11.776, de 17 de setembro de 2008

Os titulares do cargo integrante das carreiras a que se referem os incisos I e II do art. 2º da MP 434/2008 passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio (a partir de 01.04.2008), fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Os atuais cargos, ocupados e vagos, de Assistente de Informações, de que trata Lei 10.862/2004, passam a denominar-se Agente de Inteligência e a integrar a carreira de que trata a alínea “a” do inciso II do art. 2º da MP 434/2008.

Aos titulares do cargo integrante da Carreira de que trata a alínea “a” do inciso II do caput do art. 2º (Agente de Inteligência) aplica-se o regime de dedicação exclusiva, com o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, ressalvado o exercício do magistério, havendo compatibilidade de horários e ausência de conflito de interesses, mediante autorização específica regulamentada em ato do Diretor-Geral da ABIN. (1º do art. 6º da Lei nº 11.776/2008).

Aposentado - art. 32 da MP 434/2008.

Legislações Correspondentes:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Legislação</th>
<th>Data</th>
<th>Número</th>
<th>Conteúdo</th>
</tr>
</thead>
</table>
## 01. AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN

Plano de Carreiras e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN

Carreira de Agente Técnico de Inteligência

Cargo: Agente Técnico de Inteligência

### Nível Intermediário

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>ATIVO SUBSÍDIO (em R$)</th>
<th>APOSENTADO SUBSÍDIO (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>E SPE C IAL</td>
<td>III</td>
<td>9.746,28</td>
<td>9.746,28</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>9.508,57</td>
<td>9.508,57</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>9.276,65</td>
<td>9.276,65</td>
</tr>
<tr>
<td>PRIME I RA</td>
<td>V I</td>
<td>8.834,90</td>
<td>8.834,90</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td>8.619,42</td>
<td>8.619,42</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>8.409,19</td>
<td>8.409,19</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>8.204,09</td>
<td>8.204,09</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>8.003,99</td>
<td>8.003,99</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>7.808,76</td>
<td>7.808,76</td>
</tr>
<tr>
<td>SEGUN D A</td>
<td>V I</td>
<td>7.436,92</td>
<td>7.436,92</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td>7.255,53</td>
<td>7.255,53</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>7.078,57</td>
<td>7.078,57</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>6.905,92</td>
<td>6.905,92</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>6.737,48</td>
<td>6.737,48</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>6.573,17</td>
<td>6.573,17</td>
</tr>
<tr>
<td>TERCERA</td>
<td>V</td>
<td>6.260,15</td>
<td>6.260,15</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>6.107,46</td>
<td>6.107,46</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>5.958,50</td>
<td>5.958,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>5.813,17</td>
<td>5.813,17</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>5.671,38</td>
<td>5.671,38</td>
</tr>
</tbody>
</table>
**Subsídio** - Anexo II à Lei no 11.776, de 17 de setembro de 2008

Os titulares do cargo integrante das carreiras a que se referem os incisos I e II do art. 2º da MP 434/2008 passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio (a partir de 01.04.2008), fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

**Aposentado** - art. 32 da MP 434/2008.

**Legislações Correspondentes:**
- Medida Provisória nº 434 de 04.06.2008
- Lei nº 11.776 de 17.09.2008
- Lei nº 12.277 de 30.06.2010
- Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 36 e art. 37
## 02. AGÊNCIAS REGULADORAS (ANA)

**Carreira de Especialista em Recursos Hídricos**
Cargo: Especialista em Recursos Hídricos - ANA

**Carreira de Especialista em Geoprocessamento**
Cargo: Especialista em Geoprocessamento - ANA

### Nível Superior

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>ATIVO</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>SUBSÍDIO (em R$)</td>
<td>SUBSÍDIO (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>( * )</td>
<td>( ** )</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>21.036,46</td>
<td>21.036,46</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>20.538,26</td>
<td>20.538,26</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>20.040,07</td>
<td>20.040,07</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>B</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td>19.541,88</td>
<td>19.541,88</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>19.044,73</td>
<td>19.044,73</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>18.545,48</td>
<td>18.545,48</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>18.048,34</td>
<td>18.048,34</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>17.549,09</td>
<td>17.549,09</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td>17.051,85</td>
<td>17.051,85</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>16.553,76</td>
<td>16.553,76</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>16.054,51</td>
<td>16.054,51</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>15.557,36</td>
<td>15.557,36</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>15.058,12</td>
<td>15.058,12</td>
</tr>
</tbody>
</table>
A partir de 1º de janeiro de 2017, os ocupantes dos cargos a que se refere o art. 1º da Lei nº 10.768, de 2003, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em lei, em parcela única. (art. 8-G da Lei nº 10.768, de 2003, incluído pelo art. 22 da Lei nº 13.326, de 2016). A partir de 1º de janeiro de 2017, conforme e especificado nos Anexos XXVIII e XXIX da Lei nº 13.326, de 2016, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os ocupantes dos cargos das seguintes carreiras, de que tratam a Lei nº 10.871, de 20 de outubro de 2004, e a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003. (art. 12 da Lei nº 13.326, de 2016).

Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos ocupantes dos cargos que integram as carreiras a que se refere os incisos XIX e XX do capítulo II, vencimento básico e Gratificação de Desempenho de Atividade de Recursos Hídricos (GDRH), de que trata a alínea "b" do inciso I do capítulo II da Lei nº 13.326, de 19 de novembro de 2003, para os cargos que integram as carreiras a que se referem os incisos XIX e XX do capítulo II da Lei nº 13.326, de 2016 e também não são mais devidas as parcelas remuneratórias dos itens I a XII do art. 14 da Lei nº 13.326, de 2016.

Os servidores integrantes das carreiras de que tratam os incisos I a XXIII do capítulo II da Lei nº 13.326, de 2016 não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa ou judicial ou por extensão da remuneração por decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado. (art. 15 da Lei nº 13.326, de 2016).

A aplicação das disposições da Lei nº 13.326, de 2016 aos servidores ativos, aos inativos e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, de proventos e de pensões. (art. 17 da Lei nº 13.326, de 2016).

A hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão em decorrência da aplicação do disposto na Lei nº 13.326, de 2016 aos servidores integrantes das carreiras de que tratam os incisos I a XXIII do capítulo II da Lei nº 13.326, de 2016, eventual diferença será paga a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na carreira por progressão ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos, das carreiras ou das remunerações previstas na Lei nº 13.326, de 2016, da concessão de reajuste ou de vantagem de qualquer natureza ou da implantação dos valores constantes dos Anexos XXVIII e XXIX da Lei nº 13.326, de 2016. (art. 18 da Lei nº 13.326, de 2016).

A parcela complementar de subsídio a que se refere o art. 18 da Lei nº 13.326, de 2016 estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

Os valores eventualmente devidos a servidores ativos ou aposentados ou a pensionistas abrangidos pela Lei nº 13.326, de 2016 com base na legislação vigente até o dia anterior ao da implantação de cada tabela de subsídio constante dos Anexos XXVIII e XXIX da Lei nº 13.326, de 2016 não são cumulativos com os valores decorrentes da aplicação da Lei nº 13.326, de 2016 aos vencimentos, ao subsídio, aos proventos de aposentadoria ou à pensão. (art. 23 da Lei nº 13.326, de 2016).

A aposentado A aplicação das disposições da Lei nº 13.326, de 2016 aos servidores ativos, aos inativos e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, de proventos e de pensões. (art. 17 da Lei nº 13.326, de 2016).

Legislações Correspondentes:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Lei nº</th>
<th>Data</th>
<th>Título</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Resolução nº 23 de 18.06.2007</td>
<td>art. 15</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Resolução nº 1 de 14.01.2002</td>
<td>Medida Provisória nº 441 de 29.06.2008</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.698 de 02.07.2003</td>
<td>Lei nº 11.907 de 02.02.2009</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 124 de 11.07.2003</td>
<td>Decreto nº 5.515 de 18.08.2005</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 128 de 01.09.2003</td>
<td>Decreto nº 7.133 de 19.03.2010</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.752 de 30.10.2003</td>
<td>Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.768 de 19.11.2003</td>
<td>art. 73</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004</td>
<td>Decreto nº 7.922 de 18.02.2013</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 11.094 de 13.01.2005 art.23</td>
<td>Lei nº 12.998 de 18.06.2014</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Decreto nº 5.515 de 18.08.2005</td>
<td>Lei nº 13.326 de 29.07.2016 art. 70</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Lei nº 13.326 de 29.07.2016 art. 71</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>arts. 10 e 11 e arts. 12 a 27</td>
</tr>
</tbody>
</table>
## 02. AGÊNCIAS REGULADORAS (ANA - ANAC - ANCINE - ANEEL - ANSS - ANP - ANATEL - ANTAQ - ANTT - ANVISA)

Careira de Analista Administrativo
Cargo: Analista Administrativo (ANA - ANAC - ANCINE - ANEEL - ANSS - ANP - ANATEL - ANTAQ - ANTT - ANVISA)

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>ATIVO (SUBSÍDIO em R$)</th>
<th>APOSENTADO (SUBSÍDIO em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>(*)</td>
<td>(**)</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>ESPECIAL</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>19.564,36</td>
<td>19.564,36</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>19.085,06</td>
<td>19.085,06</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>18.604,72</td>
<td>18.604,72</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>B</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>18.125,43</td>
<td>18.125,43</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>17.645,08</td>
<td>17.645,08</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>17.166,83</td>
<td>17.166,83</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>16.685,44</td>
<td>16.685,44</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>16.206,14</td>
<td>16.206,14</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>A</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>15.726,85</td>
<td>15.726,85</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>15.247,56</td>
<td>15.247,56</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>14.767,21</td>
<td>14.767,21</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>14.287,91</td>
<td>14.287,91</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>13.807,57</td>
<td>13.807,57</td>
</tr>
</tbody>
</table>
A N A - Agência Nacional de Águas (Autarquia Especial)
ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil (Autarquia Especial)
ANCINE - Agência Nacional de Cinema (Autarquia Especial)
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica (Autarquia Especial)
ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres (Autarquia Especial)
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Autarquia Especial)

Subítem - item "c" do Anexo XXVII da Lei nº 13.326, de 2016

Quadro de pessoal da Agência Nacional de Águas (ANA) - cargos efetivos, integrantes de carreiras de mesma nome, a partir de janeiro, de 2017: III - cargos de Analista Administrativo, (art. 1º da Lei nº 10.768, de 2003 - redação dada pelo art. 22, da Lei nº 13.326, de 2016).

Criados os cargos que compõem as carreiras especifcadas nos itens I a X do art. 1º da Lei nº 10.871, de 2004, para exercício exclusivo nas autarquias especiais e em comissões especiais, referidas no Anexo I da Lei nº 10.871, de 2004 (Medida Provisória nº 155, de 2003 convertida a Lei nº 10.871, de 2004).

A partir de 1º de janeiro de 2017, conforme e especificado nos Anexos XXVII e XXIX da Lei nº 13.326, de 2016, passam a ser remunerados exclusivamente por subídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os ocupantes dos cargos das seguintes carreiras, de que tratam a Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, e a Lei no 10.768, de 19 de novembro de 2003, (art. 12, da Lei nº 13.326, de 2016).

A partir de 1º de janeiro de 2017, os ocupantes dos cargos a que se refere o art. 1º da Lei nº 10.768, de 2003, passam a ser remunerados exclusivamente por subídio, fixado em lei, em parcela única. (art. 8-C da Lei nº 10.768, de 2003 - incluído pelo art. 22, da Lei nº 13.326, de 2016).

A partir de 1º de janeiro de 2017, os ocupantes dos cargos a que se refere o art. 1º da Lei nº 10.871, de 2004, passam a ser remunerados exclusivamente por subídio, fixado em lei, em parcela única. (art. 75-D da Lei nº 10.871, de 2004 - incluído pelo art. 21 da Lei nº 13.326, de 2016).

Estão compreendidas no subídio e não são mais devidas aos ocupantes dos cargos que integram as carreiras a que se refere os incisos XXI e XXII do caput do art. 12 da Lei nº 13.326, de 2016, a partir de 1º de janeiro de 2017, as seguintes parcelas remuneratórias: III - vencimento básico e Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa em Regulação (GDATR), a que se referem o inciso II do caput do art. 15 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, e a alínea "b" do inciso II do caput do art. 8º da Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para os cargos que integram as carreiras a que se referem os incisos XXI e XXII do caput do art. 12 da Lei nº 13.326, de 2016 e também não são mais devidas as parcelas remuneratórias dos incisos XIX e XX do caput do art. 14 da Lei nº 13.326, de 2016.

Os servidores integrantes das carreiras de que tratam os incisos I a XXIII do caput do art. 12 da Lei nº 13.326, de 2016 não poderão perceber cumulativamente com o subídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa ou judicial ou por extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado. (art. 15 da Lei nº 13.326, de 2016)

(*) A aplicação das disposições da Lei nº 13.326, de 2016 aos servidores ativos, inativos e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, de proventos e de pensões. (art. 17, da Lei nº 13.326, de 2016).

Na hipótese de redução de remuneração, de proventos ou de pensões em decorrência da aplicação do disposto na Lei nº 13.326, de 2016 aos servidores integrantes das carreiras dos incisos XXII e XXIII do caput do art. 12 da Lei nº 13.326, de 2016, eventual diferença será paga a título de parcela complementar de subídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na carreira por progressão ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos, das carreiras ou da remuneração previstas na Lei nº 13.326, de 2016, da concessão de reajuste ou de vantagem de qualquer natureza ou da implantação dos valores constantes dos Anexos XXVII e XXIX da Lei nº 13.326, de 2016. (art. 18 da Lei nº 13.326, de 2016)

A parcela complementar de subídio a que se refere o art. 18 da Lei nº 13.326, de 2016 estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

Os valores eventualmente devidos aos servidores ativos ou aposentados ou a pensionistas abrangidos pela Lei nº 13.326, de 2016 com base na legislação vigente até o dia anterior ao da implantação de cada tabela de subídio constante dos Anexos XXVII e XXIX da Lei nº 13.326, de 2016 são cumulativos com os valores que decorrem de aumento de subídio, de natureza provisória, verba de representação ou outra espécie remuneratória, de que tratam as Leis nº 10.871, de 2004 e nº 10.768, de 2003, e cuja aplicação foi integralizada desde a data de vigor da referida lei, e da Lei nº 10.768, de 2003 (art. 23, da Lei nº 13.326, de 2016).

(*) Aposentado - A aplicação das disposições da Lei nº 13.326, de 2016 aos servidores ativos, inativos e a pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, de proventos e de pensões. (art. 17, da Lei nº 13.326, de 2016).

Legislações Correpondentes:
Lei nº 9.984 de 17.07.2000
Lei nº 9.986 de 17.07.2000
Resolução nº 23 de 18.06.2001
Resolução nº 1 de 14.01.2002
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 128 de 01.09.2003
Lei nº 10.752 de 30.10.2003
Lei nº 10.768 de 19.11.2003
Medida Provisória nº 155 de 23.12.2003
Resolução nº 29 de 19.01.2004
Lei nº 10.871 de 20.05.2004
Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004
Lei nº 11.094 de 13.01.2005 art.23

Medida Provisória nº 269 de 15.12.2005
Lei nº 11.292 de 26.04.2006
Medida Provisória nº 314 de 29.12.2006 art.15
Lei nº 11.490 de 20 de junho de 2007
Decreto nº 5.827 de 29.06.2006
Decreto nº 6.030 de 01.02.2007
Medida Provisória nº 124 de 29.08.2008
Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Decreto nº 8.967 de 02.02.2009
Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Decreto nº 7.322 de 18.02.2013
Decreto nº 8.037, de 28.06.2013
Medida Provisória nº 632 de 24.12.2013
Lei nº 12.998 de 18.06.2014
Lei nº 13.326 de 29.07.2016 arts. 10 e 11 e arts. 12 a 27

Elaborado:CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

35
### 02. AGENCIAS REGULADORAS (ANAC - ANCINE - ANEEL - ANS - ANP - ANATEL - ANTAQ - ANTT - ANVISA)

<table>
<thead>
<tr>
<th>Carreira de Regulação e Fiscalização de Aviação Civil</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Cargo: Especialista em Regulação de Aviação Civil - ANAC</td>
</tr>
<tr>
<td>Carreira de Regulação e Fiscalização da Atividade Cinematográfica e Audiovisual</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo: Especialista em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual - ANCINE</td>
</tr>
<tr>
<td>Carreira de Regulação e Fiscalização de Recursos Energéticos</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo: Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Energia - ANEEL</td>
</tr>
<tr>
<td>Carreira de Regulação e Fiscalização de Saúde Suplementar</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo: Especialista em Regulação de Saúde Suplementar - ANSS</td>
</tr>
<tr>
<td>Carreira de Especialista em Geologia e Geofísica do Petróleo e Gás Natural</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo: Especialista em Geologia e Geofísica do Petróleo e Gás Natural - ANP</td>
</tr>
<tr>
<td>Carreira de Regulação e Fiscalização de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo: Especialista em Regulação de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural - ANP</td>
</tr>
<tr>
<td>Carreira de Regulação e Fiscalização de Serviço Públicos e Telecomunicações</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo: Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações - ANATEL</td>
</tr>
<tr>
<td>Carreira de Regulação e Fiscalização de Serviços de Transportes Aquaviários</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo: Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários - ANTAQ</td>
</tr>
<tr>
<td>Carreira de Regulação e Fiscalização de Serviços de Transportes Terrestres</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo: Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres - ANTT</td>
</tr>
<tr>
<td>Carreira de Regulação e Fiscalização de Locais, Produtos e Serviços sob Vigilância Sanitária</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo: Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária - ANVISA</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>CLASSE</td>
<td>PADRÃO</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td>II</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Criados os cargos que compõem as carreiras especificadas nos itens I a XX do art.1º da Lei nº 10.871, de 2004, para exercício exclusivo nas autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras, referidas no Anexo I da Lei nº 10.871, de 2004 (Medida Provisória nº 155, de 2003 convertida na Lei nº 10.871, de 2004).

A partir de 1º de janeiro de 2017, conforme especificado nos Anexos XXVIII e XXIX da Lei nº 13.326, de 2016, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os ocupantes dos cargos das seguintes carreiras, de que tratam a Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, e a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003.(art.12 da Lei nº 13.326, de 2016).

A partir de 1º de janeiro de 2017, os ocupantes dos cargos a que se refere o art.1º da Lei nº 10.871, de 2004 passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única. (art.15-D da Lei nº 10.871, de 2004 - incluído pelo art.21 da Lei nº 13.326, de 2016).

Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos ocupantes dos cargos que integram as carreiras a que se refere os incisos I a IX e XVII do caput art.12 da Lei nº 13.326, de 2016, a partir de 1º de janeiro de 2017, as seguintes parcelas remuneratórias: I - vencimento básico e Gratificação de Desempenho de Atividade de Regulação (GDAR), de que trata o inciso I do caput do art. 15 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para os cargos que integram as carreiras a que se referem os incisos I a IX e XVII do caput do art. 12 da Lei nº 13.326, de 2016 e também não são mais devidas as parcelas remuneratórias dos itens I a XII do art. 14 da Lei nº 13.326, de 2016.

Os servidores integrantes das carreiras de que tratam os incisos I a XXIII do caput do art. 12 da Lei nº 13.326, de 2016 não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa ou judicial ou por extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado. (art. 15 da Lei nº 13.326, de 2016).

( * ) A aplicação das disposições da Lei nº 13.326, de 2016 aos servidores ativos, aos inativos e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, de proventos e de pensões. (art.17 da Lei nº 13.326, de 2016).

Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão em decorrência da aplicação do disposto da Lei nº 13.326, de 2016 a servidores integrantes das carreiras de que tratam os incisos I a XXII do caput do art. 12 da Lei nº 13.326, de 2016, eventual diferença será paga a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na carreira por progressão ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos, das carreiras ou das remunerações previstas na Lei nº 13.326, de 2016, da concessão de reajuste ou de vantagem de qualquer natureza ou da implantação dos valores constantes dos Anexos XXVIII e XXX do art. 15-D da Lei nº 13.326, de 2016, (art. 18 da Lei nº 13.326, de 2016).

A parcela complementar de subsídio a que se refere o art. 18 da Lei nº 13.326, de 2016 estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

Os valores eventualmente devidos a servidores ativos ou aposentados ou a pensionistas abrangidos pela Lei nº 13.326, de 2016, com base na legislação vigente até o dia anterior ao da implantação de cada tabela de subsídio constante dos Anexos XXVIII e XXX da Lei nº 13.326, de 2016 não são cumulativos com os valores decorrentes da aplicação da Lei nº 13.326, de 2016 aos vencimentos, ao subsídio, aos proventos de aposentadoria ou à pensão. (art.23 da Lei nº 13.326, de 2016).

( ** ) Aposentado - A aplicação das disposições da Lei nº 13.326, de 2016 aos servidores ativos, aos inativos e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, de proventos e de pensões. (art.17 da Lei nº 13.326, de 2016).

Legislações Correspondentes:

- Leis nº 11.490 de 20.06.2007 e Decreto nº 5.827 de 29.06.2006, Lei nº 13.326 de 29.07.2016 arts.10 e 11 e arts. 12 a 27
### 02. AGÊNCIAS REGULADORAS (ANATEL - ANCINE - ANP - ANSS - ANTAQ - ANTT - ANVISA - ANAC)

**Carreira Suporte à Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos de Telecomunicações**
Cargo: Técnico em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações - ANATEL

**Carreira Suporte à Regulação e Fiscalização da Atividade Cinematográfica e Audiovisual**
Cargo: Técnico em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual - ANCINE

**Carreira Suporte à Regulação e Fiscalização de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural**
Cargo: Técnico em Regulação de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural - ANP

**Carreira Suporte à Regulação e Fiscalização de Saúde Suplementar**
Cargo: Técnico em Regulação de Saúde Suplementar - ANSS

**Carreira Suporte à Regulação e Fiscalização de Serviços de Transportes Aquaviários**
Cargo: Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários - ANTAQ

**Carreira Suporte à Regulação e Fiscalização de Serviços de Transportes Terrestres**
Cargo: Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres - ANTT

**Carreira Suporte à Regulação e Fiscalização de Locais, Produtos e Serviços sob Vigilância Sanitária**
Cargo: Técnico em Regulação e Vigilância Sanitária - ANVISA

**Carreira de Suporte à Regulação e Fiscalização de Aviação Civil**
Cargo: Técnico em Regulação de Aviação Civil - ANAC

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Intermediário</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>CLASSE</strong></td>
<td><strong>PADRÃO</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>ESPECIAL</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>B</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Criados os cargos que compõem as carreiras especificadas nos itens I a XX do art. 1º da Lei nº 10.871, de 2004, para exercício exclusivo nas autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras, referidas no Anexo I da Lei nº 10.871, de 2004 (Medida Provisória nº 155, de 2003 convertida na Lei nº 10.871, de 2004).

A partir de 1º de janeiro de 2017, conforme especificado nos Anexos XXVIII e XXIX da Lei nº 13.326, de 2016, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os ocupantes dos cargos das seguintes carreiras, de que tratam a Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, e a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003 (art. 12. da Lei nº 13.326, de 2016).

A partir de 1º de janeiro de 2017, os ocupantes dos cargos a que se refere o art. 1º da Lei nº 10.871, de 2004 passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, (art. 15-D da Lei nº 10.871, de 2004 - incluído pelo art. 21 da Lei nº 13.326, de 2016).

Estão compreendidos no subsídio e não são mais devidos aos ocupantes dos cargos que integram as carreiras a que se refere o inciso X a XVIII do caput art. 12 da Lei nº 13.326, de 2016, a partir de 1º de janeiro de 2017, as seguintes parcelas remuneratórias: I - vencimento básico e Gratificação de Desempenho de Atividade de Regulação (GDAR), de que trata o inciso I do caput do art. 15 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para os cargos que integram as carreiras a que se referem os incisos os incisos X a XVIII do caput do art. 12 da Lei nº 13.326, de 2016 e também não são mais devidas as parcelas remuneratórias dos itens I a XII do art. 14 da Lei nº 13.326, de 2016.

Os servidores integrantes das carreiras de que tratam os incisos I a XXII do caput do art. 12 da Lei nº 13.326, de 2016 não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa ou judicial ou por extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado. (art. 15 da Lei nº 13.326, de 2016)

( *) A aplicação das disposições da Lei nº 13.326, de 2016 aos servidores ativos, aos inativos e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, de proventos e de pensões. (art.17. da Lei nº 13.326, de 2016).

Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão em decorrência da aplicação do disposto da Lei nº 13.326, de 2016 aos servidores integrantes das carreiras de que tratam os incisos I a XXII do caput do art. 12 da Lei nº 13.326, de 2016, eventual diferença será paga a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na carreira por progressão ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos, das carreiras ou das remunerações previstas na Lei nº 13.326, de 2016, da concessão de reajuste ou de vantagem de qualquer natureza ou da implantação dos valores constantes dos Anexos XXVIII e XXIX da Lei nº 13.326, de 2016. (art. 18 da Lei nº 13.326, de 2016)

A parcela complementar de subsídio a que se refere o art. 18 da Lei nº 13.326, de 2016 estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

Os valores eventualmente devidos a servidores ativos ou aposentados ou a pensionistas abrangidos pela Lei nº 13.326, de 2016 base na legislação vigente até o dia anterior ao da implantação de cada tabela de subsídio constante dos Anexos XXVIII e XXIX da Lei nº 13.326, de 2016 não são cumulativos com os valores decorrentes da aplicação da Lei nº 13.326, de 2016 aos vencimentos, ao subsídio, aos proventos de aposentadoria ou à pensão. (art.23. da Lei nº 13.326, de 2016).

( **) Aposentado - A aplicação das disposições da Lei nº 13.326, de 2016 aos servidores ativos, aos inativos e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, de proventos e de pensões. (art.17. da Lei nº 13.326, de 2016).

Legislações Correspondentes:

- Lei nº 9.886 de 17.07.2000
- Lei nº 10.233 de 05.06.2001
- Lei nº 10.698 de 02.07.2003
- Medida Provisória nº 155 de 23.12.2003
- Lei nº 10.871 de 20.05.2004
- Lei nº 11.182 de 27.09.2005
- Medida Provisória nº 269 de 15.12.2005
- Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15
- Lei nº 11.490 de 20.06.2007
- Decreto nº 5.827 de 29.06.2006
- Decreto nº 6.030 de 01.02.2007
- Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
- Lei nº 11.907 de 02.02.2009
- Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
- Decreto nº 8.037, de 28.06.2013
- Medida Provisória nº 632 de 24.12.2013
- Lei nº 12.998 de 18.06.2014
- Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 72
- Lei nº 13.326 de 29.07.2016 arts. 10 e 11
- Lei nº 13.326 de 29.07.2016 arts. 10 e 11 e arts. 12 a 27
# 02. AGÊNCIAS REGULADORAS (ANA - ANAC - ANCINE - ANEEL - ANSS - ANP - ANATEL - ANTAQ - ANTT - ANVISA)

Careira de Técnico Administrativo
Cargo: Técnico Administrativo (ANA - ANAC - ANCINE - ANEEL - ANSS - ANP - ANATEL - ANTAQ - ANTT - ANVISA)

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Intermediário</th>
<th>ATIVO</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>SUBSÍDIO (em R$)</td>
<td>SUBSÍDIO (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>(*)</td>
<td>(**)</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>ESPECIAL</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>10.147,08</td>
<td>10.147,08</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>9.884,89</td>
<td>9.884,89</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>9.628,19</td>
<td>9.628,19</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>B</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>9.123,26</td>
<td>9.123,26</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>8.887,09</td>
<td>8.887,09</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>8.658,03</td>
<td>8.658,03</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>8.433,85</td>
<td>8.433,85</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>8.215,48</td>
<td>8.215,48</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>A</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>7.787,08</td>
<td>7.787,08</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>7.588,07</td>
<td>7.588,07</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>7.392,33</td>
<td>7.392,33</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>7.201,90</td>
<td>7.201,90</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>7.016,67</td>
<td>7.016,67</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Subsídio - item "b" do AnexoXXIX da Lei nº 13.326, de 2016

Criados os cargos que compõem as carreiras especificadas nos itens I a XX do art. 1º da Lei nº 10.871, de 2004, para exercício exclusivo nas autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras, referidas no Anexo I da Lei nº 10.871, de 2004 (Medida Provisória nº 155, de 2003 convertida na Lei nº 10.871, de 2004).

A partir de 1º de janeiro de 2017, conforme especificado nos Anexos XXVIII e XXIX da Lei nº 13.326, de 2016, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, aos ocupantes dos cargos das seguintes carreiras, de que tratam a Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, e a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, (art. 12, da Lei nº 13.326, de 2016).

A partir de 1º de janeiro de 2017, os ocupantes dos cargos a que se refere o art. 1º da Lei nº 10.871, de 2004 passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em lei, em parcela única, (art. 15-D da Lei nº 10.871, de 2004 - incluído pelo art. 21 da Lei nº 13.326, de 2016).

Estão compreendidos no subsídio e não são mais devidos aos ocupantes dos cargos que integram as carreiras a que se refere o inciso XXIII do caput do art. 12 da Lei nº 13.326, de 2016, a partir de 1º de janeiro de 2017, as seguintes parcelas remuneratórias: III - vencimento básico e Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa em Regulação (GDATR), a que se referem o inciso II do caput do art. 15 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, e a alínea "b" do inciso II do caput do art. B-A da Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para os cargos que integram as carreiras a que se referem inciso XXII do caput do art. 12 da Lei nº 13.326, de 2016 e também não são mais devidas as parcelas remuneratórias dos itens I a XII do art. 14 da Lei nº 13.326, de 2016.

Os servidores integrantes das carreiras de que tratam os incisos I a XXIII do caput do art. 12 da Lei nº 13.326, de 2016 não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporados à remuneração por decisão administrativa ou judicial ou por extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado, (art. 15 da Lei nº 13.326, de 2016).

(*) A aplicação das disposições da Lei nº 13.326, de 2016 aos servidores ativos, inativos e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, de proventos e de pensões, (art.17. da Lei nº 13.326, de 2016).

Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão em decorrência da aplicação do disposto da Lei nº 13.326, de 2016 aos servidores integrantes das carreiras de que tratam os incisos I a XXII do caput do art. 12 da Lei nº 13.326, de 2016, eventual diferença será paga a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na carreira por progressão ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos, das carreiras ou das remunerações previstas na Lei nº 13.326, de 2016, da concessão de reajuste ou de vantagem de qualquer natureza ou da implantação dos valores constantes dos Anexos XVIII e XXIX da Lei nº 13.326, de 2016, (art. 18 da Lei nC 13.326, de 2016)

A parcela complementar de subsídio a que se refere o art. 18 da Lei nº 13.326, de 2016 estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

Os valores eventualmente devidos a servidores ativos ou aposentados ou a pensionistas abrangidos pela Lei nº 13.326, de 2016 com base na legislação vigente até o dia anterior ao da implantação de cada tabela de subsídio constante dos Anexos XXVII e XXIX da Lei nº 13.326, de 2016 não são cumulativos com os valores decorrentes da aplicação da Lei nº 13.326, de 2016 aos vencimentos, ao subsídio, aos proventos de aposentadoria ou à pensão, (art.23. da Lei nº 13.326, de 2016).

(**) Aposentado - A aplicação das disposições da Lei nº 13.326, de 2016 aos servidores ativos, inativos e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, de proventos e de pensões, (art.17. da Lei nº 13.326, de 2016).

Legislações Correspondentes:

**Lei nº 9.986 de 17.07.2000**
**Lei nº 10.233 de 05.06.2001**
**Lei nº 10.698 de 02.07.2003**
**Medida Provisória nº 155 de 23.12.2003**
**Lei nº 10.871 de 20.05.2004**
**Medida Provisória nº 269 de 15.12.2005**
**Lei nº 11.292 de 26.04.2006**
**Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15**
**Lei nº 11.490 de 20.06.2007**
**Decreto nº 5.827 de 29.06.2006**

| ANA - Agência Nacional de Águas (Autarquia Especial) |
| ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil (Autarquia Especial) |
| ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica (Autarquia Especial) |
| ANSS - Agência Nacional de Saúde Suplementar (Autarquia Especial) |
| ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações (Autarquia Especial) |
| ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres (Autarquia Especial) |
| ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Autarquia Especial) |
| ANCINE - Agência Nacional de Cinema (Autarquia Especial) |
| ANP - Agência Nacional do Petróleo (Autarquia Especial) |

**ANAO - Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Autarquia Especial)**
### 03. ÁREA JURÍDICA

Carreira de Advogado da União  
( * ) Cargo: Advogado da União

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>ATIVO</th>
<th>APOSENTO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>SUBSÍDIO (em R$)</td>
<td>SUBSÍDIO (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>( **)</td>
<td>( ***)</td>
</tr>
<tr>
<td>Especial</td>
<td>24.943,14</td>
<td>24.943,14</td>
</tr>
<tr>
<td>Primeira</td>
<td>22.058,99</td>
<td>22.058,99</td>
</tr>
<tr>
<td>Segunda</td>
<td>19.197,67</td>
<td>19.197,67</td>
</tr>
</tbody>
</table>
O s órgãos administrativos de autarquia e fundação, os órgãos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional que adotarem as providências necessárias para viabilizar o crédito dos valores discriminados no art. 30 da Lei nº 11.327/2016 diretamente na medição provisória nº 2136-35 de 23.02.2001, os honorários não integram o subsídio e não servem como base de cálculo para outras vantagens pecuniares (art. 29 da Lei nº 13.327/2016).

Os honorários não integrar a base de cálculo, compulsória ou facultativa, da contribuição previdenciária. (art. 32 da Lei nº 11.327, de 2016). Os valores dos honorários devidos serão calculados segundo o tempo de efetivo exercício no cargo, para os ativos, e pelo tempo de aposentadoria, para os inativos, com efeitos financeiros a contar da publicação da Lei nº 13.327/2016, obedecido pelo rateio nas seguintes proporções: (art. 31 da Lei nº 11.327, de 2016).

1. - para os ativos, 50% (cinquenta por cento) de uma colaparte após o primeiro ano de efetivo exercício, crescentes na proporção de 25 (vinte e cinco) pontos percentuais após completar cada um dos 2 (dois) anos seguintes;

2. - para os inativos, 100% (cem por cento) de uma colaparte durante o primeiro ano de aposentadoria, decrescente à proporção de 7 (sete) pontos percentuais a cada um dos 9 (nove) anos seguintes, mantendo-se o percentual e permanente até a data de cessação da aposentadoria. [§1º e §3º do art. 31 da Lei nº 11.327, de 2016].

Os órgãos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional adotarão as providências necessárias para viabilizar o crédito dos valores discriminados no art. 30 da Lei nº 11.327/2016 diretamente na medição provisória nº 2136-36 de 27.03.2001 a que trata o art. 30 da Lei nº 11.327, de 2016, nos seguintes: (a) ao crédito do valor percebido em substituição à pensão, nos termos previstos no item 3.4.3 deste anexo; (b) no caso de aposentadoria concedida em razão de invalidez para o exercício da função, nos termos previstos no item 3.4.2 deste anexo; (c) no caso de aposentadoria concedida em razão de desempenho de missão, nos termos previstos no item 3.4.1 deste anexo; (d) nos casos de aposentadoria especial e (e) nos casos de aposentadoria virtual.
## 03. ÁREA JURÍDICA
Carreira de Defensor Público Federal  
Cargo: Defensor Público Federal

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>ATIVO SUBSÍDIO (em R$)</th>
<th>APOSENTADO SUBSÍDIO (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>(*)</td>
<td>(**</td>
</tr>
<tr>
<td>Especial</td>
<td>27.905,25</td>
<td>27.905,25</td>
</tr>
<tr>
<td>Primeira</td>
<td>25.008,15</td>
<td>25.008,15</td>
</tr>
<tr>
<td>Segunda</td>
<td>22.197,67</td>
<td>22.197,67</td>
</tr>
</tbody>
</table>
A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXIV do art. 5º da Constituição Federal. (Emenda Constitucional nº 80, de 2014). Aplica-se o disposto no § 2º do art. 134 da Constituição Federal às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal. (art. 1º da Emenda Constitucional nº 74, 06 de agosto de 2013).

**Subsídio** - Anexo II da Lei nº 13.412/2016.

(*) A partir de 1º de julho de 2006, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares da Carreira Defensor Público da União (art. 1º da Lei nº 11.358/2006)

Estão compreendidas no subsídio e não são devidas as seguintes parcelas remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica - GDAJ;

III - Vantagem Pecuniária Individual, de que trata a Lei nº 10.698 de 02.07.2003.

Além dessas parcelas não são devidas as parcelas remuneratórias referidas nos arts. 5º ao 6º do MP 305/2006.

O subsídio dos integrantes da Carreira Defensor Público da União não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica das espécies remuneratórias do art. 7º da Lei nº 11.358/2006

Aos titulares dos cargos de que tratam os incisos I a V e § 1º do art. 1º da Lei nº 11.358, de 2006, aplica-se o regime de dedicação exclusiva, com o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, ressalvado o exercício do magistério, havendo compatibilidade de horários. (art. 5 do MP 440/2008)

A Defensoria Pública da União é integrada pela Carreira de Defensor Público Federal, composta de 3 (três) categorias de cargos efetivos: (art. 19 da Lei Complementar nº 80, de 31.01.1994)

I – Defensor Público Federal de 1ª Categoria (initial);

II – Defensor Público Federal de 2ª Categoria (intermediária);

III – Defensor Público Federal de Categoria Especial (final).


Os Defensores Públicos Federais de 1ª Categoria atuarão nos Tribunais Regionais Federais, nas Turnas dos Juizados Especiais Federais, nos Tribunais Regionais do Trabalho e nos Tribunais Regionais Eleitorais. (Redação dada pela Lei Complementar nº 132, de 2009).

Os Defensores Públicos Federais de Categoria Especial atuarão no Superior Tribunal de Justiça, no Tribunal Superior do Trabalho, no Tribunal Superior Eleitoral, no Superior Tribunal Militar e na Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais. (Redação dada pela Lei Complementar nº 132, de 2009).

A Defensoria Pública da União tem por chefê o Defensor Público-Geral Federal, nomeado pelo Presidente da República, dentre membros estáveis da Carreira e maiores de 35 (trinta e cinco) anos, escolhidos em lista tríplice formada pelo voto direto, secreto, plurinominal e obrigatório de seus membros, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta de membros Senado Federal, para mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, precedida de nova aprovação pelo Senado Federal. (Redação dada pela Lei Complementar nº 132, de 2009).


O Defensor Público-Geral atuará junto ao Supremo Tribunal Federal. (art. 23 da Lei Complementar nº 80, de 31.01.1994).

Os cargos de natureza especial (art. 76 da Lei nº 12.778/2012 - Anexo C) de Defensor Público-Geral Federal e de Subdefensor Público-Geral Federal são remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares da Carreira Defensor Público da União (art. 1º da Lei nº 11.358/2006)

(*) A partir de 1º de julho de 2006, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares da Carreira Defensor Público da União (art. 1º da Lei nº 11.358/2006)

Além dessas parcelas não são devidas as parcelas remuneratórias referidas nos arts. 5º ao 6º do MP 305/2006.

Os Defensores Públicos Federais de 1ª e 2ª Categorias são remunerados pelo regime de dedicação exclusiva e impedimento de exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, ressalvado o exercício do magistério, havendo compatibilidade de horários. (art. 5 do MP 440/2008)

A Defensoria Pública da União é integrada pela Carreira de Defensor Público Federal, composta de 3 (três) categorias de cargos efetivos: (art. 19 da Lei Complementar nº 80, de 31.01.1994)

I – Defensor Público Federal de 1ª Categoria (initial);

II – Defensor Público Federal de 2ª Categoria (intermediária);

III – Defensor Público Federal de Categoria Especial (final).

Os Defensores Públicos Federais de 2ª Categoria atuarão junto aos Juízes Federais, aos Júris dos Juizados Especiais Federais, aos Tribunais Regionais Federais, nas turnas dos Juizados Especiais Federais, nos Tribunais Regionais do Trabalho e nos Tribunais Regionais Eleitorais. (Redação dada pela Lei Complementar nº 132, de 2009).

Os Defensores Públicos Federais de 1ª Categoria atuarão nos Tribunais Regionais Federais, nas turnas dos Juizados Especiais Federais, nos Tribunais Regionais do Trabalho e nos Tribunais Regionais Eleitorais. (Redação dada pela Lei Complementar nº 132, de 2009).

Os Defensores Públicos Federais de Categoria Especial atuarão no Superior Tribunal de Justiça, no Tribunal Superior do Trabalho, no Tribunal Superior Eleitoral, no Superior Tribunal Militar e na Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais. (Redação dada pela Lei Complementar nº 132, de 2009).

A Defensoria Pública da União tem por chefê o Defensor Público-Geral Federal, nomeado pelo Presidente da República, dentre membros estáveis da Carreira e maiores de 35 (trinta e cinco) anos, escolhidos em lista tríplice formada pelo voto direto, secreto, plurinominal e obrigatório de seus membros, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta de membros Senado Federal, para mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, precedida de nova aprovação pelo Senado Federal. (Redação dada pela Lei Complementar nº 132, de 2009).


O Defensor Público-Geral atuará junto ao Supremo Tribunal Federal. (art. 23 da Lei Complementar nº 80, de 31.01.1994).

Os cargos de natureza especial (art. 76 da Lei nº 12.778/2012 - Anexo C) de Defensor Público-Geral Federal e de Subdefensor Público-Geral Federal são remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares da Carreira Defensor Público da União (art. 1º da Lei nº 11.358/2006)

(*) A partir de 1º de julho de 2006, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares da Carreira Defensor Público da União (art. 1º da Lei nº 11.358/2006)

Além dessas parcelas não são devidas as parcelas remuneratórias referidas nos arts. 5º ao 6º do MP 305/2006.
## 03. ÁREA JURÍDICA

Carreira de Procurador da Fazenda Nacional  
Cargo: Procurador da Fazenda Nacional

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>CATEGORIA</th>
<th>ATIVO SUBSÍDIO (em R$)</th>
<th>APOSENTADO SUBSÍDIO (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>( * )</td>
<td>( ** )</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Especial</td>
<td>24.943,14</td>
<td>24.943,14</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Primeira</td>
<td>22.058,99</td>
<td>22.058,99</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Segunda</td>
<td>19.197,67</td>
<td>19.197,67</td>
</tr>
</tbody>
</table>
**Subsídio** - Anexo I da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XXXV da Lei nº 13.327/2016).

(¹) A partir de 1º de julho de 2006, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares da Carreira Procurador da Fazenda Nacional (art.º 1º da Lei nº 11.358/2006)

Estão compreendidos no subsídio e não são mais devidas as seguintes parcelas remuneratórias:

I - Vencimento Básico;
II - Pro labore de que tratam a Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988, e o art. 4º da Lei nº 10.549, de 13 de novembro de 2002; e
III - Vantagem Pecuniária Individual, de que trata a Lei nº 10.698 de 02.07.2003;

Além dessas parcelas não são devidas as parcelas remuneratórias referidas nos arts. 5º ao 6º da Lei nº 11.358/2006

O subsídio dos integrantes da Carreira Procurador da Fazenda Nacional não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica das espécies remuneratórias do art. 7º da Lei nº 11.358/2006

Observar § 1º, § 2º e § 3º do art. 5 da Lei nº 10.910/2004.

Aos titulares dos cargos de que tratam os incisos I a V e o § 1º do art. 1º da Lei nº 11.358, de 2006, aplica-se o regime de dedicação exclusiva, com o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, ressalvado o exercício do magistério, havendo compatibilidade de horários. (art. 6 da MP 440/2008)

Os honorários advocatícios de sucumbência das causas em que forem parte a União, as autarquias e as fundações públicas federais pertencem originariamente aos ocupantes dos cargos de que trata o Capítulo XV da Lei nº 13.327/2016. Os honorários não integram o subsídio e não servirão como base de cálculo para adicional, gratificação ou qualquer outra vantagem pecuniária. (art. 29 da Lei nº 13.327/2016).

Os honorários não integrarão a base de cálculo, compulsória ou facultativa, da contribuição previdenciária. (art. 32 da Lei nº 11.327, de 2016).

Os valores dos honorários devidos serão calculados segundo o tempo de efetivo exercício do cargo, para os ativos, e pelo tempo de aposentadoria, para os inativos, com efeitos financeiros a contar da publicação da Lei nº 13.327/2016, obtidos pelo rateio nas seguintes proporções: (art. 31 da Lei nº 10.910, de 2004).

I - para os ativos, 50% (cinquenta por cento) de uma a cota-parte após o primeiro ano de efetivo exercício, crescente na proporção de 25 (vinte e cinco) pontos percentuais após completar cada um dos 2 (dois) anos seguintes;

II - para os inativos, 100% (cem por cento) de um a cota-parte durante o primeiro ano de aposentadoria, decrescente à proporção de 7 (sete) pontos percentuais a cada um dos 9 (nove) anos seguintes, mantendo-se o percentual fixo e permanente até a data de cessação da aposentadoria. (§ 1º § 2º e § 3º do art. 31 da Lei nº 11.327, de 2016).

Os órgãos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional adotarão as providências necessárias para viabilizar o crédito dos valores discriminados no art. 30 da Lei nº 11.327/2016 diretamente na instituição financeira mencionada no inciso V do caput do art. 34 da Lei nº 11.327/2016, sem necessidade de transitar pela conta única do Tesouro Nacional. (art. 35 da Lei nº 11.327, de 2016).

Para as competências a que a Lei nº 11.327/2016, os honorários advocatícios serão creditados em folha de pagamento pela União diretamente aos servidores ativos e aos aposentados nos cargos de que trata o Capítulo XV da Lei nº 13.327/2016, no valor referente a uma cota-parte do montante arrecadado no primeiro semestre do ano de 2015, sendo que, para a verba referente aos encargos legais da União, será considerado percentual único de 50% (cinquenta por cento) e, para as demais verbas descritas no art. 30 da Lei nº 13.327/2016, será considerado o percentual de 100% (cem por cento).

(++) Aposentado - Aplica-se às aposentadorias concedidas aos servidores integrantes das carreiras de que trata o art. 1º, e às pensões, o disposto na Lei nº 11.358/2006, ressalvadas as aposentadorias e pensões reguladas pelos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887/2004.

Legislações Correspondentes:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Decreto-Lei nº 2.371 de 18.11.87</th>
<th>Lei nº 10.909 de 15.07.2004</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Decreto-Lei nº 7.711 de 22.12.88</td>
<td>Lei nº 10.910 de 15.07.2004</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.538 de 21.12.92</td>
<td>Decreto nº 5.189 de 19.08.2004</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 9.028 de 12.04.95</td>
<td>Portaria Interministerial nº 229.MP.MF de 30.08.2004</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98</td>
<td>Portaria nº 740 de 2809.2004</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2.048-26 de 29.06.2000</td>
<td>Portaria Interministerial nº 45 de 30.03.2005</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 43 de 25.06.2002</td>
<td>Medida Provisória nº 440, de 29.08.2008</td>
</tr>
<tr>
<td>Resolução nº 1 de 14.05.2002</td>
<td>Lei nº 11.890 de 24.12.2008</td>
</tr>
<tr>
<td>Ato Regimental nº 8 de 27.12.2002</td>
<td>Lei nº 13.327 de 29.07.2016 art. 28</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.697 de 02.07.2003</td>
<td>Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 90</td>
</tr>
</tbody>
</table>
## 03. ÁREA JURÍDICA

Carreira de Procurador Federal  
(*) Cargo: Procurador Federal

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>ATIVO</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>SUBSÍDIO (em R$)</td>
<td>SUBSÍDIO (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>(**)</td>
<td>(***)</td>
</tr>
<tr>
<td>Especial</td>
<td>24.943,14</td>
<td>24.943,14</td>
</tr>
<tr>
<td>Primeira</td>
<td>22.058,99</td>
<td>22.058,99</td>
</tr>
<tr>
<td>Segunda</td>
<td>19.197,67</td>
<td>19.197,67</td>
</tr>
</tbody>
</table>
**Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73**

Medida Provisória nº 2.048-28 de 26.06.2002
Decreto nº 4.285 de 26.06.2002
Lei nº 11.358 de 19.10.2006

I - para os ativos, 50% (cinquenta por cento) de uma cota-parte durante o primeiro ano de efetivo exercício, crescente na proporção de 25 (vinte e cinco) pontos percentuais após completar cada um dos 2 (dois) anos seguintes;

II - para os inativos, 100% (cem por cento) de uma cota-parte durante o primeiro ano de aposentadoria, de acordo com a proporção de 7 (sete) pontos percentuais a cada um dos 9 (nove) anos seguintes, mantendo-se o percentual fixo e permanente até a data de cessação da aposentadoria. (§1º e §2º do art. 31 da Lei nº 11.327, de 2016).

Os órgãos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional adotarão as providências necessárias para viabilizar o crédito dos valores discriminados nos arts. 30 e 31 da Lei nº 11.327/2016 diretamente na instituição financeira mencionada no inciso V do caput do art. 34 da Lei nº 11.327/2016, sem necessidade de transitar pela conta única do Tesouro Nacional. (art. 35 da Lei nº 11.327, de 2016).

Para as competências de agosto a dezembro de 2016, os honorários advocatícios serão creditados em folha de pagamento pela União diretamente aos servidores ativos e aposentados nos cargos de que trata o Capítulo XV da Lei nº 13.327/2016, no valor referente a uma cota-parte do montante arrecadado no primeiro semestre do ano de 2015, sendo que, para a verba referente aos encargos legais da União, será considerado percentual de 50% (cinquenta por cento) e, para as demais verbas descritas no art. 30 da Lei nº 13.327/2016, será considerado o percentual de 100% (cem por cento).

O subsídio dos integrantes da Carreira Procurador Federal não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica das espécies remuneratórias do art. 7º da Lei nº 11.358/2006. (**) A partir de 1º de julho de 2006, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares da Carreira Procurador Federal (art. 1º da Lei nº 11.358/2006) estão comprendidos no subsídio e não são mais devidas as seguintes parcelas remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica - GDAJ;

III - Vantagem Pecuniária Individual, de que trata a Lei nº 10.697 de 02.07.2002;

Além dessas parcelas não são devidas as parcelas remuneratórias referidas nos arts. 5º ao 6º da Lei nº 11.358/2006.

O subsídio dos integrantes da Carreira Procurador Federal está incluído no percentual fixo de 50% (cinquenta por cento) de um a cota-parte, após o primeiro ano de efetivo exercício, crescente na proporção de 25 (vinte e cinco) pontos percentuais após completar cada um dos 2 (dois) anos seguintes.

Para os inativos,

- A partir de 1º de julho de 2006, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares da Carreira Procurador Federal (art. 1º da Lei nº 11.358/2006) estão sendo remunerados pelo subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, nos termos da legislação e regulamentação específica das espécies remuneratórias do art. 7º da Lei nº 11.358/2006.

Legislações Correspondentes:
- Decreto nº 2.333 de 11.06.87
- Parecer nº 538.92
- Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000
- Decreto nº 3.304 de 07.07.1995
- lei nº 8.538 de 21.12.92
- Lei-Delegada nº 13 de 27.08.92
- Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001
- Lei nº 10.549 de 13.11.2002
- Lei nº 10.697 de 02.07.2002
- Medida Provisória nº 2048-34 de 20.07.2000
- Medida Provisória nº 2048-36 de 23.02.2001
- Decreto nº 4.285 de 26.06.2002
- Medida Provisória nº 2048-37 de 20.07.2000
- Medida Provisória nº 2048-38 de 30.07.2000
- Decreto nº 4.285 de 26.06.2002
- Decreto nº 4.344 de 21.10.2002
- Medida Provisória nº 2048-40 de 25.07.2000
- Decreto nº 4.344 de 21.10.2002

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
03. ÁREA JURÍDICA

( * ) Quadros Suplementares da Advocacia-Geral da União (art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43/2001)

<table>
<thead>
<tr>
<th>CATEGORIA</th>
<th>ATIVO SUBSÍDIO (em R$)</th>
<th>APOSENTADO SUBSÍDIO (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Especial</td>
<td>24.943,14</td>
<td>24.943,14</td>
</tr>
<tr>
<td>Primeira</td>
<td>22.058,99</td>
<td>22.058,99</td>
</tr>
<tr>
<td>Segunda</td>
<td>19.197,67</td>
<td>19.197,67</td>
</tr>
</tbody>
</table>


Os honorários advocatícios de sucumbência das causas em que forem parte a União, as autarquias, as fundações públicas federais pertencem originalmente aos ocupantes dos cargos de que trata o Capítulo XV da Lei nº 13.327/2016. Os honorários não integram o subsídio e não servirão como base de cálculo para adicional, gratificação ou qualquer outra vantagem pecuniária. (art. 29 da Lei nº 13.327/2016).

Os honorários não integram a base de cálculo, compulsória ou facultativa, da contribuição previdenciária. (art. 32 da Lei nº 11.327, de 2016).

Os valores dos honorários devidos serão considerados segundo o tempo de efetivo exercício no cargo, para os ativos, e pelo tempo de aposentadoria, para os inativos, com efeitos financeiros a contar da publicação da Lei nº 13.327/2016, obtidos pelo rateio nas seguintes proporções: (art. 31 da Lei nº 13.327, de 2016).

I - para os ativos, 50% (cinquenta por cento) de um a cota-parte após o primeiro ano de efetivo exercício, crescente na proporção de 25 (vinte e cinco) pontos percentuais após completar cada um dos 2 (dois) anos seguintes;

II - para os inativos, 100% (cem por cento) de um a cota-parte durante o primeiro ano de aposentadoria, decrecente à proporção de 7 (sete) pontos percentuais a cada um dos 9 (nove) anos seguintes, mantendo-se o percentual fixo e permanente até a data de cessação da aposentadoria. (§1º §2º e §3º do art. 31 da Lei nº 11.327, de 2016).

Os órgãos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional adotarão as providências necessárias para viabilizar o crédito dos valores discriminados no art. 30 da Lei nº 11.327/2016 diretamente na instituição financeira mencionada no inciso V do caput do art. 34 da Lei nº 11.327/2016, sem necessidade de transitar pela conta única do Tesouro Nacional. (art. 35 da Lei nº 11.327, de 2016).

Para as comissões de agosto a dezembro de 2016, os honorários advocatícios serão creditados em folha de pagamento por Unidade diretamente aos servidores ativos e aos aposentados nos cargos de que trata o Capítulo XV da Lei nº 13.327/2016, no valor referente a uma a cota-parte do montante arrecadado no primeiro semestre do ano de 2015, sendo que, se para a verba referente aos encargos legais da União, será considerado percentual de 50% (cinquenta por cento) e, para as demais verbas descritas no art. 30 da Lei nº 13.327/2016, será considerado percentual de 100% (cem por cento).

Subsídio - Anexo I da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XXXV da Lei nº 13.327/2016).

A partir de 1º de julho de 2006, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares dos Quadros Suplementares da Advocacia-Geral da União (art. 1º da Lei nº 11.358/2006)

Estão compreendidos no subsídio e não são mais devidas as seguintes parcelas remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica - GDAJ;

III - Vantagem Pecuniária Individual, de que trata a Lei nº 10.698 de 02.07.2003;

Além dessas parcelas não são devidas as parcelas remuneratórias referidas nos arts. 5º ao 6º da Lei nº 11.358/2006.

O subsídio dos integrantes dos Quadros Suplementares da Advocacia-Geral da União não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica das espécies remuneratórias do art. 7º da Lei nº 11.358/2006.

As vantagens do artigo 45 da MP 2229-43/2001 não serão devidas aos ocupantes dos Quadros Suplementares da Advocacia-Geral da União.


Aos titulares dos cargos de que tratam os incisos I a V e § 1º do art. 1º da Lei nº 11.358, de 2006, aplica-se o regime de dedicação exclusiva, com o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, ressalvado o exercício do magistério, havendo com parcitabilidade de horários. (art. 6 da MP 440/2008).

(*) Aposentado - Aplica-se às aposentadorias concedidas aos servidores integrantes das carreiras de que trata o art. 1º, e às pensões, do disposto na Lei nº 13.358/2006, ressalvadas as aposentadorias e pensões reguladas pelos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
### Nível Superior

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>ATIVO</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>SUBSÍDIO (em R$)</td>
<td>SUBSÍDIO (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>(*)</td>
<td>(**)</td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td>IV</td>
<td>24.142,65</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>23.471,92</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>23.056,90</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>22.649,21</td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td>III</td>
<td>21.778,08</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>21.351,07</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>20.932,42</td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td>III</td>
<td>20.521,97</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>19.732,67</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>19.345,75</td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td>III</td>
<td>18.966,43</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>18.594,54</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>16.933,64</td>
</tr>
</tbody>
</table>
O quadro de pessoal do Banco Central do Brasil é formado pela Carreira de Especialista do Banco Central do Brasil, com posta por cargos de Analista do Banco Central do Brasil, de nível superior, e de Técnico do Banco Central do Brasil, de nível médio, e pela Carreira de Procurador do Banco Central do Brasil, composta por cargos de Procurador do Banco Central do Brasil, de nível superior. (art.1º da Lei nº 9.650, de 1998 - redação dada pelo art. 2º da Lei nº 10.769, de 2003)

Subsídio - Anexo VI da MP 440/2008

( * ) A partir de 1º de julho de 2008, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares dos seguintes cargos de provimento efetivo da Carreira de Especialista do Banco Central do Brasil.

Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas as seguintes parcelas remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Qualificação - GQ, de que trata o art. 10 desta Lei;

III - Gratificação de Atividade do Banco Central - GABC, de que trata o art. 11 desta Lei; e

IV - Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003

Além dessas parcelas não são devidas as parcelas remuneratórias referidas nos arts. 9º-C da Lei nº 9.650/98 (MP440/2008)

O subsídio dos integrantes da Carreira de Especialista do Banco Central do Brasil, não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica do art. 9º-A da Lei nº 9.650/08

Aos titulares dos cargos integrantes da Carreira de Especialista do Banco Central do Brasil aplica-se o regime de dedicação exclusiva, com o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, ressalvado o exercício do magistério, havendo compatibilidade de horários (art. 22 da MP 440/2008)

Sistema de Desenvolvimento da Carreira - art. 154 da MP 440/2008

( ** ) Aposentado - Aplica-se às aposentadorias concedidas aos servidores da Carreira de Especialista do Banco Central do Brasil o art. 9º-G da Lei nº 9.650/2008 (MP440/2008)

Legislação Correspondente:

Portaria nº 9.176 de 20.11.97
Medida Provisória nº 1.650-18 de 05.05.98
Lei nº 9.650 de 27.05.98
Portaria nº 7.966 de 07.12.98
Portaria nº 9.569 de 29.06.99
Portaria nº 10.298 de 06.10.99
Portaria nº 11.994 de 12.04.2000
Medida Provisória nº 2048-26 de 26.06.2000
Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000
Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000
Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000
Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000
Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001
Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001
Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001
Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001
Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001
Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001
Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001
Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001
Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001
Lei nº 10.331 de 18.12.2001
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Lei nº 10.769 de 19.11.2003
Lei nº 11.094 de 13.01.2005
Lei nº 210 de 31.08.2004
Lei nº 295 de 25.05.2006
Lei nº 11.344 de 08.09.2006
Medida Provisória nº 440 de 29.08.2008
Lei nº 11.890 de 24.12.2008
Lei nº 12.808 de 08.05.2013
Lei nº 13.327 de 29.07.2016 art. 19º e 20º
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 90
## 04. BANCO CENTRAL DO BRASIL

Carreira de Procurador do Banco Central do Brasil
Procurador do Banco Central do Brasil

<table>
<thead>
<tr>
<th>CATEGORIA</th>
<th>ATIVO SUBSÍDIO (em R$)</th>
<th>APOSENADO SUBSÍDIO (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>(* )</td>
<td>(** )</td>
</tr>
<tr>
<td>Especial</td>
<td>24.943,14</td>
<td>24.943,14</td>
</tr>
<tr>
<td>Primeira</td>
<td>22.058,99</td>
<td>22.058,99</td>
</tr>
<tr>
<td>Segunda</td>
<td>19.197,67</td>
<td>19.197,67</td>
</tr>
</tbody>
</table>
O quadro de pessoal do Banco Central do Brasil é formado pela **Carreira de Especialista do Banco Central do Brasil**, composta por cargos de Analista do Banco Central do Brasil, de nível superior, e de Técnico do Banco Central do Brasil, de nível médio, e pela **Carreira de Procurador do Banco Central do Brasil**, composta por cargos de Procurador do Banco Central do Brasil, de nível superior. (art.1º da Lei nº 9.850, de 1998 - redação dada pelo art. 2º da Lei nº 10.769, de 2003)

**Subsídio - Anexo III da MP 440/2008**

(* * *) A partir de 1º de julho de 2006, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, aos titulares da Carreira Procurador Federal (art. 1º da Lei nº 11.358/2006).

Estão compreendidos no subsídio e não são mais devidas as seguintes parcelas remuneratórias:

- I - Vencimento Básico;
- II - Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica - GDAJ;
- III - Vantagem Pecuniária Individual, de que trata a Lei nº 10.698 de 02.07.2003;

Além dessas parcelas não são devidas as parcelas remuneratórias referidas nos arts. 5º ao 6º da Lei nº 11.358/2006

O subsídio dos integrantes da Carreira Procurador Federal não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica das espécies remuneratórias do art. 7º da Lei nº 11.358/2006

As vantagens do artigo 45 da MP 2229-43/2001 não serão devidas aos ocupantes do Cargo de Procurador Federal

Aos titulares dos cargos de que tratam os incisos I a V e o § 1º do art. 1º da Lei nº 11.358, de 2006, aplica-se o regime de dedicação exclusiva, com o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, ressalvado o exercício do magistério, havendo compatibilidade de horários. (art. 6 da MP 440/2008)

(***) Aposentado - Aplica-se às aposentadorias concedidas aos servidores integrantes das carreiras de que trata o art. 1º, e às pensões, o disposto da Lei nº 11.358/2006, ressalvadas as aposentadorias e pensões reguladas pelos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. (art. 8º da Lei nº 11.358/2006)

**Legislações Correspondentes:**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Portaria</th>
<th>Medida Provisória</th>
<th>Lei</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>nº 9.176</td>
<td>de 20.11.97</td>
<td>9.850 de 27.05.98</td>
</tr>
<tr>
<td>nº 10.298</td>
<td>de 06.10.99</td>
<td>10.697 de 02.07.2003</td>
</tr>
<tr>
<td>2048-26</td>
<td>de 26.06.2000</td>
<td>10.769 de 19.11.2003</td>
</tr>
<tr>
<td>2048-28</td>
<td>de 28.08.2000</td>
<td>10.910 de 15.07.2004</td>
</tr>
<tr>
<td>2048-29</td>
<td>de 27.09.2000</td>
<td>Decreto nº 5.207 de 16.09.2004</td>
</tr>
<tr>
<td>2048-31</td>
<td>de 23.11.2000</td>
<td>Lei nº 1.031 de 18.12.2001</td>
</tr>
<tr>
<td>2048-33</td>
<td>de 28.12.2000</td>
<td>Medida Provisória nº 305 de 29.06.2006</td>
</tr>
<tr>
<td>2136-34</td>
<td>de 26.01.2001</td>
<td>Lei nº 11.358 de 19.10.2006</td>
</tr>
<tr>
<td>2136-35</td>
<td>de 23.02.2001</td>
<td>Medida Provisória nº 440 de 29.08.2008</td>
</tr>
<tr>
<td>2136-36</td>
<td>de 27.03.2001</td>
<td>Lei nº 11.890 de 24.12.2008</td>
</tr>
<tr>
<td>2136-37</td>
<td>de 26.04.2001</td>
<td>Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 31</td>
</tr>
<tr>
<td>2136-38</td>
<td>de 24.05.2001</td>
<td>Lei nº 12.269 de 21.06.2010</td>
</tr>
<tr>
<td>2150-40</td>
<td>de 28.06.2001</td>
<td>Lei nº 13.327 de 29.07.2016 art. 28</td>
</tr>
<tr>
<td>-</td>
<td></td>
<td>Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 90</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Elaborado:CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
### 04. BANCO CENTRAL DO BRASIL

Carreira de Especialista do Banco Central do Brasil
Cargo: Técnico do Banco Central do Brasil

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Médio</th>
<th>Classe</th>
<th>Subsídio (em R$)</th>
<th>ATIVO</th>
<th>Pós-17</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td>IV</td>
<td>11.039,05</td>
<td>11.039,05</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>10.531,26</td>
<td>10.531,26</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>10.214,61</td>
<td>10.214,61</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>9.907,47</td>
<td>9.907,47</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>9.302,79</td>
<td>9.302,79</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>9.023,08</td>
<td>9.023,08</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>8.751,77</td>
<td>8.751,77</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>7.970,54</td>
<td>7.970,54</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>7.730,89</td>
<td>7.730,89</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>7.498,43</td>
<td>7.498,43</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>6.829,08</td>
<td>6.829,08</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>6.623,74</td>
<td>6.623,74</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>6.424,57</td>
<td>6.424,57</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
O quadro de pessoal do Banco Central do Brasil é formado pela **Carreira de Especialista do Banco Central do Brasil**, composta por cargos de Analista do Banco Central do Brasil, de nível superior, e de **Técnico do Banco Central do Brasil, de nível médio**, e pela Carreira de Procurador do Banco Central do Brasil, composta por cargos de Procurador do Banco Central do Brasil, de nível superior. (art.1º da Lei nº 9.650, de 1998 - redação dada pelo art. 2º da Lei nº 10.769, de 2003)

**Subsídio** - Anexo VI da MP 440/2008

(*) A partir de 1º de julho de 2008, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares dos seguintes cargos de provimento efetivo da Carreira de Especialista do Banco Central do Brasil.

**Legislação Correspondente:**

- Portaria nº 9.176 de 20.11.97
- Medida Provisória nº 1.650-18 de 05.05.98
- Lei nº 9.650 de 27.05.98
- Portaria nº 7.966 de 07.12.98
- Portaria nº 9.569 de 29.06.99
- Portaria nº 10.298 de 06.10.99
- Portaria nº 11.994 de 12.04.2000
- Medida Provisória nº 2048-26 de 26.06.2000
- Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000
- Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000
- Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000
- Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000
- Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001
- Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001
- Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001
- Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001
Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001
Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001
Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001
Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001
Lei nº 10.331 de 18.12.2001
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 11.094 de 13.01.2005
Lei nº 11.344 de 08.09.2006
Medida Provisória nº 440 de 29.08.2008
Lei nº 13.327 de 29.07.2016 art. 19º e 20º
### 05. COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM

**Plano de Carreiras e Cargos da CVM**
- Carreira de Analista da CVM
- Cargo: Analista da CVM
- Carreira de Inspetor da CVM
- Cargo: Inspetor da CVM

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>Nível Superior</th>
<th>ATIVO</th>
<th>APOSENTO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>SUBSÍDIO (em R$)</td>
<td>SUBSÍDIO (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>( * )</td>
<td>( ** )</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>24.142,66</td>
<td>24.142,66</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>23.741,92</td>
<td>23.741,92</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>23.056,90</td>
<td>23.056,90</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>22.649,21</td>
<td>22.649,21</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>21.778,09</td>
<td>21.778,09</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>21.351,07</td>
<td>21.351,07</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>20.932,41</td>
<td>20.932,41</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>B</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>20.521,98</td>
<td>20.521,98</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>19.732,67</td>
<td>19.732,67</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>19.345,75</td>
<td>19.345,75</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>18.966,43</td>
<td>18.966,43</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>18.594,53</td>
<td>18.594,53</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>16.933,64</td>
<td>16.933,64</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Fica estruturado o Plano de Carreiras e Cargos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, abrangendo os titulares de cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da CVM, de que trata o art. 3º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e a Lei nº 9.015, de 30 de março de 1995, composta pelos seguintes Carreiras e cargos: Carreira de Analista da CVM, composta pelos cargos de Analista da CVM e Carreira de Inspetor da CVM, composta pelos cargos de Inspetor da CVM, (art. 67 da Lei nº 11.890/2008).

Os atuais cargos ocupados cujos titulares tenham observado o disposto no § 3º do art. 67 da Lei nº 11.890/2008, bem como os cargos vagos e os demais à medida que vagarem, de Analista da CVM e de Inspetor da CVM passam a integrar as Carreiras de que tratam, respectivamente, as alíneas "a" e "b" inciso I do caput do art. 67 da Lei nº 11.890/2008. (§ 1º do art. 67 da Lei nº 11.890/2008)

**Subsídio** - Anexo XIV da MP 440/2008

(*) A partir de 1º de julho de 2008, os titulares dos cargos integrantes das carreiras que se referem as alíneas "a" e "b" do inciso I do art. 67 da MP 440/2008 passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos titulares dos cargos a que se referem as alíneas "a" e "b" do inciso I do art. 67, a partir de 1º de julho de 2008, as seguintes espécies remuneratórias:

- I - Vencimento Básico;
- II - Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Valores Mobiliários, de que trata o art. 13 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 2001;
- III - Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a Lei n° 10.698, de 2003.

Além das parcelas e vantagens de que trata o art. 82 MP 440/2008, não são devidas aos titulares dos cargos a que se referem as alíneas "a" e "b" do inciso I do art. 67 da MP 440/2008, a partir de 1º de julho de 2008, as seguintes parcelas referidas no art. 83 da MP 440/2008.

O subsídio dos integrantes das carreiras de que tratam as alíneas "a" e "b" do inciso I do art. 67 da MP 440/2008 não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica, conforme e art. 85 da MP 440/2008.

Aos titulares dos cargos integrantes das Carreiras de Analista da CVM e de Inspetor da CVM aplica-se o regime de dedicação exclusiva, com o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, ressalvado o exercício do magistério, havendo compatibilidade de horários (art. 100 da MP 440/2008) Sistema de Desenvolvimento da Carreira - art. 154 da MP 440/2008


**Legislações Correspondentes:**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Lei nº 9.015 de 30.03.95</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Decreto nº 1.519 art. 5º e art. 7º, incisos I e II, de 08.06.95</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 145 de 07.06.96</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001</td>
</tr>
<tr>
<td>Decreto nº 3.762 de 05.03.2001</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001</td>
</tr>
</tbody>
</table>

| Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001 |
| Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001 |
| Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001 |
| Lei nº 10.331 de 18.12.2001 |
| Lei nº 10.697 de 02.07.2003 |
| Lei nº 10.698 de 02.07.2003 |
| Decreto nº 4.843 de 24.09.2003 art. 1º |
| Lei nº 10.769 de 19.11.2003 |
| Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004 |
| Lei nº 11.094 de 13.01.2005 |
| Decreto nº 5.407 de 31.03.2005 |
| Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006 |
| Lei nº 11.356 de 19.10.2006 |
| Medida Provisória nº 440 de 29.08.2008 |
| Lei nº 11.890 de 24.12.2008 |
| Lei nº 12.808 de 08.05.2013 |
| Lei nº 13.327 de 29.07.2016 art. 16º |
| Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 90 |
### 05. COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM

Plano de Carreiras e Cargos da CVM

Carreira de Agente Executivo da CVM

Cargo: Agente Executivo da CVM

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Intermediário</th>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>ATIVO SUBSÍDIO (em R$)</th>
<th>APOSENTADO SUBSÍDIO (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>( * )</td>
<td>( ** )</td>
</tr>
<tr>
<td>Especial</td>
<td>IV</td>
<td></td>
<td>9.357,34</td>
<td>9.357,34</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td></td>
<td>9.128,05</td>
<td>9.128,05</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td></td>
<td>8.906,12</td>
<td>8.906,12</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td></td>
<td>8.687,49</td>
<td>8.687,49</td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td>III</td>
<td></td>
<td>8.234,99</td>
<td>8.234,99</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td></td>
<td>8.033,26</td>
<td>8.033,26</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td></td>
<td>7.836,50</td>
<td>7.836,50</td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td>III</td>
<td></td>
<td>7.428,84</td>
<td>7.428,84</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td></td>
<td>7.249,02</td>
<td>7.249,02</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td></td>
<td>7.072,86</td>
<td>7.072,86</td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td>III</td>
<td></td>
<td>6.702,44</td>
<td>6.702,44</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td></td>
<td>6.519,79</td>
<td>6.519,79</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td></td>
<td>6.342,15</td>
<td>6.342,15</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Fica estruturado o Plano de Carreiras e Cargos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, abrangendo os titulares de cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da CVM, de que trata o art. 3º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e a Lei nº 9.015, de 30 de março de 1995, composto pelas seguintes Carreiras e cargos: de nível intermediário, cargos de Agente Executivo da CVM e de Auxiliar de Serviços Gerais do Quadro de Pessoal da CVM. (art. 67 da Lei nº 11.890/2008).

A partir de 1º de janeiro de 2017, os cargos ocupados de Agente Executivo do Quadro de Pessoal da CVM cuja investidura tenha observados as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1998 e, se posterior a essa data, tenha decorrido de aprovação em concurso público, além dos cargos vagos e dos demais cargos, à medida que vagarem, passam a integrar a Carreira de que trata o parágrafo único do art. 67 a Lei nº 11.890/2008.

A partir de 1º de janeiro de 2017, o cargo de Nível Intermediário de Agente Executivo fica reorganizado na Carreira de Agente Executivo da CVM. (§ único do art. 67 da Lei nº 11.890/2008) - redação dada pelo art. 17 da Lei nº 13.327/2016.

Os servidores titulares dos cargos de nível intermediário do Quadro de Pessoal da CVM serão enquadrados nos cargos do Plano de Carreiras e Cargos da CVM, de acordo com as respectivas atribuições, os requisitos de formação profissional e a posição relativa na Tabela, nos termos do Anexo XVI da Lei nº 11.890/2008 (art. 87 da Lei nº 11.890/2008).

Subsídio - Anexo XV-A da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008

A partir de 1º de janeiro de 2017, os titulares dos cargos integrantes da Carreira de Agente Executivo passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória. (art. 86-A da Lei nº 11.890/2008 - redação dada pelo art. 17 da Lei nº 13.327/2016).

A partir de 1º de janeiro de 2017, estarão compreendidos no subsídio e não serão mais devidas aos titulares dos cargos da Carreira de Agente Executivo, as seguintes espécies remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Desempenho de Atividades Específicas da CVM - GDECM, de que trata o inciso I do art. 90 da Lei nº 11.890/2008.

Aplicar-se-á o disposto nos art. 83 a art. 85 da Lei nº 11.880/2008 em relação à percepção do subsídio pelos integrantes da Carreira de Agente Executivo da CVM. (art. 86-B da Lei nº 11.880/2008).


(*) Aposentado: Aplica-se à aposentadoria concedida aos servidores integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da CVM, de que tratam os arts. 67 e 68 da Lei nº 11.890/2008 e o § 1º do art. 87 da Lei nº 11.890/2008 e as pensões, ressalvadas as aposentadorias e pensões reguladas pelos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, no que couber, o disposto nesta lei em relação aos servidores que se encontram em atividade. (Art. 89 da Lei nº 11.890/2008).

(**) Aposentado: O enquadramento a que se refere o § 4º do art. 67 da Lei nº 11.890/2008 não representa, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação ao cargo, ao Art. 88 e às atribuições atuais desenvolvidas aos seus titulares. (§ 5º do art. 68 da Lei nº 11.890/2008).

Os efeitos decorrentes do enquadramento a que se refere o § 4º do art. 68 da Lei nº 11.890/2008 aplicar-se-ão ao posicionamento dos aposentados e pensionistas nas tabelas remuneratórias da Carreira de Agente Executivo, nos termos em que a aposentadoria ou a instituição da pensão tenha ocorrido com fundamento nos arts. 3º, 4º ou 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, ou no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005. (§ 6º do art. 68 da Lei nº 11.890/2008).

O posicionamento dos aposentados e dos pensionistas que se refere o § 6º do art. 68 da Lei nº 11.890/2008 na Tabela de subdiário da Carreira de Agente Executivo será referenciado à situação em que o servidor se encontrava na data da aposentadoria ou em que se originou a pensão, respeitadas as alterações relativas a posicionamentos decorrentes de legislação específica. (§ 7º do art. 68 da Lei nº 11.890/2008).

Legislações Correspondentes:

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Lei nº 9.015 de 30.03.95</td>
<td>Lei nº 10.698 de 02.07.2003</td>
<td>Lei nº 11.890 de 24.12.2008 art.91</td>
</tr>
<tr>
<td>Decreto nº 1.519 art. 5º e art. 7º incis. I e II de 08.08.85</td>
<td>Lei nº 10.699 de 09.07.2003</td>
<td>Decreto nº 7.133 de 19.03.2010</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 145 de 07.06.96</td>
<td>Decreto nº 4.843 de 24.09.2003</td>
<td>Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98</td>
<td>Lei nº 10.888 de 24.07.2004</td>
<td>Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art.11</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2194-6 de 23.08.2001</td>
<td>Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004</td>
<td>Medida Provisória nº 428 de 08.05.2013</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 35 de 27.03.2002</td>
<td>Decreto nº 5.407 de 31.03.2005</td>
<td>Lei nº 13.327 de 29.07.2016 art.16 e art. 17</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.525 de 06.08.2002</td>
<td>Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
### 06. DIPLOMACIA

Carreira de Diplomata
Cargo: Diplomata

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>ATIVO SUBSÍDIO (em R$)</th>
<th>APOSENTADO SUBSÍDIO (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>( *)</td>
<td>( **)</td>
</tr>
<tr>
<td>Ministro de Primeira Classe</td>
<td>24.142,66</td>
<td>24.142,66</td>
</tr>
<tr>
<td>Ministro de Segunda Classe</td>
<td>23.216,12</td>
<td>23.216,12</td>
</tr>
<tr>
<td>Conselheiro</td>
<td>21.611,73</td>
<td>21.611,73</td>
</tr>
<tr>
<td>Primeiro Secretário</td>
<td>20.114,09</td>
<td>20.114,09</td>
</tr>
<tr>
<td>Segundo Secretário</td>
<td>18.724,06</td>
<td>18.724,06</td>
</tr>
<tr>
<td>Terceiro Secretário</td>
<td>16.935,40</td>
<td>16.935,40</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Subsídio - (Anexo VII à Lei no 11.890, de 24 de dezembro de 2008)

(*) A partir de julho/2008, os titulares dos cargos de provimento efetivo da Carreira de Diplomata, que integra o Serviço Exterior Brasileiro nos termos do art. 2º da Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas as seguintes parcelas remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Desempenho de Atividade Diplomática - GDAD, de que trata o art. 3º da Lei no 10.479/2002; e

III - Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a Lei no 10.698, de 2003.

Além dessas parcelas não são devidas as parcelas remuneratórias referidas no art. 27 da Lei no 11.890/2008 O subsídio dos integrantes da Carreira de que trata o art. 25 da Lei no 11.890/2008 não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica, de: gratificação natalina; adicional de férias; abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003; retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento; e parcelas indenizatórias previstas em lei.

Aos titulares dos cargos integrantes da Carreira de Diplomata aplica-se o regime e de dedicação exclusiva, com o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, ressalvado o exercício do magistério, havendo compatibilidade de horários. (art. 31 da Lei no 11.890/2008)

A Lei no 5.809, de 10 de outubro de 1972 regula a retribuição no exterior e dispensa sobre outros direitos dos servidores públicos e dos militares, em serviço da União no exterior.(art. 55 da Lei no 13.328, de 2016)

O Anexo da Lei no 5.809, de 10 de outubro de 1972, passa a denominar-se Anexo I da Lei no 13.328/2016.(art. 57 da Lei no 13.328/2016).

A Lei no 5.809, de 10 de outubro de 1972, passa a vigorar acrescida de Anexo II, na forma do Anexo XII da Lei no 13.328/2016.(art. 58 da Lei no 13.328/2016).

(**) Aposentado - Aplica-se às aposentadorias concedidas aos servidores integrantes da Carreira Diplomata e às pensões, ressalvadas as aposentadorias e pensões reguladas pelos arts. 1º e 2º da Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004, no que couber, o disposto na Lei no 11.890/2008 em relação aos servidores que se encontrarem em aposentadoria.

Legislações Correspondentes:

Lei no 6.732 art. 2º de 04.12.79
Decreto-Lei no 1.746 de 27.12.79
Decreto-Lei no 1.820 de 11.12.80 art. 12
Lei nº 7.501 de 27.06.86
Lei nº 7.923 art.2º § 5º item IV de 12.12.89
Decreto-Lei nº 13 de 27.08.92
Portaria Intermínisterial de 14.07.95
Medida Provisória nº 1.225 de 14.12.95
Medida Provisória nº 1.548-37 de 30.10.97
Medida Provisória nº 1.625-42 de 13.03.98
Lei nº 9.625 de 07.04.98
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98
Lei nº 9.868 de 08.12.99
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98
Lei nº 10.331 de 18.12.2001
Lei nº 10.479 de 28.06.2002
Decreto nº 4.248 de 23.05.2002
Decreto nº 4.403 de 03.10.2002
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Decreto nº 4.947 de 06.01.2004
Decreto nº 5.498 de 25.07.2005
Medida Provisória nº 269 de 15.12.2005 art. 11
Decreto nº 5.656 de 29.12.2005
Decreto nº 5.747 de 11.01.2006
Medida Provisória nº 302, de 29.06.2006 art. 22
Lei nº 11.319 de 06.07.2006
Lei nº 11.440 de 29.12.2006
Medida Provisória nº 440 de 29.08.2008
Lei nº 11.890 de 24.12.2008
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 50
Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art 49
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 55 e art. 90
Medida Provisória nº 765 de 29.12.2016 art. 29

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
### 06. DIPLOMACIA

**Carreira de Oficial de Chancelaria**

**Cargo:** Oficial de Chancelaria

**Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>Classe</th>
<th>Padrão</th>
<th>Ativo</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Subsídio (em R$)</td>
<td>Subsídio (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>(*)</td>
<td>(**)</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Especial</strong></td>
<td>V</td>
<td>12.043,67</td>
<td>12.043,67</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>11.830,76</td>
<td>11.830,76</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>11.621,61</td>
<td>11.621,61</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>11.416,17</td>
<td>11.416,17</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>11.214,40</td>
<td>11.214,40</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>C</strong></td>
<td>V</td>
<td>10.901,98</td>
<td>10.901,98</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>10.708,72</td>
<td>10.708,72</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>10.519,01</td>
<td>10.519,01</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>10.332,76</td>
<td>10.332,76</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>10.149,96</td>
<td>10.149,96</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>B</strong></td>
<td>V</td>
<td>9.867,19</td>
<td>9.867,19</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>9.692,36</td>
<td>9.692,36</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>9.423,06</td>
<td>9.423,06</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>9.255,95</td>
<td>9.255,95</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>9.092,04</td>
<td>9.092,04</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>A</strong></td>
<td>V</td>
<td>8.838,82</td>
<td>8.838,82</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>8.682,32</td>
<td>8.682,32</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>8.528,93</td>
<td>8.528,93</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>8.378,60</td>
<td>8.378,60</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>8.230,00</td>
<td>8.230,00</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
Decreto nº 4.403 de 03.10.2002

Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006 art. 22
Lei nº 11.319 de 06.07.2006
Lei nº 11.440 de 29.12.2006
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 7 e art. 22.
Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Lei nº 12.269 de 21.06.2010
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 51 até art. 54.
Lei nº 12.702 de 07.08.2012
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 90
Medida Provisória nº 765 de 29.12.2016 art. 29
## 06. DIPLOMACIA

Carreira de Assistente de Chancelaria  
Cargo: Assistente de Chancelaria

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>ATIVO</th>
<th></th>
<th>APOSENTO</th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>(**)</td>
<td>(**)</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CLASS</td>
<td>PADRÃO</td>
<td>SUBSÍDIO (em R$)</td>
<td>SUBSÍDIO (em R$)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>---</td>
<td>---</td>
<td>---</td>
<td>---</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td>V</td>
<td>5.870,77</td>
<td>5.870,77</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>5.677,35</td>
<td>5.677,35</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>5.330,63</td>
<td>5.330,63</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>5.155,29</td>
<td>5.155,29</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>4.966,30</td>
<td>4.966,30</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td>V</td>
<td>4.681,38</td>
<td>4.681,38</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>4.527,75</td>
<td>4.527,75</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>4.378,72</td>
<td>4.378,72</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>4.234,17</td>
<td>4.234,17</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>4.095,32</td>
<td>4.095,32</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td>V</td>
<td>6.252,05</td>
<td>6.252,05</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>5.912,04</td>
<td>5.912,04</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>6.464,69</td>
<td>6.464,69</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>6.252,05</td>
<td>6.252,05</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td>V</td>
<td>8.700,42</td>
<td>8.700,42</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>8.413,88</td>
<td>8.413,88</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>8.137,36</td>
<td>8.137,36</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>7.869,38</td>
<td>7.869,38</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>7.611,02</td>
<td>7.611,02</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td>7.147,09</td>
<td>7.147,09</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>6.912,04</td>
<td>6.912,04</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>6.464,69</td>
<td>6.464,69</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>6.252,05</td>
<td>6.252,05</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios N° 73
Subsídio - (Anexo II à Lei no 12.775, de 28 de dezembro de 2012)

( *) A partir de 1º de janeiro de 2013, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixados em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares do cargo da Carreira de Oficial de Chancelaria referida na Lei nº 11.440/2006.

Estão compreendidos no subsídio e não são mais devidos aos titulares dos cargos a que se refere o art. 1º da Lei nº 12.775/2012, a partir de 1º de janeiro de 2013, as seguintes parcelas remuneratórias:

I - vencimento básico;

II - Gratificação de Desempenho de Atividades de Chancelaria - GDACHAN, de que trata a Lei nº 11.907/2009

Não são devidas aos titulares dos cargos a que se refere o art. 1º da Lei nº 12.277/2012, a partir de 1º de janeiro de 2013, as espécies remuneratórias do item I ao XII do art. 3º da Lei nº 12.275/2012.

Os titulares dos cargos a que se refere o art. 1º da Lei 12.775/2012 não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração que tenham sido concedidos em virtude de serem titulares de cargos de nível superior e houverem sido devidos sob o regime de gratificação de desempenho de atos ou serviços, em nível tussen A D e B, que trate a Lei nº 11.907/2009

Os titulares dos cargos a que se refere o art. 1º da Lei nº 12.775/2012 não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração que tenham sido concedidos em virtude de serem licenciados, demitidos, dispensados ou em período de licença normal e indevidas.

Legislações Correspondentes:

Decree-Lei nº 1.820 de 11.12.80 art. 12.
Lei nº 7.501 de 27.06.86
Lei Delegada nº 13 de 27.08.92
Lei nº 8.829 de 22.12.93
Decreto nº 1.565 de 21.07.95
Portaria Interministerial nº 5 de 18.08.95
Medida Provisória nº 1.220 de 14.12.95
Medida Provisória nº 1.548 de 30.10.97
Medida Provisória nº 1.625 de 13.03.98
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98
Lei nº 9.888 de 08.12.99
Lei nº 10.031 de 18.12.2001
Lei nº 10.479 de 28.06.2002
Decreto nº 4.403 de 03.10.2002
Lei nº 10.967 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006 art. 22 e 23
Lei nº 11.319 de 06.07.2006
Lei nº 11.356 de 19.10.2006 art.23
Lei nº 11.440 de 29.12.2006
Lei nº 11.907 de 02.02.09
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 7 e art.22.
Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Lei nº 12.269 de 21.06.2010
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 51 até art. 54.
Lei nº 12.702 de 07.08.2012
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 90
Medida Provisória nº 765 de 29.12.2016 art. 29

Legislações Correspondentes:

- Aposentado - Aplica-se às aposentadorias concedidas aos titulares dos cargos a que se refere o art. 1º da Lei nº 12.775/2012

A partir de 1º de janeiro de 2013, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixados em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares do cargo da Carreira de Oficial de Chancelaria referida na Lei nº 11.440/2006.
### 07. GRUPO GESTÃO

Cargo: Analista de Comércio Exterior (Carreira de Analista de Comércio Exterior)

* Cargo: Auditor Federal de Finanças e Controle (Carreira de Finanças e Controle)

Cargo: Analista de Planejamento e Orçamento (Carreira de Planejamento e Orçamento)

Cargo: Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (Carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental)

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>ATIVO</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>SUBSÍDIO (em R$)</td>
<td>SUBSÍDIO (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>( * )</td>
<td>( ** )</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>ATIVO</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>SUBSÍDIO (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>( * )</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>24.142,66</td>
<td>24.142,66</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>23.471,92</td>
<td>23.471,92</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>23.056,90</td>
<td>23.056,90</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>22.649,21</td>
<td>22.649,21</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>21.778,09</td>
<td>21.778,09</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>21.351,07</td>
<td>21.351,07</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>20.932,41</td>
<td>20.932,41</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>20.521,98</td>
<td>20.521,98</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>19.732,67</td>
<td>19.732,67</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>19.345,75</td>
<td>19.345,75</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>18.966,43</td>
<td>18.966,43</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>18.594,53</td>
<td>18.594,53</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>16.933,64</td>
<td>16.933,64</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

69
## 07. GRUPO GESTÃO

- Cargo: Técnico Federal de Finanças e Controle (Carreira de Finanças e Controle)
- Cargo: Técnico de Planejamento e Orçamento (Carreira de Planejamento e Orçamento)

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Médio</th>
<th>ATIVO (em R$)</th>
<th>APOSENTADO (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>SUBSÍDIO</td>
<td>SUBSÍDIO</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>( *)</td>
<td>( **)</td>
</tr>
<tr>
<td>CLASSE</td>
<td>PADRÃO</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>11.039,05</td>
<td>11.039,05</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>10.531,26</td>
<td>10.531,26</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>10.214,60</td>
<td>10.214,60</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>9.907,47</td>
<td>9.907,47</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>C Especial</td>
<td>III</td>
<td>9.302,79</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>9.023,07</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>8.751,77</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td>III</td>
<td>7.970,54</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>7.730,89</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>7.498,42</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td>III</td>
<td>6.829,08</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>6.623,74</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>6.424,57</td>
</tr>
</tbody>
</table>
**Subsídio - Anexo IV da MP 440/2008**

(*) A partir de 1º de julho de 2008, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares dos cargos de provimento efetivo do art. 10 da MP 440/2008.

Criadas, no Ministério da Fazenda, os cargos de Analista de Finanças e Controle, de nível superior, e de Técnico de Finanças e Controle, de nível médio, constantes do Anexo I do Decreto-Lei nº 2.346 de 23.07.1987 (art. 1º e art. 6º do Decreto-Lei nº 2.346, de 1987).

A partir de agosto de 2016 o cargo de Técnico de Finanças e Controle, integrante da carreira de Finanças e Controle, de que trata o Decreto-Lei nº 2.346, de 23 de julho de 1987, a Lei nº 9.625, de 7 de abril de 1998, e a Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, passa a denominar-se Técnico Federal de Finanças e Controle com atribuições definidas no art. 22 da Lei nº 9.625/1998 (art. 6º e art. 7º e art. 44 da Lei nº 13.327/2016, art. 40 da Lei nº 13.328/2016).

*O equivalente de ministros de finanças e contas no regime normativo jurídico com que se regem os remunerados lotados e em efetivo exercício no Denasus, beneficiários da Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico a Auditoria (GDASUS), instituída pela Lei nº 11.344, de 30 de setembro de 2006, os quais continuam a desempenhar as atribuições previstas no art. 22 da Lei nº 9.625/1998 (art. 7º-A e art. 30 da Lei nº 9.625/98 - art. 40 da Lei nº 13.328/2016).

São qualificados como Órgãos Supervisores: I - da carreira de Finanças e Controle, o Ministério da Fazenda, o Ministério da Saúde e a Controladoria-Geral da União. (Redação dada pelo art. 40 da Lei nº 13.328, de 2016)

II - Gratificação de Desempenho de Atividades de Gestão - GCG, de que trata o art. 8º da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; e

III - Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003.

Além das parcelas e vantagens de que trata o art. 11 da MP 440/2008, não são devidas aos titulares dos cargos a que se refere o art. 10 MP 440/2008, a partir de 1º de julho de 2008, as parcelas referidas nos arts. 12 e 13 da MP 440/2008.

O subsídio dos integrantes das Carreiras de que trata o art. 10 da MP 440/2008, não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica, o que está referido no art. 14 da MP 440/2008.

Aos titulares dos cargos integrantes das Carreiras de que trata o art. 10 da MP 440/2008, aplica-se o regime de dedicação exclusiva, com o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, ressalvado o exercício do magistério, havendo compatibilidade de horários. (art. 17 da MP 440/2008)

**Sistema de Desenvolvimento Carreira - art. 154 da MP 440/2008**

(++) Paposentado - Aplica-se às aposentadorias concedidas aos servidores integrantes das carreiras de que trata o art. 10 MP 440/2008 e às pensões o disposto do art. 16 da MP 440/2008.

**Legislações Correspondentes:**

- Decreto-Lei nº 2.346 de 23.03.87
- Decreto nº 95.076 de 22.10.87
- Decreto nº 98.158 de 21.09.89
- Decreto nº 98.978 de 21.02.90
- Lei Delegada nº 13 de 27.08.92
- Lei nº 8.538 de 21.12.92
- Lei nº 8.880 de 27.05.94
- Medida Provisória nº 1.548-37 de 30.10.97
- Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98
- Portaria nº 45 de 24.06.99
- Portaria nº 01 de 29.02.00
- Portaria nº 29 de 01.03.00
- Portaria nº 236 de 28.04.00
- Medida Provisória nº 2.048-26 de 29.06.2000
- Medida Provisória nº 2.048-28 de 28.06.2000
- Medida Provisória nº 2.048-29 de 27.09.2000
- Medida Provisória nº 2.048-31 de 23.11.2000
- Medida Provisória nº 2.136-34 de 26.01.2001
- Medida Provisória nº 2.136-35 de 23.02.2001
- Decreto nº 3.762 de 05.03.2001
- Portaria nº 171 de 16.03.2001
- Medida Provisória nº 2.136-36 de 27.03.2001
- Portaria nº 193 de 29.03.2001
- Medida Provisória nº 2.136-37 de 30.04.2001
- Medida Provisória nº 2.136-38 de 31.05.2001
- Medida Provisória nº 2.136-39 de 31.05.2001
- Medida Provisória nº 2.136-40 de 28.06.2001
- Medida Provisória nº 2.136-41 de 27.07.2001
- Portaria nº 917 de 09.08.2001
- Medida Provisória nº 2.150-42 de 24.08.2001
- Medida Provisória nº 2.229-43 de 06.09.2001
- Lei nº 10.697 de 02.07.2003
- Lei nº 10.698 de 02.07.2003
- Lei nº 10.769 de 19.11.2003
- Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004
- Lei nº 11.094 de 13.01.2005
- Portaria nº 769 de 12.09.2005
- Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006
- Lei nº 11.356 de 19.10.2006
- Medida Provisória nº 440 de 29.08.2008
- Medida Provisória nº 13.327 de 29.07.2016 - art. 1º, e art. 6º, e art. 7º e art. 44, art. 40 e art. 90.}
### Planilha de Carreiras e Cargos do IPEA

Carreira de Planejamento e Pesquisa do IPEA
Cargo: Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA

#### Nível Superior

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>ATIVO SUBSÍDIO (em R$)</th>
<th>APOSENTADO SUBSÍDIO (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>( * )</td>
<td>( ** )</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>24.142,66</td>
<td>24.142,66</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>23.471,92</td>
<td>23.471,92</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>23.056,90</td>
<td>23.056,90</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>22.649,21</td>
<td>22.649,21</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>21.778,09</td>
<td>21.778,09</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>21.351,07</td>
<td>21.351,07</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>20.932,41</td>
<td>20.932,41</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>20.521,98</td>
<td>20.521,98</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>19.732,67</td>
<td>19.732,67</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>19.345,75</td>
<td>19.345,75</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>18.966,43</td>
<td>18.966,43</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>18.594,53</td>
<td>18.594,53</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>16.933,64</td>
<td>16.933,64</td>
</tr>
</tbody>
</table>
I - Vencimento Básico;
II - Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão - GCG, de que trata o art. 8º da Medida Provisória no 2.229-43, de 2001; e
III - Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a Lei nº 10.698, de 2003.

São compreendidos no subsídio e não são mais devidas aos titulares dos cargos a que se refere o inciso I do caput do art. 102 da Lei 11.890/2008, a partir de 1º de julho de 2008, as seguintes espécies remuneratórias:

Legislações Correspondentes:

- Medida Provisória nº 2.048-26 de 29.06.2000
- Medida Provisória nº 2.048-28 de 28.08.2000
- Medida Provisória nº 2.048-29 de 27.09.2000
- Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000
- Medida Provisória nº 2048-31 de 23.02.2001
- Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001
- Decreto nº 3.762 de 05.03.2001
- Portaria nº 171 de 16.03.2001
- Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001
- Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001
- Medida Provisória nº 2136-39 de 30.05.2001
- Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001
- Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001
- Portaria nº 917 de 09.08.2001
- Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001
- Medida Provisória nº 2150-43 de 27.09.2001
- Medida Provisória nº 2150-44 de 30.09.2001
- Medida Provisória nº 2150-45 de 19.10.2001
- Medida Provisória nº 2150-46 de 23.11.2001
- Medida Provisória nº 2150-47 de 27.11.2001
- Medida Provisória nº 2150-50 de 17.12.2001
- Medida Provisória nº 2150-53 de 02.01.2002

A partir de 1º de julho de 2008, os titulares dos cargos integrantes da carreira de que trata o inciso I do caput do art. 102 da Lei 11.890/2008 passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória. (art. 114 da Lei nº 11.890/2008 - art. 3º da Lei nº 12.269/2010)
09. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA *

Carreira de Auditor Fiscal Federal Agropecuário
** Cargo: Auditor Fiscal Federal Agropecuário

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>ATIVO SUBSÍDIO (em R$)</th>
<th>APOSENTADO SUBSÍDIO (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>(* )</td>
<td>(** )</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>20.376,24</td>
<td>20.376,24</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>19.866,23</td>
<td>19.866,23</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>19.371,50</td>
<td>19.371,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>18.891,58</td>
<td>18.891,58</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td>III</td>
<td>18.179,52</td>
<td>18.179,52</td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>17.735,38</td>
<td>17.735,38</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>17.303,23</td>
<td>17.303,23</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td>III</td>
<td>16.663,72</td>
<td>16.663,72</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>16.263,70</td>
<td>16.263,70</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>15.874,33</td>
<td>15.874,33</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td>III</td>
<td>15.297,36</td>
<td>15.297,36</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>14.935,65</td>
<td>14.935,65</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>14.584,71</td>
<td>14.584,71</td>
</tr>
</tbody>
</table>
mapa - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento


**Subsídio** - (Anexo III à Lei nº 12.775, de 28 de dezembro de 2012)

(*) A partir de 1º de janeiro de 2013, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares dos cargos da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, de que trata a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004.

Estão compreendidos no subsídio e não são mais devidas aos titulares dos cargos da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, a partir de 1º de janeiro de 2013, as seguintes parcelas remuneratórias:

- vencimento básico, e
- Gratificação de Desempenho de Atividade dos Fiscais Federais Agropecuários - GDFFA, de que trata o art. 5º-A da Lei nº 10.883/2004

Não são devidas aos titulares dos cargos da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, a partir de 1º de janeiro de 2013, as espécies remuneratórias do item I a XII do art. 12 da Lei nº 12.775/2012.

Os titulares dos cargos da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado.

O subsídio dos titulares dos cargos da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica, das seguintes espécies remuneratórias: gratificação natalina, adicional de férias, abono de permanência, retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento; e parcelas indenizatórias previstas em lei. (art. 14º da Lei nº 12.775/12)

Aos titulares dos cargos da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário aplica-se o regime de dedicação exclusiva, com o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, potencialmente causadora de conflito de interesses, ressalvado o exercício do magistério, comprovando havê-la prestado.

A indenização de que trata o art. 1º da Lei nº 12.855/2013 será concedida ao servidor ocupante de cargo efetivo da Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.593, de 2002. (§ 1º do art. 1º da Lei nº 12.855/2013)

(*) Aposentado - Aplica-se às aposentadorias concedidas aos titulares dos cargos da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, e às pensões, ressalvadas as aposentadorias e pensões reguladas pelos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887, de 2004, e pela Lei nº 12.618, de 2012, no que couber, o disposto na Lei nº 12.775/2012 em relação aos servidores que se encontram em atividade.

Legislações Correspondentes:

| Lei Delegada nº 13 de 27.08.92 | Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001 |
| Lei nº 8.460 de 17.09.1992 | Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001 |
| Medida Provisória nº 1.588-2 de 13.11.97 | Medida Provisória nº 1.588-42 de 24.08.2001 |
| Lei nº 9.620 de 02.04.98 | Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001 |
| Lei nº 9.641 de 25.05.98 | Lei nº 10.351 de 18.12.2001 |
| Portaria MAR nº 2.179 de 28.07.98 | Lei nº 10.697 de 02.07.2003 |
| Lei nº 9.775 de 21.12.98 | Lei nº 10.689 de 02.07.2003 |
| Portaria nº 1.766 de 24.11.99 | Lei nº 10.883 de 16.06.2004 |
| Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000 | Portaria nº 358 de 25.08.2005 |
| Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000 | Portaria nº 360 de 25.08.2007 |
| Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000 | Medida Provisória nº 431 de 24.05.2008 art. 43 |
| Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000 | Medida Provisória nº 441 de 22.08.2008 art.218 |
| Medida Provisória nº 2136-33 de 28.12.2000 | Decreto nº 7.133 de 19.03.2010 |
| Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001 | Lei nº 12.855 de 02.09.2013 |
| Decreto nº 3.762 de 05.03.2001 | Lei nº 13.328 de 29.07.2016 |
| Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001 | Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001 |
| Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001 | Medida Provisória nº 2136-39 de 31.05.2001 |

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
### 10. Polícia Federal

**Carreira Policial Federal**

**Cargo**: Delegado de Polícia Federal
**Cargo**: Perito Criminal Federal

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>Categoria</th>
<th>Ativo</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td><strong>SUBSÍDIO (em R$)</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>( * )</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>( ** )</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>Posição: janeiro/2017</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>APOSENTO</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>SUBSÍDIO (em R$)</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>( * )</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>( ** )</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

|                | Especial       | 28.262,24 |
|                | Primeira       | 25.439,24 |
|                | Segunda        | 22.197,68 |
|                | Terceira       | 21.644,37 |
A Carreira Policial Federal é composta por cargos de nível superior, cujo ingresso ocorrerá sempre na terceira classe, mediante concurso público, de provas ou de provas e títulos, exigido o curso superior completo, em nível de graduação, observados os requisitos fixados na legislação pertinente. (art. 2º da Lei nº 9.266/1996 com Redação dada pelo art. 2º da Medida Provisória nº 650 de 30.06.2014 convertida na Lei nº 13.034 de 28.10.2014)

O ingresso no cargo de delegado de Polícia Federal, realizado mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, é privativo de bacharel em Direito e exige três anos de atividade jurídica ou policial, comprovados no ato de posse. (art. 2º-B. da Lei nº 9.266/1996 - redação dada pela MP nº 657/2014)

A partir de 1º de julho de 2006, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares da Carreira Policial Federal (art.1º da MP 305/2006)

Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos integrantes da Carreira Policial Federal as seguintes parcelas remuneratórias:

I - Vencimento Básico;
II - Gratificação de Atividade - GAE, de que trata a Lei Delegerada nº 13, de 27 de agosto de 1992;
III - Valores da Gratificação por Operações Especiais - GOE, a que aludem os Decretos-Leis nºs 1.714, de 21 de novembro de 1979, e 2.372, de 18 de novembro de 1987;
IV - Gratificação de Atividade Policial Federal;
V - Gratificação de Compensação Orgânica;
VI - Gratificação de Atividade de Risco;
VII - Indenização de Habilitação Policial Federal; e
VIII - Vantagem Pecuniária Individual, de que trata a Lei nº 10.698, de 2003.

Além dessas parcelas não são devidas as parcelas remuneratórias referidas nos arts. 5º ao 6º da MP 305/2006.

O subsídio dos integrantes da carreira policial Federal não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica das espécies remuneratórias do art. 7º da MP 305/2006.

A indenização de que trata o art. 1º da Lei nº 12.855/2013 será concedida ao servidor ocupante de cargo efetivo da Carreira Policial Federal, de que trata a Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996 (§1º art. 1º da Lei nº 12.855/2013)

(*) Os aposentados - Aplicável-se às aposentadorias concedidas aos servidores integrantes das carreiras de que trata o art. 1º, e às pensões, o disposto da Medida Provisória 305/2006, ressalvadas as aposentadorias e pensões reguladas pelos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Legislação Correspondentes:

Lei nº 4.878 de 03.12.65
Decreto-Lei nº 1.714 de 21.11.79
Decreto-Lei nº 2.251 de 26.02.85
Lei nº 7.548 de 05.12.86
Decreto-Lei nº 2.372 de 18.11.87
Lei nº 7.702 de 21.12.88
Lei nº 7.923 de 12.12.89
Portaria nº 523 de 28.07.89
Lei nº 8.162 de 08.01.91
Lei nº 8.216 de 13.08.91
Lei Delegada nº 13 de 27.08.92
Lei nº 9.014 de 30.03.95
Lei nº 9.264 de 07.02.96 - anexo III
Lei nº 9.266 de 15.03.96
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98
Medida Provisória nº 2.009-1 de 13.01.2000
Medida Provisória nº 2.009-2 de 11.02.2000
Medida Provisória nº 2.009-3 de 10.03.2000
Medida Provisória nº 2.009-4 de 11.04.2000
Medida Provisória nº 2.009-5 de 11.05.2000
Medida Provisória nº 2.009-6 de 08.06.2000
Medida Provisória nº 2.009-7 de 28.06.2000
Medida Provisória nº 2.009-8 de 08.06.2000
Medida Provisória nº 2.009-9 de 28.06.2000
Medida Provisória nº 2.009-10 de 22.09.2000
Medida Provisória nº 2.009-11 de 24.10.2000
Medida Provisória nº 2.009-12 de 23.11.2000
### 10. POLÍCIA FEDERAL

**Carreira Policial Federal**
- Cargo: Agente de Polícia Federal
- Cargo: Escrivão de Polícia Federal
- Cargo: Papiloscopista Policial Federal

#### Nível Superior

<table>
<thead>
<tr>
<th>CATEGORIA</th>
<th>ATIVO SUBSÍDIO (em R$)</th>
<th>APOSENTADO SUBSÍDIO (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>( * )</td>
<td>( ** )</td>
</tr>
<tr>
<td>Especial</td>
<td>17.039,24</td>
<td>17.039,24</td>
</tr>
<tr>
<td>Primeira</td>
<td>13.947,33</td>
<td>13.947,33</td>
</tr>
<tr>
<td>Segunda</td>
<td>11.916,65</td>
<td>11.916,65</td>
</tr>
<tr>
<td>Terceira</td>
<td>11.439,86</td>
<td>11.439,86</td>
</tr>
</tbody>
</table>
A Carreira Policial Federal é composta por cargos de nível superior, cujo ingresso ocorrerá sempre na terceira classe, mediante concurso público, de provas ou de provas e títulos, exigido um curso superior completo, em nível de graduação, observados os requisitos fixados na legislação pertinente. (art. 2º da Lei nº 9.266/1996 com Redação dada pelo art. 2º da Medida Provisória nº 650 de 30.06.2014 convertida na Lei nº 13.034 de 28.10.2014)

(*) A partir de 1º de julho de 2006, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares da Carreira Policial Federal (art. 1º da MP 305/2006)

Estão compreendidos no subsídio e não são mais devidas aos integrantes da Carreira Policial Federal as seguintes parcelas remuneratórias:

I - Vencimento Básico;
II - Gratificação de Atividade - GAE de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992;
III - Valores da Gratificação por Operações Especiais - GOE, a que aludiam os Decreto-Leis nºs 1.714, de 21 de novembro de 1979, e 2.372, de 18 de novembro de 1987;
IV - Gratificação de Atividade Policial Federal;
V - Gratificação de Compensação Orgânica;
VI - Gratificação de Atividade de Risco;
VII - Indenização de Habilitação Policial Federal;
VIII - Vantagem Pecuniária Individual, de que trata a Lei nº 10.698, de 2003.

Além dessas parcelas não são devidas as parcelas remuneratórias referidas nos arts. 5º ao 6º da MP 305/2006.

O subsídio dos integrantes da carreira Policial Federal não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica das espécies remuneratórias do art. 7º da MP 305/2006.

1º da Lei nº 12.855/2013 será

(**) Aposentado - Aplica-se às aposentadorias concedidas aos servidores integrantes das carreiras de que trata o art. 1º, e às pensões, o disposto da Medida Provisória 305/2006, ressalvadas as aposentadorias e pensões reguladas pelos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Legislações Correspondentes:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Lei</th>
<th>Decreto</th>
<th>Medida Provisória</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>7.548 de 05.12.86</td>
<td>7.548 de 23.02.2001</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2.320 de 26.01.1987</td>
<td>2.116-15 de 26.01.2001</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2.372 de 18.11.87</td>
<td>2.116-16 de 23.02.2001</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2.418 de 08.03.1988</td>
<td>2.116-17 de 26.01.2001</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>7.702 de 21.12.88</td>
<td>2.116-18 de 24.05.2001</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>523 de 28.07.89</td>
<td>2.116-20 de 21.12.88</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>8.162 de 08.01.91</td>
<td>2.116-21 de 28.06.2001</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>8.216 de 13.08.91</td>
<td>2.116-22 de 28.06.2001</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>9.014 de 30.03.91</td>
<td>2.116-23 de 28.06.2001</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>9.266 de 15.03.96</td>
<td>2.116-24 de 28.06.2001</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2.179 de 28.07.98</td>
<td>2.116-26 de 28.06.2001</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2.009-1 de 13.01.2000</td>
<td>2.116-28 de 28.06.2001</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2.009-2 de 11.02.2000</td>
<td>2.116-29 de 28.06.2001</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2.009-3 de 10.03.2000</td>
<td>2.116-30 de 28.06.2001</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2.009-4 de 11.04.2000</td>
<td>2.116-31 de 28.06.2001</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2.009-5 de 11.05.2000</td>
<td>2.116-32 de 28.06.2001</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2.009-6 de 08.06.2007</td>
<td>2.116-33 de 28.06.2001</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2.041-7 de 28.06.2000</td>
<td>7.014 de 23.11.2009</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2.041-9 de 25.08.2000</td>
<td>12.855 de 02.09.2013</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2.041-10 de 22.09.2000</td>
<td>12.855 de 02.09.2013</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2.041-12 de 23.11.2000</td>
<td>12.855 de 02.09.2013</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>


### 11. POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Carreira Policial Rodoviário Federal
Cargo: Policial Rodoviário Federal

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>ATIVO (em R$)</th>
<th>APOSENTADO (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>( *)</td>
<td>( **)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>15.121,30</td>
<td>15.121,30</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>14.727,47</td>
<td>14.727,47</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>14.345,12</td>
<td>14.345,12</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VI</td>
<td>13.623,70</td>
<td>13.623,70</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td>13.273,49</td>
<td>13.273,49</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>12.933,48</td>
<td>12.933,48</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>12.603,38</td>
<td>12.603,38</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>12.282,90</td>
<td>12.282,90</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>11.971,74</td>
<td>11.971,74</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VI</td>
<td>11.144,92</td>
<td>11.144,92</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td>11.050,40</td>
<td>11.050,40</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>10.956,84</td>
<td>10.956,84</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>10.864,20</td>
<td>10.864,20</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>10.772,47</td>
<td>10.772,47</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>10.681,66</td>
<td>10.681,66</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>9.193,60</td>
<td>9.193,60</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>9.118,42</td>
<td>9.118,42</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>9.043,98</td>
<td>9.043,98</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Subsídio - Anexo III da Lei n° 11.358/2006

(*) A partir de 1º de julho de 2006, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares da Carreira de Policial Rodoviário Federal (art.1º da Lei 11.358/2006).

Estão compreendidos no subsídio e não são mais devidas aos integrantes da Carreira de Policial Rodoviário Federal as seguintes parcelas remuneratórias:

I - Vencimento Básico;
II - Gratificação de Atividade - GAE, de que trata a Lei Delegada nº 13, de 1992;
III - Valores da Gratificação por Operações Especiais - GOE, a que aludiam os Decretos-Leis nºs 1.714, de 1979, e 2.372, de 1987;
IV - Gratificação de Atividade Policial Rodoviário Federal;
V - Gratificação de Desgaste Físico e Mental;
VI - Gratificação de Atividade de Risco;
VII - Valores de que trata o Anexo XII da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991;
VIII - Vantagem Pecuniária Individual, de que trata a Lei nº 10.698, de 2003.

Além dessas parcelas não são devidas as parcelas remuneratórias referidas nos arts. 5º ao 6º da Lei nº 11.358/2006.

A partir de 1º de janeiro de 2013, a Carreira de Policial Rodoviário Federal, composta pelo cargo de Policial Rodoviário Federal, de nível superior, passa a ser estruturada nas seguintes classes: Terceira, Segunda, Primeira e Especial, na forma do Anexo I-A, observada a correlação disposta no Anexo II-A da Lei nº 12.775/2012. (art. 22)


As atribuições das classes do cargo de Policial Rodoviário Federal § 1º do art. 2º da Lei nº 9.654/1998 (art.9º da Lei nº 11.358/2006)

A indenização de que trata o art. 1º da Lei nº 12.855/2013 será concedida ao servidor ocupante de cargo efetivo da Carreira de Policial Rodoviário Federal, de que trata a Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998; (§ 1º art. 1º da Lei nº 12.855/2013)

(**) Aposentado - Aplica-se às aposentadorias concedidas aos servidores integrantes da carreira de que trata o art. 1º, e às pensões, o disposto na Lei nº 11.358/2006, ressalvadas as aposentadorias e pensões reguladas pelos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887/2006.

Legislação Correspondentes:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Lei n° 8.112 de 11.12.90 art.40 § único</th>
<th>Medida Provisória n° 116 de 02.04.2003</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Lei n° 8.162 de 08.01.91</td>
<td>Lei n° 10.667 de 14.05.2003 art. 21</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei n° 8.270 de 17.12.91</td>
<td>Lei n° 10.697 de 02.07.2003</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei Delegada nº 13 de 27.08.92</td>
<td>Lei n° 10.698 de 02.07.2003</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei n° 8.460 de 17.09.92</td>
<td>Lei n° 10.699 de 09.07.2003</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 1.533 de 01.06.95</td>
<td>Lei n° 10.888 de 24.06.2004</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 9.166 de 20.12.95</td>
<td>Medida Provisória n° 212 de 09.09.2004 art. 4º</td>
</tr>
<tr>
<td>Decreto-Lei 2372 de 18.11.87</td>
<td>Lei n° 11.095 de 13.01.2005 art. 4º art. 37</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei n° 9.654 de 02.06.98</td>
<td>Medida Provisória n° 248 de 20.04.2005</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98</td>
<td>Medida Provisória n° 305 de 29.06.2006</td>
</tr>
<tr>
<td>Decreto-Lei nº 1714 de 21.11.99</td>
<td>Lei n° 11.358 de 19.10.2006</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2116-19 de 24.05.2001</td>
<td>Medida Provisória nº 431 de 14.05.2208 art. 58</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2116-20 de 21.06.2001</td>
<td>Lei n° 11.784 de 22.09.2008</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2184-21 de 28.06.2001</td>
<td>Lei n° 12.269 de 21.06.2010 art. 40</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2184-22 de 26.07.2001</td>
<td>Lei n° 12.342 de 01.12.2010</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2184-23 de 24.08.2001</td>
<td>Lei n° 12.855 de 02.09.2013</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 35 de 27.03.2002</td>
<td>Lei nº 13.371 de 14.12.2016 art. 1º</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei n° 10.525 de 06.08.2002</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
### 12. SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP

Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP  
Carreira de Analista Técnico da SUSEP  
Cargo: Analista Técnico da SUSEP

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classe</th>
<th>Nível</th>
<th>Ativo Subsídio (em R$)</th>
<th>Aposentado Subsídio (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Superior</td>
<td>( * ) 24.142,65</td>
<td>( ** ) 24.142,65</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Especial</td>
<td>III, 23.471,92</td>
<td>23.471,92</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>II, 23.056,90</td>
<td>23.056,90</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I, 22.649,21</td>
<td>22.649,21</td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td>III</td>
<td>21.778,08</td>
<td>21.778,08</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>21.351,07</td>
<td>21.351,07</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>20.932,42</td>
<td>20.932,42</td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td>III</td>
<td>20.521,97</td>
<td>20.521,97</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>19.732,67</td>
<td>19.732,67</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>19.345,75</td>
<td>19.345,75</td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td>III</td>
<td>18.966,43</td>
<td>18.966,43</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>18.594,54</td>
<td>18.594,54</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>16.933,64</td>
<td>16.933,64</td>
</tr>
</tbody>
</table>
\textbf{Fica estruturado o Plano de Carreiras e Cargos da Superintendência de Seguros Privados-SUSEP}, abrangendo os titulares de cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da SUSEP, de que tratam o art. 38 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e a Lei nº 9.015, de 30 de março de 1995, composto pelas seguintes Carreiras e cargos: de nível superior, Carreira de Analista Técnico da SUSEP, composta pelos cargos de Analista Técnico da SUSEP (art. 34 da Lei nº 11.890/2008).

Os servidores titulares dos cargos de nível superior do Quadro de Pessoal da SUSEP serão enquadrados nos cargos do Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP, de acordo com as respectivas atribuições, os requisitos de formação profissional e a posição relativa na Tabela remuneratória, nos termos do Anexo XI da Lei nº 11.890/2008 (art. 52 da Lei 11.890/2008).

\textbf{Subsídio} - (Anexo IX da Lei no 11.890, de 24 de dezembro de 2008)

* A partir de 1º de julho de 2008, os titulares dos cargos integrantes da carreira que se refere o inciso I do art. 34 da Lei nº 11.890/2008, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória. (art. 46 da Lei nº 11.890/2008)

Estão compreendidos no subsídio e não são mais devidas aos titulares dos cargos a que se refere o inciso I do art. 34 da MP 440/2008, a partir de 01.07.2008, as seguintes espécies remuneratórias:

1. **Vencimento Básico**;

2. **Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Seguros Privados - GDSUSEP**, que trata do art. 13 da Medida Provisória no 2.229-43, de 2001;


Além das parcelas e vantagens de que trata o art. 47 MP 440/2008, não são devidas aos titulares dos cargos a que se refere inciso I do art. 34 da MP 440/2008, a partir de 1º de julho de 2008, as parcelas referidas nos arts. 47 e 48 da MP 440/2008.

O subsídio dos integrantes das carreiras de que tratam o inciso I do art. 34 não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica, o que está referido no art. 5.1 da MP 440/2008.

Aos titulares dos cargos integrantes da Carreira de Analista Técnico da SUSEP aplica-se o regime e de dedicação exclusiva, com impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, potencialmente causadora de conflito de interesses, ressalvado o exercício do magistério, havendo compatibilidade de horários. (art. 65 da Lei nº 11.890/2008).

Sistema de Desenvolvimento da Carreira - art. 154, da Lei nº 11.890/2008.

\textbf{Aposentado} - Aplica-se às aposentadorias concedidas aos servidores integrantes das carreiras de que trata inciso I do art. 34 da MP 440/2008 e às pensões o disposto dos arts. 52, 53 e 54 da MP 440/2008.

\textbf{Legislações Correspondentes}:

- Decreto-Lei nº 73 de 21.11.66
- Lei nº 9.015 de 30.03.95
- Decreto nº 1.519 de 08.06.95 art.5º e art. 7º incisos I e II
- Portaria nº 48 de 13.03.96
- Portaria nº 117 de 18.05.98
- Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98
- Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000
- Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000
- Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000
- Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000
- Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000
- Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001
- Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001
- Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001
- Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001
- Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001
- Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001

\textbf{Portaria} nº 1.132 de 29.06.2001
- Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001
- Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001
- Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001
- Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004
- Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004
- Decreto nº 5.407 de 31.03.2005
- Decreto nº 5.407 de 31.03.2005
- Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006
- Medida Provisória nº 440 de 29.08.2008
- Medida Provisória nº 11.356 de 19.10.2006
- Medida Provisória nº 440 de 29.08.2008
- Medida Provisória nº 11.890 de 24.08.2008
- Medida Provisória nº 12.808 de 08.05.2013
- Medida Provisória nº 13.327 de 29.07.2016 art. 14º
- Medida Provisória nº 13.328 de 29.07.2016 art. 90
### 12. SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP

Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP  
Carreira Agente Executivo da SUSEP  
Cargo: Agente Executivo da SUSEP

#### Nível Intermediário  
Posição: janeiro/2017

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>ATIVO</th>
<th>APOSENTO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>SUBSIDIO (em R$)</td>
<td>SUBSIDIO (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>( *)</td>
<td>( **)</td>
</tr>
<tr>
<td>Especial</td>
<td>IV</td>
<td>9.357,34</td>
<td>9.357,34</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>9.128,05</td>
<td>9.128,05</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>8.906,12</td>
<td>8.906,12</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>8.687,49</td>
<td>8.687,49</td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td>III</td>
<td>8.234,99</td>
<td>8.234,99</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>8.033,26</td>
<td>8.033,26</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>7.836,50</td>
<td>7.836,50</td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td>III</td>
<td>7.428,84</td>
<td>7.428,84</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>7.249,02</td>
<td>7.249,02</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>7.072,86</td>
<td>7.072,86</td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td>III</td>
<td>6.702,44</td>
<td>6.702,44</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>6.519,79</td>
<td>6.519,79</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>6.342,15</td>
<td>6.342,15</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Fica estruturado o Plano de Carreiras e Cargos da Superintendência de Seguros Privados-SUSEP, abrangendo os títulares de cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da SUSEP, de que trata o art. 38 do Decreto-Lei n° 73, de 21 de novembro de 1966, e a Lei n° 9.015, de 30 de março de 1995, com posto pelos seguintes cargos: de nível intermediário, cargos de provimento efetivo de nível intermediário do Quadro de Pessoal da SUSEP. (Art. 34 da Lei n° 11.890/2008).

A partir de 1o de janeiro de 2017, os cargos ocupados por Agente Executivo no Quadro de Pessoal da SUSEP cuja investidura tenha observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988 e, posterior a essa data, tivessem decorrido de aprovação em concurso público, além dos cargos vagos e demais cargos, à medida que vierem, passam a integrar a Carreira de que trata o parágrafo único do art. 34 da Lei n° 11.890/2008. (§ 4º do art. 35 da Lei n° 11.890/2008).

Os servidores-titulares dos cargos de nível intermediário do Quadro de Pessoal da SUSEP serão enquadrados nos cargos do Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP, de acordo com as respectivas atribuições, os requisitos de formação profissional e a posição relativa na Tabela remuneratória, nos termos do Anexo XI da Lei n° 11.890/2008 (Art. 52 da Lei n° 11.890/2008).

Subsídio - Anexo X-A da Lei n° 11.890, de 24 de dezembro de 2008

A partir de 1º de janeiro de 2017, os títulos dos cargos integrantes da carreira de Agente Executivo passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória. (Art. 51-A da Lei n° 11.890/2008)

A partir de 1º de janeiro de 2017, estarão compreendidos no substituto dos títulos dos cargos da Carreira de Agente Executivo, as seguintes espécies remuneratórias:

I - Vencimento Básico;
II - Gratificação de Desempenho de Atividade Específica da SUSEP - GDASUSEP, de que trata o art. 55 da Lei n° 11.890/2008.

Aplica-se o disposto nos art. 48 a art. 50 da Lei n° 11.890/2008 em relação à percepção do subsídio pelo integrante da Carreira de Agente Executivo da SUSEP. (Art. 51-B da Lei n° 11.890/2008)

A aplicação do disposto nos art. 51-A e art. 51-B da Lei n° 11.890/2008 aos servidores ativos, bem como aos inativos e aos pensionistas referidos no § 6º do art. 35 da Lei n° 11.890/2008 não poderá implicar redução de remuneração, de proventos e de pensões. Não haverá reajuste de remuneração, de proventos ou de pensão, eventual diferença será paga aos servidores integrantes da carreira de Agente Executivo, a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradualmente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo por progressão ou promoção, da reorganização ou da reestruturação do cargo e do carreira, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza ou da implantação dos valores constantes do Anexo X-A da Lei n° 11.890/2008. (§ 6º do art. 51-C da Lei n° 11.890/2008)

É de quarenta horas semanais a carga horária de trabalho dos títulos dos cargos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP, ressalvadas as hipóteses em que sejam enquadrados em legislação específica. (**)

O enquadramento a que se refere o § 4º do art. 35 da Lei n° 11.890/2008 não representa, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação à carreira, ao cargo e às atribuições atuais desenvolvidas por seus titulares. (§ 5º do art. 35 da Lei n° 11.890/2008).

Legislações Correspondentes:

Decreto-Lei n° 73 de 21.11.66
Lei n° 8.015 de 30.03.95
Lei n° 8.112 de 11.12.90 art. 40 § único
Lei n° 9.015 de 30.03.95
Decreto n° 1.519 de 08.06.95 art.5º e art. 7º incisos I e II
Portaria n° 48 de 13.03.96
Portaria n° 117 de 18.05.98 e
Portaria MARÉ n° 2.179 de 28.07.98.
Medida Provisória n° 2.194-6 de 23.08.2001
Lei n° 10.331 de 18.12.2001
Medida Provisória n° 35 de 27.03.2002
Lei n° 10.525 de 06.08.2002
Medida Provisória n° 116 de 02.04.2003
Lei n° 10.697 de 02.07.2003
Lei n° 10.698 de 02.07.2003
Lei n° 10.699 de 02.07.2003
Lei n° 10.888 de 24.06.2004
Medida Provisória n° 210 de 31.08.2004
Lei n° 11.094 de 13.01.2005
Decreto n° 5.407 de 31.03.2005
Medida Provisória n° 302 de 29.06.2006
Lei n° 11.356 de 19.10.2006
Medida Provisória n° 440 de 29.08.2008
Lei n° 11.890 de 24.12.2008
Medida Provisória n° 479 de 30.12.2009
Decreto n° 7.133 de 19.03.2010
Lei n° 12.269 de 21.06.2010
Medida Provisória n° 568 de 11.05.2012 - art. 21
Lei n° 12.702 de 07.08.2012 art.21
Lei n° 12.808 de 08.05.2013
Lei n° 13.027 de 29.07.2016 art. 14 e art. 15
Lei n° 13.328 de 29.07.2016 art. 90
### 13. AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN

Plano de Carreira e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN

Grupo Informações da ABIN

Cargo: Instrutor de Informações do Grupo Informações da ABIN

CARGO: Demais Cargos de Nível Superior do Grupo Informações da ABIN (exceto Cargo de Instrutor de Informações)

#### Nível Superior - Cargo de Instrutor de Informações

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDAN</th>
<th>ATIVO</th>
<th>APOSENADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>(**)</td>
<td>(*)</td>
<td>(**)</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### Nível Superior - Demais Cargos de Nível Superior do Grupo Informações da ABIN (exceto Cargo de Instrutor de Informações)

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDAN</th>
<th>ATIVO</th>
<th>APOSENADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>(**)</td>
<td>(*)</td>
<td>(**)</td>
</tr>
</tbody>
</table>

---

**Elaborado:** CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
O enquadramento dos servidores de que trata o caput do Art. 3º-A da Lei 11.776/2008 na Carreira de Oficial de Inteligência fica condicionado à comprovação de que:

I - preenchem os requisitos para ingresso no cargo de Oficial de Inteligência;

II - mínimo trinta pontos por servidor correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo V da MP 434.2008.

Considerando o disposto nos §§ 1º 2º da MP 434.2008 a pontuação referente à GDAIN terá a seguinte distribuição:

I - até noventa pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

Ao Diretor-Geral da Abin incumbe efetivar os enquadramentos de que trata o § 1º do art. 3-A da Lei nº 11.776/2010.

Legislações Correspondentes:

- Decreto nº 5.088 de 20.05.2004
- Decreto nº 5.206 de 15.09.2004
- Portaria nº 298 de 31.09.2005
- Medida Provisória nº 269 de 15.12.2005
- Lei nº 11.233 de 22.12.2005
- Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
- Lei nº 12.277 de 30.06.2010
- Medida Provisória nº 309 de 04.07.2006
- Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012

- A GDAIN será paga com observância dos seguintes limites:
  I - máximo cem pontos por servidor; e
  II - mínimo trinta pontos por servidor correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo V da MP 434.2008.

Considerando o disposto nos §§ 1º 2º da MP 434.2008 a pontuação referente à GDAIN terá a seguinte distribuição:

I - até vinte pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

- Aposentado - GDAIN - art. 42 e art. 42-A da Lei nº 11.776/2012
- Aposentado - a partir de 1º de julho de 2012, para fins de incorporação da GDAIN aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os critérios do item I, II e III do art. 42-A da Lei nº 11.776/2012

Legislações Correspondentes:

- Medida Provisória nº 1.694 de 19.11.1999
- Medida Provisória nº 13.160 de 22.05.2001
- Medida Provisória nº 9.070 de 13.08.2004
### 13. AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN

Plano de Carreira e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN

**Grupo Informações da ABIN**

Cargo: Monitor de Informações do Grupo Informações da ABIN

Cargo: Diversos Cargos de Nível Intermediário do Grupo Informações da ABIN (exceto Cargo de Monitor de Informações)

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Intermediário</th>
<th>Cargo de Monitor de Informações do Grupo Informações da ABIN</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>ESPECIAL</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>PRIMEIRA</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>SEGUNDA</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TERCEIRA</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classe</th>
<th>Padrão</th>
<th>Vínculo</th>
<th>80% (B)</th>
<th>100% (C)</th>
<th>80% (D)</th>
<th>Total (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>IV</td>
<td>A</td>
<td></td>
<td>4.267.20</td>
<td>5.334.00</td>
<td>8.520.03</td>
<td>9.586.83</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>B</td>
<td></td>
<td>4.127.20</td>
<td>5.159.00</td>
<td>8.286.20</td>
<td>9.343.20</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>C</td>
<td></td>
<td>3.991.20</td>
<td>4.989.00</td>
<td>8.012.00</td>
<td>9.010.80</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>4.031.21</td>
<td></td>
<td>3.736.80</td>
<td>4.671.00</td>
<td>7.768.01</td>
<td>8.702.21</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3.963.82</td>
<td></td>
<td>3.813.60</td>
<td>4.517.00</td>
<td>7.777.42</td>
<td>8.680.42</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3.897.56</td>
<td></td>
<td>3.496.00</td>
<td>4.370.00</td>
<td>7.393.56</td>
<td>8.287.56</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3.832.42</td>
<td></td>
<td>3.380.00</td>
<td>4.225.00</td>
<td>7.212.42</td>
<td>8.057.42</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3.788.36</td>
<td></td>
<td>3.270.40</td>
<td>4.088.00</td>
<td>7.038.76</td>
<td>7.856.36</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3.705.37</td>
<td></td>
<td>3.161.60</td>
<td>3.952.00</td>
<td>6.866.67</td>
<td>7.657.27</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**CLASSE**

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>PADRÃO</strong></th>
<th><strong>VÍNCULO</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>IV</td>
<td>A</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>Pás.</strong></th>
<th><strong>Total (em R$)</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>4.267.20</td>
<td>9.586.83</td>
</tr>
<tr>
<td>4.127.20</td>
<td>9.343.20</td>
</tr>
<tr>
<td>3.991.20</td>
<td>9.010.80</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>Pás.</strong></th>
<th><strong>Total (em R$)</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>3.736.80</td>
<td>8.702.21</td>
</tr>
<tr>
<td>3.813.60</td>
<td>8.680.42</td>
</tr>
<tr>
<td>3.496.00</td>
<td>8.287.56</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>Pás.</strong></th>
<th><strong>Total (em R$)</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>3.380.00</td>
<td>8.057.42</td>
</tr>
<tr>
<td>3.270.40</td>
<td>7.856.36</td>
</tr>
<tr>
<td>3.161.60</td>
<td>7.657.27</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Nível Intermediário - Diversos Cargos de Nível Intermediário do Grupo Informações da ABIN (exceto Cargo de Monitor de Informações)

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Intermediário</th>
<th>Cargo de Monitor de Informações do Grupo Informações da ABIN</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>ESPECIAL</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>PRIMEIRA</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>SEGUNDA</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TERCEIRA</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classe</th>
<th>Padrão</th>
<th>Vínculo</th>
<th>80% (B)</th>
<th>100% (C)</th>
<th>80% (D)</th>
<th>Total (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>IV</td>
<td>A</td>
<td></td>
<td>4.292.00</td>
<td>5.366.00</td>
<td>7.961.01</td>
<td>9.034.01</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>B</td>
<td></td>
<td>4.128.00</td>
<td>5.160.00</td>
<td>7.760.49</td>
<td>8.792.49</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>C</td>
<td></td>
<td>3.968.00</td>
<td>4.980.00</td>
<td>7.564.52</td>
<td>8.556.52</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>3.543.73</td>
<td></td>
<td>3.692.00</td>
<td>4.615.00</td>
<td>7.325.37</td>
<td>8.318.37</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3.508.29</td>
<td></td>
<td>3.549.60</td>
<td>4.437.00</td>
<td>7.057.89</td>
<td>8.045.89</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3.473.55</td>
<td></td>
<td>3.412.80</td>
<td>4.266.00</td>
<td>6.886.35</td>
<td>7.873.35</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3.439.15</td>
<td></td>
<td>3.281.60</td>
<td>4.102.00</td>
<td>6.720.70</td>
<td>7.541.70</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3.405.11</td>
<td></td>
<td>3.156.00</td>
<td>3.945.00</td>
<td>6.561.10</td>
<td>7.530.10</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3.371.39</td>
<td></td>
<td>3.034.40</td>
<td>3.793.00</td>
<td>6.409.70</td>
<td>7.364.70</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**CLASSE**

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>PADRÃO</strong></th>
<th><strong>VÍNCULO</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>IV</td>
<td>A</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>Pás.</strong></th>
<th><strong>Total (em R$)</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>4.292.00</td>
<td>9.034.01</td>
</tr>
<tr>
<td>4.128.00</td>
<td>8.792.49</td>
</tr>
<tr>
<td>3.968.00</td>
<td>8.556.52</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>Pás.</strong></th>
<th><strong>Total (em R$)</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>3.692.00</td>
<td>8.318.37</td>
</tr>
<tr>
<td>3.549.60</td>
<td>8.045.89</td>
</tr>
<tr>
<td>3.412.80</td>
<td>7.873.35</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>Pás.</strong></th>
<th><strong>Total (em R$)</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>3.281.60</td>
<td>7.541.70</td>
</tr>
<tr>
<td>3.156.00</td>
<td>7.530.10</td>
</tr>
<tr>
<td>3.034.40</td>
<td>7.364.70</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

<table>
<thead>
<tr>
<th>Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP</th>
</tr>
</thead>
</table>
88
VB - Vencimento Básico (Anexo III à Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008)

GDAIN - Gratificação de Desempenho de Atividades de Informações e Inteligência (Anexo V à Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008)

(*) Até que sejam processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, todos os servidores que a ela fizerem jus perceberão a GDAIN em valor correspondente a oitenta por cento de seu valor máximo, observada a classe e padrão do servidor, conforme estabelecido nos Anexo V da MP 434/2008.

(**) A GDAIN será paga com observância dos seguintes limites:

I - máximo, cem pontos por servidor; e

II - mínimo, trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo V da MP 434/2008.

Considerando o disposto nos §§ 1º e 2º da MP 434/2008, a pontuação referente à GDAIN terá a seguinte distribuição:

I - até vinte pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.


(****) Aposentado - a partir de 1º de julho de 2012, para fins de incorporação da GDAIN aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os critérios do item I, II e III do art. 42-A da Lei nº 11.776/2012

Legislações Correspondentes:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Código</th>
<th>Data</th>
<th>Legislação</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Lei-Delegada n° 13 de 27.08.92</td>
<td>Lei n° 10.862 de 20.04.2004</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória n° 1.587-3 de 13.11.97</td>
<td>Decreto n° 5.088 de 20.05.2004</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Decreto-Lei n° 2.405 art. 6º de 1987</td>
<td>Decreto n° 5.206 de 15.09.2004</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Parecer SAE/CAD/AJ n° 17/91</td>
<td>Portaria nº 298 de 31.09.2005</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Ofício SAE/CAD/SE-02 n° 1053</td>
<td>Medida Provisória n° 269 de 15.12.2005</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Parecer nº 352.91 - Boletim Serviço nº 12 Ano de 16 a 31 Oou/91 SAE/PR</td>
<td>Lei n° 11.233 de 22.12.2005 art. 12</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 171/SSI/CMPR</td>
<td>Medida Provisória n° 309 de 04.07.2006</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lei n° 8.162 de 08.01.91</td>
<td>Lei n° 11.362 de 19.10.2006</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lei n° 7.923 de 12.12.89</td>
<td>Medida Provisória n° 434 de 04.06.2008</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Parecer nº 52 de 16.05.94/SAE</td>
<td>Decreto n° 7.133 de 19.03.2010</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Parecer CS - 43/PR</td>
<td>Lei n° 12.277 de 30.06.2010</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lei n° 9.651 de 27.05.98</td>
<td>Medida Provisória n° 568 de 11.05.2012</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria MARE n° 2.179 de 28.07.98</td>
<td>Lei n° 12.702 de 07.08.2012 art. 2º e art. 3º</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lei n° 10.697 de 02.07.2003</td>
<td>Lei n° 13.328 de 29.07.2016 art. 83</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lei n° 10.698 de 02.07.2003</td>
<td>Lei n° 13.324 de 29.07.2016 art. 36 e art. 37</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória n° 158 sde 23.12.2003</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
### 13. AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN

Plano de Carreira e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN

Grupo Apoio da ABIN

Cargos de Nível Superior do Grupo Apoio da ABIN

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDA CA BIN</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDA CA BIN</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>50 pts</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D=(A+B)</td>
<td>E=(A+C)</td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td>III</td>
<td>6.480,95</td>
<td>3.314,40</td>
<td>4.143,00</td>
<td>9.795,35</td>
<td>10.623,95</td>
<td>2.071,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>6.385,17</td>
<td>3.203,20</td>
<td>4.004,00</td>
<td>9.588,37</td>
<td>10.389,17</td>
<td>2.002,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>6.290,81</td>
<td>3.093,60</td>
<td>3.867,00</td>
<td>9.384,41</td>
<td>10.157,81</td>
<td>1.933,50</td>
</tr>
<tr>
<td>PRIMEIRA</td>
<td>VI</td>
<td>6.107,58</td>
<td>2.904,80</td>
<td>3.631,00</td>
<td>9.012,38</td>
<td>9.738,58</td>
<td>1.815,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td>6.017,33</td>
<td>2.806,40</td>
<td>3.508,00</td>
<td>8.823,73</td>
<td>9.525,33</td>
<td>1.754,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>5.928,40</td>
<td>2.713,60</td>
<td>3.392,00</td>
<td>8.642,00</td>
<td>9.320,40</td>
<td>1.699,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>5.840,79</td>
<td>2.621,60</td>
<td>3.277,00</td>
<td>8.462,39</td>
<td>9.117,79</td>
<td>1.638,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>5.754,47</td>
<td>2.532,00</td>
<td>3.165,00</td>
<td>8.266,47</td>
<td>8.919,47</td>
<td>1.582,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>5.669,42</td>
<td>2.446,40</td>
<td>3.058,00</td>
<td>8.115,82</td>
<td>8.727,42</td>
<td>1.529,00</td>
</tr>
<tr>
<td>SEGUNDA</td>
<td>VI</td>
<td>5.504,31</td>
<td>2.296,80</td>
<td>2.871,00</td>
<td>7.801,11</td>
<td>8.375,31</td>
<td>1.435,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td>5.422,96</td>
<td>2.218,40</td>
<td>2.773,00</td>
<td>7.641,36</td>
<td>8.195,96</td>
<td>1.386,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>5.342,82</td>
<td>2.144,80</td>
<td>2.681,00</td>
<td>7.487,62</td>
<td>8.023,82</td>
<td>1.340,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>5.263,85</td>
<td>2.072,00</td>
<td>2.590,00</td>
<td>7.335,85</td>
<td>7.853,85</td>
<td>1.295,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>5.186,06</td>
<td>2.001,60</td>
<td>2.502,00</td>
<td>7.187,66</td>
<td>7.688,06</td>
<td>1.251,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>5.109,43</td>
<td>1.933,60</td>
<td>2.417,00</td>
<td>7.043,03</td>
<td>7.526,43</td>
<td>1.208,50</td>
</tr>
<tr>
<td>TERCERA</td>
<td>V</td>
<td>4.960,60</td>
<td>1.816,00</td>
<td>2.270,00</td>
<td>6.776,60</td>
<td>7.230,60</td>
<td>1.135,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>4.887,30</td>
<td>1.753,60</td>
<td>2.192,00</td>
<td>6.640,90</td>
<td>7.079,30</td>
<td>1.096,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>4.815,07</td>
<td>1.695,20</td>
<td>2.119,00</td>
<td>6.510,27</td>
<td>6.934,07</td>
<td>1.059,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>4.743,91</td>
<td>1.639,20</td>
<td>2.049,00</td>
<td>6.383,11</td>
<td>6.792,91</td>
<td>1.024,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>4.673,80</td>
<td>1.582,40</td>
<td>1.978,00</td>
<td>6.256,20</td>
<td>6.651,80</td>
<td>989,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>
VB - Vencimento Básico (Anexo IV à Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008)

GDACABIN - Gratificação de Desempenho de Atividades Complementares na ABIN (Anexo VI à Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008)

(*) Até que sejam processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, todos os servidores que a ela fizerem jus perceberão a GDACABIN em valor correspondente a oitenta por cento de seu valor máximo, observada a classe e padrão do servidor, conforme estabelecido nos Anexo VI da MP 434/2008.

(**) A GDACABIN será paga com observância dos seguintes limites:

I - máximo, cem pontos por servidor;

II - mínimo, trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VI da MP 434/2008.

Considerando o disposto nos §§ 1º e 2º da MP 434/2008, a pontuação referente à GDACABIN terá a seguinte distribuição:

- até vinte pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual;
- até oitenta pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*** Aposentado - GDACABIN - art. 42 e art. 42-A da Lei nº 11.776/2008.

(**** Aposentado - a partir de 1º de julho de 2012, para fins de incorporação da GDACABIN aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os critérios do item I, II e III do art. 42-A da Lei nº 11.776/2012

Legislações Correspondentes:

Decreto nº 4247 de 22.05.2002
Portaria nº 442 de 31.10.2002
Decreto nº 4.468 de 13.11.2002
Lei nº 10.404 de 09.01.2002
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 158 de 23.12.2003
Lei nº 10.862 de 20.04.2004
Decreto nº 5.088 de 20.05.2004
Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004
Lei nº 10.971 de 25.11.2004
Medida Provisória nº 309 de 04.07.2006
Lei nº 11.362 de 19.10.2006
Medida Provisória nº 434 de 04.06.2008
Lei nº 11.776 de 17.09.2008
Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Lei nº 12.277 de 30.06.2010
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012
Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 2º e art. 3º
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 83
Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 36 e art. 37
### 13. AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN

Plano de Carreira e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN

Grupo Apoio da ABIN

Cargos de Nível Intermediário do Grupo Apoio da ABIN

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Intermediário</th>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>ATIVO</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>GDA CABIN</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>50 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>GDA CABIN</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>ATIVO</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>APOSENADO</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

**ESPECIAL**

<p>| | | | | | | |</p>
<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

**PRIMEIRA**

<p>| | | | | | | |</p>
<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

**SEGUNDA**

<p>| | | | | | | |</p>
<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

**TERCERA**

<p>| | | | | | | |</p>
<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.776 de 17 de setembro de 2008

Decreto nº 4247 de 22.05.2002
Decreto nº 4.468 de 13.11.2002
Lei nº 10.404 de 09.01.2002
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 158 de 23.12.2003
Lei nº 10.862 de 20.04.2004
Decretos n° 5.088 de 20.05.2004
Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004
Lei nº 10.971 de 25.11.2004
Medida Provisória nº 309 de 04.07.2006
Lei nº 11.362 de 19.10.2006
Medida Provisória nº 434 de 04.06.2008
Lei nº 11.776 de 17.09.2008
Decretos nº 7.133 de 19.03.2010
Lei nº 12.277 de 30.06.2010
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012
Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 2º e art. 3º
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 83
Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 36 e art. 37
### 13. AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN

**Plano de Carreira e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN**

**Grupo Apoio da ABIN**

**Cargos de Nível Auxiliar do Grupo Apoio da ABIN**

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDACABIN</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDACABIN</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>( * )</td>
<td>( ** )</td>
<td>D=(A+B)</td>
<td>E=(A+C)</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.346,91</td>
<td>631,20</td>
<td>789,00</td>
<td>2.978,11</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.343,58</td>
<td>625,60</td>
<td>782,00</td>
<td>2.969,18</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.339,06</td>
<td>608,80</td>
<td>761,00</td>
<td>2.947,86</td>
</tr>
</tbody>
</table>
**VB - Vencimento Básico (Anexo IV à Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008)**

**GDACABIN** - Gratificação de Desempenho de Atividades Complementares na ABIN (Anexo VI à Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008)

(*) Até que sejam processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, todos os servidores que a ela fizerem jus perceberão a GDACABIN em valor correspondente a oitenta por cento de seu valor máximo, observada a classe e padrão do servidor, conforme estabelecido nos Anexo VI da MP 434/2008.

(**) A GDACABIN será paga com observância dos seguintes limites:

I - máximo, cem pontos por servidor;

II - mínimo, trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VI da MP 434/2008.

Considerando o disposto nos §§ 1º e 2º da MP 434/2008, a pontuação referente à GDACABIN terá a seguinte distribuição:

I - até vinte pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.


Legislações Correspondentes:

- Decreto nº 4247 de 22.05.2002
- Portaria nº 442 de 31.10.2002
- Decreto nº 4.468 de 13.11.2002
- Lei nº 10.404 de 09.01.2002
- Lei nº 10.697 de 02.07.2003
- Lei nº 10.698 de 02.07.2003
- Medida Provisória nº 158 de 23.12.2003
- Lei nº 10.862 de 20.04.2004
- Decreto nº 5.088 de 20.05.2004
- Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004
- Lei nº 10.971 de 25.11.2004
- Medida Provisória nº 309 de 04.07.2006
- Lei nº 11.362 de 19.10.2006
- Medida Provisória nº 434 de 04.06.2008
- Lei nº 11.776 de 17.09.2008
- Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
- Lei nº 12.277 de 30.06.2010
- Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012
- Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 2º e art. 3º
- Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 83
- Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 36 e art. 37
### Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior - 20 h</th>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GEDR</th>
<th>ATIVO</th>
<th>APOSENADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Nível Superior - 40 h

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior - 40 h</th>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GEDR</th>
<th>ATIVO</th>
<th>APOSENADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Anexos

- Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Autarquia Especial)

Plano Especial de Cargos da ANVISA - composto pelos cargos do art. 1º da Lei nº 10.882/2004 (alteração dada pelo art. 29 da Lei nº 11.357/2006)


VB - Vencimento Básico (Anexo III à Lei no 10.882, de 9 de junho de 2004)
GEDR - Gratificação de Efetivo Desempenho em Regulação

Instituída, a partir de 1º de setembro de 2006, a Gratificação de Efetivo Desempenho em Regulação - GEDR, devida aos ocupantes dos cargos do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo na Anvisa (art. 33 da Lei 11.357, de 2006)

(*) A GEDR será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XIV-D à Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006.

A pontuação referente à GEDR será assim distribuída:
I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e
II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(* ) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GEDR no decurso do ciclo de avaliação receberão a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos (art. 36-A da Lei nº 11.357/2006)

/**/ Aposentado - GEDR - art. 36-D da Lei nº 11.357/2006 (alteração dada art. 281 da Lei nº 11.907/2009)

(/**) Opção da GEDR aposentado/pensionista - A opção de que tratam os arts. 29 e 30 da Lei nº 13.326/16 somente será válida com a assinatura de termo de opção, na forma do Anexo XXX da Lei nº 13.326/2016, que incluirá a expressa concordância do servidor, do aposentado ou do pensionista (art. 28 da Lei nº 13.326 de 29.07.2016).

Legislações Correspondentes:
Lei nº 10.404 de 09.01.2002
Decreto nº 4.247 de 22.05.2002
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 170 de 04.03.2004
Lei nº 10.882 de 09.07.2004
Lei nº 10.882 de 09.07.2004 - Retificação DOU 08.11.2005
Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006
Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15
Lei nº 11.357 de 19.10.2006
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Decreto nº 8.037, de 28.06.2013
Medida Provisória nº 632 de 24.12.2013
Lei nº 12.998 de 18.06.2014
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 81
Lei nº 13.326 de 29.07.2016 arts. 8 e 9, e arts 28 a 32
### 14. AGÊNCIAS REGULADORAS

Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA

Cargos: Nível Superior (exceto Médico) do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>GEDR ATIVO</th>
<th>GEDR APOSENTO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>(*)</td>
<td>(*)</td>
</tr>
<tr>
<td>CLASSE</td>
<td>A</td>
<td>B</td>
</tr>
<tr>
<td>Padrão</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>11.243,22</td>
<td>3.855,20</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>10.891,90</td>
<td>3.734,40</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>10.146,08</td>
<td>3.478,40</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>9.987,42</td>
<td>3.424,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>9.830,66</td>
<td>3.370,40</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>9.602,61</td>
<td>3.292,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>9.366,63</td>
<td>3.211,20</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>9.136,84</td>
<td>3.132,80</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>8.913,21</td>
<td>3.056,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>8.693,48</td>
<td>2.980,80</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>8.481,30</td>
<td>2.908,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>8.283,91</td>
<td>2.840,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>8.080,90</td>
<td>2.770,40</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>7.883,85</td>
<td>2.703,20</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>7.691,27</td>
<td>2.636,80</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>7.503,14</td>
<td>2.572,80</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Autarquia Especial)
Plano Especial de Cargos da ANVISA - composto pelos cargos do art. 1º da Lei nº 10.882/2004 (alteração dada pelo art. 29 da Lei nº 11.357/2006)
VB - Vencimento Básico (Anexo III à Lei no 10.882, de 9 de junho de 2004)
GEDR - Gratificação de Efeito Desempenho em Regulação
Instituída, a partir de 1º de setembro de 2006, a Gratificação de Efeito Desempenho em Regulação - GEDR, devida aos ocupantes dos cargos do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo na Anvisa (art. 33 da Lei 11.357, de 2006)
(*) A GEDR será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XIV-D à Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006.
A pontuação referente à GEDR será assim distribuída:
I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e
II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.
(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GEDR no decurso do ciclo de avaliação receberão a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos (art. 36-A da Lei nº 11.357/2006)
(**) Aposentado - GEDR - art. 36-D da Lei nº 11.357/2006 (alteração dada art. 281 da Lei nº 11.907/2009)
(**) Opção da GEDR - aposentado/pensionista. A opção de que tratam os arts. 29 e 30 da Lei nº 13.326/16 somente será válida com a assinatura de termo de opção, na forma do Anexo XXX da Lei nº 13.326/2016, que incluirá a expressa concordância do servidor, do aposentado ou do pensionista (art. 28 da Lei nº 13.326 de 29.07.2016).
Legislações Correspondentes:
Lei nº 10.404 de 09.01.2002
Decreto nº 4.247 de 22.05.2002
Lei nº 10.882 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 170 de 04.03.2004
Lei nº 10.882 de 09.07.2004
Lei nº 10.882 de 09.07.2004 - Retificação DOU 08.11.2005
Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006
Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15
Lei nº 11.357 de 19.10.2006
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Decreto nº 8.037, de 28.06.2013
Medida Provisória nº 632 de 24.12.2013
Lei nº 12.998 de 18.06.2014
Lei nº 13.326 de 29.07.2016 art. 81
Lei nº 13.326 de 29.07.2016 arts. 8 e 9, e arts 28 a 32
### 14. AGÊNCIAS REGULADORAS

**Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA**  
Cargo: Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Intermediário</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>ESPECIAL</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>C</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>B</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>A</strong></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>80 pts.</th>
<th>100 pts.</th>
<th><strong>GRED</strong></th>
<th><strong>ATIVO</strong></th>
<th><strong>GRED</strong></th>
<th><strong>APOSENTADO</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td></td>
<td>(* )</td>
<td>D=(A+B)</td>
<td>E=(A+C)</td>
<td>F</td>
<td>G=(A +F)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>B</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

- **Classe Especial**

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>V</th>
<th>6.459,55</th>
<th>2.214,40</th>
<th>2.768,00</th>
<th>8.673,95</th>
<th>9.227,55</th>
<th>1.384,00</th>
<th>7.843,55</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>VI</td>
<td>5.864,10</td>
<td>2.010,40</td>
<td>2.513,00</td>
<td>7.874,50</td>
<td>8.377,10</td>
<td>1.256,50</td>
<td>7.120,60</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td>5.718,66</td>
<td>1.960,80</td>
<td>2.451,00</td>
<td>7.679,46</td>
<td>8.169,66</td>
<td>1.225,50</td>
<td>6.944,16</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>5.576,12</td>
<td>1.912,00</td>
<td>2.390,00</td>
<td>7.466,12</td>
<td>7.966,12</td>
<td>1.195,00</td>
<td>6.771,12</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>5.438,62</td>
<td>1.864,80</td>
<td>2.331,00</td>
<td>7.303,42</td>
<td>7.769,62</td>
<td>1.165,50</td>
<td>6.604,12</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>5.303,17</td>
<td>1.818,40</td>
<td>2.273,00</td>
<td>7.121,57</td>
<td>7.576,17</td>
<td>1.136,50</td>
<td>6.439,67</td>
</tr>
</tbody>
</table>

|       |       | I     | 6.142,67 | 2.106,40 | 2.633,00 | 8.249,07 | 8.775,67 | 1.316,50 | 7.459,17 |
|-------|-------| VI    | 5.864,10 | 2.010,40 | 2.513,00 | 7.874,50 | 8.377,10 | 1.256,50 | 7.120,60 |
|       | V     | 5.718,66 | 1.960,80 | 2.451,00 | 7.679,46 | 8.169,66 | 1.225,50 | 6.944,16 |
|       | IV    | 5.576,12 | 1.912,00 | 2.390,00 | 7.466,12 | 7.966,12 | 1.195,00 | 6.771,12 |
|       | III   | 5.438,62 | 1.864,80 | 2.331,00 | 7.303,42 | 7.769,62 | 1.165,50 | 6.604,12 |
|       | II    | 5.303,17 | 1.818,40 | 2.273,00 | 7.121,57 | 7.576,17 | 1.136,50 | 6.439,67 |

|       |       |       | VI    | 4.937,25 | 1.692,80 | 2.116,00 | 6.630,05 | 7.053,25 | 1.058,00 | 5.955,25 |
|-------|-------|-------| V     | 4.798,71 | 1.645,60 | 2.057,00 | 6.444,31 | 6.855,71 | 1.028,50 | 5.827,21 |
|       | IV    | 4.663,44 | 1.599,20 | 1.999,00 | 6.262,64 | 6.662,44 | 999,50  | 5.662,94 |
|       | III   | 4.531,37 | 1.553,60 | 1.942,00 | 6.084,97 | 6.473,37 | 971,00  | 5.502,37 |
|       | II    | 4.403,20 | 1.509,60 | 1.887,00 | 5.912,80 | 6.290,20 | 943,50  | 5.346,70 |
|       | I     | 4.278,89 | 1.467,20 | 1.834,00 | 5.746,09 | 6.112,89 | 917,00  | 5.195,89 |
|       |       |       | V     | 4.086,13 | 1.400,80 | 1.751,00 | 5.486,93 | 5.837,13 | 875,50  | 4.961,63 |
|-------|-------|-------| IV    | 3.970,57 | 1.361,60 | 1.702,00 | 5.332,17 | 5.672,57 | 851,00  | 4.821,57 |
|       | III   | 3.857,96 | 1.322,40 | 1.653,00 | 5.180,36 | 5.510,96 | 826,50  | 4.684,46 |
|       | II    | 3.749,00 | 1.285,60 | 1.607,00 | 5.034,60 | 5.356,00 | 803,50  | 4.552,50 |
|       | I     | 3.643,65 | 1.249,60 | 1.562,00 | 4.893,25 | 5.205,65 | 781,00  | 4.424,65 |
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Autarquia Especial)
Plano Especial de Cargos da ANVISA - composto pelos cargos do art. 1º da Lei nº 10.882/2004 (alteração dada pelo art. 29 da Lei nº 11.357/2006)
VB - Vencimento Básico (Anexo III à Lei no 10.882, de 9 de junho de 2004)
GEDR - Gratificação de Efeito Desempenho em Regulação
Instituída, a partir de 1º de setembro de 2006, a Gratificação de Efeito Desempenho em Regulação - GEDR, devida aos ocupantes dos cargos do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo na Anvisa (art. 33 da Lei nº 11.357, de 2006)
( * ) A GEDR será paga observando o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XIV-D à Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006.
A pontuação referente à GEDR será assim distribuída:
I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e
II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.
( * ) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GEDR no decurso do ciclo de avaliação receberão a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos (art. 36-A da Lei nº 11.357/2006)
( ** ) Aposentado - GEDR - art. 36-D da Lei nº 11.357/2006 (alteração dada pela Lei nº 11.907/2009)
( ** ) Opção da GEDR - aposentado/pensionista - A opção de que tratam os arts. 29 e 30 da Lei nº 13.326/16 somente será válida com a assinatura de termo de opção, na forma do Anexo XXX da Lei nº 13.326/2016, que incluirá a expressa concordância do servidor, do aposentado ou do pensionista (art. 28 da Lei nº 13.326 de 29.07.2016).
Legislações Correspondentes:
Lei nº 10.404 de 09.01.2002
Decreto nº 4.247 de 22.05.2002
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 170 de 04.03.2004
Lei nº 10.882 de 09.07.2004
Lei nº 10.882 de 09.07.2004 - Retificação DOU 08.11.2005
Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006
Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15
Lei nº 11.357 de 19.10.2006
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Decreto nº 8.037, de 28.06.2013
Medida Provisória nº 632 de 24.12.2013
Lei nº 12.998 de 18.06.2014
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 81
Lei nº 13.326 de 29.07.2016 arts. 8 e 9, e arts 28 a 32
## 14. AGÊNCIAS REGULADORAS

Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA

Cargos: Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Auxiliar</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>CLASSE</td>
<td>PADRÃO</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td>II</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
</tr>
</tbody>
</table>
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Autarquia Especial)

Plano Especial de Cargos da ANVISA - composto pelos cargos do art. 1º da Lei nº 10.882/2004 (alteração dada pelo art. 29 da Lei nº 11.357/2006)

VB - Vencimento Básico (Anexo III à Lei no 10.882, de 9 de junho de 2004)

GEDR - Gratificação de Efetivo Desempenho em Regulação

Instituida, a partir de 1º de setembro de 2006, a Gratificação de Efetivo Desempenho em Regulação - GEDR, devida aos ocupantes dos cargos do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo na Anvisa (art. 33 da Lei 11.357, de 2006)

(*) A GEDR será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XIV-D à Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006.

A pontuação referente à GEDR será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual;

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença vencida ou cessão sem direito à percepção da GEDR no decurso do ciclo de avaliação receberão a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos (art. 36-A da Lei nº 11.357/2006)

(**) Aposentado - GEDR - art. 36-D da Lei nº 11.357/2006 (alteração dada art. 281 da Lei nº 11.907/2009)

(**) Opção da GEDR aposentado/pensionista. A opção de que tratam os arts. 29 e 30 da Lei nº 13.326/16 somente será válida com a assinatura de termo de opção, na forma do Anexo XXX da Lei nº 13.326/2016, que incluirá a expressa concordância do servidor, do aposentado ou do pensionista (art. 28 da Lei nº 13.326 de 29.07.2016).

Legislações Correspondentes:

- Lei nº 10.404 de 09.01.2002
- Decreto nº 4.247 de 22.05.2002
- Lei nº 10.698 de 02.07.2003
- Medida Provisória nº 170 de 04.03.2004
- Lei nº 10.882 de 09.07.2004
- Lei nº 10.882 de 09.07.2004 - Retificação DOU 08.11.2005
- Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006
- Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15
- Lei nº 11.357 de 19.10.2006
- Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
- Lei nº 11.907 de 02.02.2009
- Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
- Decreto nº 8.037, de 28.06.2013
- Medida Provisória nº 632 de 29.07.2016 art. 81
- Lei nº 13.326 de 29.07.2016 arts. 8 e 9, e arts. 28 a 32
### Nível Superior - 20 h

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB 80 pts.</th>
<th>100 pts.</th>
<th>GDPCAR</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDPCAR</th>
<th>50 pts.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>( )</td>
<td>( )</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D = (A+B)</td>
<td>E = (A+C)</td>
<td>F</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### ESPECIAL

|        |        | 1.608,00 | 2.450,00 | 7.549,61 | 8.031,61 | 1.205,00 | 6.436,61 |
|        |        | 1.648,00 | 2.380,00 | 7.313,15 | 7.779,85 | 1.167,00 | 6.612,95 |

#### C

|        |        | 1.672,39 | 2.380,00 | 7.142,39 | 7.556,39 | 1.140,00 | 6.455,39 |
|        |        | 1.759,25 | 2.244,00 | 7.030,56 | 7.479,36 | 1.122,00 | 6.357,36 |

#### B

|        |        | 1.767,00 | 2.209,00 | 6.620,26 | 7.362,24 | 1.104,50 | 6.257,44 |

#### A

|        |        | 1.739,20 | 2.174,00 | 6.812,24 | 7.247,04 | 1.087,00 | 6.160,44 |

### Nível Superior - 40 h

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB 80 pts.</th>
<th>100 pts.</th>
<th>GDPCAR</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDPCAR</th>
<th>50 pts.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>( )</td>
<td>( )</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D = (A+B)</td>
<td>E = (A+C)</td>
<td>F</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### ESPECIAL

|        |        | 1.648,00 | 2.380,00 | 7.313,15 | 7.779,85 | 1.167,00 | 6.612,95 |

#### C

|        |        | 1.672,39 | 2.380,00 | 7.142,39 | 7.556,39 | 1.140,00 | 6.455,39 |

#### B

|        |        | 1.767,00 | 2.209,00 | 6.620,26 | 7.362,24 | 1.104,50 | 6.257,44 |

#### A

|        |        | 1.739,20 | 2.174,00 | 6.812,24 | 7.247,04 | 1.087,00 | 6.160,44 |

### Posição - janeiro/2017

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>804,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Níveis

14. AGÊNCIAS REGULADORAS (ANA - ANAC - ANCINE - ANEEL - ANSS - ANP - ANATEL - ANTAQ - ANTT)

Plano Especial de Cargos das Agências Reguladoras

Cargos: Médico do Plano Especial de Cargos das Agências Reguladoras de que trata o art. 30 da Lei nº 11.357/2006 (ANA - ANAC - ANCINE - ANEEL - ANSS - ANP - ANATEL - ANTAQ - ANTT) - 20 horas

Cargos: Médico do Plano Especial de Cargos das Agências Reguladoras de que trata o art. 30 da Lei nº 11.357/2006 (ANA - ANAC - ANCINE - ANEEL - ANSS - ANP - ANATEL - ANTAQ - ANTT) - 40 horas

---

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
ANA - Agência Nacional de Água (Autarquia Especial)
ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil (Autarquia Especial)
ANCINE - Agência Nacional de Cinema (Autarquia Especial)
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica (Autarquia Especial)
ANSS - Agência Nacional de Saúde Suplementar (Autarquia Especial)

ANP - Agência Nacional do Petróleo (Autarquia Especial)
ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações (Autarquia Especial)
ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Autarquia Especial)
ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres (Autarquia Especial)

Fica autorizada a redistribuição para os Quadros de Pessoal Específico das Agências Reguladoras dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, ou ocupantes de cargos efetivos da Carreira de que trata a Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro 1990, cujas atribuições sejam compatíveis com as dos cargos integrantes daqueles Quadros de Pessoal Específico, cedidos às Agências Reguladoras ou por elas requisitados até 20 de maio de 2004, e que tenham permanecido nessa condição ininterruptamente até 27 de abril de 2006. (art. 28 da Lei nº 11.357/2006)


Ficam estruturados, a partir de 1º de agosto de 2006, respectivamente, no âmbito das Agências Reguladoras referidas no Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, Planos Especiais de Cargos compostos pelos cargos efetivos integrantes de seus Quadros de Pessoal Específico, aplicando-se a eles, no que couber, o disposto na Lei nº 10.882, de 9 de junho de 2004. (Redação dada pelo art. 15 da Lei nº 11.490, de 2007). O disposto no art. 31 da Lei nº 11.357, de 2006 não se aplica à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

** GDPCAR - Gratificação de Desempenho dos Planos Especiais de Cargos das Agências Reguladoras **

(*) A GDPCAR será paga com observância dos seguintes limites: máximo de cem pontos (pts.) por servidor; e mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XIV-C à Lei no 11.357 de 19 de outubro de 2006.

A pontuação referente à GDPCAR terá a seguinte distribuição:
I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e
II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(**) Opção da GDPCAR aposentado/pensionista. A opção de que tratam os arts. 29 e 30 da Lei nº 13.326/16 somente será válida com a assinatura de termo de opção, na forma do Anexo XXX da Lei nº 13.326/2016, que incluirá a expressa concordância do servidor, do aposentado ou do pensionista (art. 28 da Lei nº 13.326 de 29.07.2016).

Legislações Correspondentes:
- Lei nº 10.404 de 09.01.2002
- Decreto nº 4.247 de 22.05.2002
- Lei nº 10.698 de 02.07.2003
- Medida Provisória nº 170 de 04.03.2004
- Medida Provisória nº 414 de 29.08.2008
- Medida Provisória nº 170 de 04.03.2004
- Decreto nº 7.133 de
- Medida Provisória nº 632 de 24.12.2013
- Lei nº 12.998 de 18.06.2014
- Lei nº 13.328 de 29.07.2016 arts. 8 e 9 e arts 28 a 32
- Lei nº 13.326 de 29.07.2016 arts. 8 e 9 e arts 28 a 32

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
## 14. AGÊNCIAS REGULADORAS (ANA - ANAC - ANCINE - ANEEL - ANSS - ANP - ANATEL - ANTAQ - ANTT)

Plano Especial de Cargos das Agências Reguladoras


### Nível Superior

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDPCAR</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDPCAR</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>(** )</td>
<td></td>
<td></td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D=(A+B)</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Posição: janeiro/2017

#### GDPCAR

- **C**
  - VI: 10.636,79
  - V: 10.470,73
  - IV: 10.306,67
  - III: 10.146,08
  - II: 9.987,42
  - I: 9.830,66

- **B**
  - VI: 9.602,61
  - V: 9.366,63
  - IV: 9.136,84
  - III: 8.913,21
  - II: 8.693,48
  - I: 8.481,30

- **A**
  - VI: 8.283,91
  - V: 8.080,90
  - IV: 7.883,85
  - III: 7.691,27
  - II: 7.503,14

### Plano Especial de Cargos das Agências Reguladoras

Plano Especial de Cargos das Agências Reguladoras de que trata o art. 30 da Lei nº 11.357/2006 (ANA - ANAC - ANCINE - ANEEL - ANSS - ANP - ANATEL - ANTAQ - ANTT)
ANA - Agência Nacional de Água (Autarquia Especial)
ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil (Autarquia Especial)
ANCINE - Agência Nacional de Cinema (Autarquia Especial)
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica (Autarquia Especial)
ANSS - Agência Nacional de Saúde Suplementar (Autarquia Especial)

Fica autorizada a redistribuição para os Quadros de Pessoal Específico das Agências Reguladoras dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, ou ocupantes de cargos efetivos da Carreira de que trata a Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro 1990, cujas atribuições sejam compatíveis com os dos cargos integrantes daqueles Quadros de Pessoal Específico, cedidos às Agências Reguladoras ou por elas requisitados até 20 de maio de 2004, e que tenham permanecido nessa condição ininterruptamente até 27 de abril de 2006. (art. 28 da Lei nº 11.357/2006)

A redistribuição de que trata o art. 28 da Lei nº 11.357/2006 dar-se-á mediante opção irretratável do servidor, na forma do Termo de Opção constante do Anexo XIII da Lei nº 11.357/2006, cujos efeitos financeiros passam a vigorar a partir do data do enquadramento no respectivo Plano Especial de Cargos, na forma do art. 31 da Lei nº 11.357/2006.

Ficam estruturados, a partir de 1º de agosto de 2006, respectivamente, no âmbito das Agências Reguladoras referidas no Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, Planos Especiais de Cargos compostos pelos cargos efetivos integrantes de seus Quadros de Pessoal Específico, aplicando-se a eles, no que couber, o disposto na Lei nº 10.882, de 9 de junho de 2004. (Redação dada pela Lei nº 11.490, de 2007). O disposto no art. 31 da Lei nº 11.357, de 2006 não se aplica à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

VB - Vencimento Básico (Anexo XIV à Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006)

GDPCAR - Gratificação de Desempenho dos Planos Especiais de Cargos das Agências Reguladoras

(*) A GDPCAR será paga com observância dos seguintes limites: máximo de cem pontos (pts.) por servidor; e mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XIV-C à Lei no 11.357 de 19 de outubro de 2006.

A pontuação referente à GDPCAR terá a seguinte distribuição:
I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e
II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDPCAR no decurso do ciclo de avaliação receberão a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos. (art. 281 da Lei nº 11.907/2009)

(**) Aposentado - GDPCAR art. 31-O da Lei nº 11.357/2006 (alteração dada art. 281 da Lei nº 11.907/2009)

(**) Opção da GDPCAR aposentado/pensionista. A opção de que tratam os arts. 29 e 30 da Lei nº 13.326/16 somente será válida com a assinatura de termo de opção, na forma do Anexo XXX da Lei nº 11.357/2016, que incluirá a expressa concordância do servidor, do aposentado ou do pensionista (art. 281 da Lei nº 13.326 de 29.07.2016).

Legislações Correspondentes:
Lei nº 10.404 de 09.01.2002
Decreto nº 4.247 de 22.05.2002
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 170 de 04.03.2004
Lei nº 10.882 de 08.07.2004
Lei nº 10.882 de 09.07.2005 - Retificação DOU 08.11.2005
Lei nº 11.357 de 19.10.2006
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Medida Provisória nº 632 de 24.12.2013
Lei nº 12.998 de 18.06.2014
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 81
Lei nº 13.326 de 29.07.2016 arts. 8 e 9 e arts 28 a 32
### 14. AGÊNCIAS REGULADORAS (ANA - ANAC - ANCINE - ANEEL - ANSS - ANP - ANATEL - ANTAQ - ANTT)

**Plano Especial de Cargos das Agências Reguladoras**


#### Nível Intermediário

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDPCAR 80 pts.</th>
<th>ATIVO 80 pts. TOTAL (em R$)</th>
<th>GDPCAR 50 pts.</th>
<th>APOSENTO 50 pts. TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D=(A+B)</td>
<td>E=(A+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>6.142,67</td>
<td>2.106,40</td>
<td>2.633,00</td>
<td>8.249,07</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>6.299,55</td>
<td>2.160,00</td>
<td>2.700,00</td>
<td>8.459,55</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>6.356,10</td>
<td>2.214,40</td>
<td>2.768,00</td>
<td>8.673,95</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>5.718,66</td>
<td>1.960,80</td>
<td>2.451,00</td>
<td>7.679,46</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>V</td>
<td>5.576,12</td>
<td>1.912,00</td>
<td>2.390,00</td>
<td>7.488,12</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>VI</td>
<td>5.386,10</td>
<td>1.864,80</td>
<td>2.331,00</td>
<td>7.303,42</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>VII</td>
<td>5.303,17</td>
<td>1.818,40</td>
<td>2.273,00</td>
<td>7.121,57</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>VIII</td>
<td>5.171,91</td>
<td>1.773,60</td>
<td>2.217,00</td>
<td>6.945,51</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>IX</td>
<td>5.037,25</td>
<td>1.692,80</td>
<td>2.116,00</td>
<td>6.530,05</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>X</td>
<td>4.971,71</td>
<td>1.645,60</td>
<td>2.057,00</td>
<td>6.444,31</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>XI</td>
<td>4.663,44</td>
<td>1.599,20</td>
<td>1.999,00</td>
<td>6.262,64</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>XII</td>
<td>4.531,37</td>
<td>1.553,60</td>
<td>1.942,00</td>
<td>6.084,97</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>XIII</td>
<td>4.403,20</td>
<td>1.509,60</td>
<td>1.887,00</td>
<td>5.912,60</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>XIV</td>
<td>4.278,89</td>
<td>1.467,20</td>
<td>1.834,00</td>
<td>5.746,09</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>XV</td>
<td>4.153,45</td>
<td>1.424,00</td>
<td>1.751,00</td>
<td>5.468,92</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>XVI</td>
<td>4.086,13</td>
<td>1.399,80</td>
<td>1.702,00</td>
<td>5.332,17</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>XVII</td>
<td>3.970,57</td>
<td>1.361,50</td>
<td>1.702,00</td>
<td>5.332,17</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>XVIII</td>
<td>3.857,96</td>
<td>1.322,40</td>
<td>1.653,00</td>
<td>5.180,36</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>XIX</td>
<td>3.749,00</td>
<td>1.285,60</td>
<td>1.607,00</td>
<td>5.034,60</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>XX</td>
<td>3.643,65</td>
<td>1.249,60</td>
<td>1.562,00</td>
<td>4.893,25</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Fica autorizada a redistribuição para os Quadros de Pessoal Específico das Agências Reguladoras dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, ou ocupantes de cargos efetivos da Carreira de que trata a Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro 1990, cujas atribuições sejam compatíveis com as dos cargos integrantes daqueles Quadros de Pessoal Específico, cedidos às Agências Reguladoras ou por elas requisitados até 20 de maio de 2004, e que tenham permanecido nessa condição ininterruptamente até 27 de abril de 2006. (art. 28 da Lei nº 11.357/2006)

A redistribuição de que trata o art. 28 da Lei nº 11.357/2006 dar-se-á mediante opção irretratável do servidor, na forma do Termo de Opção constante do Anexo XIII da Lei nº 11.357/2006, cujos efeitos financeiros passam a vigorar a partir da data do enquadramento no respectivo Plano Especial de Cargos, na forma do art. 31 da Lei nº 11.357/2006.

Ficam estruturados, a partir de 1º de agosto de 2006, respectivamente, no âmbito das Agências Reguladoras referidas no Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, Planos Especiais de Cargos compostos pelos cargos efetivos integrantes de seus Quadros de Pessoal Específico, aplicando-se a eles, no que couber, o disposto na Lei nº 10.882, de 9 de junho de 2004. (Redação dada pela Lei nº 11.490, de 2007). O disposto no art. 31 da Lei nº 11.357, de 2006 não se aplica à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

VB - Vencimento Básico (Anexo XIV à Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006)

GDP CAR - Gratificação de Desempenho dos Planos Especiais de Cargos das Agências Reguladoras

(*) A GDP CAR será paga com observância dos seguintes limites: máximo de cem pontos (pts.) por servidor; e mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XIV-C à Lei no 11.357 de 19 de outubro de 2006. A pontuação referente à GDP CAR terá a seguinte distribuição:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e
II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retomado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDP CAR no decorso do ciclo de avaliação receberão a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos. (art. 281 da Lei nº 11.907/2009)

(**) Aposentado - GDP CAR art. 31-O da Lei nº 11.357/2006 (alteração dada art. 281 da Lei nº 11.907/2009)

(**) Opção da GDP CAR aposentado/pensionista. A opção de que tratam os arts. 29 e 30 da Lei nº 13.326/16 somente será válida com a assinatura de termo de opção, na forma do Anexo XXX da Lei nº 13.326/2016, que incluirá a expressa concordância do servidor, do aposentado ou do pensionista (art. 28 da Lei nº 13.326 de 29.07.2016).

Legislações Correspondentes:

Lei nº 10.404 de 09.01.2002
Decreto nº 4.247 de 22.05.2002
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 170 de 04.03.2004
Lei nº 10.882 de 09.07.2004
Lei nº 10.882 de 09.07.2005 - Retificação DOU 08.11.2005
Lei nº 11.357 de 19.10.2006
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Medida Provisória nº 632 de 24.12.2013
Lei nº 12.998 de 18.06.2014
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 81
Lei nº 13.326 de 29.07.2016 arts. 8 e 9 e arts 28 a 32
### 14. AGÊNCIAS REGULADORAS (ANA - ANAC - ANCINE - ANEEL - ANSS - ANP - ANATEL - ANTAQ - ANTT)

Plano Especial de Cargos das Agências Reguladoras


---

#### Nível Auxiliar

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDPCAR</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDPCAR</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>(**)</td>
<td></td>
<td></td>
<td>(**)</td>
<td>(**)</td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>2.218,52</td>
<td>760,80</td>
<td>951,00</td>
<td>2.979,32</td>
<td>3.169,52</td>
<td>475,50</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>2.268,67</td>
<td>777,60</td>
<td>972,00</td>
<td>3.046,27</td>
<td>3.240,67</td>
<td>486,00</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>2.320,30</td>
<td>795,20</td>
<td>994,00</td>
<td>3.115,50</td>
<td>3.314,30</td>
<td>497,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

---

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

Fica autorizada a redistribuição para os Quadros de Pessoal Específico das Agências Reguladoras dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.845, de 10 de dezembro de 1970, ou planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, ou ocupantes de cargos efetivos da Carreira de que trata a Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, cujas atribuições sejam compatíveis com as dos cargos integrantes daquelas Carreiras de Pessoal Específico, cedidos às Agências Reguladoras ou por elas requisitados até 20 de maio de 2004, e que tenham permanecido nessa condição ininterruptamente até 27 de abril de 2006. (art. 28 da Lei nº 11.357/2006)

A redistribuição de que trata o art. 28 da Lei nº 11.357/2006 dar-se-á mediante opção irretratável do servidor, na forma do Termo de Opção constante do Anexo XIII da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, Planos Especiais de Cargos compostos pelos cargos efetivos integrantes de seus Quadros de Pessoal Específico, aplicando-se a eles, no que couber, o disposto na Lei nº 10.882, de 9 de junho de 2004. (Redação dada pela Lei nº 11.490, de 2007). O disposto no art. 31 da Lei nº 11.357, de 2006 não se aplica à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

**GDPCAR - Gratificação de Desempenho dos Planos Especiais de Cargos das Agências Reguladoras**

( * ) A GDPCAR será paga com observância dos seguintes limites: máximo o de cem pontos (pts.) por servidor; e mínimo o de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XIV-C à Lei no 11.357 de 19 de outubro de 2006.

A pontuação referente à GDPCAR terá a seguinte distribuição:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

( * ) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha renovado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDPCAR no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos. (art. 281 da Lei nº 11.907/2009)

( ** ) Aposentado - GDPCAR: art. 31-O da Lei nº 11.357/2006 (alteração dada art. 281 da Lei nº 11.907/2009)

( *** ) Opção da GDPCAR: aposentado/pensionista - A opção de que trazem os arts. 29 e 30 da Lei nº 13.326/16 somente será válida com a assinatura de termo de opção, na forma do Anexo XXX da Lei nº 13.326/2016, que incluirá a expressa concordância do servidor, do aposentado ou do pensionista (art. 28 da Lei nº 13.326 de 29.07.2016).

Legislações Correspondentes:

Lei nº 10.404 de 09.01.2002
Decreto nº 4.247 de 22.05.2002
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 170 de 04.03.2004
Lei nº 10.882 de 09.07.2004
Lei nº 10.882 de 09.07.2005 - Retificação DOU 08.11.2005
Lei nº 11.357 de 19.10.2006
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Medida Provisória nº 632 de 24.12.2013
Lei nº 12.998 de 18.06.2014
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 81
Lei nº 13.326 de 29.07.2016 arts. 8 e 9 e arts 28 a 32
### 15. AUDITORIA FEDERAL

Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil
Cargo: Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

#### Nível Superior

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classe</th>
<th>Padrão</th>
<th>VB</th>
<th>Bônus - Ativo</th>
<th>Ativo Total (em R$)</th>
<th>Bônus - Aposentado</th>
<th>Aposentado Total (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>(* )</td>
<td>(** )</td>
<td>( *** )</td>
<td>( *** )</td>
<td>( *** )</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C = (A + B)</td>
<td>D</td>
<td>E</td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td>II</td>
<td>24.943,07</td>
<td>3.000,00</td>
<td>27.943,07</td>
<td>1.050,00</td>
<td>3.000,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>24.250,10</td>
<td>3.000,00</td>
<td>27.250,10</td>
<td>1.050,00</td>
<td>3.000,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>23.821,32</td>
<td>3.000,00</td>
<td>26.821,32</td>
<td>1.050,00</td>
<td>3.000,00</td>
</tr>
<tr>
<td>PRIMEIRA</td>
<td>II</td>
<td>22.500,11</td>
<td>3.000,00</td>
<td>25.500,11</td>
<td>1.050,00</td>
<td>3.000,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>22.058,94</td>
<td>3.000,00</td>
<td>25.058,94</td>
<td>1.050,00</td>
<td>3.000,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>21.202,36</td>
<td>3.000,00</td>
<td>24.202,36</td>
<td>1.050,00</td>
<td>3.000,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>20.386,89</td>
<td>3.000,00</td>
<td>23.386,89</td>
<td>1.050,00</td>
<td>3.000,00</td>
</tr>
<tr>
<td>SEGUNDA</td>
<td>II</td>
<td>19.987,14</td>
<td>3.000,00</td>
<td>22.987,14</td>
<td>1.050,00</td>
<td>3.000,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>{ ** }</td>
<td>2.250,00</td>
<td>21.461,01</td>
<td>787,50</td>
<td>2.250,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>19.211,01</td>
<td>{ ** }</td>
<td>20.711,01</td>
<td>525,00</td>
<td>1.500,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>{ ** }</td>
<td>0,00</td>
<td>19.211,01</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>{ ** }</td>
</tr>
</tbody>
</table>
A carreira da Auditoria da Receita Federal do Brasil, de que trata o art. 1º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, passa a ser denominada carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil, composta de cargos de nível superior de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil de de que trata o art. 1º da Lei nº 11.457, de 20 de novembro de 2007.


Os ocupantes do cargo de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, no exercício das atribuições previstas no inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 2002, são autoridades tributárias e aduaneiras da União, em regime de carreira, do art. 4º da Lei nº 15.464, de 2017.

Os titulares dos cargos de provimento efetivo das carreiras de que trata o art. 27 da Lei nº 13.464, de 2017 são re enquadrados na forma do Anexo Vida da Lei nº 13.464, de 2017.

Não são devidos aos titulares dos cargos a que se refere o art. 27 da Lei nº 13.464, de 2017 o disposto do inciso XIV do art. 27 da Lei nº 13.464, de 2017.

(*) Vencimento Básico - (Anexo VI da Lei nº 10.910, de 15 de maio de 2004)

A partir de 1º de julho de 2008 até 29 de dezembro de 2016, os titulares dos cargos de provimento efetivo integrantes das Carreiras que se referem ao art. 1º da Lei nº 10.910, de 2004 passam a ser remunerados, exclusivamente, por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória (art.2-A da Lei nº 10.910, de 2004).


Os servidores ativos somente receberão o Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade Tributária e Aduaneira quando em efetivo exercício no cargo, durante o período de efetivação (§ 1º e 2º art. 10 da Lei nº 13.464, de 2017).

Os valores previstos nos incisos I e II do art. 11 da Lei nº 13.464, de 2017 observarão os limites constantes dos Anexos III e IV da Lei nº 13.464, de 2017.

Os servidores ativos somente receberão o Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade Tributária e Aduaneira quando em efetivo exercício no cargo, durante o período de efetivação. (§ 1º e 2º art. 10 da Lei nº 13.464, de 2017).

A partir do mês de fevereiro de 2017 até o mês de produção dos efeitos do ato referido no § 3º do art. 6º da Lei nº 13.464, de 2017, os servidores da carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil, que se enquadrem nos casos previstos no inciso I do art. 7º da Lei nº 13.464, de 2017, poderão fazer jus a Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade Tributária e Aduaneira, de até R$ 5.000,00 (cinco mil reais), nas condições de que trata a Lei nº 11.487, de 2007.

O somatório do vencimento básico da carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil com as demais parcelas, incluído o Bônus de que trata o art. 6º da Lei nº 13.464, de 2017, não poderá exceder o limite máximo do disposto no inciso XI do caput do art. 37 da Constituição Federal, (art. 13 da Lei nº 13.464, de 2017).

O valor do Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade Tributária e Aduaneira não será considerado para efeito de vencimento efetivo no cargo, de que trata o art. 7º da Lei nº 13.464, de 2017, nas condições de que trata o art. 8º da Lei nº 13.464, de 2017.

A partir do mês de janeiro de 2021, os servidores da carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil passarão a receber, acréscimo sobre a proporção prevista no art. 7º da Lei nº 13.464, de 2017.

(*) - A partir do mês de janeiro de 2021, os servidores da carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil passarão a receber, acréscimo sobre a proporção prevista no art. 7º da Lei nº 13.464, de 2017.

Os servidores ativos somente receberão o Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade Tributária e Aduaneira quando em efetivo exercício no cargo, durante o período de efetivação. (§ 1º e 2º art. 10 da Lei nº 13.464, de 2017).

Não haverá progressão funcional ou promoção dos servidores das carreiras Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil e de Auditoria-Fiscal do Trabalho durante o período de estágio probatório.(§ 6º do art. 4º da Lei nº 10.593, de 2002)

(*) - Tempo com o servidor ativo no cargo (Em meses) - TA ? 12 - Percentual correspondente (%) - 0%

(**) - Tempo com o servidor ativo no cargo (Em meses) - 12 < TA ? 24 - Percentual correspondente (%) - 50%

(*** ) - Tempo com o servidor ativo no cargo (Em meses) - 24 < TA ? 36 - Percentual correspondente (%) - 75%

O somatório do vencimento básico da carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil com as demais parcelas, incluído o Bônus de que trata o art. 6º da Lei nº 13.464, de 2017, não poderá exceder o limite máximo do disposto no inciso XI do caput do art. 37 da Constituição Federal, (art. 13 da Lei nº 13.464, de 2017).

§ 4º do art. 6º da Lei nº 13.464, de 2017.

A partir do mês de janeiro de 2021, os servidores da carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil passarão a receber, acréscimo sobre a proporção prevista no art. 7º da Lei nº 13.464, de 2017. Os pensionistas farão jus a Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade Tributária e Aduaneira, de até R$ 5.000,00 (cinco mil reais), nas condições de que trata o art. 7º da Lei nº 13.464, de 2017.

(*) - Tempo com o servidor ativo no cargo (Em meses) - TA ? 12 - MAIOR percentual correspondente (%) - 100%


**Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73**

**15. AUDITORIA FEDERAL**

Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil

Cargo: Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th></th>
</tr>
</thead>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASS</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>ATIVO</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>(*)</td>
<td>(**)</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>BÔNUS - ATIVO</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>(A+B)</td>
<td>D</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td>III</td>
<td>14.868,90</td>
<td>1.800,00</td>
<td>16.668,90</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>14.338,48</td>
<td>1.800,00</td>
<td>16.138,48</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>14.057,34</td>
<td>1.800,00</td>
<td>15.857,34</td>
</tr>
<tr>
<td>PRIMEIRA</td>
<td>III</td>
<td>13.261,64</td>
<td>1.800,00</td>
<td>15.061,64</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>12.741,96</td>
<td>1.800,00</td>
<td>14.541,96</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>11.780,66</td>
<td>1.800,00</td>
<td>13.580,66</td>
</tr>
<tr>
<td>SEGUNDA</td>
<td>III</td>
<td>11.327,55</td>
<td>1.800,00</td>
<td>13.127,55</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>11.105,45</td>
<td>1.800,00</td>
<td>12.905,45</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>(**)</td>
<td>1.350,00</td>
<td>1.350,00</td>
<td>12.024,21</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>10.674,21</td>
<td>900,00</td>
<td>11.574,21</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>(**)</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>10.674,21</td>
</tr>
</tbody>
</table>
A carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil, de que trata o art. 5º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, passa a ser denominada carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil, composta de cargos de nível superior de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil e de Analista Tributário da Receita Federal do Brasil (art. 4º da MP nº 765, de 2016).


Os títulos dos cargos de provimento efetivo das carreiras com que trata o art. 27 da Lei nº 13.464, de 2017 são reenquebrados na forma do Anexo VIda Lei nº 13.464, de 2017.

Não são devidos aos titulares dos cargos a que se refere o art. 1º da Lei nº 10.910, de 2004, os impostos de importação ou outro espécime remuneratório (art. 2-A da Lei nº 10.910, de 2004).


Os servidores ativos que tenham se aposentado provimento efetivo e que se encontram em atividade (convertidos no mês de dezembro de 2016) e que sejam titulares dos cargos da carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil e de Auditoria-Fiscal do Trabalho, de que trata o art. 10.910, de 2004, passaram a receber vencimento básico e demais parcelas previstas em lei. (art. 27 da Lei nº 13.464, de 2017).

Os servidores ativos que se aposentaram provimento efetivo e que se encontram em atividade (convertidos no mês de dezembro de 2016) e que sejam titulares dos cargos da carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil e de Auditoria-Fiscal do Trabalho, de que trata o art. 10.910, de 2004, passaram a receber vencimento básico e demais parcelas previstas em lei. (art. 27 da Lei nº 13.464, de 2017).

Os servidores ativos que se aposentaram provimento efetivo e que se encontram em atividade (convertidos no mês de dezembro de 2016) e que sejam titulares dos cargos da carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil e de Auditoria-Fiscal do Trabalho, de que trata o art. 10.910, de 2004, passaram a receber vencimento básico e demais parcelas previstas em lei. (art. 27 da Lei nº 13.464, de 2017).
### 15. AUDITORIA FEDERAL
Carreira de Auditoria-Fiscal do Trabalho
Cargo: Auditor-Fiscal do Trabalho

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>Padrão</th>
<th>VB</th>
<th>Bônus - Ativo</th>
<th>Ativo</th>
<th>Bônus - Aposentado</th>
<th>Aposentado</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>(**)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C=(A+B)</td>
<td>D</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Esperado</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td>24.943,07</td>
<td>3.000,00</td>
<td>27.943,07</td>
<td>1.050,00</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td></td>
<td></td>
<td>24.250,10</td>
<td>3.000,00</td>
<td>27.250,10</td>
<td>1.050,00</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td></td>
<td></td>
<td>23.821,32</td>
<td>3.000,00</td>
<td>26.821,32</td>
<td>1.050,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Primeira</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td>22.500,11</td>
<td>3.000,00</td>
<td>25.500,11</td>
<td>1.050,00</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td></td>
<td></td>
<td>22.058,94</td>
<td>3.000,00</td>
<td>25.058,94</td>
<td>1.050,00</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td></td>
<td></td>
<td>21.202,36</td>
<td>3.000,00</td>
<td>24.202,36</td>
<td>1.050,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Segunda</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td>20.386,89</td>
<td>3.000,00</td>
<td>23.386,89</td>
<td>1.050,00</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td></td>
<td></td>
<td>19.987,14</td>
<td>3.000,00</td>
<td>22.987,14</td>
<td>1.050,00</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td></td>
<td></td>
<td>19.211,01</td>
<td>3.000,00</td>
<td>22.211,01</td>
<td>1.050,00</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td></td>
<td></td>
<td>19.211,01</td>
<td>3.000,00</td>
<td>22.211,01</td>
<td>1.050,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>


Os títulos dos cargos de provimento efetivo das carreiras de que trata o art. 27 da Lei nº 13.464, de 2017 são reestruturados de acordo com a MP n° 765, de 2016 e disposto no item I ao XIV do art. 27 da Lei nº 13.464, de 2017.

Não são devidos aos titulares dos cargos a que se refere o art. 1º da MP nº 765, de 2016, os valores correspondentes à Medida Provisória nº 2.175, de 2001.

(*) V E - Vencimento Básico (Anexo IV à Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004)

A partir de 1º de julho de 2008 até 29 de dezembro de 2016, os títulos dos cargos de provimento efetivo integrantes das carreiras a que se refere o art. 1º da Lei nº 10.910, de 2004 passam a ser remunerados, exclusivamente, por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie de remuneração. (Medida Provisória nº 440, de 2008).


(**) Bônus - a partir de 31 de dezembro de 2016 são instituídos um Programa de Produtividade da Auditoria Fiscal do Trabalho e o Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade de Auditoria Fiscal do Trabalho com objetivo de incrementar a produtividade nas áreas de atuação dos ocupantes do cargo de Auditor Fiscal do Trabalho. (§ 1º e 2º do art. 17 da Lei nº 13.464, de 2017).

Para os meses de dezembro de 2016 e janeiro de 2017, será devida aos ocupantes do cargo de Auditor Fiscal do Trabalho parcela do Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade de Auditoria Fiscal do Trabalho no valor de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais). (art. 21 da Lei nº 13.464, de 2017).

A partir do mês de fevereiro de 2017 até o mês de produção dos efeitos do ato referido no § 3º do art. 16 da Lei nº 13.464, de 2017, será pago, mensalmente, o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) aos ocupantes do cargo de Auditor Fiscal do Trabalho, concedido a título de antecipação de cumprimento de metas e sujeito a ajustes no período subsequente. (§ 1º ao 4º do art. 21 da Lei nº 13.464, de 2017)

Os valores a que se referem os caput e o § 2º do art. 21 da Lei nº 13.464, de 2017, representarão as limitações constantes dos Anexos III e IV da Lei nº 13.464, de 2017.

Os servidores ativos somente receberão o Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade de Auditoria Fiscal do Trabalho quando em efetivo exercício no cargo durante, pelo menos, metade do período de apuração. (§ 1º ao 2º do art. 20 da Lei nº 13.464, de 2017).

Não haverá progressão funcional ou promoção dos servidores das carreiras Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil e de Auditoria Fiscal do Trabalho durante o período de estipulação probatório (§ 1º do art. 4º da Lei nº 10.593, de 2002).

(**) Bônus - percentual Máximo do Bônus a ser atribuído aos servidores em atividade: Os servidores em atividade têm direito efetivo ao cargo de Auditor Fiscal do Trabalho receberão o Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade de Auditoria Fiscal do Trabalho proporcionante ao período em atividade, de acordo com o percentual de bonificação definido na tabela "b" do Anexo III da Lei nº 13.464, de 2017, aplicável sobre a proporção prevista no art. 17 da Lei nº 13.464, de 2017. (**) A P a r t i r d e  3 0 d e d e z e m b r o d e  2016 (data de publicação da MP nº 765, de 2016 - DOU 30.12.2016) os servidores ativos podem ser promovidos ao período em inatividade, de acordo com os percentuais de bonificação definidos na tabela "b" do Anexo IV da Lei nº 13.464, de 2017, aplicáveis sobre a proporção prevista no art. 17 da Lei nº 13.464, de 2017. Os pensionistas farão jus ao Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade de Auditoria Fiscal do Trabalho na forma dos itens I II e III do art. 17 da Lei nº 13.464, de 2017, aplicáveis sobre a proporção prevista no art. 17 da Lei nº 13.464, de 2017. (**) - Temporário - menor percentual correspondente (T1) (Em meses) - T1 > 108 - Menor percentual correspondente (%) = 35%
16. CARGOS ESPECÍFICOS

Estrutura Remuneratória Especial de Cargos Específicos

* Cargos: Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos - Anexo XII da Lei nº 12.277/2010, referidos abaixo:


- **Carreira Previdenciária** - Cargos: Arquiteto, Economista, Engenheiro e Estatístico - Lei nº 10.355/2001;


**Estrutura Remuneratória Especial de Cargos Específicos**


- **Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal** - Cargos: Economista, Engenheiro - Lei nº 10.682/2003;


- **Cargos: Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo**


- **Carreira Previdenciária** - Cargos: Arquiteto, Economista, Engenheiro e Estatístico - Lei nº 10.355/2001;


### Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>CLASSE</td>
<td>PADRÃO</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VENCIMENTO BÁSICO</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>80 pontos</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>5.026,99</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>4.904,37</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>4.784,76</td>
</tr>
<tr>
<td>VI</td>
<td>4.600,73</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>4.488,52</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>4.379,04</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>4.272,23</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>4.168,04</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>4.066,38</td>
</tr>
<tr>
<td>VI</td>
<td>3.909,98</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>3.814,62</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>3.721,59</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>3.630,81</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>3.542,26</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>3.455,85</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>3.322,94</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>3.241,89</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>3.182,61</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>3.085,67</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>3.010,41</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Elaborado: CGSUP/DDESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios N° 73

118

Os servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo de que trata o Anexo XI da Lei 12.277/2010 poderão optar pela Estrutura Remuneratória Especial, de que trata o art. 19 da Lei 12.277/2010, na forma do Termo de Opção constante do Anexo XV da Lei 12.277/2010, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2010, situação na qual deixarão de fazer jus à estrutura remuneratória do respectivo Plano de Carreira, Plano de Cargos ou quadro de pessoal.

A opção de que trata o caput do art. 20 da Lei nº 12.277/2010 não gera efeitos financeiros retroativos. (§ único do art. 20 da Lei nº 12.277/2010 e art. 82 da Lei nº 12.702/2012)


(*) GDACE - Gratificação de Desempenho de Cargos Específicos

A pontuação referente à GDACE será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) A GDACE será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo XIV da Lei 12.277/2010.

(*) Até que seja regulamentada a GDACE e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores referidos no art. 19 da Lei 12.277/2010 perceberão a GDACE em valor correspondente a 80% (oitenta por cento) de seu valor máximo, observados a classe e o padrão do servidor.

Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho no decurso do ciclo de avaliação receberá a GDACE no valor correspondente a 80 pontos.

(/**) Opção da GDACE - Aposentado/pensionista art. 87 ao art. 91 da Lei nº 13.324, de 29.07.2016.

Legislações Correspondentes:

| Lei nº 5.645 de 10.12.1970 | Lei nº 12.277 de 30.06.2010 |
| Lei nº 10.355 de 26.12.2001 | Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 | art. 19 e art.83 |
| Lei nº 10.483 de 03.07.2002 | Lei nº 12.702 de 07.08.2012 | art. 19 e art. 82 |
| Lei nº 10.682 de 28.05.2003 | Decreto nº 7.849 de 23.11.2012 |
| Lei nº 11.095 de 13.01.2005 | Lei 13.328 de 29.07.2016 | art. 88 |
| Lei nº 11.233 de 22.12.2005 | Lei nº 13.324 de 29.07.2016 | art. 20 e art. 87 ao art. 91 |
| Lei nº 11.357 de 19.10.2006 | Lei nº 11.907 de 02.02.2009 |
| Decreto nº 7.133 de 19.03.2010 | }
### 17. CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia

**Cargo:** Pesquisador

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Classe</strong></td>
<td><strong>Padrão</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Classe</strong></td>
<td><strong>Padrão</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>Classificação</strong></th>
<th><strong>Cargo</strong></th>
<th><strong>Ativo</strong></th>
<th><strong>Total (em R$) - 50 pts.</strong></th>
<th><strong>Pensionado</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Auxiliar</strong></td>
<td><strong>Titular</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Assessor</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Auxiliar</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Assistente de Pesquisa</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Assessor</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Auxiliar</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
Nos termos da Lei nº 8.691, de 1993 fica estruturado o Plano de Carreiras dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, integrantes da área de Ciência e Tecnologia, que tenham como principais objetivos a promoção e a realização da pesquisa e do desenvolvimento científico e tecnológico. Os órgãos e entidades estão descritos no §1º do art. 1º Lei nº 8.691, de 1993.( art. 1º Lei nº 8.691, de 1993).


**GDACT - Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia**

A partir de 1º de julho de 2008, a GDACT, devida aos servidores de nível superior integrantes das Carreiras de que trata o art. 18 da Lei nº 11.344/2006, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no órgão ou entidade de lotação, será atribuída aos servidores que a ela fizerem jus em função do alcance das metas de desempenho individual e do alcance das metas de desempenho institucional dos respectivos órgãos ou entidades de lotação. (art. 19-A da Lei nº 11.344/2006 e art. 76 da Lei nº 12.702/2012)

A partir 01.07.2012 fica extinta a Gratificação Temporária de Atividade de Ciência e Tecnologia - GTEMPCT de que trata o art. 58 da Lei nº 11.907/2009, ficando incorporada ao Vencimento Básico.

(*) A GDACT será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VIII-B da Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006.

A pontuação referente à GDACT será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual;

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surter efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDACT no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Até que seja publicado o ato a que se refere o parágrafo único do art. 19-D da Lei nº 441/08 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDACT deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de GDACT, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante Anexo VIII-B da MP 441/2008.

RT - Retribuição por Titulação - servidores de nível superior, portadores de títulos de Doutor, Mestre ou certificado de aperfeiçoamento ou de especialização (Aperf./Espec), conforme Anexo XIX da MP 441/2008.

(**) Aposentado - GTEMPCT integrará, durante o prazo de vigência de seus efeitos financeiros, os proventos da aposentadoria e as pensões - art. 58 da MP 441/08.

(**) Aposentado: GDACT - art. 60-B da MP 2229-43/2001 (redação dada art. 21 §§ 1º e 2º da Lei nº 11.356 de 19.10.06).

(**) Aposentado - RT - a RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação (§ 5º art. 55 da MP 441/2008).

(**) Opção da GDACT - aposentado/pensionista art. 87 da Lei nº 13.324, de 2016.

**Legislações Correspondentes:**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Lei nº 8.691 de 28.07.93</th>
<th>Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001</th>
<th>Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Resolução nº 01 de 06.07.94</td>
<td>Decreto nº 3.762 de 05.03.2001</td>
<td>Lei nº 11.356 de 19.10.2006</td>
</tr>
<tr>
<td>Resolução nº 02 de 23.11.94</td>
<td>Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001</td>
<td>Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 8º</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 9.625 de 07.04.98</td>
<td>Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001</td>
<td>Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 9.638 de 20.05.98</td>
<td>Medida Provisória nº 2136-39 de 24.05.2001</td>
<td>Lei nº 11.907 de 02.02.2009</td>
</tr>
<tr>
<td>Decreto nº 2.665 de 10.07.98</td>
<td>Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001</td>
<td>Decreto nº 7.133 de 19.03.2010</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98</td>
<td>Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001</td>
<td>Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000</td>
<td>Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001</td>
<td>Lei nº 12.702 de 07.08.2012</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000</td>
<td>Lei nº 10.697 de 02.07.2003</td>
<td>Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 60 e art. 78</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000</td>
<td>Lei nº 10.698 de 02.07.2003</td>
<td>Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 28 e art. 29 e art. 87</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000</td>
<td>Lei nº 10.769 de 19.11.2003</td>
<td>(**) Aposentado</td>
</tr>
</tbody>
</table>
### Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

#### Cargo: Analista em Ciência e Tecnologia

**Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Profissional</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Nível Superior</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Classe</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Patrón</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>VB</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>80 pts.</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>100 pts.</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>(*)</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>Classe</strong></th>
<th><strong>Patrón</strong></th>
<th><strong>VB</strong></th>
<th><strong>80 pts.</strong></th>
<th><strong>100 pts.</strong></th>
<th><strong>(*)</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>SENIOR</strong></td>
<td>II</td>
<td>6.539,42</td>
<td>1.970,40</td>
<td>2.465,00</td>
<td>1.662,73</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>5.124,17</td>
<td>1.662,73</td>
<td>1.910,87</td>
<td>1.396,60</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>4.748,96</td>
<td>1.448,00</td>
<td>1.811,00</td>
<td>1.225,47</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### Cargo: Tecnologista

**Carreira de Desenvolvimento Tecnológico**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Profissional</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Nível Superior</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Classe</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Patrón</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>VB</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>80 pts.</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>100 pts.</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>(*)</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>Classe</strong></th>
<th><strong>Patrón</strong></th>
<th><strong>VB</strong></th>
<th><strong>80 pts.</strong></th>
<th><strong>100 pts.</strong></th>
<th><strong>(*)</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>SENIOR</strong></td>
<td>II</td>
<td>6.820,44</td>
<td>1.982,20</td>
<td>2.494,00</td>
<td>1.599,59</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>5.414,64</td>
<td>1.658,40</td>
<td>2.073,00</td>
<td>1.453,55</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>5.056,19</td>
<td>1.448,00</td>
<td>1.811,00</td>
<td>1.225,47</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### Remuneração por Titulação

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>Remuneração por Titulação</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Ativo</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>Remuneração por Titulação</strong></th>
<th><strong>Grau (A+B)</strong></th>
<th><strong>Hab (A+B+C)</strong></th>
<th><strong>I (A+B+E)</strong></th>
<th><strong>J (A+B+F)</strong></th>
<th><strong>K (A+C)</strong></th>
<th><strong>L (A+C+D)</strong></th>
<th><strong>M (A+C+E)</strong></th>
<th><strong>N (A+C+F)</strong></th>
<th><strong>O</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>SENIOR</strong></td>
<td>II</td>
<td>10.559,02</td>
<td>12.172,05</td>
<td>13.742,23</td>
<td>17.476,77</td>
<td>11.052,42</td>
<td>12.665,15</td>
<td>14.233,63</td>
<td>17.959,37</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>7.518,80</td>
<td>9.135,60</td>
<td>10.652,40</td>
<td>14.392,80</td>
<td>7.064,40</td>
<td>8.677,20</td>
<td>11.233,60</td>
<td>14.974,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>PLANO II</strong></td>
<td>II</td>
<td>10.865,00</td>
<td>12.478,00</td>
<td>14.053,20</td>
<td>17.787,40</td>
<td>11.360,40</td>
<td>12.973,60</td>
<td>15.539,80</td>
<td>19.275,20</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>9.270,40</td>
<td>10.813,60</td>
<td>12.388,80</td>
<td>16.123,20</td>
<td>8.774,80</td>
<td>10.378,40</td>
<td>12.944,00</td>
<td>15.690,40</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### Remuneração por Aposentadoria

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>Remuneração por Aposentadoria</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Ativo</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>Remuneração por Aposentadoria</strong></th>
<th><strong>Grau (A+B)</strong></th>
<th><strong>Hab (A+B+C)</strong></th>
<th><strong>I (A+B+E)</strong></th>
<th><strong>J (A+B+F)</strong></th>
<th><strong>K (A+C)</strong></th>
<th><strong>L (A+C+D)</strong></th>
<th><strong>M (A+C+E)</strong></th>
<th><strong>N (A+C+F)</strong></th>
<th><strong>O</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>8.648,30</td>
<td>10.107,21</td>
<td>11.676,87</td>
<td>15.412,37</td>
<td>7.064,40</td>
<td>8.677,20</td>
<td>11.233,60</td>
<td>14.974,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>PLANO II</strong></td>
<td>II</td>
<td>11.236,03</td>
<td>12.839,73</td>
<td>14.424,43</td>
<td>18.159,16</td>
<td>11.360,40</td>
<td>12.973,60</td>
<td>15.539,80</td>
<td>19.275,20</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>8.646,16</td>
<td>10.107,21</td>
<td>11.676,87</td>
<td>15.412,37</td>
<td>7.064,40</td>
<td>8.677,20</td>
<td>11.233,60</td>
<td>14.974,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Posição: janeiro/2017

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>Posição</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>GD ACT</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>Posição</strong></th>
<th><strong>Sem A</strong></th>
<th><strong>Aperf./Espec.</strong></th>
<th><strong>Mestre</strong></th>
<th>** doutor**</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>GD ACT</strong></td>
<td><strong>50 pts.</strong></td>
<td><strong>100 pts.</strong></td>
<td><strong>Sem R T</strong></td>
<td><strong>Aperf./Espec.</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>Conveniência</strong></td>
<td><strong>50 pts.</strong></td>
<td><strong>R T Aperf./Espec.</strong></td>
<td><strong>50 pts.</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>Conveniência</strong></td>
<td><strong>80 pts.</strong></td>
<td><strong>Conveniência</strong></td>
<td><strong>80 pts.</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

- **Elaborado:** CGSUP/DESIS/SGP/MP
- **Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73**
- **Posição:** janeiro/2017
Lei nº 8.691, de 1993, fica estabelecida no Ponto de Carreiras dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, integrantes da área de Ciência e Tecnologia, que tenham como principais objetivos a promoção e a realização da pesquisa e do desenvolvimento científico e tecnológico, os órgãos e entidades estão descritos no §1º do art. 1º Lei nº 8.691, de 1993.(art. 1º Lei nº 8.691, de 1993).

No termos da Lei nº 8.691, de 1993, fica estabelecido o Plano de Carreiras dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, integrantes da área de Ciência e Tecnologia, que tenham como principais objetivos a promoção e a realização da pesquisa e do desenvolvimento científico e tecnológico. Os órgãos e entidades estão descritos no §1º do art. 1º Lei nº 8.691, de 1993.(art. 1º Lei nº 8.691, de 1993).


GDAC/T - Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia

A partir de 1º de julho de 2008, a GDAC/T, devida aos servidores de nível superior das Carreiras de que trata o art. 18 da Lei nº 11.344/2006, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no órgão ou entidade de origem, será atribuída aos servidores que a ela fizerem jus em função do alcance das metas de desempenho individual e do alcance das metas de desempenho institucional dos respectivos órgãos ou entidades de origem.(art. 19-A da Lei nº 11.344/2006 e art. 76 da Lei nº 12.702/2012)

A partir 01.07.2012 fica extinta a Gratificação Temporária de Atividade de Ciência e Tecnologia - GTEMPC/T de que trata o art. 58 da Lei nº 11.907/2009, ficando incorporada ao Vencimento Básico.

(*) A GDAC/T será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VIII-B da Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006

A pontuação referente à GDAC/T será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual;

II - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor receberá o valor efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDAC/T no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor corresponder ao vinte pontos.

Até que seja publicado o ato que se refere o parágrafo único do art. 19-D da MP 441/08 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme e disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDAC/T deverão percebê-la em valor correspondente ao limite percentual recebido a título de GDAC/T, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante Anexo VIII-B da Lei nº 11.344/2006.

RT - Retribuição por Titulação - servidores de nível superior, portadores de títulos de Doutor, Mestre ou certificado de aperfeiçoamento ou de especialização (Aperf./Espec.), conforme Anexo XIX da MP 441/2008

(**) Aposentado - A GTEMPC/T integrará, durante o prazo de vigência de seus efeitos financeiros, os proventos da aposentadoria e as pensões - art. 58 da MP 441/08

(*** Aposentado - RT - A RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação (§5º da Lei nº 55 da MP 441/2008)

Legislações Correspondentes:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Lei nº 8.691 de 28.07.93</th>
<th>Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Resolução nº 01 de 06.07.94</td>
<td>Medida Provisória nº 2150-41 de 28.07.2001</td>
</tr>
<tr>
<td>Resolução nº 02 de 23.11.94</td>
<td>Medida Provisória nº 2150-42 de 28.07.2001</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 9.625 de 07.04.98</td>
<td>Medida Provisória nº 2150-44 de 28.08.2000</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 9.638 de 20.05.98</td>
<td>Medida Provisória nº 2150-45 de 28.08.2000</td>
</tr>
<tr>
<td>Decreto nº 2.665 de 10.07.98</td>
<td>Medida Provisória nº 2150-46 de 28.08.2000</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98</td>
<td>Medida Provisória nº 2150-47 de 28.08.2000</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000</td>
<td>Medida Provisória nº 2150-48 de 28.08.2000</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000</td>
<td>Medida Provisória nº 2150-51 de 28.08.2000</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001</td>
<td>Medida Provisória nº 2150-56 de 28.08.2000</td>
</tr>
<tr>
<td>Decreto nº 3.762 de 05.03.2001</td>
<td>Medida Provisória nº 2150-59 de 28.08.2000</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001</td>
<td>Medida Provisória nº 2150-60 de 28.08.2000</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001</td>
<td>Medida Provisória nº 2150-62 de 28.08.2000</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2136-39 de 31.05.2001</td>
<td>Medida Provisória nº 2150-63 de 28.08.2000</td>
</tr>
</tbody>
</table>
### 17. CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia
Cargo: Assistente em Ciência e Tecnologia
Carreira de Desenvolvimento Tecnológico
Cargo: Técnico

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Intermediário</th>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDACT</th>
<th>PQ</th>
<th>Gratificação de Qualificação</th>
<th>TOTAL (em R$) - 80 pts.</th>
<th>TOTAL (em R$) - 100 pts.</th>
<th>TOTAL (em R$) - 50 pts.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D</td>
<td>E</td>
<td>F</td>
<td>G</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>3.608,20</td>
<td>888,00</td>
<td>1.110,00</td>
<td>696,77</td>
<td>1.356,59</td>
<td>2.712,68</td>
<td>4.516,20</td>
<td>5.192,97</td>
</tr>
<tr>
<td>ASSISTENTE II</td>
<td>III</td>
<td>3.540,34</td>
<td>873,60</td>
<td>1.092,00</td>
<td>673,51</td>
<td>1.309,26</td>
<td>2.619,82</td>
<td>4.265,94</td>
<td>5.037,46</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>2.931,20</td>
<td>782,40</td>
<td>097,80</td>
<td>560,52</td>
<td>1.092,24</td>
<td>2.183,38</td>
<td>3.713,60</td>
<td>4.274,12</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>2.831,60</td>
<td>769,60</td>
<td>962,00</td>
<td>541,69</td>
<td>1.052,36</td>
<td>2.105,83</td>
<td>3.601,20</td>
<td>4.142,99</td>
</tr>
<tr>
<td>ASSISTENTE I</td>
<td>III</td>
<td>2.731,30</td>
<td>750,40</td>
<td>938,00</td>
<td>521,75</td>
<td>1.014,70</td>
<td>2.028,29</td>
<td>3.481,70</td>
<td>4.005,45</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>2.632,87</td>
<td>732,00</td>
<td>915,00</td>
<td>500,70</td>
<td>975,93</td>
<td>1.951,86</td>
<td>3.364,87</td>
<td>3.865,57</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Posição:** janeiro/2017

GDACT: Gratificação de Atividade
GQ: Gratificação de Qualificação
ATIVO: Remuneração Ativo
APONTADO: Remuneração Aportado

<table>
<thead>
<tr>
<th>Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Cargo: Assistente em Ciência e Tecnologia</td>
</tr>
<tr>
<td>Carreira de Desenvolvimento Tecnológico</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo: Técnico</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Elaborado:** CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
A partir do 1º de julho de 2008, a GADC, devida aos servidores de nível intermedio integrantes das Carreiras de que trata o art. 19 da Lei nº 11.344/2006, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no órgão ou entidade de lotação, será atribuída aos servidores que a ela fazem jus em função do alcance das metas de desempenho individual e do alcance das metas de desempenho institucional dos respectivos órgãos ou entidades de lotação. (art. 19-A da Lei nº 11.344/2006 e art. 76 da Lei nº 12.702/2012)

A partir 01.07.2012 fica extinta a Gratificação Temporária de Atividade de Ciência e Tecnologia - GTEMPCT de que trata o art. 58 da Lei nº 11.907/2009, ficando incorporada ao Vencimento Básico. (**) A GADC será paga observado o limite máximo de som diferenças (pts.) e o mínimo de bônus para servidor, correspondendo cada bônus ao valor estabelecido no Anexo VIII-B da Lei nº 11.344, de 6 de setembro de 2006.

A porcentagem referente a GADC será assim distribuída:

1. Até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual;
2. Até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção de GADC no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a 100 pontos.

Até que seja publicado o ato que se refere parágrafo único do art. 19-A da MP 441/2008 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme e disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GADC deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de GADC, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante Anexo VIII-B da MP 441/08.

GQ - Gratificação de Qualificação

Para fins de percepção da GQ pelos titulares de cargos de nível intermediário das Carreiras a que se refere o caput do art. 56 da Lei nº 11.907/2009, aplicam-se, na forma do regulamento, as seguintes regras (Redação dada pela Lei nº 12.778, de 2012):

1. Para fazer jus ao nível I da GQ, o servidor deverá comprovar a conclusão de curso de especialização ou titulação de curso superior na área da tecnologia que tenha como principal objetivo a promoção e realização de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, os serviços de pesquisa e desenvolvimento de Ciência e Tecnologia, ou proportionarem atividades equivalentes a essas.

2. Para fazer jus ao nível II da GQ, o servidor deverá comprovar a conclusão de curso de especialização ou titulação de curso superior na área da tecnologia que tenha como principal objetivo a promoção e realização de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, os serviços de pesquisa e desenvolvimento de Ciência e Tecnologia, ou proporcionarem atividades equivalentes a esses.

3. Para fazer jus ao nível III da GQ, o servidor deverá comprovar a conclusão de curso de especialização ou titulação de curso superior na área da tecnologia que tenha como principal objetivo a promoção e realização de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, os serviços de pesquisa e desenvolvimento de Ciência e Tecnologia, ou proporcionarem atividades equivalentes a esses.

A GQ será ponderada com os cálculos de proventos de aposentadorias e pensões quando os critérios de consideração para a concessão forem obtidos até a data em que se deu a aposentadoria ou a instituição da pensão, prova verificada pelo servidores que prestarem a GQ que, quando em efetivação de exercícios (art. 59 da Lei nº 12.702/2012)

O Ato do diretor máximo do INPI disporá sobre os procedimentos específicos para concessão da GQ, observado o disposto nesta Lei, na Lei nº 11.355, de 2006 e na Lei nº 11.907, de 2009. (art. 64 do Decreto nº 7.922/2013)

(*) Aposentadoria - A GQ dividida por 100 corresponderá ao valor de gratificação que tenha como fundamento a qualificação profissional ou a titulação. (art. 65 do Decreto nº 7.922/2013)

(*) Aposentadoria - A GQ será paga aos servidores que a ela fizerem jus em retribuição ao cumprimentos de requisitos técnico-funcionais.

(*) A opção para o nível de especialização ou titulação de curso superior na área da tecnologia que tenha como principal objetivo a promoção e realização de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, os serviços de pesquisa e desenvolvimento de Ciência e Tecnologia, ou proporcionarem atividades equivalentes a esses.

(*) A opção para o nível de especialização ou titulação de curso superior na área da tecnologia que tenha como principal objetivo a promoção e realização de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, os serviços de pesquisa e desenvolvimento de Ciência e Tecnologia, ou proporcionarem atividades equivalentes a esses.

(*) A opção para o nível de especialização ou titulação de curso superior na área da tecnologia que tenha como principal objetivo a promoção e realização de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, os serviços de pesquisa e desenvolvimento de Ciência e Tecnologia, ou proporcionarem atividades equivalentes a esses.
17. CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia
Cargo: Auxiliar em Ciência e Tecnologia
Carreira de Desenvolvimento Tecnológico
Cargo: Auxiliar Técnico

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Auxiliar</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>CLASSE</td>
<td>PADRÃO</td>
</tr>
<tr>
<td>-------</td>
<td>--------</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>AUXILIAR TÉCNICO II</td>
<td>VI</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
</tr>
<tr>
<td>AUXILIAR II</td>
<td>II</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
</tr>
<tr>
<td>AUXILIAR I</td>
<td>VI</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
</tr>
<tr>
<td>AUXILIAR</td>
<td>II</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Elaborado:CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
A partir de 1º de julho de 2008, a GDAC, dada aos servidores de nível auxiliar integrantes das Carreiras de que trata o art. 18 da Lei n.º 11.344/2006, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições por lei ou decreto lhes confere remuneração sem direito à percepção da GDAC, no decorso do cumprimento de suas atribuições, ressalvados os casos de dispensas de trabalho, será pagas aos servidores que a ela fizerem jus em função do alcance das metas de desempenho individual e/ou do alcance das metas de desempenho institucional dos respectivos órgãos e/ou entidades de: 

- a partir de 1º de julho de 2013 (art. 19-A da Lei n.º 11.344/2006 e art. 76 da Lei n.º 12.702/2012); 

* * *

O pagamento referente à GDAC será assim distribuído: 

I - até vinte pontos serão atribuídos em função do resultado obtidos na avaliação de desempenho individual; e 

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função do resultado obtidos na avaliação de desempenho institucional. 

( * * ) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém-nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDAC, no decorso do cumprimento de suas atribuições, ressalvados os casos de dispensas de trabalho, será pago o valor correspondente à metade do valor atribuído à GDAC. 

Até que seja publicado o ato que se refere o parágrafo único do art. 19-D da MP 441/08, serão considerados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme e disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDAC deverão percebe-la em valor correspondente ao último percentual recebido até o momento de GDAC, convertido em pontos, sendo que serão multiplicados pelo valor constante no Anexo VIII-B da MP 441/08.

GDAT - Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia

- a partir de 1º de julho de 2013, nas Leis n.º 11.355, de 2006 e na Lei n.º 11.907, de 2009. (art. 64 da Decreto n.º 7.922/2013) 

(*) Aposentado - A GQ será paga aos servidores que a ela fizerem jus em retribuição ao cumprimento de requisitos técnicos-funcionais, acadêmicos e institucionais necessários ao desempenho de suas atribuições, ressalvados os casos de dispensas de trabalho, quando em exercício de função, conforme e disposto na Lei n.º 11.355, de 2006 e na Lei n.º 11.907, de 2009. (art. 64 do Decreto n.º 7.922/2013) 

(*) Aposentado - A GQ será paga aos servidores que a ela fizerem jus em retribuição ao cumprimento de requisitos técnicos-funcionais, acadêmicos e institucionais necessários ao desempenho de suas atribuições, ressalvados os casos de dispensas de trabalho, quando em exercício de função, conforme e disposto na Lei n.º 11.355, de 2006 e na Lei n.º 11.907, de 2009. (art. 64 do Decreto n.º 7.922/2013) 

(*) Aposentado - A GQ será paga aos servidores que a ela fizerem jus em retribuição ao cumprimento de requisitos técnicos-funcionais, acadêmicos e institucionais necessários ao desempenho de suas atribuições, ressalvados os casos de dispensas de trabalho, quando em exercício de função, conforme e disposto na Lei n.º 11.355, de 2006 e na Lei n.º 11.907, de 2009. (art. 64 do Decreto n.º 7.922/2013)

(*) Aposentado - A GQ será paga aos servidores que a ela fizerem jus em retribuição ao cumprimento de requisitos técnicos-funcionais, acadêmicos e institucionais necessários ao desempenho de suas atribuições, ressalvados os casos de dispensas de trabalho, quando em exercício de função, conforme e disposto na Lei n.º 11.355, de 2006 e na Lei n.º 11.907, de 2009. (art. 64 do Decreto n.º 7.922/2013)

(*) Aposentado - A GQ será paga aos servidores que a ela fizerem jus em retribuição ao cumprimento de requisitos técnicos-funcionais, acadêmicos e institucionais necessários ao desempenho de suas atribuições, ressalvados os casos de dispensas de trabalho, quando em exercício de função, conforme e disposto na Lei n.º 11.355, de 2006 e na Lei n.º 11.907, de 2009. (art. 64 do Decreto n.º 7.922/2013)

(*) Aposentado - A GQ será paga aos servidores que a ela fizerem jus em retribuição ao cumprimento de requisitos técnicos-funcionais, acadêmicos e institucionais necessários ao desempenho de suas atribuições, ressalvados os casos de dispensas de trabalho, quando em exercício de função, conforme e disposto na Lei n.º 11.355, de 2006 e na Lei n.º 11.907, de 2009. (art. 64 do Decreto n.º 7.922/2013)
<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDECVM</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDECVM</th>
<th>APOSENTO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D=(A+B)</td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td></td>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>12.399,93</td>
<td>6.448,80</td>
<td>8.061,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>12.124,21</td>
<td>6.305,60</td>
<td>7.882,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>11.851,57</td>
<td>6.163,20</td>
<td>7.704,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>11.585,41</td>
<td>6.024,80</td>
<td>7.531,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>C</td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>11.181,92</td>
<td>5.814,40</td>
<td>7.268,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>10.909,57</td>
<td>5.673,60</td>
<td>7.092,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>10.643,64</td>
<td>5.533,60</td>
<td>6.917,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>10.010,45</td>
<td>5.204,80</td>
<td>6.506,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>9.399,43</td>
<td>4.888,00</td>
<td>6.110,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>9.170,06</td>
<td>4.767,20</td>
<td>5.959,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* * Cargos de Nível Superior integrantes do Quadro Suplementar CVM a que se refere § 5º do art. 87 da Lei nº 11.890/2008

** Anotações
VB - Vencimento Básico - Anexo XV da MP 440/2008

GDECVM - Gratificação de Desempenho de Atividades Específicas da CVM

( * ) Os cargos efetivos de nível superior do Quadro de Pessoal da CVM que não foram transpostos para as Carreiras de que tratam as alíneas a e b do inciso I do caput do art. 67 da Lei nº 11.890/2008 e comporão quadro suplementar em extinção. (§5º do art. 87 da Lei nº 11.890/2008).

( ** ) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008)

Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento, de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da GDECVM ou GDASCVM, no decurso do ciclo de avaliação, receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos (§ 2º do art. 98 da Lei nº 11.890/2008 e MP 479/2009)

( *** ) A GDECVM será paga com observância dos seguintes limites: máximo de cem pontos por servidor; e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XVII da MP 440/2008

A pontuação a que se refere a GDECVM terá a seguinte distribuição:

I - até vinte pontos de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual;

II - até oitenta pontos de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional. E de quarenta horas semanais a carga horária de trabalho dos titulares dos cargos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da CVM, ressalvadas as hipóteses amparadas em legislação específica.

( **** ) Aposentado - GDECVM - art. 99 da MP 440/2009

( ***** ) Aposentado - A partir de 1º de julho de 2012, para fins de incorporação da GDECVM aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os critérios I, II e III do art. 99-A da Lei nº 11.890/2008. (art. 11 da Lei nº 12.702 de 07.08.2012)

Legislações Correspondentes:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Decreto-Lei nº 73 de 21.11.66</th>
<th>Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Decreto nº 1.519 de 08.06.95 art.5º e art. 7º incisos I e II</td>
<td>Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 48 de 13.03.96</td>
<td>Medida Provisória nº 10.331 de 18.12.2001</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 117 de 18.05.98</td>
<td>Medida Provisória nº 10.697 de 02.07.2003</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98</td>
<td>Medida Provisória nº 10.698 de 02.07.2003</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000</td>
<td>Decreto nº 4.843 de 24.09.2003 art. 1º</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2048-26 de 28.08.2000</td>
<td>Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000</td>
<td>Medida Provisória nº 11.094 de 13.01.2005</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000</td>
<td>Decreto nº 5.407 de 31.03.2005</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000</td>
<td>Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001</td>
<td>Decreto nº 7.133 de 19.03.2010</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001</td>
<td>Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001</td>
<td>Medida Provisória nº 12.702 de 07.08.2012 art. 11</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001</td>
<td>Medida Provisória nº 12.808 de 08.05.2013</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2136-39 de 31.05.2001</td>
<td>Medida Provisória nº 13.327 de 29.07.2016 art. 16</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2136-40 de 28.06.2001</td>
<td>Medida Provisória nº 13.328 de 29.07.2016 art. 84</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 1.132 de 29.06.2001</td>
<td>Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001</td>
</tr>
</tbody>
</table>
18. COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM

Plano de Carreiras e Cargos da CVM
Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais da CVM

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Intermediário</th>
<th>Classe</th>
<th>Padrão</th>
<th>VB</th>
<th>GDASCVM</th>
<th>ATIVO</th>
<th>Total (em R$)</th>
<th>GDASCVM</th>
<th>APOSENTO</th>
<th>Total (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>80 pts. (*)</td>
<td>100 pts.</td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>ESPECIAL</strong></td>
<td>II</td>
<td>2.047,21</td>
<td>2.757,60</td>
<td>3.447,00</td>
<td>4.804,81</td>
<td>5.494,21</td>
<td>1.723,50</td>
<td>3.770,71</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>1.977,99</td>
<td>2.745,60</td>
<td>3.432,00</td>
<td>4.723,59</td>
<td>5.409,99</td>
<td>1.716,00</td>
<td>3.693,99</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>1.911,10</td>
<td>2.736,00</td>
<td>3.420,00</td>
<td>4.647,10</td>
<td>5.331,10</td>
<td>1.710,00</td>
<td>3.621,10</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>C</strong></td>
<td>VI</td>
<td>1.820,09</td>
<td>2.722,40</td>
<td>3.403,00</td>
<td>4.542,49</td>
<td>5.223,09</td>
<td>1.701,50</td>
<td>3.521,59</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td>1.758,54</td>
<td>2.711,20</td>
<td>3.389,00</td>
<td>4.469,74</td>
<td>5.147,54</td>
<td>1.694,50</td>
<td>3.453,04</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>1.699,07</td>
<td>2.701,60</td>
<td>3.377,00</td>
<td>4.400,67</td>
<td>5.076,07</td>
<td>1.688,50</td>
<td>3.387,57</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>1.641,62</td>
<td>2.690,40</td>
<td>3.363,00</td>
<td>4.332,02</td>
<td>5.004,62</td>
<td>1.681,50</td>
<td>3.323,12</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>1.586,10</td>
<td>2.680,80</td>
<td>3.351,00</td>
<td>4.266,90</td>
<td>4.937,10</td>
<td>1.675,50</td>
<td>3.261,60</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>1.532,47</td>
<td>2.669,60</td>
<td>3.337,00</td>
<td>4.202,07</td>
<td>4.869,47</td>
<td>1.668,50</td>
<td>3.200,97</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>B</strong></td>
<td>VI</td>
<td>1.459,50</td>
<td>2.656,00</td>
<td>3.320,00</td>
<td>4.115,50</td>
<td>4.779,50</td>
<td>1.660,00</td>
<td>3.119,50</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td>1.410,13</td>
<td>2.645,60</td>
<td>3.307,00</td>
<td>4.055,73</td>
<td>4.717,13</td>
<td>1.653,50</td>
<td>3.063,63</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>1.362,45</td>
<td>2.634,40</td>
<td>3.293,00</td>
<td>3.996,85</td>
<td>4.655,45</td>
<td>1.646,50</td>
<td>3.008,95</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>1.316,38</td>
<td>2.624,80</td>
<td>3.281,00</td>
<td>3.941,18</td>
<td>4.597,38</td>
<td>1.640,50</td>
<td>2.956,88</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>1.271,87</td>
<td>2.613,60</td>
<td>3.267,00</td>
<td>3.885,47</td>
<td>4.538,87</td>
<td>1.633,50</td>
<td>2.905,37</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>1.228,85</td>
<td>2.604,00</td>
<td>3.255,00</td>
<td>3.832,85</td>
<td>4.483,85</td>
<td>1.627,50</td>
<td>2.856,35</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>A</strong></td>
<td>VI</td>
<td>1.170,35</td>
<td>2.591,20</td>
<td>3.239,00</td>
<td>3.761,55</td>
<td>4.409,35</td>
<td>1.619,50</td>
<td>2.789,85</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td>1.130,76</td>
<td>2.580,00</td>
<td>3.225,00</td>
<td>3.710,76</td>
<td>4.355,76</td>
<td>1.612,50</td>
<td>2.743,26</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>1.092,53</td>
<td>2.571,20</td>
<td>3.214,00</td>
<td>3.663,73</td>
<td>4.306,53</td>
<td>1.607,00</td>
<td>2.699,53</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>1.055,57</td>
<td>2.560,00</td>
<td>3.200,00</td>
<td>3.615,57</td>
<td>4.255,57</td>
<td>1.600,00</td>
<td>2.655,57</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>1.019,88</td>
<td>2.549,60</td>
<td>3.187,00</td>
<td>3.569,48</td>
<td>4.206,88</td>
<td>1.593,50</td>
<td>2.613,38</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
Fica estruturado o Plano de Carreiras e Cargos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, abrangendo os titulares de cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da CVM, de que trata o art. 3º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e a Lei nº 9.015, de 30 de março de 1995, composto pelas seguintes Carreiras e cargos: de nível intermediário, cargos de Agente Executivo da CVM e de Auxiliar de Serviços Gerais do Quadro de Pessoal da CVM.

**VB - Vencimento Básico - Anexo XV da MP 440/2008**

**GDASCVM - Gratificação de Desempenho de Atividades de Suporte da CVM**

( * ) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008)

Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento, de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da GDASCVM, no decurso do ciclo de avaliação, receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos (§ 2º do art. 98 da Lei 11.890/2008 e MP 479/2009)

( * ) A GDASCVM será paga com observância dos seguintes limites: máximo de cem pontos por servidor; e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XVII da MP 440/2008

A pontuação a que se refere a GDASCVM terá a seguinte distribuição:

I - até vinte pontos de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

É de 40 hs a carga horária de trabalho dos titulares dos cargos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da CVM, ressalvadas as hipóteses amparadas em legislação específica.

( *** ) Aposentado - GDASCVM - art. 99 da MP 440/2009

( * ) Aposentado - A partir de 1º de julho de 2012, para fins de incorporação da GDASCVM aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os critérios I, II e III do art. 99-A da Lei nº 11.890/2008. (Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 11)

**Legislações Correspondentes:**

Lei nº 8.112 de 11.12.90
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004
Lei nº 11.094 de 13.01.2005
Decreto nº 5.572 de 03.11.2005
Lei nº 11.233 de 22.12.2005
Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006
Lei nº 11.356 de 19.10.2006
Medida Provisória nº 440 de 29.08.2008
Lei nº 11.890 de 24.12.2008
Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009
Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Lei nº 12.269 de 21.06.2010
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012
Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 11
Lei nº 12.808 de 08.05.2013
Lei nº 13.327 de 29.07.2016 art. 16º
Lei 13.328 de 29.07.2016 art. 84
<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>19. DEPARTAMENTO NACIONAL DE AUDITORIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - DENASUS</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Cargos de Nível Superior de provimento efetivo regidos pela Lei nº 8.112/1990, em efetivo exercício no DENASUS do Ministério da Saúde-MS</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDA SUS</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDASUS</th>
<th>APOSENTO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>80 pts</td>
<td>100 pts</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>D=(A+B)</td>
<td>E=(A+C)</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>50 pts</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>F</td>
<td>G=(A+F)</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>(*)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>ESPECIAL</th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>III</td>
<td>3.773,74</td>
<td>6.932,00</td>
<td>8.665,00</td>
<td>10.705,74</td>
<td>12.438,74</td>
<td>4.332,50</td>
<td>8.106,24</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>3.670,95</td>
<td>6.755,20</td>
<td>8.444,00</td>
<td>10.426,15</td>
<td>12.114,95</td>
<td>4.222,00</td>
<td>7.892,95</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>3.570,97</td>
<td>6.584,00</td>
<td>8.230,00</td>
<td>10.154,97</td>
<td>11.800,97</td>
<td>4.115,00</td>
<td>7.685,97</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>C</th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>VI</td>
<td>3.466,96</td>
<td>6.203,20</td>
<td>7.754,00</td>
<td>9.670,16</td>
<td>11.220,96</td>
<td>3.877,00</td>
<td>7.343,96</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>3.372,54</td>
<td>6.048,00</td>
<td>7.665,00</td>
<td>9.420,54</td>
<td>10.932,54</td>
<td>3.780,00</td>
<td>7.152,54</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>3.191,32</td>
<td>5.750,40</td>
<td>7.188,00</td>
<td>8.941,72</td>
<td>10.379,32</td>
<td>3.594,00</td>
<td>6.785,32</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>3.104,40</td>
<td>5.608,80</td>
<td>7.011,00</td>
<td>8.713,20</td>
<td>10.115,40</td>
<td>3.505,50</td>
<td>6.609,90</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>VI</td>
<td>2.931,89</td>
<td>5.162,40</td>
<td>6.453,00</td>
<td>8.094,29</td>
<td>9.384,89</td>
<td>3.226,50</td>
<td>6.158,39</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>2.852,03</td>
<td>5.037,60</td>
<td>6.297,00</td>
<td>7.889,63</td>
<td>9.149,03</td>
<td>3.148,50</td>
<td>6.000,53</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>2.774,35</td>
<td>4.916,00</td>
<td>6.145,00</td>
<td>7.690,35</td>
<td>8.919,35</td>
<td>3.072,50</td>
<td>5.846,85</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>2.698,78</td>
<td>4.798,40</td>
<td>5.998,00</td>
<td>7.497,18</td>
<td>8.696,78</td>
<td>2.999,00</td>
<td>5.697,78</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>2.625,27</td>
<td>4.684,00</td>
<td>5.855,00</td>
<td>7.309,27</td>
<td>8.480,27</td>
<td>2.927,50</td>
<td>5.552,77</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>2.553,77</td>
<td>4.572,80</td>
<td>5.716,00</td>
<td>7.126,57</td>
<td>8.269,77</td>
<td>2.858,00</td>
<td>5.411,77</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>B</th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>V</td>
<td>2.479,39</td>
<td>4.323,20</td>
<td>5.404,00</td>
<td>6.802,59</td>
<td>7.883,39</td>
<td>2.702,00</td>
<td>5.181,39</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>2.411,86</td>
<td>4.224,00</td>
<td>5.280,00</td>
<td>6.635,86</td>
<td>7.691,86</td>
<td>2.640,00</td>
<td>5.051,86</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>2.346,16</td>
<td>4.126,40</td>
<td>5.158,00</td>
<td>6.472,56</td>
<td>7.504,16</td>
<td>2.579,00</td>
<td>4.925,16</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>2.282,26</td>
<td>4.032,00</td>
<td>5.040,00</td>
<td>6.314,26</td>
<td>7.322,26</td>
<td>2.520,00</td>
<td>4.802,26</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>2.220,09</td>
<td>3.940,00</td>
<td>4.925,00</td>
<td>6.160,09</td>
<td>7.145,09</td>
<td>2.462,50</td>
<td>4.682,59</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Elaborado:CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
### 19. DEPARTAMENTO NACIONAL DE AUDITORIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - DENASUS

Cargos de Nível Intermediário de provimento efetivo regidos pela Lei nº 8.112/1990, em efetivo exercício no DENASUS do Ministério da Saúde - MS

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Intermediário</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
</table>

#### Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDA SUS</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDA SUS</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>( )</td>
<td>80 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>D=(A+B)</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>ESPECIAL</th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>2.145,23</td>
<td>3.688,00</td>
<td>4.610,00</td>
<td>5.833,23</td>
<td>6.755,23</td>
<td>2.305,00</td>
<td>4.450,23</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>2.102,96</td>
<td>3.464,00</td>
<td>4.330,00</td>
<td>5.566,96</td>
<td>6.432,96</td>
<td>2.165,00</td>
<td>4.267,96</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>C</th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>VI</td>
<td>2.071,88</td>
<td>3.253,60</td>
<td>4.067,00</td>
<td>5.325,48</td>
<td>6.138,88</td>
<td>2.033,50</td>
<td>4.105,38</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td>2.051,37</td>
<td>3.152,80</td>
<td>3.941,00</td>
<td>5.204,17</td>
<td>5.992,37</td>
<td>1.970,50</td>
<td>4.021,87</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>2.031,06</td>
<td>3.055,20</td>
<td>3.819,00</td>
<td>5.086,26</td>
<td>5.850,06</td>
<td>1.909,50</td>
<td>3.940,56</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>2.010,95</td>
<td>2.961,60</td>
<td>3.702,00</td>
<td>4.972,55</td>
<td>5.712,95</td>
<td>1.851,00</td>
<td>3.861,95</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>1.991,03</td>
<td>2.872,00</td>
<td>3.590,00</td>
<td>4.863,03</td>
<td>5.581,03</td>
<td>1.795,00</td>
<td>3.786,03</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>1.971,32</td>
<td>2.783,20</td>
<td>3.479,00</td>
<td>4.754,52</td>
<td>5.450,32</td>
<td>1.739,50</td>
<td>3.710,82</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>B</th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>VI</td>
<td>1.942,19</td>
<td>2.616,80</td>
<td>3.271,00</td>
<td>4.558,99</td>
<td>5.213,19</td>
<td>1.635,50</td>
<td>3.577,69</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td>1.922,95</td>
<td>2.536,80</td>
<td>3.171,00</td>
<td>4.459,75</td>
<td>5.093,95</td>
<td>1.585,50</td>
<td>3.508,45</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>1.903,91</td>
<td>2.459,20</td>
<td>3.074,00</td>
<td>4.363,11</td>
<td>4.977,91</td>
<td>1.537,00</td>
<td>3.440,91</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>1.885,06</td>
<td>2.384,00</td>
<td>2.980,00</td>
<td>4.269,06</td>
<td>4.865,06</td>
<td>1.490,00</td>
<td>3.375,06</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>1.866,40</td>
<td>2.310,40</td>
<td>2.888,00</td>
<td>4.176,80</td>
<td>4.754,40</td>
<td>1.444,00</td>
<td>3.310,40</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>1.847,91</td>
<td>2.240,80</td>
<td>2.801,00</td>
<td>4.088,71</td>
<td>4.648,91</td>
<td>1.400,50</td>
<td>3.248,41</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>A</th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td>1.820,61</td>
<td>2.107,20</td>
<td>2.634,00</td>
<td>3.927,81</td>
<td>4.454,61</td>
<td>1.317,00</td>
<td>3.137,61</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>1.802,58</td>
<td>2.044,00</td>
<td>2.555,00</td>
<td>3.846,58</td>
<td>4.357,58</td>
<td>1.277,50</td>
<td>3.080,08</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>1.784,73</td>
<td>1.982,40</td>
<td>2.478,00</td>
<td>3.767,13</td>
<td>4.262,73</td>
<td>1.239,00</td>
<td>3.023,73</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>1.767,06</td>
<td>1.923,20</td>
<td>2.404,00</td>
<td>3.690,26</td>
<td>4.171,06</td>
<td>1.202,00</td>
<td>2.969,06</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>1.749,57</td>
<td>1.865,60</td>
<td>2.332,00</td>
<td>3.615,17</td>
<td>4.081,57</td>
<td>1.166,00</td>
<td>2.915,57</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
VB - Vencimento Básico (Anexo IV-A da Lei n° 11.355, de 19 de outubro de 2006 - MP 431/2008)

GDASUS - Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria

Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria - GDASUS, devida aos ocupantes de cargos de provimento efetivo regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em efetivo exercício no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - DENASUS, do Ministério da Saúde, que cumpram jornada de trabalho semanal de quarenta horas, enquanto permanecerem nesta condição. (art. 30 da Lei 11.344/2006). A GDASUS produzirá efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2006.

( * ) Até a edição dos atos referidos nos §§ 3º e 4º do art. 31 da lei 11.344/2006, a GDASUS será paga aos servidores em exercício no DENASUS, que a ela façam jus, nos valores correspondentes a 80 (oitenta) pontos por servidor, observado o valor do ponto constante do Anexo XV da Lei 11.344/2006, de acordo com o respectivo nível, classe e padrão.

( * ) A GDASUS será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de dez pontos por servidor, correspondendo cada ponto, Anexo XV da Lei n° 11.344, de 2006 (alteração dada art. 68 da MP 431/2008).

A GDASUS será paga observando-se os seguintes limites:
I - até vinte pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual e
II - até oitenta pontos percentuais serão atribuídos em decorrência da avaliação do resultado institucional do DENASUS.

Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão de trânsito sem direito à percepção da GDASUS, no decurso do ciclo de avaliação, receberão a respectiva gratificação no valor correspondente a 1/3 (um terço) do percentual máximo da parcela individual, aplicando-se a avaliação institucional no período, observado o nível, a classe e o padrão do cargo efetivo. (art.35-B da Lei 11.344/2006)

A lotação de Analistas de Finanças e Controle no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (DENASUS) não trará prejuízo à lotação atual dos servidores lotados e em efetivo exercício no DENASUS, beneficiários da Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria (GDASUS), instituída pela Lei no 11.344, de 8 de setembro de 2006, os quais continuará a desempenhar as atribuições previstas no art. 22 da Lei n° 9.625/1998 (art. 7º-A e art. 30 da Lei n° 9.625/98 - art. 40 da Lei n° 13.328/2016).

São qualificados com os Órgãos Supervisores: II - da carreira de Finanças e Controle, o Ministério da Fazenda, o Ministério da Saúde e a Controladoria-Geral da União. (Redação dada pelo art. 40 da Lei n° 13.328, de 2016)

A GDASUS produzirá efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2006. (art. 30 da Lei 11.344/2006)

Legislações Correspondentes:
- Lei n° 5.645 de 10.12.1970
- Lei nº 8.112 de 11.12.90
- Lei Delegada nº 13 de 27.08.92
- Lei nº 10.483 de 03.07.2002
- Lei nº 10.697 de 02.07.2003
- Lei nº 10.698 de 02.07.2003
- Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004
- Lei nº 10.971 de 25.11.2004
- Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005
- Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006 art. 30
- Lei nº 11.344 de 08.09.2006
- Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
- Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008
- Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 67
- Lei nº 11.784 de 22.09.2008
- Decreto 6.552 de 01.09.2008
- Lei nº 12.277 DE 30.06.2010
- Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 40
- Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art.21 e art.25 e art. 87 ao art. 91
## 19. DEPARTAMENTO NACIONAL DE AUDITORIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - DENASUS

Cargos de Nível Auxiliar de provimento efetivo regidos pela Lei nº 8.112/1990, em efetivo exercício no DENASUS do Ministério da Saúde MS

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Auxiliar</th>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GEEAPST</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDASUS</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D</td>
<td>E=(A+B+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>(**)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts</td>
<td>100 pts</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>(*)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td>III</td>
<td>1,293,50</td>
<td>795,65</td>
<td>1,249,60</td>
<td>1,562,00</td>
<td>3,338,75</td>
<td>3,651,15</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>1,292,27</td>
<td>724,94</td>
<td>1,249,60</td>
<td>1,562,00</td>
<td>3,266,81</td>
<td>3,579,21</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>1,291,05</td>
<td>656,75</td>
<td>1,249,60</td>
<td>1,562,00</td>
<td>3,197,40</td>
<td>3,509,80</td>
</tr>
</tbody>
</table>
São qualiﬁcados como Órgãos Supervisores: II - da carreira de Finanças e Controle, o Ministério da Fazenda, o Ministério da Saúde e a Controladoria-Geral da União.(Redação dada pelo art. 40 da Lei nº 13.328, de 2016)

VB - Vencimento Básico (Anexo IV-A da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 - MP 431/2008)

GDASUS - Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria

Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria - GDASUS, devida aos ocupantes de cargos de provimento efetivo regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em efetivo exercício no Departamento Nacional de Auditoria do Sistemas Único de Saúde - DENASUS, do Ministério da Saúde, que cumpram jornada de trabalho semanal de quarenta horas, enquanto permanecerem nesta condição. (art.30 da Lei nº 11.344/2006). A GDASUS produzirá efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2006. (* A edição dos atos referidos nos §§ 3º e 4º do art. 31 da Lei 11.344/2006, a GDASUS será paga aos servidores em exercício no DENASUS, que a ela façam jus, nos valores correspondentes a 80 (oitenta) pontos por servidor, observado o valor do ponto constante do Anexo XV da Lei 11.344/2006, de acordo com o respectivo nível, classes e padrão. (** A GDASUS será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de dez pontos por servidor, correspondendo cada ponto, Anexo XV da Lei nº 11.344, de 2006 (alteração dada art. 68 da MP 431/2008)

A GDASUS será paga observando-se os seguintes limites:

I - até vinte pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos percentuais serão atribuídos em decorrência da avaliação do resultado institucional do DENASUS.

GEAAPST - Gratificação Especíﬁca de Atividades Auxiliares

GEAAPST - Valores do anexo IV-C da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006.

Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito ﬁnanceiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da GDASUS, no decurso do ciclo de avaliação, receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a 1/3 (um terço) do percentual máximo da parcela individual, aplicando-se a avaliação institucional no período, observado o nível, a classe e o padrão do cargo efetivo. (art.35-B da Lei nº 11.344/2006)

A lotação de Analistas de Finanças e Controle no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus) não trará prejuízo à lotação atual dos servidores lotados e em efetivo exercício no Denasus, beneficiários da Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria (GDASUS), instituída pela Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006, os quais continuarão a desempenhar as atribuições previstas no art. 22 da Lei nº 9.625/1998 (art.7º-Ae art. 30 da Lei nº 9.625/98 - art. 40 da Lei nº 13.328/2016).

São qualiﬁcados como Órgãos Supervisores: II - da carreira de Finanças e Controle, o Ministério da Fazenda, o Ministério da Saúde e a Controladoria-Geral da União.(Redação dada pelo art. 40 da Lei nº 13.328, de 2016)

(*) Aposentado - GDASUS - art. 36 da Lei nº 11.344/2006 (alteração dada pelo art. 67 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008).

(**) Aposentado - GEAAPST - § 2º do ART. 5º-D da Lei nº 11.355 de 19.10.2006 - A GEAAPST integrará os proventos da aposentadoria e as pensões. (redação dada pelo art. 227 da Lei nº 11.907Incluído pela Lei nº 11.907, de 2009)

(**) Opção da GDASUS - aposentado/pensionista art. 87 ao art. 91 da Lei nº 13.324, de 2016.

Legislações Correspondentes:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Lei nº</th>
<th>Medida Provisória nº</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>5.645</td>
<td>431 de 14.05.2008</td>
</tr>
<tr>
<td>8.112</td>
<td>11.784 de 22.09.2008</td>
</tr>
<tr>
<td>Delegada nº 13 de 27.08.92</td>
<td>Decreto 6.552 de 01.09.2008</td>
</tr>
<tr>
<td>10.483</td>
<td>11.907 de 02.02.2009 - art. 227</td>
</tr>
<tr>
<td>10.697</td>
<td>12.277 DE 30.06.2010</td>
</tr>
<tr>
<td>198 de 15.07.2004</td>
<td>13.328 de 29.07.2016 art. 40</td>
</tr>
<tr>
<td>10.971</td>
<td>13.324 de 29.07.2016 art.21 e art.25 e art.87 ao art. 91</td>
</tr>
<tr>
<td>295 de 29.05.2006 art. 30</td>
<td>13.324 de 29.07.2016 art.21 e art.25 e art.87 ao art. 91</td>
</tr>
<tr>
<td>11.344 de 08.09.2006</td>
<td>13.324 de 29.07.2016 art.21 e art.25 e art.87 ao art. 91</td>
</tr>
<tr>
<td>362 de 29.03.2007</td>
<td>13.324 de 29.07.2016 art.21 e art.25 e art.87 ao art. 91</td>
</tr>
<tr>
<td>421 de 29.02.2008</td>
<td>13.324 de 29.07.2016 art.21 e art.25 e art.87 ao art. 91</td>
</tr>
</tbody>
</table>
# 20. DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

Carreira de Analista Administrativo

* Cargo: Analista Administrativo - DNIT

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDA/DNT</th>
<th>Nível GQ</th>
<th>ATIVO</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDA/DNT</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>I</td>
<td>I</td>
<td>I</td>
<td>I</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>(*)</td>
<td>(*)</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>F=(A+B)</td>
<td>G=(A+B+D)</td>
<td>H=(A+B+E)</td>
<td>I=(A+Q)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>J=(A+D+L)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>K=(A+C+E)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>L=N(A+L)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>N=(A+D+L)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>O=(A+D+L)</td>
</tr>
</tbody>
</table>

|          | III| 3.730,43 | 4.993,60 | 6.242,00 | 625,28 | 1.250,57 | 8.724,03  | 9.349,31  | 9.974,60  | 9.972,43  | 10.597,71 | 11.232,00 | 3.121,00 | 6.851,32 | 7.476,71  | 8.102,00  |
Cargo: Analista Administrativo (item III do art. 1º da Lei nº 11.171/2005)

GB - Vencimento Básico - (Anexo II da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005)

GDAINT - Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do DNIT

(*) A GDAINT será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VII da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005.

A pontuação referente à GDAINT será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retomado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho no decreto do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Até que seja publicado o ato a que se refere o parágrafo único do art. 16-D da Lei nº 11.171/05 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que fizerem jus à GDAINT perceberão a respectiva gratificação em valor correspondente ao último percentual recebido a título de gratificação de desempenho.

GG - Gratificação de Qualificação - a ser concedida aos ocupantes dos cargos referidos no inciso III do caput do art. 1º da Lei nº 11.171/2005, em retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, académicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de supervisão, gestão ou assessoramento, quando em efetivo exercício do cargo, na forma estabelecida em regulamento, de acordo com os valores constantes do Anexo VIII da Lei nº 11.171/2005.

(*** ) GG Nível I, até o limite de 30% (trinta por cento) dos cargos de nível superior; e

(/** ) GG Nível II, até o limite de 15% (quinze por cento) dos cargos de nível superior.

Observar o § 1º ao § 6º do art. 22 da Lei nº 11.171/2005.

GG instituída pelo art. 22 da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, concedida aos titulares dos cargos de Analista em Infraestrutura de Transportes e de Analista Administrativo, e aos titulares dos cargos de nível intermediário do cargo de Agente de Serviços de Engenharia, Técnico de Estradas e Tecnologista e aos titulares de cargos de nível superior do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, de que tratam, respectivamente, os incisos I e III do caput do art. 1º e os arts. 3º-A e 3º-B da Lei nº 11.171, de 2005 (inciso II do art. 1º do Decreto nº 7.922/2013).

A GG dos titulares dos cargos de que trata o inciso II do caput do art. 1º do Decreto nº 7.922/2013 será paga aos servidores que a ela fizerem jus em retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, académicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de supervisão, gestão ou assessoramento, quando em efetivo exercício do cargo no DNIT. (art. 12º ao art. 21º do Decreto nº 7.922/2013 com efeitos financeiros a partir de Janeiro/2013)

É vedada a acumulação de diferentes níveis de GG e a acumulação desta GG com qualquer adicional ou gratificação que tenha como fundamento a qualificação profissional ou a titulação. (art. 86º do Decreto nº 7.922/2013)

Ato do dirigente máximo do DNIT disporá sobre os procedimentos específicos para concessão da GG, observado o disposto no Decreto nº 7.922/2013 e na Lei nº 11.171, de 2005 (art. 21º do Decreto nº 7.922/2013) (**** ) Aposentado - GDAINT - art. 21 da Lei nº 11.171 de 02.09.2005 (alteração dada art. 63 MP 441/08)

(**** ) Aposentado - A GG será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data de inativação. (§7º do art. 22º da Lei nº 11.171/2005)

(**** ) Aposentado - QQ - A percepção da QQ nos proventos de aposentadoria e pensões observará a legislação de criação da respectiva gratificação e os regramentos previdenciários aplicáveis a cada servidor. (art. 87º do Decreto nº 7.922/2013)

(**** ) Opção da GDAINT - aposentado/pensionista arts. 5º a 9º da Lei nº 13.371, de 2016.

Legislações Correspondentes:

Decreto-Lei nº 5.452 de 01.05.1943
Lei nº 5.645 de 10.12.1970
Lei nº 8.112 de 11.12.1990
Lei nº 10.233 de 05.06.2001 art.79
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 155 de 23.12.2003
Lei nº 10.871 de 20.05.2004 art. 35
Lei nº 11.171 de 02.09.2005
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Lei nº 12.186 de 29.12.2009
Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Medida Provisória nº 588 de 11.05.2012 art. 85
Lei nº 12.702 de 07.08.2012
Decreto nº 7.922 de 18.02.2013
Medida Provisória nº 632 de 24.12.2013
Lei nº 12.998 de 18.06.2014
Lei nº 12.998 de 18.06.2015
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 77
Lei nº 13.371 de 14.12.2016 arts. 4º a 9º
<table>
<thead>
<tr>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
</table>

### Carreira de Infraestrutura de Transportes - DNIT

**Cargo:** Analista de Infraestrutura de Transportes - DNIT

#### Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>Classe</th>
<th>Padrão</th>
<th>VB</th>
<th>80 pts.</th>
<th>100 pts.</th>
<th>GDAIT</th>
<th>ATIVO</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDAIT</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D</td>
<td>E</td>
<td>TOTAL (em R$) - 80 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$) - 100 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$) - 50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>*</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Classificação

- **Especial**
  - **I**
  - **II**
  - **III**
  - **IV**
  - **V**

### ATIVO

- **TOTAL (em R$) - 80 pts.**
- **TOTAL (em R$) - 100 pts.**
- **TOTAL (em R$) - 50 pts.**

### ATIVO

- **TOTAL (em R$) - 80 pts.**
- **TOTAL (em R$) - 100 pts.**
- **TOTAL (em R$) - 50 pts.**

### Remuneração

- **Total (em R$) - 80 pts.**
- **Total (em R$) - 100 pts.**
- **Total (em R$) - 50 pts.**

---

*Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73*
GQ - Gratificação de Qualificação - a ser concedida aos ocupantes dos cargos referidos no inciso I do caput do art. 1º da Lei nº 11.171/2005, em retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de supervisão, gestão ou assessoramento, quando em efetivo exercício do cargo, na forma estabelecida em regulamento, de acordo com os valores constantes do Anexo VIII da Lei 11.171/2005.

(*) A GDAIT será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VII da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005

A pontuação referente à GDAIT será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e
II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja publicado o ato que se refere ao parágrafo único do art. 16-D da Lei nº 11.171/05 e processado os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que fizerem jus à GDAIT perceberão a respectiva gratificação em valor correspondente ao último percentual recebido a título de gratificação de desempenho.

GQ instituída pelo art. 22 da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, concedida aos titulares dos cargos de Analista em Infraestrutura de Transportes e de Analista Administrativo, e aos titulares dos cargos de nível intermediário de Agente de Serviços de Engenharia, Técnico de Estradas e Tecnologista e aos titulares de cargos de nível superior do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, de que tratam, respectivamente, os incisos I e III do caput do art. 1º e os arts. 30-A e 30-B da Lei nº 11.171, de 2005 (inciso II do art. 1º do Decreto nº 7.922/2013).

A GQ dos titulares dos cargos de que trata o inciso II do caput do art. 1º do Decreto nº 7.922/2013 será paga aos servidores que a ela fizerem jus em retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de supervisão, gestão ou assessoramento, quando em efetivo exercício do cargo no DNIT. (art. 12º ao art. 21º do Decreto nº 7.922/2013 com efeitos financeiros a partir de Janeiro/2013)

VIII - Vencimento Básico - (Anexo II da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005)

V - GDAIT - Gratificação de Desempenho de Atividade de Infraestrutura de Transportes - GDAIT, devida aos ocupantes dos cargos da carreira de Infraestrutura de Transportes, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no DNIT. (art. 15 da Lei nº 11.171/2005 e art 74 da Lei nº 12.702/2012)

Legislações Correspon:
## 20. DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

Carreira de Técnico Administrativo
Cargo: Técnico Administrativo - DNIT

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Intermediário</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Classe: B</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>2.121,39</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>1.992,70</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>1.907,77</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>1.827,57</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>1.785,16</td>
</tr>
<tr>
<td>Classe: A</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios N° 73
Cargo: Técnico Administrativo (item IV do art. 1º da Lei nº 11.171/2005)

VB - Vencimento Básico - (Anexo II da Lei no 11.171, de 2 de setembro de 2005)

GDADNIT - Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do DNIT

(*) A GDADNIT será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VII da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005.

A pontuação referente à GDADNIT será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Até que seja publicado o ato a que se refere o parágrafo único do art. 16-D da Lei nº 11.171/05 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que fizerem jus à GDADNIT perceberão a respectiva gratificação em valor correspondente ao último percentual recebido a título de gratificação de desempenho.

(***) Aposentado - GDADNIT - art. 21 da Lei nº 11.171 de 02.09.2005 (alteração dada art. 63 MP 441/08)

(****) Opção da GDADNIT - aposentado/pensionista arts. 5º a 9º da Lei nº 13.371, de 2016.

Legislações Correspondentes:

Decreto-Lei nº 5.452 de 01.05.1943
Lei nº 5.645 de 10.12.1970
Lei nº 8.112 de 11.12.1990
Lei nº 10.233 de 05.06.2001 art.79
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 155 de 23.12.2003
Lei nº 10.871 de 20.05.2004 art. 35
Lei nº 11.171 de 02.09.2005
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Lei nº 12.186 de 29.12.2009
Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Medida Provisória nº 632 de 24.12.2013
Lei nº 12.998 de 18.06.2014
Lei nº 13.328 de 29.07.2016
Lei nº 13.371 de 14.12.2016 arts. 4º a 9º
### Nível Intermediário

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDAIT 80 pts.</th>
<th>ATIVO 80 pts.</th>
<th>GDAIT 100 pts.</th>
<th>ATIVO 100 pts.</th>
<th>APOSENTADO 50 pts.</th>
<th>TOTAL (em R$) - 50 pts.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>( * )</td>
<td>( * )</td>
<td>( * )</td>
<td>( * )</td>
<td>( * )</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Posição: janeiro/2017
Cargo: Técnico de Suporte em Infraestrutura de Transportes (item II do art. 1º da Lei nº 11.171/2005)

VB - Vencimento Básico - (Anexo II da Lei no 11.171, de 2 de setembro de 2005)

GDAIT - Gratificação de Desempenho de Atividade de Infraestrutura de Transportes

(* ) A GDAIT será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VII da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005.

Instituida a Gratificação de Desempenho de Atividade de Infraestrutura de Transportes - GDAIT, devida aos ocupantes dos cargos da carreira de Suporte à Infraestrutura de Transportes, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no DNIT. (art. 15 da Lei nº 11.171/2005 e art 75 da MP 568/2012)

A pontuação referente à GDAIT será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Até que seja publicado o ato a que se refere o parágrafo único do art. 16-D da Lei nº 11.171/05 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que fizerem jus à GDAIT perceberão a respectiva gratificação em valor correspondente ao último percentual recebido a título de gratificação de desempenho.

(** ) Aposentado - GDAIT - art. 21 da Lei nº 11.171 de 02.09.2005 (alteração dada art. 63 MP 441/08)

(** ) Opção da GDAIT - aposentado/pensionista arts. 5º a 9º da Lei nº 13.371, de 2016.

Legislações Correspondentes:

- Decreto-Lei nº 5.452 de 01.05.1943
- Lei nº 5.645 de 10.12.1970
- Lei nº 8.112 de 11.12.1990
- Lei nº 10.233 de 05.06.2001 art.79
- Lei nº 10.697 de 02.07.2003
- Lei nº 10.698 de 02.07.2003
- Medida Provisória nº 155 de 23.12.2003
- Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
- Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art.75
- Medida Provisória nº 632 de 24.12.2013
- Lei nº 11.907 de 02.02.2009
- Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
- Lei nº 12.702 de 07.08.2012
- Medida Provisória nº 632 de 24.12.2013
- Lei nº 12.998 de 18.06.2014
- Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 77
- Lei nº 13.371 de 14.12.2016 arts. 4º a 9º
## 20. DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSSPORTES - DNIT

Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

* Cargo: Médico do Plano Especial de Cargos do DNIT, de que trata o art. 3° da Lei n° 11.171, de 2 de setembro de 2005

Jornada de Trabalho de Médico é de: 20 horas

### Nível Superior - 20 h

| CLASSE | PADRÃO | VB | GDM/DNIT | **GQ- Gratificação de Qualificação** | A | B | C | D | E | **| F = (A + B) | G = (A+B)+ D | H = (A+B+C) | I = (A+C) | J = (A+C+B+D) | K = (A+C+E) | L = (M + A) |
| **| 80 pts. TOTAL (em R$) | 100 pts. TOTAL (em R$) | **| 50 pts. TOTAL (em R$) |

### Nível Inferior - 40 h

| CLASSE | PADRÃO | VB | GDM/DNIT | **GQ- Gratificação de Qualificação** | A | B | C | D | E | **| F = (A + B) | G = (A+B)+ D | H = (A+B+C) | I = (A+C) | J = (A+C+B+D) | K = (A+C+E) | L = (M + A) |
| **| 80 pts. TOTAL (em R$) | 100 pts. TOTAL (em R$) | **| 50 pts. TOTAL (em R$) |
Nível Superior - 20 h - A jornada de trabalho dos ocupantes do cargo de Médico, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o art. 40 da Lei nº 12.702/2012 é de 20 (vinte) horas semanais. (§ 1º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

Nível Superior - 40 h - Os ocupantes dos cargos efetivos de que trata o art. 41 da Lei nº 12.702/2012 poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observado o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira. (§§ 2º e 3º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

* Fica criado, a partir de 1º de janeiro de 2005, o Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos - PCC, instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas não integrantes de carreiras estruturadas, regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do DNIT, nele lotados em 1º de outubro de 2004, ou que venham a ser para ele redistribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até 31 de julho de 2004.(art. 3º da Lei nº 11.171/2005)

** VBM - Vencimento Básico

( ** ) VBM - de 20 h a 40 h anexo XLV da Lei nº 12.702/2012

** GDM-DNIT - Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano Especial de Cargos do DNIT, de que trata o art. 3º da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005

Fica instituída, a partir de 1º de julho de 2012, a GDM-DNIT devida, exclusivamente, aos servidores ocupantes do cargo de Médico, quando em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no órgão ou entidade de lotação.

( ** ) até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho a que faz jus, no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

( *** ) A GDM-DNIT terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes, padrões e jornada de trabalho, ao valor estabelecido no Anexo XLV da Lei nº 12.702/2012.

A pontuação máxima da GDM-DNIT será assim distribuída: I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional. (§ 4º até § 17 da Lei nº 12.702/2012)

As Gratificações de Desempenho de Atividade Médica de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/2012 serão atribuídas em função do desempenho individual e de alçance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos para as gratificações de desempenho que os servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 percebiam na data de publicação desta Lei, inclusive para fins de incorporação dela aos proventos de aposentadoria e às pensões, até que seja editado ato que regulamente os critérios e procedimentos específicos para as referidas gratificações.

** GQ - Gratificação de Qualificação - a ser concedida aos ocupantes dos cargos referidos no art. 3º-B da Lei 11.171/2005, em retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de supervisão, gestão ou assessoramento, quando em efetivo exercício do cargo, no regime estabelecido em regulamento.

** GQ Nível I, até o limite de 30% (trinta por cento) dos cargos de nível superior provis; e

** GQ Nível II, até o limite de 15% (quinze por cento) dos cargos de nível superior provis.  Valor GQ - estabelecido no Anexo XLV - Tabela XII da Lei nº 12.702/2012

(****) Aposentado - Amostragem da gratificação de desempenho atualmente percebida pelos servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 para as Gratificações de Desempenho de Atividade Médica do respectivo Plano de Cargos ou Carreira ou Quadro de Pessoal não representa descontinuidade de sua percepção para efeito de aposentadoria e ciclo de avaliação de desempenho. (§ 1º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

Legislações Correspondentes:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Lei nº</th>
<th>Data</th>
<th>Portaria nº</th>
<th>Data</th>
<th>Medida Provisória nº</th>
<th>Data</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>5.452</td>
<td>01.05.1943</td>
<td>42 de 31.10.2002</td>
<td>7.133</td>
<td>19.03.2010</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>10.427</td>
<td>22.05.2002</td>
<td>10.971 de 25.11.2004</td>
<td>12.998</td>
<td>18.06.2014</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>363</td>
<td>21.06.2002</td>
<td>246 de 06.04.2005</td>
<td>11.171</td>
<td>02.09.2005</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
## 20. DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

*Cargos de Nível Superior do Plano Especial de Cargos do DNIT não referidos no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005 (art. 3º-B da Lei nº 11.171/2005)*

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>80 pts.</th>
<th>100 pts.</th>
<th>GDAPEC</th>
<th>I</th>
<th>I</th>
<th>I</th>
<th>I</th>
<th>I</th>
<th>I</th>
<th>II</th>
<th>II</th>
<th>II</th>
<th>II</th>
<th>II</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D</td>
<td>E</td>
<td></td>
<td>F=A+B+I</td>
<td>G=C+D+I</td>
<td>H=F+I</td>
<td>I+C+D</td>
<td>J=C+D+E</td>
<td>K=E+I</td>
<td>L</td>
<td>M=E+I+L</td>
<td>N=F+I+D+L</td>
<td>O=C+D+E+I</td>
<td>P=A+L+D</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Características dos cargos:**

- **Classe P Adrão VB 80 pts. 100 pts.**
- **Total (em R$) - 100 pts.**
- **Total (em R$) - 50 pts.**
- **Total (em R$) - 80 pts.**

**Nota:**

* Cargos de Nível Superior do Plano Especial de Cargos do DNIT não referidos no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005 (art. 3º-B da Lei nº 11.171/2005)

**Posição: janeiro/2017**

**Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)**

**Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)**
Porfiria nº 442 de 31/10/2002        Lei nº 12.998 de 18/06/2014
Decreto nº 4.468 de 13/11/2002        Lei nº 11.171 de 2 de setembro de 2005
Portaria nº 363 de 21.06.2002        Decreto nº 7.922/2013
Decreto nº4.446 de 13.11.2002        Decreto nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do DNIT, nela listados em 1º de outubro de 2004, que venham a ser para ele redistribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até 31 de julho de 2004 (art.3º da Lei nº 11.171/2005).

Os servidores que, cumprindo as condições estabelecidas pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas não integrantes de Carreiras estabelecidas, regidos pela Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2005, e dos planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estabelecidas, Planos de Carreiras, Planos de Carreiras e Carros ou Planos Especiais de Cargos que tenham sido redistribuídos para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT entre 1º de outubro de 2004 e 5 de setembro de 2005, e cuja emissão haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988 e, se posterior a essa data, tenha decorrido de aprovação em concursos públicos, poderão optar de forma irrevogável pelo enquadramento em plano especial de Carreiras de Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, de que trata a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, no prazo de 180 dias corridos (art.79 da Lei nº 11.171/2005).
## 20. DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

*Cargos de Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos do DNIT não referidos no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005 (art. 3º-C da Lei nº 11.171/2005)*

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Intermediário</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>GDAPEC 80 pts. 100 pts.</td>
</tr>
</tbody>
</table>
|                     | (* ) | 80 pts. 100 pts. | (** ) | *
| **CLASSE PADRÃO**   | **A** | **B** | **C** | **D=(A+B)** | **E=(A+C)** | **F** | **G=(A+F)** |
| **ESPECIAL**         |       |       |       |       |       |       |       |
| III                 | 2.741,70 | 3.496,00 | 4.370,00 | 6.237,70 | 7.111,70 | 2.185,00 | 4.926,70 |
| II                  | 2.674,56 | 3.444,80 | 4.306,00 | 6.119,36 | 6.980,56 | 2.153,00 | 4.827,56 |
| I                   | 2.609,06 | 3.394,40 | 4.243,00 | 6.003,46 | 6.852,06 | 2.121,50 | 4.730,56 |
| **C**               |       |       |       |       |       |       |       |
| VI                  | 2.485,70 | 3.311,20 | 4.139,00 | 5.796,90 | 6.624,70 | 2.069,50 | 4.555,20 |
| V                   | 2.424,24 | 3.262,40 | 4.078,00 | 5.686,64 | 6.502,24 | 2.039,00 | 4.463,24 |
| IV                  | 2.365,42 | 3.214,40 | 4.018,00 | 5.579,82 | 6.383,42 | 2.009,00 | 4.374,42 |
| III                 | 2.308,05 | 3.166,40 | 3.958,00 | 5.474,45 | 6.266,05 | 1.979,00 | 4.287,05 |
| II                  | 2.252,12 | 3.119,20 | 3.899,00 | 5.371,32 | 6.151,12 | 1.949,50 | 4.201,62 |
| I                   | 2.196,44 | 3.073,60 | 3.842,00 | 5.270,04 | 6.038,44 | 1.921,00 | 4.117,44 |
| **B**               |       |       |       |       |       |       |       |
| VI                  | 2.091,60 | 2.999,20 | 3.749,00 | 5.090,80 | 5.840,60 | 1.874,50 | 3.966,10 |
| V                   | 2.040,51 | 2.954,40 | 3.693,00 | 4.994,91 | 5.733,51 | 1.846,50 | 3.887,01 |
| IV                  | 1.991,81 | 2.910,40 | 3.638,00 | 4.902,21 | 5.629,81 | 1.819,00 | 3.810,81 |
| III                 | 1.943,23 | 2.868,00 | 3.585,00 | 4.811,23 | 5.528,23 | 1.792,50 | 3.735,73 |
| II                  | 1.895,86 | 2.824,80 | 3.531,00 | 4.720,66 | 5.426,86 | 1.765,50 | 3.661,36 |
| I                   | 1.848,55 | 2.784,00 | 3.480,00 | 4.632,55 | 5.328,55 | 1.740,00 | 3.588,55 |
| **A**               |       |       |       |       |       |       |       |
| V                   | 1.761,09 | 2.715,20 | 3.394,00 | 4.476,29 | 5.155,09 | 1.697,00 | 3.458,09 |
| IV                  | 1.717,83 | 2.676,00 | 3.345,00 | 4.393,83 | 5.062,83 | 1.672,50 | 3.390,33 |
| III                 | 1.675,66 | 2.636,80 | 3.296,00 | 4.312,46 | 4.971,66 | 1.648,00 | 3.323,66 |
| II                  | 1.635,67 | 2.597,60 | 3.247,00 | 4.233,27 | 4.882,67 | 1.623,50 | 3.259,17 |
| I                   | 1.595,58 | 2.559,20 | 3.199,00 | 4.154,78 | 4.794,58 | 1.599,50 | 3.195,08 |
Os servidores titulares de cargos de nível intermédio do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Poder Executivo instituído pela Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de carreiras estruturadas, Planos de Carreiras, Planos de Carreiras e Cargos ou Planos Especiais de Cargos que tenham sido redistribuídos para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT entre 1º de outubro de 2004 e 5 de setembro de 2005, e cuja investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988 e, se posterior a essa data, tenha decorrido de aprovação em concurso público, poderão optar de forma irretroativa pelo enquadramento no Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, de que trata a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de publicação da Lei nº 12.778/2012 (Lei publicada em 31.12.2012).

O enquadramento de que trata o caput do art. 72 da Lei nº 12.778/2012 ocorrerá na forma do termo de opção constante do Anexo XCVI da Lei nº 12.778/2012, com efeitos financeiros a partir do 1º (primeiro) dia do mês seguinte ao da assinatura do termo de opção, vedada qualquer retroatividade.

Os servidores que não formarem a opção referida no § 1º do art. 72 da Lei nº 12.778/2012 permanecerão na situação em que se encontravam na data anterior à da entrada em vigor Lei nº 12.778/2012.

** GDAPEC - Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do Plano Especial de Cargos do DNIT

(*) A GDAPEC será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VII da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005.

A pontuação referente à GDAPEC será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a substituir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho no decorrer do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos:

Até que seja publicado o ato a que se refere o parágrafo único do art. 16-D da Lei nº 11.171/05 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que fizerem jus à GDAPEC perceberão a respectiva gratificação em valor correndente ao último percentual recebido a título da gratificação de desempenho.

(**) Aposentado - GDAPEC - art. 21 da Lei nº 11.171 de 02.09.2005 (alteração dada art. 63)

(***) Opção da GDAPEC - aposentado/pensionista arts. 5º a 9º da Lei nº 13.371, de 2016.

Legislação Correspondente:

- Decreto-Lei nº 5.452 de 01.05.1943
- Lei nº 5.645 de 10.12.1970
- Lei nº 10.233 de 05.06.2001 art.79
- Lei nº 8.112 de 11.12.1990
- Lei nº 10.404 de 09.01.2002
- Decreto nº 4.247 de 22.05.2002
- Portaria nº 260 de 21.06.2002
- Portaria nº 363 de 21.06.2002
- Decreto nº 4.468 de 13.11.2002
- Portaria nº 29 de 29.08.2002
- Portaria nº 442 de 31.10.2002
- Lei nº 10.697 de 02.07.2003
- Lei nº 10.698 de 02.07.2003
- Medida Provisória nº 155 de 23.12.2003
- Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004 art. 1º ao art. 4º
- Medida Provisória nº 246 de 06.04.2005 art.30
- Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
- Medida Provisória nº 632 de 24.12.2013
- Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
### Nível Auxiliar

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDAPEC</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDAPEC</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>50 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$) - 50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>( * )</td>
<td></td>
<td></td>
<td>( )</td>
<td>( ** )</td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td></td>
<td>D=(A+B)</td>
<td>E=(A+C)</td>
<td>F</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>1.295,37</td>
<td>1.074,40</td>
<td>1.343,00</td>
<td>2.369,77</td>
<td>2.633,37</td>
<td>671,50</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>1.320,52</td>
<td>1.107,20</td>
<td>1.384,00</td>
<td>2.427,72</td>
<td>2.704,52</td>
<td>692,00</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>1.269,25</td>
<td>1.066,40</td>
<td>1.333,00</td>
<td>2.335,65</td>
<td>2.602,25</td>
<td>666,50</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Posição: janeiro/2017
Fica criado, a partir de 1º de janeiro de 2005, o Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos - PCC, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas não integrantes de carreiras estruturadas, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do DNIT, nele lotados em 1º de outubro de 2004, ou que venham a ser para ele redistribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até 31 de julho de 2004 (art. 3º da Lei nº 11.171/2005)

Os servidores titulares de cargos de nível auxiliar do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo instituído pela Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras, Planos de Carreiras e Cargos ou Planos Especiais de Cargos que tenham sido redistribuídos para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT entre 1º de outubro de 2004 e 5 de setembro de 2005, e cuja investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988 e, se posterior a essa data, tenha decorrido de aprovação em concurso público, poderão optar por forma irretratável pelo enquadramento no Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, de que trata a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de publicação da Lei nº 12.778/2012 (Lei publicada em 31.12.2012).

O enquadramento de que trata o caput do art. 72 da Lei nº 12.778/2012 ocorrerá na forma do termo de opção constante do Anexo XVII da Lei nº 12.778/2012, com efeitos financeiros a partir do 1º (primeiro) dia do mês seguinte ao da assinatura do termo de opção, vedada qualquer retroatividade.

Os servidores que não formarem a opção referida no § 1º do art. 72 da Lei nº 12.778/2012 permanecerão na situação em que se encontravam na data anterior à da entrada em vigor Lei nº 12.778/2012.

VB - Vencimento Básico - (Anexo V da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005)

GDAPEC - Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do Plano Especial de Cargos do DNIT

(*) A GDAPEC será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VII da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005.

A pontuação referente à GDAPEC será assim distribuída:
1 - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e
2 - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Até que seja publicado o ato a que se refere o parágrafo único do art. 16-D da Lei nº 11.171/05 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que fizerem jus à GDAPEC perceberão a respectiva gratificação em valor correspondente ao último percentual recebido a título de gratificação de desempenho.

(**) Aposentado - GDAPEC - art. 21 da Lei nº 11.171 de 02.09.2005 (alteração dada art. 63)

(**) Opção da GDAPEC - aposentado/pensionista arts. 5º e 9º da Lei nº 13.371, de 2016.

Legislações Correspondentes:
- Decreto-Lei nº 5.462 de 01.05.1943
- Lei nº 5.645 de 10.12.1970
- Lei nº 10.233 de 05.06.2001 art.79
- Lei nº 8.112 de 11.12.1990
- Lei nº 10.404 de 09.01.2002
- Decreto nº 4.247 de 22.05.2002
- Portaria nº 260 de 21.06.2002
- Portaria nº 363 de 21.06.2002
- Decreto nº 4.468 de 13.11.2002
- Portaria nº 29 de 29.08.2002
- Portaria nº 442 de 31.10.2002
- Lei nº 10.697 de 02.07.2003
- Lei nº 10.698 de 02.07.2003
- Medida Provisória nº 155 de 23.12.2003
- Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004 art. 1º ao art. 4º
### 20. DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

* Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

- Cargo: Arquiteto (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005) - DNIT
- Cargo: Economista (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005) - DNIT
- Cargo: Engenheiro Agrônomo (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005) - DNIT
- Cargo: Engenheiro de Operações (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005) - DNIT
- Cargo: Engenheiro (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005) - DNIT
- Cargo: Estatístico (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005) - DNIT
- Cargo: Geólogo (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005) - DNIT

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível GQ</th>
<th>ATIVO (total em R$)</th>
<th>ATIVO (100 pts.)</th>
<th>GDIT</th>
<th>APOSENTADO (em R$)</th>
<th>GDIT</th>
<th>APOSENTADO (100 pts.)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>I (**)</td>
<td>I (**)</td>
<td>I (**)</td>
<td>I (**)</td>
<td>I (**)</td>
</tr>
<tr>
<td>Posição - janeiro/2017</td>
<td>Cargo: Engenheiro de Operações (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005) - DNIT</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo: Arquiteto (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005) - DNIT</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo: Economista (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005) - DNIT</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo: Engenheiro Agrônomo (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005) - DNIT</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo: Engenheiro de Operações (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005) - DNIT</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo: Engenheiro (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005) - DNIT</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo: Estatístico (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005) - DNIT</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo: Geólogo (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005) - DNIT</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios N° 73

154
**Cargas de Nível Superior referidos no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005:** Arquiteto, Economista, Engenheiro, Engenheiro Agrônomo, Engenheiro de Operações, Estatístico e Geólogo.

Classificação de Cargas - PCC, instituída pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de carreiras estruturadas, planos de carreiras, planos de carreiras e cargos ou Planos Especiais de Cargas que tenham sido redistribuídos para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT entre 1º de outubro de 2004 e 5 de setembro de 2005, e cuja investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1998 e, se posterior a essa data, tenha decorrido de aprovação em concurso público, poderá seguir a forma impositiva pelo enquadramento no Plano Específico de Cargas do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, de que trata a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da publicação da Lei nº 12.778/2012 (Lei publicada em 31.12.2012).

O enquadramento de que trata o caput do art. 72 da Lei nº 12.778/2012 ocorrerá na forma do termo de opção constante do Anexo XV/III da Lei nº 12.778/2012, com efeitos financeiros a partir do 1º (primeiro) mês seguinte ao da assinatura do termo de opção, vedada qualquer continuidade.

Os servidores que não formalizarem a opção referida no 1ºº art. 72 da Lei nº 12.778/2012 permanecerão na situação em que se encontravam na data anterior à da entrada em vigor da Lei nº 12.778/2012.

**VB:** Vencimento Básico - (Anexo V da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005)

**GDIT:** Gratificação de Desempenho de Atividade de Transportes

Instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Transportes - GDIT, devida aos servidores do Plano Especial de Cargas do DNIT, ocupantes dos cargos de nível superior Aritquete, Economista, Engenheiro, Engenheiro Agrônomo, Engenheiro de Operações, Estatístico e Geólogo, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no DNIT. (art. 15 da Lei nº 11.171/2005 e art 74 da Lei nº 12.702/2012)

(*) A GDIT será paga observando o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VIII da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005.

A pontuação referente à GDIT será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e
II - até cem pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a subir em nível superior, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retomado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à gratificação de desempenho no decurso do ciclo de avaliação perceberá a respectiva gratificação no valor correspondente à cem pontos.

Até que seja publicado o ato a que se refere o parágrafo único do art. 16-D da Lei nº 11.171/05 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que fizerem jus à GDIT perceberão a respectiva gratificação em valor correspondente ao último porcentual percebido a título de Gratificação de desempenho.

**GG:** Gratificação de Qualificação - ser concedida aos ocupantes dos cargos referidos no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005, em retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de supervisão, gestão ou assessoramento, quando em efetivo exercício do cargo, na forma estabelecida em regulamento, de acordo com os valores constantes do Anexo VIII da Lei nº 11.171/2005.

(**)** GG Nível I, até o limite de 30% (trinta por cento) dos cargos de nível superior; e

(**)** GG Nível III, até o limite de 15% (quinze por cento) dos cargos de nível superior.

Observe-se o § 1º ao § 6º do art. 22 da Lei nº 11.171/2005.

GG instituída pelo art. 22 da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, concedida aos titulares dos cargos de Analista em Infraestrutura de Transportes e de Analista Administrativo, e aos titulares dos cargos de nível intermediário de Agente de Serviços de Engenharia, Técnico de Estradas e Técnicas e aos titulares dos cargos de nível superior do Plano Especial de Cargas do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, de que tratam, respectivamente, os incisos I e II do caput do art. 1º e os arts. 3º-A e 3º-B da Lei nº 11.171/2005 (inciso II do art. 1º do Decreto nº 7.922/2013).

A GG dos titulares dos cargos de que trata o inciso II do caput do art. 1º do Decreto nº 7.922/2013 será paga aos servidores que a ela fizerem jus em retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de supervisão, gestão ou assessoramento, quando em efetivo exercício do cargo no DNIT. (art. 12º do art. 21º do Decreto nº 7.922/2013 com efeitos financeiros a partir de Janeiro/2013)

É vedada a acumulação de diferentes níveis de GG e a acumulação desta GG com qualquer adicional ou gratificação que tenha com o fundamento a qualificação profissional ou a titulação. (art. 86º do Decreto nº 7.922/2013)

Até o dirigente máximo do DNIT dispor sobre os procedimentos específicos para concessão da GG, observado o disposto no Decreto nº 7.922/2013 e na Lei nº 11.171, de 2005 (art. 21º do Decreto nº 7.922/2013)

(**)** Aposentado-GG - art. 21 da Lei nº 11.171 de 02.09.2005 (alteração dada art. 63 MP 441/08)

(**** Aposentado - GG será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação (§ 7º do art. 22º da Lei nº 11.171/2005)

(**** Aposentado - GG - perceção da GO nos proventos de aposentadoria e pensões observará a legislação de criação da respectiva gratificação e os regras prвенiduais aplicáveis a cada servidor. (art. 87º do Decreto nº 7.922/2013)

(Oppição da GDIT - aposentado/pensionista arts. 5º a 9º da Lei nº 13.371, de 2016.

Legislação Correspondente:

Decretos Legislativos

**Decree nº 5.452 de 01.05.1943**

Lei nº 10.871 de 20.05.2004 art. 35

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art.74

Decree nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 11.171 de 02.09.2005


Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Decreto nº 7.922 de 18.02.2013

Lei nº 10.233 de 05.06.2001 art.79

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 632 de 24.12.2013

Decree nº 12.998 de 18.06.2014

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Decree nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 77

Medida Provisória nº 155 de 23.12.2003

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 75

Lei nº 13.371 de 14.12.2016 arts. 4º a 9º
## 20. DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

### Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

**Cargo:** Agente de Serviços de Engenharia (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005) - DNIT

**Cargo:** Técnico de Estradas (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005) - DNIT

**Cargo:** Tecnologista (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005) - DNIT

### Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível GQ</th>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>80 pts.</th>
<th>100 pts.</th>
<th>I</th>
<th>II</th>
<th>GDTV</th>
<th>ATIVO (em R$)</th>
<th>APOSENADO (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>TOTAL - 80 pts.</td>
<td>TOTAL - 50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Sem GQ</td>
<td>Sem GQ</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>I</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>II</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>F(A+B)</td>
<td>(**)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>G(A+B+D)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>H(A+B+E)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>I+A+C</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>J(A+C+D)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>K(A+C+E)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>L</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>M(A+L)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>N(A+D+L)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>O(A+E+L)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Remuneração

- **TOTAL (em R$):**
  - **80 pts.:**
    - **8000,00**
  - **100 pts.:**
    - **10000,00**

- **Sem GQ I:**
  - **1000,00**

- **Sem GQ II:**
  - **2000,00**

### Notas

- **Total mínimo de 80 pontos:**
  - **TOTAL (em R$):**
    - **1000,00**

- **Total mínimo de 100 pontos:**
  - **TOTAL (em R$):**
    - **2000,00**

### Outros

- **ATIVO**
  - **TOTAL (em R$):**
    - **50 pts.:**
      - **2500,00**

### Total

- **TOTAL (em R$):**
  - **10000,00**

### Elaborado:

- **CGSUP/DENIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73**

---

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

156
157
<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>GDA/DNPM</th>
<th>GQ</th>
<th>ATIVO</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDA/DNPM</th>
<th>APOSENADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$) - 80 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$) - 100 pts.</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Sem GQ</td>
<td>10%</td>
<td>20%</td>
<td>Sem GQ</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>ESPECIAL</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>B</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>5.571,55</td>
<td>3.382,40</td>
<td>4.228,00</td>
<td>710,46</td>
<td>1.420,91</td>
<td>8.953,95</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>5.357,26</td>
<td>3.332,00</td>
<td>4.165,00</td>
<td>710,46</td>
<td>1.420,91</td>
<td>8.689,26</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>A</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>4.369,34</td>
<td>3.109,60</td>
<td>3.887,00</td>
<td>710,46</td>
<td>1.420,91</td>
<td>7.478,94</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>4.039,70</td>
<td>3.018,40</td>
<td>3.773,00</td>
<td>710,46</td>
<td>1.420,91</td>
<td>7.058,10</td>
</tr>
</tbody>
</table>
VB - Vencimento Básico - Anexo II da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004 (Anexo CIX da Lei nº 11.907 de 2008)

GDADNPM - Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas

(*) A GDADNPM será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VI-C da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004 (Anexo CXV da Lei nº 11.907/09)

A pontuação referente à GDADNPM será assim distribuída:
I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e
II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

GQ - Gratificação de Qualificação - A GQ será concedida em dois níveis a servidores com o nível de qualificação funcional previsto no § 1º do art. 22 da Lei nº 11.046/2004, na forma estabelecida em regulamento, observados os seguintes limites: (redação dada pelo art. 31 da Lei nº 13.324, de 2016).

( ** ) GQ I para até 15% (quinze por cento) dos cargos de nível superior providos;
( ** ) GQ II para até 30% (trinta por cento) dos cargos de nível superior providos. (§4º do art. 22 da Lei nº 13.324, de 2016)

(*) GQ - Gratificação de Qualificação - As GQ I e II serão pagas de acordo com os valores estabelecidos no Anexo VII da Lei nº 11.046/2004 (A Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, passa a vigorar acrescida do Anexo VII, na forma do Anexo LVII da Lei nº 13.324/2016 - art. 33 da Lei nº 13.324/2016).

A fixação das vagas colocadas em concorrência e os critérios de distribuição, homologação, classificação e concessão da GQ serão estabelecidos em regulamento específico. (§5º do art. 22 da Lei nº 11.046/2004)

Observar o § 1º ao § 6º do art. 22 da Lei nº 11.046/2004

GQ - É instituída a Gratificação de Qualificação - GQ a ser concedida aos ocupantes dos cargos referidos nos incisos I e II do caput do art. 1º da Lei nº 11.046/2004 e aos ocupantes dos cargos de nível superior do Plano Especial de Cargos do DNPM, em retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de supervisão, de gestão ou de assessoramento, quando em efetivo exercício do cargo, na forma estabelecida em regulamento. (art. 22 da lei nº 11.046/2004 / art. 31 da Lei nº 13.324/2016).

É vedada a acumulação de diferentes níveis de GQ e a acumulação desta GQ com qualquer adicional ou gratificação que tenha como fundamento a qualificação profissional ou a titulação. (art. 86º do Decreto nº 7.922/2013)

Ato do dirigente máximo do DNPM disporá sobre os procedimentos específicos para concessão da GQ, observado o disposto no Decreto nº 7.922/2013 e na Lei no 11.046, de 2004, (art. 31º do Decreto nº 7.922/2013)

Aposentado GQ - A percepção da GQ nos proventos de aposentadoria e pensões observará a legislação de criação da respectiva gratificação e os regramentos previdenciários aplicáveis a cada servidor. (art. 87º do Decreto nº 7.922/2013)

( ** ) Aposentado - GDADNPM - art. 21 e art. 24 da Lei nº 11.046 de 27.12.2004 (art. 163 da Medida Provisória 441/08 - Lei nº 11.907/2009)

( ** ) Opção da GDADNPM - aposentado/pensionista art. 87 da Lei nº 13.324, de 2016.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 2.727 de 30.04.1953
Lei nº 5.645 de 10.12.1970
Lei nº 6.996 de 04.06.1990
Lei nº 8.112 de 11.12.1990
Lei nº 10.098 de 04.01.2001
Lei nº 10.098 de 04.01.2001
Lei nº 10.971 de 25.11.2004 art. 1º ao art. 4º
Lei nº 11.046 de 27.12.2004
Lei nº 11.907 de 27.12.2004
Lei nº 12.269 de 21.06.2010
Decreto nº 7.922 de 18.02.2013
Lei nº 11.233 de 22.12.2005
Lei nº 12.998 de 18.06.2014
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 74
Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 31 ao art. 33 e art. 87
Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 31 ao art. 33 e art. 87
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 31 ao art. 33 e art. 87
Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 31 ao art. 33 e art. 87
Medida Provisória nº 441 de 29.07.2016
Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009
Lei nº 12.269 de 21.06.2010
Decreto nº 7.922 de 18.02.2013
Lei nº 11.233 de 22.12.2005
Art. 87º do Decreto nº 7.922/2013
(art. 31º do Decreto nº 7.922/2013)
### Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

**Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM**

Carreira de Especialista em Recursos Minerais

Cargo: Especialista em Recursos Minerais - DNPM

#### Nível Superior

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classe</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>80 pts.</th>
<th>100 pts.</th>
<th>Nível I</th>
<th>Nível II</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D</td>
<td>E</td>
<td>F</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>14.020,55</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>14.731,01</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>15.441,46</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>15.749,55</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>16.460,01</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>17.170,46</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>4.322,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>11.427,05</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>11.100,29</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>10.785,55</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>10.159,69</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>9.876,92</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>9.603,05</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>9.338,76</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>9.084,21</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>8.719,38</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>8.352,11</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>8.084,05</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>7.719,38</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>7.352,11</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>7.084,05</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>6.719,38</td>
</tr>
</tbody>
</table>

---

**GDA/RM**

**GQ**

**TOTAL (em R$) - 80 pts.**

<p>| | | | | | | | | | | | | |</p>
<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

---

**GDA/RM**

**ATIVO**

**GQ**

**TOTAL (em R$) - 100 pts.**

**50 pts.**

**TOTAL (em R$) - 50 pts.**

---

**ATIVO**

**GDA/RM**

**Sem GQ**

**TOTAL (em R$) - 100 pts.**

**50 pts.**

**TOTAL (em R$) - 50 pts.**

---

**ATIVO**

**GDA/RM**

**Sem GQ**

**TOTAL (em R$) - 100 pts.**

**50 pts.**

**TOTAL (em R$) - 50 pts.**

---

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
VB - Vencimento Básico - Anexo II da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004 (Anexo CIX da Lei nº 11.907 de 2009)

GDARM - Gratificação de Desempenho de Atividade de Recursos Minerais

(*) A GDARM será paga observado o limte máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VI-A da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004 (Anexo CXIII da Lei nº 11.907/09)

A pontuação referente à GDARM será assim distribuída:
I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual;
II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

GQ - Gratificação de Qualificação - A GQ será concedida em dois níveis a servidores com o nível de qualificação funcional previsto no § 1º do art. 22 da Lei nº 11.046/2004, na forma estabelecida em regulamento, observados os seguintes limites: (redação dada pelo art. 31 da Lei nº 13.324, de 2016).

(**) GQ I para até 15% (quinze por cento) dos cargos de nível superior providos;
(**) GQ II para até 30% (trinta por cento) dos cargos de nível superior providos. (§4º do art. 22 da Lei nº 13.324, de 2016)

GQ - Gratificação de Qualificação - As GQ I e II serão pagas de acordo com os valores estabelecidos no Anexo VII da Lei nº 11.046/2004 (A Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, passa a vigorar acrescida do Anexo VII, na forma do Anexo LVIII da Lei nº 13.324/2016 - art. 33 da Lei nº 13.324/2016).

A fixação das vagas colocadas em concorrência e os critérios de distribuição, homologação, classificação e concessão da GQ serão estabelecidos em regulamento específico. (§5º do art. 22 da Lei nº 11.046/2004)

Observar o § 1º ao § 6º do art. 22 da Lei nº 11.046/2004

GQ - É instituída a Gratificação de Qualificação - GQ a ser concedida aos ocupantes dos cargos referidos nos incisos I e II do caput do art. 1º da Lei nº 11.046/2004 e aos ocupantes dos cargos de nível superior do Plano Especial de Cargos do DNPM, em retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de supervisão, de gestão ou de assessoramento, quando em efetivo exercício do cargo, na forma estabelecida em regulamento. (art. 22 da lei nº 11.046/2004 / art. 31 da Lei nº 13.324/2016).

É vedada a acumulação de diferentes níveis de GQ e a acumulação desta GQ com qualquer adicional ou gratificação que tenha como fundamento a qualificação profissional ou a titulação. (art. 86º do Decreto nº 7.922/2013)

Ato do dirigente máximo do DNPM disporá sobre os procedimentos específicos para concessão da GQ, observado o disposto no Decreto nº 7.922/2013 e na Lei no 11.046, de 2004. (art. 31º do Decreto nº 7.922/2013)

Aposentado GQ - A percepção da GQ nos proventos de aposentadoria e pensões observará a legislação de criação da respectiva gratificação e os regramentos previdenciários aplicáveis a cada servidor. (art. 87º do Decreto nº 7.922/2013)

(****) Aposentado - GDARM - art. 21 e art. 24 da Lei nº 11.046 de 27.12.2004 (art. 163 da Medida Provisória 441/08 - Lei nº 11.907/2009)

(****) Opção da GDARM - aposentado/pensionista art. 87 da Lei nº 13.324, de 2016.

Legislações Correspondentes:
Lei nº 5.645 de 10.12.1970
Lei nº 8.112 de 11.12.1990
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Lei nº 10.971 de 25.11.2004 art. 1º ao art. 4º
Lei nº 11.046 de 27.12.2004
Lei nº 11.046 de 27.12.2004 art. 30
Medida Provisória nº 246 de 06.04.2005 art. 30
Decreto nº 5.616 de 13.12.2005
Lei nº 11.233 de 22.12.2005 art.14
Portaria MME nº 25 de 13.01.2006
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
<table>
<thead>
<tr>
<th>Classe</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDARM 80 pts.</th>
<th>ATIVO 80 pts.</th>
<th>GDARM 50 pts.</th>
<th>APOSENTADO TOTAL (em R$) 50 pts.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>D</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>E</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>F</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>G</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

**21. DEPARTAMENTO NACIONAL DE Produção Mineral - DNPM**

Carreira de Técnico em Atividades de Mineração

Cargo: Técnico em Atividades de Mineração - DNPM

Nível Intermediário

<table>
<thead>
<tr>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>A</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>B</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>C</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>D</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>E</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>F</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>G</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>
V Enc - Vencimento Básico - Anexo II da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004 (Anexo CIX da Lei nº 11.907 de 2009)

GDARM - Gratificação de Desempenho de Atividade de Recursos Minerais

( * ) A GDARM será paga observando o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VI-A da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004 (Anexo C XIII da Lei nº 11.907/09)

A pontuação referente à GDARM será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

( * ) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

( ** ) Aposentado - GDARM - art. 21 e art.24 da Lei nº 11.046 de 27.12.2004 (art. 163 da Medida Provisória 441/08 - Lei nº 11.907/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970
Lei nº 8.112 de 11.12.1990
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Lei nº 10.971 de 25.11.2004 art. 1º ao art. 4º
Lei nº 11.046 de 27.12.2004
Medida Provisória nº 246 de 06.04.2005 art. 30
Decreto nº 5.616 de 13.12.2005
Lei nº 11.233 de 22.12.2005 art.14
Portaria MME nº 25 de 13.01.2006
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Medida Provisória nº 632 de 24.12.2013
Lei nº 12.998 de 18.06.2014
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 74
Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 31 ao art. 33 e art. 87
### 21. DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM

**Carreira de Técnico Administrativo**

**Cargo: Técnico Administrativo - DNPM**

#### Nível Intermediário

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDADNPM</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDADNPM</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>A</th>
<th>B</th>
<th>C</th>
<th>D=(A+B)</th>
<th>E=(A+C)</th>
<th>F</th>
<th>G=(A+F)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>3.574,57</td>
<td>1.836,80</td>
<td>2.296,00</td>
<td>5.411,37</td>
<td>5.870,57</td>
<td>1.148,00</td>
<td>4.722,57</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>3.470,45</td>
<td>1.783,20</td>
<td>2.229,00</td>
<td>5.253,65</td>
<td>5.699,45</td>
<td>1.114,50</td>
<td>4.584,95</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>3.369,38</td>
<td>1.730,40</td>
<td>2.163,00</td>
<td>5.099,78</td>
<td>5.532,38</td>
<td>1.081,50</td>
<td>4.450,88</td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>3.163,73</td>
<td>1.648,00</td>
<td>2.060,00</td>
<td>4.811,73</td>
<td>5.223,73</td>
<td>1.030,00</td>
<td>4.193,73</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>3.071,58</td>
<td>1.600,00</td>
<td>2.000,00</td>
<td>4.671,58</td>
<td>5.071,58</td>
<td>1.000,00</td>
<td>4.071,58</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>2.982,13</td>
<td>1.554,40</td>
<td>1.943,00</td>
<td>4.536,53</td>
<td>4.925,13</td>
<td>971,50</td>
<td>3.953,63</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>2.895,27</td>
<td>1.509,60</td>
<td>1.887,00</td>
<td>4.404,87</td>
<td>4.782,27</td>
<td>943,50</td>
<td>3.838,77</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>2.810,95</td>
<td>1.464,80</td>
<td>1.831,00</td>
<td>4.275,75</td>
<td>4.641,95</td>
<td>915,50</td>
<td>3.726,45</td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>2.627,05</td>
<td>1.395,20</td>
<td>1.744,00</td>
<td>4.022,25</td>
<td>4.371,05</td>
<td>872,00</td>
<td>3.499,05</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>2.455,19</td>
<td>1.354,40</td>
<td>1.693,00</td>
<td>3.809,59</td>
<td>4.148,19</td>
<td>846,50</td>
<td>3.301,69</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>2.294,57</td>
<td>1.315,20</td>
<td>1.644,00</td>
<td>3.609,77</td>
<td>3.938,57</td>
<td>822,00</td>
<td>3.116,57</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>2.144,46</td>
<td>1.276,80</td>
<td>1.596,00</td>
<td>3.421,26</td>
<td>3.740,46</td>
<td>798,00</td>
<td>2.942,46</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>2.004,17</td>
<td>1.240,80</td>
<td>1.551,00</td>
<td>3.244,97</td>
<td>3.555,17</td>
<td>775,50</td>
<td>2.779,67</td>
</tr>
</tbody>
</table>
\[\text{B - Vencimento Básico - Anexo II da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004 (Anexo CIX da Lei nº 11.907 de 2008)\]

**GDADNP - Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas**

(*) A GDADNP será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VI-C da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004 (Anexo CV da Lei nº 11.907/09)

A pontuação referente à GDADNP será assim distribuída:

1. até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e
2. até oitenta e cinco pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho no decorso do ciclo de avaliação receberá a respective gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(**) Aposentado - GDADNP - art. 21 e art. 24 da Lei nº 11.046 de 27.12.2004 (art. 163 da Medida Provisória 441/08 - Lei nº 11.907/2009)

(*** ) Opção da GDADNP - aposentado/pensionista art. 87 da Lei nº 13.324, de 2016.

**Legislações Correspondentes:**

- Decreto-Lei nº 5.452 de 01.05.1943
- Lei nº 5.645 de 10.12.1970
- Lei nº 8.112 de 11.12.1990
- Lei nº 10.233 de 05.06.2001 art.79
- Lei nº 10.697 de 02.07.2003
- Lei nº 10.698 de 02.07.2003
- Medida Provisória nº 155 de 23.12.2003
- Lei nº 10.871 de 20.05.2004 art. 35
- Lei nº 11.171 de 02.09.2005
- Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
- Lei nº 11.907 de 02.02.2009
- Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
- Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009
- Lei nº 12.269 de 21.06.2010
- Medida Provisória nº 632 de 24.12.2013
- Lei nº 12.998 de 18.06.2014
- Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 74
- Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 31 ao art. 33 e art. 87
### 21. DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM

**Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral**

Cargos:
- Economista referidos no art. 15 da Lei nº 11.046/2004 - DNPM
- Engenheiro referidos no art. 15 da Lei nº 11.046/2004 - DNPM
- Geógrafo referidos no art. 15 da Lei nº 11.046/2004 - DNPM
- Geólogo referidos no art. 15 da Lei nº 11.046/2004 - DNPM
- Pesquisador em Ciências Exatas e da Natureza referidos no art. 15 da Lei nº 11.046/2004 - DNPM
- Químico referidos no art. 15 da Lei nº 11.046/2004 - DNPM

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Nível Superior</strong></td>
<td><strong>Cargo:</strong> Economista referidos no art. 15 da Lei nº 11.046/2004 - DNPM</td>
<td><strong>Cargo:</strong> Engenheiro referidos no art. 15 da Lei nº 11.046/2004 - DNPM</td>
<td><strong>Cargo:</strong> Geógrafo referidos no art. 15 da Lei nº 11.046/2004 - DNPM</td>
<td><strong>Cargo:</strong> Geólogo referidos no art. 15 da Lei nº 11.046/2004 - DNPM</td>
<td><strong>Cargo:</strong> Pesquisador em Ciências Exatas e da Natureza referidos no art. 15 da Lei nº 11.046/2004 - DNPM</td>
<td><strong>Cargo:</strong> Químico referidos no art. 15 da Lei nº 11.046/2004 - DNPM</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>A</strong></td>
<td><strong>B</strong></td>
<td><strong>C</strong></td>
<td><strong>D</strong></td>
<td><strong>E</strong></td>
<td><strong>F= (A*B)</strong></td>
<td><strong>G= (A+B+D)</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>CLASSE</strong></td>
<td><strong>PADRÃO</strong></td>
<td><strong>VB</strong></td>
<td><strong>80 pts.</strong></td>
<td><strong>100 pts.</strong></td>
<td><strong>NÍVEL I</strong></td>
<td><strong>NÍVEL II</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>III</strong></td>
<td>4.997,64</td>
<td>5.588,80</td>
<td>6.986,00</td>
<td>499,76</td>
<td>999,53</td>
<td>10.586,44</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>IV</strong></td>
<td>4.997,64</td>
<td>5.588,80</td>
<td>6.986,00</td>
<td>499,76</td>
<td>999,53</td>
<td>10.586,44</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>V</strong></td>
<td>4.997,64</td>
<td>5.588,80</td>
<td>6.986,00</td>
<td>499,76</td>
<td>999,53</td>
<td>10.586,44</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>VI</strong></td>
<td>4.997,64</td>
<td>5.588,80</td>
<td>6.986,00</td>
<td>499,76</td>
<td>999,53</td>
<td>10.586,44</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Elaborado: CGSUP/DEESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios N° 73
Fica criado, a partir de 1o de julho de 2004, o Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos - PCC, instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de carreiras estruturadas, regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do DNPM, nele lotados em 1o de julho de 2004, ou que para ele venham a ser redistribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até 30 de abril de 2004 (art. 3º da Lei no 11.046/2004).

A fixação das vagas colocadas em concorrência e os critérios de distribuição, homologação, classificação e concessão da GQ serão estabelecidos em regulamento específico. (§5º do art. 22 da Lei no 11.046/2004).
### Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

#### Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM

**Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classe Padrão</th>
<th>VB 80 pts.</th>
<th>Nível I</th>
<th>Nível I Total (em R$)</th>
<th>ATIVO GDA PM</th>
<th>ATIVO APOSENTADO GDA PM</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Classe PADRÃO</strong></td>
<td><strong>VB</strong></td>
<td><strong>G</strong></td>
<td><strong>Total (em R$)</strong></td>
<td><strong>ATIVO</strong></td>
<td><strong>Total (em R$)</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Classe PADRÃO</strong></td>
<td><strong>EBP</strong></td>
<td><strong>100 pts.</strong></td>
<td><strong>10%</strong></td>
<td><strong>20%</strong></td>
<td><strong>10%</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>A</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>B</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>C</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>D</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>E</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Especial</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>II</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>II</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>I</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

| **ESPECIAL** |
| **VI** | 2.862.74 | 2.516.80 | 3.146.00 | 312.80 | 625.59 | | 5.489.54 | 5.812.34 | 6.065.13 | 6.757.93 | 1.557.00 | 4.435.74 |
| **V** | 2.792.91 | 2.452.80 | 3.066.00 | 312.80 | 625.59 | | 5.091.77 | 5.434.57 | 5.687.36 | 6.379.16 | 1.503.00 | 4.325.91 |
| **IV/III** | 2.248.80 | 2.389.60 | 3.089.00 | 312.80 | 625.59 | | 4.245.60 | 4.588.40 | 4.831.20 | 5.522.99 | 1.493.50 | 4.118.30 |
| **II** | 2.585.33 | 2.330.40 | 2.913.00 | 312.80 | 625.59 | | 4.888.73 | 5.231.53 | 5.464.32 | 6.156.12 | 1.456.50 | 4.114.30 |
| **I** | 2.593.50 | 2.270.40 | 2.838.00 | 312.80 | 625.59 | | 4.863.90 | 5.206.70 | 5.439.49 | 6.131.29 | 1.419.00 | 4.012.50 |
| **II** | 2.530.50 | 2.212.80 | 2.766.00 | 312.80 | 625.59 | | 4.743.03 | 5.085.83 | 5.318.62 | 6.010.42 | 1.383.00 | 3.913.23 |

| **Classe PADRÃO** |
| **III** | 2.432.92 | 2.116.80 | 2.646.00 | 312.80 | 625.59 | | 4.549.72 | 4.862.52 | 5.175.31 | 5.704.51 | 1.323.00 | 3.755.92 |
| **II** | 2.373.59 | 2.064.00 | 2.580.00 | 312.80 | 625.59 | | 4.437.59 | 4.750.39 | 5.063.18 | 5.592.18 | 1.300.00 | 3.663.59 |
| **I** | 2.315.68 | 2.012.00 | 2.390.00 | 312.80 | 625.59 | | 4.327.68 | 4.640.48 | 4.953.27 | 5.482.27 | 1.275.00 | 3.573.18 |
| **II** | 2.259.21 | 1.960.80 | 2.451.00 | 312.80 | 625.59 | | 4.220.01 | 4.532.81 | 4.845.60 | 5.374.59 | 1.255.00 | 3.484.71 |
| **I** | 2.204.10 | 1.912.00 | 2.390.00 | 312.80 | 625.59 | | 4.116.10 | 4.428.90 | 4.741.69 | 5.233.69 | 1.235.00 | 3.399.10 |
| **II** | 2.150.35 | 1.863.20 | 2.329.00 | 312.80 | 625.59 | | 4.013.55 | 4.326.35 | 4.639.14 | 5.131.14 | 1.215.00 | 3.314.85 |

| **Classe PADRÃO** |
| **III** | 2.067.65 | 1.783.20 | 2.229.00 | 312.80 | 625.59 | | 3.850.85 | 4.163.65 | 4.476.44 | 5.068.24 | 1.195.00 | 3.192.15 |
| **II** | 2.017.21 | 1.737.60 | 2.172.00 | 312.80 | 625.59 | | 3.754.81 | 4.067.61 | 4.380.40 | 4.982.19 | 1.175.00 | 3.103.21 |
| **I** | 1.968.01 | 1.693.60 | 2.117.00 | 312.80 | 625.59 | | 3.661.61 | 3.974.41 | 4.287.20 | 4.888.91 | 1.155.00 | 3.026.51 |
| **II** | 1.920.01 | 1.650.40 | 2.063.00 | 312.80 | 625.59 | | 3.570.41 | 3.883.21 | 4.196.00 | 4.793.71 | 1.135.00 | 2.951.51 |
| **I** | 1.873.18 | 1.686.80 | 2.011.00 | 312.80 | 625.59 | | 3.481.98 | 3.794.78 | 4.107.57 | 4.804.38 | 1.105.00 | 2.878.68 |

**Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73**

168
Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
### 21. DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM

Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral

* Cargos de Nível Superior previstos no art. 3º da Lei nº 11.046/2004 - DNPM

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDA/PDNPM</th>
<th>GQ</th>
<th>ATIVO</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDA/PDNPM</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$) - 50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Informações:**
- GDAPDNPM
- Posição: janeiro/2017
- TOTAL (em R$): 100 pts.
- TOTAL (em R$): 50 pts.

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios N° 73
* Fica criado, a partir de 1º de julho de 2004, o Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos - PCC, instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de carreiras estruturadas, regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do DNPM, neste lotados em 1º de julho de 2004, ou que para ele venham a ser redistribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até 30 de abril de 2004 (art. 3º da Lei nº 11.046/2004)

* Cargos de nível superior do Plano Especial de Cargos do DNPM não referidos no art. 15 da Lei nº 11.046/2004 (Incluído pela Lei 11907, de 2009)

**GB** - Vencimento Básico - Anexo V da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004

GDAPDNPM - Gratificação de Desempenho de Atividades Adinstitutivas do Plano Especial de Cargos do DNPM

(*) GDAPDNPM será paga observando o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VI-D da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004 (Anexo CXVI da Lei nº 11.907/09)

A pontuação referente à GDAPDNPM será assim distribuída:

- Até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual;
- Até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional;

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surgir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho institucional no decorrer do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

GQ - Gratificação de Qualificação - As GQ serão concedidas em dois níveis a servidores com o nível de qualificação funcional previsto no § 1º do art. 22 da Lei nº 11.046/2004, na forma estabelecida em regulamento, observados os seguintes limites: (redação dada pelo art. 31 da Lei nº 13.324, de 2016).

- GQ I para até 15% (quinze por cento) dos cargos de nível superior provisórios;
- GQ II para até 30% (trinta por cento) dos cargos de nível superior provisórios. (§4º do art. 22 da Lei nº 13.324, de 2016)


A fixação das vagas colocadas em concorrência e os critérios de distribuição, homologação, classificação e concessão da GQ serão estabelecidos em regulamento específico. (§5º do art. 22 da Lei nº 11.046/2004)

Observar o § 1º ao § 8º do art. 22 da Lei nº 11.046/2004

GQ - É instituída a Gratificação de Qualificação - GQ a ser concedida aos ocupantes dos cargos referidos nos incisos I e II do caput do art. 1º da Lei nº 11.046/2004 e aos ocupantes dos cargos de nível superior do Plano Especial de Cargos do DNPM, em retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de supervisão, de gestão ou de assessoramento, quando em efetivo exercício do cargo, na forma estabelecida em regulamento. (art. 22 da Lei nº 11.046/2004 / art. 31 da Lei nº 13.324/2016).

E vedada a acumulação de diferentes níveis de GQ e a acumulação desta GQ com qualquer adicional ou gratificação que tenha como fundamento a qualificação profissional ou a titulação. (art. 81º do Decreto nº 7.922/2013)

Ato do dirigente máximo do DNPM disporá sobre os procedimentos específicos para concessão da GQ, observado o disposto no Decreto nº 7.922/2013 e na Lei no 11.046, de 2004. (art. 31º do Decreto nº 7.922/2013)

Aposentado GQ - A percepção da GQ nos proventos de aposentadoria e pensões observará a legislação de criação da respectiva gratificação e os regulamentos previdenciários aplicáveis a cada servidor. (art. 81º do Decreto nº 7.922/2013)

(*) Aposentado - GDAPDNPM - art. 21 e art. 24 da Lei nº 11.046 de 27.12.2004 (art. 163 da Medida Provisória 441/08 - Lei nº 11.907/2009)

Legislações Correspondentes:

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Lei nº 10.404 de 09.01.2002</td>
<td>Decreto nº 7.133 de 19.03.2010</td>
</tr>
<tr>
<td>Decreto nº 4.247 de 22.05.2002</td>
<td>Decreto nº 12.269 de 21.06.2010</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 260 de 21.06.2002</td>
<td>Decreto nº 7.922 de 18.02.2013</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 363 de 21.06.2002</td>
<td>Medida Provisória nº 328 de 24.12.2013</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 29 de 29.08.2002</td>
<td>Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 74</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 442 de 31.10.2002</td>
<td>Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 31 ao art. 33</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.697 de 02.07.2003</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.698 de 02.07.2003</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004 art. 1º ao art. 4º</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Leis nº 10.971 de 25.11.2004 art. 1º ao art. 4º</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 11.046 de 27.12.2004</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 246 de 06.04.2005 art. 30</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
## 21. DEPARTAMENTO NACIONAL DEProdução Mineral - DNPM

Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral

* Cargos de Nível Intermediário previstos no art. 3º da Lei nº 11.046/2004 - DNPM

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Intermediário</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>A</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>B</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>C</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>ESPECIAL</strong></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDA PDNPM</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDA PDNPM</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>(*)</td>
<td></td>
<td>(*)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D=(A+B)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>E=(A+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>F</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>G=(A+F)</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>3.127,96</td>
<td>2.768,00</td>
<td>3.460,00</td>
<td>5.895,96</td>
<td>6.587,96</td>
<td>1.730,00</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>3.051,69</td>
<td>2.698,40</td>
<td>3.373,00</td>
<td>5.750,09</td>
<td>6.424,69</td>
<td>1.686,50</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>2.977,26</td>
<td>2.629,60</td>
<td>3.287,00</td>
<td>5.606,86</td>
<td>6.264,26</td>
<td>1.643,50</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>2.862,74</td>
<td>2.516,80</td>
<td>3.146,00</td>
<td>5.379,54</td>
<td>6.008,74</td>
<td>1.573,00</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>2.792,91</td>
<td>2.452,80</td>
<td>3.066,00</td>
<td>5.245,71</td>
<td>5.858,91</td>
<td>1.533,00</td>
</tr>
<tr>
<td>VI</td>
<td>2.724,80</td>
<td>2.389,60</td>
<td>2.987,00</td>
<td>5.114,40</td>
<td>5.711,80</td>
<td>1.493,50</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>2.658,33</td>
<td>2.330,40</td>
<td>2.913,00</td>
<td>4.988,73</td>
<td>5.571,33</td>
<td>1.456,50</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>2.593,50</td>
<td>2.270,40</td>
<td>2.838,00</td>
<td>4.863,90</td>
<td>5.431,50</td>
<td>1.419,00</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>2.530,23</td>
<td>2.212,80</td>
<td>2.766,00</td>
<td>4.743,03</td>
<td>5.396,23</td>
<td>1.383,00</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>2.432,92</td>
<td>2.116,80</td>
<td>2.646,00</td>
<td>4.549,72</td>
<td>5.076,92</td>
<td>1.323,00</td>
</tr>
<tr>
<td>VI</td>
<td>2.373,59</td>
<td>2.064,00</td>
<td>2.580,00</td>
<td>4.437,59</td>
<td>4.953,59</td>
<td>1.290,00</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>2.315,68</td>
<td>2.012,00</td>
<td>2.515,00</td>
<td>4.327,68</td>
<td>4.830,68</td>
<td>1.257,50</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>2.259,21</td>
<td>1.960,80</td>
<td>2.451,00</td>
<td>4.220,01</td>
<td>4.710,21</td>
<td>1.225,50</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>2.204,10</td>
<td>1.912,00</td>
<td>2.390,00</td>
<td>4.116,10</td>
<td>4.594,10</td>
<td>1.195,00</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>2.150,35</td>
<td>1.863,20</td>
<td>2.329,00</td>
<td>4.013,55</td>
<td>4.479,35</td>
<td>1.164,50</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>2.067,65</td>
<td>1.783,20</td>
<td>2.229,00</td>
<td>3.850,85</td>
<td>4.296,65</td>
<td>1.114,50</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>2.017,21</td>
<td>1.737,60</td>
<td>2.172,00</td>
<td>3.754,81</td>
<td>4.189,21</td>
<td>1.086,00</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>1.968,01</td>
<td>1.693,60</td>
<td>2.117,00</td>
<td>3.661,61</td>
<td>4.085,01</td>
<td>1.058,50</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>1.920,01</td>
<td>1.650,40</td>
<td>2.063,00</td>
<td>3.570,41</td>
<td>3.983,01</td>
<td>1.031,50</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>1.873,18</td>
<td>1.608,80</td>
<td>2.011,00</td>
<td>3.481,98</td>
<td>3.884,18</td>
<td>1.005,50</td>
</tr>
</tbody>
</table>
* Fica criado, a partir de 1o de julho de 2004, o Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos - PCC, instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de carreiras estruturadas, regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do DNPM, nele lotados em 1o de julho de 2004, ou que para ele venham a ser redistribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até 30 de abril de 2004 (art. 3º da Lei nº 11.046/2004)

* Cargos de nível intermediário do Plano Especial de Cargos do DNPM não referidos no art. 15 da Lei nº 11.046/2004 (Incluído pela Lei 11907, de 2009)

VB - Vencimento Básico - Anexo V da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004

GDAPDNPM - Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do Plano Especial de Cargos do DNPM

(*) A GDAPDNPM será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no (Anexo VI-D da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004 (Anexo CXVI da Lei nº 11.907/09)

A pontuação referente à GDAPDNPM será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual;

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(“”) Aposentado - GDAPDNPM - art. 21 e art. 24 da Lei nº 11.046 de 27.12.2004 (art. 163 da Medida Provisória 441/08 - Lei nº 11.907/2009)

Legislações Correspondentes:
- Lei nº 5.645 de 10.12.1970
- Lei nº 8.112 de 11.12.1990
- Lei nº 10.404 de 09.01.2002
- Decreto nº 4.247 de 22.05.2002
- Portaria nº 260 de 21.06.2002
- Portaria nº 363 de 21.06.2002
- Decreto nº 4.468 de 13.11.2002
- Portaria nº 29 de 29.08.2002
- Portaria nº 442 de 31.10.2002
- Lei nº 10.697 de 02.07.2003
- Lei nº 10.698 de 02.07.2003
- Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004 art. 1º ao art. 4º
- Lei nº 10.971 de 25.11.2004 art. 1º ao 4º
- Lei nº 11.046 de 27.12.2004
- Medida Provisória nº 246 de 06.04.2005 art. 3º
- Lei nº 11.233 de 22.12.2005 art.14
- Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
- Lei nº 11.907 de 02.02.2009
- Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009
- Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
- Lei nº 12.269 de 21.06.2010
- Medida Provisória nº 632 de 24.12.2013
- Lei nº 12.998 de 18.06.2014
- Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 74
- Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 31 ao art. 33
### 21. DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM

Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral

* Cargos de Nível Auxiliar previstos no art. 3º da Lei nº 11.046/2004 - DNPM

#### Nível Auxiliar

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDA PDNPM 80 pts.</th>
<th>100 pts.</th>
<th>ATIVO TOTAL (em R$) 80 pts.</th>
<th>100 pts.</th>
<th>GDA PDNPM 50 pts.</th>
<th>APOSENTADO TOTAL (em R$) - 50 pts.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>(* )</td>
<td></td>
<td>(** )</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D=(A+B)</td>
<td>E=(A+C)</td>
<td>F</td>
<td></td>
<td>G=(A+F)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td>II</td>
<td>1.719,67</td>
<td>727,20</td>
<td>909,00</td>
<td>2.446,87</td>
<td>2.628,67</td>
<td>454,50</td>
<td>2.174,17</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>1.702,64</td>
<td>680,80</td>
<td>851,00</td>
<td>2.383,44</td>
<td>2.553,64</td>
<td>425,50</td>
<td>2.128,14</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>1.685,77</td>
<td>660,80</td>
<td>826,00</td>
<td>2.346,57</td>
<td>2.511,77</td>
<td>413,00</td>
<td>2.098,77</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Elaborado:CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

175

VB - Vencimento Básico - Anexo V da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004

GDAPDNPM - Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do Plano Especial de Cargos do DNPM

(*) A GDAPDNPM será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no (Anexo VI-D da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004 (Anexo VI-D da Lei nº 11.046/2004)

A pontuação referente à GDAPDNPM será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(++) Aposentado - GDAPDNPM - art. 21 e art. 24 da Lei nº 11.046 de 27.12.2004 (art. 163 da Medida Provisória 441/08 - Lei nº 11.907/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970
Lei nº 8.112 de 11.12.1990
Lei nº 10.404 de 09.01.2002
 Decreto nº 4.247 de 22.05.2002
Portaria nº 260 de 21.06.2002
Portaria nº 363 de 21.06.2002
 Decreto nº 4.468 de 13.11.2002
Portaria nº 29 de 29.08.2002
Portaria nº 442 de 31.10.2002
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004 art. 1º ao art. 4º
Lei nº 10.971 de 25.11.2004 art. 1º ao art. 4º
Lei nº 11.046 de 27.12.2004
Medida Provisória nº 246 de 06.04.2005 art. 30
Lei nº 11.233 de 22.12.2005 art.14
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009
Decreto nº 4.737 de 19.03.2010
Lei nº 12.269 de 21.06.2010
Medida Provisória nº 632 de 24.12.2013
Lei nº 12.998 de 18.06.2014
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 74
Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 31 ao art. 33

* Fica criado, a partir de 1o de julho de 2004, o Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos - PCC, instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de carreiras estruturadas, regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do DNPM, nele lotados em 1o de julho de 2004, ou que para ele venham a ser redistribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até 30 de abril de 2004 (art. 3º da Lei nº 11.046/2004)

( ** ) Aposentado - GDAPDNPM - art. 21 e art. 24 da Lei nº 11.046 de 27.12.2004 (art. 163 da Medida Provisória 441/08 - Lei nº 11.907/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970
Lei nº 8.112 de 11.12.1990
Lei nº 10.404 de 09.01.2002
 Decreto nº 4.247 de 22.05.2002
Portaria nº 260 de 21.06.2002
Portaria nº 363 de 21.06.2002
 Decreto nº 4.468 de 13.11.2002
Portaria nº 29 de 29.08.2002
Portaria nº 442 de 31.10.2002
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004 art. 1º ao art. 4º
Lei nº 10.971 de 25.11.2004 art. 1º ao art. 4º
Lei nº 11.046 de 27.12.2004
Medida Provisória nº 246 de 06.04.2005 art. 30
Lei nº 11.233 de 22.12.2005 art.14
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009
Decreto nº 4.737 de 19.03.2010
Lei nº 12.269 de 21.06.2010
Medida Provisória nº 632 de 24.12.2013
Lei nº 12.998 de 18.06.2014
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 74
Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 31 ao art. 33
### 22. DOCENTE

**Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal**
**Carreira de Magistério Superior**
**Cargo: Professor do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596/1987 - Dedicação Exclusiva**

#### Nível Superior

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>DENOMINAÇÃO</th>
<th>NÍVEL</th>
<th>VB</th>
<th>A</th>
<th>B</th>
<th>C</th>
<th>D</th>
<th>E</th>
<th>ATIVO e APOSENTADO</th>
<th>TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1 (Â)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>G=(A+B)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>H=(A+C)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>I=(A+D)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>J=(A+E)</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

A exploração e especialização Mestrado | Doutorado

F=(A) | G=(A +B) | H=(A +C) | I=(A +D) | J=(A +E)

Nível Superior

<table>
<thead>
<tr>
<th>NÍVEL</th>
<th>VB</th>
<th>ATIVO e APOSENTADO</th>
<th>TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>ATIVO e APOSENTADO</th>
<th>TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Posição: agosto/2017**

---

**Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73**

176
Os cargos efetivos das Carreiras e Cargos Isolados do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal integram os Quadros de Pessoal das Instituições Federais de Ensino subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Educação e ao Ministério da Defesa que tenham por atividade fim o desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino, pesquisa e extensão, reajustados os cargos de que trata o § 11 do art. 108-A da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, que integram o Quadro de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. (§ 6º do art. 1º da Lei nº 12.772/2012 - art. 1º da lei nº 12.863/2013)

O corpo docente das IEF será constituído pelos cargos efetivos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos de que trata a Lei nº 12.772/2012 e pelos Professores Visitantes, Professores Visitantes Estrangeiros e Professores Substitutos. (art. 27 da Lei nº 12.772/2012)

As contratações temporárias de Professores Substitutos, de Professores Visitantes e de Professores Visitantes Estrangeiros será feita de acordo com o que dispõe a Lei nº 8.745, de 1993. (art. 28 da Lei nº 12.772/2012)

A partir de 1º de março de 2013, a estrutura remuneratória do Palmo de Carreiras e Cargos de Magistério Federal que trata a Lei nº 12.772/2012, será composta de: I - Vencimento Básico; e II - Retribuição por Titulação - RT.

A partir de 1º de março de 2013, a Carreira de Magistério Superior do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos - PUCRE, de que trata a Lei nº 7.596, de 1987, passa a pertencer ao Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal de que trata a Lei nº 12.772/2012, observada a Tabela de Correlação constante do Anexo II da Lei nº 12.772/2012. (art. 47 da Lei nº 12.772/2012)

A partir de 1º de março de 2013, os cargos de Professor Titular da Carreira de Magistério Superior do PUCRE passam a integrar a Classe de Professor Titular da Carreira de Magistério Superior do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal de que trata a Lei nº 12.772/2012. (art. 47 da Lei nº 12.772/2012)

O enquadramento no Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal não representa, para qualquer valor legal, inclusive para o efeito de aposentadoria, a descontinuidade em relação à Carreira, ao cargo e à remuneração a que se refere o Art. 5º da Lei nº 12.772/2012

Os servidores de que trata a Lei nº 12.772/2012, pertencentes ao Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, não se aplicam as disposições do art. 94.664, de 23 de julho de 1987. (art. 37 da Lei nº 12.772/2012).

O ingresso no Cargo Isolado de Professor Titular-Livre do Magistério Superior ocorrerá na classe e nível únicos, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos de Doutor (item I, II e III do art. 9º da Lei nº 12.772/2012)

Variação das Padrões de Remuneração - Anexo III-A da Lei nº 12.772/2012 dos cargos do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. (§ único do art. 16 da Lei nº 12.772/2012 - art. 1º da Lei nº 13.325/2016).

VBN - Vencimento Básico - Anexo III-A da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012)

(* ) RT - Retribuição por Titulação - Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado e Doutorado (Anexo IV a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012)

Instituída a RT a partir de 01.03.2013 devida ao docente integrante do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal em conformidade com a Carreira, cargo, classe, nível e titulação comprovada, nos valores e vigência estabelecidos no Anexo IV a Lei nº 12.772/2012

Os valores referentes à RT não serão percebidos cumulativamente para diferentes titulações ou com quaisquer outras Retribuições por Titulação, adicionais ou gratificações de mesma natureza. (§ 2º do art. 17 da Lei nº 12.772/2012)

O ingresso no Cargo Isolado de Professor Titular-Livre do Magistério Superior ocorrerá na classe e nível únicos, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos de Doutor (item I, II e III do art. 9º da Lei nº 12.772/2012)

A IEF poderá dispensar, no edital do concurso, a exigência de título de doutor, substituindo-a pelo título de mestre, de especialista ou por diploma de graduação, quando se tratar de provimento para área de conhecimento ou em localidade com grave carência de detentores da titulação acadêmica de doutor, conforme decisão fundamentada do Conselho Superior. (§ 3º do art. 8º da Lei nº 12.772/2012)

Aposentado - RT - a RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões, na forma dos regramentos de regime e previdenciário aplicável a cada caso, desde que o certificado ou o título tenham sido obtidos anteriormente à data da inativação. (§ 1º do art. 17 da Lei nº 12.772/2012)

Legislações Correspondentes:

Decree nº 76.119 de 13.08.75 - Lei nº 7.596 de 20.04.87
Portaria nº 474 de 26.08.87 - Lei nº 8.676 de 4ª ordem 13.07.93
Portaria nº 475 de 26.08.87 - Lei nº 9.192 de 21.12.95
Decreto nº 94.664 de 23.07.87 - Decreto nº 1.916 de 23.05.96
Lei nº 8.676 de 07.03.1998 - Lei nº 11.478 de 20.08.98
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98 - Decreto nº 2668 de 13.07.1998
Medida Provisória nº 2.020 de 24.03.2000 - Lei nº 10.405 de 09.01.2002
Medida Provisória nº 2.020-2 de 25.05.2000 - Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 2.020-3 de 21.06.2000 - Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 2.051 de 29.06.2000 - Medida Provisória nº 479 de 20.08.2004
Medida Provisória nº 2.051-1 de 29.07.2000 - Medida Provisória nº 11.087 de 04.01.2005
Medida Provisória nº 2.051-3 de 29.07.2000 - Decreto nº 295 de 05.05.2006
Medida Provisória nº 2.051-4 de 29.07.2000 - Lei nº 11.344 de 09.09.2006
Medida Provisória nº 2.051-5 de 29.07.2000 - Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
Decreto nº 2668 de 28.06.2007 - Lei nº 11.498 de 28.06.2007
Medida Provisória nº 2.051-7 de 27.09.2000 - Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008
Medida Provisória nº 2.051-9 de 23.11.2000 - Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008
Lei nº 10.187 de 12.02.2001 - Lei nº 12.772/2012
### 22. DOCENTE
Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal
Cargo: Professor do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596/1987 - 40 horas

#### Nível Superior

<table>
<thead>
<tr>
<th>NÍVEL</th>
<th>VB</th>
<th>RT - Re tribuição por Titulação</th>
<th>ATIVO e APOSEN TADO - TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Doutorado</td>
<td>Doutorado</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>C</td>
<td>D</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>E</td>
<td>F=(A)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>G=(A+B)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>H=(A+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>I=(A+D)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>J=(A+E)</td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td>2</td>
<td>3.549,09</td>
<td>233,41</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>501,08</td>
<td>1.288,06</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>2.677,43</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.549,06</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.782,49</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>4.050,16</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>4.838,16</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>6.426,51</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.342,68</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.456,61</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.699,47</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>4.425,22</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>5.909,09</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.121,76</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.324,31</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.552,08</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>4.241,05</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>5.742,14</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### Nivel Superior

<table>
<thead>
<tr>
<th>NÍVEL</th>
<th>VB</th>
<th>ATIVO e APOSEN TADO - TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>5.444,81</td>
<td>9.954,09</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>DENOMINAÇÃO</th>
<th>NÍVEL</th>
<th>VB</th>
<th>( *) RT - Retribuição por Titulação</th>
<th>ATIVO E APOSEN TADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
</tr>
<tr>
<td>E</td>
<td>TITULAR</td>
<td>1</td>
<td>5.444,81</td>
<td>363,36</td>
<td>789,36</td>
</tr>
<tr>
<td>D</td>
<td>ASSOCIADO</td>
<td>4</td>
<td>5.131,92</td>
<td>347,06</td>
<td>757,24</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>3</td>
<td>5.000,47</td>
<td>337,85</td>
<td>744,38</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>2</td>
<td>4.873,56</td>
<td>323,42</td>
<td>732,70</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>1</td>
<td>4.795,93</td>
<td>297,12</td>
<td>704,32</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>3</td>
<td>3.989,43</td>
<td>254,97</td>
<td>595,46</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>2</td>
<td>3.873,81</td>
<td>248,01</td>
<td>570,08</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>1</td>
<td>3.701,41</td>
<td>241,27</td>
<td>555,14</td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td>ASSISTENTE</td>
<td>2</td>
<td>3.549,09</td>
<td>223,41</td>
<td>501,08</td>
</tr>
</tbody>
</table>

- POSIÇÃO: AGOSTO/2017
- R T - Retribuição por Titulação

<table>
<thead>
<tr>
<th>ASSOCIADO-A - se DOUTOR; ASSISTENTE-A - se MESTRE; AUXILIAR - se GRADUADO OU ESPECIALISTA</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>A</td>
</tr>
<tr>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>1</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>DAUTOADO - TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>9.954,09</td>
</tr>
</tbody>
</table>

---

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

178
Os cargos efetivos das Carreiras e Cargos Isolados do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal integram os Quadros de Pessoal das Instituições Federais de Ensino subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Educação e ao Ministério da Defesa que possuam atividade de desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino, pesquisa e extensão, ressalvados os cargos de que trata o § 11 do art. 108 da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, que integram o Quadro de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. (§ 6º do art. 1º da Lei nº 12.772/2012 - art. 1º da Lei nº 12.863/2013)

O cargo docente das IFE será constituído pelos cargos efetivos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos de que trata a Lei nº 12.772/2012 e pelos Professores Visitantes, Professores Visitantes Estrangeiros e Professores Substitutos. (art. 27 da Lei nº 12.772/2012)

A contratação temporária de Professores Substitutos, de Professores Visitantes e de Professores Visitantes Estrangeiros será feita de acordo com o que dispõe a Lei nº 8.745, de 1993. (art. 28 da Lei nº 12.772/2012)

A partir de 1º de março de 2013, a sistemática de remuneração de Planos de Carreiras e Cargos de Magistério Federal de que trata a Lei nº 12.772/2012, será composta de:

V. Vencimento Básico - II. Remuneração Fletiva

A partir de 1º de março de 2013, a Carreira de Magistério Superior do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empeços - PUCRCE, de que trata a Lei nº 7.596, de 1987, passa a compor o Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal de que trata a Lei nº 12.772/2012, observada a Tabela de Correlação constante do Anexo II da Lei nº 12.772/2012. (art. 4º da Lei nº 12.772/2012)

A partir de 1º de março de 2013, os cargos de Professor Titular da Carreira de Magistério Superior do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empeços - PUCRCE passa a integrar Classe de Professor Titular da Carreira de Magistério Superior do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal de que trata a Lei nº 12.772/2012. (art. 4º da Lei nº 12.772/2012)

O enquadramento no Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal não representa, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação à Carreira, ao cargo e às atribuições atuais desenvolvidas pelos seus ocupantes. (art. 6º da Lei nº 12.772/2012)

Aos servidores de que trata a Lei nº 12.772/2012, pertencentes ao Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, não se aplicam as disposições do Decreto nº 94.464, de 23 de julho de 1987. (art. 37 da Lei nº 12.772/2012)

O ingresso no Cargo Isolado de Professor Titular-Livre do Magistério Superior ocorrerá na classe e nível únicos, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos de Doutor (item I, II, III do art. 9º da Lei nº 12.772/2012)

Variação de pautas de remuneração - Anexo III-A da Lei nº 12.772/2012 dos cargos do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. (§ único do art. 16 da Lei nº 12.772/12 - art. 1º da Lei nº 13.325/2016)

V. Vencimento Básico - (Anexo III-A à Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012)

(*) RT - Remuneração Fletiva por Titulação - Doutorado (Anexo IV-A à Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012)

Instituído a RT a partir de 01.03.2013, devida ao ato integrante do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal em conformidade com a Carreira, cargo, classe, nível e titulação com provada, nos valores e vigência estabelecidos no Anexo IV-A à Lei nº 12.772/2012.

Os valores referentes à RT não serão percebidos cumulativamente para diferentes titulações ou com quaisquer outras Retribuições por Titulação, adicionais ou gratificações de mesma natureza. (§ 2º do art. 17 da Lei nº 12.772/2012)

O ingresso no Cargo Isolado de Professor Titular-Livre do Magistério Superior ocorrerá na classe e nível únicos, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos de Doutor (item I, II, III do art. 9º da Lei nº 12.772/2012)

A IFE poderá dispensar, no edital do concurso, a exigência de título de doutor, substituindo-o pelo título de mestre, de especialista ou por diploma de graduação, quando se tratar de provimento para área de conhecimento ou em localidade com grave carência de detentores da titulação acadêmica de doutor, conforme decisão fundamentada do seu Conselho Superior. (§ 3º do art. 8º da Lei nº 12.772/2012)

A possibilidade de inscrição no skeleton do concurso, à exigência de certificado ou o título tenham sido obtidos anteriormente à data da inativação. (§ 1º do art. 17 da Lei nº 12.772/2012)

Legislações Corresponcentes:

Decreto nº 76.119 de 13.08.75

Lei nº 7.596 de 20.04.87

Portaria nº 474 de 26.08.87

Portaria nº 475 de 26.08.87

Decreto nº 94.664 de 23.07.87

Lei nº 9.876 art. 4º de 13.07.93

Lei nº 9.192 de 21.12.95

Decreto nº 1.916 de 23.05.96

Lei nº 9.678 de 03.07.1998

Portaria MAR nº 2.179 de 28.07.98

Decreto nº 2668 de 13.07.1998

Medida Provisória nº 2.020 de 24.03.2000

Medida Provisória nº 2.020-1 de 24.04.2000

Medida Provisória nº 2.020-2 de 25.05.2000

Medida Provisória nº 2.020-3 de 21.06.2000

Medida Provisória nº 2.051-4 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2.051-5 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2.051-6 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2.051-7 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2.051-8 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2.051-9 de 23.11.2000


Medida Provisória nº 2.125-12 de 26.01.2001

Lei nº 10.187 de 12.02.2001 art. 8º

Lei nº 10.465 de 09.01.2002

Lei nº 7.596 de 20.04.87

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Decreto nº 94.664 de 23.07.2004

Lei nº 11.087 de 04.01.2005

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 297 de 29.05.2005

Lei nº 11.344 de 09.09.2006

Medida Provisória nº 326 de 29.03.2007

Lei nº 11.498 de 28.06.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012


Medida Provisória nº 614 de 14.05.2013

Lei nº 12.863 de 24.09.2013

Lei nº 13.325 de 29.07.2016 art. 1º e art. 4º e art. 5º
### 22. DOCENTE

**Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal**

**Carreira de Magistério Superior**

Cargo: Professor do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596/1987 - 20 horas

---

#### Nível Superior

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>CARGO</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Professor do Magistério Superior</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**ATIVO E APOSENTOADO - TOTAL (em R$)**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Posição: agosto/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>CLASSE</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>DENOMINAÇÃO</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>NÍVEL</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>VB</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>A</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>B</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>C</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>D</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>E</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>F=(A)</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>G=(A+B)</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>H=(A+C)</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>I=(A+D)</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>J=(A+E)</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Total (em R$)**

- **E**
  - TÍTULAR
    - 1.382.110
      - A: 235.65
      - B: 581.49
      - C: 1.030.39
      - D: 1.981.02
      - E: 4.056.75
      - F: 3.821.10
      - G: 4.056.75
      - H: 4.402.59
      - I: 5.048.52
      - J: 6.230.04

- **D**
  - ASSOCIADO
    - 1.382.110
      - A: 235.65
      - B: 581.49
      - C: 1.030.39
      - D: 1.981.02
      - E: 4.056.75
      - F: 3.821.10
      - G: 4.056.75
      - H: 4.402.59
      - I: 5.048.52
      - J: 6.230.04

- **C**
  - ADJUNTO
    - 1.382.110
      - A: 235.65
      - B: 581.49
      - C: 1.030.39
      - D: 1.981.02
      - E: 4.056.75
      - F: 3.821.10
      - G: 4.056.75
      - H: 4.402.59
      - I: 5.048.52
      - J: 6.230.04

- **B**
  - ASSISTENTE
    - 1.382.110
      - A: 235.65
      - B: 581.49
      - C: 1.030.39
      - D: 1.981.02
      - E: 4.056.75
      - F: 3.821.10
      - G: 4.056.75
      - H: 4.402.59
      - I: 5.048.52
      - J: 6.230.04

- **A**
  - ADJUNTO-A - se DOUTOR; ASSISTENTE-A - se MESTRE; AUXILIAR - se GRADUADO OU ESPECIALISTA
    - 1.382.110
      - A: 235.65
      - B: 581.49
      - C: 1.030.39
      - D: 1.981.02
      - E: 4.056.75
      - F: 3.821.10
      - G: 4.056.75
      - H: 4.402.59
      - I: 5.048.52
      - J: 6.230.04

**Total (em R$)**

- **E**
  - 1.382.110
    - A: 235.65
    - B: 581.49
    - C: 1.030.39
    - D: 1.981.02
    - E: 4.056.75
    - F: 3.821.10
    - G: 4.056.75
    - H: 4.402.59
    - I: 5.048.52
    - J: 6.230.04

---

**22. DOCENTE**

**Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal**

Cargo: Isolado de Professor Titular-Livre do Magistério Superior - 20 horas

---

#### Nível Superior

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>CARGO</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Isolado de Professor Titular-Livre do Magistério Superior</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**ATIVO E APOSENTOADO - TOTAL (em R$)**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Posição: agosto/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>NÍVEL</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>VB</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>A</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>B</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Total (em R$)**

- **ÚNICO**
  - 3.821.10
    - A: 235.65
    - B: 581.49
    - C: 1.030.39
    - D: 1.981.02
    - E: 4.056.75
    - F: 3.821.10
    - G: 4.056.75
    - H: 4.402.59
    - I: 5.048.52
    - J: 6.230.04

---

**Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73**
Os cargos efetivos das Carreiras e Cargos Isolados do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal integram os Quadros de Pessoal das Instituições Federais de Ensino subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Educação e ao Ministério da Defesa que tenham por atividade-fim o desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino, pesquisa e extensão, ressalvados os cargos de que trata § 11 do art. 108 A da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, que integram o Quadro de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. (§ 1º do art. 1º da Lei nº 12.772/2012 - art. 1º da lei nº 12863/2013)

O corpo docente das IFE será constituído pelos cargos efetivos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos de que trata a Lei nº 12.772/2012 e pelos Professores Visitantes, Professores Visitantes Estrangeiros e Professores Substitutos. (art. 27 da Lei nº 12.772/2012)

A contratação temporária de Professores Substitutos, de Professores Visitantes e de Professores Visitantes Estrangeiros será feita de acordo com o que dispõe a Lei nº 8.745, de 1993. (art. 28 da Lei nº 12.772/2012)

A partir de 1º de março de 2013, a estrutura remuneratória do Palco de Carreiras e Cargos de Magistério Federal de que trata a Lei nº 12.772/2012, será composta de:

I - Vencimento Básico; e II - Retribuição por Titulação - RT.

A partir de 1º de março de 2013, a Carreira de Magistério Superior do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos – PUCRCE, de que trata a Lei nº 7.596, de 1987, passa a pertencer ao Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal de que trata a Lei nº 12.772/2012, observada a Tabela de Correlação constante do Anexo III da Lei nº 12.772/2012. (art. 4º da Lei nº 12.772/2012)

A partir de 1º de março de 2013, os cargos de Professor Titular da Carreira de Magistério Superior do PUCRCE passam a integrar a Classe de Professor Titular da Carreira de Magistério Superior do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal de que trata a Lei nº 12.772/2012. (art. 4º da Lei nº 12.772/2012)

Os aprovados, no Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal que não repor, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação à Carreira, ao cargo e as atribuições abusas desenvolvidas pelos seus ocupantes (art. 6º da Lei nº 12.772/2012)

Aos servidores de que trata a Lei nº 12.772/2012, pertencentes ao Plano de Magistério Federal, não se aplicam as disposições do Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987. (art. 37 da Lei nº 12.772/2012)

O ingresso no Cargo Isolado de Professor Titular - Live do Magistério Superior ocorrerá na classe e nível únicos, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos de Doutor (item I, II e III do art. 9º da Lei nº 12.772/2012)

Variação dos padrões de remuneração - Anexo III da Lei nº 12.772/2012 dos cargos do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. (§ único do art. 16 da Lei nº 12.772/2012 - art. 1º da Lei nº 13.325/2016)

V - Vencimento Básico - (Anexo III à Lei nº 12.772/2012, de 28 de dezembro de 2012)

O ingresso no Cargo Isolado de Professor Titular - Live do Magistério Superior ocorrerá na classe e nível únicos, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos de Doutor (item I, II e III do art. 9º da Lei nº 12.772/2012)

Legislação Corresponde:
-
Decreto nº 76,119 de 13.08.75  
Lei nº 7.596 de 20.04.87  
Portaria nº 474 de 26.08.87  
Portaria nº 475 de 26.08.87  
Decreto nº 94.664 de 23.07.87  
Lei nº 8.676 de 13.07.93  
Lei nº 9.192 de 21.12.95  
Decreto nº 1.916 de 23.05.96  
Lei nº 9.678 de 03.07.99
-
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98  
Decreto nº 2688 de 13.07.1998  
Medida Provisória nº 421 de 24.03.2000  
Medida Provisória nº 2.020 de 24.04.2000  
Medida Provisória nº 2.020-1 de 24.04.2000  
Medida Provisória nº 2.020-2 de 25.05.2000  
Medida Provisória nº 2.020-3 de 26.05.2000  
Medida Provisória nº 2.051-4 de 26.06.2000  
Medida Provisória nº 2.051-5 de 28.07.2000  
Medida Provisória nº 2.051-6 de 28.07.2000  
Medida Provisória nº 2.051-8 de 26.10.2000  
Medida Provisória nº 2.051-9 de 23.11.2000  
Medida Provisória nº 2.125-12 de 26.01.2001  
Lei nº 10.187 de 12.02.2001 art. 8º

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

181
# 22. DOCENTE

Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal
Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Cargo: Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 11.784/2008 - Dedicação Exclusiva

( * ) Cargo: Professor do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata § 7º do art. 31 da Lei nº 12.772/2012 - Dedicação Exclusiva

## Nível Superior

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>NÍVEL</th>
<th>VB</th>
<th>A</th>
<th>B</th>
<th>C</th>
<th>D</th>
<th>E</th>
<th>( **) RT - Retribuição por Titulação</th>
<th>ATIVO E APOSENTADO</th>
<th>TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Aperfeiçoamento ou * RSC I + Graduação</td>
<td>Sem RT ou * RSC I + Graduação</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>ou * RSC II + Especialização</td>
<td>ou * RSC II + Especialização</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>ou * RSC III + Mestrado</td>
<td>ou * RSC III + Mestrado</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>ou * Doutorado</td>
<td>ou * Doutorado</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>(RT)</td>
<td>(RT)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>F=(A)</td>
<td>G=(A+B)</td>
<td>H=(A+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>D IV</td>
<td>4</td>
<td>7.660,25</td>
<td>835,58</td>
<td>1.491,84</td>
<td>3.875,40</td>
<td>9.981,46</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>3</td>
<td>7.466,31</td>
<td>800,26</td>
<td>1.440,79</td>
<td>3.720,56</td>
<td>9.496,48</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>2</td>
<td>7.277,73</td>
<td>772,15</td>
<td>1.391,78</td>
<td>3.666,40</td>
<td>9.047,61</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>1</td>
<td>7.167,76</td>
<td>675,19</td>
<td>1.276,77</td>
<td>3.613,39</td>
<td>8.638,80</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>D II</td>
<td>4</td>
<td>5.827,73</td>
<td>550,20</td>
<td>1.011,89</td>
<td>2.876,13</td>
<td>6.684,98</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>3</td>
<td>5.711,25</td>
<td>522,79</td>
<td>972,54</td>
<td>2.764,14</td>
<td>6.349,52</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>2</td>
<td>5.598,19</td>
<td>496,79</td>
<td>951,14</td>
<td>2.673,53</td>
<td>6.031,39</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>1</td>
<td>5.488,42</td>
<td>480,54</td>
<td>895,84</td>
<td>2.585,14</td>
<td>5.835,29</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>D I</td>
<td>2</td>
<td>5.060,42</td>
<td>454,16</td>
<td>875,33</td>
<td>2.370,19</td>
<td>5.551,33</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>1</td>
<td>4.944,90</td>
<td>443,68</td>
<td>822,63</td>
<td>2.317,72</td>
<td>5.432,42</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>D I</td>
<td>2</td>
<td>4.559,41</td>
<td>432,85</td>
<td>800,82</td>
<td>2.271,60</td>
<td>5.318,57</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>1</td>
<td>4.455,22</td>
<td>409,76</td>
<td>753,71</td>
<td>2.172,21</td>
<td>5.130,45</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

*RT - Retribuição por Titulação*
1. Regime de Trabalho do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal - conforme art. 20 ao art. 22 da Lei nº 12.772/2012.
2. Os cargos e servidores dos Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal integram os Quadros de Pessoal das Instituições Federais de Ensino subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Educação, conforme o art. 108-A da Lei nº 11.784, de 2008, que integram o Quadro de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. (§ 5º do art. 12 da Lei nº 12.772/2012.)
3. O corpo de carreiras serão constituídos pelos cargos e servidores ocupantes dos cargos de Magistério Federal e de Pessoal, que, conforme os arts. 11 a 14 da Lei nº 12.772/2012, seriam previstos para o cargo de professor substituto, previdenciário e de graduação integrantes do Plano de Carreiras e Cargos de que trata a Lei nº 12.772/2012 e pelos Professores Visitantes, Professores Visitantes Estrangeiros e Professores Substitutos. (art. 27 da Lei nº 12.772/2012)
4. A contratação temporária de Professores Substitutos, Professores Visitantes e Professores Visiting Estrangeiros será feita de acordo com o que dispõe a Lei nº 8.745, de 1993. (art. 28 da Lei nº 12.772/2012)
5. A partir de 1º de março de 2013, a estrutura remuneratória do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal de que trata a Lei nº 12.772/2012, será composta de: I - Vencimento Básico; e II - Retribuição por Titulação - RT.
6. Os servidores de que trata a Lei nº 12.772/2012, pertencentes ao Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, não se aplicam as disposições do Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987. (art. 37 da Lei nº 12.772/2012)
7. A partir de 1º de março de 2013, a Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata o inciso I do caput do art. 108-A da Lei nº 11.784, de 2008, passa a pertencer ao Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, na forma da Lei nº 12.772/2012, observada a Tabela de Correlação constante do Anexo II da Lei nº 12.772/2012, atualizada de acordo com a lei de que trata a Lei nº 11.784, de 2008.
8. O enquadramento e o Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal não representa, para qualquer efeito legal, inclusivo para efeito de aposentadoria, a continuidade em relação à carreira, ao cargo e às atribuições atuais desenvolvidas pelos seus ocupantes. (art. 6º da Lei nº 12.772/2012)

- (*) RT - Retribuição por Titulação - Aperiódica em: Especialização, Mestrado e Doutorado (Anexo IV A da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012)

- (**) RT - Retribuição por Titulação - Aperiódica em: Especialização, Mestrado e Doutorado (Anexo IV A da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012)

- (*) - RT - Retribuição por Titulação - Aperiódica em: Especialização, Mestrado e Doutorado (Anexo IV A da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012)

** - Vencimento Básico (Anexo III A da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012)
<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>NÍVEL</th>
<th>VB</th>
<th>A</th>
<th>B</th>
<th>C</th>
<th>D</th>
<th>E</th>
<th>TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D</td>
<td>E</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>TITULAR</td>
<td>5.444,81</td>
<td>4.509,28</td>
<td></td>
<td></td>
<td>9.954,09</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>D IV</td>
<td>5.131,92</td>
<td>347,06</td>
<td>757,24</td>
<td>1.715,45</td>
<td>3.960,79</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>4</td>
<td>5.000,47</td>
<td>337,85</td>
<td>744,38</td>
<td>1.647,81</td>
<td>3.782,21</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3</td>
<td>4.873,56</td>
<td>323,42</td>
<td>732,70</td>
<td>1.613,02</td>
<td>3.602,54</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2</td>
<td>4.795,93</td>
<td>297,12</td>
<td>704,32</td>
<td>1.581,64</td>
<td>3.538,14</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1</td>
<td>4.795,93</td>
<td>297,12</td>
<td>704,32</td>
<td>1.581,64</td>
<td>3.538,14</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>D II</td>
<td>4.070,51</td>
<td>262,14</td>
<td>601,34</td>
<td>1.442,82</td>
<td>3.223,82</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>4</td>
<td>3.969,43</td>
<td>254,97</td>
<td>585,48</td>
<td>1.404,35</td>
<td>3.137,18</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3</td>
<td>3.873,81</td>
<td>248,01</td>
<td>570,08</td>
<td>1.367,01</td>
<td>3.053,15</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2</td>
<td>3.701,41</td>
<td>241,27</td>
<td>555,14</td>
<td>1.330,80</td>
<td>2.971,62</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1</td>
<td>3.649,08</td>
<td>233,41</td>
<td>501,08</td>
<td>1.289,08</td>
<td>2.877,43</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>D I</td>
<td>3.421,40</td>
<td>227,66</td>
<td>488,88</td>
<td>1.259,15</td>
<td>2.809,45</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2</td>
<td>3.242,68</td>
<td>213,93</td>
<td>456,79</td>
<td>1.182,54</td>
<td>2.666,41</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1</td>
<td>3.121,76</td>
<td>202,55</td>
<td>430,32</td>
<td>1.119,29</td>
<td>2.620,38</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios N° 73
Regiões de Trabalho do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal — conforme art. 10 ao art. 22 da Lei nº 13.772/2012.

Os cargos de provimento efetivo de carreira, cargos reservados e Planos de pessoal das Instituições Federais de Ensino Subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Educação e ao Ministério da Defesa que tenham por atividade a promoção e aperfeiçoamento do ensino, pesquisa e extensão, especialmente na área de Ensino Básico, o Regime de Trabalho do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, conforme art. 12 da Lei nº 12.772/2012.

O Quadro de pessoal da IE será constituído pelos cargos efetivos integrados do Plano de Carreiras e Cargos de que trata a Lei nº 12.772/2012 e pelos Professores Visitantes, Professores Violentos Estrangeiros e Professores Substitutos, conforme art. 27 da Lei nº 12.772/2012.

A carreira de Magistério do Exército Básico, Técnico e Tecnológico, os respectivos Quadros de Pessoal, que pertencem ao Ministério da Defesa, a carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, os respectivos Quadros de Pessoal que pertencem ao Ministério da Educação, a carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, os respectivos Quadros de Pessoal, que pertencem ao Ministério da Ciência e Tecnologia, e os respectivos Quadros de Pessoal, que pertencem ao Ministério da Saúde, conforme art. 13 da Lei nº 12.772/2012.

As alterações de cargos no Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino, subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Educação, e ao Ministério da Defesa que tenham por atividade a promoção e aperfeiçoamento do ensino, pesquisa e extensão, especialmente na área de Ensino Básico, o Regime de Trabalho do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, conforme art. 12 da Lei nº 12.772/2012.

A carreira de Magistério do Exército Básico, Técnico e Tecnológico, os respectivos Quadros de Pessoal, que pertencem ao Ministério da Defesa, a carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, os respectivos Quadros de Pessoal que pertencem ao Ministério da Educação, a carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, os respectivos Quadros de Pessoal, que pertencem ao Ministério da Ciência e Tecnologia, e os respectivos Quadros de Pessoal, que pertencem ao Ministério da Saúde, conforme art. 13 da Lei nº 12.772/2012.

As alterações de cargos no Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino, subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Educação, e ao Ministério da Defesa que tenham por atividade a promoção e aperfeiçoamento do ensino, pesquisa e extensão, especialmente na área de Ensino Básico, o Regime de Trabalho do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, conforme art. 12 da Lei nº 12.772/2012.

A carreira de Magistério do Exército Básico, Técnico e Tecnológico, os respectivos Quadros de Pessoal, que pertencem ao Ministério da Defesa, a carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, os respectivos Quadros de Pessoal que pertencem ao Ministério da Educação, a carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, os respectivos Quadros de Pessoal, que pertencem ao Ministério da Ciência e Tecnologia, e os respectivos Quadros de Pessoal, que pertencem ao Ministério da Saúde, conforme art. 13 da Lei nº 12.772/2012.

As alterações de cargos no Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino, subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Educação, e ao Ministério da Defesa que tenham por atividade a promoção e aperfeiçoamento do ensino, pesquisa e extensão, especialmente na área de Ensino Básico, o Regime de Trabalho do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, conforme art. 12 da Lei nº 12.772/2012.

A carreira de Magistério do Exército Básico, Técnico e Tecnológico, os respectivos Quadros de Pessoal, que pertencem ao Ministério da Defesa, a carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, os respectivos Quadros de Pessoal que pertencem ao Ministério da Educação, a carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, os respectivos Quadros de Pessoal, que pertencem ao Ministério da Ciência e Tecnologia, e os respectivos Quadros de Pessoal, que pertencem ao Ministério da Saúde, conforme art. 13 da Lei nº 12.772/2012.

As alterações de cargos no Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino, subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Educação, e ao Ministério da Defesa que tenham por atividade a promoção e aperfeiçoamento do ensino, pesquisa e extensão, especialmente na área de Ensino Básico, o Regime de Trabalho do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, conforme art. 12 da Lei nº 12.772/2012.

A carreira de Magistério do Exército Básico, Técnico e Tecnológico, os respectivos Quadros de Pessoal, que pertencem ao Ministério da Defesa, a carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, os respectivos Quadros de Pessoal que pertencem ao Ministério da Educação, a carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, os respectivos Quadros de Pessoal, que pertencem ao Ministério da Ciência e Tecnologia, e os respectivos Quadros de Pessoal, que pertencem ao Ministério da Saúde, conforme art. 13 da Lei nº 12.772/2012.

As alterações de cargos no Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino, subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Educação, e ao Ministério da Defesa que tenham por atividade a promoção e aperfeiçoamento do ensino, pesquisa e extensão, especialmente na área de Ensino Básico, o Regime de Trabalho do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, conforme art. 12 da Lei nº 12.772/2012.

A carreira de Magistério do Exército Básico, Técnico e Tecnológico, os respectivos Quadros de Pessoal, que pertencem ao Ministério da Defesa, a carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, os respectivos Quadros de Pessoal que pertencem ao Ministério da Educação, a carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, os respectivos Quadros de Pessoal, que pertencem ao Ministério da Ciência e Tecnologia, e os respectivos Quadros de Pessoal, que pertencem ao Ministério da Saúde, conforme art. 13 da Lei nº 12.772/2012.

As alterações de cargos no Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino, subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Educação, e ao Ministério da Defesa que tenham por atividade a promoção e aperfeiçoamento do ensino, pesquisa e extensão, especialmente na área de Ensino Básico, o Regime de Trabalho do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, conforme art. 12 da Lei nº 12.772/2012.

A carreira de Magistério do Exército Básico, Técnico e Tecnológico, os respectivos Quadros de Pessoal, que pertencem ao Ministério da Defesa, a carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, os respectivos Quadros de Pessoal que pertencem ao Ministério da Educação, a carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, os respectivos Quadros de Pessoal, que pertencem ao Ministério da Ciência e Tecnologia, e os respectivos Quadros de Pessoal, que pertencem ao Ministério da Saúde, conforme art. 13 da Lei nº 12.772/2012.
## 22. DOCENTE

**Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal**  
**Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico**

Cargo: Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 11.784/2008 - 20 horas  
( * ) Cargo: Professor do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata § 7º do art. 31 da Lei nº 12.772/2012 - 20 horas

### Nível Superior

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>NÍVEL</th>
<th>VB</th>
<th>(** ) RT - Retribuição por Titulação</th>
<th>ATIVO E APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Aperfeiçoamento</td>
<td>Especialização</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>( D ) ou * RSC I + Graduação</td>
<td>ou * RSC II + Especialização</td>
</tr>
<tr>
<td>TITULAR</td>
<td>1</td>
<td>3.821,10</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3</td>
<td>3.400,45</td>
<td>221,56</td>
<td>550,38</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2</td>
<td>3.394,90</td>
<td>215,50</td>
<td>535,10</td>
</tr>
<tr>
<td>D II</td>
<td>4</td>
<td>2.868,57</td>
<td>189,87</td>
<td>272,79</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3</td>
<td>2.810,78</td>
<td>178,83</td>
<td>261,78</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2</td>
<td>2.754,69</td>
<td>171,73</td>
<td>248,81</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1</td>
<td>2.648,55</td>
<td>117,41</td>
<td>237,51</td>
</tr>
<tr>
<td>D II</td>
<td>2</td>
<td>2.490,24</td>
<td>111,60</td>
<td>229,60</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1</td>
<td>2.432,88</td>
<td>109,27</td>
<td>210,85</td>
</tr>
<tr>
<td>D I</td>
<td>2</td>
<td>2.304,66</td>
<td>106,58</td>
<td>199,67</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1</td>
<td>2.236,30</td>
<td>100,90</td>
<td>189,07</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

1º Medida Provisória nº 2.020-2 de 25.05.2000
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Lei nº 12.772 de 12.12.2003

O s cargos de provimento efetivo na Carreira do Magistério Federal, cujos ocupantes foram enquadrados na Carreira do Magistério Básico, Técnico e Tecnológico e cuja classificação anterior integra o Quadro do Plano de Cargos e Carreiras de pessoal instituído na Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, passam a ser enquadrados na Carreira do Magistério Básico, Técnico e Tecnológico e permanecerá a situação em que se encontrava anteriormente a publicação da Lei nº 12.772.

O s servidores que mantêm a inscrição da Carreira do Magistério Básico, Técnico e Tecnológico Federal, que retêm os cargos da Carreira do Magistério Básico, Técnico e Tecnológico ou que foram enquadrados na Carreira do Magistério Básico, Técnico e Tecnológico, permutaram para os Quadros de Pessoal Instituídos na Lei nº 12.772, de 26 de dezembro de 2008, ficam enquadrados, de acordo com as atribuições e os requisitos de formação profissional respectivos, na Carreira do Magistério Básico, Técnico e Tecnológico de acordo com os respectivos atos de inscrição na Carreira do Magistério Básico, Técnico e Tecnológico, conforme articulados na Medida Provisória nº 2.051-10 de 21.12.2000.

O s servidores ocupantes dos cargos da Carreira do Magistério Básico, Técnico e Tecnológico Federal, de que trata o inciso I do caput do art. 106 da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, passam a ser enquadrados na Carreira do Magistério Básico, Técnico e Tecnológico, de acordo com os respectivos atos de inscrição na Carreira do Magistério Básico, Técnico e Tecnológico, conforme articulados na Medida Provisória nº 2.051-6 de 28.07.2000.

Lei nº 13.325 de 29.07.2016 (§ 1º do art. 31 da Lei nº 12.772)

Recolhimento de Saberes e Competências

* R S C - Reconhecimento de Saberes e Competências

Os cargos de provimento efetivo na Carreira do Magistério Básico, Técnico e Tecnológico Federal, cujos ocupantes foram enquadrados na Carreira do Magistério Básico, Técnico e Tecnológico, de acordo com os respectivos atos de inscrição na Carreira do Magistério Básico, Técnico e Tecnológico, isto é, as inscrições que ocorreram até a data de entrada em vigor da Medida Provisória nº 2.020-2 de 2000, passam a ser enquadrados na Carreira do Magistério Básico, Técnico e Tecnológico e passam a ser enquadrados na Carreira do Magistério Básico, Técnico e Tecnológico, conforme articulados na Medida Provisória nº 2.051-5 de 28.07.2000.
22. **DOCENTE**

Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal
Cargo: Isolado de Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - Dedicação Exclusiva

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>ATIVO e APOSENTADO - TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>RT - Retribuição por Titulação</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Doutorado</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Doutorado</td>
</tr>
<tr>
<td>NÍVEL</td>
<td>VB</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>B</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>C=(A + B)</td>
</tr>
<tr>
<td>ÚNICO</td>
<td>8.119,08</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>11.321,40</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>19.440,48</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Ocorre que o certificado ou o título tenham sido obtidos anteriormente à data da inativação. (§ 1º do art. 17 da Lei nº 12.772/2012).

Aposentado - § 1º do art. 135 da Lei nº 11.784/08 e § 2º ao § 11º do art. 3º da Lei nº 13.325/2016.

Legislações Correspondentes:

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 105

Lei nº 11.784 de 22.09.2008 art.105

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 12

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 27

Lei nº 12.702 de 07.08.2012


Lei nº 13.325 de 29.07.2016 art.1 ao 5º

Aos servidores de que trata a Lei nº 12.772/2012, pertencentes ao Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, não se aplicam as disposições do Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987. (art. 37 da Lei nº 12.772/2012).

A partir de 1º de março de 2013, a estrutura remuneratória do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal que trata a Lei nº 12.772/2012, será composta de: I - Vencimento Básico, e II - Retribuição por Titulação - RT.

Aos servidores que se refere a Lei nº 12.772/2012, pertencentes ao Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, na forma da Lei nº 12.772/2012, observada a Tabela de Correlação constante do Anexo II da Lei nº 12.772/2012, deixando de pertencer ao Plano de Carreiras de que trata o art.105 da Lei nº 11.784, de 2008.

O enquadramento no Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal não representa, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, a continuidade em relação à Carreira, ao cargo e às atribuições atuais desenvolvidas pelos seus ocupantes. (art. 6º da Lei nº 12.772/2012)

Os servidores ocupantes dos cargos da Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal, que trata o inciso I do caput do art. 106 da Lei nº 11.784, de 2008, passa a pertencer ao Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, na forma da Lei nº 12.772/2012, observada a Tabela de Correlação constante do Anexo II da Lei nº 12.772/2012, deixando de pertencer ao Plano de Carreiras de que trata o art.105 da Lei nº 11.784, de 2008.

O enquadramento no Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal não representa, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, a continuidade em relação à Carreira, ao cargo e às atribuições atuais desenvolvidas pelos seus ocupantes. (art. 6º da Lei nº 12.772/2012)

Os servidores ocupantes dos cargos da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, que trata o inciso I do caput do art. 122 da Lei nº 11.784, de 2008, pertencentes ao Plano de Carreiras de que trata a Lei nº 13.325/2016, possuem o benefício da aposentadoria com aposentadoria por tempo de serviço, na forma da Lei nº 8.745, de 1993. (art. 2º da Lei nº 12.772/2012)

Os cargos do provimento efetivo da Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal cujos ocupantes forem enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, passam a ser denominados Professor de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. (§ 5º do art. 3º da Lei nº 13.325/2016)

Os cargos de provimento efetivo da Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal cujos ocupantes forem enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico continuarão a integrar o Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Educação. (§ 6º do art. 3º da Lei nº 13.325/2016).

Variação dos padrões de remuneração - Anexo III-A da Lei nº 12.772/2012 dos cargos do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. (§ único do art. 16. da Lei nº 12.772/12 - art. 1º da Lei nº 13.325/2016).

VII - Vencimento Básico - (Anexo III-A Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012)

(*) RT - Retribuição por Titulação - Doutorado. (Anexo IV À Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012)

Instituída a RT a partir de 01.03.2013 devida ao docente integrante do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal em conformidade com a Carreira, cargo, classe, nível e titulação comprovada, nos valores e vigência estabelecidos no Anexo IV-A da Lei nº 12.772/2012

Aposentado - RT - a RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões, na forma dos regramentos de regime e previdenciário aplicáveis a cada caso, desde que o certificado ou o título tenham sido obtidos anteriormente à data da inativação. (§ 1º do art.17 da Lei nº 12.772/2012);

Aposentado - § 1º do art. 135 da Lei nº 11.784/08 e § 2º ao § 11º do art. 3º da Lei nº 13.325/2016.

Legislações Correspondentes:

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 105

Lei nº 11.784 de 22.09.2008 art.105

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 12

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 27

Lei nº 12.702 de 07.08.2012


Lei nº 13.325 de 29.07.2016 art.1 ao 5º
### 22. DOCENTE

Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal
Cargo: Isolado de Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - 40 horas

<table>
<thead>
<tr>
<th>NÍVEL</th>
<th>VB</th>
<th>RT - Retribuição por Titulação</th>
<th>ATIVO e APOSENTADO - TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Doutorado</td>
<td>Doutorado</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>B</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>ÚNICO</td>
<td>5,444,81</td>
<td>4,509,28</td>
<td>9,954,09</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Posição: agosto/2017
Regime e de Trabalho do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal - conforme art. 20 ao art. 22 da Lei nº 12.772/2012.

Os Cargos Isolados do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal são estruturados em um a única classe e nível de vencimento.

Os cargos efetivos das Carreiras e Cargos Isolados do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal integram os Quadros de Pessoal das Instituições Federais de Ensino subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Educação e ao Ministério da Defesa que tenham, por atividade-limite o desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino, pesquisa e extensão, ressalvados os cargos de que trata o § 11 do art. 108-A da Lei nº 11.784, de 2008, que integram o Quadro de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. (§ 5º da Lei nº 12.772/2012)

O corpo docente das IFs será constituído pelos cargos efetivos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos de que trata a Lei nº 12.772/2012 e pelos Professores Visitantes, Professores Visitantes Estrangeiros e Professores Substitutos. (art. 27 da Lei nº 12.772/2012)

A contratação temporária de Professores Substitutos, de Professores Visitantes e de Professores Visitantes Estrangeiros será feita de acordo com o que dispõe a Lei nº 8.745, de 1993. (art. 28 da Lei nº 12.772/2012)

A partir de 1º de março de 2013, a estrutura remuneratória do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal de que trata a Lei nº 12.772/2012, será composta de: I - Vencimento Básico; e II - Retribuição por Titulação - RT.

Aos servidores de que trata a Lei nº 12.772/2012, pertencentes ao Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, não se aplicam as disposições do Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987. (art. 37 da Lei nº 12.772/2012).

A partir de 1º de março de 2013, a Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata inciso I do caput do art. 106 da Lei nº 11.784, de 2008, passa a pertencer ao Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, na forma da Lei nº 12.772/2012, observada a Tabela de Correlação constante do Anexo II da Lei nº 12.772/2012, deixando de pertencer ao Plano de Carreiras de que trata o art. 105 da Lei nº 11.784, de 2008.

O enquadramento no Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal não representa, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, continuidade em relação à Carreira, ao cargo e às atribuições atuais desenvolvidas pelos seus ocupantes. (art. 6º da Lei nº 12.772/2012)

Os servidores ocupantes dos cargos da Carreira do Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata o inciso I do caput do art. 122 da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, que atendam aos requisitos de titulação estabelecidos para ingresso na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, ficam nela enquadrados, de acordo com as atribuições e os requisitos de formação profissional respectivos e a posição relativa na Tabela, exceto quando houver manifestação irretratável do servidor. (art. 3º da Lei nº 13.325/2016).

A manifestação irretratável de que trata o art. 3º da Lei nº 13.325/2016 deverá ser formulada no prazo de doze meses, contado da data de entrada em vigor da Lei nº 13.325/2016, mediante a assinatura do termo de opção constante do Anexo I da Lei nº 13.325/2016, com efeitos financeiros a partir da data de opção. (§ 1º ao § 11 da Lei nº 13.325/2016). A efetivação do enquadramento está condicionada à prévia verificação do Ministério da Defesa quanto ao cumprimento dos requisitos a que se refere o art. 3º da Lei nº 13.325/2016.

Os cargos a que se refere o art. 3º da Lei nº 13.325/2016, enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, passam a ser denominados Professores do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. (§ 5º do art. 3º da Lei nº 13.325/2016).

Os cargos de promoção efetivo da Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal cujos ocupantes forem enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico continuarão a integrar o Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Defesa. (§ 6º do art. 31 da Lei nº 13.325/2016).

Variação dos padrões de remuneração - Anexo III-A da Lei nº 12.772/2012 dos cargos do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. (§ único do art. 16. da Lei nº 12.772/12 - art. 16 da Lei nº 13.325/2016).

V B - Vencimento Básico - (Anexo III-A à Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012)

(*) RT - Retribuição por Titulação - Doutorado (Anexo IV à Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012)

Instituída a RT a partir de 01.03.2013 devida ao docente integrante do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal em conformidade com a Carreira, cargo, classe, nível e titulação comprovada, nos valores e vigência estabelecidos no Anexo IV a Lei nº 12.772/2012.

Aposentado - RT - a RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões, na forma dos regramentos de regime e previdenciário aplicáveis a cada caso, desde que o certificado ou o título tenham sido obtidos anteriormente à data da inativação. (§ 1º do art. 17 da Lei nº 12.772/2012).

Aposentado - § 1º do art. 135 da Lei nº 11.784/08 e § 7º ao § 11 do art. 3º da Lei nº 13.325/2016.

Legislações Correspondentes:

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art.105
Lei nº 11.784 de 22.09.2008 art.105
Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art.12
Lei nº 12.269 de 21.06.2010
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art.27
Lei nº 12.702 de 07.08.2012
Lei nº 13.325 de 29.07.2016 art. 1º ao art. 5º
### 22. DOCENTE

Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal
Cargo: Isolado de Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - 20 horas

<table>
<thead>
<tr>
<th>NÍVEL</th>
<th>VB</th>
<th>RT - Retribuição por Titulação</th>
<th>ATIVO e APOSENTADO - TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
<td>Doutorado</td>
<td>Doutorado</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>B</td>
<td></td>
<td>C=A+B</td>
</tr>
<tr>
<td>ÚNICO</td>
<td>3.821,10</td>
<td>2.408,94</td>
<td>6.230,04</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Posição: agosto/2017
Regime de Trabalho do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal - conforme art. 20 ao art. 22 da Lei nº 12.772/2012.

Os cargos isolados do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal são estruturados em uma única classe e nível de vencimento.

Os cargos efetivos das Carreiras e Cargos Isolados do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal integram os Quadros de Pessoal das Instituições Federais de Ensino subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Educação e ao Ministério da Defesa que tenham por atividade-fim o desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino, pesquisa e extensão, ressalvados os cargos de que trata o § 11 do art. 108-A da Lei nº 11.784, de 2008, que integram o Quadro de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. (§ 5º da Lei nº 12.772/2012)

O corpo docente das IFE será constituído pelos cargos efetivos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos de que trata a Lei nº 12.772/2012 e pelos Professores Visitantes, Professores Visitantes Estrangeiros e Professores Substitutos. (art. 27 da Lei nº 12.772/2012)

A contratação temporária de Professores Substitutos, de Professores Visitantes e de Professores Visitantes Estrangeiros será feita de acordo com o que dispõe a Lei nº 8.745, de 1993. (art. 26 da Lei nº 12.772/2012)

A partir de 1º de março de 2013, a estrutura remuneratória do Palco de Carreiras e Cargos de Magistério Federal de que trata a Lei nº 12.772/2012, será composta de: I - Vencimento Básico; e II - Retribuição por Títuluação - RT.

Aos servidores de que trata a Lei nº 12.772/2012, pertencentes ao Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, não se aplicam as disposições do Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987. (art. 37 da Lei nº 12.772/2012).

A partir de 1º de março de 2013, a Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata inciso I do caput do art. 106 da Lei nº 11.784, de 2008, passa a pertencer ao Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, na forma da Lei nº 12.772/2012, observada a Tabela de Correlação constante do Anexo II da Lei nº 12.772/2012, deixando de pertencer ao Plano de Carreiras de que trata o art. 105 da Lei nº 11.784, de 2008.

O enquadramento no Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal não representa, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação à Carreira, ao cargo e às atribuições atuais desenvolvidas pelos seus ocupantes. (art. 6º da Lei nº 12.772/2012)

Os servidores ocupantes dos cargos da Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata o inciso I do caput do art. 122 da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, que atendam aos requisitos de titulação estabelecidos para ingresso na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, ficam neles enquadrados, de acordo com as atribuições e os requisitos de formação profissional respectivos e a posição relativa na Tabela, exceto quando houver manifestação irretroatível do servidor. (art. 3º da Lei nº 13.325/2016).


Os cargos que a que se refere o art. 3º da Lei nº 13.325/2016, enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, passam a ser denominados Professor do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. (§ 5º da Lei nº 13.325/2016).

Os cargos de provimento efetivo da Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal cujos ocupantes forem enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico continuarão a integrar o Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Defesa. (§ 6º do art. 3º da Lei nº 13.325/2016).

Variação dos padrões de remuneração - Anexo III-A da Lei nº 12.772/2012 dos cargos do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. (§ único do art. 16. da Lei nº 12.772/12 - art. 1º da Lei nº 13.325/2016). Vencimento Básico - (Anexo III-A da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012) RT - Retribuição por Títuluação - Descorado

Instituída a RT a partir de 01.03.2013 devida ao docente integrante do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal em conformidade com a Carreira, cargo, classe, nível e titulação comprovada, nos valores e vigência estabelecidos no Anexo IV à Lei nº 12.772/2012

Aposentado - RT - a RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões, na forma dos regramentos de regime previdenciário aplicável a cada caso, desde que o certificado ou o título tenham sido obtidos anteriormente à data de inativação. (§ 1º do art. 17 da Lei nº 12.772/2012).

Aposentado - § 1º do art. 135 da Lei nº 11.784/08 e § 7º ao § 11º do art. 3º da Lei nº 13.325/2016.

Legislações Correspondentes:

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 105
Lei nº 11.784 de 22.09.2008 art.105
Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 12
Lei nº 12.269 de 21.06.2010
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 27
Lei nº 12.702 de 07.08.2012
Lei n° 13.325 de 29.07.2016 art. 1º, art. 2º e art. 4º e art. 5º
Lei n° 13.325 de 29.07.2016 art. 11º ao art. 5º
## 22. DOCENTE

Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal
Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal
Cargo: Professor do Ensino Básico Federal - Dedicação Exclusiva ( * )

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>Classe</th>
<th>Nível</th>
<th>VB</th>
<th>A</th>
<th>B</th>
<th>C</th>
<th>D</th>
<th>E</th>
<th>TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>TITULAR</strong></td>
<td>1</td>
<td></td>
<td></td>
<td>8,119,08</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>11,321,40</td>
<td>19,440,48</td>
</tr>
<tr>
<td>D IV</td>
<td>4</td>
<td>7,660,25</td>
<td></td>
<td>835,58</td>
<td>1,491,84</td>
<td>3,875,40</td>
<td>9,981,46</td>
<td>7,660,25</td>
<td>8,495,83</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3</td>
<td>7,466,31</td>
<td></td>
<td>800,26</td>
<td>1,440,79</td>
<td>3,720,56</td>
<td>9,486,48</td>
<td>7,466,31</td>
<td>8,266,57</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2</td>
<td>7,277,73</td>
<td></td>
<td>772,15</td>
<td>1,391,78</td>
<td>3,666,40</td>
<td>9,047,61</td>
<td>7,277,73</td>
<td>8,049,88</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1</td>
<td>7,167,78</td>
<td></td>
<td>675,19</td>
<td>1,276,77</td>
<td>3,613,39</td>
<td>8,638,80</td>
<td>7,167,78</td>
<td>7,942,97</td>
</tr>
<tr>
<td>D III</td>
<td>4</td>
<td>5,827,73</td>
<td></td>
<td>550,20</td>
<td>1,011,89</td>
<td>2,876,13</td>
<td>6,684,98</td>
<td>5,827,73</td>
<td>6,377,93</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3</td>
<td>5,711,25</td>
<td></td>
<td>522,79</td>
<td>972,54</td>
<td>2,764,14</td>
<td>6,349,52</td>
<td>5,711,25</td>
<td>6,234,04</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2</td>
<td>5,598,19</td>
<td></td>
<td>496,79</td>
<td>951,14</td>
<td>2,673,53</td>
<td>6,031,39</td>
<td>5,598,19</td>
<td>6,094,98</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1</td>
<td>5,488,42</td>
<td></td>
<td>480,54</td>
<td>895,84</td>
<td>2,585,14</td>
<td>5,835,29</td>
<td>5,488,42</td>
<td>5,968,96</td>
</tr>
<tr>
<td>D II</td>
<td>2</td>
<td>5,060,42</td>
<td></td>
<td>454,16</td>
<td>875,33</td>
<td>2,370,19</td>
<td>5,551,33</td>
<td>5,060,42</td>
<td>5,514,58</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1</td>
<td>4,944,90</td>
<td></td>
<td>443,68</td>
<td>822,63</td>
<td>2,317,72</td>
<td>5,432,42</td>
<td>4,944,90</td>
<td>5,388,58</td>
</tr>
<tr>
<td>D I</td>
<td>2</td>
<td>4,559,41</td>
<td></td>
<td>432,85</td>
<td>800,82</td>
<td>2,271,60</td>
<td>5,318,57</td>
<td>4,559,41</td>
<td>4,992,26</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1</td>
<td>4,455,22</td>
<td></td>
<td>409,76</td>
<td>753,71</td>
<td>2,172,21</td>
<td>5,130,45</td>
<td>4,455,22</td>
<td>4,864,98</td>
</tr>
</tbody>
</table>
O corpo docente das IF, será constituído pelos cargos efetivos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos de que trata a Lei nº 12.772/2012 e pelos Professores Visitantes, Professores Visitantes Estrangeiros e Professores Substitutos. (art. 27 da Lei nº 12.772/2012)

A contratação de titulares de cargos de Professores Substitutos, de Professores Visitantes e de Professores Visitantes Estrangeiros será feita de acordo com o que dispõe a Lei nº 8.745, de 1993. (art. 28 da Lei nº 12.772/2012)

(*) Dedicada Exclusiva - inciso III do art. 130 da Lei nº 11.784/2008

A partir de 1º de maio de 2013, a estrutura remuneratória dos titulares de cargos integrantes do Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal será composta de:

1. Vencimento Básico - II: Remuneração por Título - RT


A partir de 01.07.2008 ficou estabelecido o Plano de Carreiras e Cargos de Magistério do Ensino Básico Federal, com posto:

- Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal, composta pelos cargos de provimento efetivo de nível superior de Professores do Ensino Básico Federal no Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino, subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Defesa. (inciso I do caput da Lei nº 11.784/2008)

A partir de 1º de maio de 2013 ou, se posterior, à partir da data de publicação da Lei 12.772/2012, os servidores ocupantes dos cargos na Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal, cujos ocupantes foram enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 12.772/2012, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela de Correlação constante do Anexo V, serão enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 12.772/2012, e a efetivação de seus direitos efetivos de progressão e promoção, bem como a perda de benefícios e vantagens, está condicionada à aquisição de novo nível de servidores. (art. 3º da Lei nº 13.325/2016)

A partir de 01.07.2008 ficou estabelecido o Plano de Carreiras e Cargos de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata o inciso I do caput da Lei nº 11.784/2008, de que trata a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, ficam nela enquadrados, de acordo com as atribuições e os requisitos de formação profissional e de competência, assim como a posição relativa na Tabela, exceto quando houver contrainformações legais.

A manifestação irrotulável de que trata o art. 3º da Lei nº 13.325/2016 deverá ser formalizada no prazo de doze meses, contado da data de entrada em vigor da Lei nº 13.325/2016, mediante a assinatura do termo de opção constante do Anexo I, da Lei nº 13.325/2016, com efeitos financeiros a partir da data de opção. (§ 1º ao § 11 da Lei nº 13.325/2016)

Os cargos de ensino que a serem enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 13.325/2016 e correspondentes a um cargo de nível superior, os cargos de ensino que a serem enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 13.325/2016 e correspondentes a um cargo de nível superior, passam a ser denominados Professor do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

Os cargos de provimento efetivo de natureza administrativa, com o título de Magistério do Ensino Básico Federal, cujos ocupantes foram enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 13.325/2016 e correspondentes a um cargo de nível superior, passam a ser denominados Professor do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. (§ 5º da Lei nº 13.325/2016)

O corpo docente das IF, será constituído pelos cargos efetivos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos de que trata a Lei nº 12.772/2012 e pelos Professores Visitantes, Professores Visitantes Estrangeiros e Professores Substitutos. (art. 27 da Lei nº 12.772/2012)

A contratação de titulares de cargos de Professores Substitutos, de Professores Visitantes e de Professores Visitantes Estrangeiros será feita de acordo com o que dispõe a Lei nº 8.745, de 1993. (art. 28 da Lei nº 12.772/2012)

(*) Dedicada Exclusiva - inciso III do art. 130 da Lei nº 11.784/2008
## 22. DOCENTE

Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal

Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal

Cargo: Professor do Ensino Básico Federal - 40 horas (*)

### Título Superior

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível</th>
<th>Classificação</th>
<th>Remuneração (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td><strong>RT</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
</tr>
<tr>
<td>TITULAR</td>
<td>1</td>
<td>5.444,81</td>
</tr>
<tr>
<td>D IV</td>
<td>4</td>
<td>5.131,92</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3</td>
<td>5.000,47</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2</td>
<td>4.873,56</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1</td>
<td>4.795,93</td>
</tr>
<tr>
<td>D III</td>
<td>4</td>
<td>4.070,51</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3</td>
<td>3.989,43</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2</td>
<td>3.873,81</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1</td>
<td>3.701,41</td>
</tr>
<tr>
<td>D II</td>
<td>2</td>
<td>3.549,08</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1</td>
<td>3.421,40</td>
</tr>
<tr>
<td>D I</td>
<td>2</td>
<td>3.242,68</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1</td>
<td>3.121,76</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### ATIVO E APOSENTADO

<table>
<thead>
<tr>
<th>Remuneração (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>TOTAL</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>F=(A)</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>5.131,92</td>
</tr>
<tr>
<td>5.000,47</td>
</tr>
<tr>
<td>4.873,56</td>
</tr>
<tr>
<td>4.795,93</td>
</tr>
<tr>
<td>4.070,51</td>
</tr>
<tr>
<td>3.989,43</td>
</tr>
<tr>
<td>3.873,81</td>
</tr>
<tr>
<td>3.701,41</td>
</tr>
<tr>
<td>3.549,08</td>
</tr>
<tr>
<td>3.242,68</td>
</tr>
<tr>
<td>3.121,76</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Veja abaixo o texto redigido naturalmente:

O corpo doce das IFÊ será constituído pelos cargos efetivos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos de que trata a Lei nº 12.772/2012 e pelos Professores Visitantes, Professores Visitantes Estrangeiros e Professores Substitutos. (art. 27 da Lei nº 12.772/2012)

A contratação temporária de Professores Substitutos, de Professores Visitantes e de Professores Visitantes Estrangeiros de que trata a Lei nº 12.772/2012 será feita de acordo com o que dispõe a Lei nº 8.745, de 1993. (art. 28 da Lei nº 12.772/2012)

(*) 40 Horas - inciso II do art. 130 da Lei nº 11.784/2008

A partir de 1º de março de 2013, a estrutura remuneratória dos titulares de cargos integrantes de Plano de Carreiras de Magistério Básico Federal, a denominar-se de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, e de que trata a Lei nº 12.772/2012, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela de Correlação dos Cargos de Magistério Básico Federal, de que trata o art. 113 da Lei nº 11.784, de 2008, poderá ser enquadrado na Carreira de Magistério Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 12.772/2012, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela de Correlação dos Cargos de Magistério Básico Federal, de que trata o inciso I do caput da Lei nº 12.772/2012 dos atuais cargos de nível superior de Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino, subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Defesa. (inciso I do caput da art.122 da Lei nº 11.784/2008)

A partir de 1º de março de 2013, os servidores ocupantes dos cargos de Magistério Básico Federal, de que trata o inciso I do caput da Lei nº 11.784, de 2008, poderão ser enquadrados na Carreira de Magistério Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 12.772/2012, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela de Correlação constantes do Anexo V da Lei nº 12.772/2012. (§1º ao §12 do art. 31 da Lei nº 12.772/2012)

Os cargos da Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata o inciso I do art. 122 da Lei nº 11.784, de 2008, enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 12.772/2012, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela de Correlação, constam de IV: - Vencimento Básico e II - Retribuição por Titulação - RT.


Os cargos de provimento efetivo da Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal cujos ocupantes forem enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico permanecerão integrando o Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Defesa. (§ 10 do art.31 da Lei nº 12.772/12)

O servidor que não obtiver o deferimento para o enquadramento na Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico permanecerá na Carreira da Magistério do Ensino Básico, subordinada ou vinculada ao Ministério da Educação, de que trata a Lei nº 12.772/2012, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela de Correlação, constantes do Anexo V da Lei nº 12.772/2012. (§ 1º ao §12 do art. 31 da Lei nº 12.772/2012)

A partir da data de 1º de março de 2013, os servidores ocupantes dos cargos de Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata o inciso I do caput da Lei nº 12.772/2012, nos respectivos Quadros de Pessoal a que se refere a Lei nº 12.772/2012.


Os servidores ocupantes dos cargos de Carreira do Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata o inciso I do caput da Lei nº 12.772/2012, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela de Correlação, constantes do Anexo V da Lei nº 12.772/2012, de acesso à carreira de Magistério Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 12.772/2012, de 28 de dezembro de 2012, ficam enquadrados, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela de Correlação, exceto quando ocorrer manifestação irretroativa do servidor. (art. 3º da Lei nº 13.325/2016).
### 22. DOCENTE

Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal
Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal
Cargo: Professor do Ensino Básico Federal - 20 horas (°)

### Nível Superior

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>NÍVEL</th>
<th>VB</th>
<th>(**) RT - Retribuição por Titulação</th>
<th>ATIVO E APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Aperfeiçoamento</td>
<td>Especialização</td>
</tr>
<tr>
<td>TITULAR</td>
<td>1</td>
<td>3.821,10</td>
<td>2.408,94</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3</td>
<td>3.490,45</td>
<td>221,56</td>
<td>550,38</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2</td>
<td>3.394,90</td>
<td>215,50</td>
<td>535,10</td>
</tr>
<tr>
<td>D III</td>
<td>4</td>
<td>2.868,57</td>
<td>189,87</td>
<td>272,79</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3</td>
<td>2.810,78</td>
<td>178,83</td>
<td>261,78</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2</td>
<td>2.754,69</td>
<td>171,73</td>
<td>248,81</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1</td>
<td>2.648,55</td>
<td>117,41</td>
<td>237,51</td>
</tr>
<tr>
<td>D II</td>
<td>2</td>
<td>2.490,24</td>
<td>111,80</td>
<td>229,60</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1</td>
<td>2.432,88</td>
<td>109,27</td>
<td>210,85</td>
</tr>
<tr>
<td>D I</td>
<td>2</td>
<td>2.304,66</td>
<td>106,58</td>
<td>199,67</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1</td>
<td>2.236,30</td>
<td>100,90</td>
<td>189,07</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Os cargos e os que viem a vigorar da Carreira da Magistério do Ensino Básico Federal de que trata a Lei nº 11.784, de 2008, pertencentes aos Quadros de Pessoal das Instituições Federais de Ensino, subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Defesa, (inciso I do art.122 da Lei 11.784/2008).

Os servidores ocupantes dos cargos de Carreira da Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata o inciso I do art. 122 da Lei nº 11.784, de 2008, poderão ser enquadrados na Carreira da Magistério do Ensino Básico, técnico e tecnológico, de que trata a Lei nº 12.772/2012, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela de Carreiramento constante do Anexo V da Lei nº 12.772/2012. (§ 1º ao § 12 do art. 31 da Lei nº 12.772/2012).

Os cargos da Carreira do Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata o inciso I do art. 122 da Lei nº 11.784, de 2008, enquadrados na Carreira da Magistério do Ensino Básico, técnico e tecnológico, do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, passam a denominar-se Professor do Ensino Básico Federal.

São transitados para a Carreira da Magistério do Ensino Básico Federal, os servidores dos cargos de: carreira de Magistério do Ensino Básico Federal, comissão de provimento efetivo de nível superior do Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino, subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Defesa, (inciso I do art.122 da Lei 11.784/2008)

D: O servidor que não obtiver o deferimento para o enquadramento na Carreira de Magistério do Ensino Básico, técnico e tecnológico permanecerá na situação em que se encontrava antes da publicação da Lei nº 12.772/2012.

Os cargos vagos e os que vierem a vaga de Carreira da Magistério do Ensino Básico Federal de que trata a Lei nº 11.784, de 2008, pertencentes aos Quadros de Pessoal das Instituições Federais de Ensino, subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Defesa, passam a integrar a Carreira da Magistério do Ensino Básico, técnico e tecnológico e denominar-se Professor do Ensino Básico, técnico e tecnológico, nos respectivos Quadros de Pessoal a que pertencem. (§ 7º da Lei nº 12.772/2012).

A manifestação irretatil de que trata o art. 3º da Lei nº 13.325/2016 deverá ser formulada no prazo de doze meses, contado da data de entrada em vigor da Lei nº 13.325/2016, mediante a assinatura do termo de opção constante do Anexo I da Lei nº 13.325/2016, com efeitos financeiros a partir da data de opção. (§ 1º ao § 11 da Lei nº 13.325/2016). A efetivação do enquadramento está condicionada à apresentação de documentação e prova de verificação do Ministério da Defesa quanto ao cumprimento dos requisitos a que se refere o art. 3º da Lei nº 13.325/2016.

Os cargos que a que se refere o art. 3º da Lei nº 13.325/2016, enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, técnico e tecnológico, do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, passam a ser denominados Professor do Magistério do Ensino Básico, técnico e tecnológico. (§ 5º do art. 3º da Lei nº 13.325/2016).

Os cargos de provimento efetivo da Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal cujos ocupantes foram enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, técnico e tecnológico, que se integram no Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Defesa, (§ 10 do art. 31 da Lei 12.772/12)

A partir de 1º de março de 2013, os servidores ocupantes dos cargos da Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata o inciso I do art. 122 da Lei nº 11.784, de 2008, poderão ser enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, técnico e tecnológico, de que trata a Lei nº 12.772/2012, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela de Carreiramento constante do Anexo V da Lei nº 12.772/2012. (§ 1º ao § 12 do art. 31 da Lei nº 12.772/2012).

Os servidores que se enquadram em relação à carreira, ao cargo e às atribuições atuais desenvolvidas pelos seus titulares.

Legislações Correspondentes:

Decreto nº 76.119 de 13.08.75
Lei nº 7.596 de 20.08.77
Portaria nº 474 de 26.08.87
Portaria nº 475 de 26.08.87
Decreto nº 146.446 de 23.07.87
Lei nº 8.270 de 17.12.91
Lei nº 8.876 art. 4º de 13.07.93
Lei nº 9.196 de 23.05.96
Lei nº 9.878 de 03.07.98
Portaria MARE nº 2.178 de 28.07.98
Decreto nº 2.668 de 13.07.98
Medida Provisória nº 2.020-1 de 24.03.2000
Medida Provisória nº 2.020-2 de 25.05.2000
Medida Provisória nº 2.020-3 de 21.06.2000

Medida Provisória nº 2.051-4 de 29.06.2000
Medida Provisória nº 2.051-5 de 28.07.2000
Medida Provisória nº 2.051-6 de 28.08.2000
Medida Provisória nº 2.051-7 de 27.09.2000
Medida Provisória nº 2.051-8 de 26.10.2000
Medida Provisória nº 2.051-9 de 23.11.2000
Medida Provisória nº 2.125-12 de 26.01.2001
Lei nº 10.187 de 12.02.2001 art. 6º
Medida Provisória nº 52 de 04.07.2002
Medida Provisória nº 2.020-2 de 24.03.2000
Medida Provisória nº 2.020-1 de 24.04.2000
Medida Provisória nº 2.020-2 de 25.05.2000
Medida Provisória nº 2.020-3 de 21.06.2000
Lei nº 11.023 de 29.07.2016 art. 3º e art. 6º e art. 7º
**22. DOCENTE**

**Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal**

Caixa de Reservas do Magistério do Ensino Básico dos Ex-Territórios
Cargo: Professor do Ensino Básico dos Ex-Territórios - Dedicação Exclusiva ( * )

---

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td><strong>ATIVO E APOSENADO</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>TOTAL (em R$)</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Sem RT</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>CLASSE</strong></td>
<td><strong>NÍVEL</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TITULAR</strong></td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>D I</strong></td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Elaborado:CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
A contratação temporária de Professores Substitutos, de Professores e Professores Estagiários será feita de acordo com o que dispõe a Lei nº 8.745, de 1993. (art. 28 da Lei nº 12.772/2012)

Os cargos de provimento efetivo que se referem aos incisos II e III da Carreira de Magistério do Ensino Básico e dos Ex-Territórios, composta pelos cargos de provimento efetivo de Professor do Ensino Básico dos Ex-Territórios, estes cargos integram o Quadro de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e serão estabelecidos quando vigerem. (inciso II do capítulo 122 da Lei nº 11.784/2008)

O enquadramento do docente de ex-Território de Farnando de Noronha criado pelo Decreto nº 6.375, de 18 de outubro de 2007, produzirão efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2012. (art. 18-A da Lei nº 8.760/1993 - Lei nº 12.702/2012)

Os cargos de provimento efetivo de Professor do Ensino Básico dos Ex-Territórios, que trata o § 1º do art. 110 da Lei nº 8.760/1993, poderão ser transpostos para o Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Educação, ocasião na qual será feita a redistribuição desse cargo (Incluiu a Medida Provisória nº 479, de 2008).

Os cargos de provimento efetivo que se referem ao inciso II da Carreira de Magistério do Ensino Básico e dos Ex-Territórios, composta pelos cargos de provimento efetivo de Professor do Ensino Básico dos Ex-Territórios, e cujos ocupantes forem enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnologico, I - passarão a integrar o Quadro de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e II - serão estabelecidos quando vigerem. (art. 32 da Lei nº 12.702/2012)

Os servidores titulares dos cargos que tratam dos incisos II e III do capítulo 122 da Lei nº 11.784/2008, em exercício no cargo de magistrado do Ex-Território de Fernando de Noronha, vinculados à Fábrica de Papel e Celulose, serão enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnologico, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posse relativa nas Tabelas de Correlação, constantes no Anexo LXXII da Lei nº 11.784/2008. (Incluiu a Medida Provisória nº 125, de 2008)

Os servidores referidos no inciso I do capítulo 122 da Lei nº 11.784/2008 (Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnologico), serão enquadrados no cargo de magistrado do Ex-Território de Fernando de Noronha, vinculados à Fábrica de Papel e Celulose, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posse relativa nas Tabelas de Correlação, constantes no Anexo LXXII da Lei nº 11.784/2008. (Incluiu a Medida Provisória nº 125, de 2008)

Os servidores referidos no inciso II do capítulo 122 da Lei nº 11.784/2008 (Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnologico), serão enquadrados no cargo de magistrado do Ex-Território de Fernando de Noronha, vinculados à Fábrica de Papel e Celulose, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posse relativa nas Tabelas de Correlação, constantes no Anexo LXXII da Lei nº 11.784/2008. (Incluiu a Medida Provisória nº 125, de 2008)

Os servidores referidos no inciso III do capítulo 122 da Lei nº 11.784/2008 (Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnologico), serão enquadrados no cargo de magistrado do Ex-Território de Fernando de Noronha, vinculados à Fábrica de Papel e Celulose, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posse relativa nas Tabelas de Correlação, constantes no Anexo LXXII da Lei nº 11.784/2008. (Incluiu a Medida Provisória nº 125, de 2008)

Os servidores referidos no inciso I do capítulo 122 da Lei nº 11.784/2008 (Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnologico), serão enquadrados no cargo de magistrado do Ex-Território de Fernando de Noronha, vinculados à Fábrica de Papel e Celulose, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posse relativa nas Tabelas de Correlação, constantes no Anexo LXXII da Lei nº 11.784/2008. (Incluiu a Medida Provisória nº 125, de 2008)

O cargo de magistrado do Ex-Território de Fernando de Noronha criado pelo Decreto nº 6.375, de 18 de outubro de 2007, produzirá efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2012. (art. 18-A da Lei nº 8.760/1993 - Lei nº 12.702/2012)

Os servidores referidos no inciso I do capítulo 122 da Lei nº 11.784/2008 (Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnologico), serão enquadrados no cargo de magistrado do Ex-Território de Fernando de Noronha, vinculados à Fábrica de Papel e Celulose, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posse relativa nas Tabelas de Correlação, constantes no Anexo LXXII da Lei nº 11.784/2008. (Incluiu a Medida Provisória nº 125, de 2008)

Os servidores referidos no inciso II do capítulo 122 da Lei nº 11.784/2008 (Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnologico), serão enquadrados no cargo de magistrado do Ex-Território de Fernando de Noronha, vinculados à Fábrica de Papel e Celulose, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posse relativa nas Tabelas de Correlação, constantes no Anexo LXXII da Lei nº 11.784/2008. (Incluiu a Medida Provisória nº 125, de 2008)

A partir de 1º de março de 2013, os servidores de carreira dos cargos de magistrado do Ex-Território de Fernando de Noronha, criados pelo Decreto nº 6.375, de 18 de outubro de 2007, produzirão efeitos financeiros a partir de 1º de março de 2013. (art. 122 da Lei nº 11.784/2008 - redação dada pela Medida Provisória nº 125, de 2008)

Os servidores referidos no inciso III do capítulo 122 da Lei nº 11.784/2008 (Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnologico), serão enquadrados no cargo de magistrado do Ex-Território de Fernando de Noronha, vinculados à Fábrica de Papel e Celulose, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posse relativa nas Tabelas de Correlação, constantes no Anexo LXXII da Lei nº 11.784/2008. (Incluiu a Medida Provisória nº 125, de 2008)
## 22. DOCENTE

### Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal

Carreira do Magistério do Ensino Básico dos Ex-Territórios

Cargo: Professor do Ensino Básico dos Ex-Territórios - 40 Horas ( * )

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>NÍVEL</th>
<th>VB</th>
<th>Nível Superior</th>
<th>Posição: agosto/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>ATIVO E APOSENTADO</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Sem RT</td>
<td>Aperfeiçoamento</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>F(A)</td>
<td>G(A+B)</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th>1</th>
<th>2</th>
<th>3</th>
<th>4</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>TITULAR</td>
<td></td>
<td></td>
<td>5.131,92</td>
<td>5.000,47</td>
<td>4.873,56</td>
<td>4.795,93</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>4.121,82</td>
<td>4.142,40</td>
<td>4.073,81</td>
<td>4.070,51</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>5.000,47</td>
<td>5.000,47</td>
<td>4.873,56</td>
<td>4.795,93</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.989,43</td>
<td>3.989,43</td>
<td>3.873,81</td>
<td>3.701,41</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.873,81</td>
<td>3.873,81</td>
<td>3.701,41</td>
<td>3.701,41</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.701,41</td>
<td>3.701,41</td>
<td>3.549,08</td>
<td>3.549,08</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.242,68</td>
<td>3.242,68</td>
<td>3.121,76</td>
<td>3.121,76</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>5.131,92</td>
<td>5.131,92</td>
<td>5.131,92</td>
<td>5.131,92</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>4.433,89</td>
<td>4.433,89</td>
<td>4.433,89</td>
<td>4.433,89</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>4.444,38</td>
<td>4.444,38</td>
<td>4.444,38</td>
<td>4.444,38</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>4.444,38</td>
<td>4.444,38</td>
<td>4.444,38</td>
<td>4.444,38</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>4.444,38</td>
<td>4.444,38</td>
<td>4.444,38</td>
<td>4.444,38</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>4.444,38</td>
<td>4.444,38</td>
<td>4.444,38</td>
<td>4.444,38</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>4.444,38</td>
<td>4.444,38</td>
<td>4.444,38</td>
<td>4.444,38</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th>1</th>
<th>2</th>
<th>3</th>
<th>4</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>5.444,81</td>
<td>5.444,81</td>
<td>5.444,81</td>
<td>5.444,81</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>4.509,28</td>
<td>4.509,28</td>
<td>4.509,28</td>
<td>4.509,28</td>
</tr>
</tbody>
</table>

---

*Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios*
O corpo docente das IFs será constituído pelos cargos eletivos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos que trata a Lei nº 12.772/2012 e pelos Professores Visitan tes, Professores Visitant es Estructurados, Professores Substitutos, (art. 27 da Lei nº 12.772/2012).

A contratação temporária de Professores Substitutos, de Professores Visitan tes e de Professores Visitan tes Estructurados será feita de acordo com o que dispõe a Lei nº 8.745, de 1993. (art. 28 da Lei nº 12.772/2012).

Os atuais docentes, ocupantes de cargos efe tivos, dos estímulos Territoriais, incluídos no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos criado pela Lei nº 7.596, de 1987, observarão a legislação e regulamentação estabelecidas pela Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, produzirão efeitos finais a partir de 1º de janeiro de 2013. (art. 16 da Lei nº 12.772/2012)

Os servidores, ocupantes de cargos efe tivos, do Instituto Tecnológico de Aeronáutica e do Instituto Militar de Engenharia, bem como os docentes dos estímulos Territoriais, incluídos os de Fernando de Noronha, serão incluídos no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos criado pela Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes (art. 21 da Lei 270/1991; art. 32 da Lei nº 12.772/2012).

Os docentes do estímulo Território de Fernando de Noronha no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos criado pela Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, poderão optar pela transposição para o cargo de Professor Especialista, de acordo com o que dispõe a Lei nº 12.772/2012. (art. 33 da Lei nº 12.772/2012)

O enquadramento dos docentes do estímulo Território de Fernando de Noronha no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos criado pela Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, produzirão efeitos finais a partir de 1º de janeiro de 2013. (art. 32 da Lei nº 12.772/2012).

O § 1º do art. 135 da Lei nº 11.784/2008

VB - Vencimento Básico - (Anexo LXXXI-A à Lei nº 11.784/2008)


O enquadramento dos docentes, que trato se a Lei nº 12.772/2012, os servidores oriundos dos estímulos Territoriais Federais, do Acre, amapá, Rondônia, Roraima e o estado de Acre, em que o cargo de Professor Substituto, no pleno e integral cargo de Professor Substituto, que poderá ocorrer a partir de 1º de janeiro de 2013, em virtude das alterações legais introduzidas pela Lei nº 12.772/2012, e consequentemente os efeitos econômicos a partir de 1º de janeiro de 2013.

A partir de 1º de julho de 2008, fica estabelecido o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de acordo com a Lei nº 8.745, de 1993. (art. 28 da Lei nº 12.772/2012)

A partir de 1º de setembro de 2008, fica estabelecido o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de acordo com a Lei nº 8.745, de 1993. (art. 28 da Lei nº 12.772/2012)

A partir de 1º de setembro de 2008, ficam estabelecidos os efeitos ecológicos da estabilização do Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, no que couber, aos servidores aposentados e aos pensionistas. (art. 139 da Lei nº 11.784/2008)

Legislaturas Correspondentes:

Variações dos padrões de remuneração - Anexo LXXVIII-B da Lei nº 11.784/2008 (letra para o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal. (§ 2º do art. 125 da Lei nº 11.784/2008 - redação dada pelo art. 2º da Lei nº 13.325/2016).

V - Vencimento Básico - (Anexo LXXXIII-A à Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008)

V - Vencimento Básico - (Anexo LXXXIII-A à Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008)

Aposentado - § 1º do art. 135 da Lei nº 11.784/2008

Aplicam-se os efeitos decorrentes da estabilização do Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, no que couber, aos servidores aposentados e aos pensionistas. (art. 139 da Lei nº 11.784/2008)
### 22. DOCENTE

Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal
Carreira do Magistério do Ensino Básico dos Ex-Territórios
Cargo: Professor do Ensino Básico dos Ex-Territórios - 20 Horas ( *)

**ATIVO E APOSENTADO**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classe</th>
<th>Nível</th>
<th>VB</th>
<th>A</th>
<th>B</th>
<th>C</th>
<th>D</th>
<th>E</th>
<th>Sem RT</th>
<th>A</th>
<th>B</th>
<th>C</th>
<th>D</th>
<th>E</th>
<th>TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>TITULAR</td>
<td>1</td>
<td>3.821,10</td>
<td>2.408,94</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2</td>
<td>3.394,90</td>
<td>2.216,25</td>
<td>932,50</td>
<td>348,30</td>
<td>124,00</td>
<td>1.791,16</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>3</td>
<td>3.302,25</td>
<td>2.117,60</td>
<td>932,50</td>
<td>348,30</td>
<td>124,00</td>
<td>1.530,76</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>4</td>
<td>3.098,85</td>
<td>1.994,20</td>
<td>932,50</td>
<td>348,30</td>
<td>124,00</td>
<td>1.270,36</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>DIV</td>
<td>1</td>
<td>2.868,57</td>
<td>1.765,12</td>
<td>792,50</td>
<td>332,50</td>
<td>108,00</td>
<td>1.000,55</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2</td>
<td>2.754,69</td>
<td>1.661,24</td>
<td>792,50</td>
<td>332,50</td>
<td>108,00</td>
<td>839,05</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>3</td>
<td>2.648,55</td>
<td>1.557,35</td>
<td>792,50</td>
<td>332,50</td>
<td>108,00</td>
<td>697,55</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>4</td>
<td>2.542,48</td>
<td>1.453,46</td>
<td>792,50</td>
<td>332,50</td>
<td>108,00</td>
<td>556,05</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>DIV</td>
<td>1</td>
<td>2.490,24</td>
<td>1.349,24</td>
<td>696,50</td>
<td>294,50</td>
<td>90,00</td>
<td>892,05</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2</td>
<td>2.304,66</td>
<td>1.245,24</td>
<td>696,50</td>
<td>294,50</td>
<td>90,00</td>
<td>640,55</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>3</td>
<td>2.236,30</td>
<td>1.141,30</td>
<td>696,50</td>
<td>294,50</td>
<td>90,00</td>
<td>489,05</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classificação</th>
<th>Nível</th>
<th>VB</th>
<th>A</th>
<th>B</th>
<th>C</th>
<th>D</th>
<th>E</th>
<th>Sem RT</th>
<th>A</th>
<th>B</th>
<th>C</th>
<th>D</th>
<th>E</th>
<th>TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>TITULAR</td>
<td>1</td>
<td>3.821,10</td>
<td>2.408,94</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2</td>
<td>3.394,90</td>
<td>2.216,25</td>
<td>932,50</td>
<td>348,30</td>
<td>124,00</td>
<td>1.791,16</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>3</td>
<td>3.302,25</td>
<td>2.117,60</td>
<td>932,50</td>
<td>348,30</td>
<td>124,00</td>
<td>1.530,76</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>4</td>
<td>3.098,85</td>
<td>1.994,20</td>
<td>932,50</td>
<td>348,30</td>
<td>124,00</td>
<td>1.270,36</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>DIV</td>
<td>1</td>
<td>2.868,57</td>
<td>1.765,12</td>
<td>792,50</td>
<td>332,50</td>
<td>108,00</td>
<td>1.000,55</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2</td>
<td>2.754,69</td>
<td>1.661,24</td>
<td>792,50</td>
<td>332,50</td>
<td>108,00</td>
<td>839,05</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>3</td>
<td>2.648,55</td>
<td>1.557,35</td>
<td>792,50</td>
<td>332,50</td>
<td>108,00</td>
<td>697,55</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>4</td>
<td>2.542,48</td>
<td>1.453,46</td>
<td>792,50</td>
<td>332,50</td>
<td>108,00</td>
<td>556,05</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>DIV</td>
<td>1</td>
<td>2.490,24</td>
<td>1.349,24</td>
<td>696,50</td>
<td>294,50</td>
<td>90,00</td>
<td>892,05</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2</td>
<td>2.304,66</td>
<td>1.245,24</td>
<td>696,50</td>
<td>294,50</td>
<td>90,00</td>
<td>640,55</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>3</td>
<td>2.236,30</td>
<td>1.141,30</td>
<td>696,50</td>
<td>294,50</td>
<td>90,00</td>
<td>489,05</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Elaborado:CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73**
O corpo docente das IFEs será constituído pelos cargos efetivos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos de que trata a Lei nº 12.772/2012 e pelos Professores Visitantes, Professores Visitantes Esteriores, Professores Titulares, Substitutos e Titulares Substitutos (art. 27 da Lei nº 12.772/2012).

A contratação temporária de Professores Substitutos, de Professores Visitantes e de Professores Visitantes Esteriores será feita de acordo com o que dispõe a Lei nº 8.745, de 1993. (art. 28 da Lei nº 12.772/2012)

(1) A Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios nº 73 (Lei nº 10.331 de 18.12.2001) é revogada

(2) O quadro de pessoal do Plano de Carreiras de Professor, de que trata o art. 122 da Lei 11.784/2008, composto pelos cargos de provimento efetivo de Professor do Ensino Básico dos Ex-Territórios, é estruturado segundo o Plano de Carreiras de Múltiplos Níveis da Educação, conforme Lei nº 11.784/2008.

(3) O quadro de pessoal do Plano de Carreiras de Professor, de que trata o art. 122 da Lei 11.784/2008, composto pelos cargos de provimento efetivo de Professor do Ensino Básico dos Ex-Territórios, é estruturado segundo o Plano de Carreiras de Múltiplos Níveis da Educação, conforme Lei nº 11.784/2008.

(4) O quadro de pessoal do Plano de Carreiras de Professor, de que trata o art. 122 da Lei 11.784/2008, composto pelos cargos de provimento efetivo de Professor do Ensino Básico dos Ex-Territórios, é estruturado segundo o Plano de Carreiras de Múltiplos Níveis da Educação, conforme Lei nº 11.784/2008.

(5) O quadro de pessoal do Plano de Carreiras de Professor, de que trata o art. 122 da Lei 11.784/2008, composto pelos cargos de provimento efetivo de Professor do Ensino Básico dos Ex-Territórios, é estruturado segundo o Plano de Carreiras de Múltiplos Níveis da Educação, conforme Lei nº 11.784/2008.

(6) O quadro de pessoal do Plano de Carreiras de Professor, de que trata o art. 122 da Lei 11.784/2008, composto pelos cargos de provimento efetivo de Professor do Ensino Básico dos Ex-Territórios, é estruturado segundo o Plano de Carreiras de Múltiplos Níveis da Educação, conforme Lei nº 11.784/2008.

(7) O quadro de pessoal do Plano de Carreiras de Professor, de que trata o art. 122 da Lei 11.784/2008, composto pelos cargos de provimento efetivo de Professor do Ensino Básico dos Ex-Territórios, é estruturado segundo o Plano de Carreiras de Múltiplos Níveis da Educação, conforme Lei nº 11.784/2008.
## 23. ENDEMIAS

Cargos em Exercício das Atividades de Combate e Controle de Endemias do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde-MS e Quadro de Pessoal da Fundação Nacional de Saúde-FUNASA:


<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>GACEN</th>
<th>GDPST</th>
<th>ATIVO (em R$)</th>
<th>GACEN</th>
<th>GDPST</th>
<th>TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>(*)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>3.773,74</td>
<td>932,00</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>8.262,54</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>3.670,95</td>
<td>932,00</td>
<td>4.044,80</td>
<td>5.056,00</td>
<td>8.647,75</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>3.570,97</td>
<td>932,00</td>
<td>3.970,40</td>
<td>4.963,00</td>
<td>8.473,37</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VI</td>
<td>3.466,96</td>
<td>932,00</td>
<td>3.832,00</td>
<td>4.790,00</td>
<td>8.230,96</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td>3.372,54</td>
<td>932,00</td>
<td>3.763,20</td>
<td>4.704,00</td>
<td>8.067,74</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>3.280,67</td>
<td>932,00</td>
<td>3.696,00</td>
<td>4.620,00</td>
<td>7.906,67</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>3.191,32</td>
<td>932,00</td>
<td>3.630,40</td>
<td>4.538,00</td>
<td>7.753,72</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>3.104,40</td>
<td>932,00</td>
<td>3.566,40</td>
<td>4.458,00</td>
<td>7.602,80</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VI</td>
<td>3.019,85</td>
<td>932,00</td>
<td>3.503,20</td>
<td>4.379,00</td>
<td>7.455,05</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td>2.931,89</td>
<td>932,00</td>
<td>3.387,20</td>
<td>4.234,00</td>
<td>7.251,09</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>2.852,03</td>
<td>932,00</td>
<td>3.328,00</td>
<td>4.160,00</td>
<td>7.112,03</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>2.774,35</td>
<td>932,00</td>
<td>3.270,40</td>
<td>4.088,00</td>
<td>6.976,75</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>2.698,78</td>
<td>932,00</td>
<td>3.215,20</td>
<td>4.019,00</td>
<td>6.845,98</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>2.625,27</td>
<td>932,00</td>
<td>3.161,60</td>
<td>3.952,00</td>
<td>6.718,67</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td>2.553,77</td>
<td>932,00</td>
<td>3.107,20</td>
<td>3.864,00</td>
<td>6.592,97</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>2.479,39</td>
<td>932,00</td>
<td>3.008,00</td>
<td>3.760,00</td>
<td>6.419,39</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>2.411,66</td>
<td>932,00</td>
<td>2.958,40</td>
<td>3.698,00</td>
<td>6.302,26</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>2.346,16</td>
<td>932,00</td>
<td>2.910,40</td>
<td>3.638,00</td>
<td>6.186,56</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>2.220,09</td>
<td>932,00</td>
<td>2.816,00</td>
<td>3.520,00</td>
<td>5.968,09</td>
</tr>
</tbody>
</table>
VB - Vencimento Básico Anexo IV-A da Lei no 11.355, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XXXVIII da Lei 11.784/2008)

GACEN - Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias

Fica instituída, a partir de 1º de março de 2008, a Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias - GACEN. (art. 54 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008)

(*) GACEN - É devida aos titulares dos cargos públicos de que trata o art. 54 da Lei 11.784/2008, que, em caráter permanente, realizarem atividades de combate e controle de endemias, em área urbana ou rural, inclusive em terras indígenas e de remanescentes quilombolas, áreas extrativistas e ribeirinhas (art 54 da Lei 11.784/2008). Aplica-se a GACEN, de que trata o art. 54 da Lei nº 11.784/2008, aos servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e do Quadro de Pessoal da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, ocupantes dos cargos referidos no art. 284 da Lei 11.907/2009 (art. 284 da Lei 11.907/2009). A partir de 1º de janeiro de 2010, aplicar-se-á a GACEN aos titulares dos cargos efetivos do art. 284-A da Lei 11.907/2009 do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e do Quadro de Pessoal da FUNASA, que, em caráter permanente, realizarem atividades de apoio e de transporte das equipes e dos insumos necessários para o combate e controle das endemias. (art. 8 da Lei nº 12.269/2010)

(*) Valor da GACEN - Anexo XLIX-A da Lei no 11.784, de 22 de setembro de 2008

Aplica-se a GACEN aos ocupantes do Cargo: Cargo: Educador em Saúde - art. 284 da Lei nº 11.907/2009

A GACEN não é devida aos ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança (§ 7º do art. 55 da Lei 11.784/2008). A partir de 1º de janeiro de 2010, aplicar-se-á a GACEN aos titulares dos cargos efetivos do art. 284-A da Lei 11.907/2009 do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e do Quadro de Pessoal da FUNASA, que, em caráter permanente, realizarem atividades de apoio e de transporte das equipes e dos insumos necessários para o combate e controle das endemias. (art. 8 da Lei nº 12.269/2010)

GDPST - Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho

A pontuação referente à GDPST será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual;

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(**) A GDPST será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo IV-B da Lei nº 11.355/2006 (alteração dada art. 40 da MP 431/2008)

A pontuação referente à GDPST será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual;

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*** ) Aposentado - GACEN § 3º do art. 55 da Lei 11.784/2008

(*** ) Aposentado GDPST § 6º do art. 5º-B da Lei nº 11.355/2006 (alteração dada pelo art. 40 da MP 431/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970
Lei nº 8.112 de 11.12.90
Lei Delegada nº 13 de 27.08.92
Lei nº 10.483 de 03.07.2002
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004
Lei nº 10.971 de 25.11.2004
Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005
Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006 art. 1º ao art. 10º
Lei nº 11.355 de 19.10.2006
Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art.5º
Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
Lei nº 11.498 de 28.06.2007
Lei nº 11.490 de 11.06.2007
Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 53
Lei nº 11.784 de 22.09.2008 art. 53
Medida Provisória nº 441 de 22.08.2008 art.218
Lei nº 11.907 de 02.02.2009 art. 285
Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009
Lei nº 12.269 de 21.06.2010
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 - art. 57 e art. 58
Lei nº 12.702 de 07.08.2012
Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art.14 e art. 25 e art. 92 ao art. 94
Medida Provisória nº 765 de 29.12.2016 art. 42
### 23. ENDEMIAS

Cargos em Exercício das Atividades de Combate e Controle de Endemias do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde-MS e Quadro de Pessoal da Fundação Nacional de Saúde-FUNASA:

Cargo: Auxiliar de Saneamento - Endemias - art. 284 Lei nº 11.907/2009
Cargo: Auxiliar de Transporte Marítimo e Fluvial - Endemias - art. 284-A da Lei nº 12.269/2010
Cargo: Cartógrafo - Endemias - art. 284-A da Lei nº 12.269/2010
Cargo: Comandante de Navio - Endemias - art. 284-A da Lei nº 12.269/2010
Cargo: Condutor de Lancha - Endemias - art. 284-A da Lei nº 12.269/2010
Cargo: Divulgador Sanitário - Endemias - art. 284 Lei nº 11.907/2009
Cargo: Guarda de Endemias - Endemias - art. 54 da Lei nº 11.784/2008
Cargo: Inspetor de Saneamento - Endemias - art. 284 Lei nº 11.907/2009
Cargo: Laboratorista - Endemias - art. 284 Lei nº 11.907/2009
Cargo: Laboratorista Jornada 8 (oito) horas - Endemias - art. 284 Lei nº 11.907/2009
Cargo: Mestre de Lancha - Endemias - art. 284-A da Lei nº 12.269/2010
Cargo: Microscopista - Endemias - art. 284 Lei nº 11.907/2009
Cargo: Técnico de Laboratório - Endemias - art. 284 Lei nº 11.907/2009
Cargo: Visitaor Sanitário - Endemias - art. 284 Lei nº 11.907/2009

---

### Nível Intermediário

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GACEN</th>
<th>GDPST</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GACEN</th>
<th>GDPST</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>B</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>D</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>E</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>F</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>G</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>H</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

---

### Elaborado:CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
O titular do cargo de Motorista ou de Motorista Oficial que, em caráter permanente, realizar atividades de apoio e de transporte das equipes e dos insumos necessários para o combate e controle das endemias fará jus à GACEN - Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias (§ único do art. 284 da Lei nº 11.907/2009)

GACEN - Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias (Anexo XLI-A à Lei no 11.784, de 22 de setembro de 2008)

(°) GACEN - é devida aos titulares dos cargos públicos de que trata o art. 54 da Lei 11.784/2008, que, em caráter permanente, realizarem atividades de combate e controle de endemias, em área urbana ou rural, inclusive em terras indígenas e de remanescentes quilombolas, áreas extrativistas e ribeirinhas (art 54 da Lei 11.784/2008). Aplica-se a GACEN, de que trata o art. 54 da Lei nº 11.784/2008, aos servidores do Quadro Pessoal do Ministério da Saúde e do Quadro Pessoal da FUNASA, regidos pelos arts. 8.112, 11 de dezembro de 1990, ocupantes dos cargos referidos no art. 284 da Lei 11.907/2009 (art. 284 da Lei 11.907/2009). A partir de 1º de janeiro de 2010, aplicar-se-á a GACEN aos titulares dos cargos efetivos do art. 284-A da Lei 11.907/2009 do Quadro Pessoal do Ministério da Saúde e do Quadro Pessoal da FUNASA que, em caráter permanente, realizarem atividades de apoio e de transporte das equipes e dos insumos necessários para o combate e controle das endemias. (art. 8 da Lei nº 12.269/2010)

(°) Valor da GACEN - Anexo XLI-A da Lei no 11.784, de 22 de setembro de 2008


A GACEN substitui para todos os efeitos a vantagem de que trata o art. 16 da Lei no 8.216, de 13 de agosto de 1991. (§ 8º do art. 55 da Lei 11.784/2008)

GDPSG - Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (Anexo IV-B à Lei no 11.355, de 19 de outubro de 2006)

A GDPST substitui para todos os efeitos a vantagem de que trata o art. 16 da Lei no 8.216, de 13 de agosto de 1991. (§ 8º do art. 55 da Lei 11.784/2008)

GACEN - Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias (Anexo XLI-A à Lei no 11.784, de 22 de setembro de 2008)
### 23. ENDEMIA

Cargos em Exercício das Atividades de Combate e Controle de Endemias do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde-MS e Quadro de Pessoal da Fundação Nacional de Saúde-FUNASA:

Cargo: Agente Auxiliar de Saúde Pública - Endemias - art. 54 da Lei nº 11.784/2008
Cargo: Agente de Saúde Pública - Endemias - art. 54 da Lei nº 11.784/2008
Cargo: Agente de Transporte Marítimo e Fluvial - Endemias - art. 284-A da Lei nº 12.269/2010
Cargo: Artífice de Mecânica - Endemias - art. 284-A da Lei nº 12.269/2010
Cargo: Auxiliar de Laboratório - Endemias - art. 284 Lei nº 11.907/2009
Cargo: Auxiliar de Laboratório 8 (oito) horas - Endemias - art. 284 Lei nº 11.907/2009

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Auxiliar</th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>CLASSE</td>
<td>PADRÃO</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VB</td>
<td>GEAAPST</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>GACEN</td>
<td>GDPST</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>(*)</td>
<td>(**)</td>
</tr>
<tr>
<td>ATIVO</td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>50 pts</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>(*** )</td>
<td>(**** )</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>(**** )</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

|                | (A)            | (B)            |
|                | (C)            | (D)            |
|                | (E)            | (F)            |
|                | (G)            | (H)            |
|                | (I)            | (J)            |

|                | 1.293,50       | 795,65         |
|                | 932,00         | 827,20         |
|                | 1.034,00       | 3.848,35       |
|                | 4.055,15       | 466,00         |
|                | 517,00         | 3.072,15       |

|                | 1.292,27       | 724,94         |
|                | 932,00         | 821,60         |
|                | 1.027,00       | 3.770,81       |
|                | 3.976,21       | 466,00         |
|                | 513,50         | 2.996,71       |

|                | 1.291,05       | 656,75         |
|                | 932,00         | 817,60         |
|                | 1.022,00       | 3.697,40       |
|                | 3.901,80       | 466,00         |
|                | 511,00         | 2.924,80       |
Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais

Vencimento Básico (VB)

Vencimento Básico Anexo IV-A da Lei no 11.355, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XXXVIII da Lei 11.784/2008)

**Aposentado**

GACEN

Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias

GACEN - É devida aos titulares dos cargos públicos de que trata o art. 54 da Lei 11.784/2008, que, em caráter permanente, realizarem atividades de combate e controle de endemias, em área urbana ou rural, inclusive em terras indígenas e de remanescentes quilombolas, áreas extrativistas e ribeirinhas (art. 54 da Lei 11.784/2008).

Aplica-se a GACEN, de que trata o art. 54 da Lei nº 11.784/2008, aos servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e do Quadro de Pessoal da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, ocupantes dos cargos referidos no art. 284 da Lei 11.907/2009 (art. 284 da Lei 11.907/2009). A partir de 1º de janeiro de 2010, aplicar-se-á a GACEN aos titulares dos cargos efetivos do art. 284-A da Lei 11.907/2009 do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e do Quadro de Pessoal da FUNASA, que, em caráter permanente, realizarem atividades de apoio e de transporte das equipes e dos insumos necessários para o combate e controle de endemias. (art. 8 da Lei nº 12.269/2010)

**Aposentado**

GEPST

Gratificação Específica de Atividades Auxiliares da Carreira da Previdência de Saúde e do Trabalho

**A opção da GEPST**

Pode ser opção dos servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e do Quadro de Pessoal da FUNASA, que, em caráter permanente, realizarem atividades de apoio e de transporte das equipes e dos insumos necessários para o combate e controle de endemias. (art. 8 da Lei nº 12.269/2010)

**A opção da GEPST**

Pode ser opção dos servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e do Quadro de Pessoal da FUNASA, que, em caráter permanente, realizarem atividades de apoio e de transporte das equipes e dos insumos necessários para o combate e controle de endemias. (art. 8 da Lei nº 12.269/2010)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970
Lei nº 8.112 de 11.12.90
Lei nº 10.483 de 03.07.2002
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004
Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005
Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006 art. 1º ao art. 10º
Lei nº 11.355 de 19.10.2006
Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art.5º
Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
Lei nº 11.498 de 28.06.2007

Lei nº 11.490 de 11.06.2007
Lei nº 11.784 de 22.09.2008 art. 53
Medida Provisória nº 441 de 22.08.2008 art.218
Lei nº 11.907 de 02.02.2009 art. 285
Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 - art. 57 e art. 58
Lei nº 12.702 de 07.08.2012
Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art.14 e art. 25 e art. 92 ao art. 94
Medida Provisória nº 765 de 29.12.2016 art. 42
Medida Provisória nº 431 de 29.12.2006 art.5º
Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006 art.1º ao art. 10º
### 23. Endemias

Quadro em Extinção de Combate às Endemias vinculado ao Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde

Cargo: Agente de Combate às Endemias a que se refere o art. 3º da Lei nº 13.026/2014

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Auxiliar</th>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB A</th>
<th>B</th>
<th>GEACE ((*)</th>
<th>TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>ESPECIAL</td>
<td>V</td>
<td>4.513,44</td>
<td>932,00</td>
<td>5.445,44</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>4.475,46</td>
<td>932,00</td>
<td>5.407,46</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>4.438,82</td>
<td>932,00</td>
<td>5.370,82</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>4.386,55</td>
<td>932,00</td>
<td>5.318,55</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>4.350,42</td>
<td>932,00</td>
<td>5.282,42</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>C</td>
<td>V</td>
<td>4.314,49</td>
<td>932,00</td>
<td>5.246,49</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>4.279,87</td>
<td>932,00</td>
<td>5.211,87</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>4.245,46</td>
<td>932,00</td>
<td>5.177,46</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>4.211,25</td>
<td>932,00</td>
<td>5.143,25</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>4.163,15</td>
<td>932,00</td>
<td>5.095,15</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>B</td>
<td>V</td>
<td>4.129,41</td>
<td>932,00</td>
<td>5.061,41</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>4.096,99</td>
<td>932,00</td>
<td>5.028,99</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>4.064,75</td>
<td>932,00</td>
<td>4.996,75</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>4.032,70</td>
<td>932,00</td>
<td>4.964,70</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>4.000,83</td>
<td>932,00</td>
<td>4.932,83</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
<td>V</td>
<td>3.956,79</td>
<td>932,00</td>
<td>4.888,79</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>3.926,49</td>
<td>932,00</td>
<td>4.858,49</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>3.896,37</td>
<td>932,00</td>
<td>4.828,37</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>3.866,43</td>
<td>932,00</td>
<td>4.798,43</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>3.838,66</td>
<td>932,00</td>
<td>4.770,66</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
Elaborado:CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

213

Portaria nº 189 de 02.02.2011 SRH/MP DOU 03.02.11
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art.55

Legislações Correspondentes:

Medida Provisória nº 297 de 09.06.2006
Lei nº 11.350 de 05.10.2006
Lei nº 11.784 de 22.09.2008 art.53
Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008
Portaria nº 189 de 02.02.2011 SRH/MP DOU 03.02.11
24. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE

Carreira de Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais

Cargo: Especialista em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais - FNDE

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDAFE</th>
<th>* RT. - Retribuição por Ttulação</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDAFE</th>
<th>APOSENTO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>B</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>D</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>E</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>F</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>G</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>H</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td></td>
<td>J</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td></td>
<td>K</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td></td>
<td>L</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>M</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>N</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>O</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>P</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>GDAFE</th>
<th>APOSENTO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>60 pts.</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>80 pts.</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>100 pts.</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>GDAFE</th>
<th>APOSENTO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>60 pts.</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>80 pts.</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>100 pts.</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Posição janeiro/2017

TOTAL (em R$) - 100 pts. TOTAL (em R$) - 50 pts. TOTAL (em R$) - 100 pts. TOTAL (em R$) - 50 pts.
Fica estruturada, para exercício exclusivo no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, a Carreira de Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais, composta de cargos de Especialista em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais, de nível superior, com atribuições voltadas às atividades de elaboração de normas, procedimentos e critérios de captação de recursos e assistência financeira a Estados, Distrito Federal e Municípios, estabelecimentos de ensino e entidades particulares; descentralização de recursos educacionais; financiamento de programas e projetos educacionais; coordenação, acompanhamento e controle da execução de programas e projetos financiados com recursos do FNDE; análise de desempenho institucional e de resultados dos programas e projetos financiados com recursos alocados no orçamento do FNDE, e execução direta e indireta de programas educação (art. 40 da Lei nº 11.357/2006)

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

VB - Vencimento Básico - (Anexo XVI-G à Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006)

GDAFE - Gratificação de Desempenho de Atividades de Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais. (Anexo XX-B à Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006)

Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividades de Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais - GDAFE devida aos ocupantes dos cargos das Carreiras referidas nos incisos I e II do caput do art. 40 da Lei nº 11.357/2006, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no FNDE. (art.48 da Lei no 11.357/2006 e art. 79 da Lei nº)

(*) A GDAFE será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XX-B da Lei nº 11.357/06

A pontuação referente à GDAFE será assim distribuída:
I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual;
II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retomada de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAFE no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Até que sejam publicados os atos a que se refere o art. 48-D e 48-E da Lei nº 11.357/06 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDAFE deverão percebê-la em valor correspondente a oitenta pontos

Promoção por Capacitação - (Anexo XVI-D da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006 (Anexo LVII da MP 441/2008)

(*) RT - Retribuição por Titulação - servidores de nível superior, portadores de títulos de Doutor, Mestre ou de especialização (Espec), conforme Anexo XX-D à Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006.

(** ) Aposentado: GDAFE - art. 48-M da Lei nº 11.357/06

( ** ) Aposentado - RT - a RT somente integrará os proventos de aposentadorias e as pensões quando os certificados considerados para a sua concessão tiverem sido obtidos até a data em que se deu a aposentadoria ou a instituição da pensão (art. 49-A da Lei nº 11.357/06)

( ** ) Opção da GDAFE - aposentado/pensionista arts. 14 ao 18 da Lei nº 13.325, de 2016. A opção de que tratam os arts. 15 e 16 da Lei nº 13.325, de 2016 somente será válida com a assinatura de termo de opção na forma do Anexo XXVI Lei nº 13.325, de 2016, que incluirá a expressa concordância do servidor, do aposentado ou do pensionista (item I, II e III do art. 18 da Lei nº 13.325, de 2016).
### 24. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE

Carreira de Suporte Técnico ao Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais

Cargo: Técnico em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais - FNDE

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Intermediário</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDAFE</th>
<th>ATIVO</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDAFE</th>
<th>APOSENTO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$) - 80 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$) - 100 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$) - 50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Sem GQ</td>
<td>Com GQ</td>
<td>Sem GQ</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

| IV     | 3.329,00 | 2.459,20 | 3.074,00 | 715,61 | 5.788,20 | 6.503,81 | 6.403,00 | 7.118,61 | 1.537,00 | 4.866,00 | 5.581,61 |
| III    | 3.296,04 | 2.426,60 | 3.037,00 | 700,10 | 5.725,64 | 6.425,74 | 6.333,04 | 7.033,14 | 1.518,50 | 4.814,54 | 5.514,64 |
| II     | 3.263,41 | 2.400,80 | 3.001,00 | 684,59 | 5.664,21 | 6.348,80 | 6.264,41 | 6.949,00 | 1.500,50 | 4.763,91 | 5.448,50 |
| I      | 3.231,10 | 2.372,00 | 2.965,00 | 670,19 | 5.603,10 | 6.273,29 | 6.196,10 | 6.866,29 | 1.482,50 | 4.713,60 | 5.383,79 |

| IV     | 3.199,10 | 2.331,20 | 2.914,00 | 655,79 | 5.530,30 | 6.186,09 | 6.113,10 | 6.756,89 | 1.457,00 | 4.656,10 | 5.311,89 |
| II     | 3.136,07 | 2.268,00 | 2.835,00 | 628,09 | 5.404,07 | 6.032,16 | 5.971,07 | 6.599,16 | 1.417,50 | 4.553,57 | 5.181,66 |
| I      | 3.105,02 | 2.238,40 | 2.798,00 | 614,80 | 5.343,42 | 5.958,22 | 5.903,02 | 6.517,82 | 1.399,00 | 4.504,02 | 5.118,82 |

| V      | 3.074,28 | 2.156,80 | 2.696,00 | 601,51 | 5.231,08 | 5.832,59 | 5.770,28 | 6.371,79 | 1.348,00 | 4.422,28 | 5.023,79 |
| IV     | 3.043,84 | 2.122,40 | 2.653,00 | 588,22 | 5.166,24 | 5.754,46 | 5.696,84 | 6.285,06 | 1.326,50 | 4.370,34 | 4.958,56 |
| III    | 3.013,70 | 2.088,00 | 2.611,00 | 576,03 | 5.102,50 | 5.678,53 | 5.624,70 | 6.200,73 | 1.305,00 | 4.319,20 | 4.895,23 |
| II     | 2.983,86 | 2.056,80 | 2.571,00 | 563,84 | 5.040,66 | 5.604,50 | 5.554,86 | 6.116,70 | 1.285,50 | 4.269,36 | 4.833,20 |
| I      | 2.869,09 | 2.026,40 | 2.533,00 | 551,66 | 4.895,49 | 5.447,15 | 5.402,09 | 5.953,75 | 1.266,50 | 4.135,59 | 4.687,25 |

| V      | 2.758,74 | 1.962,40 | 2.453,00 | 539,47 | 4.721,14 | 5.260,61 | 5.211,74 | 5.751,21 | 1.226,50 | 3.985,24 | 4.524,71 |
| IV     | 2.652,64 | 1.933,60 | 2.417,00 | 528,40 | 4.586,24 | 5.114,64 | 5.069,64 | 5.598,04 | 1.208,50 | 3.861,14 | 4.389,54 |
| III    | 2.550,62 | 1.905,60 | 2.382,00 | 517,32 | 4.456,22 | 4.973,54 | 4.932,62 | 5.449,94 | 1.191,00 | 3.741,62 | 4.256,84 |
| II     | 2.452,51 | 1.880,00 | 2.350,00 | 506,24 | 4.332,51 | 4.838,75 | 4.802,51 | 5.308,75 | 1.175,00 | 3.627,51 | 4.133,75 |
| I      | 2.358,19 | 1.854,40 | 2.318,00 | 495,16 | 4.212,59 | 4.707,75 | 4.676,19 | 5.171,35 | 1.159,00 | 3.517,19 | 4.012,35 |

---

* GQ - Gratificação de Qualificação
A elaboração para exercício exclusivo no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, a Carreira de Suporte Técnico ao Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais, com carga de tempo de 30 horas semanais, no âmbito das atividades de elaboração de normas, procedimentos e critérios de captação de recursos e assistência financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios, sobre os seguintes temas: centralização de recursos educacionais; financiamento de programas e projetos educacionais, coordenação, acompanhamento e controle da execução de programas e projetos financiados com recursos do FNDE; análise de desempenho institucional e de resultados dos programas e projetos financiados com recursos alocados no orçamento do FNDE; e execução direta e indireta de programas educacionais (art. 40 da Lei 11.357/2006)

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividades de Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais - GDAFE devida aos ocupantes dos cargos de carreira referidos nos incisos I e II do art. 40 da Lei nº 11.357/2006, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no FNDE, (art. 48 da Lei nº 11.357/2006 e art. 79 da Lei nº 12.702/2012)

(*) A GDAFE será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XX-B da Lei nº 11.357/06

A pontuação referente à GDAFE será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual;

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém-nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAFE no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Até que sejam publicados os atos que se refere o art. 48-D e 48-E da Lei nº 11.357/06 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDAFE deverão percebê-la em valor correspondente a oitenta pontos

PROMOÇÃO POR CAPACITAÇÃO - Anexo XVI-D da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XVIII da MP 441/2008)

(*) GQ - Gratificação de Qualificação - (Anexo XX-C a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006)

GQ instituída pelo art. 49 da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, concedida aos titulares do cargo de nível intermediário de Técnico em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais da Carreira de Suporte Técnico ao Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, e aos titulares de cargos de nível intermediário do Plano Especial de Cargos do FNDE de que trata a Lei nº 11.357, de 2006 (inciso XIII do art. 1º do Decreto nº 7.922/2013)

A GQ dos titulares dos cargos de que trata o inciso XIII do art. 1º do Decreto nº 7.922/2013 (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE) será paga aos servidores que ela fizerem jus em conformidade com o padrão de vencimento básico, classe de capacitação e qualificação comprovada, observado o disposto no Capítulo IX do Decreto nº 7.922/2013, quando em efetivo exercício do cargo.

(Lei nº 11.357, de 2006) (art. 65 do Decreto nº 7.922/2013)

(Lei nº 11.357, de 2006) (art. 65 do Decreto nº 7.922/2013)

(Lei nº 11.357, de 2006) (art 65 do Decreto nº 7.922/2013)

É vedada a acumulação de diferentes níveis de GQ e a acumulação desta GQ com qualquer adicional ou gratificação que tenha como fundamento a qualificação profissional ou a titulação. (art. 86 do Decreto nº 7.922/2013)

Ato do dirigente máximo do FNDE disporá sobre os procedimentos específicos para concessão da GQ, observado o disposto no Capítulo IX do Decreto nº 7.922/2013 e na Lei nº 11.357/2006

(****) Aposentado - GDAFE - art. 48-M da Lei nº 11.357/06

(****) Aposentado - GQ - Art. 49-M da Lei nº 11.357/06

(****) Aposentado - GQ - (Art. 49-M da Lei nº 11.357/06)

A GQ somente integrará os cálculos de proventos de aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004 ou no caso daquelas concedidas com fulcro no disposto nos arts. 3º, 6º ou 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005. (§2º do art. 49 da Lei nº 11.357/2006)

Aos aposentadorias e pensões que não se enquadrem nas hipóteses do §2º do art. 49 da Lei nº 11.357/2006 será aplicado, conforme o caso, o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, ou na Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012. (§4º do art. 49 da Lei nº 11.357/2006 - art. 11 da Lei nº 13.325/2016)

(****) Opcão da GDAFE - Aposentadoria/pensãoista arts. 14 a 18 da Lei nº 13.325, de 2016.

A opção que tratam dos arts. 15 a 18 da Lei nº 13.325, de 2016 somente será válida com a assinatura de termo de opção na forma do Anexo XVII da Lei nº 13.325, de 2016, que incluirá a expressa concordância do servidor, do aposentado ou do pensionista (item I, II e III do art. 18 da Lei nº 13.325, de 2016).

LEGISLAÇÃO CORRESPONDENTE:

Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006
Lei nº 11.357 de 19.10.2006
Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006
Lei nº 11.490 de 20 de junho de 2007
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Lei nº 11.307 de 02.02.2009
Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012
Lei nº 12.702 de 07.08.2012
Decreto nº 7.922 de 18.02.2013
Lei nº 13.328 de 29.07.2016
Lei nº 13.325 de 29.07.2016
### 24. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE

Plano Especial de Cargos do FNDE - PECFNDE

Cargos: Nível Superior do Plano Especial de Cargos do FNDE

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>Padrão</th>
<th>VB</th>
<th>CEPFNDE</th>
<th>APOSBEN</th>
<th>TOTAL (em R$) - 80 pts.</th>
<th>TOTAL (em R$) - 100 pts.</th>
<th>TOTAL (em R$) - 50 pts.</th>
<th>TOTAL (em R$) - 100 pts.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D</td>
<td>E</td>
<td>F</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>5.647,61</td>
<td>4.173,60</td>
<td>5.217,00</td>
<td>1.714,80</td>
<td>3.242,38</td>
<td>4.387,80</td>
<td>11.864,61</td>
<td>13.579,41</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>5.448,98</td>
<td>4.104,80</td>
<td>5.131,00</td>
<td>1.666,06</td>
<td>3.149,33</td>
<td>10.553,78</td>
<td>12.219,84</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>5.265,28</td>
<td>4.037,60</td>
<td>5.047,00</td>
<td>1.618,42</td>
<td>3.059,61</td>
<td>10.553,78</td>
<td>12.219,84</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>5.093,35</td>
<td>3.972,00</td>
<td>4.965,00</td>
<td>1.571,30</td>
<td>2.972,09</td>
<td>9.104,35</td>
<td>10.821,21</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>5.888,00</td>
<td>3.835,20</td>
<td>4.794,00</td>
<td>1.526,48</td>
<td>2.886,80</td>
<td>3.905,93</td>
<td>9.723,20</td>
<td>11.408,01</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>5.712,07</td>
<td>3.740,00</td>
<td>4.675,00</td>
<td>1.483,28</td>
<td>2.803,72</td>
<td>9.452,07</td>
<td>11.127,09</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>5.541,40</td>
<td>3.647,20</td>
<td>4.559,00</td>
<td>1.440,08</td>
<td>2.723,96</td>
<td>9.188,60</td>
<td>10.866,09</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>5.375,82</td>
<td>3.559,20</td>
<td>4.449,00</td>
<td>1.399,09</td>
<td>2.645,31</td>
<td>8.935,02</td>
<td>10.562,21</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>5.215,20</td>
<td>3.395,20</td>
<td>4.244,00</td>
<td>1.295,21</td>
<td>2.569,98</td>
<td>3.477,23</td>
<td>8.610,40</td>
<td>10.318,41</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>5.059,37</td>
<td>3.316,00</td>
<td>4.145,00</td>
<td>1.322,44</td>
<td>2.485,76</td>
<td>8.375,37</td>
<td>9.999,70</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>4.908,20</td>
<td>3.200,80</td>
<td>4.001,00</td>
<td>1.285,77</td>
<td>2.424,86</td>
<td>8.149,00</td>
<td>9.773,77</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>4.761,54</td>
<td>3.168,80</td>
<td>3.961,00</td>
<td>1.245,11</td>
<td>2.395,08</td>
<td>7.930,34</td>
<td>9.515,43</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>4.619,27</td>
<td>3.097,60</td>
<td>3.872,00</td>
<td>1.206,66</td>
<td>2.875,00</td>
<td>7.716,87</td>
<td>9.265,33</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>5.481,25</td>
<td>3.968,80</td>
<td>3.711,00</td>
<td>1.175,32</td>
<td>2.222,15</td>
<td>3.006,43</td>
<td>7.450,05</td>
<td>9.157,57</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>5.347,35</td>
<td>3.906,40</td>
<td>3.833,00</td>
<td>1.142,09</td>
<td>2.157,90</td>
<td>7.253,75</td>
<td>8.959,44</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>5.217,46</td>
<td>2.846,40</td>
<td>3.558,00</td>
<td>1.108,86</td>
<td>2.096,97</td>
<td>7.063,86</td>
<td>8.776,83</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>5.091,44</td>
<td>2.788,80</td>
<td>3.496,00</td>
<td>1.076,73</td>
<td>2.036,04</td>
<td>6.860,24</td>
<td>8.616,27</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>3.969,19</td>
<td>2.733,60</td>
<td>3.417,00</td>
<td>1.045,72</td>
<td>1.978,44</td>
<td>6.702,79</td>
<td>8.438,23</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios N° 73

218
Elaborado:CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Cívis e dos Ex-Territórios Nº 73

Lei nº 11.357/2006

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004
Lei nº 10.871 de 25.11.2004
Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005
Lei nº 11.357 de 19.10.2006
Medida Provisória nº 341 de 29.09.2006 art. 15
Lei nº 11.490 de 20.06.2007
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Decreto nº 10.404 de 09.01.2002
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art.37, art.38 e art. 80
Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 79
Decree nº 7.133 de 19.03.2010
Lei nº 12.772 de 28.12.2012 art. 46
Decreto nº 13.328 de 29.07.2016 art. 81
Lei nº 13.325 de 29.07.2016 art. 11 ao art. 13

LEGISLAÇÕES CORRESPONDENTES:
1. Lei nº 10.331 de 18.12.2001
2. Decreto nº 4.247 de 22.05.2002
3. Portaria nº 2.179 de 28.07.98
5. Lei nº 10.331 de 18.12.2001
6. Decreto nº 10.404 de 09.01.2002
7. Portaria nº 260 de 21.06.2002
8. Portaria nº 363 de 21.06.2002
10. Decreto nº 29 de 29.08.2002
11. Portaria nº 442 de 31.10.2002
12. Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004
13. Lei nº 10.871 de 25.11.2004
15. Lei nº 11.357 de 19.10.2006
16. Medida Provisória nº 341 de 29.09.2006 art. 15
17. Lei nº 11.490 de 20.06.2007
18. Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
19. Lei nº 11.907 de 02.02.2009
20. Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
21. Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art.37, art.38 e art. 80
22. Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 79
23. Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
25. Decreto nº 13.328 de 29.07.2016 art. 81
26. Lei nº 13.325 de 29.07.2016 art. 11 ao art. 13

(*) Opção da GDPFnde: aposentado/pensionista arts. 14 ao 18 da Lei nº 13.325, de 2016. A opção de que tratam os arts. 15 e 16 da Lei nº 13.325, de 2016 somente será válida com a assinatura de termo de opção na forma da Anexo XXVI da Lei nº 13.325, de 2016, que incluirá a expressa concordância do servidor, de aposentado ou de pensionista (item I, l e I I do art. 18 da Lei nº 13.325, de 2016).

(*) Opção da GDPFnde: aposentado/pensionista arts. 14 ao 18 da Lei nº 13.325, de 2016. A opção de que tratam os arts. 15 e 16 da Lei nº 13.325, de 2016 somente será válida com a assinatura de termo de opção na forma da Anexo XXVI da Lei nº 13.325, de 2016, que incluirá a expressa concordância do servidor, de aposentado ou de pensionista (item I, l e I I do art. 18 da Lei nº 13.325, de 2016).

(*) A GDPFnde será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XX-A da Lei nº 11.357/2006.

(*) A GDPFnde será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XX-A da Lei nº 11.357/2006.

(*) A GDPFnde será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XX-A da Lei nº 11.357/2006.

(*) A GDPFnde será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XX-A da Lei nº 11.357/2006.

(*) A GDPFnde será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XX-A da Lei nº 11.357/2006.

(*) A GDPFnde será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XX-A da Lei nº 11.357/2006.

(*) A GDPFnde será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XX-A da Lei nº 11.357/2006.

(*) A GDPFnde será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XX-A da Lei nº 11.357/2006.

(*) A GDPFnde será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XX-A da Lei nº 11.357/2006.

(*) A GDPFnde será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XX-A da Lei nº 11.357/2006.

(*) A GDPFnde será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XX-A da Lei nº 11.357/2006.

(*) A GDPFnde será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XX-A da Lei nº 11.357/2006.

(*) A GDPFnde será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XX-A da Lei nº 11.357/2006.

(*) A GDPFnde será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XX-A da Lei nº 11.357/2006.
## 24. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE

Plano Especial de Cargos do FNDE - PECFNDE

Cargos: Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos do FNDE

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Intermediário</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PA DRÁO</th>
<th>VB</th>
<th>GDPFNDE</th>
<th>* GQ - Gratificação de Qualificação</th>
<th>ATIVO TOTAL (em R$) - 80 pts.</th>
<th>ATIVO TOTAL (em R$) - 100 pts.</th>
<th>GDPFNDE</th>
<th>APOSENTO TOTAL (em R$) - 50 pts.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Sem GQ</td>
<td>Com GQ</td>
<td></td>
<td>Sem GQ</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>D</td>
<td>IV/2.935,54</td>
<td>2.773,60</td>
<td>3.467,00</td>
<td>715,61</td>
<td>5.708,14</td>
<td>6.424,75</td>
<td>4.602,54</td>
<td>7.118,15</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III/2.864,50</td>
<td>2.772,00</td>
<td>3.465,00</td>
<td>700,10</td>
<td>5.636,50</td>
<td>6.336,60</td>
<td>4.529,50</td>
<td>7.029,60</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I/2.727,54</td>
<td>2.768,80</td>
<td>3.461,00</td>
<td>670,19</td>
<td>5.496,34</td>
<td>6.166,53</td>
<td>4.386,52</td>
<td>6.658,73</td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td>IV/2.661,52</td>
<td>2.760,00</td>
<td>3.450,00</td>
<td>655,79</td>
<td>5.421,52</td>
<td>6.077,31</td>
<td>4.358,60</td>
<td>5.877,85</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III/2.597,12</td>
<td>2.716,80</td>
<td>3.396,00</td>
<td>641,39</td>
<td>5.313,92</td>
<td>5.955,31</td>
<td>4.295,12</td>
<td>5.636,51</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II/2.534,27</td>
<td>2.673,60</td>
<td>3.342,00</td>
<td>628,09</td>
<td>5.207,87</td>
<td>5.835,96</td>
<td>4.205,27</td>
<td>5.433,36</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I/2.472,94</td>
<td>2.632,00</td>
<td>3.290,00</td>
<td>614,80</td>
<td>5.104,94</td>
<td>5.719,74</td>
<td>4.117,94</td>
<td>5.237,74</td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td>IV/2.413,10</td>
<td>2.554,40</td>
<td>3.193,00</td>
<td>601,51</td>
<td>4.967,50</td>
<td>5.569,01</td>
<td>4.009,60</td>
<td>5.111,11</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III/2.354,70</td>
<td>2.504,00</td>
<td>3.130,00</td>
<td>588,22</td>
<td>4.858,70</td>
<td>5.446,92</td>
<td>3.919,70</td>
<td>4.907,92</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II/2.297,72</td>
<td>2.456,00</td>
<td>3.070,00</td>
<td>576,03</td>
<td>4.753,72</td>
<td>5.329,75</td>
<td>3.832,72</td>
<td>4.408,75</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I/2.242,11</td>
<td>2.411,20</td>
<td>3.014,00</td>
<td>563,84</td>
<td>4.653,31</td>
<td>5.217,15</td>
<td>3.749,11</td>
<td>4.312,95</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V/2.187,85</td>
<td>2.366,40</td>
<td>2.958,00</td>
<td>551,66</td>
<td>4.554,25</td>
<td>5.105,91</td>
<td>3.666,85</td>
<td>4.218,51</td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td>IV/2.134,90</td>
<td>2.284,00</td>
<td>2.855,00</td>
<td>539,47</td>
<td>4.418,90</td>
<td>4.958,37</td>
<td>3.562,40</td>
<td>4.101,87</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III/2.083,23</td>
<td>2.244,00</td>
<td>2.805,00</td>
<td>531,40</td>
<td>4.327,23</td>
<td>4.855,63</td>
<td>3.485,73</td>
<td>4.014,13</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II/2.032,62</td>
<td>2.205,60</td>
<td>2.757,00</td>
<td>517,32</td>
<td>4.238,42</td>
<td>4.755,74</td>
<td>3.411,32</td>
<td>3.928,64</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I/1.983,63</td>
<td>2.169,60</td>
<td>2.712,00</td>
<td>506,24</td>
<td>4.153,23</td>
<td>4.659,47</td>
<td>3.339,63</td>
<td>3.845,87</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V/1.935,63</td>
<td>2.133,60</td>
<td>2.667,00</td>
<td>495,16</td>
<td>4.069,23</td>
<td>4.564,39</td>
<td>3.269,13</td>
<td>3.764,29</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Elaborado:CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
### 24. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE

Plano Especial de Cargos do FNDE - PECFNDE
Cargo: Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos do FNDE

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Auxiliar</th>
<th>ATIVO</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>TOTAL (em R$) - 50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>1.427,67</td>
<td>1.309,60</td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td>1.386,76</td>
<td>1.294,40</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>1.347,02</td>
<td>1.280,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios N° 73
Fica estruturado, a partir de 1º de outubro de 2006, o Plano Especial de Cargos do FNDE - PECFNDE, com postos pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas não integrantes de Carreiras estruturadas, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do FNDE, nele lotados em 31 de dezembro de 2005 ou que venham a ser para ele redistribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até 31 de dezembro de 2005. (redação dada pela Lei nº 11.490, de 2007 art. 42 da Lei nº 11.357/2006)

Os servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo de que trata o art. 42 da Lei nº 11.357/2006 serão enquadrados no PECFNDE de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela, conforme Anexo XIX da Lei nº 11.357/2006.

**FDNE** - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

**GDPFNDE** - Gratificação de Desempenho de Atividade do Plano Especial de Cargos do FNDE (Anexo XX-A à Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006)

Instituída a Gratificação de Desempenho do Plano Especial de Cargos do FNDE - GDPFNDE, devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo integrantes do Plano Especial de Cargos do FNDE, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no FNDE, a ser paga observando-se o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XX-A da Lei nº 11.357/2006.

(*) A GDPFNDE será paga observada o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XX-A da Lei nº 11.357/06

A pontuação referente à GDPFNDE será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retomado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDPFNDE no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Até que sejam publicados os atos a que se refere o art. 48-D e 48-E da Lei nº 11.357/06 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDPFNDE deverão percebê-la em valor correspondente a oitenta pontos.

(*** Aposentado: O disposto no art. 42 da Lei nº 11.357/2006 aplica-se aos aposentados e pensionistas. (§ 4º do art. 42 da Lei nº 11.357/2006)

(****) Opção da GDPFNDE - aposentado/pensionista arts. 14 ao 18 da Lei nº 13.325, de 2016.

A opção de que tratam os arts. 15 e 16 da Lei nº 13.325, de 2016 somente será válida com a assinatura de termo de opção na forma do Anexo XXVI da Lei nº 13.325, de 2016, que incluirá a expressa concordância do servidor, do aposentado ou do pensionista (item I, II e III do art. 18 da Lei nº 13.325, de 2016).

Legislações Correspondentes:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Lei Delegada nº 13 de 27.08.92</th>
<th>Lei nº 10.698 de 02.07.2003</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Lei nº 8.622 de 19.01.93</td>
<td>Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.645 de 01.04.93</td>
<td>Lei nº 10.971 de 25.11.2004</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.659 de 27.05.93</td>
<td>Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.676 de 13.07.93 art. 4º</td>
<td>Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.880 de 27.05.94</td>
<td>Lei nº 11.357 de 19.10.2006</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98</td>
<td>Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001</td>
<td>Lei nº 11.490 de 20 de junho de 2007</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.331 de 18.12.2001</td>
<td>Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.404 de 09.01.2002</td>
<td>Lei nº 11.907 de 02.02.2009</td>
</tr>
<tr>
<td>Decreto nº 4.247 de 22.05.2002</td>
<td>Decreto nº 7.133 de 19.03.2010</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 260 de 21.06.2002</td>
<td>Portaria nº 260 de 11.05.2012 art.37</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 363 de 21.06.2002</td>
<td>Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 79</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 29 de 29.08.2002</td>
<td>Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 81</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 442 de 31.10.2002</td>
<td>Lei nº 13.325 de 29.07.2016 art. 11 ao art. 13</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.697 de 02.07.2003</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
## 25. FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

CARGO: Médico do Quadro Pessoal da FUNAI, de que trata a Lei nº 11.907/2009
CARGO: Médico Veterinário do Quadro Pessoal da FUNAI, de que trata a Lei nº 11.907/2009

### Nível Superior - 20 h

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDM-FUNAI</th>
<th>GA P/N</th>
<th>ATIVO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td><a href="*">**</a></td>
<td><a href="***">***</a></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Nível Superior - 40 h

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDM-FUNAI</th>
<th>GA P/N</th>
<th>ATIVO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td><a href="*">**</a></td>
<td><a href="***">***</a></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
Jornada de Trabalho de Médico é de: 20 horas

Nível Superior - 20 h - A jornada de trabalho dos ocupantes dos cargos de Médico e Medico Veterinário, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o art. 40 da Lei nº 12.702/2012 é de 20 (vinte) horas semanais. (§ 1º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

Nível Superior - 40 h - Os ocupantes dos cargos efetivos de que trata o art. 41 da Lei nº 12.702/2012 poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observado o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira. (§§ 2º e 3º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

VB - Vencimento Básico

GDM-FUNAI - Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Quadro de Pessoal da FUNAI, de que trata a Lei nº 11.907, de 2009

Fica instituída, a partir de 1º de julho de 2012, a GDM-FUNAI devida, exclusivamente, aos servidores ocupantes do cargo de Médico e Médico Veterinário quando em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no órgão ou entidade de alocação.

(****) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que versará sobre o plano de desempenho do servidor, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho a que faz jus, no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(****) A GDM-FUNAI terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes, padrões, e jornada de trabalho, ao valor estabelecido no Anexo XLV da Lei nº 12.702/2012.

A pontuação máxima da GDM-FUNAI será assim distribuída: I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional. (§ 1º até § 17 da Lei nº 12.702/2012)

GAPIN - Gratificação de Apoio à Execução da Política Indigenista - Anexo XLV da MP 568/2012

As Gratificações de Desempenho de Atividade Médica de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 serão atribuídas em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos para as gratificações de desempenho que os servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 percebiam na data de publicação desta Lei, inclusive para fins de incorporação de os proventos de aposentadoria e às pensões, até que seja editado ato que regulamente os critérios e procedimentos específicos para as referidas gratificações. (§ 2º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

(****) Aposentado - A mudança da gratificação de desempenho atualmente percebida pelos servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 para as Gratificações de Desempenho de Atividade Médica do respectivo Plano de Cargos ou Carreira ou Quadro de Pessoal não representa descontinuidade de sua percepção para efeito de aposentadoria e ciclo de avaliação de desempenho. (§ 1º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

(****) Aposentado GAPIN - Aplica-se a GAPIN às aposentadorias e pensões. - § 4º do art. 109 da MP 441/08

A GAPIN somente integrará os proventos da aposentadoria e as pensões se tiver sido percebida pelo servidor que a ela fizer jus por mais de sessenta meses. (§ 4º do art. 109 da Lei nº 11.907/2009 - redação dada pela MP nº 479, de 2009)

Legislação Correspondente:

Lei nº 8.112 de 11.12.1990
Lei Delegada nº 13 de 27.08.92
Lei nº 8.645 de 01.04.93
Lei nº 8.659 de 27.05.93
Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º
Lei nº 10.331 de 18.12.2001
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006
Lei nº 11.357 de 19.10.2006
Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15
Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
Lei nº 11.490 de 20.06.2007 art.15
Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008
Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008
Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009
Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Lei nº 12.269 de 21.06.2010
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012
Lei nº 12.702 de 07.08.2012
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 89
Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 81
25. FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Quadro de Pessoal da Fundação Nacional do Índio-FUNAI
Cargos: Nível Superior do Quadro de Pessoal da FUNAI
Cargo: Indigenista Especializado da FUNAI, de nível superior (item V do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>CLASSE</strong></td>
<td><strong>PADRÃO</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>A</strong></td>
<td><strong>B</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td>III</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VI</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VI</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VI</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
</tr>
</tbody>
</table>
**FUNAI** - Fundação Nacional do Índio
**VB** - Vencimento Básico (anexo III da Lei nº 11.357/2006 - MP 431/2008)

**GAPIN** - Gratificação de Apoio à Execução da Política Indigenista - (Anexo LXXII à Lei no 11.907, de 2 de fevereiro de 2009)

Até que sejam providos os cargos efetivos criados pelo art. 1º-B da Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006, fica o Presidente da FUNAI autorizado a requisitar, no âmbito da administração pública federal, servidores ocupantes de cargos efetivos do Plano de Classificação de Cargos - PCC instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE instituído pela Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006, e de Planos correlatos, não integrantes de carreiras estruturadas, para exercício na entidade, independentemente da ocupação de cargo em comissão ou função de confiança. (§ 1º, §2º e §3º art. 29 da Lei nº 12.269/2010)

**GAPIN** - Gratificação de Apoio à Execução da Política Indigenista - GAPIN (01.07.2008), devida, exclusivamente, aos servidores titulares de cargos de provimento efetivo, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quando em efetivo exercício na Funai e enquanto permanecerem nesta condição. (art. 109 da Lei nº 11.907/2009)

Os servidores que fizerem jus à GAPIN que cumprirem jornada de trabalho inferior a 40 (quarenta) horas semanais perceberão a gratificação proporcional à sua jornada de trabalho.

**GDAIN** - Gratificação de Desempenho de Atividade Indigenista

Gratificação de Desempenho de Atividade Indigenista - GDAIN, instituída pela Lei no 11.907, de 2009, devida aos titulares de cargos de provimento efetivo, de níveis superior, intermediário e auxiliar, regidos pela Lei no 8.112, de 1990, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo na Fundação Nacional do Índio - FUNAI (item XIII do art. 1º do Decreto nº 7.133/2010) (art. 110 da Lei nº 11.907/2009)

(*) Até que seja processada a sua primeira avaliação de desempenho que venha a surtir efeito financeiro, o servidor que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos, sem direito à percepção da GDAIN no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(*) Até a edição dos atos a que se referem os §§ 6º e 7º art. 111 da Lei nº 11.907/2009 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores em exercício na Funai que optarem pela percepção da GDAIN deverão percebê-la em valor correspondente a 80 (oitenta) pontos. (§ 9º do art. 111 da Lei nº 11.907/2009)

(*) A GDAIN será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo LXXIII da MP 441/08.

A pontuação referente às GDAIN será assim distribuída:
1. até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual;
2. até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(**) Aposentado GDAIN - § 6º do art. 116 da Lei 11.907/2009

(**) Aposentado GAPIN - Aplica-se a GAPIN às aposentadorias e pensões. - § 6 do art. 111 e art. 116 da Lei nº 11.907/2009

A GAPIN somente integrará os proventos da aposentadoria e as pensões se tiver sido percebida pelo servidor que a ela fizer jus por mais de sessenta meses. (§ 4º do art. 109 da Lei 11.907/2009 - redação dada pela MP nº 479, de 2009)

(**) Opção da GDAIN - aposentado/pensionista art. 87 ao art. 91 da Lei nº 13.324, de 2016.

Legislações Correspondentes:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Lei/Decreto</th>
<th>Medida</th>
<th>Medida/Decreto</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Lei Delegada nº 13 de 27.08.92</td>
<td>Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007</td>
<td>Decreto nº 7.133 de 19.03.2010</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.645 de 01.04.93</td>
<td>Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008</td>
<td>Lei nº 12.269 de 21.06.2010</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8</td>
<td>Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008</td>
<td>Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 13 e art. 87 ao art. 91</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.697 de 02.07.2003</td>
<td>Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006</td>
<td>Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
### FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

**Quadro de Pessoal da Fundação Nacional do Índio**

Cargos: Nível Intermediário do Quadro de Pessoal da FUNAI

Cargo: Agente em Indigenismo da FUNAI, de nível intermediário (item VI do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Intermediário</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>CLASSE</strong></td>
<td><strong>PADRÃO</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>A</strong></td>
<td><strong>B</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>ESPECIAL</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>2.145,23</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>2.123,99</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>2.102,96</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>C</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>VI</td>
<td>2.071,88</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>2.051,37</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>2.031,06</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>2.010,95</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>1.991,03</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>1.971,32</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>B</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>VI</td>
<td>1.942,19</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>1.922,95</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>1.903,91</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>1.885,06</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>1.866,40</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>1.847,91</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>A</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>1.820,61</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>1.802,58</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>1.784,73</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>1.767,06</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>1.749,57</td>
</tr>
</tbody>
</table>
**FUNAI - Fundação Nacional do Índio**

**VB - Vencimento Básico (anexo III da Lei nº 11.357/2006 - MP 431/2008)**

**GAPIN - Gratificação de Apoio à Execução da Política Indigenista - Anexo LXXXII da MP 441/08**

Até que sejam providos os cargos efetivos criados pelo art. 1º-B da Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006, fica o Presidente da FUNAI autorizado a requisitar, no âmbito da administração pública federal, servidores ocupantes de cargos efetivos do Plano de Classificação de Cargos - PCC, instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE instituído pela Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, e de Planos correlatos, não integrantes de carreiras estruturadas, para exercício na entidade, independentemente da ocupação de cargo em comissão ou função de confiança. (§ 1º, §2º e §3º art. 29 da Lei nº 12.269/2010)

Instituída a Gratificação de Apoio à Execução da Política Indigenista - GAPIN (01.07.2008), devida, exclusivamente, aos servidores titulares de cargos de provimento efetivo, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quando em efetivo exercício na Funai e enquanto permanecerem nesta condição. (art. 109 da Lei nº11.907/2009)

Os servidores que fizerem jus à GAPIN que cumprirem jornada de trabalho inferior a 40 (quarenta) horas semanais perceberão a gratificação proporcional à sua jornada de trabalho.

**GDAIN - Gratificação de Desempenho de Atividade Indigenista**

Gratificação de Desempenho de Atividade Indigenista - GDAIN, instituída pela Lei no 11.907, de 2009, devida aos titulares de cargos de provimento efetivo, de níveis superior, intermediário e auxiliar, regidos pela Lei no 8.112, de 1990, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo na Fundação Nacional do Índio - FUNAI (item XIII do art. 1º do Decreto nº 7.133/2010) (art. 110 da Lei nº 11.907/2009)

(*) Até que seja processada a sua primeira avaliação de desempenho que venha a surtir efeito financeiro, o servidor que tenha retomado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAIN no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a cento pontos.

(*) A GDAIN será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo LXXXIII da MP 441/08.

A pontuação referente à GDAIN será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até cento pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(**) Aposentado GDAIN - § 6º do art. 116 da Lei nº 11.907/2009

(**) Aposentado GAPIN - Aplica-se a GAPIN às aposentadorias e pensões. - § 6 do art. 111 e art. 116 da Lei nº 11.907/2009

A GAPIN somente integrará os proventos da aposentadoria e as pensões se tiver sido percebida pelo servidor que a ela fizer jus por mais de sessenta meses. (§ 4º do art. 109 da Lei nº 11.907/2009 - redação dada pela MP nº 479, de 2009)

(**) Opção da GDAIN - aposentado/pensionista art. 87 ao art. 91 da Lei nº 13.324, de 2016.

Legislações Correspondentes:

- Lei Delegada nº 13 de 27.08.92
- Lei nº 8.645 de 01.04.93
- Lei nº 8.659 de 27.05.93
- Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º
- Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º
- Medida Provisória nº 10.697 de 02.07.2003
- Medida Provisória nº 10.698 de 02.07.2003
- Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006
- Medida Provisória nº 11.357 de 19.10.2006
- Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15
- Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
- Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008
- Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008
- Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008
- Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
- Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
- Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006
- Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
- Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008
- Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008
- Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008
- Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
- Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
- Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009
- Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
- Medida Provisória nº 765 de 29.12.2016 (item V do art. 50)
## 25. FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Quadro de Pessoal da Fundação Nacional do Índio

Cargos: Nível Auxiliar do Quadro de Pessoal da FUNAI

Cargo: Auxiliar em Indigenismo da FUNAI, de nível auxiliar (item VII do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

### Nível Auxiliar

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classe</th>
<th>V B</th>
<th>GAPN</th>
<th>GDA IN</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDA IN</th>
<th>APOSENADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73*
Até que sejam providos os cargos efetivos criados pelo art. 1º-B da Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006, fica o Presidente da FUNAI autorizado a requisitar, no âmbito da administração pública federal, servidores ocupantes de cargos efetivos do Plano de Classificação de Cargos - PCC, instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGE, instituído pela Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006, e de Planos correlatos, não integrantes de carreiras estruturadas, para exercício, na entidade, independentemente da ocupação em comissão ou função de confiança. (§ 1º, § 2º e § 3º art. 29 da Lei no 12.269/2010)

Instituída a Grataficação de Aplício à Execução da Política Indígena - GAPIN (01.07.2008), devendo, exclusivamente, aos servidores titulares de cargos de provimento efetivo, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quando em efetivo exercício na Funai e enquanto permanecerem nesta condição. (art. 109 da Lei no 11.907/2009)

Os servidores que fizerem jus à GAPIN, que cumprirem jornada de trabalho inferior a 40 (quarenta) horas semanais, perceberão a gratificação proporcional à sua jornada de trabalho.

GDAIN - Grataficação de Desempenho de Atividade Indígena

Gratificação de Desempenho de Atividade Indígena - GDAIN, instituída pela Lei no 11.907, de 2009, devida aos titulares de cargos de provimento efetivo, de níveis superior, intermediário e auxiliar, regidos pela Lei no 8.112, de 1990, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo na Fundação Nacional do Índio - FUNAI (item XIX do art. 1º do Decreto no 7.133/2010) (art. 110 da Lei no 11.907/2009)

(*) Até que seja processada a sua primeira avaliação de desempenho que venha a surgir efeito financeiro, o servidor que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAIN no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(§ 6º da lei nº 11.907/2009)

(*) A GDAIN será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo LXXIII da MP 441/08.

A pontuação referente à GDAIN será assim distribuída:
I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual;
II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(***) Aposentado GDAIN - § 6º do art. 116 da Lei 11.907/2009

A GDAIN somenter integrará os proventos da aposentadoria e as pensões se tiver sido recebida pelo servidor que a ela fizer jus por mais de sessenta meses. (§ 4º do art. 109 da Lei 11.907/2009 - redação dada pela MP 479, de 2009)

Legislações Correspondentes:

** Lei no 11.357 de 2007 - MP 431/2008
Lei 8.645 de 01.04.93
Lei 8.659 de 27.05.93
Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001
Lei nº 10.331 de 18.12.2001
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006
Lei nº 11.357 de 19.10.2006
Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006
Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
Lei nº 11.490 de 20.06.2007
Medida Provisória nº 421 de 29.07.2008
Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008
Lei no 11.784 de 22.09.2008
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009
Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Lei nº 12.259 de 21.06.2010
Lei nº 12.778 de 28.12.2006
Medida Provisória nº 632 de 24.12.2013
Lei nº 12.989 de 18.06.2014
Lei nº 13.328 de 29.07.2016
Lei nº 13.324 de 29.07.2016
Lei nº 13.324 de 29.07.2016
Lei nº 13.324 de 29.07.2016
Lei nº 13.324 de 29.07.2016
### 26. FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ

Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública da FIOCRUZ

Carreira de Pesquisa em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública

Cargo: Pesquisador em Saúde Pública - FIOCRUZ

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>Classe</th>
<th>Qualificação</th>
<th>Salário Total (R$) - 80 pts.</th>
<th>Salário Total (R$) - 100 pts.</th>
<th>Salário Total (R$) - 50 pts.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>Mestre</td>
<td>16.311,81</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>Doutor</td>
<td>18.616,81</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>11.646,49</td>
<td>14.343,84</td>
<td>15.468,53</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>ATIVO</td>
<td>11.273,71</td>
<td>13.884,52</td>
<td>14.960,02</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>10.913,09</td>
<td>13.442,91</td>
<td>14.463,93</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>ATIVO</td>
<td>10.506,33</td>
<td>13.039,90</td>
<td>15.996,22</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>10.065,33</td>
<td>12.601,10</td>
<td>15.104,22</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>ATIVO</td>
<td>9.743,86</td>
<td>12.007,12</td>
<td>15.167,47</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>9.286,76</td>
<td>11.448,19</td>
<td>15.167,47</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>ATIVO</td>
<td>9.059,33</td>
<td>11.271,10</td>
<td>15.014,22</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>8.641,36</td>
<td>10.904,62</td>
<td>14.499,97</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>ATIVO</td>
<td>8.224,26</td>
<td>10.385,69</td>
<td>13.773,51</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>7.806,33</td>
<td>10.050,42</td>
<td>13.305,33</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>ATIVO</td>
<td>7.488,76</td>
<td>9.724,61</td>
<td>12.892,46</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>7.069,28</td>
<td>9.382,46</td>
<td>12.324,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>ATIVO</td>
<td>6.754,62</td>
<td>8.948,86</td>
<td>11.874,45</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>6.435,00</td>
<td>8.542,40</td>
<td>11.316,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>ATIVO</td>
<td>6.136,99</td>
<td>8.240,91</td>
<td>10.783,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>5.929,70</td>
<td>7.904,58</td>
<td>10.348,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Aposentado

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>Classe</th>
<th>Qualificação</th>
<th>Salário Total (R$) - 80 pts.</th>
<th>Salário Total (R$) - 100 pts.</th>
<th>Salário Total (R$) - 50 pts.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Titular</td>
<td>II</td>
<td>Aperi/Spec</td>
<td>11.141,49</td>
<td>13.884,52</td>
<td>14.960,02</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>Mestre</td>
<td>16.311,81</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>Doutor</td>
<td>18.616,81</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>11.646,49</td>
<td>14.343,84</td>
<td>15.468,53</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>ATIVO</td>
<td>11.273,71</td>
<td>13.884,52</td>
<td>14.960,02</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>10.913,09</td>
<td>13.442,91</td>
<td>14.463,93</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>ATIVO</td>
<td>10.506,33</td>
<td>13.039,90</td>
<td>15.996,22</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>10.065,33</td>
<td>12.601,10</td>
<td>15.104,22</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>ATIVO</td>
<td>9.743,86</td>
<td>12.007,12</td>
<td>15.167,47</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>9.286,76</td>
<td>11.448,19</td>
<td>15.167,47</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>ATIVO</td>
<td>9.059,33</td>
<td>11.271,10</td>
<td>15.014,22</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>8.641,36</td>
<td>10.904,62</td>
<td>14.499,97</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>ATIVO</td>
<td>8.224,26</td>
<td>10.385,69</td>
<td>13.773,51</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>7.806,33</td>
<td>10.050,42</td>
<td>13.305,33</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>ATIVO</td>
<td>7.488,76</td>
<td>9.724,61</td>
<td>12.892,46</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>7.069,28</td>
<td>9.382,46</td>
<td>12.324,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>ATIVO</td>
<td>6.754,62</td>
<td>8.948,86</td>
<td>11.874,45</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>6.435,00</td>
<td>8.542,40</td>
<td>11.316,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>ATIVO</td>
<td>6.136,99</td>
<td>8.240,91</td>
<td>10.783,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>5.929,70</td>
<td>7.904,58</td>
<td>10.348,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

232
Integram o Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública as Carreiras e cargos mencionados no art. 12 da Lei nº 11.355/2006. São transpostos para as carreiras do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública os atuais cargos efetivos das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, integrantes do Quadro de Pessoal da FIOCRUZ, em 22 de julho de 2005. (§§ 1º ao 6º do art. 27 da MP 301/2006).

**GB - Vencimento Básico** - (Anexo IX-A à Lei no 11.355, de 19 de outubro de 2006)

**GDACTSP** - Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública

(*) A GDACT será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo IX-B da Lei no 11.355, de 19 de outubro de 2006.

A pontuação referente à GDACTSP será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém-nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retomado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDACTSP no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a atéenta pontos.

Até que seja publicado o ato a que se refere os arts. 34-A e 35 da MP 441/08 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDACTSP deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de gratificação de desempenho, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante do Anexo IX-B da MP 441/08.

RT - Retribuição por Titulação - servidores de nível superior, portadores de títulos de Doutor, Mestre ou certificado de aperfeiçoamento ou de especialização (Aperf./Espec), conforme (Anexo IX-C à Lei no 11.355, de 19 de outubro de 2006.

(*) Aposentado - GDACTSP - art. 149 da Lei nº 11.355 de 19.10.06 (redação dada art. 5º da Lei nº 11.490 de 20.06.07)

(*) Aposentado - RT - a RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação (§ 5º art. 61 da MP 441/2008)

(*) Opção da GDACTSP aposentado/pensionista - A opção de que tratam os arts. 29 e 30 da Lei nº 13.326/16 somente será válida com a assinatura de termo de opção, na forma do Anexo XXX da Lei nº 13.326/2016, que incluirá a expressa concordância do servidor, do aposentado ou do pensionista (art. 28 da Lei nº 13.326 de 29.07.2016);

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.691 de 28.07.93

Resolução nº 02 de 23.11.94

Medida Provisória nº 1.625-39 de 12.12.97

Lei nº 9.625 de 07.04.98

Lei nº 9.638 de 20.05.98

Decreto nº 2.665 de 10.07.98

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000


Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000


Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001

Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001

Decreto nº 3.762 de 05.03.2001

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2136-38 de 27.05.2001

Medida Provisória nº 2136-39 de 26.05.2001

Medida Provisória nº 2136-40 de 26.06.2001

Medida Provisória nº 2136-41 de 27.07.2001

Medida Provisória nº 2136-42 de 28.08.2001

Medida Provisória nº 2136-43 de 29.09.2001

Medida Provisória nº 2136-44 de 30.10.2001

Medida Provisória nº 2136-45 de 31.11.2001

Medida Provisória nº 2136-46 de 01.12.2001

Medida Provisória nº 2136-47 de 02.12.2001

Medida Provisória nº 2136-48 de 03.12.2001

Medida Provisória nº 2136-49 de 04.12.2001

Medida Provisória nº 2136-50 de 05.12.2001

Medida Provisória nº 2136-51 de 06.12.2001

Medida Provisória nº 2136-52 de 07.12.2001

Medida Provisória nº 2136-53 de 08.12.2001
## 26. FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ

Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública da FIOCRUZ

Carreira de Gestão em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública

Cargo: Analista de Gestão em Saúde da FIOCRUZ

Carreira de Desenvolvimento Tecnológico em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública

Cargo: Tecnologista em Saúde Pública da FIOCRUZ

---

### Nível Superior

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>80 pts.</th>
<th>100 pts.</th>
<th>RT</th>
<th>Remuneração por Titulação</th>
<th>ATIVO</th>
<th>TOTAL (em R$) - 80 pts.</th>
<th>ATIVO</th>
<th>TOTAL (em R$) - 100 pts.</th>
<th>ATIVO</th>
<th>TOTAL (em R$) - 50 pts.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública da FIOCRUZ

Carreira de Gestão em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública

Cargo: Analista de Gestão em Saúde da FIOCRUZ

Carreira de Desenvolvimento Tecnológico em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública

Cargo: Tecnologista em Saúde Pública da FIOCRUZ

---

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

*SIOCRUZ* - Fundação Oswaldo Cruz
Integram o Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública as Carreiras e cargos mencionados no art. 12 da Lei nº 11.355/2006.
São transportados para as carreiras do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública os atuais cargos efetivos das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, integrantes do Quadro de Pessoal da FIOCRUZ, em 22 de julho de 2005. (§ § 1o ao 6o do art. 27 da MP 301/2006)

*V B* - Vencimento Básico - (Anexo IX-A à Lei no 11.355, de 19 de outubro de 2006)

GDACTSP - Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública

(*) A GDACTSP será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo IX-B da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006.

A pontuação referente à GDACTSP será assim distribuída:
1 - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e
2 - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDACTSP no decorso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Até que se publique o ato a que se refere os arts. 34-A e 35 da MP 441/08 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDACTSP deverão perceber-a em valor correspondente ao último percentual recebido a título de gratificação de desempenho, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante do Anexo IX-B da MP 441/08.

RT - Retribuição por Títulização - servidores de nível superior, portadores de títulos de Doutor, Mestre ou certificado de aperfeiçoamento ou de especialização (Aper/Espect), conforme e Anexo IX-C à Lei no 11.355, de 19 de outubro de 2006.

(**) Aposentado - GDACTSP - art. 149 da Lei nº 11.355 de 19.10.06 (redação dada art. 5º da Lei nº 11.490 de 20.06.07)

(**) Aposentado - RT - a RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação (§ 5º art. 61 da MP 441/2008)

(**) Opção da GDACTSP - aposentado/pensionista. A opção de que tratam os arts. 29 e 30 da Lei nº 13.326/16 somente será válida com a assinatura de termo de opção, na forma do Anexo XXX da Lei nº 13.326/2016, que incluirá a expressa concordância do servid o, do aposentado ou do pensionista (art. 28 da Lei nº 13.326 de 29.07.2016).

**Legislações Correspondentes:**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Lei nº 8.691 de 28.07.93</th>
<th>Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Resolução nº 01 de 06.07.94</td>
<td>Lei nº 10.331 de 18.12.2001</td>
</tr>
<tr>
<td>Resolução nº 02 de 23.11.94</td>
<td>Lei nº 10.697 de 02.07.2003</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 9.625 de 07.04.98</td>
<td>Lei nº 10.769 de 19.11.2003</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 9.638 de 20.05.98</td>
<td>Medida Provisória nº 21 de 31.08.2004</td>
</tr>
<tr>
<td>Decreto nº 2.665 de 10.07.98</td>
<td>Lei nº 11.094 de 13.01.2005</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98</td>
<td>Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2.482-26 de 29.06.2000</td>
<td>Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2.482-28 de 28.08.2000</td>
<td>Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 8º</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2.482-29 de 27.09.2000</td>
<td>Lei nº 11.490 de 20.06.2007</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2.482-30 de 26.10.2000</td>
<td>Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2.482-31 de 23.11.2000</td>
<td>Lei nº 11.907 de 02.02.2009</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2.482-33 de 28.12.2000</td>
<td>Decreto nº 7.133 de 19.03.2010</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2.136-34 de 26.01.2001</td>
<td>Lei nº 12.269 de 21.06.2010</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2.136-35 de 23.02.2001</td>
<td>Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2.136-36 de 27.03.2001</td>
<td>Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 79</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2.136-37 de 26.04.2001</td>
<td>Lei nº 13.326 de 29.07.2016 arts 5 e 6 e arts 28 a 32</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2.136-38 de 24.05.2001</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2.136-39 de 31.05.2001</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2.150-40 de 28.06.2001</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2.150-41 de 27.07.2001</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2.150-42 de 24.08.2001</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
### Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PRAÇÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDACTSP</th>
<th>GD - Gratificação de Qualificação</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDACTSP</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Intermediário - GDACTSP 100 pontos</th>
<th>Posição: setembro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>CLASSE</td>
<td>PRAÇÃO</td>
</tr>
<tr>
<td>--------</td>
<td>---------</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Inicial - GDACTSP 80 pontos</th>
<th>Posição: setembro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>CLASSE</td>
<td>PRAÇÃO</td>
</tr>
<tr>
<td>--------</td>
<td>---------</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

26. FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ
Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública da FIOCRUZ
Carreira de Suporte à Gestão em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública (**) 
Cargo: Assistente Técnico de Gestão em Saúde da FIOCRUZ
Carreira de Suporte à Gestão em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública (*) 
Cargo: Técnico em Saúde da FIOCRUZ
O Decreto nº 3.762 de 05.03.2001
Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009
Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012
Decreto nº 12.702 de 07.08.2012
Decreto nº 7.922 de 18.02.2013
Medida Provisória nº 13.328 de 29.07.2016 art. 79
Medida Provisória nº 13.326 de 29.07.2016 arts 28 a 32
Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 8º
Decreto nº 1.490 de 20.06.2007
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
## Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PAÍRÃO</th>
<th>80 pts.</th>
<th>100 pts.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D</td>
</tr>
<tr>
<td>ATILO</td>
<td>ATM</td>
<td>ATE</td>
<td>ATO</td>
</tr>
<tr>
<td>Semi-RT</td>
<td>Aperf./Espc.</td>
<td>Mestre</td>
<td>Doutor</td>
</tr>
<tr>
<td>GDM-Figure</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>VII</td>
<td>4.560,84</td>
<td>985,46</td>
<td>1.231,42</td>
</tr>
<tr>
<td>VIII</td>
<td>5.460,84</td>
<td>1.000,00</td>
<td>1.300,00</td>
</tr>
<tr>
<td>IX</td>
<td>6.360,84</td>
<td>1.043,67</td>
<td>1.343,67</td>
</tr>
<tr>
<td>X</td>
<td>7.260,84</td>
<td>1.086,67</td>
<td>1.386,67</td>
</tr>
<tr>
<td>XI</td>
<td>8.160,84</td>
<td>1.130,00</td>
<td>1.430,00</td>
</tr>
<tr>
<td>XII</td>
<td>9.060,84</td>
<td>1.173,33</td>
<td>1.473,33</td>
</tr>
<tr>
<td>XIII</td>
<td>9.960,84</td>
<td>1.216,67</td>
<td>1.516,67</td>
</tr>
<tr>
<td>XIV</td>
<td>10.860,84</td>
<td>1.260,00</td>
<td>1.550,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### APERFEIÇOAMENTO

- Sem RT: Aperf./Espec. Mestre Doutor
- ( **** ): GDM-Figure

### Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública da FIOCRUZ

* Cargo: Médico do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública da FIOCRUZ - FIOCRUZ de que trata a Lei n.º 11.355/2006

* Cargo: Médico Veterinário do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública da FIOCRUZ - FIOCRUZ de que trata a Lei n.º 11.355/2006
Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
### Nível Superior

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDACTSP 80 pts.</th>
<th>RT Doutor</th>
<th>ATIVO TOTAL (em R$) - 80 pts. DOUTOR</th>
<th>ATIVO TOTAL (em R$) - 100 pts. DOUTOR</th>
<th>GDACTSP 50 pts. TOTAL (em R$) - 50 pts. DOUTOR</th>
<th>APOSENTADO TOTAL (em R$) - 50 pts. DOUTOR</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>SÊNIOR</td>
<td>ÚNICO</td>
<td>9.121,49</td>
<td>2.020,00</td>
<td>2.525,00</td>
<td>7.170,32</td>
<td>18.311,81</td>
<td>18.816,81</td>
<td>1.262,50</td>
</tr>
</tbody>
</table>

\[ \begin{align*}
A &= \text{Valor Basal} \\
B &= \text{GDACTSP} \\
C &= \text{RT Doutor} \\
D &= \text{ATIVO TOTAL (em R$) - 80 pts. DOUTOR} \\
E &= (A + B + D) \\
F &= (A + C + D) \\
G &= \text{GDACTSP 50 pts. TOTAL (em R$) - 50 pts. DOUTOR} \\
H &= (A + D + O)
\end{align*} \]
FIOCRUZ: Fundação Oswaldo Cruz

Integram o Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública as Carreiras e cargos mencionados no art. 12 da Lei nº 11.355/2006.

São transpostos para as carreiras do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública os atuais cargos efetivos das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, integrantes do Quadro de Pessoal da FIOCRUZ, em 22 de julho de 2005.

(V) A GDAC TSP será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo IX-B da Lei no 11.355, de 19 de outubro de 2006.

A pontuação referente à GDAC TSP será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

( * ) A opção da GDACTSP aposentado/pensionista - a opção de que tratam os arts. 29 e 30 da Lei nº 13.326/16 somente será válida com a assinatura de termo de opção, na forma do Anexo XXX da Lei nº 13.326/2016, que incluirá a expressa concordância do servidor, do aposentado ou do pensionista (art. 28 da Lei nº 13.326 de 29.07.2016).

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.691 de 28.07.93

Decreto nº 3.762 de 05.03.2001

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 8º

Resolução nº 01 de 06.07.94

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Lei nº 11.490, de 20.06.2007

Resolução nº 02 de 23.11.94

Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Medida Provisória nº 1.625-39 de 12.12.97

Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009

Lei nº 9.625 de 07.04.98

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010


Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000


Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000

Lei nº 13.326 de 29.07.2016 arts 5 e 6 e arts 28 a 32

Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000

Lei nº 13.326 de 29.07.2016


Lei nº 13.326 de 29.07.2016


Lei nº 13.326 de 29.07.2016

Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001

Lei nº 13.326 de 29.07.2016

Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001

Lei nº 13.326 de 29.07.2016

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Lei nº 13.326 de 29.07.2016
<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>GDACTSP</th>
<th>RT - Retribuição por Titulação</th>
<th>APOSENTO</th>
<th>GDACTSP</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>(%)</td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Cargos Nível Superior referidos no art. 28 da Lei nº 11.355/2006 - FIOCRUZ

* ATIVO

** GNDACTSP

*** AO
Integram o Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública as Carreiras e cargos mencionados no art. 12 da Lei nº 11.355/2006.

* Serão enquadrados, em cargos de idêntica denominação e atribuições, que passarão a integrar o Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública, os titulares dos cargos efetivos de nível superior do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.645, de 1970, ou de planos correlatos, os titulares de cargos de nível superior do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e os integrantes de cargos da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.483, de 2002, não integrantes das carreiras de que trata a Lei nº 8.691, de 1993, ou da Carreira de Procurador Federal, regidos pela Lei nº 8.112, de 1990, pertinentes ao Quadro de Pessoal da FIOCRUZ, em 22 de julho de 2005. (art. 28 da Lei nº 11.355/06 e art. 5º da MP 28/2006)

V - Vencimento Básico - (Anexo IX-A à Lei no 11.355, de 19 de outubro de 2006)

GDACTSP - Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública

(*) A GDACTSP será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo IX-B da Lei no 11.355, de 19 de outubro de 2006.

A pontuação referente à GDACTSP será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja publicado o ato a que se refere os arts. 34-A e 35 da MP 441/08 e processados os resultados da primeira avaliação de desempenho individual que venha a surgir efeitos financeiros, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha renunciado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDACTSP no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Até que seja publicado o ato a que se refere os arts. 34-A e 35 da MP 441/08 e processados os resultados da primeira avaliação de desempenho individual que venha a surgir efeitos financeiros, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha renunciado de licença sem vencimento ou cessão sem direito a percepção da GDACTSP no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constantes do Anexo IX-B da MP 441/08.

RT - Salário de Titulação - servidores de nível superior, portadores de títulos de Doutor, Mestre ou certificado de aperfeiçoamento ou de especialização (Aperf./Espec), conforme Anexo IX-C à Lei no 11.355, de 19 de outubro de 2006.

(*) Aposentado - GDACTSP - art. 149 da Lei nº 11.355 de 19.10.06 (redação dada pela Medida Provisória nº 11.490 de 20.06.07)

(*) Aposentado - RT - a RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se tíltulo, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação (§ 5º art. 61 da MP 441/2008)

(**) Opção da GDACTSP - aposentado/pensionista. A opção de que tratam os arts. 29 e 30 da Lei nº 13.326/16 somente será válida com a assinatura de termo de opção, na forma do Anexo XXX da Lei nº 13.326/2016, que incluirá a expressa concordância do servidor, do aposentado ou do pensionista (art. 28 da Lei nº 13.326 de 29.07.2016).

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.691 de 28.07.93
Resolução nº 01 de 06.07.94
Resolução nº 02 de 23.11.94
Medida Provisória nº 1.625-39 de 12.12.97
Lei nº 9.625 de 07.04.98
Lei nº 9.638 de 20.05.98
Decreto nº 2.665 de 10.07.98
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98
Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000
Medida Provisória nº 2048-28 de 27.08.2000
Medida Provisória nº 2048-29 de 29.09.2000
Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000
Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000
Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001
Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001
Decreto nº 3.762 de 05.03.2001

Lei nº 12.269 de 21.06.2010
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012
Lei nº 12.702 de 07.08.2012
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 79
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 arts 28 a 32
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 arts 5 e 6 e arts 28 a 32
26. F U N D AÇ Ã O O S W A L D O C R U Z - F IO C R U Z
P la no d e Ca rre ira s e Ca rgo s de Ciê ncia , T e cno lo gia , P rod uçã o e Ino va çã o e m S a úd e P úb lica da F IOCRUZ
* Cargos Nível Interm ediário referidos no art. 28 da Lei nº 11.355/2006 - F IO CRUZ
Nível Intermediário - GDACTSP - 80 pontos

P o s iç ã o : s e t e m b r o /2 0 1 7
G D A C TS P

ATIVO
CLASSE

PADRÃO

VB

GDACTSP
80 pts.

GQ - Gratificação de Qualificação
I

II

A P O S ENT A D O

5 0 pts .

TOTAL (em R$) - 80 pts.

III

IV

V

Sem GQ

I

II

III

IV

V

E

F

G

T O T A L ( e m R$ ) - 5 0 p t s .

( ** )

Se m G Q

I

II

III

IV

V

(*)

ESPECIAL

C

B

A

A

B

C

D

H=(A+B)

I=(A+B+C)

J=(A+B+D)

K=(A+B+E)

L=(A+B+F)

M=(A+B+G)

N

O = ( A + N)

P=( A +C +N )

Q =( A +D +N )

R =( A +E+N )

lll

4.210,93

872,00

846,98

1.238,47

1.829,46 2.329,13 3.294,45

5.082,93

5.929,91

6.321,40

6.912,39

7.412,06

8.377,38

5 4 5 ,0 0

4 . 7 5 5 ,9 3

5 .6 0 2 ,9 1

5 . 9 9 4 ,4 0

6 .5 8 5 ,3 9

7 .0 8 5 ,0 6

8 . 0 5 0 ,3 8

ll

4.072,61

852,80

816,57

1.195,57

1.764,80 2.248,30 3.178,44

4.925,41

5.741,98

6.120,98

6.690,21

7.173,71

8.103,85

5 3 3 ,0 0

4 . 6 0 5 ,6 1

5 .4 2 2 ,1 8

5 . 8 0 1 ,1 8

6 .3 7 0 ,4 1

6 .8 5 3 ,9 1

7 . 7 8 4 ,0 5

l

3.939,28

834,40

788,42

1.153,43

1.704,04 2.169,85 3.069,19

4.773,68

5.562,10

5.927,11

6.477,72

6.943,53

7.842,87

5 2 1 ,5 0

4 . 4 6 0 ,7 8

5 .2 4 9 ,2 0

5 . 6 1 4 ,2 1

6 .1 6 4 ,8 2

6 .6 3 0 ,6 3

7 . 5 2 9 ,9 7

VI

3.816,57

820,80

762,51

1.115,23

1.646,56 2.096,18 2.964,45

4.637,37

5.399,88

5.752,60

6.283,93

6.733,55

7.601,82

5 1 3 ,0 0

4 . 3 2 9 ,5 7

5 .0 9 2 ,0 8

5 . 4 4 4 ,8 0

5 .9 7 6 ,1 3

6 .4 2 5 ,7 5

7 . 2 9 4 ,0 2

V

3.690,90

803,20

734,35

1.074,78

1.587,06 2.022,51 2.859,70

4.494,10

5.228,45

5.568,88

6.081,16

6.516,61

7.353,80

5 0 2 ,0 0

4 . 1 9 2 ,9 0

4 .9 2 7 ,2 5

5 . 2 6 7 ,6 8

5 .7 7 9 ,9 6

6 .2 1 5 ,4 1

7 . 0 5 2 ,6 0

IV

3.568,19

784,80

708,45

1.037,00

1.531,53 1.950,83 2.758,33

4.352,99

5.061,44

5.389,99

5.884,52

6.303,82

7.111,32

4 9 0 ,5 0

4 . 0 5 8 ,6 9

4 .7 6 7 ,1 4

5 . 0 9 5 ,6 9

5 .5 9 0 ,2 2

6 .0 0 9 ,5 2

6 . 8 1 7 ,0 2

lll

3.456,38

772,00

684,80

1.001,57

1.479,91 1.883,14 2.663,72

4.228,38

4.913,18

5.229,95

5.708,29

6.111,52

6.892,10

4 8 2 ,5 0

3 . 9 3 8 ,8 8

4 .6 2 3 ,6 8

4 . 9 4 0 ,4 5

5 .4 1 8 ,7 9

5 .8 2 2 ,0 2

6 . 6 0 2 ,6 0

ll

3.341,33

754,40

661,14

966,98

1.427,27 1.817,03 2.569,11

4.095,73

4.756,87

5.062,71

5.523,00

5.912,76

6.664,84

4 7 1 ,5 0

3 . 8 1 2 ,8 3

4 .4 7 3 ,9 7

4 . 7 7 9 ,8 1

5 .2 4 0 ,1 0

5 .6 2 9 ,8 6

6 . 3 8 1 ,9 4

l

3.228,93

736,80

636,36

931,64

1.375,26 1.751,73 2.476,75

3.965,73

4.602,09

4.897,37

5.340,99

5.717,46

6.442,48

4 6 0 ,5 0

3 . 6 8 9 ,4 3

4 .3 2 5 ,7 9

4 . 6 2 1 ,0 7

5 .0 6 4 ,6 9

5 .4 4 1 ,1 6

6 . 1 6 6 ,1 8

VI

3.126,58

724,80

614,96

899,40

1.327,86 1.690,00 2.390,03

3.851,38

4.466,34

4.750,78

5.179,24

5.541,38

6.241,41

4 5 3 ,0 0

3 . 5 7 9 ,5 8

4 .1 9 4 ,5 4

4 . 4 7 8 ,9 8

4 .9 0 7 ,4 4

5 .2 6 9 ,5 8

5 . 9 6 9 ,6 1

V

3.021,36

708,00

593,56

867,58

1.280,76 1.629,48 2.304,43

3.729,36

4.322,92

4.596,94

5.010,12

5.358,84

6.033,79

4 4 2 ,5 0

3 . 4 6 3 ,8 6

4 .0 5 7 ,4 2

4 . 3 3 1 ,4 4

4 .7 4 4 ,6 2

5 .0 9 3 ,3 4

5 . 7 6 8 ,2 9

IV

2.918,13

691,20

569,91

834,69

1.231,96 1.570,14 2.219,95

3.609,33

4.179,24

4.444,02

4.841,29

5.179,47

5.829,28

4 3 2 ,0 0

3 . 3 5 0 ,1 3

3 .9 2 0 ,0 4

4 . 1 8 4 ,8 2

4 .5 8 2 ,0 9

4 .9 2 0 ,2 7

5 . 5 7 0 ,0 8

lll

2.823,16

679,20

550,77

805,21

1.189,78 1.513,60 2.141,11

3.502,36

4.053,13

4.307,57

4.692,14

5.015,96

5.643,47

4 2 4 ,5 0

3 . 2 4 7 ,6 6

3 .7 9 8 ,4 3

4 . 0 5 2 ,8 7

4 .4 3 7 ,4 4

4 .7 6 1 ,2 6

5 . 3 8 8 ,7 7

ll

2.725,97

663,20

530,49

775,84

1.145,58 1.458,64 2.062,27

3.389,17

3.919,66

4.165,01

4.534,75

4.847,81

5.451,44

4 1 4 ,5 0

3 . 1 4 0 ,4 7

3 .6 7 0 ,9 6

3 . 9 1 6 ,3 1

4 .2 8 6 ,0 5

4 .5 9 9 ,1 1

5 . 2 0 2 ,7 4

l

2.630,45

647,20

509,09

745,29

1.100,68 1.403,29 1.984,56

3.277,65

3.786,74

4.022,94

4.378,33

4.680,94

5.262,21

4 0 4 ,5 0

3 . 0 3 4 ,9 5

3 .5 4 4 ,0 4

3 . 7 8 0 ,2 4

4 .1 3 5 ,6 3

4 .4 3 8 ,2 4

5 . 0 1 9 ,5 1

V

2.529,29

622,40

489,94

716,66

1.058,12 1.349,14 1.907,97

3.151,69

3.641,63

3.868,35

4.209,81

4.500,83

5.059,66

3 8 9 ,0 0

2 . 9 1 8 ,2 9

3 .4 0 8 ,2 3

3 . 6 3 4 ,9 5

3 .9 7 6 ,4 1

4 .2 6 7 ,4 3

4 . 8 2 6 ,2 6

IV

2.479,69

610,40

479,81

702,72

1.037,65 1.322,46 1.870,80

3.090,09

3.569,90

3.792,81

4.127,74

4.412,55

4.960,89

3 8 1 ,5 0

2 . 8 6 1 ,1 9

3 .3 4 1 ,0 0

3 . 5 6 3 ,9 1

3 .8 9 8 ,8 4

4 .1 8 3 ,6 5

4 . 7 3 1 ,9 9

lll

2.431,07

598,40

470,80

689,21

1.017,19 1.296,57 1.833,63

3.029,47

3.500,27

3.718,68

4.046,66

4.326,04

4.863,10

3 7 4 ,0 0

2 . 8 0 5 ,0 7

3 .2 7 5 ,8 7

3 . 4 9 4 ,2 8

3 .8 2 2 ,2 6

4 .1 0 1 ,6 4

4 . 6 3 8 ,7 0

ll

2.383,40

586,40

461,79

675,69

997,04

1.271,09 1.797,59

2.969,80

3.431,59

3.645,49

3.966,84

4.240,89

4.767,39

3 6 6 ,5 0

2 . 7 4 9 ,9 0

3 .2 1 1 ,6 9

3 . 4 2 5 ,5 9

3 .7 4 6 ,9 4

4 .0 2 0 ,9 9

4 . 5 4 7 ,4 9

l

2.336,66

575,20

452,78

662,17

977,21

1.246,00 1.762,67

2.911,86

3.364,64

3.574,03

3.889,07

4.157,86

4.674,53

3 5 9 ,5 0

2 . 6 9 6 ,1 6

3 .1 4 8 ,9 4

3 . 3 5 8 ,3 3

3 .6 7 3 ,3 7

3 .9 4 2 ,1 6

4 . 4 5 8 ,8 3

Nível Intermediário - GDACTSP - 100 pontos
PADRÃO

VB

GDACTSP
100 pts.

GQ - Gratificação de Qualificação
I

T=( A +G + N)

P o s iç ã o : s e t e m b r o /2 0 1 7

ATIVO
CLASSE

S = ( A + F+N )

II

G D A C TS P

A P O S ENT A D O

5 0 pts .

TOTAL (em R$) - 100 pts.

III

IV

V

Sem GQ

I

II

III

IV

V

E

F

G

( ** )

T O T A L ( e m R$ ) - 5 0 p t s .
Se m G Q

I

II

III

IV

V

( *)
A
ESPECIAL

C

B

A

C

D

H=(A+B)

I=(A+B+C)

J=(A+B+D)

K=(A+B+E)

L=(A+B+F)

M=(A+B+G)

N

O = ( A + N)

P=( A +C +N )

Q =( A +D +N )

R =( A +E+N )

lll

4.210,93

1.090,00

846,98

1.238,47

1.829,46 2.329,13 3.294,45

5.300,93

6.147,91

6.539,40

7.130,39

7.630,06

8.595,38

5 4 5 ,0 0

4 . 7 5 5 ,9 3

5 .6 0 2 ,9 1

5 . 9 9 4 ,4 0

6 .5 8 5 ,3 9

7 .0 8 5 ,0 6

8 . 0 5 0 ,3 8

ll

4.072,61

1.066,00

B

816,57

1.195,57

1.764,80 2.248,30 3.178,44

5.138,61

5.955,18

6.334,18

6.903,41

7.386,91

8.317,05

5 3 3 ,0 0

4 . 6 0 5 ,6 1

5 .4 2 2 ,1 8

5 . 8 0 1 ,1 8

6 .3 7 0 ,4 1

6 .8 5 3 ,9 1

7 . 7 8 4 ,0 5

l

3.939,28

1.043,00

788,42

1.153,43

1.704,04 2.169,85 3.069,19

4.982,28

5.770,70

6.135,71

6.686,32

7.152,13

8.051,47

5 2 1 ,5 0

4 . 4 6 0 ,7 8

5 .2 4 9 ,2 0

5 . 6 1 4 ,2 1

6 .1 6 4 ,8 2

6 .6 3 0 ,6 3

7 . 5 2 9 ,9 7

VI

3.816,57

1.026,00

762,51

1.115,23

1.646,56 2.096,18 2.964,45

4.842,57

5.605,08

5.957,80

6.489,13

6.938,75

7.807,02

5 1 3 ,0 0

4 . 3 2 9 ,5 7

5 .0 9 2 ,0 8

5 . 4 4 4 ,8 0

5 .9 7 6 ,1 3

6 .4 2 5 ,7 5

7 . 2 9 4 ,0 2

V

3.690,90

1.004,00

734,35

1.074,78

1.587,06 2.022,51 2.859,70

4.694,90

5.429,25

5.769,68

6.281,96

6.717,41

7.554,60

5 0 2 ,0 0

4 . 1 9 2 ,9 0

4 .9 2 7 ,2 5

5 . 2 6 7 ,6 8

5 .7 7 9 ,9 6

6 .2 1 5 ,4 1

7 . 0 5 2 ,6 0

IV

3.568,19

981,00

708,45

1.037,00

1.531,53 1.950,83 2.758,33

4.549,19

5.257,64

5.586,19

6.080,72

6.500,02

7.307,52

4 9 0 ,5 0

4 . 0 5 8 ,6 9

4 .7 6 7 ,1 4

5 . 0 9 5 ,6 9

5 .5 9 0 ,2 2

6 .0 0 9 ,5 2

6 . 8 1 7 ,0 2

lll

3.456,38

965,00

684,80

1.001,57

1.479,91 1.883,14 2.663,72

4.421,38

5.106,18

5.422,95

5.901,29

6.304,52

7.085,10

4 8 2 ,5 0

3 . 9 3 8 ,8 8

4 .6 2 3 ,6 8

4 . 9 4 0 ,4 5

5 .4 1 8 ,7 9

5 .8 2 2 ,0 2

6 . 6 0 2 ,6 0

ll

3.341,33

943,00

661,14

966,98

1.427,27 1.817,03 2.569,11

4.284,33

4.945,47

5.251,31

5.711,60

6.101,36

6.853,44

4 7 1 ,5 0

3 . 8 1 2 ,8 3

4 .4 7 3 ,9 7

4 . 7 7 9 ,8 1

5 .2 4 0 ,1 0

5 .6 2 9 ,8 6

6 . 3 8 1 ,9 4

l

3.228,93

921,00

636,36

931,64

1.375,26 1.751,73 2.476,75

4.149,93

4.786,29

5.081,57

5.525,19

5.901,66

6.626,68

4 6 0 ,5 0

3 . 6 8 9 ,4 3

4 .3 2 5 ,7 9

4 . 6 2 1 ,0 7

5 .0 6 4 ,6 9

5 .4 4 1 ,1 6

6 . 1 6 6 ,1 8

VI

3.126,58

906,00

614,96

899,40

1.327,86 1.690,00 2.390,03

4.032,58

4.647,54

4.931,98

5.360,44

5.722,58

6.422,61

4 5 3 ,0 0

3 . 5 7 9 ,5 8

4 .1 9 4 ,5 4

4 . 4 7 8 ,9 8

4 .9 0 7 ,4 4

5 .2 6 9 ,5 8

5 . 9 6 9 ,6 1

V

3.021,36

885,00

593,56

867,58

1.280,76 1.629,48 2.304,43

3.906,36

4.499,92

4.773,94

5.187,12

5.535,84

6.210,79

4 4 2 ,5 0

3 . 4 6 3 ,8 6

4 .0 5 7 ,4 2

4 . 3 3 1 ,4 4

4 .7 4 4 ,6 2

5 .0 9 3 ,3 4

5 . 7 6 8 ,2 9

IV

2.918,13

864,00

569,91

834,69

1.231,96 1.570,14 2.219,95

3.782,13

4.352,04

4.616,82

5.014,09

5.352,27

6.002,08

4 3 2 ,0 0

3 . 3 5 0 ,1 3

3 .9 2 0 ,0 4

4 . 1 8 4 ,8 2

4 .5 8 2 ,0 9

4 .9 2 0 ,2 7

5 . 5 7 0 ,0 8

lll

2.823,16

849,00

550,77

805,21

1.189,78 1.513,60 2.141,11

3.672,16

4.222,93

4.477,37

4.861,94

5.185,76

5.813,27

4 2 4 ,5 0

3 . 2 4 7 ,6 6

3 .7 9 8 ,4 3

4 . 0 5 2 ,8 7

4 .4 3 7 ,4 4

4 .7 6 1 ,2 6

5 . 3 8 8 ,7 7

ll

2.725,97

829,00

530,49

775,84

1.145,58 1.458,64 2.062,27

3.554,97

4.085,46

4.330,81

4.700,55

5.013,61

5.617,24

4 1 4 ,5 0

3 . 1 4 0 ,4 7

3 .6 7 0 ,9 6

3 . 9 1 6 ,3 1

4 .2 8 6 ,0 5

4 .5 9 9 ,1 1

5 . 2 0 2 ,7 4

l

2.630,45

809,00

509,09

745,29

1.100,68 1.403,29 1.984,56

3.439,45

3.948,54

4.184,74

4.540,13

4.842,74

5.424,01

4 0 4 ,5 0

3 . 0 3 4 ,9 5

3 .5 4 4 ,0 4

3 . 7 8 0 ,2 4

4 .1 3 5 ,6 3

4 .4 3 8 ,2 4

5 . 0 1 9 ,5 1

V

2.529,29

778,00

489,94

716,66

1.058,12 1.349,14 1.907,97

3.307,29

3.797,23

4.023,95

4.365,41

4.656,43

5.215,26

3 8 9 ,0 0

2 . 9 1 8 ,2 9

3 .4 0 8 ,2 3

3 . 6 3 4 ,9 5

3 .9 7 6 ,4 1

4 .2 6 7 ,4 3

4 . 8 2 6 ,2 6

IV

2.479,69

763,00

479,81

702,72

1.037,65 1.322,46 1.870,80

3.242,69

3.722,50

3.945,41

4.280,34

4.565,15

5.113,49

3 8 1 ,5 0

2 . 8 6 1 ,1 9

3 .3 4 1 ,0 0

3 . 5 6 3 ,9 1

3 .8 9 8 ,8 4

4 .1 8 3 ,6 5

4 . 7 3 1 ,9 9

lll

2.431,07

748,00

470,80

689,21

1.017,19 1.296,57 1.833,63

3.179,07

3.649,87

3.868,28

4.196,26

4.475,64

5.012,70

3 7 4 ,0 0

2 . 8 0 5 ,0 7

3 .2 7 5 ,8 7

3 . 4 9 4 ,2 8

3 .8 2 2 ,2 6

4 .1 0 1 ,6 4

4 . 6 3 8 ,7 0

ll

2.383,40

733,00

461,79

675,69

997,04

1.271,09 1.797,59

3.116,40

3.578,19

3.792,09

4.113,44

4.387,49

4.913,99

3 6 6 ,5 0

2 . 7 4 9 ,9 0

3 .2 1 1 ,6 9

3 . 4 2 5 ,5 9

3 .7 4 6 ,9 4

4 .0 2 0 ,9 9

4 . 5 4 7 ,4 9

l

2.336,66

719,00

452,78

662,17

977,21

1.246,00 1.762,67

3.055,66

3.508,44

3.717,83

4.032,87

4.301,66

4.818,33

3 5 9 ,5 0

2 . 6 9 6 ,1 6

3 .1 4 8 ,9 4

3 . 3 5 8 ,3 3

3 .6 7 3 ,3 7

3 .9 4 2 ,1 6

4 . 4 5 8 ,8 3

Elaborado:CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

S = ( A + F+N )

T=( A +G + N)

244


Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

**FOICRÚZ - Fundação Oswaldo Cruz**

Integram o Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública as Carreiras e cargos mencionados no art. 12 da Lei n.º 11.355/2006.

* Serão enquadrados, em cargos de idêntica denominação e atribuições, que passarão a integrar o Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública, os titulares dos cargos efetivos de nível intermediário do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei n.º 5.825, de 1970, ou de cargos de nível intermédio do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que trata a Lei n.º 7.596, de 10 de abril de 1987, e os integrantes de cargos da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a Lei n.º 10.483, de 2002, não integrantes das carreiras de que trata a Lei n.º 8.691, de 1993, ou da Carreira de Procurador Federal, regida pela Lei n.º 8.112, de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal da FOICRÚZ, em 22 de julho de 2005, (art. 28 da Lei n.º 11.355/06 e art. 5º da MP 341/2006).

**VB - Vencimento Básico**

Anexo IX-A da Lei no 11.355, de 19 de outubro de 2006

**GDATSCP** - Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública

(*) A GDATSCP será paga observado o limite máximo de um ponto e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XXIII da MP 441/2008.

A pontuação referente à GDATSCP será assim distribuída:

- Até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual;
- Atribuirão pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surgir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que teve retorno de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDATSCP no decorso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a um ponto.

Até que seja publicado o ato a que se refere os arts. 34-A a 35 da MP 441/08 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nessa Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDATSCP deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de gratificação de desempenho, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante do Anexo IX-B da Lei n.º 11.355, de 19 de outubro de 2006.

**GO** - Gratificação de Qualificação - servidor de nível intermediário receberá a GO em valor correspondente: GO de nível I (cursos de capacitação ou qualificação profissional com carga horária mínima de 180 horas) - GO Nível II (cursos de capacitação ou qualificação profissional com carga horária mínima de 250 horas) - GO de Nível III (cursos de capacitação ou qualificação profissional com carga horária mínima de 360 horas ou graduação) - GO de Nível IV (titulação de mestre) - GO de Nível V (titulação de Doutor) (art. 75 do Decreto nº 7.922/2013) (Anexo IX-D da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006)

* GQ* Instalada pelo art. 41-B da Lei n.º 11.355, de 19 de 2006, concedida aos titulares de cargos de provimento efetivo de nível intermediário integrantes do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência e Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública de que trata a Lei n.º 11.355, de 2006 (inciso XV do art. 1º do Decreto nº 7.922/2013).

* É vedada a acumulação de diferentes níveis de GO e a acumulação desta GO com qualquer adicional ou gratificação que tenha como fundamento a qualificação profissional a título de legislação.

*(**) Ato do dirigente máximo da FOICRÚZ poderá dispor sobre os procedimentos específicos para concessão da GO, observado o disposto no Decreto nº 7.922/2013 e na Lei n.º 11.355, de 2006.

**(**) Aposentado - GDATSCP - art. 149 da Lei n.º 11.355 de 19.10.06 (redação dada a art.º 5º da Lei n.º 11.490 de 20.06.07)

**(**) Aposentado - GO - Aplica-se o art. 41-C da Lei n.º 11.355/06 aos aposentados e pensionistas.

A GO será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se os requisitos técnico-funcionais, académicos e organizacionais tiverem sido obtidos anteriormente à data da inativação (§ 7º do art. 41-B da Lei n.º 11.355/2006 e MP 479/2009)

**(**) Aposentado - GO - A percepção da GO nos proventos de aposentadoria e pensões observará a legislação de criação da respectiva gratificação e os regulamentos previdenciários aplicáveis a cada servidor. (art. 87º do Decreto nº 7.922/2013)

**(**) Opção da GDATSCP - aposentado e pensionista. A opção de que trata os arts. 29 e 30 da Lei n.º 13.326/16 somente será válida com a assinatura de termo de opção, na forma do Anexo XX da Lei n.º 13.326/2016, que incluirá a expressa concordância do servidor, do aposentado ou do pensionista (art. 28 da Lei n.º 13.326 de 29.07.2016).
27. GRUPO-DEFESA AÉREA E CONTROLE DO TRÁFEGO AÉREO - DACTA

* Cargo: Nível Superior - DACTA

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDASA</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDASA</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts. TOTAL (em R$)</td>
<td>50 pts. TOTAL (em R$)</td>
<td>50 pts. TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D=(A+B)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>4.338,23</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>4.220,06</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>4.105,12</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.985,56</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.771,40</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.668,68</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.568,75</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.471,56</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.370,44</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.278,63</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.189,33</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.102,46</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.017,95</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.935,76</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.772,61</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.697,09</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.623,64</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.552,18</td>
</tr>
</tbody>
</table>
* Cargo: Técnico de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo - NS
VB - Vencimento Básico (Anexo IX da MP 441/2008)

** GDASA - Gratificação de Desempenho de Atividade de Controle e Segurança de Tráfego Aéreo**

( * ) Até que sejam publicados os atos a que se refere o art. 4º e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional considerando o disposto no § 1º do art. 3º da MP 441/08, todos os servidores que fizerem jus à GDASA deverão percebê-la em valor correspondente a oitenta pontos.

( * ) A GDASA será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo II da MP 441/08, produzindo efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

A pontuação referente à GDASA será assim distribuída:
I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e
II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

( ** ) Aposentado - GDASA - art. 6º da Lei nº 10.551/02 (art. 26 da MP 441/2008)

( ** ) Opção da GDASA - aposentado/pensionista art. 87 da Lei nº 13.324, de 2016.

Legislações Correspondentes:
- Decreto nº 75.399 de 19.02.1975
- Decreto-Lei nº 1.445 de 13.02.1976
- Decreto nº 88.117 de 22.02.1983
- Lei nº 7.139 de 07.11.1983
- Lei Delegada nº 13 de 27.08.92
- Medida Provisória nº 807 art. 2º e 3º de 30.12.94
- Medida Provisória nº 1.652-43 de 05.05.98
- Lei nº 9.641 de 25.05.98
- Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98
- Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001
- Lei nº 10.331 de 18.12.2001
- Medida Provisória nº 48 de 26.06.2002
- Lei nº 10.551 de 13.11.2002
- Decreto nº 4.540 de 23.12.2002
- Lei nº 10.697 de 02.07.2003
- Lei nº 10.698 de 02.07.2003
- Lei nº 10.888 de 24.06.2004
- Medida Provisória nº 224 de 21.10.2004
- Lei nº 11.034 de 22.12.2004 art. 2º ao art. 4
- Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005
- Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006 art. 132.
- Lei nº 11.355 de 19.10.2006
- Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
- Lei nº 11.498 de 28.06.2007
- Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008
- Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
- Lei nº 11.907 de 02.02.2009
- Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
- Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 69
- Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art.26 e art. 27 e art. 87

---

*Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73*
### 27. GRUPO-DEFESA AÉREA E CONTROLE DO TRÁFEGO AÉREO - DACTA

Cargo: Nível Intermediário - DACTA

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDASA</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDASA</th>
<th>APOSENTO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D=(A+B)</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>III</strong></td>
<td><strong>II</strong></td>
<td><strong>I</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Especial</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>ESPECIAL</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>III</strong></td>
<td>2.466,11</td>
<td>3.427,20</td>
<td>4.284,00</td>
<td>5.893,31</td>
<td>6.750,11</td>
<td>2.142,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>II</strong></td>
<td>2.441,69</td>
<td>3.412,00</td>
<td>4.265,00</td>
<td>5.853,69</td>
<td>6.706,69</td>
<td>2.132,50</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>I</strong></td>
<td>2.417,52</td>
<td>3.397,60</td>
<td>4.247,00</td>
<td>5.815,12</td>
<td>6.664,52</td>
<td>2.123,50</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>C</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>VI</strong></td>
<td>2.381,78</td>
<td>3.380,80</td>
<td>4.226,00</td>
<td>5.762,58</td>
<td>6.607,78</td>
<td>2.113,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>V</strong></td>
<td>2.358,21</td>
<td>3.364,80</td>
<td>4.206,00</td>
<td>5.723,01</td>
<td>6.564,21</td>
<td>2.103,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>IV</strong></td>
<td>2.334,86</td>
<td>3.348,80</td>
<td>4.186,00</td>
<td>5.683,66</td>
<td>6.520,86</td>
<td>2.093,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>III</strong></td>
<td>2.311,75</td>
<td>3.335,20</td>
<td>4.169,00</td>
<td>5.646,95</td>
<td>6.480,75</td>
<td>2.084,50</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>II</strong></td>
<td>2.288,86</td>
<td>3.319,20</td>
<td>4.149,00</td>
<td>5.608,06</td>
<td>6.437,86</td>
<td>2.074,50</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>I</strong></td>
<td>2.266,18</td>
<td>3.304,80</td>
<td>4.131,00</td>
<td>5.570,98</td>
<td>6.397,18</td>
<td>2.065,50</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>B</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>VI</strong></td>
<td>2.232,70</td>
<td>3.288,00</td>
<td>4.110,00</td>
<td>5.520,70</td>
<td>6.342,70</td>
<td>2.055,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>V</strong></td>
<td>2.210,59</td>
<td>3.274,40</td>
<td>4.093,00</td>
<td>5.484,99</td>
<td>6.303,59</td>
<td>2.046,50</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>IV</strong></td>
<td>2.188,70</td>
<td>3.259,20</td>
<td>4.074,00</td>
<td>5.447,90</td>
<td>6.262,70</td>
<td>2.037,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>III</strong></td>
<td>2.167,04</td>
<td>3.244,00</td>
<td>4.055,00</td>
<td>5.411,04</td>
<td>6.222,04</td>
<td>2.027,50</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>II</strong></td>
<td>2.145,58</td>
<td>3.229,60</td>
<td>4.037,00</td>
<td>5.375,18</td>
<td>6.182,58</td>
<td>2.018,50</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>I</strong></td>
<td>2.124,34</td>
<td>3.217,60</td>
<td>4.022,00</td>
<td>5.341,94</td>
<td>6.146,34</td>
<td>2.011,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>A</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>V</strong></td>
<td>2.092,94</td>
<td>3.200,80</td>
<td>4.001,00</td>
<td>5.293,74</td>
<td>6.093,94</td>
<td>2.000,50</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>IV</strong></td>
<td>2.072,21</td>
<td>3.185,60</td>
<td>3.982,00</td>
<td>5.257,81</td>
<td>6.054,21</td>
<td>1.991,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>III</strong></td>
<td>2.051,71</td>
<td>3.171,20</td>
<td>3.964,00</td>
<td>5.222,91</td>
<td>6.015,71</td>
<td>1.982,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>II</strong></td>
<td>2.031,38</td>
<td>3.157,60</td>
<td>3.947,00</td>
<td>5.186,98</td>
<td>5.978,38</td>
<td>1.973,50</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>I</strong></td>
<td>2.011,28</td>
<td>3.142,40</td>
<td>3.928,00</td>
<td>5.153,68</td>
<td>5.939,28</td>
<td>1.964,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>
VB - Vencimento Básico (Anexo IX da 441/2008)

GDASA - Gratificação de Desempenho de Atividade de Controle e Segurança de Tráfego Aéreo

(*) Até que sejam publicados os atos a que se refere o art. 4º e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional considerando o disposto no § 1º do art. 3º da MP 441/08, todos os servidores que fizerem jus à GDASA deverão percebê-la em valor correspondente a oitenta pontos.

(*) A GDASA será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo II da MP 441/08, produzindo efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

A pontuação referente à GDASA será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(**) Aposentado - GDASA - art. 6º da Lei nº 10.551/02 (art. 26 da MP 441/2008)

(**) Opção da GDASA - aposentado/pensionista art. 87 da Lei nº 13.324, de 2016.

Legislações Correspondentes:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Lei nº 8.112 de 11.12.90 art. 40 § único</th>
<th>Medida Provisória nº 224 de 21.10.2004</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Lei Delegada nº 13 de 27.08.92</td>
<td>Medida Provisória nº 11.034 de 22.12.2004 art. 2º ao art. 4</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 807 art. 2º e 3º, de 30.12.94</td>
<td>Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 1.652-43 de 05.05.98</td>
<td>Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006 art. 132.</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 9.641 de 25.05.98</td>
<td>Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98</td>
<td>Medida Provisória nº 498 de 28.06.2007</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2194-6 de 23.08.2001</td>
<td>Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.331 de 18.12.2001</td>
<td>Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.525 de 06.08.2002</td>
<td>Lei nº 11.907 de 02.02.2009</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 48 de 26.06.2002</td>
<td>Decreto nº 7.133 de 19.03.2010</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.525 de 06.08.2002</td>
<td>Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 69</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.551 de 13.11.2002</td>
<td>Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art.26 e art. 27 e art. 87</td>
</tr>
<tr>
<td>Decreto nº 4.540 de 23.12.2002</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 116 de 02.04.2003</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.697 de 02.07.2003</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.698 de 02.07.2003</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.699 de 09.07.2003</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
## 28. GRUPO P-1500

Cargo: Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500

**Nível Superior**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classe</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDATP</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDATP</th>
<th>APOSENTO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>50 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>(%)</td>
<td>(%)</td>
<td>D=(A+B)</td>
<td>E=(A+C)</td>
<td>F</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>12.399,93</td>
<td>6.448,80</td>
<td>8.061,00</td>
<td>18.848,73</td>
<td>20.460,93</td>
<td>4.030,50</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>12.124,21</td>
<td>6.305,60</td>
<td>7.882,00</td>
<td>18.429,81</td>
<td>20.006,21</td>
<td>3.941,00</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>11.851,57</td>
<td>6.163,20</td>
<td>7.704,00</td>
<td>18.014,77</td>
<td>19.555,57</td>
<td>3.852,00</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>11.585,41</td>
<td>6.024,80</td>
<td>7.531,00</td>
<td>17.610,21</td>
<td>19.116,41</td>
<td>3.765,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>ESPECIAL</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>11.181,92</td>
<td>5.814,40</td>
<td>7.268,00</td>
<td>16.996,32</td>
<td>18.449,92</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>10.909,57</td>
<td>5.673,60</td>
<td>7.092,00</td>
<td>16.583,17</td>
<td>18.001,57</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>10.643,64</td>
<td>5.533,60</td>
<td>6.917,00</td>
<td>16.177,24</td>
<td>17.560,64</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>B</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>10.010,45</td>
<td>5.204,80</td>
<td>6.506,00</td>
<td>15.215,25</td>
<td>16.516,45</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>9.399,43</td>
<td>4.888,00</td>
<td>6.110,00</td>
<td>14.287,43</td>
<td>15.509,43</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>9.170,06</td>
<td>4.767,20</td>
<td>5.959,00</td>
<td>13.937,26</td>
<td>15.129,06</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Elaborado:CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual;

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho insitucional.

A pontuação a que se refere a GDATP será a seguinte distribuição:

- A partir de 1º de janeiro de 2017: 67% (sessenta e sete por cento) do valor referente à média dos pontos da gratificação de desempenho recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses de atividade;

- A partir de 1º de janeiro de 2018: 84% (oitenta e quatro por cento) do valor referente à média dos pontos da gratificação de desempenho recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses de atividade;

- A partir de 1º de janeiro de 2019: o valor integral da média dos pontos da gratificação de desempenho recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses de atividade.

A opção de que trata o art. 22 da Lei nº 13.327/2016 poderá ser formulada no momento do requerimento de aposentadoria ou, em caso de falecimento do servidor em atividade, no momento do requerimento de pensão.

Para as aposentadorias e pensões já instituídas na data de entrada em vigor da Lei nº 13.327/2016, o prazo para a opção, em caráter irretroatível, pela incorporação da gratificação de desempenho aos proventos, nos termos dos incisos I a III do caput do art. 23 da Lei nº 13.327/2016, é da data de entrada em vigor da Lei nº 13.327/2016 até 31 de outubro de 2018.

A opção de que trata os arts. 23 e 24 da Lei nº 13.327/2016 somente será válida com a assinatura de termo de opção na forma do Anexo XXIV da Lei nº 13.327/2016, que incluirá a expressa concordância do servidor, do aposentado ou do pensionista com os termos nos itens I a III do art. 26 da Lei nº 13.327/2016.
**29. HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS - HFA**

Plano de Carreiras e Cargos do Hospital das Forças Armadas - PCCHA

* Área de Saúde
Carreira Especialista em Atividades Hospitalares
Cargo: Especialista em Atividades Hospitalares da Área de Saúde do HFA

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>Posição</th>
<th>Janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>CLASSE</strong></td>
<td><strong>RAIO</strong></td>
<td><strong>VBI</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>CDHA-FHA</strong></th>
<th><strong>RT - Remuneração por Titulação</strong></th>
<th><strong>ATIVO</strong></th>
<th><strong>CDHA-FHA</strong></th>
<th><strong>APODERADO</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>A</strong></td>
<td><strong>B</strong></td>
<td><strong>C</strong></td>
<td><strong>D</strong></td>
<td><strong>E</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>50 pts.</td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>50 pts.</td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Sem</strong></td>
<td><strong>Total (em R$)</strong></td>
<td><strong>Mestra doutorado</strong></td>
<td><strong>Total (em R$)</strong></td>
<td><strong>Mestra doutorado</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL</strong></td>
<td><strong>Total (em R$)</strong></td>
<td><strong>Mestra doutorado</strong></td>
<td><strong>TOTAL</strong></td>
<td><strong>Mestra doutorado</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

| **Cargo:** E especialista em atividades hospitalares da área de saúde do HFA |

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

252
Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

Lei n° 13.328 de 29.07.2016 art. 61
Lei n° 13.324 de 20.07.2016 art. 61
Lei n° 13.328 de 29.07.2016 art. 61
Lei n° 13.324 de 29.07.2017
Lei n° 13.324 de 29.07.2016 art. 61
Lei n° 13.328 de 29.07.2016 art. 61

Legislações Correspondentes:
Lei Delegada nº 13 de 27.08.92
Lei n° 8.645 de 01.04.93
Lei n° 8.659 de 27.05.93
Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º
Lei nº 10.331 de 18.12.2001
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006
Lei nº 11.357 de 19.10.2006
Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15
Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
Lei nº 11.490 de 20.06.2007 art.15
Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008
Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008
Lei n° 11.784 de 22.09.2008
Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 12
Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Lei nº 12.269 de 21.06.2010
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 100
Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 97
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 61
Lei nº 13.324 de 29.07.2017

(*) Carreira de Especialista em Atividades Hospitalares, composta pelo cargo de Especialista em Atividades Hospitalares, de nível superior, com atribuições voltadas para as atividades de planejamento, coordenação, controle, acompanhamento e execução nas áreas de enfermagem, farmácia, psicologia, fisioterapia, odontologia, serviço social, biofísica, farmacologia, nutrição, química, física nuclear e outras atividades da área de saúde, de nível superior, desenvolvidas no âmbito do HFA (art. 70 Lei nº 11.784/2008).

Ficam automaticamente enquadrados no PCCHFA, em cargos de idênticas denominações e atribuições, entre as referidos no inciso IV do caput do art. 70 da Lei nº 11.784/2008, a partir de 1º de março de 2008, os servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo de nível superior integrantes do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, instituído pela Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertinentes ao Quadro de Pessoal do HFA, em 30 de outubro de 2007, bem como os aqueles que venham a ser redistribuídos para esse Quadro, para exercício no HFA, desde que a redistribuição tenha sido requerida até a data referida, mantidas as denominações e atribuições dos respectivos cargos, bem como os requisitos de formação profissional, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo LXV da Lei nº 11.784/2008.

HFA - Hospital das Forças Armadas

VB - Vencimento Básico - Anexo LXV da Lei nº 11.784/2009

GDAHFA - Gratificação de Desempenho de Atividades Hospitalares do Hospital das Forças Armadas - Anexo LXIII da Lei nº 11.784/2008

(*) A GDAHFA será paga observando o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo LXIII da Lei nº 11.784/2008.

A pontuação referente à GDAHFA será assim distribuída:
I - Até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual;
II - Até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que sejam processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, todos os servidores que fizerem jus à GDAHFA deverão perceber-lá em valor correspondente a 80% (oitenta por cento) de seu valor máximo, observadas as respectivas Carreiras, níveis, classes e padrões.

Até que seja processada a sua primeira avaliação de desempenho que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDAHFA no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação conforme disposto no art. 159 desta lei.

RT - Retribuição por Título - devida aos servidores do PCCHFA, ocupantes dos cargos de nível superior de Especialista em Atividades Hospitalares, Enfermeiro, Farmacêutico, Fisioterapeuta, Nutricionista, Odontólogo e Psicólogo, portadores de certificado de Especialização, de títulos de mestre e de doutor, conforme valores estabelecidos no Anexo LXIII da Lei nº 11.784/2008.

(1) Aposentado: GDAHFA - art. 86 da Lei nº 11.784/2008
(2) Aposentado: RT - a RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o certificado ou o título tiver sido obtido anteriormente à data da inativação.

(§ 5º do art. 88 da Lei nº 11.784/2008)

(3) Opção da GDAHFA - aposentado/pensalista art. 87 ao art. 91 da Lei nº 13.324, de 2016.
### 29. HOSPITAL DA FORÇAS ARMADAS - HFA

Plano de Carreiras e Cargos do Hospital das Forças Armadas - PCCHFA

Área de Saúde

Carreira de Suporte às Atividades Médico-Hospitalares

Cargo: Técnico em Atividades Médico-Hospitalares da Área de Saúde - HFA

#### Nível Intermediário

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDAHFA</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDAHFA</th>
<th>APONTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>50 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D=(A+B)</td>
<td>E=(A+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td></td>
<td>50 pts.</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>ESPECIAL</td>
<td>2.197,53</td>
<td>2.055,20</td>
<td>2.569,00</td>
<td>4.252,73</td>
<td>4.766,53</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td></td>
<td>2.150,23</td>
<td>2.032,80</td>
<td>2.541,00</td>
<td>4.183,03</td>
<td>4.691,23</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td></td>
<td>2.103,94</td>
<td>2.012,00</td>
<td>2.515,00</td>
<td>4.115,94</td>
<td>4.618,94</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td></td>
<td>2.071,88</td>
<td>1.989,60</td>
<td>2.487,00</td>
<td>4.061,48</td>
<td>4.558,88</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td></td>
<td>2.051,37</td>
<td>1.966,80</td>
<td>2.461,00</td>
<td>4.020,17</td>
<td>4.512,37</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>C</td>
<td>2.031,06</td>
<td>1.940,80</td>
<td>2.426,00</td>
<td>3.971,86</td>
<td>4.457,06</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>2.010,95</td>
<td>1.921,60</td>
<td>2.402,00</td>
<td>3.932,55</td>
<td>4.412,95</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>1.991,03</td>
<td>1.901,60</td>
<td>2.377,00</td>
<td>3.892,63</td>
<td>4.368,03</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>1.971,32</td>
<td>1.883,20</td>
<td>2.354,00</td>
<td>3.854,52</td>
<td>4.325,32</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>1.942,19</td>
<td>1.864,80</td>
<td>2.331,00</td>
<td>3.806,99</td>
<td>4.273,19</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>B</td>
<td>1.922,95</td>
<td>1.840,00</td>
<td>2.300,00</td>
<td>3.762,95</td>
<td>4.222,95</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>1.903,91</td>
<td>1.822,40</td>
<td>2.278,00</td>
<td>3.726,31</td>
<td>4.181,91</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>1.885,06</td>
<td>1.804,80</td>
<td>2.256,00</td>
<td>3.689,86</td>
<td>4.141,06</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>1.866,40</td>
<td>1.788,00</td>
<td>2.235,00</td>
<td>3.654,40</td>
<td>4.101,40</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>1.847,91</td>
<td>1.772,00</td>
<td>2.215,00</td>
<td>3.619,91</td>
<td>4.062,91</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
<td>1.820,61</td>
<td>1.748,80</td>
<td>2.186,00</td>
<td>3.569,41</td>
<td>4.006,61</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>1.802,58</td>
<td>1.733,60</td>
<td>2.167,00</td>
<td>3.536,18</td>
<td>3.969,58</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>1.784,73</td>
<td>1.717,60</td>
<td>2.147,00</td>
<td>3.502,33</td>
<td>3.931,73</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>1.767,06</td>
<td>1.702,40</td>
<td>2.128,00</td>
<td>3.469,46</td>
<td>3.895,06</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>1.749,57</td>
<td>1.688,80</td>
<td>2.111,00</td>
<td>3.438,37</td>
<td>3.860,57</td>
</tr>
</tbody>
</table>
- Carreira de Suporte às Atividades Médico-Hospitalares, composta pelo cargo de Técnico em Atividades Médico-Hospitalares, de nível intermediano, com atribuições voltadas para a execução de atividades de nível intermediário nas áreas técnicas de enfermagem, laboratório, radiologia, eletrocardiografia, cito e histologia, citotécnica, gesso, função pulmonar, hemoterapia, eletroencefalografia, higiene dental, necropsia, prótese, farmácia, medicina nuclear, apoio às atividades médicas e de outras atividades da área de saúde desenvolvidas no âmbito do HFA (art. 70 da Lei nº 11.784/2008).

Ficam automaticamente enquadrados no PCGHFA, em cargos de idênticas denominações e atribuições, entre os referidos no inciso IV do caput do art. 70 da Lei nº 11.784/2008, a partir de 1º de março de 2008, os servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo de nível intermediário integrantes do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, instituído pela Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do HFA, em 30 de outubro de 2007, bem como aqueles que venham a ser redistribuídos para esse Quadro, para exercício no HFA, desde que a redistribuição tenha sido requerida até a data referida, mantidas as denominações e atribuições dos respectivos cargos, bem como os requisitos de formação profissional, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo LXVI da Lei nº 11.784/2008.

HFA - Hospital das Forças Armadas

VB - Vencimento Básico - Anexo LXV da Lei nº 11.784/2009

GDAHFA - Gratificação de Desempenho Atividades Hospitalares do Hospital das Forças Armadas - Anexo LXII da Lei nº 11.784/2008

(*) A GDAHFA será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo LXII da Lei nº 11.784/2008.

A pontuação referente à GDAHFA será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual;

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Aquele que sejam processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, todos os servidores que lizerm jus à GDAHFA deverão percebê-la em valor correspondente a 80% (oitenta por cento) de seu valor máximo, observadas as respectivas Carreiras, níveis, classes e padrões.

Até que seja processada a sua primeira avaliação de desempenho que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém-nomorado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDAHFA no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação conforme disposto no § 1º da Lei nº 159 desta Lei.

(**) Aposentado: GDAHFA - art. 86 da Lei nº 11.784/2008

(**) Opção da GDAHFA - aposentado/pensionista art. 87 ao art. 91 da Lei nº 13.324, de 2016.

Legislações Correspondentes:

- Lei Delegada nº 13 de 27.08.92
- Lei nº 8.645 de 01.04.93
- Lei nº 8.659 de 27.05.93
- Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º
- Lei nº 10.697 de 02.07.2003
- Lei nº 10.698 de 02.07.2003
- Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006
- Lei nº 11.357 de 19.10.2006
- Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15
- Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
- Lei nº 11.490 de 20.06.2007 art.15
- Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008
- Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008
- Lei nº 11.784 de 22.09.2008
- Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 12
- Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
- Lei nº 12.269 de 21.06.2010
- Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 100
- Lei nº 12.702 de 07.06.2012 art. 97
- Medida Provisória nº 632 de 24.12.2013
- Lei nº 12.998 de 18.06.2014
- Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 61
- Lei nº 13.324 de 29.07.2017
## Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PAGADOR</th>
<th>VB</th>
<th>GSAQ/H</th>
<th>GSAQ/H</th>
<th>ATIVO</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GSAQ/H</th>
<th>ATIVO</th>
<th>APOSTENTO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>100 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>30 pts.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Nível Superior - 20 h

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PAGADOR</th>
<th>VB</th>
<th>GSAQ/H</th>
<th>GSAQ/H</th>
<th>ATIVO</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GSAQ/H</th>
<th>ATIVO</th>
<th>APOSTENTO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>100 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>30 pts.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Nível Superior - 40 h

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PAGADOR</th>
<th>VB</th>
<th>GSAQ/H</th>
<th>GSAQ/H</th>
<th>ATIVO</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GSAQ/H</th>
<th>ATIVO</th>
<th>APOSTENTO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>100 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>30 pts.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Carreira Médica

- *29. HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS - HFA*
- Plano de Carreiras e Cargos do Hospital das Forças Armadas - PC PHA
- *Área Médica*
- Cargo: Médico da Área Médica do HFA - 20 e 40 horas

**Elaborado:** CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

**Posição:** janeiro/2017

**Elaborado por:** CGSUP/DESIS/SGP/MP
A Jornada de trabalho da Carreira Médica e demais cargos de médico do PCCHFA é de 20 (vinte) horas semanais (§ único do art. 96 da Lei nº 11.784/2008).

Carreira Médica, compostas pelo cargo de Médico, de nível superior, com atribuições voltadas para planejamento, coordenação, controle, acompanhamento e execução de atividades relativas à área médica, envolvendo o tratamento clínico e cirúrgico, desenvolvidas no âmbito do Hospital das Forças Armadas - HFA. (art. 40 da Lei nº 11.784/2008)

Ficam automaticamente enquadrados no PCCHFA, em cargos de idênticas denominações e atribuições, entre os referidos no inciso IV do caput do art. 70 da Lei nº 11.784/2008, a partir de 1º de março de 2008, os servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo de nível superior integrantes do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, instituído pela Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do HFA, em 30 de outubro de 2007, bem como aqueles que venham a ser distribuídos para esse Quadro, para exercício no HFA, desde que a redistribuição tenha sido requerida até a data referida, mantidas as denominações e atribuições dos respectivos cargos, bem como os requisitos de formação profissional, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo LXVI da Lei nº 11.784/2008.

HFA - Hospital das Forças Armadas

VB - Vencimento Básico - Anexo LXV da Lei nº 11.784/2009
GDAHFA - Gratificação de Desempenho de Atividades Hospitalares do Hospital das Forças Armadas - Anexo LXII da Lei nº 11.784/2008

(*) A GDAHFA será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo LXII da Lei nº 11.784/2008

A pontuação referente à GDAHFA será assim distribuída:
I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e
II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que sejam processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, todos os servidores que fizerem jus à GDAHFA deverão percebê-la em valor correspondente a 80% (oitenta por cento) de seu valor máximo, observadas as respectivas Carreiras, níveis, classes e padrões.

Até que seja processada a sua primeira avaliação de desempenho que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDAHFA no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação conforme disposto no art. 159 desta Lei.

RT - Retribuição por Titulação - devida aos servidores do PCCHFA, ocupantes dos cargos de nível superior de Médico, portadores de certificado de Especialização, de títulos de mestre e de doutor, conforme valores estabelecidos no Anexo LXIII da Lei nº 11.784/2008.

(**) Aposentado: GDAHFA - art. 86 da Lei nº 11.784/2008

(**) Aposentado: RT - a RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o certificado ou o título tiver sido obtido anteriormente à data da inativação. (§ 5º do art. 88 da Lei nº 11.784/2008).

(**) Opção da GDAHFA - aposentado/pensionista art 87 ao art 91 da Lei nº 13.324, de 2016.

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 113 de 27.08.92
Lei nº 8.645 de 01.04.93
Lei nº 8.659 de 27.05.93
Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º
Lei nº 10.331 de 18.12.2001
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006
Lei nº 11.357 de 19.10.2006
Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15
Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
Lei nº 11.490 de 20.06.2007 art.15
Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008
Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008
Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008
Medida Provisória nº 457 de 29.06.2008
Medida Provisória nº 529 de 29.12.2008
Medida Provisória nº 577 de 30.04.2009
Lei nº 11.357 de 19.10.2006
Medida Provisória nº 676 de 28.08.2009
Lei nº 11.357 de 19.10.2006
Medida Provisória nº 676 de 28.08.2009
Lei nº 11.784 de 22.09.2008
Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 12
Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Lei nº 12.269 de 21.06.2010
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art.61
Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art.4
Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art.4
Lei nº 11.784 de 20.06.2008
Lei nº 12.269 de 21.06.2010
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art.61
Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art.4
### 29. HOSPITAL DA FORÇAS ARMADAS - HFA

Plano de Carreiras e Cargos do Hospital das Forças Armadas - PCCHFA

Quadro de Pessoal do HFA

*Cargos de Nível Superior da Área Administrativa do Quadro de Pessoal do HFA*

- Administrador e Arquivista.

**Quadro de Pessoal do HFA**

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>Classe</strong></th>
<th><strong>Padrão</strong></th>
<th><strong>VB</strong></th>
<th><strong>GDA HFA</strong></th>
<th><strong>Ativo</strong></th>
<th><strong>GDA HFA</strong></th>
<th><strong>APOSENTO</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>A</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>B</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>C</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### Nível Superior

**Posição: janeiro/2017**

**Especiais**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classe</th>
<th>.on/2017</th>
<th>80 pts.</th>
<th>100 pts.</th>
<th>80 pts.</th>
<th>100 pts.</th>
<th>50 pts.</th>
<th>100 pts.</th>
<th><strong>Total (em R$)</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>V</td>
<td>3.330,88</td>
<td>4.474,40</td>
<td>5.593,00</td>
<td>7.805,28</td>
<td>8.923,88</td>
<td>2.796,50</td>
<td>6.127,38</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>3.243,32</td>
<td>4.392,80</td>
<td>5.491,00</td>
<td>7.636,12</td>
<td>8.734,32</td>
<td>2.745,50</td>
<td>5.988,62</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>3.158,05</td>
<td>4.312,80</td>
<td>5.391,00</td>
<td>7.470,85</td>
<td>8.549,05</td>
<td>2.695,50</td>
<td>5.853,55</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>3.075,02</td>
<td>4.149,60</td>
<td>5.187,00</td>
<td>7.224,62</td>
<td>8.262,02</td>
<td>2.593,50</td>
<td>5.668,52</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>2.994,18</td>
<td>4.075,20</td>
<td>5.094,00</td>
<td>7.069,38</td>
<td>8.088,18</td>
<td>2.547,00</td>
<td>5.541,18</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>4.075,20</td>
<td>5.094,00</td>
<td>7.069,38</td>
<td>8.088,18</td>
<td>2.547,00</td>
<td>5.541,18</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

**C**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classe</th>
<th>on/2017</th>
<th>80 pts.</th>
<th>100 pts.</th>
<th>80 pts.</th>
<th>100 pts.</th>
<th><strong>Total (em R$)</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>V</td>
<td>2.865,24</td>
<td>4.001,60</td>
<td>5.002,00</td>
<td>6.866,84</td>
<td>7.867,24</td>
<td>2.501,00</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>2.788,91</td>
<td>3.930,40</td>
<td>4.913,00</td>
<td>6.720,31</td>
<td>7.702,91</td>
<td>2.456,50</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>2.716,57</td>
<td>3.860,00</td>
<td>4.825,00</td>
<td>6.576,57</td>
<td>7.541,57</td>
<td>2.412,50</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>2.645,15</td>
<td>3.792,80</td>
<td>4.741,00</td>
<td>6.437,95</td>
<td>7.386,15</td>
<td>2.370,50</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>2.575,61</td>
<td>3.654,40</td>
<td>4.568,00</td>
<td>6.230,01</td>
<td>7.143,61</td>
<td>2.284,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**B**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classe</th>
<th>on/2017</th>
<th>80 pts.</th>
<th>100 pts.</th>
<th>80 pts.</th>
<th>100 pts.</th>
<th><strong>Total (em R$)</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>V</td>
<td>2.464,70</td>
<td>3.590,40</td>
<td>4.488,00</td>
<td>6.055,10</td>
<td>6.952,70</td>
<td>2.244,00</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>2.399,90</td>
<td>3.529,60</td>
<td>4.412,00</td>
<td>5.929,50</td>
<td>6.811,90</td>
<td>2.206,00</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>2.336,81</td>
<td>3.468,80</td>
<td>4.336,00</td>
<td>5.805,61</td>
<td>6.672,81</td>
<td>2.168,00</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>2.275,37</td>
<td>3.409,60</td>
<td>4.262,00</td>
<td>5.684,97</td>
<td>6.537,37</td>
<td>2.131,00</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>2.215,55</td>
<td>3.352,00</td>
<td>4.190,00</td>
<td>5.567,55</td>
<td>6.405,55</td>
<td>2.095,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**A**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classe</th>
<th>on/2017</th>
<th>80 pts.</th>
<th>100 pts.</th>
<th>80 pts.</th>
<th>100 pts.</th>
<th><strong>Total (em R$)</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>V</td>
<td>2.120,14</td>
<td>3.234,40</td>
<td>4.043,00</td>
<td>5.354,54</td>
<td>6.163,14</td>
<td>2.021,50</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>2.064,40</td>
<td>3.188,80</td>
<td>3.986,00</td>
<td>5.232,20</td>
<td>6.050,40</td>
<td>1.993,00</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>2.010,13</td>
<td>3.144,80</td>
<td>3.931,00</td>
<td>5.154,93</td>
<td>5.941,13</td>
<td>1.965,50</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>1.957,28</td>
<td>3.101,60</td>
<td>3.877,00</td>
<td>5.058,88</td>
<td>5.834,28</td>
<td>1.938,50</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>1.905,83</td>
<td>3.057,60</td>
<td>3.822,00</td>
<td>4.963,43</td>
<td>5.727,83</td>
<td>1.911,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Ficam automaticamente enquadrados no PCCHFA, em cargos de idênticas denominações e atribuições, entre os referidos no inciso IV do caput do art. 70 da Lei nº 11.784/2008, a partir de 1º de março de 2008, os servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo de nível superior integrantes do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, instituído pela Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regulados pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do HFA, em 30 de outubro de 2007, bem como aqueles que venham a ser redistribuídos para esse Quadro, para exercício no HFA, desde que a redistribuição tenha sido requerida até a data referida, mantidas as denominações e atribuições dos respectivos cargos, bem como os requisitos de formação profissional, observada a correlação estabelecida no formato do Anexo LXVI da Lei nº 11.784/2008.

**HFA** - Hospital das Forças Armadas  
**VB** - Vencimento Básico - Anexo LXVI da Lei nº 11.784/2009  
**GDAHFA** - Gratificação de Desempenho de Atividades Hospitalares do Hospital das Forças Armadas - Anexo LXII da Lei nº 11.784/2008

(*) A GDAHFA será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo LXII da Lei nº 11.784/2008  
A pontuação referente à GDAHFA será assim distribuída:  
I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e  
II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que sejam processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, todos os servidores que fizerem jus à GDAHFA deverão percebê-la em valor correspondente a 80% (oitenta por cento) de seu valor máximo, observadas as respectivas Carreiras, níveis, classes e padrões.  
Até que seja processada a sua primeira avaliação de desempenho que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDAHFA no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação conforme disposto no art. 159 desta Lei.

(**) Aposentado: GDAHFA - art. 86 da Lei nº 11.784/2008

(**) Opção da GDAHFA - aposentado/pensionista art. 87 ao art. 91 da Lei nº 13.324, de 2016.

**Legislações Correspondentes:**

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92  
Lei nº 8.645 de 01.04.93  
Lei nº 8.659 de 27.05.93  
Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º  
Lei nº 10.331 de 18.12.2001  
Lei nº 10.697 de 02.07.2003  
Lei nº 11.357 de 19.10.2006  
Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15  
Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007  
Lei nº 11.480 de 20.06.2007 art.15  
Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008  
Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008  
Lei nº 11.784 de 22.09.2008  
Decreto nº 7.133 de 19.03.2010  
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 100  
Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 97  
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 61  
Lei nº 13.324 de 29.07.2017  
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 61  
Lei nº 13.324 de 29.07.2017
### 29. HOSPITAL DA FORÇAS ARMADAS - HFA

#### Plano de Carreiras e Cargos do Hospital das Forças Armadas - PCCHFA

#### Quadro de Pessoal do HFA

**Área Administrativa**

*C Cargos de Nível Intermediário da Área Administrativa do Quadro de Pessoal do HFA*


### Nível Intermediário

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDAHFA</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDAHFA</th>
<th>APOSENADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>50 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D=(A+B)</td>
<td>E=(A+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>ESPECIAL</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>2.145,23</td>
<td>1.895,20</td>
<td>2.369,00</td>
<td>4.040,43</td>
<td>4.514,23</td>
<td>1.184,50</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>2.123,99</td>
<td>1.882,40</td>
<td>2.353,00</td>
<td>4.006,39</td>
<td>4.476,99</td>
<td>1.176,50</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>2.102,96</td>
<td>1.869,60</td>
<td>2.337,00</td>
<td>3.972,56</td>
<td>4.439,96</td>
<td>1.168,50</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>2.071,88</td>
<td>1.852,80</td>
<td>2.316,00</td>
<td>3.924,68</td>
<td>4.387,88</td>
<td>1.158,00</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>2.051,37</td>
<td>1.840,00</td>
<td>2.300,00</td>
<td>3.891,37</td>
<td>4.351,37</td>
<td>1.150,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>C</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>2.031,06</td>
<td>1.827,20</td>
<td>2.284,00</td>
<td>3.858,26</td>
<td>4.315,06</td>
<td>1.142,00</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>2.010,95</td>
<td>1.816,80</td>
<td>2.271,00</td>
<td>3.827,75</td>
<td>4.281,95</td>
<td>1.135,00</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>1.991,03</td>
<td>1.804,80</td>
<td>2.256,00</td>
<td>3.795,83</td>
<td>4.247,03</td>
<td>1.128,00</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>1.971,32</td>
<td>1.792,80</td>
<td>2.241,00</td>
<td>3.764,12</td>
<td>4.212,32</td>
<td>1.120,50</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>1.942,19</td>
<td>1.777,60</td>
<td>2.222,00</td>
<td>3.719,79</td>
<td>4.164,19</td>
<td>1.111,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>B</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>1.922,95</td>
<td>1.765,60</td>
<td>2.207,00</td>
<td>3.686,55</td>
<td>4.129,95</td>
<td>1.103,50</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>1.903,91</td>
<td>1.755,20</td>
<td>2.194,00</td>
<td>3.659,11</td>
<td>4.097,91</td>
<td>1.097,00</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>1.885,06</td>
<td>1.744,80</td>
<td>2.181,00</td>
<td>3.629,86</td>
<td>4.066,06</td>
<td>1.090,50</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>1.866,40</td>
<td>1.733,60</td>
<td>2.167,00</td>
<td>3.600,00</td>
<td>4.033,40</td>
<td>1.083,50</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>1.847,91</td>
<td>1.723,20</td>
<td>2.154,00</td>
<td>3.571,11</td>
<td>4.001,91</td>
<td>1.077,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>A</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>1.802,58</td>
<td>1.700,00</td>
<td>2.125,00</td>
<td>3.502,58</td>
<td>3.927,58</td>
<td>1.062,50</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>1.784,73</td>
<td>1.690,40</td>
<td>2.113,00</td>
<td>3.475,13</td>
<td>3.897,73</td>
<td>1.056,50</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>1.767,06</td>
<td>1.680,00</td>
<td>2.100,00</td>
<td>3.447,06</td>
<td>3.867,06</td>
<td>1.050,00</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>1.749,57</td>
<td>1.670,40</td>
<td>2.088,00</td>
<td>3.419,97</td>
<td>3.837,57</td>
<td>1.044,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Ficam automaticamente enquadrados no PCCHFA em cargos de idênticas denominações e atribuições, entre os referidos no inciso IV do caput do art. 70 da Lei nº 11.784/2008, a partir de 1º de março de 2008, os servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo de nível intermediário integrantes do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, instituído pela Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do HFA, em 30 de outubro de 2007, bem como aqueles que venham a ser redistribuídos para esse Quadro, para exercício no HFA, desde que a redistribuição tenha sido requerida até a data referida, mantidas as denominações e atribuições dos respectivos cargos, bem como os requisitos de formação profissional, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo LXVI da Lei nº 11.784/2008.

GDAHFA - Gratificação de Desempenho de Atividades Hospitalares do Hospital das Forças Armadas - Anexo LXII da Lei nº 11.784/2008

( * ) A GDAHFA será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo LXII da Lei nº 11.784/2008

A pontuação referente à GDAHFA será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que sejam processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, todos os servidores que fizerem jus à GDAHFA deverão percebê-la em valor correspondente a 80% (oitenta por cento) de seu valor máximo, observadas as respectivas Carreiras, níveis, classes e padrões.

Aqueles que sejam processados em sua primeira avaliação de desempenho que venham a surgir efeitos financeiros, os servidores recém nomeados para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDAHFA no decorrer do ciclo de avaliação receberá a gratificação conforme disposto no art. 159 desta Lei.

( ** ) Aposentado: GDAHFA - art. 86 da Lei nº 11.784/2008

( ** ) Opção da GDAHFA - aposentado/pensionista art. 87 ao art. 91 da Lei nº 13.324, de 2016.

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92
Lei nº 8.645 de 01.04.93
Lei nº 8.659 de 27.05.93
Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º
Lei nº 10.331 de 18.12.2001
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006
Lei nº 11.357 de 19.10.2006
Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15
Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
Lei nº 11.490 de 20.06.2007 art.15
Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008
Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008
Lei nº 11.784 de 22.09.2008
Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 100
Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 97
Medida Provisória nº 632 de 24.12.2013
Lei nº 12.998 de 18.06.2014
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 61
Lei nº 13.324 de 29.07.2017
### 29. HOSPITAL DA FORÇAS ARMADAS - HFA

Plano de Carreiras e Cargos do Hospital das Forças Armadas - PCCHFA
Quadro de Pessoal do HFA
* Cargos de Nível Auxiliar da Área Administrativa do Quadro de Pessoal do HFA
  - Auxiliar Operacional de Serviços Diversos - AOSD

#### Nível Auxiliar

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDA HFA</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDA HFA</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>( *)</td>
<td>( **)</td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>B</td>
<td></td>
<td></td>
<td>D=(A+B)</td>
<td>E=(A+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>ESPECIAL</td>
<td>1.455,48</td>
<td>1.333,60</td>
<td>1.667,00</td>
<td>2.789,08</td>
<td>3.122,48</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td></td>
<td>1.428,31</td>
<td>1.293,60</td>
<td>1.617,00</td>
<td>2.721,91</td>
<td>3.045,31</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td></td>
<td>1.401,65</td>
<td>1.254,40</td>
<td>1.568,00</td>
<td>2.656,05</td>
<td>2.969,65</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Elaborado:CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
30. IBAMA, INSTITUTO CHICO MENDES E MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Carreira de Especialista em Meio Ambiente
Cargo: Analista Administrativo do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente
Cargo: Analista Ambiental do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente
Cargo: Gestor Administrativo do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente
Cargo: Gestor Ambiental do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>CLASSE PADRÃO</th>
<th>ATIVO (em R$) - 80 pts.</th>
<th>ATIVO (em R$) - 100 pts.</th>
<th>APOSENADO (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>GDAEM</td>
<td>NÍVEL GQ</td>
<td>TOTAL</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>(*)</td>
<td>(**)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>II</td>
<td>III</td>
<td>I</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3.116,50</td>
<td>3.032,00</td>
<td>3.032,00</td>
<td>3.032,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Chico Mendes - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Os atuais cargos de provimento efetivo integrantes dos quadros de pessoal que se refere ao art. 1º da Lei nº 10.410/2002 passam a denominar-se de Gestor Ambiental e Gestor Admnistrativo do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.


V - Vencimento Básico - (Anexo II à Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002)

GDAEM - Gratificação de Desempenho de Especialista Ambiental (Anexo II à Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005)

A Gratificação de Desempenho de Especialista Ambiental (GDAEM) devida aos ocupantes dos cargos da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, de Ministro do Meio Ambiente, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, alcançados pelo disposto do art. 1º da Lei nº 10.410/2002 e que estejam em vigor a partir de agosto/2016, observados os seguintes parâmetros:

GQ Nível I - Gratificação de Qualificação I - observado o requisito mínimo de certificado de conclusão de curso de pós-graduação em sentido amplo;

GQ Nível II - Gratificação de Qualificação II - observado o requisito mínimo de titulação de mestrado, na forma do regulamento;

GQ Nível III - Gratificação de Qualificação III - observado o requisito mínimo de titulação de doutorado, na forma do regulamento.

A Gratificação de Qualificação de que trata o art. 13-B da Lei nº 10.410/2002 será concedida em três níveis a partir de agosto/2016, observados os seguintes parâmetros:

- Até que seja processado os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, a gratificação de desempenho será pagas no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões, (art. 158 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008);
- Até que seja publicado o ato que se refere ao § 2º do art. 2º e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional considerando a distribuição de pontos que tratem os incisos I e II do § 4º do art. 2º, os servidores que fizerem jus à GDAEM deverão perceber em valor correspondente ao último percentual recebido, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante do Anexo III da MP 441/08. (**)
### Nível Intermediário

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classe</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>80 pts.</th>
<th>100 pts.</th>
<th>GDAEM</th>
<th>Nível GQ</th>
<th>Nível GQ II</th>
<th>Nível GQ III</th>
<th>ATIVO</th>
<th>TOTAL (em R$) - 80 pts.</th>
<th>ATIVO</th>
<th>TOTAL (em R$) - 100 pts.</th>
<th>ATIVO</th>
<th>TOTAL (em R$) - 50 pts.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>E</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>S</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

* (*) = Sem GQ
* (**) = GQ Nível I
* (***) = GQ Nível II
* (****) = GQ Nível III

<table>
<thead>
<tr>
<th>ATIVIDADE</th>
<th>TOTAL (em R$) - 80 pts.</th>
<th>GDAEM</th>
<th>Nível I</th>
<th>GQ Nível I</th>
<th>GQ Nível II</th>
<th>GQ Nível III</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>J</td>
<td>5.949,04</td>
<td>6.238,04</td>
<td>6.528,04</td>
<td>6.816,04</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>L</td>
<td>5.643,23</td>
<td>5.917,23</td>
<td>6.185,23</td>
<td>6.453,23</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>M</td>
<td>5.490,83</td>
<td>5.758,83</td>
<td>6.036,83</td>
<td>6.304,83</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

* (****) = GQ Nível III

<table>
<thead>
<tr>
<th>ATIVIDADE</th>
<th>TOTAL (em R$) - 100 pts.</th>
<th>GDAEM</th>
<th>Nível I</th>
<th>GQ Nível I</th>
<th>GQ Nível II</th>
<th>GQ Nível III</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>J</td>
<td>4.622,54</td>
<td>4.911,54</td>
<td>5.201,54</td>
<td>5.490,54</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>K</td>
<td>4.506,15</td>
<td>4.784,15</td>
<td>5.063,15</td>
<td>5.340,15</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>L</td>
<td>4.389,71</td>
<td>4.667,71</td>
<td>5.036,71</td>
<td>5.315,71</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>M</td>
<td>4.265,34</td>
<td>4.533,34</td>
<td>4.893,34</td>
<td>5.172,34</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

* (****) = GQ Nível III

<table>
<thead>
<tr>
<th>ATIVIDADE</th>
<th>TOTAL (em R$) - 50 pts.</th>
<th>GDAEM</th>
<th>Nível I</th>
<th>GQ Nível I</th>
<th>GQ Nível II</th>
<th>GQ Nível III</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>J</td>
<td>3.605,94</td>
<td>3.894,94</td>
<td>4.183,94</td>
<td>4.472,94</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>K</td>
<td>3.489,52</td>
<td>3.774,52</td>
<td>4.063,52</td>
<td>4.352,52</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>L</td>
<td>3.373,10</td>
<td>3.658,10</td>
<td>3.947,10</td>
<td>4.236,10</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>M</td>
<td>3.256,68</td>
<td>3.536,68</td>
<td>3.826,68</td>
<td>4.116,68</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

* (****) = GQ Nível III

---

**30. IBAMA, INSTITUTO CHICO MENDES E MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

Carreira de Especialista em Meio Ambiente
Cargo: Técnico Administrativo do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente
Cargo: Técnico Ambiental do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente
Por meio do Decreto nº 7.922 de 18 de fevereiro de 2013, a GDAEM foi dada como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo II à Lei nº 10.410 de 2002.

A partir de 1º de janeiro de 2013, fica instituída a Gratificação de Qualificação - GQ, a ser concedida aos titulares de cargos de provimento efetivo de nível superior referidos no art. 1º da Lei nº 10.410/2002, em retribuição à formação acadêmica e profissional, obtida mediante participação, com aproveitamento, em cursos regulamentares e instituídos de pós-graduação lato ou stricto sensu, ou cursos de capacitação ou qualificação profissional, na forma do regulamento. (art. 13-B da Lei nº 10.410/2002)

A estrutura remuneratória dos cargos de provimento efetivo integrantes da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata o art. 1º da Lei nº 10.410/2002 terá a composição do art. 13-A da Lei nº 10.410/2002 (redação dada pelo art. 52 da Lei nº 12.778, de 2012)

A Gratificação de Qualificação de que trata o art.13-B da Lei nº 10.410/2002 será concedida em três níveis a partir de agosto de 2016, observando os seguintes parâmetros (art. 77 da Lei nº 13.324/2016):

**GQ Nível I** - Gratificação de Qualificação I, observados os requisitos mínimos de certificado de conclusão com aproveitamento em cursos de capacitação ou de qualificação profissional que totalizem cento e oitenta horas, na forma do regulamento;

**GQ Nível II** - Gratificação de Qualificação II, observados os requisitos mínimos de certificado de conclusão, com aproveitamento, de cursos de capacitação ou de qualificação profissional que totalizem duzentas e cinquenta horas, na forma do regulamento;

**GQ Nível III** - Gratificação de Qualificação III, observados os requisitos mínimos de certificado de conclusão, com aproveitamento, de cursos de capacitação ou de qualificação profissional que totalizem trezentas e sessenta horas ou diploma de curso de capacitação ou graduação ou certificado de conclusão de curso de Especialização, na forma do regulamento.


Apoio à GDAEM - art. 8º da Lei nº 11.156 de 29.07.2005 (alteração dada art.91 da MP 441/08 - Lei nº 11.907 de 02.02.2009)

Apoio à GDAEM - art. 84º do Decreto nº 10.410/2002.

Apoio à GDAEM - apontado/pensionista art.87 ao art. 91 da Lei nº 13.324, de 2016. Legislação Correspondente:

Lei nº 10.410 de 11.01.2002

Lei nº 10.432 de 24.02.2002
Lei nº 10.472 de 25.06.2002

Decreto nº 4293 de 02.07.2002
Lei nº 11.156 de 28.08.2007

Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 11.490 de 20.06.2008
Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art.15

Portaria nº 392 de 29.12.2005

Portaria nº 392 de 29.12.2005
### Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

#### 30. IBAMA, INSTITUTO CHICO MENDES E MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Carreira de Especialista em Meio Ambiente  
Cargo: Auxiliar Administrativo do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Auxiliar</th>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDAEM</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDAEM</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>ESPECIAL</td>
<td></td>
<td>( *)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>A</td>
<td>1.789,23</td>
<td>1.330,40</td>
<td>1.663,00</td>
<td>3.119,63</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>B</td>
<td>1.724,74</td>
<td>1.278,40</td>
<td>1.598,00</td>
<td>3.003,14</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>C</td>
<td>1.662,74</td>
<td>1.230,40</td>
<td>1.538,00</td>
<td>2.893,14</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Elaborado:CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
**Posição:** esta informação refere-se ao mês/ano em que a tabela entrou em vigor.

**Ministério do Meio Ambiente**

**Instituto Chico Mendes** - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

**IBAMA** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Os atuais cargos de provimento efetivo integrantes dos quadros de pessoal a que se refere o art. 1º da Lei nº 10.410/2002 passam a denominar-se de Auxiliar Administrativo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - IBAMA. Art. 1º da Lei nº 10.472 de 25.06.2002


**VB - Vencimento Básico** - (Anexo III à Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002)

**GDAEM** - Gratificação de Desempenho de Atividade de Especialista Ambiental (Anexo II à Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005)


(*) A GDAEM terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo II da Lei nº 10.410/2002

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008)

Até que seja publicado o ato a que se refere o § 2º do art. 2º e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional considerando a distribuição de pontos de que tratam os incisos I e II do § 4º do art. 2º, os servidores que fizerem jus à GDAEM deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante do Anexo LI da MP 441/08.

(**) Aposentado - GDAEM - art. 8º da Lei nº 11.156 de 29.07.2005 (alteração dada art.91 da MP 441/08)

(**) Opção da GDAEM - aposentado/pensionista art. 87 ao art. 91 da Lei nº 13.328, de 2016.

**Legislação Correspondente:**

- Lei nº 10.410 de 11.01.2002
- Lei nº 10.432 de 24.02.2002
- Lei nº 10.472 de 25.06.2002
- Decreto nº 4293 de 02.07.2002
- Lei nº 10.697 de 02.07.2003
- Lei nº 10.698 de 02.07.2003
- Lei nº 10.775 de 21.11.2003
- Lei nº 11.156 de 29.07.2005
- Portaria nº 390 de 29.12.2005
- Portaria nº 391 de 29.12.2005

Portaria nº 392 de 29.12.2005

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Lei nº 11.490 de 20.06.2008

Lei nº 11.516 de 28.08.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010


Lei nº 13.026 de 03.09.2014 art. 1º

Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 76

Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 76 ao art. 80 e art. 87 ao art. 91
### Nível Superior - 20 h

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>20h (*)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>6.732,37</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>6.470,32</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>6.218,47</td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td>M</td>
<td>5.653,16</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>5.433,12</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>5.221,65</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>5.018,40</td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td>M</td>
<td>4.823,07</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>4.384,61</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>4.213,94</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>4.049,92</td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td>M</td>
<td>3.892,26</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>3.740,78</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>3.400,71</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>3.268,34</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### ATIVO

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>80 pts.</th>
<th>100 pts.</th>
<th>TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### GDM-MMA

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>80 pts.</th>
<th>100 pts.</th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### APOSENTADO

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>50 pts.</th>
<th>TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Nível Superior - 40 h

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>40h (*)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>13.464,73</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>12.940,63</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>12.436,95</td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td>M</td>
<td>11.306,33</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>10.866,25</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>10.443,31</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>10.036,81</td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td>M</td>
<td>9.646,13</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>8.769,22</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>8.427,88</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>8.099,84</td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td>M</td>
<td>7.784,56</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>7.481,57</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>6.801,42</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>6.536,67</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### ATIVO

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>80 pts.</th>
<th>100 pts.</th>
<th>TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### GDM-MMA

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>80 pts.</th>
<th>100 pts.</th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### APOSENTADO

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>50 pts.</th>
<th>TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
**Jornada de Trabalho de Médico e Médico Veterinário é de: 20 horas**

* Cargo de Médico do Plano Especial de Cargos do Ministerio do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, pertencentes aos Quadros de Pessoal do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA e do Instituto Chico Mendes

**Nível Superior - 20 h** - A jornada de trabalho dos ocupantes dos cargos de Médico e Médico Veterinário, regidos pela Lei nº 8.112, de 12 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Carreira de Cargos de que trata o art. 40 da Lei nº 12.702/2012 é de 20 (vinte) horas semanais. (§ 1º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

**Nível Superior - 40 h** - Os ocupantes dos cargos efetivos de que trata o art. 41 da Lei nº 12.702/2012 poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observado o interesse da administração e a disponibilidade de pessoal.
### Nível Superior

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GTEMA</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GTEMA</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td></td>
<td>D=(A+B)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>7.229,28</td>
<td>4.851,20</td>
<td>6.064,00</td>
<td>12.080,48</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>6.984,81</td>
<td>4.719,20</td>
<td>5.899,00</td>
<td>11.704,01</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>6.589,44</td>
<td>4.452,00</td>
<td>5.565,00</td>
<td>11.041,44</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>6.366,60</td>
<td>4.331,20</td>
<td>5.419,00</td>
<td>10.697,80</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>6.151,31</td>
<td>4.212,80</td>
<td>5.266,00</td>
<td>10.364,11</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>5.943,30</td>
<td>4.098,40</td>
<td>5.123,00</td>
<td>10.041,70</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>5.742,31</td>
<td>3.986,40</td>
<td>4.983,00</td>
<td>9.728,71</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>5.417,27</td>
<td>3.760,80</td>
<td>4.701,00</td>
<td>9.178,07</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>5.234,09</td>
<td>3.658,40</td>
<td>4.573,00</td>
<td>8.892,49</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>5.057,09</td>
<td>3.559,20</td>
<td>4.449,00</td>
<td>8.616,29</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>4.886,07</td>
<td>3.462,40</td>
<td>4.328,00</td>
<td>8.348,47</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>4.720,84</td>
<td>3.368,80</td>
<td>4.211,00</td>
<td>8.089,64</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>4.371,15</td>
<td>3.120,00</td>
<td>3.900,00</td>
<td>7.491,15</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>4.047,36</td>
<td>2.888,00</td>
<td>3.610,00</td>
<td>6.935,36</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA - PECMA

Cargos: Nível Superior do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA - PECMA
* **Cargos de nível superior, intermediário e auxiliar do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA - PECMA, pertencentes aos Quadros de Pessoal do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA e do Instituto Chico Mendes**

**Ministério do Meio Ambiente**

**Instituto Chico Mendes** - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

**IBAMA** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

* Fica estruturado, a partir de 10 de agosto de 2006, o Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - PECMA composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei no 5.845, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes aos Quadros de Pessoal do Ministério do Meio Ambiente e do IBama e neles lotados em 10 de outubro de 2004 ou que vieram a ser para eles redistribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até 30 de setembro de 2004. (Redação dada pelo art. 12 da Lei nº 11.490, de 2007)

Ficam automaticamente enquadrados no PECMA, em cargos de idênticas denominações e atribuições, a partir de 1º de janeiro de 2018, os servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo de níveis superior, integrantes do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, instituído pelo art. 1º da Lei nº 11.357/2006, admitidas as denominações e atribuições dos respectivos cargos, bem como os requisitos de formação profissional, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo VII-A da Lei nº 12.778/2012 (art. 14-A da Lei nº 11.357/2006). Os servidores de que trata o art. 14-A da Lei nº 11.357/2006, que foram enquadrados na Classe A, Padrão I da estrutura de que trata o Anexo VI da Lei nº 11.357/2006, ficam reenquadrados na quantidade de um padrão para cada ano completo de efetivo exercício no cargo no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama ou do Instituto Chico Mendes. (art. 14-B da Lei nº 11.357/2006, com redação dada pelo art. 2º da Lei nº 13.026/2014)

O disposto no art. 14-B da Lei nº 11.357/2006 não gerará efeitos financeiros retroativos anteriores a 1º de janeiro de 2014. (§ único do art. 14-B da Lei nº 11.357/2006)

**VB - Vencimento Básico** - (Anexo VIII à Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006)

**GTEMA** - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Executiva e de Suporte do Meio Ambiente (Anexo X à Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006)

GTEMA devida aos titulares dos cargos do PECMA, de que trata o art. 12 da Lei nº 11.357/2006, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no Ministério do Meio Ambiente, no IBAMA ou no Instituto Chico Mendes.

(*) A GTEMA terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo X da Lei nº 11.357/06.

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008)

Até que seja publicado o ato a que se refere o § 5º do art. 17 da Lei nº 11.357/06 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional considerando a distribuição de pontos de que tratam os incisos I e II do § 3º do art. 17, os servidores que fizerem jus à GTEMA deverão percebê-la em valor correspondente à última pontuação que lhe foi atribuída a título de GTEMA, considerando o valor do ponto constante do Anexo X da Lei nº 11.357/06.

(**) Aposentado - GTEMA - art. 17-C da Lei nº 11.357/2006.

(**) Opção da GTEMA - aposentado/pensionista art. 87 ao art. 91 da Lei nº 13.324, de 2016.

**Legislação Correspondente:**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Leis</th>
<th>Medidas Provisórias</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Lei nº 10.331 de 18.12.2001</td>
<td>Lei nº 11.516 de 28.08.2007</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.697 de 02.07.2003</td>
<td>Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.698 de 02.07.2003</td>
<td>Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004</td>
<td>Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.971 de 25.11.2004</td>
<td>Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005</td>
<td>Decreto nº 7.133 de 19.03.2010</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 387 de 29.12.2005</td>
<td>Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 76 ao art. 80 e art. 87 ao art. 91</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006</td>
<td>Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007</td>
<td>Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006</td>
<td>Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 11.357 de 19.10.2006</td>
<td>Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 318 de 06.11.2006</td>
<td>Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15</td>
</tr>
</tbody>
</table>
### Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

#### 30. IBAMA, INSTITUTO CHICO MENDES E MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

* Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA - PECMA

Cargos: Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA - PECMA

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Intermediário</th>
<th>GTEMA</th>
<th>NÍVEL GQ</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GTEMA</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>CLASSE PADRÃO VB</td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>120 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>120 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>D</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>E</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>F</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>** Sem GQ **</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>G</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>H</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### GQ Nível I

<table>
<thead>
<tr>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>GQ Nível III</td>
</tr>
<tr>
<td>GQ Nível II</td>
</tr>
<tr>
<td>GQ Nível I</td>
</tr>
<tr>
<td>Sem GQ</td>
</tr>
<tr>
<td>M</td>
</tr>
<tr>
<td>N</td>
</tr>
<tr>
<td>O</td>
</tr>
<tr>
<td>P</td>
</tr>
<tr>
<td>Q</td>
</tr>
<tr>
<td>R</td>
</tr>
<tr>
<td>S</td>
</tr>
<tr>
<td>T</td>
</tr>
<tr>
<td>U</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
</tr>
<tr>
<td>W</td>
</tr>
<tr>
<td>X</td>
</tr>
<tr>
<td>Y</td>
</tr>
<tr>
<td>Z</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### GQ Nível II

<table>
<thead>
<tr>
<th>** **</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>A</td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
</tr>
<tr>
<td>D</td>
</tr>
<tr>
<td>E</td>
</tr>
<tr>
<td>F</td>
</tr>
<tr>
<td>G</td>
</tr>
<tr>
<td>H</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
</tr>
<tr>
<td>J</td>
</tr>
<tr>
<td>K</td>
</tr>
<tr>
<td>L</td>
</tr>
<tr>
<td>M</td>
</tr>
<tr>
<td>N</td>
</tr>
<tr>
<td>O</td>
</tr>
<tr>
<td>P</td>
</tr>
<tr>
<td>Q</td>
</tr>
<tr>
<td>R</td>
</tr>
<tr>
<td>S</td>
</tr>
<tr>
<td>T</td>
</tr>
<tr>
<td>U</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
</tr>
<tr>
<td>W</td>
</tr>
<tr>
<td>X</td>
</tr>
<tr>
<td>Y</td>
</tr>
<tr>
<td>Z</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### GQ Nível III

<table>
<thead>
<tr>
<th>** ***</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>A</td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
</tr>
<tr>
<td>D</td>
</tr>
<tr>
<td>E</td>
</tr>
<tr>
<td>F</td>
</tr>
<tr>
<td>G</td>
</tr>
<tr>
<td>H</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
</tr>
<tr>
<td>J</td>
</tr>
<tr>
<td>K</td>
</tr>
<tr>
<td>L</td>
</tr>
<tr>
<td>M</td>
</tr>
<tr>
<td>N</td>
</tr>
<tr>
<td>O</td>
</tr>
<tr>
<td>P</td>
</tr>
<tr>
<td>Q</td>
</tr>
<tr>
<td>R</td>
</tr>
<tr>
<td>S</td>
</tr>
<tr>
<td>T</td>
</tr>
<tr>
<td>U</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
</tr>
<tr>
<td>W</td>
</tr>
<tr>
<td>X</td>
</tr>
<tr>
<td>Y</td>
</tr>
<tr>
<td>Z</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### ATIVO

<table>
<thead>
<tr>
<th>TOTAL (em R$) - 80 pts.</th>
<th>TOTAL (em R$) - 100 pts.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>A</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>D</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>E</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>F</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>G</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>H</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>J</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>K</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>L</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>M</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>N</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>O</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>P</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Q</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>R</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>S</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>T</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>U</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>W</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>X</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Y</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Z</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### APOSENTADO

<table>
<thead>
<tr>
<th>TOTAL (em R$) - 50 pts.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>A</td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
</tr>
<tr>
<td>D</td>
</tr>
<tr>
<td>E</td>
</tr>
<tr>
<td>F</td>
</tr>
<tr>
<td>G</td>
</tr>
<tr>
<td>H</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
</tr>
<tr>
<td>J</td>
</tr>
<tr>
<td>K</td>
</tr>
<tr>
<td>L</td>
</tr>
<tr>
<td>M</td>
</tr>
<tr>
<td>N</td>
</tr>
<tr>
<td>O</td>
</tr>
<tr>
<td>P</td>
</tr>
<tr>
<td>Q</td>
</tr>
<tr>
<td>R</td>
</tr>
<tr>
<td>S</td>
</tr>
<tr>
<td>T</td>
</tr>
<tr>
<td>U</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
</tr>
<tr>
<td>W</td>
</tr>
<tr>
<td>X</td>
</tr>
<tr>
<td>Y</td>
</tr>
<tr>
<td>Z</td>
</tr>
</tbody>
</table>

---

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

274
Elaborado:CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

**Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73**

* Fica estruturado, a partir de 1º de agosto de 2006, o Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA - PECMA, pertencentes aos Quadros de Pessoal do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA e do Instituto Chico Mendes.

**Instituto Chico Mendes - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade**

* Aporte do IBAMA e do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) do IBAMA, composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA e dos Recursos Naturais Renováveis (PECMA)

**Instituto Chico Mendes - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade**

* Fica estruturado, a partir de 1º de agosto de 2006, o Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA - PECMA, composto pelos cargos de provimento efetivo de Plano de Classificação de Cargos o IBAMA e de Recursos Naturais Renováveis.
### 30. IBAMA, INSTITUTO CHICO MENDES E MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

* Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA - PECMA

Cargos: Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA - PECMA

#### Nível Auxiliar

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classe</th>
<th>Padrão</th>
<th>VB</th>
<th>GTEMA</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GTEMA</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>50 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>(**)</td>
<td>50 pts.</td>
<td>(**)</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Especial</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>1.789,23</td>
<td>1.330,40</td>
<td>1.663,00</td>
<td>3.119,63</td>
<td>3.452,23</td>
<td>831,50</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>1.724,74</td>
<td>1.278,40</td>
<td>1.598,00</td>
<td>3.003,14</td>
<td>3.322,74</td>
<td>799,00</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>1.662,74</td>
<td>1.229,60</td>
<td>1.537,00</td>
<td>2.892,34</td>
<td>3.199,74</td>
<td>768,50</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>1.603,12</td>
<td>1.182,40</td>
<td>1.478,00</td>
<td>2.785,52</td>
<td>3.081,12</td>
<td>739,00</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>1.532,15</td>
<td>1.126,40</td>
<td>1.408,00</td>
<td>2.658,55</td>
<td>2.940,15</td>
<td>704,00</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>1.477,56</td>
<td>1.082,40</td>
<td>1.353,00</td>
<td>2.559,96</td>
<td>2.830,56</td>
<td>676,50</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>1.425,06</td>
<td>1.041,60</td>
<td>1.302,00</td>
<td>2.466,66</td>
<td>2.727,06</td>
<td>651,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>B</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>1.374,60</td>
<td>1.001,60</td>
<td>1.252,00</td>
<td>2.376,20</td>
<td>2.626,60</td>
<td>626,00</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>1.314,51</td>
<td>953,60</td>
<td>1.192,00</td>
<td>2.268,11</td>
<td>2.506,51</td>
<td>596,00</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>1.268,29</td>
<td>917,60</td>
<td>1.147,00</td>
<td>2.185,89</td>
<td>2.415,29</td>
<td>573,50</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>1.223,84</td>
<td>882,40</td>
<td>1.103,00</td>
<td>2.106,24</td>
<td>2.326,84</td>
<td>551,50</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>A</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>1.181,11</td>
<td>847,20</td>
<td>1.059,00</td>
<td>2.028,31</td>
<td>2.240,11</td>
<td>529,50</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>1.165,32</td>
<td>812,00</td>
<td>1.015,00</td>
<td>1.977,32</td>
<td>2.180,32</td>
<td>507,50</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>1.149,77</td>
<td>777,60</td>
<td>972,00</td>
<td>1.927,37</td>
<td>2.121,77</td>
<td>486,00</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>1.134,45</td>
<td>743,20</td>
<td>929,00</td>
<td>1.877,65</td>
<td>2.063,45</td>
<td>464,50</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
**30. IBAMA, INSTITUTO CHICO MENDES E MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

*Quadros de Pessoal do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA e do Instituto Chico Mendes*

Cargos: Nível Superior Quadros de Pessoal do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA e do Instituto Chico Mendes, art. 9º da Lei nº 11.156/2005

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>CLASSE</strong></td>
<td><strong>PADRÃO</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>A</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>B</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VI</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>C</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VI</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>D</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
</tr>
</tbody>
</table>
**IBAMA** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

**Instituto Chico Mendes** - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

**Ministério do Meio Ambiente**

* Servidores dos Quadros de Pessoal do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA e do Instituto Chico Mendes ocupantes de cargos de provimento efetivo, de nível superior do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no Ministério do Meio Ambiente, no Ibama ou no Instituto Chico Mendes. (Lei n° 11.516, 2007 e art. 9º da Lei n° 11.156/2005)

**VB** - Vencimento Básico - (Anexo XL à Lei no 11.907, de 2 de fevereiro de 2009)

**GDAMB** - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa do Meio Ambiente - (Anexo I à Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005)

GDAMB - instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa do Meio Ambiente - GDAMB, devida aos servidores dos Quadros de Pessoal do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama e do Instituto Chico Mendes ocupantes de cargos de provimento efetivo, de nível superior, intermediário ou auxiliar, do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no Ministério do Meio Ambiente, no Ibama ou no Instituto Chico Mendes. (redação dada pelo art. 9º da Lei n° 11.516, 2007)

Aplica-se a GDAMB, exclusivamente, aos servidores lotados no Ministério do Meio Ambiente ou no IBAMA em 1º de outubro de 2004 ou que venham a ser redistribuídos para o Ministério do Meio Ambiente ou para o IBAMA, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até 30 de setembro de 2004. (* A GDAMB terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo I da Lei n° 11.156/05. (* O limite global de pontuação mensal por nível de que dispõem o Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA e o Instituto Chico Mendes para ser atribuído aos servidores corresponderá a 80 (oitenta) vezes o número de servidores ativos por nível que fazem jus à GDAMB, em exercício no Ministério do Meio Ambiente, no IBAMA ou no Instituto Chico Mendes.

(* *) Aposentado - GDAMB - art. 17 da Lei n° 11.156/2005.

(* **) Opção da GDAMB - aposentado/pensionista art. 87 ao art. 91 da Lei nº 13.324, de 2016.

**Legislações Correspondentes:**

Lei n° 5.645 de 10.12.1970
Lei Delegada n° 13, de 27.08.1992
Lei n° 10.331 de 18.12.2001
Lei n° 10.697 de 02.07.2003
Lei n° 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória n° 198 de 15.07.2004
Lei n° 10.971 de 25.11.2004
Medida Provisória n° 248 DE 20.04.2005
Lei n° 11.156 de 29.07.2005
Portaria n° 390 de 29.12.2005
Portaria n° 391 de 29.12.2005
Portaria n° 392 de 29.12.2005
Medida Provisória n° 341 de 29.12.2006 art. 15
Medida Provisória n° 362 de 29.03.2007
Lei n° 11.516 de 28.08.2007
Medida Provisória n° 441 de 29.08.2008
Lei n° 11.907 de 02.02.2009
Lei n° 13.324 de 29.07.2016 art. 76 ao art. 80 e art. 87 ao art. 91
### 30. IBAMA, INSTITUTO CHICO MENDES E MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

*Quadros de Pessoal do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA e do Instituto Chico Mendes*

Cargos: Nível Intermediário Quadros de Pessoal do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA e do Instituto Chico Mendes, art. 9º da Lei nº 11.156/2005

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Intermediário</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>CLASSE</strong></td>
<td><strong>PADRÃO</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

| **A**               |                       |        |        |        |        |                  |
| II                  | 1.406,94              | 692,80 | 866,00 |        |        | 2.099,74         |
| II                  | 1.405,54              | 692,80 | 866,00 |        |        | 2.098,34         |
| I                   | 1.404,15              | 692,80 | 866,00 |        |        | 2.096,95         |

| **B**               |                       |        |        |        |        |                  |
| VI                  | 1.402,76              | 692,80 | 866,00 |        |        | 2.095,56         |
| V                   | 1.401,37              | 692,80 | 866,00 |        |        | 2.094,17         |
| IV                  | 1.399,97              | 692,80 | 866,00 |        |        | 2.092,77         |
| III                 | 1.398,58              | 692,80 | 866,00 |        |        | 2.091,38         |
| II                  | 1.397,19              | 692,80 | 866,00 |        |        | 2.089,99         |
| I                   | 1.395,80              | 692,80 | 866,00 |        |        | 2.088,60         |

| **C**               |                       |        |        |        |        |                  |
| VI                  | 1.394,41              | 692,80 | 866,00 |        |        | 2.087,21         |
| V                   | 1.393,01              | 692,80 | 866,00 |        |        | 2.085,81         |
| IV                  | 1.391,62              | 692,80 | 866,00 |        |        | 2.084,42         |
| III                 | 1.390,23              | 692,80 | 866,00 |        |        | 2.083,03         |
| II                  | 1.388,84              | 692,80 | 866,00 |        |        | 2.081,64         |
| I                   | 1.387,45              | 692,80 | 866,00 |        |        | 2.080,25         |

| **D**               |                       |        |        |        |        |                  |
| V                   | 1.386,05              | 692,80 | 866,00 |        |        | 2.078,85         |
| IV                  | 1.384,66              | 692,80 | 866,00 |        |        | 2.077,46         |
| III                 | 1.383,26              | 692,80 | 866,00 |        |        | 2.076,06         |
| II                  | 1.381,88              | 692,80 | 866,00 |        |        | 2.074,68         |
| I                   | 1.380,49              | 692,80 | 866,00 |        |        | 2.073,29         |

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Instituto Chico Mendes - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Ministério do Meio Ambiente

Servidores dos Quadros de Pessoal do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA e do Instituto Chico Mendes ocupantes de cargos de provimento efetivo, de nível intermediário, do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no Ministério do Meio Ambiente, no IBama ou no Instituto Chico Mendes. ( Lei nº 11.516, 2007 e art. 9º da Lei 11.156/2005)

VB - Vencimento Básico - (Anexo XL à Lei no 11.907, de 2 de fevereiro de 2009)
GDAMB - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa do Meio Ambiente - (Anexo I à Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005)

GDAMB - instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa do Meio Ambiente - GDAMB, devida aos servidores dos Quadros de Pessoal do Ministério do Meio Ambiente, do IBama e do Instituto Chico Mendes ocupantes de cargos de provimento efetivo, de nível superior, intermediário ou auxiliar, do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no Ministério do Meio Ambiente, no IBama ou no Instituto Chico Mendes. (redação dada pelo art. 9º da Lei nº 11.156, 2007)

Aplica-se a GDAMB, exclusivamente, aos servidores lotados no Ministério do Meio Ambiente ou no IBAMA em 1º de outubro de 2004 ou que venham a ser redistribuídos para o Ministério do Meio Ambiente ou para o IBAMA, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até 30 de setembro de 2004.

(*) A GDAMB terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo I da Lei nº 11.156/05.

(*) O limite global de pontuação mensal por nível de que dispõem o Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA e o Instituto Chico Mendes para ser atribuído aos servidores corresponderá a 80 (oitenta) vezes o número de servidores ativos por nível que fazem jus à GDAMB, em exercício no Ministério do Meio Ambiente, no IBAMA ou no Instituto Chico Mendes.

(**) Opção da GDAMB - aposentado/pensionista art. 87 ao art. 91 da Lei nº 13.324, de 2016.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970
Lei Delegada nº 13, de 27.08.1992
Lei nº 10.331 de 18.12.2001
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004
Lei nº 10.971 de 25.11.2004
Medida Provisória nº 248 DE 20.04.2005
Lei nº 11.156 de 29.07.2005
Portaria nº 390 de 29.12.2005
Portaria nº 391 de 29.12.2005
Portaria nº 392 de 29.12.2005
Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15
Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
Lei nº 11.516 de 28.08.2007
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 76 ao art. 80 e art. 87 ao art. 91
<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Auxiliar</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>GDAMB</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td>II</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td>VI</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td>VI</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
</tr>
<tr>
<td>D</td>
<td>V</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Ministério do Meio Ambiente  
Instituto Chico Mendes - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  

* Servidores dos Quadros de Pessoal do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA e do Instituto Chico Mendes ocupantes de cargos de provimento efetivo de nível auxiliar, do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no Ministério do Meio Ambiente, no Ibama ou no Instituto Chico Mendes. (Lei nº 11.516, 2007 e art. 9º da Lei nº 11.156/2005)  

** Vencimento Básico - (Anexo XL à Lei no 11.907, de 2 de fevereiro de 2009)  

** GDAMB - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa do Meio Ambiente - (Anexo I à Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005)  

GDAMB - instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa do Meio Ambiente - GDAMB, devida aos servidores dos Quadros de Pessoal do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama e do Instituto Chico Mendes ocupantes de cargos de provimento efetivo, de nível superior, intermediário ou auxiliar, do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no Ministério do Meio Ambiente, no Ibama ou no Instituto Chico Mendes. (redação dada pelo art. 9º da Lei nº 11.156, 2007)  

Aplica-se a GDAMB, exclusivamente, aos servidores lotados no Ministério do Meio Ambiente ou no IBAMA em 1º de outubro de 2004 ou que venham a ser redistribuídos para o Ministério do Meio Ambiente ou para o IBAMA, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até 30 de setembro de 2004.  

Legislações Correspondentes:  
Lei nº 5.645 de 10.12.1970  
Lei Delegada nº 13, de 27.08.1992  
Lei nº 10.331 de 18.12.2001  
Lei nº 10.697 de 02.07.2003  
Lei nº 10.698 de 02.07.2003  
Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004  
Lei nº 10.971 de 25.11.2004  
Medida Provisória nº 248 DE 20.04.2005  
Lei nº 11.156 de 29.07.2005  
Portaria nº 390 de 29.12.2005  
Portaria nº 391 de 29.12.2005  
Portaria nº 392 de 29.12.2005  
Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15  
Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007  
Lei nº 11.516 de 28.08.2007  
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008  
Lei nº 11.907 de 02.02.2009  
Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 76 ao art. 80 e art. 87 ao art. 91
### Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional

**Cargo:** Médico do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional, de que trata a Lei nº 11.907, de 2009

#### Nível Superior - 20 h

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE PADRÃO</th>
<th>VB (**)</th>
<th>GEPDN (***')</th>
<th>ATIVO (TOTAL em R$)</th>
<th>APOSENTO (TOTAL em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
<td>C - (A - B)</td>
<td>D</td>
<td>E = (A + D)</td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>2.913,69</td>
<td>4.278,30</td>
<td>7.191,99</td>
<td>4.278,30</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>2.828,82</td>
<td>3.913,00</td>
<td>6.741,82</td>
<td>3.913,00</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>2.744,43</td>
<td>3.880,50</td>
<td>6.625,43</td>
<td>3.880,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>2.615,65</td>
<td>3.810,85</td>
<td>6.426,50</td>
<td>3.810,85</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>2.539,46</td>
<td>3.783,00</td>
<td>6.322,46</td>
<td>3.783,00</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>2.465,49</td>
<td>3.751,00</td>
<td>6.216,49</td>
<td>3.751,00</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>2.393,67</td>
<td>3.719,00</td>
<td>6.112,67</td>
<td>3.719,00</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>2.393,67</td>
<td>3.667,00</td>
<td>6.060,67</td>
<td>3.667,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>2.190,55</td>
<td>3.597,00</td>
<td>5.787,55</td>
<td>3.597,00</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>2.173,16</td>
<td>3.552,00</td>
<td>5.725,16</td>
<td>3.552,00</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>2.155,92</td>
<td>3.507,00</td>
<td>5.662,92</td>
<td>3.507,00</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>2.138,80</td>
<td>3.463,00</td>
<td>5.501,80</td>
<td>3.463,00</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>2.121,83</td>
<td>3.421,00</td>
<td>5.542,83</td>
<td>3.421,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>2.064,74</td>
<td>3.250,00</td>
<td>5.314,74</td>
<td>3.250,00</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>2.067,60</td>
<td>3.280,00</td>
<td>5.347,60</td>
<td>3.280,00</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>1.925,62</td>
<td>3.216,00</td>
<td>5.141,62</td>
<td>3.216,00</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>1.806,73</td>
<td>3.177,00</td>
<td>4.983,73</td>
<td>3.177,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### Nível Superior - 40 h

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE PADRÃO</th>
<th>VB (**)</th>
<th>GEPDN (***')</th>
<th>ATIVO (TOTAL em R$)</th>
<th>APOSENTO (TOTAL em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
<td>C = (A - B)</td>
<td>D</td>
<td>E = (A + D)</td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>5.827,37</td>
<td>4.830,00</td>
<td>10.653,37</td>
<td>4.830,00</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>5.657,64</td>
<td>4.471,00</td>
<td>10.128,64</td>
<td>4.471,00</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>5.492,85</td>
<td>4.338,00</td>
<td>9.830,85</td>
<td>4.338,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>5.232,29</td>
<td>3.437,00</td>
<td>8.669,29</td>
<td>3.437,00</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>5.078,92</td>
<td>3.340,00</td>
<td>8.418,92</td>
<td>3.340,00</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>4.930,98</td>
<td>3.309,00</td>
<td>8.239,98</td>
<td>3.309,00</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>4.797,35</td>
<td>3.277,00</td>
<td>8.074,35</td>
<td>3.277,00</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>4.467,91</td>
<td>3.245,00</td>
<td>7.712,91</td>
<td>3.245,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>4.381,10</td>
<td>4.154,00</td>
<td>8.535,10</td>
<td>4.154,00</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>4.246,32</td>
<td>4.102,00</td>
<td>8.348,32</td>
<td>4.102,00</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>4.311,83</td>
<td>4.065,00</td>
<td>8.376,83</td>
<td>4.065,00</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>4.277,81</td>
<td>4.021,00</td>
<td>8.308,81</td>
<td>4.021,00</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>4.243,65</td>
<td>3.979,00</td>
<td>8.222,65</td>
<td>3.979,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>4.168,20</td>
<td>3.854,00</td>
<td>8.022,20</td>
<td>3.854,00</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>4.135,20</td>
<td>3.837,00</td>
<td>7.972,20</td>
<td>3.837,00</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>3.811,24</td>
<td>3.774,00</td>
<td>7.585,24</td>
<td>3.774,00</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>3.512,66</td>
<td>3.735,00</td>
<td>7.247,66</td>
<td>3.735,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios N° 73

284
Jornada de Trabalho de Médico é de: 20 horas

**Nível Superior - 20 h**: A jornada de trabalho dos ocupantes dos cargos de Médico do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional, de que trata a Lei no 11.090, de 7 de janeiro de 2005, é de 20 (vinte) horas semanais.

**Nível Superior - 40 h**: Os ocupantes dos cargos efetivos integrantes do Plano de que trata este artigo poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira.

**VB** - Vencimento Básico (Anexo XLVIII à Lei no 12.702, de 7 de agosto de 2012)

*(*) VB - de 40h e 20h anexo XLVIII da Lei nº 12.702/2012

**GEPDIN** - Gratificação Específica de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional

(**) Cálculo da GEPDIN - de acordo com os valores constantes do Anexo XII da Lei nº 11.090/2005

A GEPDIN é devida aos servidores titulares de cargos efetivos do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional, quando em exercício das atividades inerentes ao respectivo cargo ou ocupante de cargo ou função comissionada, no âmbito da Imprensa Nacional (art. 32 da Lei nº 11.090/2005)

A percepção da GEPDIN dar-se-á mediante opção irretratável do servidor ativo, do aposentado ou dos respectivos pensionistas, a ser formalizada no prazo de até 60 (sessenta) dias após a publicação desta Lei.(Lei 11.090/2005)

Os titulares dos cargos referidos no art.32 da Lei 11.090/2005, os aposentados e os pensionistas que não formalizarem a opção de que trata o § 1º do art. 32 da referida Lei permanecerão na situação em que se encontrarem na data de publicação da Lei 11.090/05, não fazendo jus à GEPDIN.

(***) Aposentado - GEPDIN - art.37º da Lei nº 11.090/2005 a GEPDIN integrará os proventos da aposentadoria e as pensões.

**Legislações Correspondentes:**

- Lei nº 4.491 de 21.11.1964
- Lei nº 5.462 de 02.07.1968
- Lei nº 8.112 de 11.12.1990
- Lei Delegada nº 13 de 27.08.92
- Lei nº 8.895 de 21.06.1994
- Lei nº 10.432 de 24.04.2002
- Lei nº 10.404 de 09.01.2002
- Lei nº 10.697 de 02.07.2003
- Lei nº 10.698 de 02.07.2003
- Medida Provisória nº 216 de 23.09.2004
- Medida Provisória nº 224 de 21.10.2004 art. 8 e 9
- Medida Provisória nº 216 de 23.09.2004
- Medida Provisória nº 224 de 21.10.2004 art. 8 e 9
- Medida Provisória nº 216 de 23.09.2004
- Medida Provisória nº 224 de 21.10.2004 art. 8 e 9
- Medida Provisória nº 216 de 23.09.2004
- Medida Provisória nº 224 de 21.10.2004 art. 8 e 9
- Medida Provisória nº 216 de 23.09.2004
- Medida Provisória nº 224 de 21.10.2004 art. 8 e 9
- Medida Provisória nº 216 de 23.09.2004
- Medida Provisória nº 224 de 21.10.2004 art. 8 e 9
- Medida Provisória nº 216 de 23.09.2004
- Medida Provisória nº 224 de 21.10.2004 art. 8 e 9
- Medida Provisória nº 216 de 23.09.2004
- Medida Provisória nº 224 de 21.10.2004 art. 8 e 9
- Medida Provisória nº 216 de 23.09.2004
- Medida Provisória nº 224 de 21.10.2004 art. 8 e 9
- Medida Provisória nº 216 de 23.09.2004
- Medida Provisória nº 224 de 21.10.2004 art. 8 e 9
- Medida Provisória nº 216 de 23.09.2004
- Medida Provisória nº 224 de 21.10.2004 art. 8 e 9
- Medida Provisória nº 216 de 23.09.2004
### 31. IMPRENSA NACIONAL

Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional

* Cargos: Nível Superior do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GEPDIN (**)</th>
<th>ATIVO TOTAL (em R$)</th>
<th>GEPDIN (%) TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.913.69</td>
<td>6.011.00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.828.82</td>
<td>5.900.00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.746.43</td>
<td>5.793.00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.815.65</td>
<td>5.596.00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.539.46</td>
<td>5.495.00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.465.49</td>
<td>5.397.00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.393.67</td>
<td>5.301.00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.323.95</td>
<td>5.207.00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.256.27</td>
<td>5.116.00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.190.55</td>
<td>4.947.00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.173.16</td>
<td>4.861.00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.155.92</td>
<td>4.778.00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.138.80</td>
<td>4.695.00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.121.83</td>
<td>4.615.00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.104.98</td>
<td>4.536.00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.084.14</td>
<td>4.392.00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.067.60</td>
<td>4.318.00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.905.62</td>
<td>4.245.00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.756.33</td>
<td>4.176.00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.618.74</td>
<td>4.106.00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios N° 73

286
Os servidores titulares de cargos de nível superior do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo instituído pela Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras, Planos de Carreiras e Cargos ou Planos Especiais de Cargos, e os aposentados e pensionistas, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional, que não optaram pelo recebimento da Gratificação Específica de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional – GEPDIN, de que trata o art. 32 da Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, no prazo estabelecido no § 1º do art. 32 daquele Lei, poderão optar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de publicação da Lei nº 12.778/2012, de forma irretroatível, na forma do termo de opção constante do Anexo XCVII da Lei nº 12.277/2012.

A opção de que trata o caput do art. 73 da Lei nº 12.778/2012 implica renúncia às parcelas de valores incorporados à remuneração por decisão administrativa ou judicial, referentes à Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA, instituída pela Lei nº 10.404, de 9 de janeiro de 2002, à complementação e à gratificação de produção suplementar de que tratam, respectivamente, o § 1º do art. 2º e o art. 3º da Lei nº 10.432, de 24 de abril de 2002, e à vantagem decorrente da Lei nº 5.462, de 2 de julho de 1968, que vencerem após a assinatura do termo de opção que trata o art. 73 da Lei nº 12.778/2012.

Os servidores, os aposentados e os pensionistas que não formalizarem a opção no prazo estabelecido no caput do art. 73 da Lei nº 12.778/2012 permanecerão na situação em que se encontrarem na data da publicação desta Lei, não fazendo jus à GEPDIN.

A opção pelo recebimento da GEPDIN produzirá efeitos financeiros a partir do 1º (primeiro) dia do mês seguinte ao da assinatura do termo de opção de que trata o art. 73 da Lei nº 12.778/2012, vedada qualquer retroatividade.

**VB - Vencimento Básico** (Anexo XXII da Lei 11.907/2009)

GEPDIN - Gratificação Específica de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional

(*) Cálculo da GEPDIN - de acordo com os valores constantes do Anexo XII da Lei nº 11.090/2005

A GEPDIN é devida aos servidores titulares de cargos efetivos do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional, quando em exercício das atividades inerentes ao respectivo cargo ou ocupante de cargo ou função comissionada, no âmbito da Imprensa Nacional (art. 32 da Lei nº 11.090/2005).

A percepção da GEPDIN dar-se-á mediante opção irretroatível do servidor ativo, do aposentado ou dos respectivos pensionistas, a ser formalizada no prazo de até 60 (sessenta) dias após a publicação desta Lei. (Lei nº 11.090/2005)

Os titulares dos cargos referidos no art.32 da Lei 11.090/2005, os aposentados e os pensionistas que não formalizarem a opção de que trata o § 1º do art. 32 da referida Lei permanecerão na situação em que se encontrarem na data de publicação da Lei 11.090/05, não fazendo jus à GEPDIN.

(**) Aposentado - GEPDIN - art. 37º da Lei nº 11.090/2005 a GEPDIN integrará os proventos da aposentadoria e as pensões.

Legislações Correspondentes:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Legislação</th>
<th>Detalhes</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Lei nº 4.491 de 21.11.1964</td>
<td>Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006 arts. 67 e 68</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 5.462 de 02.07.1968</td>
<td>Lei nº 11.357 de 19.10.2006 arts. 67 e 68</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.112 de 11.12.1990</td>
<td>Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.895 de 21.06.1994</td>
<td>Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.432 de 24.04.2002</td>
<td>Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.404 de 09.01.2002</td>
<td>Lei nº 11.907 de 02.02.2009</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.697 de 02.07.2003</td>
<td>Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 94</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.698 de 02.07.2003</td>
<td>Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 91</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 216 de 23.09.2004</td>
<td>Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 48 a art.50</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 216 de 23.09.2004</td>
<td>Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 5 e art. 6</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 216 de 23.09.2004</td>
<td>Medida Provisória nº 224 de 21.10.2004 art. 8 e 9</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 11.034 de 22.12.2004 art. 8 e 9</td>
<td>Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005</td>
</tr>
</tbody>
</table>
### Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional

**Cargo:** Nível Intermediário do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Intermediário</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>CLASSE</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>VII</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>VI</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>V</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>IV</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional - * Cargo: Nível Intermediário da Imprensa Nacional e, ainda, Agente de Publicações Oficiais (art. 50 da lei nº 13.328/2016)

Os servidores titulares de cargos de nível intermediário do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo instituído pela Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras, Planos de Carreiras e Cargos ou Planos Especiais de Cargos, e os aposentados e pensionistas, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional, que não optaram pelo recebimento da Gratificação Específica de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional - GE PD IN, de que trata o art. 32 da Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, no prazo estabelecido no § 1º do art. 32 daquele Lei, poderão optar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de publicação da Lei nº 12.778/2012, de forma irretroatível, na forma do termo de opção constante do Anexo XVII da Lei nº 12.2778/2012.

A opção de que trata o caput do art. 73 da Lei nº 12.778/2012 implica renúncia às parcelas de valores incorporados à remuneração por decisão administrativa ou judicial, referentes à Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA, instituída pela Lei nº 10.404, de 9 de janeiro de 2002, à complementação e à gratificação de produção suplementar de que tratam, respectivamente, o § 1º do art. 2º e o art. 3º da Lei nº 10.432, de 24 de abril de 2002, e à vantagem decorrente da Lei nº 5.462, de 2 de julho de 1968, que vencerem após a assinatura do termo de opção de que trata o art. 73 da Lei nº 12.778/2012.

Os servidores, os aposentados e os pensionistas que não formam a opção no prazo estabelecido no caput do art. 73 da Lei nº 12.778/2012 permanecerão na situação em que se encontrarem na data da publicação desta Lei, não fazendo jus à GE PD IN.

A opção pelo recebimento da GE PD IN produzirá efeitos financeiros a partir do 1º (primeiro) dia do mês seguinte ao da assinatura do termo de opção de que trata o art. 73 da Lei nº 12.778/2012, vedada qualquer retroatividade.

V - Vencimento Básico (Anexo XII da Lei nº 11.907/2009)

GE PD IN - Gratificação Específica de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional

( * ) Cálculo da GE PD IN - de acordo com os valores constantes do Anexo XII da Lei nº 11.090/2005

A GE PD IN é devida aos servidores titulares de cargos efetivos do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional, quando em exercício das atividades inerentes ao respectivo cargo ou ocupante de cargo ou função comissionada, no âmbito da Imprensa Nacional (art. 32 da Lei nº 11.090/2005).

A percepção da GE PD IN dar-se-á mediante opção irretroatível do servidor ativo, do aposentado ou dos respectivos pensionistas, a ser formalizada no prazo de até 60 (sessenta) dias após a publicação desta Lei (Lei nº 11.090/2005).

Os servidores dos cargos referidos no art. 32 da Lei nº 11.090/2005, os aposentados e os pensionistas que não formalizarem a opção de que trata o § 1º do art. 32 da referida Lei permanecerão na situação em que se encontrarem na data da publicação da Lei nº 11.090/05, não fazendo jus à GE PD IN.

( ** ) Aposentado - GE PD IN - art. 37º da Lei nº 11.090/2005 a GE PD IN integrará os proventos da aposentadoria e as pensões.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 4.491 de 21.11.1964
Lei nº 5.462 de 02.07.1968
Lei nº 8.112 de 11.12.1990
Lei nº 8.895 de 21.06.1994
Lei nº 10.432 de 24.04.2002
Lei nº 10.404 de 09.01.2002
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 316 de 23.09.2004
Medida Provisória nº 216 de 23.09.2004
Medida Provisória nº 224 de 21.10.2004 art. 8 e 9
Lei nº 11.034 de 22.12.2004 art. 8 e 9
Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006 arts. 67 e 68
Medida Provisória nº 326 de 29.03.2007
Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 94
Medida Provisória nº 12.702 de 07.08.2012 art. 91
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 48 a art.50
Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 5 e art. 6
31. IMPRENSA NACIONAL
Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional
Cargo: Nível Auxiliar do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Auxiliar</th>
<th>CLASSE</th>
<th>PA DRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GEPĐIN ((^{*}))</th>
<th>TOTAL (em R$)</th>
<th>GEĐIN (100%) ((^{**}))</th>
<th>TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C = (A + B)</td>
<td>D</td>
<td>E = (A + D)</td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td>II</td>
<td>1.643,13</td>
<td>3.475,00</td>
<td>5.118,13</td>
<td>3.475,00</td>
<td>5.118,13</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>1.636,44</td>
<td>3.469,00</td>
<td>5.105,44</td>
<td>3.469,00</td>
<td>5.105,44</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>1.610,78</td>
<td>3.463,00</td>
<td>5.073,78</td>
<td>3.463,00</td>
<td>5.073,78</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
Os servidores titulares de cargos de nível auxiliar do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo instituído pela Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras, Planos de Cargos ou Planos Especiais de Cargos, e os aposentados e pensionistas, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional, que não, optaram pelo recebimento da Gratificação Específica de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional – GEP DIN, de que trata o art. 32 da Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, no prazo estabelecido no § 1º do art. 32 daquela Lei, poderão optar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de publicação da Lei nº 12.778/2012, de forma irretroatível, na forma do termo de opção constante do Anexo VC/VII da Lei nº 12.2778/2012.

A opção de que trata o caput do art. 73 da Lei nº 12.778/2012 implica renúncia às parcelas de valores incorporados à remuneração por decisão administrativa ou judicial, referentes à Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa – GDATA, instituída pela Lei nº 10.404, de 9 de janeiro de 2002, à complementação e à gratificação de produção suplementar de que tratam, respectivamente, o § 1º do art. 2º e o art. 3º da Lei nº 10.432, de 24 de abril de 2002, e à vantagem decorrente da Lei nº 5.462, de 2 de julho de 1968, que vencerem após a assinatura do termo de opção de que trata o art. 73 da Lei nº 12.778/2012.

Os servidores, os aposentados e os pensionistas que não formularem a opção no prazo estabelecido no caput do art. 73 da Lei nº 12.778/2012 permanecerão na situação em que se encontrarem na data de publicação desta Lei, não fazendo jus à GEP DIN.

A opção pelo recebimento da GEP DIN produzirá efeitos financeiros a partir do 1º (primeiro) dia do mês seguinte ao da assinatura do termo de opção de que trata a Lei nº 12.778/2012, vedada qualquer retroatividade.

VB - Vencimento Básico (Anexo XLII da Lei nº 11.907/2009)

GEAIN - Gratificação Específica de Atividades Auxiliares da Imprensa Nacional

Os valores da GEAIN são os estabelecidos no Anexo XL da Lei nº 11.907/2009

GEPDIN - Gratificação Específica de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional

(*) Cálculo da GEP DIN - de acordo com os valores constantes do Anexo XII da Lei nº 11.090/2005

A GEP DIN é devida aos servidores titulares de cargos efetivos do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional, quando em exercício das atividades inerentes ao respectivo cargo ou ocupante de cargo ou função comissionada, no âmbito da Imprensa Nacional (art. 32 da Lei nº 11.090/2005)

A percepção da GEP DIN dar-se-á mediante opção irretroatível do servidor ativo, do aposentado ou dos respectivos pensionistas, a ser formalizada no prazo de até 60 (sessenta) dias após a publicação desta Lei (Lei nº 11.090/2005)

Os servidores dos cargos referidos no art.32 da Lei nº 11.090/2005, os aposentados e os pensionistas que não formularem a opção de que trata o § 1º do art. 32 da referida Lei permanecerão na situação em que se encontrarem na data de publicação da Lei nº 11.090/05, não fazendo jus a GEP DIN.

(**) Aposentado - GEP DIN – art. 37 da Lei nº 11.090/2005 a GEP DIN integrará os proventos da aposentadoria e as pensões.

(**) Aposentado - GEAIN integrará os proventos da aposentadoria e as pensões.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 4.491 de 21.11.1964 Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006 arts.67 e 68
Lei nº 5.462 de 02.07.1968 Leitura nº 11.357 de 19.10.2006 arts.67 e 68
Lei nº 8.112 de 12.12.1990 Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
Lei nº 13 de 27.08.92 Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008
Lei nº 8.895 de 21.06.1994 Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Lei nº 10.404 de 09.01.2002 Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 94
Lei nº 10.697 de 02.07.2003 Leitura nº 12.702 de 07.08.2012 art. 91
Lei nº 10.698 de 02.07.2003 Medida Provisória nº 216 de 23.09.2004
Lei nº 11.090 de 07.01.2005 art.32 ao art. 39 Medida Provisória nº 216 de 23.09.2004
Lei nº 11.034 de 22.12.2004 art. 8 e 9 Medida Provisória nº 216 de 23.09.2004 art.8 e 9
Medida Provisória nº 216 de 23.09.2004 Medida Provisória nº 216 de 23.09.2004
Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art.5 e art.6
Leitura nº 11.090 de 07.01.2005 art.32 ao art.39
### 32. INFRAESTRUTURA

**Carreira de Analista de Infraestrutura**

* Cargo de Analista de Infraestrutura

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>80 pts.</th>
<th>100 pts.</th>
<th>GDAE</th>
<th>NÍVEL</th>
<th>QG</th>
<th>ATIVO</th>
<th>TOTAL (em R$) - 80 pts.</th>
<th>ATIVO</th>
<th>TOTAL (em R$) - 100 pts.</th>
<th>GDAE</th>
<th>ATIVO</th>
<th>TOTAL (em R$) - 50 pts.</th>
<th>POSIÇÃO: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>I</td>
<td>II</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>14.470,23</td>
<td>15.194,07</td>
<td>15.917,92</td>
<td>16.046,63</td>
<td>16.768,47</td>
<td>17.482,32</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>I</td>
<td>II</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>14.128,31</td>
<td>14.862,15</td>
<td>15.576,00</td>
<td>15.687,11</td>
<td>16.380,95</td>
<td>17.104,80</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>I</td>
<td>II</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>13.796,37</td>
<td>14.522,21</td>
<td>15.246,06</td>
<td>15.294,17</td>
<td>16.006,01</td>
<td>16.731,96</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>I</td>
<td>II</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>7.855,17</td>
<td>5.943,20</td>
<td>6.474,00</td>
<td>6.233,84</td>
<td>1.447,69</td>
<td>12.657,86</td>
<td>11.280,97</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>I</td>
<td>II</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>7.532,53</td>
<td>5.624,00</td>
<td>7.030,00</td>
<td>6.793,84</td>
<td>1.447,69</td>
<td>12.356,39</td>
<td>11.983,55</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>I</td>
<td>II</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>7.383,93</td>
<td>5.472,00</td>
<td>5.849,00</td>
<td>5.613,84</td>
<td>1.447,69</td>
<td>11.866,77</td>
<td>11.484,04</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>I</td>
<td>II</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>6.958,55</td>
<td>4.562,40</td>
<td>5.703,00</td>
<td>5.373,84</td>
<td>1.447,69</td>
<td>11.057,39</td>
<td>10.674,64</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>I</td>
<td>II</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>6.729,18</td>
<td>5.321,60</td>
<td>6.652,00</td>
<td>6.321,84</td>
<td>1.447,69</td>
<td>10.442,58</td>
<td>10.062,84</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>I</td>
<td>II</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>7.097,93</td>
<td>5.179,20</td>
<td>6.474,00</td>
<td>6.233,84</td>
<td>1.447,69</td>
<td>11.621,80</td>
<td>11.248,07</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>I</td>
<td>II</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>6.412,80</td>
<td>4.179,20</td>
<td>5.429,00</td>
<td>5.199,84</td>
<td>1.447,69</td>
<td>10.051,83</td>
<td>9.670,09</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>I</td>
<td>II</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>6.286,00</td>
<td>4.451,20</td>
<td>5.564,00</td>
<td>5.324,84</td>
<td>1.447,69</td>
<td>9.650,69</td>
<td>9.268,95</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>I</td>
<td>II</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>6.163,17</td>
<td>4.343,20</td>
<td>5.429,00</td>
<td>5.199,84</td>
<td>1.447,69</td>
<td>9.306,10</td>
<td>8.924,35</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**NOTA:**
- (*) - (**) - (***)
- A = Sem GQ I
- B = Sem GQ II
- C = Especial
- D = Total (em R$) - 80 pts.
- E = Total (em R$) - 100 pts.
- F = Total (em R$) - 50 pts.
A Carreira de Analista de Infra-Estrutura, de que trata o inciso I do art. 1º da Lei nº 11.539, de 2007, passa a integrar as carreiras de Gestão Governamental, mantida a estrutura e a composição remuneratória do cargo. (§ 6º do art. 1º da Lei nº 11.539, de 2007, com redação dada pelo art. 32 da MP 765, de 2016).

A Gratificação de Desempenho de Atividade em Infraestrutura (GDAIE) é estabelecida nos termos da Medida Provisória nº 638 de 10 de novembro de 2012, aprovada pelo Decreto nº 7.922 de 18 de fevereiro de 2013.

Os critérios e procedimentos específicos para avaliação de desempenho e classificação sindical de cargos de servidor federal e os critérios para aplicação do GDAIE são estabelecidos em ato do dirigente máximo do órgão ou entidade no qual o servidor se encontra em exercício, de acordo com as diretrizes e normas complementares editadas pelo Órgão Supervisor, e exerçam o cargo de especialista em infraestrutura e os cargos isolados de provimento efetivo de especialista em infraestrutura Sênior que estejam lotados em órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal e seus ocupantes terão, automaticamente, exercício descentralizado nos órgãos ou entidades onde o respectivo cargo se encontrava lotado nesta data, sem prejuízo do disposto no art. 1º da Lei nº 11.539, de 2007.

A carreira de Analista de Infra-Estrutura é efeitos da Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007. (Anexo IV à Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007)

A Gratificação de Qualificação (GQ) - a servidora e o servidor são concedidos de cargos de provimento efetivo ou de provimento efetivo integrantes da carreira de Analista de Infra-Estrutura, de que trata o art. 1º da Lei nº 11.539, de 2007, em retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de seus respectivos cargos, de acordo com as condições estabelecidas em Anexo IV à Lei nº 11.539, de 2007.

GQ - a servidora e o servidor são concedidos de cargos de provimento efetivo ou de provimento efetivo integrantes da Carreira de Analista de Infra-Estrutura, de que trata o art. 1º da Lei nº 11.539, de 2007, em retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de seus respectivos cargos, de acordo com os valores constantes do Anexo IV à Lei nº 11.539, de 2007.

A GQ é calculada no limite máximo de 30% (trinta por cento) dos salários concedidos, com efetiva aplicação a partir da data da nomeação. (§ 6º do art. 1º da Lei nº 11.539, de 2007, com redação dada pela MP 765, de 2016)

Para fins de incorporação da GDAIE aos proventos de aposentadoria ou as pensões, serão adotados os seguintes critérios:

1. - quando ao servidor que deu origem à aposentadoria ou à pensão se aplicar disposto nos artigos 3º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a GDAIE será correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor máximo do respectivo nível, classe e padrão, ou da classe única, conforme o respectivo cargo efetivo que lhe deu origem;

2. - nos demais casos aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, disposto na Lei nº 10.847, de 18 de junho de 2004.

A GQ será considerada no cálculo dos proventos e das pensões, somente se o servidor, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação.

A GQ será considerada na concessão de aposentadoria ou pensão e observará a legislação de criação da respectiva gratificação e os regramentos previdenciários aplicáveis a cada servidor. (art. 8º do Decreto nº 7.922/2013)

Opção GDAIE - a servidora e o servidor poderão optar pela GDAIE, observando a legislação de criação da respectiva gratificação e os regramentos previdenciários aplicáveis a cada servidor. (art. 8º do Decreto nº 7.922/2013)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 18.698 de 02.07.2023
Medida Provisória nº 389 de 05.09.2007
Lei nº 11.539 de 08.11.2007
Lei nº 12.186 de 29.12.2009
Portaria nº 34 de 15.01.2010
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012
Lei nº 12.702 de 07.08.2012
Art. 47
Notas técnicas conjuntas dos DOU/DENOP/DDEI/DEPEF/SEGEP/MP
 Decreto nº 7.922 de 18.02.2013
Lei nº 12.808 de 08.05.2013
Decreto nº 8.107 de 06.09.2013
Medida Provisória nº 632 de 24.12.2013 art. 8º
Lei nº 12.988 de 18.06.2014 art. 8º
Lei nº 13.326 de 29.07.2016 art. 82
Medida Provisória nº 765 de 29.12.2016 arts. 31 a 37

* Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais - Cíveis e dos Ex-Territórios Nº 73
32. INFRAESTRUTURA

Cargo Isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Classe</td>
<td>GDAE</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CLASSE PADRÃO</td>
<td>VB 80 pts. 100 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
A posse ou aposentadoria dos servidores integrantes da Carreira de Analista de Infraestrutura e dos demais cargos da AdmsLeg abrirão jus à Gratificação de Atividade, devendo o valor ser estabelecido conforme o padrão estabelecido na Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73.

**Cálculo da Gratificação de Atividade**

A Gratificação de Atividade será aplicada cumulativamente com qualquer outra gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo.

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDBGE</th>
<th>RT - Retribuição por Titulação</th>
<th>ATIVO</th>
<th>ATIVO</th>
<th>APOSENTO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>B</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>D</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>E</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>F</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Índice de Clasificação (em R$):**

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th>80 pts</th>
<th>100 pts</th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D</td>
<td>E</td>
<td>F</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th>TOTAL (em R$) - 80 pts. (*)</th>
<th></th>
<th>TOTAL (em R$) - 100 pts. (**)</th>
<th></th>
<th>GDBGE</th>
<th>TOTAL (em R$) - 50 pts. (***)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts</td>
<td>100 pts</td>
<td>50 pts.</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D</td>
<td>E</td>
<td>F</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

**RT - Retribuição por Titulação**

- A (Asterisco) = (A+B+C+D+E+F)
- B = (A+B+D+E+F)
- C = (A+B+D+E+F)
- D = (A+B+D+E+F)
- E = (A+B+D+E+F)
- F = (A+B+D+E+F)

**APOSENTO ATIVO**

- A (Asterisco) = (A+B+C+D+E+F)
- B = (A+B+D+E+F)
- C = (A+B+D+E+F)
- D = (A+B+D+E+F)
- E = (A+B+D+E+F)
- F = (A+B+D+E+F)

**TOTAL (em R$) - 50 pts. (**)**

- A (Asterisco) = (A+B+C+D+E+F)
- B = (A+B+D+E+F)
- C = (A+B+D+E+F)
- D = (A+B+D+E+F)
- E = (A+B+D+E+F)
- F = (A+B+D+E+F)

**TOTAL (em R$) - 100 pts. (**)**

- A (Asterisco) = (A+B+C+D+E+F)
- B = (A+B+D+E+F)
- C = (A+B+D+E+F)
- D = (A+B+D+E+F)
- E = (A+B+D+E+F)
- F = (A+B+D+E+F)

**TOTAL (em R$) - 80 pts. (**)**

- A (Asterisco) = (A+B+C+D+E+F)
- B = (A+B+D+E+F)
- C = (A+B+D+E+F)
- D = (A+B+D+E+F)
- E = (A+B+D+E+F)
- F = (A+B+D+E+F)

---

**Elaborado:** CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

---

296
Referência:

- **Lei nº 8.691, de 29.07.1993**: Constitui o Quadro de Pessoal do IBGE e estabelece os requisitos para ingresso na carreira.

- **Lei nº 11.355, de 19.10.2006**: Regulamenta a Grataficação de Desempenho de Atividade em Pesquisa, Produção e Análise, Gestão e Infra-Estrutura de Informações Geográficas e Estatísticas.

**Anotação referente a GDBGE e Apego**: São pré-requisitos mínimos para ingresso na carreira e promoção às classes subsequentes da Carreira de Pesquisador em Informações Geográficas e Estatísticas.

**Legislações Correspondentes**: são o diploma de nível superior, em nível de graduação, específico no art. 74 da Leitura nº 11.355/2006 (redação dada pela lei nº 12.778/2012).

**Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001**: Corresponde ao limite máximo de cem pontos (pts.) e é o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XV-A da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006.

**RT**: Retribuição por Título - servidores que sejam detentores do título de Doutor ou de Mestre ou sejam possuidores de certificado de conclusão, com aprovação, de cursos de aperfeiçoamento (aperf.), ou especialização (espec.), em conformidade com a classe padrão ou título ou certificação comprovada, nos termos do Anexo XV-B da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006.

**Agente**: GDBGE - art. 149 da Lei nº 11.355/2006 (redação dada art. 8º da Lei nº 11.490 de 20.06.07)

**Aposentado**: RT - a RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data de inativação.

**Legislações Correspondentes**: Estabelecem os requisitos para ingresso na carreira e promoção às classes subsequentes da Carreira de Pesquisadores em Informações Geográficas e Estatísticas.

**GDBGE** - Grataficação de Desempenho de Atividade em Pesquisa, Produção e Análise, Gestão e Infra-Estrutura de Informações Geográficas e Estatísticas.


**GDBGE**: Grataficação de Desempenho de Atividade em Pesquisa, Produção e Análise, Gestão e Infra-Estrutura de Informações Geográficas e Estatísticas.
### Nível Superior

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GEDIBGE</th>
<th>RT - Retribuição por Título</th>
<th>ATIVO</th>
<th>TOTAL (em R$) - 80 pts. (**)</th>
<th>ATIVO</th>
<th>TOTAL (em R$) - 100 pts. (**)</th>
<th>GEDIBGE</th>
<th>APOSINADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>III</td>
<td>7.482.08</td>
<td>3.961.60</td>
<td>4.952.00</td>
<td>694.98</td>
<td>1.391.40</td>
<td>3.538.87</td>
<td>11.443.68</td>
<td>12.136.66</td>
<td>12.823.68</td>
<td>14.962.55</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Remuneração por Nível e Função**

- **Cargo:** Técnico em Informações Geográficas e Estatísticas - IBGE
- **Cargo:** Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Informações Geográficas e Estatísticas - IBGE
- **Carreira:** Plano de Carreiras e Cargos do IBGE

**Notas:**
- **Tipo A:** Em 50 pontos
- **Tipo B:** Em 100 pontos
**IBGE** - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Os atuais servidores ocupantes de cargos das Carreiras do Plano de Carreiras dos Cargos da Área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 1993, do Quadro de Pessoal do IBGE serão enquadrados nas Carreiras constantes do art. 71 da Lei nº 11.355/2006, de acordo com as Tabelas de Correlação constantes no anexo XVI da Lei nº 11.355/2006.

**VB** - Vencimento Básico - (Anexo XV da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XV de MP 441/08))

**GDIBGE** - Gratificação de Desempenho de Atividade em Pesquisa, Produção e Análise, Gestão e Infraestrutura de Informações Geográficas e Estatísticas
A pontuação referente a GDIBGE será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surgir eleito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDIBGE no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(*) A GDIBGE será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XV-A da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XCV de MP 441/08).

Até que seja publicado o ato que se refere o § 4º do art. 80 da Lei nº 11.355/06 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme e disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDIBGE deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de GDIBGE.

**RT** - Retribuição por Título - servidores que sejam detentores do título de Doutor ou grau de Mestre ou sejam possuidores de certificado de conclusão, com aproveitamento, de cursos de aperfeiçoamento (aperf.) ou especialização (espec.), em conformidade com a classe padrão e titulação ou certificação comprovada, nos termos do Anexo XV-B da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006.

(*) **Aposentado** - GDIBGE - art. 149 da Lei nº 11.355/2006 (redação dada art. 5º da Lei nº 11.490 de 20.06.07)

(**) **Aposentado** - RT - a RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente a data da inativação.

**Legislações Correspondentes:**
Lei nº 8.691 de 28.07.93
Resolução nº 01 de 06.07.94
Resolução nº 02 de 23.11.94
Medida Provisória nº 1.625-39 de 12.12.97
Lei nº 9.625 de 07.04.98
Lei nº 9.638 de 20.05.98
Decreto nº 2.665 de 10.07.98
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98
Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000
Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000
Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000
Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000
Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000
Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001
Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001
Decreto nº 3.762 de 05.03.2001
Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001
Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001
Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001
Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001
Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001
Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001
Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001
Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001
Lei nº 10.331 de 18.12.2001
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Lei nº 10.769 de 19.11.2003
Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004
Lei nº 11.094 de 13.01.2005
Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006
Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006
Lei nº 11.355 de 19.10.2006 art. 70 a 88
Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006
Lei nº 11.490 de 11.06.2007
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Decreto nº 6.312 de 20.12.2007
Lei nº 13.327 de 29.07.2016 - art. 8º
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 - art. 79
<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Intermediário</th>
<th>ATIVO</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$) - 50 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$) - 100 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Sem GQ</td>
<td>I</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios N° 73

300
Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
### Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

<table>
<thead>
<tr>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Nível Superior - 20 h</td>
</tr>
<tr>
<td>Nível Inferior - 40 h</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### ATIVO

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDM-BGE</th>
<th>** R-T</th>
<th>remuneração</th>
<th>Total (cm)</th>
<th>** Remuneração ** Total (cm)</th>
<th>Remun. Mês</th>
<th>** Remuneração + PF ** Remuneração</th>
<th>Remun. Mês</th>
<th>** Remuneração + PF ** Remuneração</th>
<th>Remun. Mês</th>
<th>** Remuneração + PF ** Remuneração</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td></td>
<td>2.587,40</td>
<td>1.525,20</td>
<td>1.376,20</td>
<td>1.550,64</td>
<td>3.496,80</td>
<td>3.772,80</td>
<td>3.848,00</td>
<td>4.102,40</td>
<td>3.910,40</td>
<td>4.174,80</td>
<td>3.848,00</td>
<td>4.102,40</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td></td>
<td>2.587,40</td>
<td>1.525,20</td>
<td>1.376,20</td>
<td>1.550,64</td>
<td>3.496,80</td>
<td>3.772,80</td>
<td>3.848,00</td>
<td>4.102,40</td>
<td>3.910,40</td>
<td>4.174,80</td>
<td>3.848,00</td>
<td>4.102,40</td>
</tr>
<tr>
<td>VI</td>
<td></td>
<td>2.587,40</td>
<td>1.525,20</td>
<td>1.376,20</td>
<td>1.550,64</td>
<td>3.496,80</td>
<td>3.772,80</td>
<td>3.848,00</td>
<td>4.102,40</td>
<td>3.910,40</td>
<td>4.174,80</td>
<td>3.848,00</td>
<td>4.102,40</td>
</tr>
<tr>
<td>VII</td>
<td></td>
<td>2.587,40</td>
<td>1.525,20</td>
<td>1.376,20</td>
<td>1.550,64</td>
<td>3.496,80</td>
<td>3.772,80</td>
<td>3.848,00</td>
<td>4.102,40</td>
<td>3.910,40</td>
<td>4.174,80</td>
<td>3.848,00</td>
<td>4.102,40</td>
</tr>
<tr>
<td>VIII</td>
<td></td>
<td>2.587,40</td>
<td>1.525,20</td>
<td>1.376,20</td>
<td>1.550,64</td>
<td>3.496,80</td>
<td>3.772,80</td>
<td>3.848,00</td>
<td>4.102,40</td>
<td>3.910,40</td>
<td>4.174,80</td>
<td>3.848,00</td>
<td>4.102,40</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### APOSTERIOR

<table>
<thead>
<tr>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Nível Superior - 20 h</td>
</tr>
<tr>
<td>Nível Inferior - 40 h</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### ATIVO

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDM-BGE</th>
<th>** R-T</th>
<th>remuneração</th>
<th>Total (cm)</th>
<th>** Remuneração ** Total (cm)</th>
<th>Remun. Mês</th>
<th>** Remuneração + PF ** Remuneração</th>
<th>Remun. Mês</th>
<th>** Remuneração + PF ** Remuneração</th>
<th>Remun. Mês</th>
<th>** Remuneração + PF ** Remuneração</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td></td>
<td>2.587,40</td>
<td>1.525,20</td>
<td>1.376,20</td>
<td>1.550,64</td>
<td>3.496,80</td>
<td>3.772,80</td>
<td>3.848,00</td>
<td>4.102,40</td>
<td>3.910,40</td>
<td>4.174,80</td>
<td>3.848,00</td>
<td>4.102,40</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td></td>
<td>2.587,40</td>
<td>1.525,20</td>
<td>1.376,20</td>
<td>1.550,64</td>
<td>3.496,80</td>
<td>3.772,80</td>
<td>3.848,00</td>
<td>4.102,40</td>
<td>3.910,40</td>
<td>4.174,80</td>
<td>3.848,00</td>
<td>4.102,40</td>
</tr>
<tr>
<td>VI</td>
<td></td>
<td>2.587,40</td>
<td>1.525,20</td>
<td>1.376,20</td>
<td>1.550,64</td>
<td>3.496,80</td>
<td>3.772,80</td>
<td>3.848,00</td>
<td>4.102,40</td>
<td>3.910,40</td>
<td>4.174,80</td>
<td>3.848,00</td>
<td>4.102,40</td>
</tr>
<tr>
<td>VII</td>
<td></td>
<td>2.587,40</td>
<td>1.525,20</td>
<td>1.376,20</td>
<td>1.550,64</td>
<td>3.496,80</td>
<td>3.772,80</td>
<td>3.848,00</td>
<td>4.102,40</td>
<td>3.910,40</td>
<td>4.174,80</td>
<td>3.848,00</td>
<td>4.102,40</td>
</tr>
<tr>
<td>VIII</td>
<td></td>
<td>2.587,40</td>
<td>1.525,20</td>
<td>1.376,20</td>
<td>1.550,64</td>
<td>3.496,80</td>
<td>3.772,80</td>
<td>3.848,00</td>
<td>4.102,40</td>
<td>3.910,40</td>
<td>4.174,80</td>
<td>3.848,00</td>
<td>4.102,40</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### APOSTERIOR

<table>
<thead>
<tr>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Nível Superior - 20 h</td>
</tr>
<tr>
<td>Nível Inferior - 40 h</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Elaborado: CGSUP/DESI/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

**MEDICIONAL DE BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE**

Plano de Carreiras e Cargos do IBGE - Medição de Carreiras e Cargos do Plano de Carreiras do IBGE, como que leva a Nível 13/2006 de Mérito.

| Nível Superior - 20 h | Nível Inferior - 40 h |
Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

303

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
### 33. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Plano de Carreiras e Cargos do IBGE

- Cargos de Nível Superior referidos no art. 84 da Lei nº 11.355/2006 - IBGE

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDBGE</th>
<th>RT - Remuneração por Título</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDBGE</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts</td>
<td>100 pts</td>
<td>80 pts</td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts</td>
<td>100 pts</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts</td>
<td>100 pts</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>D</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts</td>
<td>100 pts</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>E</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts</td>
<td>100 pts</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>F</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts</td>
<td>100 pts</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>G</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts</td>
<td>100 pts</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>H</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts</td>
<td>100 pts</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts</td>
<td>100 pts</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>J</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts</td>
<td>100 pts</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>K</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts</td>
<td>100 pts</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>L</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts</td>
<td>100 pts</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>M</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts</td>
<td>100 pts</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>N</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts</td>
<td>100 pts</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>O</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts</td>
<td>100 pts</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>P</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts</td>
<td>100 pts</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Q</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts</td>
<td>100 pts</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>R</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts</td>
<td>100 pts</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>S</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts</td>
<td>100 pts</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>T</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts</td>
<td>100 pts</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>U</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts</td>
<td>100 pts</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts</td>
<td>100 pts</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>W</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts</td>
<td>100 pts</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>X</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts</td>
<td>100 pts</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Y</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts</td>
<td>100 pts</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Z</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts</td>
<td>100 pts</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>TOTAL (em R$)</th>
<th>80 pts</th>
<th>100 pts</th>
<th>80 pts</th>
<th>100 pts</th>
<th>80 pts</th>
<th>100 pts</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

| A           | B       | C       | D       | E       | F       | G       | H       | I       | J       | K       | L       | M       | O       | P       | Q       | R       | S       | T       | U       |
|-------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| TOTAL (em R$) |        |         |        |         |        |         |        |         |        |         |        |         |        |         |        |         |        |         |        |         |        |

**APOSTANDO**

2. RT - Retribuição por Titulação
3. GDIBGE - Gratificação de Desempenho Individual Bizonee Gênero
4. CLASSE PADRÃO VB - Classe Padrão VB

---

**Elaborado:CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73**

304
Legislações Correspondentes:

- RT - a RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado titulado, com aprovação, de curso de aperfeiçoamento (aperf.) ou especialização (espec.), em conformidade com a classe padrão e retribuição por Título - servidores que sejam detentores do título de Doutor ou grau de Mestre ou sejam possuidores de certificado de conclusão, com aprovação, de curso de especialização em conformidade com a Classe Padrão, terão direito a gratificação no valor estabelecido no Anexo XV - A da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XV dada MPM 441/08) Atraso que se for publicado o ato que se refere o § 4º do art. 80 da Lei nº .../06 e processados os resultados da primeira avaliação individual. O valor da gratificação será a soma do valor correspondente a vinte pontos (20) e da parte correspondente a cem pontos (100).

- * * Apesar de:

GDI - Gratificação de Desempenho de Atividade em Pesquisa, Produção e Análise, Gestão e Infra-estrutura de Informações Geográficas e pertencentes ao Quadro de Pessoal do IBGE em 30 de setembro de 2005, conforme Tabela de Correlação constante no Anexo XIV da Lei nº 11.355 de 19 de outubro de 2006.

Os titulares dos cargos de nível superior, não integrantes das Carreiras da área de Ciência e Tecnologia, reguladas pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes à Área de Ciência e Tecnologia, reguladas pela Lei nº 8.112/90, Tabela, conforme Tabela de Correlação constante no Anexo dada MP 1135/06.

A partir da vigência da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, e conforme Tabela de Correlação constante no Anexo na MP 441/08 faltando.
<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDGE</th>
<th>QQ - GRAFICANDO POR QUALIFICACAO</th>
<th>ATIVO</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$) - 60 pts. (* )</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>II</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>II</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>II</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$) - 30 pts. (*)</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>II</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>II</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>B</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>D</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>E</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>F</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>G</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>H</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>J</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>K</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>L</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>M</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>N</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>O</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>P</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Q</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>R</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>S</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>T</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>U</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>V</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>W</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>X</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Y</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Z</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

|        |        |    |      | TOTAL (em R$) - 50 pts. (** )     |       |             |
|        |        |    |      | II                                   | II    |             |
|        |        |    |      | II                                  | II    |             |
|        |        |    |      | III                                 | II    |             |
|        |        |    |      | TOTAL (em R$) - 50 pts. (** )      |       |             |
|        |        |    |      | II                                   | II    |             |
|        |        |    |      | II                                  | II    |             |
|        |        |    |      | III                                 | II    |             |

|        |        |    |      | TOTAL (em R$) - 50 pts. (** )      |       |             |
|        |        |    |      | II                                   | II    |             |
|        |        |    |      | II                                  | II    |             |
|        |        |    |      | III                                 | II    |             |

|        |        |    |      | TOTAL (em R$) - 100 pts. ( ** )    |       |             |
|        |        |    |      | II                                   | II    |             |
|        |        |    |      | II                                  | II    |             |
|        |        |    |      | II                                  | II    |             |

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios N° 73
Os títulos dos cargos de nível intermédio, não integrantes das Carreiras da área de Ciência e Tecnologia, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do IBGE em 30 de setembro de 2005, serão enquadrados no Plano de Carreiras e Cargos do IBGE, mantidas as denominações e atribuições do cargo, bem como os requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme Tabela de Correlação constante no anexo XVI-D da Lei nº 11.355, de 19.10.2006 (art. 84 da Lei nº 11.344/2006).

IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Os títulos dos cargos de nível superior, não integrantes das Carreiras da área de Ciência e Tecnologia, regidos pela Lei nº 8.112/90, pertencentes ao Quadro de Pessoal do IBGE em 30 de setembro de 2005, serão enquadrados no Plano de Carreiras e Cargos do IBGE, mantidas as denominações e atribuições do cargo, bem como os requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme Tabela de Correlação constante no anexo XVI-D da Lei nº 11.355/06.

GDBGE - Gratificação de Desempenho de Atividade em Pesquisa, Produção e Análise, Gestão e Infra-estrutura de Informações Geográficas e Estatísticas

Aportação referente à GDBGE será assim distribuída:
1. - à vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação do desempenho individual, e
2. - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém-nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha renunciado por licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDBGE no decorrer do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a vinte pontos.

(*) A GDBGE será paga observado o limite máximo de vinte pontos (pts) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor de R$ 1.000,00.

Vencimento Básico - (anexo XVII-D da Lei nº 11.355, de 19.10.2006)

Para fins de percepção da GQ pelos títulos de cargos de nível intermédio integrantes do Plano de Carreiras e Cargos do IBGE, de que trata a Lei nº 11.355, de 2006 (inciso VIII do art. 1º do Decreto nº 7.922/2013), e das qualificações de Acessibilidade e Inclusão, bem como os requisitos de formação e posição elaborados na tabela, e para as seguintes disposições:

1. - para fazer jus ao nível III da GQ, o servidor deverá comprovar a conclusão de curso de capacitação ou qualificação profissional com carga horária mínima de 150 (cento e cinqüenta) horas;
2. - para fazer jus ao nível III da GQ, o servidor deverá comprovar a conclusão de curso de capacitação ou qualificação profissional com carga horária mínima de 250 (duzentas e cinquenta) horas;

GQ: Gratificação de Qualificação – servidores com nível de capacitação conforme a Lei nº 82-B da Lei nº 11.355/2006 e Anexo XV-C da Lei nº 11.355/2006

Para fins de percepção da GQ pelos títulos de cargos de nível intermédio integrantes do Plano de Carreiras e Cargos do IBGE, de que trata a Lei nº 11.355, de 2006 e na Lei nº 11.907, de 07 de 2009, (art. 64 do Decreto nº 7.922/2013)

(*) Aposentado: O gratificante GQ aplicar-se-á aos proventos da aposentadoria e às pensões (art. 82-B da Lei nº 11.355/2006)

(*) Aposentado: O gratificante GQ aplicar-se-á aos proventos da aposentadoria e às pensões (art. 82-B da Lei nº 11.355/2006)

### 34. INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO - EMBRATUR

Plano Especial de Cargos da EMBRATUR
Cargos de Nível Superior da EMBRATUR

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th></th>
<th>80 pts.</th>
<th>100 pts.</th>
<th>GQ I</th>
<th>GQ II</th>
<th>TOTAL (em R$) - 80 pts.</th>
<th>TOTAL (em R$) - 100 pts.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D</td>
<td>E</td>
<td>Sem GQ 10% 20%</td>
<td>Sem GQ 10% 20%</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>(*** )</td>
<td>( *** )</td>
<td>( ** )</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### ESPECIAL

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GQ</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GQ</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GQ</th>
<th>APOSENTADO</th>
<th>GQ</th>
<th>TOTAL (em R$) - 80 pts.</th>
<th>GQ</th>
<th>TOTAL (em R$) - 50 pts.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>592</td>
<td>1185</td>
<td>84</td>
<td>592</td>
<td>1185</td>
<td>84</td>
<td>1716</td>
<td>84</td>
<td>7645,69</td>
<td></td>
<td>7230,67</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### C

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GQ</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GQ</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GQ</th>
<th>APOSENTADO</th>
<th>GQ</th>
<th>TOTAL (em R$) - 80 pts.</th>
<th>GQ</th>
<th>TOTAL (em R$) - 50 pts.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>592</td>
<td>1185</td>
<td>84</td>
<td>592</td>
<td>1185</td>
<td>84</td>
<td>1716</td>
<td>84</td>
<td>7645,69</td>
<td></td>
<td>7230,67</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### B

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GQ</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GQ</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GQ</th>
<th>APOSENTADO</th>
<th>GQ</th>
<th>TOTAL (em R$) - 80 pts.</th>
<th>GQ</th>
<th>TOTAL (em R$) - 50 pts.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>592</td>
<td>1185</td>
<td>84</td>
<td>592</td>
<td>1185</td>
<td>84</td>
<td>1716</td>
<td>84</td>
<td>7645,69</td>
<td></td>
<td>7230,67</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### A

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GQ</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GQ</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GQ</th>
<th>APOSENTADO</th>
<th>GQ</th>
<th>TOTAL (em R$) - 80 pts.</th>
<th>GQ</th>
<th>TOTAL (em R$) - 50 pts.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>592</td>
<td>1185</td>
<td>84</td>
<td>592</td>
<td>1185</td>
<td>84</td>
<td>1716</td>
<td>84</td>
<td>7645,69</td>
<td></td>
<td>7230,67</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Estrutura de Remuneração dos Servidores Públicos Federais

---

**LEGISLAÇÕES CORRESPONDENTES:**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Lei Delegada n° 13 de 27.08.92</th>
<th>Decreto n° 4.468 de 13.11.2002</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Lei n° 8.645 de 01.04.93</td>
<td>Portaria n° 29 de 28.08.2002</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei n° 8.659 de 27.05.93</td>
<td>Lei n° 10.697 de 02.07.2003</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei n° 8.676 de 13.07.93 art. 4º</td>
<td>Lei n° 10.698 de 02.07.2003</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei n° 8.880 de 27.05.94</td>
<td>Medida Provisória n° 198 de 15.07.2004</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria MARE n° 27.179 de 28.07.98</td>
<td>Medida Provisória n° 198 de 15.07.2004</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei n° 10.331 de 18.12.2001</td>
<td>Medida Provisória n° 352 de 29.06.2006</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei n° 10.404 de 09.01.2002</td>
<td>Lei n° 11.356 de 19.10.2006</td>
</tr>
<tr>
<td>Decreto n° 4.247 de 22.05.2002</td>
<td>Medida Provisória n° 341 de 29.12.2006 art. 14</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria n° 260 de 21.06.2002</td>
<td>Lei n° 11.490 de 20 de junho de 2007</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria n° 363 de 21.06.2002</td>
<td>Medida Provisória n° 441 de 29.08.2008</td>
</tr>
</tbody>
</table>

---


ewlaborado:CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

309
### 34. INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO - EMBRATUR

Plano Especial de Cargos da EMBRATUR  
Cargos de Nível Intermediário da EMBRATUR

#### Nível Intermediário

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDATUR</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDATUR</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D=(A+B)</td>
<td>E=(A+C)</td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td></td>
<td>VI</td>
<td>2.403,58</td>
<td>2.126,40</td>
<td>2.658,00</td>
<td>4.529,98</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>V</td>
<td>2.340,40</td>
<td>2.094,40</td>
<td>2.618,00</td>
<td>4.434,80</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>2.278,87</td>
<td>2.063,20</td>
<td>2.579,00</td>
<td>4.342,07</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>2.218,95</td>
<td>2.032,80</td>
<td>2.541,00</td>
<td>4.251,75</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>2.160,61</td>
<td>2.003,20</td>
<td>2.504,00</td>
<td>4.163,81</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>2.103,81</td>
<td>1.974,40</td>
<td>2.468,00</td>
<td>4.078,21</td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td></td>
<td>VI</td>
<td>2.052,70</td>
<td>1.947,20</td>
<td>2.434,00</td>
<td>3.999,90</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>V</td>
<td>2.002,82</td>
<td>1.920,80</td>
<td>2.401,00</td>
<td>3.923,62</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>1.954,17</td>
<td>1.894,40</td>
<td>2.368,00</td>
<td>3.848,57</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>1.906,69</td>
<td>1.869,60</td>
<td>2.337,00</td>
<td>3.776,29</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>1.860,38</td>
<td>1.844,80</td>
<td>2.306,00</td>
<td>3.705,18</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>1.815,17</td>
<td>1.821,60</td>
<td>2.277,00</td>
<td>3.636,77</td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td></td>
<td>V</td>
<td>1.771,25</td>
<td>1.797,60</td>
<td>2.247,00</td>
<td>3.568,85</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>1.728,38</td>
<td>1.776,00</td>
<td>2.220,00</td>
<td>3.504,38</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>1.686,56</td>
<td>1.754,40</td>
<td>2.193,00</td>
<td>3.440,96</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>1.645,74</td>
<td>1.732,80</td>
<td>2.166,00</td>
<td>3.378,54</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>1.605,92</td>
<td>1.712,80</td>
<td>2.141,00</td>
<td>3.318,72</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
**EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo**

Composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos - PCC, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de carreiras estruturadas, regidos pela Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal da EMBRATUR, nele lotados em 31 de dezembro de 2005, ou que venham a ser para ele redistribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até a referida data. Art. 8º da Lei nº 11.356/06.

**VB - Vencimento Básico - Anexo VI da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XXXVIII MP 441/2008)**

**GDATUR - Gratificação de Desempenho da EMBRATUR**

Instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade da EMBRATUR - GDATUR, devida aos servidores titulares dos cargos de provimento efetivo de que trata o art. 8º da Lei nº 11356/2006, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo na Embratur. (art. 8º-C da Lei nº 11.356/2006 e art. 78 da Lei nº 12.702/2012)

(*** ) GDATUR será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VI-A da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006 (anexo XXXIX MP 441/2008).

A pontuação referente à GDATUR será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões, (art. 158 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008)

Até que sejam publicados os atos a que se referem os §§ 7º e 8º do art. 8º-C e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, todos os servidores que fizerem jus à GDATUR deverão percebê-la calculada com base na última pontuação recebida a título de Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA, de que trata a Lei nº 10.404, de 2002. (art. 77 da MP 441/08)

(*** ) Aposentado - GDATUR - art. 8º- L da Lei nº 11.356/2006 (alteração

(*** ) Opção da GDATUR – aposentado/pensionista art. 87 ao art. 91 da Lei nº 13.324, de 2016.

**Legislações Correspondentes:**

- Lei 11.356 de 19.10.2006
- Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

**Legislações Correspondentes:**

- Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004
- Lei nº 10.971 de 25.11.2004
- Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005
- Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006
- Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 14
### 34. INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO - EMBRATUR

Plano Especial de Cargos da EMBRATUR
Cargos de Nível Auxiliar da EMBRATUR

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>Nível Auxiliar</th>
<th>GDA TUR 80 pts.</th>
<th>100 pts.</th>
<th>ATIVO TOTAL (em R$)</th>
<th>GDA TUR 50 pts.</th>
<th>APOSENTO TOTAL (em R$) - 50 pts.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>(*)</td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>(**)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D=(A+B)</td>
<td>E=(A+C)</td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td>III</td>
<td>1.437,66</td>
<td>1.180,00</td>
<td>1.475,00</td>
<td>2.617,66</td>
<td>2.912,66</td>
<td>737,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>1.396,46</td>
<td>1.164,80</td>
<td>1.456,00</td>
<td>2.561,26</td>
<td>2.852,46</td>
<td>728,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>1.356,45</td>
<td>1.150,40</td>
<td>1.438,00</td>
<td>2.506,85</td>
<td>2.794,45</td>
<td>719,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>
EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo
Composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos - PCC, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de carreiras estruturadas, regidos pela Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal da EMBRATUR, nele lotados em 31 de dezembro de 2005, ou que venham a ser para ele redistribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até a referida data. Art. 8º da Lei nº 11.356/06.

VB - Vencimento Básico - Anexo VI da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XXXVIII MP 441/2008)

GDATUR - Gratificação de Desempenho da EMBRATUR
Instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade da Embratur - GDATUR, devida aos servidores titulares dos cargos de provimento efetivo de que trata o art. 8º da Lei nº 11.356/2006, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo na Embratur. (art. 8º-C da Lei nº 11.356/2006 e art. 78 da Lei nº 12.702/2012)

(*) A GDATUR será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VI-A da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006 (anexo XXXIX MP 441/2008).

A pontuação referente à GDATUR será assim distribuída:
I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e
II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008)

Até que sejam publicados os atos a que se referem os §§ 7º e 8º do art. 8º-C e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, todos os servidores que fizerem jus à GDATUR deverão percebê-la calculada com base na última pontuação recebida a título de Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDAT, de que trata a Lei nº 10.404, de 2002. (art. 77 da MP 441/08).

(***) Aposentado - GDATUR - art. 8º-L da Lei nº 11.356/2006

(****) Opção da GDATUR - aposentado/pensionista art. 87 ao art. 91 da Lei nº 13.324, de 2016.

Legislações Correspondentes:

- Lei Delegada nº 13 de 27.08.92
- Lei nº 8.822 de 19.01.93
- Lei nº 8.845 de 01.04.93
- Lei nº 8.859 de 27.05.93
- Lei nº 8.876 de 13.07.93 art. 4º
- Lei nº 8.880 de 27.05.94
- Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98
- Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001
- Lei nº 10.331 de 18.12.2001
- Lei nº 10.404 de 09.01.2002
- Decreto nº 4.247 de 22.05.2002
- Portaria nº 260 de 21.06.2002
- Portaria nº 363 de 21.06.2002
- Decreto nº 4.468 de 13.11.2002
- Portaria nº 29 de 29.08.2002
- Portaria nº 442 de 31.10.2002
- Lei nº 10.697 de 02.07.2003

- Lei nº 10.698 de 02.07.2003
- Medida Provisória nº 198 de 20.04.2005
- Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006
- Lei nº 11.356 de 19.10.2006
- Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 14
- Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
- Lei nº 11.907 de 02.02.2009
- Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
- Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 79 e art. 99
- Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 78 e art. 96
- Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 80
- Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 9 ao art. 11 e art. 87 ao art. 91

Elaborado:CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
### 35. INSTITUTO EVANDRO CHAGAS (IEC) E CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS (CENP)

Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública

Carreira de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública

Cargo: Pesquisador em Saúde Pública

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>V B</th>
<th>A</th>
<th>B</th>
<th>C</th>
<th>E</th>
<th>F</th>
<th>ATIVO TOTAL (em R$)</th>
<th>GDAPEI</th>
<th>APOSTANDO TOTAL (em R$)</th>
<th>APOSTANDO (**)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>TITULAR</td>
<td>II</td>
<td>6.210,04</td>
<td>922,40</td>
<td>2403,00</td>
<td>1199,59</td>
<td>3.113,89</td>
<td>6.723,60</td>
<td>10.132,44</td>
<td>11.732,03</td>
<td>13.246,33</td>
<td>16.856,04</td>
</tr>
<tr>
<td>ASSOCIADO</td>
<td>II</td>
<td>7.816,10</td>
<td>1.878,00</td>
<td>2.345,00</td>
<td>1.540,88</td>
<td>2.996,46</td>
<td>6.472,25</td>
<td>9.792,10</td>
<td>11.332,98</td>
<td>12.788,56</td>
<td>16.269,25</td>
</tr>
<tr>
<td>ASSISTENTE DE PESQUISA</td>
<td>II</td>
<td>5.511,06</td>
<td>1.448,80</td>
<td>1.811,00</td>
<td>1.037,96</td>
<td>2.021,64</td>
<td>4.365,55</td>
<td>6.859,86</td>
<td>8.881,50</td>
<td>11.225,41</td>
<td>16.622,11</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Nível Superior

<table>
<thead>
<tr>
<th>ATIVO TOTAL (em R$)</th>
<th>APOSTANDO TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>10.486,66</td>
<td>12.419,39</td>
</tr>
<tr>
<td>13.719,07</td>
<td>17.471,07</td>
</tr>
<tr>
<td>10.979,06</td>
<td>12.641,79</td>
</tr>
<tr>
<td>14.211,47</td>
<td>17.963,47</td>
</tr>
<tr>
<td>9.748,06</td>
<td>11.410,79</td>
</tr>
<tr>
<td>12.980,47</td>
<td>16.732,47</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS CIVIS E DOS EX-TERRITÓRIOS N° 73

Posição: janeiro/2017

|---|---|---|---|---|---|--------|-----------|-----------|-----------|--------|-----------|-----------|-----------|---|

Total (em R$) - 80 pts.

Total (em R$) - 50 pts.

Total (em R$) - 100 pts.
IEC - Instituto Evandro Chagas  
CENP - Centro Nacional de Primatas 

São transpostos para as Carreiras do Plano de Carreiras e de Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública os atuais cargos efetivos das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.891/1993, integrantes do Quadro de Pessoal do IEC e do CENP, em 31 de maio de 2008. O enquadramento de que trata o § 1º do art 183 da Lei nº 11.907/2009 dar-se-á mediante opção irretrovertível do servidor, a ser formalizada no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 28 de agosto de 2008.

VB - Vencimento Básico - Anexo CXX da Lei nº 11.907/2009  
GDAPIB - Gratificação de Desempenho de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública - Anexo CXXIV da Lei nº 11.907/2009  

(*) A GDAPIB será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo CXXIV da Lei nº 11.907/2009.

A pontuação referente à GDAPIB será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAPIB no decurso do ciclo de avaliação receberão a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

Até que seja publicado o ato a que se refere o § 1º do art 194 da Lei nº 11.907/2009 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme e disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDAPIB deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de gratificação de desempenho, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante do Anexo CXXIV da Lei nº 11.907/2009.

RT - Retribuição por Títulação - servidores de nível superior, portadores de títulos de Doutor, Mestre ou certificado de aperfeiçoamento ou de especialização (Aperf./Espec), conforme e Anexo CXXV da Lei nº 11.907/2009.

(**) Aposentado: GDAPIB - art. 202 da Lei nº 11.907/2009

(**) Aposentado - RT - a RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação (§ 5º art. 204 da Lei nº 11.907/2009)

(***) Opção da GDACT - aposentado/pensionista art. 87 ao art. 91 da Lei nº 13.324, de 2016.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.691 de 28.07.93  
Resolução nº 01 de 06.07.94  
Resolução nº 02 de 23.11.94  
Medida Provisória nº 1.625-39 de 12.12.97  
Lei nº 9.625 de 07.04.98  
Lei nº 9.638 de 20.05.98  
Decreto nº 2.665 de 10.07.98  
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98  
Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000  
Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000  
Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000  
Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000  
Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000  
Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001  
Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001  
Decreto nº 3.762 de 05.03.2001  
Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001  
Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001  
Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001  
Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001  
Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001  
Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001  
Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001  
Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001  
Lei nº 10.331 de 18.12.2001  
Lei nº 10.697 de 02.07.2003  
Lei nº 10.698 de 02.07.2003  
Lei nº 10.769 de 19.11.2003  
Lei nº 11.094 de 13.01.2005  
Lei nº 11.054 de 29.05.2006  
Lei nº 13.356 de 19.10.2006  
Lei nº 13.341 de 29.12.2006 art. 8º  
Lei nº 11.490, de 20.06.2007  
Lei nº 11.441 de 29.08.2008  
Lei nº 11.907 de 02.02.2009  
Lei nº 568 de 11.05.2012 art.12  
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art.85  
Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 30 e art. 87 ao art. 91
### 35. INSTITUTO EVANDRO CHAGAS (IEC) E CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS (CENP)

Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública

Carreira de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública

Cargo: Analista de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica

Carreira de Desenvolvimento Tecnológico em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública

Cargo: Tecnologista em Pesquisa e Investigação Biomédica

#### Nível Superior

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PROFIÃO</th>
<th>VIB</th>
<th>GDAP/B</th>
<th>RT - Remuneração por Titulação</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDAP/B</th>
<th>APONTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>SÊNIOR</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>8.517,06</td>
<td>1.069,60</td>
<td>2.462,00</td>
<td>1.662,73</td>
<td>3.232,41</td>
<td>6.984,41</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>8.210,04</td>
<td>1.069,60</td>
<td>2.462,00</td>
<td>1.599,59</td>
<td>3.113,89</td>
<td>6.723,60</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>7.916,10</td>
<td>1.069,60</td>
<td>2.462,00</td>
<td>1.540,88</td>
<td>2.996,46</td>
<td>6.477,15</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

|        |         |       |        |        |       |       |       |       |        |       |       |       |       |      |      |      |
| PLENO  |         |       |        |        |       |       |       |       |        |       |       |       |       |      |      |      |
| III    | 7.499,11 | 1.069,60 | 2.462,00 | 1.458,91 | 2.834,73 | 6.124,22 |       |       |        |       |       |       |       |      |      |      |
|        | 7.229,48 | 1.069,60 | 2.462,00 | 1.401,30 | 2.729,50 | 5.894,51 |       |       |        |       |       |       |       |      |      |      |
|        | 6.969,52 | 1.069,60 | 2.462,00 | 1.350,35 | 2.627,58 | 5.676,78 |       |       |        |       |       |       |       |      |      |      |

|        |         |       |        |        |       |       |       |       |        |       |       |       |       |      |      |      |
| PLENO  |         |       |        |        |       |       |       |       |        |       |       |       |       |      |      |      |
| II     | 6.603,87 | 1.069,60 | 2.462,00 | 1.277,24 | 2.484,68 | 5.366,92 |       |       |        |       |       |       |       |      |      |      |
|        | 6.367,26 | 1.069,60 | 2.462,00 | 1.230,71 | 2.393,85 | 5.169,51 |       |       |        |       |       |       |       |      |      |      |
|        | 6.139,26 | 1.069,60 | 2.462,00 | 1.184,18 | 2.305,23 | 4.978,10 |       |       |        |       |       |       |       |      |      |      |

|        |         |       |        |        |       |       |       |       |        |       |       |       |       |      |      |      |
| PLENO  |         |       |        |        |       |       |       |       |        |       |       |       |       |      |      |      |
| III    | 5.817,14 | 1.069,60 | 2.462,00 | 1.121,04 | 2.178,94 | 4.705,32 |       |       |        |       |       |       |       |      |      |      |
|        | 5.611,43 | 1.069,60 | 2.462,00 | 1.081,16 | 2.099,19 | 4.534,24 |       |       |        |       |       |       |       |      |      |      |
|        | 5.411,06 | 1.069,60 | 2.462,00 | 1.037,96 | 2.021,64 | 4.365,55 |       |       |        |       |       |       |       |      |      |      |

|        |         |       |        |        |       |       |       |       |        |       |       |       |       |      |      |      |
| JÚNIOR |         |       |        |        |       |       |       |       |        |       |       |       |       |      |      |      |
| III    | 5.126,59 | 1.069,60 | 2.462,00 | 0.987,57 | 1.910,87 | 4.128,67 |       |       |        |       |       |       |       |      |      |      |
|        | 4.945,24 | 1.069,60 | 2.462,00 | 0.946,02 | 1.841,08 | 3.976,73 |       |       |        |       |       |       |       |      |      |      |
|        | 4.767,79 | 1.069,60 | 2.462,00 | 0.910,57 | 1.773,51 | 3.627,19 |       |       |        |       |       |       |       |      |      |      |
## 35. INSTITUTO EVANDRO CHAGAS (IEC) E CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS (CENP)

Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública

Cargos Isolados de Provimento efetivo de Especialista em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública

### Nível Superior

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDA PIB</th>
<th>RT - Retribuição por Titulação</th>
<th>ATIVO</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>(*)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D</td>
<td>E=(A+B+D)</td>
<td>F=(A+C+D)</td>
<td>G</td>
</tr>
<tr>
<td>ÚNICA</td>
<td>ÚNICO</td>
<td></td>
<td>8.517,06</td>
<td>1.969,60</td>
<td>2.462,00</td>
<td>6.984,41</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>17.471,07</td>
<td>17.963,47</td>
<td>1.231,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>16.732,47</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Posição: janeiro/2017

* Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

318
O cargo isolado de Especialista em Pesquisa e Investigações Biomédicas em Saúde Pública destina-se a profissionais habilitados a exercer atribuições de alto nível de complexidade voltadas às atividades especializadas de desenvolvimento tecnológico em Pesquisa e Investigações Biomédicas em Saúde Pública.

São transpostos para as Carreiras do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigações Biomédicas em Saúde Pública os atuais cargos, efectivos das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691/1993, integrantes do Quadro de Pessoal do IEC e do CENP. Em 31 de maio de 2008, o enquadramento de que trata o § 1o do art. 183 da Lei nº 11.907/2009 dar-se-á imediatamente opção irretrocável do servidor, a ser formalizada no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 29 de agosto de 2008.

LEGISLAÇÕES CORRESPONDENTES:

- A Lei nº 9.638, de 28.07.1998;
- A Medida Provisória nº 2.150-41 de 27.07.2001;
- A Medida Provisória nº 2.150-42 de 24.08.2001;
- A Medida Provisória nº 2.229-43 de 06.09.2001;
- A Medida Provisória nº 9.577 de 23.3.1999;
- A Medida Provisória nº 9.578 de 23.3.1999;
- A Medida Provisória nº 2.150-41 de 27.07.2001;
- A Medida Provisória nº 2.150-42 de 24.08.2001;
- A Medida Provisória nº 2.229-43 de 06.09.2001.

LEGISLAÇÕES CORRESPONDENTES:

- A Lei nº 9.638, de 28.07.1998;
- A Medida Provisória nº 2.150-41 de 27.07.2001;
- A Medida Provisória nº 2.150-42 de 24.08.2001;
- A Medida Provisória nº 2.229-43 de 06.09.2001.

LEGISLAÇÕES CORRESPONDENTES:

- A Lei nº 9.638, de 28.07.1998;
- A Medida Provisória nº 2.150-41 de 27.07.2001;
- A Medida Provisória nº 2.150-42 de 24.08.2001;
- A Medida Provisória nº 2.229-43 de 06.09.2001.

LEGISLAÇÕES CORRESPONDENTES:

- A Lei nº 9.638, de 28.07.1998;
- A Medida Provisória nº 2.150-41 de 27.07.2001;
- A Medida Provisória nº 2.150-42 de 24.08.2001;
- A Medida Provisória nº 2.229-43 de 06.09.2001.
### Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

**35. INSTITUTO EVANDRO CHAGAS (IEC) E CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS (CENP)**

Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública

Carreira de Suporte à Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública

Cargo: Assistente Técnico de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Intermediário</th>
<th>DCAP</th>
<th>VP</th>
<th>GDAP</th>
<th>IB</th>
<th>(**)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>ASSISTENTE 3</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>4.298,34</td>
<td>987.20</td>
<td>1.234.00</td>
<td>833.03</td>
<td>1.619.53</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>4.123,19</td>
<td>966,40</td>
<td>1.208,00</td>
<td>803,12</td>
<td>1.564,14</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>3.949,55</td>
<td>944,80</td>
<td>1.181,00</td>
<td>775,43</td>
<td>1.457,80</td>
</tr>
<tr>
<td>VI</td>
<td>3.724,84</td>
<td>890,80</td>
<td>1.044,00</td>
<td>625,88</td>
<td>1.218,53</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>ASSISTENTE 2</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>3.859,60</td>
<td>929,60</td>
<td>1.162,00</td>
<td>749,95</td>
<td>1.309,36</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>3.724,84</td>
<td>890,80</td>
<td>1.044,00</td>
<td>625,88</td>
<td>1.218,53</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>3.598,70</td>
<td>854,40</td>
<td>1.068,00</td>
<td>650,25</td>
<td>1.263,94</td>
</tr>
<tr>
<td>VI</td>
<td>3.491,16</td>
<td>802,40</td>
<td>1.008,00</td>
<td>583,78</td>
<td>1.133,23</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>ASSISTENTE 1</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>3.998,34</td>
<td>967,20</td>
<td>1.234,00</td>
<td>833,03</td>
<td>1.619.53</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>3.859,60</td>
<td>929,60</td>
<td>1.162,00</td>
<td>749,95</td>
<td>1.309,36</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>3.724,84</td>
<td>890,80</td>
<td>1.044,00</td>
<td>625,88</td>
<td>1.218,53</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

1º - IEC - Instituto Evandro Chagas
CENP - Centro Nacional de Prima Tais

Estas transpostas para as Carreiras do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública os atuais cargos efetivos das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691/1993, integrantes do Quadro de Pessoal do IEC e do CENP, em 31 de maio de 2008.

O enquadramento de que trata o § 1º do art 183 da Lei nº 11.907/2009 dar-se-á mediante opção irrevogável do servidor, a ser formalizada no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 29 de agosto de 2008.

A ponção referente à GDAPB será assim distribuída:

- até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e
- até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) A GDAPB será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo CXIV da Lei nº 11.907/2009.

Aponção referente à GDAPB será assim distribuída:

- até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e
- até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surgir efetivo e que que se tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAPB no decorrer da avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surgir efetivo e que que se tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAPB no decorrer da avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

A partir de julho de 2008 fica instituída a Gratificação de Qualificação - GQ a ser concedida aos titulares de cargos de provimento efetivo de nível intermédio integrantes do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, em retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de nível intermédio de desenvolvimento tecnológico, gestão, planejamento e infra-estrutura, quando em exequibilidade de cargo, de acordo com os valores constantes do Anexo CXVII da Lei nº 11.907/2009.

Para fins de percepção da GQ pelos titulares de cargos de nível intermédio dos Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, de que trata a Lei nº 11.907, de 2009, (art. 591 ao art. 64º do Decreto nº 7.922/2013) com efeitos referentes a partir de janeiro/2013.

- I - para fazer jus ao nível I da GQ, o servidor deverá cumprir com a conclusão de curso de capacitação ou qualificação profissional com carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas;
- II - para fazer jus ao nível II da GQ, o servidor deverá cumprir a conclusão de curso de capacitação ou qualificação profissional com carga horária mínima de 250 (duzentas e cinquenta) horas;
- III - para fazer jus ao nível III da GQ, o servidor deverá cumprir com a conclusão de curso de capacitação ou qualificação profissional com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, ou de curso de graduação ou pós-graduação, em nível de especialização ou titulação acadêmica de mestrado ou doutorado (Lei nº 12.778/2012 e art. 60 do Decreto 7.922/2013);
- IV - para fazer jus ao nível IV da GQ, o servidor deverá cumprir com a conclusão de curso de capacitação ou qualificação profissional com carga horária mínima de 450 (quinhentas) horas, ou de curso de pós-graduação, em nível de especialização ou titulação acadêmica de mestrado ou doutorado.

(*) A GQ instituída pelo Decreto nº 1054 de 29 de agosto de 1998, que concede ao servidores de nível IV, para fazer jus à GQ, de nº 20, foi convertida no Decreto nº 7.922/2013, com efeitos referentes a partir de janeiro/2013.

E vedada a acumulação de diferentes níveis de GQ e a acumulação da GDAPB com qualquer adicional ou gratificação que tenha como fundamento a qualificação profissional e a titulação. (art. 86º do Decreto nº 7.922/2013)

Até do dirigente máximo do IEC - Instituto Evandro Chagas e do CENP - Centro Nacional de Prima Tais dispor sobre os procedimentos específicos para concessão da GQ, observado o disposto neste Decreto, na Lei nº 11.355, de 2006 e na Lei nº 11.907, de 2009. (art. 64 do Decreto nº 7.922/2013)

(*) Apormentado - GDAPB - art. 202 da Lei nº 11.907/2009

(*) Apormentado - GQ - O GQ somente integrará os cálculos do salário de proventos de aposentadorias e pensões quando os certificados considerados para a sua concessão forem obtidos até a data em que se deu a aposentadoria ou a instituição da pensão, e sua percepção será realizada pelo regime previdenciário aplicável ao servidor, sem prejuízo do disposto nos regimes previdenciários de que tratam as Leis nº 10.887, de 16 de junho de 2004, e 12.616, de 9 de setembro de 2007, (redação dada pelo art. 1º da Lei nº 13.278 de 2016, (redação dada pelo art. 1º da Lei nº 13.278 de 2016.

(*) Apormentado - GQ - A percepção da GQ nos proventos de aposentadoria e pensões observará a legislação de criação da respectiva gratificação e os regramentos previdenciários aplicáveis a cada servidor.
### Instituto Evandro Chagas (IEC) e Centro Nacional de Primatas (CENP)

Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação em Saúde Pública

Carreira de Suporte Técnico em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública

Cargo: Técnico em Pesquisa e Investigação Biomédica

#### Nível Intermediário

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>RANÇO</th>
<th>VB</th>
<th>GDA/PB</th>
<th>GQ</th>
<th>Gratificação de Qualificação</th>
<th>ATIVO</th>
<th>APOSENTADO</th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>ATIVO (em R$)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>ATIVO (em R$)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP** - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

*Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP* - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
A partir de julho de 2008 fica instituída a Gratificação de Qualificação - GQ a ser concedida aos titulares de cargos de provimento efetivo de nível intermédio integrantes do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, em reforço ao cumprimento dos requisitos técnicos-funcionais, académicos e organizacionais necessários a desempenho das atividades de nível intermédio de desenvolvimento tecnológico, gestão, planejamento e infra-estrutura, quando em efetivo exercício do cargo, de acordo com os valores constantes do Anexo XXVI da Lei nº 11.907/2009.

Para fins de percepção da GQ pelos titulares de cargos de nível intermédio de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, de que trata o art. 119 da Lei nº 11.907, de 2009, (art. 59) a Lei nº 10.679, de 2003, com os efeitos financeiros a partir de Janeiro/2013,

É vedada a acumulação de diferentes níveis de GQ e a acumulação desta GQ com qualquer adicional ou gratificação que tenha como fundamento a qualificação profissional ou a titulação.

A GQ dos titulares dos cargos de que trata o inciso II do caput do art. 119 da Lei nº 7.922/2013 será paga aos servidores que ela fizerem em reforço ao cumprimento de requisitos técnicos-funcionais, académicos e organizaacionais necessários a desempenho das atividades de nível intermédio de desenvolvimento tecnológico, gestão, planejamento e infra-estrutura, quando em efetivo exercício do cargo.


A GQ será paga e percebida no limite máximo de 100 (cem) pontos e mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XXVI da Lei nº 11.907/2009.

A pontuação referente à GQ será assim distribuída:

I - até vinte pontos seriam atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual;

II - vinte e um pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional;

(*) Aqueles que sejam processados em primeira avaliação de desempenho individual que, antes de serem processados, não houverem sido avaliados contra a qualidade profissional ou titulação, responderão por processamento na forma do art. 12 da Medida Provisória nº 2150-40 de 27.06.2001.

(*) Aqueles que sejam processados em primeira avaliação de desempenho individual que, antes de serem processados, tenham retornado de licença sem vencimento, que não os afetem na prática do exercício da função, receberão a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

Até que seja publicado o ato que se refere ao § 1º do art. 194 da Lei nº 11.907/2009 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GQ darão por percebida em valor correspondente ao percentual percebido a título de gratificação de desempenho, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante do Anexo XXVI da Lei nº 11.907/2009.

- A GQ será paga e percebida segundo os valores constantes do Anexo XXVI da Lei nº 11.907/2009 e correspondem a: (Lei nº 11.355, de 31 de maio de 2008).

- Os valores da GQ foram fixados conforme os arts. 21 e 22 da Medida Provisória nº 2150-43 de 28.08.2001.

(*) A GQ será percebida quando o servidor completar 12 (doze) anos consecutivos de exercício de carreira, sem cumprimento de requisitos técnicos-funcionais, académicos e organizaacionais necessários a desempenho das atividades de nível intermédio de desenvolvimento tecnológico, gestão, planejamento e infra-estrutura, quando em efetivo exercício do cargo, de acordo com os valores constantes do Anexo XXVI da Lei nº 11.907/2009.

(*) A GQ será percebida quando o servidor completar 12 (doze) anos consecutivos de exercício de carreira, sem cumprimento de requisitos técnicos-funcionais, académicos e organizaacionais necessários a desempenho das atividades de nível intermédio de desenvolvimento tecnológico, gestão, planejamento e infra-estrutura, quando em efetivo exercício do cargo, de acordo com os valores constantes do Anexo XXVI da Lei nº 11.907/2009.

Para fins de percepção da GQ pelos titulares de cargos de nível intermédio de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, de que trata a Lei nº 8.691, de 31 de maio de 2008.

(*) A GQ será percebida no limite máximo de 100 (cem) pontos e mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XXVI da Lei nº 11.907/2009.

(*) A GQ será percebida no limite máximo de 100 (cem) pontos e mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XXVI da Lei nº 11.907/2009.

(*) A GQ será percebida no limite máximo de 100 (cem) pontos e mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XXVI da Lei nº 11.907/2009.

(*) A GQ será percebida no limite máximo de 100 (cem) pontos e mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XXVI da Lei nº 11.907/2009.

(*) A GQ será percebida no limite máximo de 100 (cem) pontos e mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XXVI da Lei nº 11.907/2009.

(*) A GQ será percebida no limite máximo de 100 (cem) pontos e mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XXVI da Lei nº 11.907/2009.

(*) A GQ será percebida no limite máximo de 100 (cem) pontos e mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XXVI da Lei nº 11.907/2009.

(*) A GQ será percebida no limite máximo de 100 (cem) pontos e mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XXVI da Lei nº 11.907/2009.

(*) A GQ será percebida no limite máximo de 100 (cem) pontos e mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XXVI da Lei nº 11.907/2009.

(*) A GQ será percebida no limite máximo de 100 (cem) pontos e mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XXVI da Lei nº 11.907/2009.

(*) A GQ será percebida no limite máximo de 100 (cem) pontos e mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XXVI da Lei nº 11.907/2009.

(*) A GQ será percebida no limite máximo de 100 (cem) pontos e mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XXVI da Lei nº 11.907/2009.

(*) A GQ será percebida no limite máximo de 100 (cem) pontos e mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XXVI da Lei nº 11.907/2009.

(*) A GQ será percebida no limite máximo de 100 (cem) pontos e mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XXVI da Lei nº 11.907/2009.

(*) A GQ será percebida no limite máximo de 100 (cem) pontos e mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XXVI da Lei nº 11.907/2009.

(*) A GQ será percebida no limite máximo de 100 (cem) pontos e mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XXVI da Lei nº 11.907/2009.

(*) A GQ será percebida no limite máximo de 100 (cem) pontos e mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XXVI da Lei nº 11.907/2009.

(*) A GQ será percebida no limite máximo de 100 (cem) pontos e mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XXVI da Lei nº 11.907/2009.

(*) A GQ será percebida no limite máximo de 100 (cem) pontos e mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XXVI da Lei nº 11.907/2009.
### 35. **INSTITUTO EVANDRO CHAGAS (IEC) E CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS (CENP)**

**Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública**

**Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública**

**Cargo: Auxiliar em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública**

---

#### Nível Auxiliar

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDAPB</th>
<th>GQ - Gratificação de Qualificação</th>
<th>ATIVO</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDAPB</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>Aperfeiçoamento/Especialização</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>80 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td>VI</td>
<td>1.661,68</td>
<td>890,40</td>
<td>1.113,00</td>
<td>282,48</td>
<td>2.552,08</td>
<td>2.834,56</td>
<td>2.774,66</td>
<td>3.057,16</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>1.622,85</td>
<td>873,60</td>
<td>1.092,00</td>
<td>274,72</td>
<td>2.496,45</td>
<td>2.771,17</td>
<td>2.714,85</td>
<td>2.989,57</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>1.583,48</td>
<td>857,60</td>
<td>1.072,00</td>
<td>268,98</td>
<td>2.441,08</td>
<td>2.709,16</td>
<td>2.655,48</td>
<td>2.923,36</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>1.544,92</td>
<td>841,60</td>
<td>1.052,00</td>
<td>261,43</td>
<td>2.386,52</td>
<td>2.647,95</td>
<td>2.596,92</td>
<td>2.858,35</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>1.508,58</td>
<td>825,60</td>
<td>1.032,00</td>
<td>254,78</td>
<td>2.334,18</td>
<td>2.588,96</td>
<td>2.540,58</td>
<td>2.795,36</td>
</tr>
<tr>
<td>AUXILIAR 2</td>
<td>1.473,00</td>
<td>809,60</td>
<td>1.012,00</td>
<td>248,14</td>
<td>2.282,60</td>
<td>2.530,74</td>
<td>2.485,00</td>
<td>2.733,14</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>1.412,16</td>
<td>782,40</td>
<td>978,00</td>
<td>238,17</td>
<td>2.194,56</td>
<td>2.432,73</td>
<td>2.390,16</td>
<td>2.626,33</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>1.377,21</td>
<td>768,00</td>
<td>960,00</td>
<td>231,52</td>
<td>2.145,21</td>
<td>2.376,73</td>
<td>2.337,21</td>
<td>2.568,73</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>1.344,37</td>
<td>753,60</td>
<td>942,00</td>
<td>225,98</td>
<td>2.097,97</td>
<td>2.323,95</td>
<td>2.286,37</td>
<td>2.512,35</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>1.312,21</td>
<td>739,20</td>
<td>924,00</td>
<td>220,44</td>
<td>2.051,41</td>
<td>2.271,85</td>
<td>2.236,21</td>
<td>2.456,65</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>1.282,12</td>
<td>724,80</td>
<td>906,00</td>
<td>214,90</td>
<td>2.006,92</td>
<td>2.221,82</td>
<td>2.188,12</td>
<td>2.403,02</td>
</tr>
<tr>
<td>AUXILIAR 1</td>
<td>1.251,30</td>
<td>711,20</td>
<td>889,00</td>
<td>209,36</td>
<td>1.962,50</td>
<td>2.171,86</td>
<td>2.140,30</td>
<td>2.349,66</td>
</tr>
</tbody>
</table>
**Gratificação de Qualificação**

A partir de julho de 2008 fica instituída a Gratificação de Qualificação - GQ, a ser concedida aos titulares de cargos de provimento efetivo de nível auxiliar integrantes do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, em retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de nível auxiliar de desenvolvimento tecnológico, gasto, planejamento e infraestrutura, quando em efetivo exercício do cargo, de acordo com os valores constantes do Anexo CXXXIV da Lei nº 11.907/2009.

Os titulares de cargos de nível auxiliar semelhante farão jus à GQ se comprovada a participação em cursos de qualificação profissional com carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas, ou curso de graduação ou pós-graduação, na forma definida no regulamento. (§ 5º do art. 205 da Lei nº 11.907/2009)

A GO instituída pelo art. 295 do Decreto n° 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, concedida aos titulares de cargos de provimento efetivo de nível auxiliar integrantes do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, deve ser concedida a partir de 2013.

A GO dos titulares dos cargos de que trata o art. 7º da Medida Provisória nº 2.150-39 de 2001, por ser aplicada aos servidores que a fizeram jus em recriação de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de nível auxiliar de desenvolvimento tecnológico, gasto, planejamento e infraestrutura, quando em efetivo exercício do cargo, foi decretada pelo Decreto nº 7.922/2013 com efeitos financeiros a partir de 2013.

E vedada a acumulação de diferentes níveis de GO a acumulação desta GO com qualquer adicional ou gratificação que tenha como fundamento a qualificação profissional ou a titulação. (art. 86º do Decreto nº 7.922/2013)

Ato do dirigente máximo do IEC - Instituto Evandro Chagas e do CENP - Centro Nacional de Primatas disporá sobre os procedimentos específicos para concessão da GO, observado o disposto neste Decreto, na Lei nº 11.355, de 2006 e na Lei nº 11.907, de 2009, (art. 64 do Decreto nº 7.922/2013)

**Apostilado:**  - GDAPIB - art. 202 da Lei nº 11.907/2009

**Apostilado:**  - GO - A GO somente integrará os cálculos de proventos de aposentadorias e pensões quando os critérios considerados para a sua concessão forem obtidos até a data em que se deu a aposentadoria ou a instituição da pensão, e sua percepção observará o regramento do regime previdenciário aplicável ao servidor, sem prejuízo do disposto nos regimes previdenciários de que tratam as Leis nos 10.887, de 18 de junho de 2004, e 12.818, de 30 de abril de 2012. (redação dada pelo art. 43 da Lei nº 12.778, de 2012)

**Apostilado:**  - GO - A percepção da GO nos proventos de aposentadoria e pensões observará a legislação de criação da respectiva gratificação e os regramentos previdenciários aplicáveis a cada servidor. (art. 87º do Decreto nº 7.922/2013)

**Opção para a GDAPIB - aposentado/pensionista art. 87 da Lei nº 13.333 de 2016.**

Legislação Correspondentes:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Medida Provisória</th>
<th>Decreto</th>
<th>Lei</th>
</tr>
</thead>
</table>

325
### Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios

#### Nível Superior - 20 h

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PAVIO</th>
<th>VR</th>
<th>GMPESP/B</th>
<th><strong>- Retribuição por Titulação</strong></th>
<th>ATIVO</th>
<th>GMPESP/B</th>
<th><strong>- Retribuição por Titulação</strong></th>
<th>APOSENTADO</th>
<th><strong>- Retribuição por Titulação</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>A</td>
<td>I</td>
<td>3.428,46</td>
<td>120,00</td>
<td>1.337,80</td>
<td>3.790,31</td>
<td>129,80</td>
<td>1.367,56</td>
<td>3.957,48</td>
<td>139,80</td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td>II</td>
<td>3.628,46</td>
<td>120,00</td>
<td>1.337,80</td>
<td>3.790,31</td>
<td>129,80</td>
<td>1.367,56</td>
<td>3.957,48</td>
<td>139,80</td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td>III</td>
<td>3.828,46</td>
<td>120,00</td>
<td>1.337,80</td>
<td>3.790,31</td>
<td>129,80</td>
<td>1.367,56</td>
<td>3.957,48</td>
<td>139,80</td>
</tr>
<tr>
<td>D</td>
<td>IV</td>
<td>4.028,46</td>
<td>120,00</td>
<td>1.337,80</td>
<td>3.790,31</td>
<td>129,80</td>
<td>1.367,56</td>
<td>3.957,48</td>
<td>139,80</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### Nível Superior - 40 h

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PAVIO</th>
<th>VR</th>
<th>GMPESP/B</th>
<th><strong>- Retribuição por Titulação</strong></th>
<th>ATIVO</th>
<th>GMPESP/B</th>
<th><strong>- Retribuição por Titulação</strong></th>
<th>APOSENTADO</th>
<th><strong>- Retribuição por Titulação</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>A</td>
<td>I</td>
<td>3.428,46</td>
<td>60,00</td>
<td>1.337,80</td>
<td>3.790,31</td>
<td>129,80</td>
<td>1.367,56</td>
<td>3.957,48</td>
<td>139,80</td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td>II</td>
<td>3.628,46</td>
<td>60,00</td>
<td>1.337,80</td>
<td>3.790,31</td>
<td>129,80</td>
<td>1.367,56</td>
<td>3.957,48</td>
<td>139,80</td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td>III</td>
<td>3.828,46</td>
<td>60,00</td>
<td>1.337,80</td>
<td>3.790,31</td>
<td>129,80</td>
<td>1.367,56</td>
<td>3.957,48</td>
<td>139,80</td>
</tr>
<tr>
<td>D</td>
<td>IV</td>
<td>4.028,46</td>
<td>60,00</td>
<td>1.337,80</td>
<td>3.790,31</td>
<td>129,80</td>
<td>1.367,56</td>
<td>3.957,48</td>
<td>139,80</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Elaborado: CGSUP/DESIS/MP - Tableau de Remuneration des Agents et des Ex-Territoires N° 73

---

### 35. INSTITUTO EVANDRO CHAGAS (IEC) E CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS (CENP)

- **Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública**
- **Cargos de Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios**
- **Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública**
- **Cargos de Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios**
- **Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública**
- **Cargos de Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios**
Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

Jornada de Trabalho de Médico e Médico Veterinário é de: 20 horas

VB - Vencimento Básico (Anexo XLV à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)

GDM-PIBSP - Gratificação de Desempenho do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, de que trata a Lei nº 11.907, de 2009 - (Anexo XLV à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)

Fica estabelecida, a partir de 1º de julho de 2012, a GDM-PIBSP, devidamente, aos servidores ocupantes do cargo de Médico e Médico Veterinário, quando em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo na organização ou entidade.

Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surgir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo que tenha renunciado de remuneração ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho a que faz jus, no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

GDM-PIBSP terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes, padrões e jornada de trabalho, ao valor estabelecido no Anexo XLV da Lei nº 12.702/2012.

A pontuação máxima da GDM-PIBSP será assim distribuída: 1º até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual e II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional. (§ 4º, até § 17 da Lei nº 12.702/2012)

RT - Retribuição por Titulação - servidores de nível superior, portadores de títulos de Doutor, Mestre ou certificado de aperfeiçoamento ou de especialização (Aperf./Espec.), conforme Anexo XLV à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012.

As Gratificações de Desempenho de Atividades Médicas de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 serão atribuídas em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos para as gratificações de desempenho aos servidores que de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 percebam na data de publicação desta Lei, inclusive para fins de incorporação dela aos proventos de aposentadoria e às pensões, até que seja editado ato regulamentar os critérios e procedimentos específicos para as referidas gratificações. (§ 2º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

Aposentado - A mudança da gratificação de desempenho atualmente percebida pelos servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 para as Gratificações de Desempenho de Atividade Médica do respectivo Plano de Cargos ou Carreira ou Quadro de Pessoal que não representa continuidade de sua percepção para efeito de aposentadoria e ciclo de avaliação de desempenho. (§ 1º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

Aposentado - RT - A RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação. (§ 5º da Lei nº 11.907/2009)

Opção da GDAPIB - a opção será considerada no cálculo de proventos e pensões.

Legislação Correspondente:

Lei nº 8.112 de 11.12.1990
Lei nº 8.691 de 28.07.93
Resolução nº 01 de 06.07.94
Resolução nº 02 de 23.11.94
Medida Provisória nº 1.625-39 de 12.12.97
Lei nº 9.625 de 07.04.98
Lei nº 9.638 de 20.05.98
Decreto nº 2.665 de 10.07.98
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98
Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000
Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000
Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000
Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001
Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001
Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001
Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001
Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001
Medida Provisória nº 2136-39 de 31.05.2001
Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001
Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001
Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001
Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001
Medida Provisória nº 2311-43 de 18.12.2001
Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2048-34 de 26.01.2001
Medida Provisória nº 2048-35 de 23.02.2001
Medida Provisória nº 2048-36 de 27.03.2001
Medida Provisória nº 2048-37 de 26.04.2001
Medida Provisória nº 2048-38 de 24.05.2001
Medida Provisória nº 2050-40 de 28.06.2001
Medida Provisória nº 2050-41 de 27.07.2001
Medida Provisória nº 2050-42 de 24.08.2001
Medida Provisória nº 2050-43 de 26.09.2001
Medida Provisória nº 2050-44 de 29.08.2008
Medida Provisória nº 2050-45 de 27.07.2001
Medida Provisória nº 2050-46 de 24.08.2001
Medida Provisória nº 2050-47 de 26.09.2001
Medida Provisória nº 2050-48 de 28.09.2001
Medida Provisória nº 2050-49 de 27.07.2001
Medida Provisória nº 2050-50 de 24.08.2001
Medida Provisória nº 2050-51 de 26.09.2001
Medida Provisória nº 2050-52 de 28.09.2001
Medida Provisória nº 2050-53 de 27.07.2001
### INSTITUTO EVANDRO CHAGAS (IEC) E CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS (CENP)

Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública

* Cargos de Nível Superior (item IV do art. 168 da Lei nº 11.907/2009) do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VIB</th>
<th>GDA/RE**</th>
<th>RT - Retribuição por Titulação</th>
<th>ATIVO</th>
<th>APOSENADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>*</td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### Nível Superior

<table>
<thead>
<tr>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VIB</th>
<th>GDA/RE**</th>
<th>RT - Retribuição por Titulação</th>
<th>ATIVO</th>
<th>APOSENADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>*</td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública

** *Instituto Evandro Chagas (IEC) e Centro Nacional de Primatas (CENP)***
IEC - Instituto Evandro Chagas  
CENP - Centro Nacional de Primatas


* Serão enquadrados em cargos de idêntica denominação e atribuições, que passarão a integrar o Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, os titulares dos cargos efetivos de níveis superior do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, os integrantes da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, e da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002, pertencentes ao Quadro de Pessoal do IEC e do CENP, em 31 de maio de 2008. O enquadramento dar-se-á mediante opção inretável do servidor, a ser formalizada no prazo de até 120 dias a contar de 29.08.2008. (§ 2º art. 184 da Lei nº 11.907/2009)

** ) A GDAPIB será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo CXXIV da Lei nº 11.907/2009.

A pontuação referente à GDAPIB será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

** ) Aposentado:
- GDAPIB - art. 202 da Lei nº 11.907/2009

( ** ) Aposentado - RT - a RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões sempre que o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação (§ 5º art. 204 da Lei nº 11.907/2009)

** ) Opção da GDAPIB - aposentado/pensionista art. 87 ao art. 91 da Lei nº 13.324, de 2016.

Legislações Correspondentes:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Medida Provisória</th>
<th>Medida Provisória</th>
<th>Medida Provisória</th>
<th>Medida Provisória</th>
<th>Medida Provisória</th>
<th>Medida Provisória</th>
<th>Medida Provisória</th>
<th>Medida Provisória</th>
<th>Medida Provisória</th>
</tr>
</thead>
</table>

( ) Até que seja publicado o ato a que se refere o § 1º do art. 194 da Lei nº 11.907/2009 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDAPIB deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de gratificação de desempenho, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante do Anexo CXXIV da Lei nº 11.907/2009.

RT - Retribuição por Titulação - servidores de nível superior, portadores de títulos de Doutor, Mestre ou certificado de aperfeiçoamento ou de especialização (Aperf./Espec), conforme Anexo CXXV da Lei nº 11.907/2009.
### 35. INSTITUTO EVANDRO CHAGAS (IEC) E CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS (CENP)

**Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública**

*Cargos de Nível Intermediário (item IV do art. 168 da Lei nº 11.907/2009) do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública*

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Intermediário</th>
<th><strong>Classe Padrão</strong></th>
<th><strong>GQA/RB</strong></th>
<th>APOSENTO</th>
<th><strong>TOTAL (em R$)</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>D</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>E</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>F</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### Nível Intermediário

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classe Padrão</th>
<th>V</th>
<th>B</th>
<th>A</th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>II</td>
<td>4.268,16</td>
<td>987,20</td>
<td>1.234,00</td>
<td>833,03</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>3.353,60</td>
<td>929,60</td>
<td>1.162,00</td>
<td>749,95</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>3.225,72</td>
<td>870,00</td>
<td>1.032,00</td>
<td>650,25</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>3.091,18</td>
<td>820,80</td>
<td>1.128,00</td>
<td>625,88</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### GQA/RB

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classe Padrão</th>
<th>V</th>
<th>B</th>
<th>A</th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>II</td>
<td>5.052,16</td>
<td>6.335,19</td>
<td>7.121,69</td>
<td>8.742,33</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>4.727,19</td>
<td>6.335,19</td>
<td>7.121,69</td>
<td>8.742,33</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>4.377,45</td>
<td>6.335,19</td>
<td>7.121,69</td>
<td>8.742,33</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>4.027,71</td>
<td>6.335,19</td>
<td>7.121,69</td>
<td>8.742,33</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### ATIVO

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classe Padrão</th>
<th>V</th>
<th>B</th>
<th>A</th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>II</td>
<td>5.159,16</td>
<td>6.335,19</td>
<td>7.121,69</td>
<td>8.742,33</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>4.808,14</td>
<td>6.335,19</td>
<td>7.121,69</td>
<td>8.742,33</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>4.559,12</td>
<td>6.335,19</td>
<td>7.121,69</td>
<td>8.742,33</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>4.209,10</td>
<td>6.335,19</td>
<td>7.121,69</td>
<td>8.742,33</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### TOTAL (em R$) - 80 pts.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classe Padrão</th>
<th>V</th>
<th>B</th>
<th>A</th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>II</td>
<td>5.809,59</td>
<td>6.567,53</td>
<td>7.215,66</td>
<td>8.853,26</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>5.531,19</td>
<td>6.567,53</td>
<td>7.215,66</td>
<td>8.853,26</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>5.255,36</td>
<td>6.567,53</td>
<td>7.215,66</td>
<td>8.853,26</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>5.000,00</td>
<td>6.567,53</td>
<td>7.215,66</td>
<td>8.853,26</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### TOTAL (em R$) - 100 pts.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classe Padrão</th>
<th>V</th>
<th>B</th>
<th>A</th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>II</td>
<td>5.255,36</td>
<td>6.567,53</td>
<td>7.215,66</td>
<td>8.853,26</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>5.000,00</td>
<td>6.567,53</td>
<td>7.215,66</td>
<td>8.853,26</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>5.255,36</td>
<td>6.567,53</td>
<td>7.215,66</td>
<td>8.853,26</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>5.000,00</td>
<td>6.567,53</td>
<td>7.215,66</td>
<td>8.853,26</td>
</tr>
</tbody>
</table>
### Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

<table>
<thead>
<tr>
<th>Medida Provisória</th>
<th>Data</th>
<th>Titular da Tabela</th>
<th>Detalhes</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>nº 2136-35</td>
<td>23.02.2001</td>
<td>Medida Provisória</td>
<td>2136-35</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
<td>Medida Provisória</td>
<td>23.02.2001</td>
</tr>
</tbody>
</table>
35. **INSTITUTO EVANDRO CHAGAS (IEC) E CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS (CENP)**

Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública

* Cargos de Nível Auxiliar (item IV do art. 168 da Lei nº 11.907/2009) do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Auxiliar</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Classe</strong></td>
<td><strong>PADRÃO</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>1.661,68</td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td>1.622,85</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>1.583,48</td>
</tr>
</tbody>
</table>
A partir de juízo de 2008 fica instituída a Gratificação de Qualificação - GQ, a ser concedida aos titulares de cargos de provimento efetivo de nível auxiliar integrantes do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, em retribuição ao cumprimento de requisitos técnicos-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de nível auxiliar de desenvolvimento tecnológico, gestão, planejamento e infra-estrutura, quando em efetivo exercício do cargo, e com acréscimo do que dispuser a Lei nº 11.355, de 2006.


E a partir de janeiro/2013, a GQ será acomodada de diferentes níveis de GQ e a acumulação desta GQ, com carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas, ou curso de graduação ou pós-graduação, na forma disposta em regulamento. (§ 5º do art. 205 da Lei nº 11.907/2009)

Os titulares de cargos de provimento efetivo de nível auxiliar integrantes do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, que, de acordo com o art. 89 da Lei nº 11.907/2009, não obtiveram o valor de 80 pontos no desempenho individual em relação ao cargo em que estão desempenhando, conquistará pelo valor de 80 pontos no desempenho individual em relação ao cargo em que estão desempenhando.

(*) Apoendado: GADAP - art. 202 da Lei nº 11.907/2009

(*) Apoendado: GQ - A GQ será acomodada de diferentes níveis de GQ, e a acumulação desta GQ, com carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas, ou curso de graduação ou pós-graduação, na forma disposta em regulamento. (§ 5º do Decreto nº 7.922/2013)

Apoendado: GQ - A apreciação da GQ será feita conforme a legislação da respectiva gratificação e os regramentos previdenciários aplicáveis a cada servidor. (art. 87º do Decreto nº 7.922/2013)

(*) Apoendado: GQ - A apreciação da GQ será feita conforme a legislação da respectiva gratificação e os regramentos previdenciários aplicáveis a cada servidor. (art. 87º do Decreto nº 7.922/2013)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 6.991 - 28/07/1993
Resolução nº 01 - 06/07/1994
Resolução nº 02 - 23/11/1994
Medida Provisória nº 1.255-39 de 12/12/1997
Lei nº 9.968 - 28/05/1998
Portaria MARE nº 2.179 de 28/07/1998
Medida Provisória nº 2048-26 de 29/06/2000
Medida Provisória nº 2048-27 de 29/06/2000
Medida Provisória nº 2048-28 de 28/08/2000
Medida Provisória nº 2048-29 de 27/09/2000
Medida Provisória nº 2048-30 de 26/10/2000
Medida Provisória nº 2048-31 de 23/11/2000
Medida Provisória nº 2048-32 de 21/12/2000
Medida Provisória nº 2048-33 de 28/12/2000
Medida Provisória nº 2048-34 de 26/01/2001
Medida Provisória nº 2048-35 de 23/02/2001
Decreto nº 3.762 de 05/03/2001
Medida Provisória nº 2136-36 de 27/03/2001
Medida Provisória nº 2136-37 de 26/04/2001
Medida Provisória nº 2136-38 de 24/05/2001
Medida Provisória nº 2136-39 de 21/05/2001
Medida Provisória nº 2136-40 de 28/05/2001
Medida Provisória nº 2136-41 de 27/06/2001
Lei nº 11.097 - 29/06/2005
Lei nº 11.907 - 31/05/2009
Medida Provisória nº 2136-34 de 26/01/2001
Medida Provisória nº 2136-35 de 02/02/2001
Medida Provisória nº 2136-36 de 08/02/2001
Medida Provisória nº 2136-37 de 15/02/2001
Medida Provisória nº 2136-38 de 22/02/2001
Medida Provisória nº 2136-39 de 29/02/2001
Medida Provisória nº 2136-40 de 05/03/2001
Medida Provisória nº 2136-41 de 02/04/2001
Medida Provisória nº 2136-42 de 09/04/2001
Medida Provisória nº 2136-43 de 16/04/2001
Medida Provisória nº 2136-44 de 23/04/2001
Medida Provisória nº 2136-45 de 30/04/2001
Medida Provisória nº 2136-46 de 07/05/2001
Medida Provisória nº 2136-47 de 14/05/2001
Medida Provisória nº 2136-48 de 21/05/2001
Medida Provisória nº 2136-49 de 28/05/2001
Medida Provisória nº 2136-50 de 04/06/2001
Medida Provisória nº 2136-51 de 11/06/2001
Medida Provisória nº 2136-52 de 18/06/2001
Medida Provisória nº 2136-53 de 25/06/2001
Medida Provisória nº 2136-54 de 02/07/2001
Medida Provisória nº 2136-55 de 09/07/2001
Dec. nº 7.922/2013
### 36. INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI

**Plano de Carreiras e Cargos do INPI**

Carreira de Pesquisa em Propriedade Industrial

Cargo: Pesquisador em Propriedade Industrial - INPI

#### Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>CLASS</strong></td>
<td><strong>RADIÃO</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
Legislações Correspondentes:

**Operações de Recompensas**

| Código | Título | Data
<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>31960</td>
<td><em>Instituto Nacional de Propriedade Industrial</em> (Inpi)</td>
<td>11 de maio de 2006</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Observações**

1. Os atuais servidores ocupantes dos cargos das Carreiras do Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia, estruturado pela Lei nº 8.691/93 do Quadro de Pessoal do INPI ou que venham a ser redistribuídos para esse Quadro, desde que a redistribuição tenha sido requerida até 31 de maio de 2006, serão enquadrados nas Carreiras e cargos referidos no art. 90 da Lei nº 11.355/06, de acordo com as Tabelas de Correlação constantes no Anexo XIX.

2. Os servidores ocupantes dos cargos a que se refere o caput do art. 106 da Lei nº 11.355/06 que não formarem a opção referida no § 1º do art. 106 permanecerão integrando o Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei 8.691/93 não fazendo jus aos vencimentos e vantagens estabelecidos para o Plano de Carreiras e Cargos do INPI.

**VB - Vencimento Básico**

| Código | Título | Data
<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>31960</td>
<td><em>Instituto Nacional de Propriedade Industrial</em> (Inpi)</td>
<td>11 de maio de 2006</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**GDAPI - Gratificação de Desempenho de Atividade de Desempenho de Atividade da Área de Propriedade Industrial**

| Código | Título | Data
<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>31960</td>
<td><em>Instituto Nacional de Propriedade Industrial</em> (Inpi)</td>
<td>11 de maio de 2006</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**RT - Retribuição por Título**

| Código | Título | Data
<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>31960</td>
<td><em>Instituto Nacional de Propriedade Industrial</em> (Inpi)</td>
<td>11 de maio de 2006</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Opção da GDAPI**

| Código | Título | Data
<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>31960</td>
<td><em>Instituto Nacional de Propriedade Industrial</em> (Inpi)</td>
<td>11 de maio de 2006</td>
</tr>
</tbody>
</table>
### INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI

Plano de Carreiras e Cargos do INPI
Carreira de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Propriedade Industrial
Cargo: Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Propriedade Industrial - INPI
Carreira de Produção e Análise em Propriedade Industrial
Cargo: Tecnologista em Propriedade Industrial - INPI

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Plano de Carreiras e Cargos do INPI</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Carreira de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Propriedade Industrial</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Cargo: Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Propriedade Industrial - INPI</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Carreira de Produção e Análise em Propriedade Industrial</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Cargo: Tecnologista em Propriedade Industrial - INPI</strong></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

| **Elaborado:** CGSUP/DESIS/SGP/MP - **Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73** |  |
| **336** |  |

### Nível Superior

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>Classe PADRÃO</strong></th>
<th><strong>VB</strong></th>
<th><strong>GDAPI</strong></th>
<th><strong>RT - Retribuição por Titulação</strong></th>
<th><strong>ATIVO</strong></th>
<th><strong>TOTAL (em R$) - 80 pts. (</strong>)**</th>
<th><strong>ATIVO</strong></th>
<th><strong>TOTAL (em R$) - 100 pts. (</strong>)**</th>
<th><strong>GDAPI</strong></th>
<th><strong>ATIVO</strong></th>
<th><strong>TOTAL (em R$) - 50 pts. (</strong>*)**</th>
<th><strong>GDAPI</strong></th>
<th><strong>TOTAL (em R$) - 100 pts. (</strong>*)**</th>
<th><strong>APOSENTADO</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>C</strong></td>
<td>8.117,79</td>
<td>4.016,00</td>
<td>5.020,00</td>
<td>660,42</td>
<td>1.476,00</td>
<td>3.880,42</td>
<td>12.133,79</td>
<td>12.941,21</td>
<td>15.014,21</td>
<td>15.808,74</td>
<td>17.160,29</td>
<td>17.853,85</td>
<td>20.067,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### TOTAL (em R$) - 80 pts. (**)  

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|------------------|-------|----------|-----------------------------------|-----------|----------------------------------|-----------|-----------------------------------|----------|-----------|----------------------------------|----------|----------------------------------|---------------|
| **TOTAL (em R$) - 100 pts. (**)** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **TOTAL (em R$) - 50 pts. (***)** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **APOSENTADO** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial

Os atuais servidores ocupantes dos cargos das Carreiras do Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia, estruturado pela Lei nº 8.691/93 do Quadro de Pessoal do INPI ou que venham a ser redistribuídos para esse Quadro, desde que a redistribuição tenha sido requerida até 31 de maio de 2006, serão enquadrados nas Carreiras e cargos referidos no art. 90 da Lei nº 11.355/06, de acordo com as Tabelas de Correlação constantes no Anexo XIX.

Os servidores ocupantes dos cargos a que se refere o caput do art. 106 da Lei nº 11.355/06 que não formalizarem a opção referida no § 1º do art. 106 permanecerão integrando o Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691/93 não fazendo jus aos vencimentos e vantagens estabelecidos para o Plano de Carreiras e Cargos do INPI.

RT - Vencimento Básico - (Anexo XVIII à Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006)

Legislação Correspondente:

- Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001
- Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001
- Decreto nº 3.762 de 05.03.2001
- Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001
- Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001
- Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001
- Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001
- Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001
- Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001
- Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001
- Lei nº 10.697 de 02.07.2003
- Decreto nº 6.506 de 09.07.2008
- Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 79
- Lei nº 13.326 de 29.07.2016 art. 4 e arts. 28 a 32
36. **INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI**

Plano de Carreiras e Cargos do INPI

Cargo: isolado de provimento efetivo de Especialista Sênior em Propriedade Intelectual - INPI

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>CLASSE</td>
<td>PADRÃO</td>
<td>VB</td>
<td>GDAPI</td>
<td>RT - Retribuição por Titulação</td>
<td>ATIVO</td>
<td>GDAPI</td>
<td>APOSENTO</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>Doutor</td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>50 pts.</td>
<td>(**)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>100 pts.</td>
<td></td>
<td>100 pts.</td>
<td></td>
<td>50 pts.</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>(*)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>(**)</td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIALISTA SÊNIOR</td>
<td>I</td>
<td>9.415,68</td>
<td>6.492,00</td>
<td>8.115,00</td>
<td>2.441,61</td>
<td>18.349,29</td>
<td>19.972,29</td>
<td>4.057,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>15.914,79</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial

Os atuais servidores ocupantes dos cargos das Carreiras do Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia, estruturado pela Lei nº 8.691/93 do Quadro de Pessoal do INPI ou que venham a ser redistribuídos para esse Quadro, desde que a redistribuição tenha sido requerida até 31 de maio de 2006, serão enquadrados nas Carreiras e cargos referidos no art. 90 da Lei nº 11.355/06, de acordo com as Tabelas de Correlação constantes no Anexo XIX.

Os servidores ocupantes dos cargos a que se refere o caput do art. 106 da Lei nº 11355/06 que não formalizarem a opção referida no § 1º do art. 106 permanecerão integrando o Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691/93 não fazendo jus aos vencimentos e vantagens estabelecidos para o Plano de Carreiras e Cargos do INPI.

VB - Vencimento Básico - Anexo XVIII à Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006

GDAPI - Gratificação de Desempenho de Atividade de Desempenho de Atividade da Área de Propriedade Industrial

A pontuação referente a GDAPI será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAPI no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a vinte pontos

(*) A GDAPI será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XVIII-A à Lei no 11.355, de 19 de outubro de 2006.

Até que seja publicado o ato a que se refere o § 4º do art. 100 da Lei nº 11.355/06 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDAPI deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de GDAPI.

RT - Retribuição por Titulação - servidores de nível superior, portadores de títulos de Doutor. (Anexo XVIII-B à Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006)

(**) Aposentado: GDAPI - art. 149 da Lei nº 11.355/2006 (redação dada art. 5º da Lei nº 11.490 de 20.06.07)

(**) Aposentado - RT - a RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação.

(**) Opção da GDAPI - aposentado/pensionista. A opção de que tratam os arts. 29 e 30 da Lei nº 13.326/16 somente será válida com a assinatura de termo de opção, na forma do Anexo XXX da Lei nº 13.326/2016, que incluirá a expressa concordância do servidor, do aposentado ou do pensionista (art. 28 da Lei nº 13.326 de 29.07.2016).
### 36. INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI

Plano de Carreiras e Cargos do INPI  
Carreira de Suporte em Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Propriedade Industrial  
Cargo: Técnico em Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Propriedade Industrial - INPI  
Carreira de Suporte Técnico em Propriedade Industrial  
Cargo: Técnico em Propriedade Industrial - INPI

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>V</th>
<th>GDAPI</th>
<th>TOTAL (em R$) - 80 pts. ( * )</th>
<th>GDAP</th>
<th>TOTAL (em R$) - 50 pts. ( ** )</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>38.1.00</td>
<td>38.1.00</td>
<td>38.1.00</td>
<td>38.1.00</td>
<td>38.1.00</td>
<td>38.1.00</td>
<td>38.1.00</td>
</tr>
<tr>
<td>3.850,30</td>
<td>1.074,40</td>
<td>1.343,00</td>
<td>929,71</td>
<td>1.627,00</td>
<td>2.847,24</td>
<td>5.080,70</td>
</tr>
<tr>
<td>3.721,49</td>
<td>1.050,40</td>
<td>1.313,00</td>
<td>897,65</td>
<td>1.570,89</td>
<td>2.749,06</td>
<td>4.771,89</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>3.601,63</td>
<td>1.033,60</td>
<td>1.292,00</td>
<td>868,15</td>
<td>1.463,17</td>
<td>2.658,73</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>3.362,04</td>
<td>890,40</td>
<td>1.233,00</td>
<td>806,81</td>
<td>1.343,00</td>
<td>2.387,76</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>3.253,04</td>
<td>855,20</td>
<td>1.214,00</td>
<td>779,68</td>
<td>1.364,43</td>
<td>2.295,76</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>3.142,31</td>
<td>835,20</td>
<td>1.188,00</td>
<td>752,75</td>
<td>1.317,00</td>
<td>2.105,28</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>2.934,58</td>
<td>792,80</td>
<td>1.141,00</td>
<td>703,16</td>
<td>1.225,29</td>
<td>1.944,26</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>2.833,54</td>
<td>772,80</td>
<td>1.113,00</td>
<td>675,81</td>
<td>1.185,66</td>
<td>1.866,64</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>2.734,51</td>
<td>752,80</td>
<td>1.087,00</td>
<td>648,88</td>
<td>1.153,53</td>
<td>1.787,17</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>2.642,32</td>
<td>732,80</td>
<td>1.069,00</td>
<td>627,38</td>
<td>1.097,38</td>
<td>1.710,41</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>2.549,20</td>
<td>712,80</td>
<td>1.044,00</td>
<td>603,99</td>
<td>1.056,98</td>
<td>1.636,92</td>
</tr>
<tr>
<td>VI</td>
<td>2.457,78</td>
<td>692,80</td>
<td>1.017,00</td>
<td>579,63</td>
<td>1.014,34</td>
<td>1.561,75</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Nível Intermediário  
**Posição: janeiro/2017**

**ATIVO**

**TOTAL (em R$) - 80 pts. ( * )**

**GRATIFICAÇÃO POR QUALIFICAÇÃO**

**TOTAL (em R$) - 50 pts. ( ** )**
**G D A P I - art. 149 da Lei nº 11.355/2006 (redação dada art. 5.º da Lei nº 11.490 de 20.06.07)**

A G D A P I será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação do desempenho individual;

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a atermo financeiro, o servidor receberá nominal para cargo efetivo aquele que tenha retornado de licença sem ou com cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da G D A P I, no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente ao oitenta pontos.

(*) A G D A P I será paga observado o limite em máximo de vinte pontos (pts) e do mínimo de trinta pontos para servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XVIII-A da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006.

Até que seja publicado o a que se refere o § 4.º do art. 100 da Lei nº 11.355/06 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à G D A P I deverão percorrer em valor correspondente ao último percentual recebido a título de G D A P I.

**GQ - Gratificação de Qualificação**

A partir de julho de 2008 foi instituída a Gratificação de Qualificação - GQ, a ser concedida aos titulares de cargos de provimento efetivo de nível intermédio integrais do Plano de Carreiras e Cargos do INPI, em retribuição ao cumprimento de requisitos técnicos-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de nível intermediário e auxiliar de desenvolvimento tecnológico, gestão, planejamento e infraestrutura, quando em efetivo exercício de cargo, de acordo com os valores constantes do Anexo XVIII-C da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006.

Para fins de percepção da GQ pelos titulares de cargos de nível intermédio das Carreiras a que se refere o art.105-B da Lei nº 11.355/2006, aplicam-se as seguintes disposições:

I - para fazer jus ao nível I da GQ, o servidor deverá comprovar conclusão de curso de capacitação ou qualificação profissional com carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas;

II - para fazer jus ao nível II da GQ, o servidor deverá comprovar conclusão de curso de capacitação ou qualificação profissional com carga horária mínima de 250 (duzentas e cinquenta) horas;

III - para fazer jus ao nível III da GQ, o servidor deverá comprovar conclusão de curso de capacitação ou qualificação profissional com carga horária mínima de 300 (trezentas e sessenta) horas, ou de curso de graduação ou pós-graduação, em nível de especialização ou titulação acadêmica de mestre ou doutor. (Lei nº 12.778/2012 e art. 60 do Decreto 7.922/2013)

A GQ instituída pelo art. 105-B da Lei nº 11.355, de 2006, concedida aos titulares de cargos de provimento efetivo de nível intermédio integrais do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, de que trata a Lei nº 11.355, de 2006; (inciso IX do art. do Decreto nº 7.922/2013). A GQ dos titulares dos cargos de que trata o inciso IV do art. 1º do Decreto nº 7.922/2013 será paga aos servidores que a elas fizerem jus em retribuição ao cumprimento de requisitos técnicos-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho de suas atividades, quando em efetivo exercício de cargo. (art. 59º e art. 641º do Decreto nº 7.922/2013 com efeitos financeiros a partir de Janeiro/2013)

**Especialidade e acumulação de diferentes níveis de GQ e a acumulação desta GQ com qualquer adicional ou gratificação que tenha com o fundamento da qualificação profissional ou titulação.** (art. 86º do Decreto nº 7.922/2013)

Ato do dirigente máximo do INPI dispor sobre os procedimentos específicos para concessão da GQ, observado o disposto neste Decreto, na Lei nº 11.355/2006 e na Lei nº 11.907, de 2009. (art. 54 do Decreto nº 7.922/2013)

( **Aposentado - G D A P I - art. 149 da Lei nº 11.355/2006 (redação dada art. 5.º da Lei nº 11.490 de 20.06.07)**

( **Aposentado - GQ - A GQ somente integrará os cálculos de aposentadoria e pensões quando os certificados considerados para a sua concessão forem obtidos até a data em que se deu a aposentadoria ou a instituição da pensão e sua percepção observado o regimento do regime previdenciário aplicável ao servidor, sem prejuízo do disposto nos regulamentos previdenciários de que tratam as Leis nº 10.887, de 18 de junho de 2004, e nº 12.168, de 30 de abril de 2012. (redação dada pelo art. 41 da Lei nº 12.778, de 2012)**

Aposentado - GQ - A percepção da GQ nos proventos de aposentadoria e pensões observará a legislação de criação da respectiva gratificação e os regulamentos previdenciários aplicáveis a cada servidor. (art. 87º do Decreto nº 7.922/2013)

( **Opcão da G D A P I - aposentado/pensionista - A opção de que tratam os arts. 29 e 30 da Lei nº 13.326/16 somente será válida com a assinatura de termo de opção, no termo a Anexo XVIII-A da Lei nº 13.326/16, que incluirá a expressa concordância do servidor do aposentado ou pensionista (art. 28 da Lei nº 13.326/16, de 29.07.2016).**

Legislação Correspondente:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível</th>
<th>Legislação</th>
<th>Período</th>
<th>Data</th>
<th>Resolução</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>5</td>
<td>Medida Provisória nº 2136-35 de 27.03.2001</td>
<td>Medida Provisória nº 2136-35 de 27.03.2001</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>4</td>
<td>Medida Provisória nº 2136-35 de 27.03.2001</td>
<td>Medida Provisória nº 2136-35 de 27.03.2001</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>3</td>
<td>Medida Provisória nº 2136-35 de 27.03.2001</td>
<td>Medida Provisória nº 2136-35 de 27.03.2001</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2</td>
<td>Medida Provisória nº 2136-35 de 27.03.2001</td>
<td>Medida Provisória nº 2136-35 de 27.03.2001</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>1</td>
<td>Medida Provisória nº 2136-35 de 27.03.2001</td>
<td>Medida Provisória nº 2136-35 de 27.03.2001</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73 341
### Clásses PADRÃO

#### Nível Superior - 20 h

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB 20h (**)</th>
<th>80 pts. (***</th>
<th>100 pts.</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDM-IPEA</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td></td>
<td>10.473,35</td>
<td>5.897,60</td>
<td>7.372,00</td>
<td>16.370,95</td>
<td>17.845,35</td>
<td>3.686,00</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td></td>
<td>10.237,83</td>
<td>5.775,20</td>
<td>7.219,00</td>
<td>16.013,03</td>
<td>17.456,83</td>
<td>3.609,50</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td></td>
<td>10.007,91</td>
<td>5.656,00</td>
<td>7.070,00</td>
<td>15.663,91</td>
<td>17.077,91</td>
<td>3.535,00</td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td></td>
<td>9.659,37</td>
<td>5.473,60</td>
<td>6.842,00</td>
<td>15.132,97</td>
<td>16.501,37</td>
<td>3.421,00</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td></td>
<td>9.424,10</td>
<td>5.352,00</td>
<td>6.690,00</td>
<td>14.776,10</td>
<td>16.114,10</td>
<td>3.345,00</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td></td>
<td>9.194,38</td>
<td>5.232,60</td>
<td>6.541,00</td>
<td>14.427,18</td>
<td>15.735,38</td>
<td>3.270,50</td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td></td>
<td>8.863,44</td>
<td>5.060,80</td>
<td>6.326,00</td>
<td>13.924,24</td>
<td>15.189,44</td>
<td>3.163,00</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td></td>
<td>8.647,40</td>
<td>4.947,20</td>
<td>6.184,00</td>
<td>13.594,60</td>
<td>14.831,40</td>
<td>3.092,00</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td></td>
<td>8.435,93</td>
<td>4.838,40</td>
<td>6.048,00</td>
<td>13.274,33</td>
<td>14.485,93</td>
<td>3.024,00</td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td></td>
<td>8.119,59</td>
<td>4.673,60</td>
<td>5.842,00</td>
<td>12.793,19</td>
<td>13.961,59</td>
<td>2.921,00</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td></td>
<td>7.921,44</td>
<td>4.570,40</td>
<td>5.713,00</td>
<td>12.491,84</td>
<td>13.634,44</td>
<td>2.856,50</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td></td>
<td>7.646,95</td>
<td>4.428,00</td>
<td>5.535,00</td>
<td>12.074,95</td>
<td>13.181,95</td>
<td>2.767,50</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Nível Superior - 20 h - A jornada de trabalho dos ocupantes do cargo de Médico, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargo de que trata o art. 40 da Lei nº 12.702/2012 é de 20 (vinte) horas semanais. (§ 1º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

* Os ocupantes dos cargos efetivos de que trata o art. 41 da Lei nº 12.702/2012 poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira. (§§ 2º e 3º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

* Os servidores titulares dos cargos de nível superior do Quadro de Pessoal do IPEA serão enquadrados nos cargos do Plano de Carreiras e Cargos do IPEA, de acordo com as respectivas atribuições, com os requisitos de formação profissional e com a posição relativa na Tabela, nos termos do Anexo XX-B da Lei 11.890/2008.

Os cargos efetivos de nível superior do Quadro de Pessoal do IPEA que não foram transportados para as carreiras de que trata o inciso I do caput do art. 102 da Lei 11.890/2008 comparão quadro suplementar em extinção. (art. 3º da MP 479/2009)

VB - Vencimento Básico (Anexo XLV da Lei no 12.702, de 7 de agosto de 2012)

(*) VB - de 20 h e 40 h anexo XLV da Lei nº 12.702/2012

GDM-IPEA - Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas Plano de Carreira e Cargos do IPEA, de que trata a Lei nº 11.890, de 2008 (Anexo XLV da Lei no 12.702, de 7 de agosto de 2012)

Fica instituída, a partir de 1º de julho de 2012, a GDM-IPEA devida, exclusivamente, aos servidores ocupantes do cargo de Médico, quando em efetivo exercício nas atividades inerentes à atribuição do respectivo cargo no órgão ou entidade de lotação.

(*** Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a constituir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho a que faz jus, no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente à oitenta pontos.

(***) A GDM-IPEA terá com o limite: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 00 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes, padrões e jornadas de trabalho, ao valor estabelecido no Anexo XLV da Lei nº 12.702/2012.

A pontuação máxima da GDM-IPEA será assim distribuída: I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional. (§ 4º até §17 da Lei nº 12.702/2012)

As Gratificações de Desempenho de Atividade Médica de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 serão atribuídas em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos para as gratificações de desempenho que os servidores de que trata o art. 39 da Lei n nº 12.702/12 recebiam na data de publicação desta Lei, inclusive para fins de incorporação dela aos proventos de aposentadoria e às pensões, até que seja editado ato que regulamente os critérios e procedimentos específicos para as referidas gratificações. (§ 2º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

(****) Aposentado - A mudança da gratificação de desempenho atualmente percebida pelos servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 para as Gratificações de Desempenho de Atividade Médica do respectivo Plano de Cargos ou Carreira ou Quadro de Pessoal não representa descontinuidade de sua percepção para efeito de aposentadoria e ciclo de avaliação de desempenho. (§ 1º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

Legislações Correspondentes:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Legislação</th>
<th>Data</th>
<th>Descrição</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Lei nº 8.112 de 11.12.1990</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2.048-26 de 29.06.2000</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2.048-28 de 28.08.2000</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2.048-29 de 27.09.2000</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2.048-30 de 26.10.2000</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2.048-31 de 23.11.2000</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2.136-34 de 26.01.2001</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2.136-35 de 23.02.2001</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Decreto nº 3.762 de 05.03.2001</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 171 de 16.03.2001</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2.136-36 de 27.03.2001</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 193 de 28.03.2001</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2.136-38 de 24.05.2001</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2.136-39 de 31.05.2001</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2.136-40 de 28.06.2001</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2.150-41 de 27.07.2001</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 917 de 09.08.2001</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2.150-42 de 24.08.2001</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 10.331 de 18.12.2001</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 10.697 de 02.07.2003</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 10.698 de 02.07.2003</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 10.769 de 19.11.2003</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 11.094 de 13.01.2005</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 769 de 12.09.2005</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 11.356 de 19.10.2006</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 440 de 29.08.2008</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Decreto nº 7.133 de 19.03.2010</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 193 de 28.03.2001</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 12.702 de 07.08.2012 art.39</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 13.327 de 29.07.2016 art. 5º</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 13.328 de 29.07.2016 art. 89</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Elaborado:CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
37. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA

Plano de Carreiras e Cargos do IPEA
Cargo: Analista de Sistemas do IPEA
Cargo: Assessor Especializado do IPEA
Cargo: Técnico em Desenvolvimento e Administração do IPEA
Cargo: Técnico Especializado do IPEA
( * ) Cargo: Técnico de Planejamento e Pesquisa, integrante do Quadro Suplementar do Plano de Carreira e Cargos do IPEA, a que se refere § 5º do art. 120 da Lei nº 11.890/2008.

Cargos: Cargos de Nível Superior do Plano de Carreiras e Cargos do IPEA (item V, do art. 102 da Lei nº 11.890/2008)

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>CLASSE</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>12.399,93</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>12.124,21</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>11.851,57</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>11.585,41</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Elaborado:CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
Os servidores titulares dos cargos de níveis superior do Quadro de Pessoal do IPEA serão enquadrados nos cargos do Plano de Carreiras e Cargos do IPEA, de acordo com as respectivas atribuições, com os requisitos de formação profissional e com a posição relativa na Tabela, nos termos do Anexo XX-B da Lei 11.890/2008. (art. 3º da Lei nº 12.269, de 2010)

(*) Os cargos efetivos do nível superior do Quadro de Pessoal do IPEA que não foram transpostos para a Carreira de Planejamento e Pesquisa do Ipea, composta pelo cargo de Técnico de Planejamento e Pesquisa, comporão Quadro Suplementar em Extinção. (§ 5º do art. 120 da Lei nº 11.890/2008)

(**) O quadro suplementar a que se refere o § 5º do art. 120 da Lei nº 11.890/2008 inclui-se no Plano de Carreiras e Cargos do Ipea.

IPEA - Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

VB - Vencimento Básico - Anexo XX-I da Lei 11.890/2008

GDAIPEA - Gratificação de Desempenho de Atividades Específicas do IPEA

tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAIPEA no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos. 

(**) A GDAIPEA será paga com observância dos seguintes limites: máximo de cem pontos por servidor; e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo a pontuação a que se refere a GDAIPEA terá a seguinte distribuição:

I - até vinte pontos de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual;

II - até oitenta pontos de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*** ) Aposentado - GDAIPEA - art. 132 da Lei nº 11.890/2008

(*** ) Aposentado - incorporação da GDAIPEA a partir de 01.07.2012 - art.132-A da Lei nº 11.890/2009

Legislações Correspondentes:

| Medida Provisória n° 2.048-26 de 29.06.2000 | Lei nº 10.697 de 02.07.2003 |
| Medida Provisória n° 2.048-28 de 28.08.2000 | Lei nº 10.769 de 19.11.2003 |
| Medida Provisória n° 2.048-29 de 27.09.2000 | Medida Provisória n° 210 de 31.08.2004 |
| Medida Provisória n° 2048-30 de 26.10.2000 | Lei nº 11.094 de 13.01.2005 |
| Medida Provisória n° 2048-31 de 23.11.2000 | Portaria nº 769 de 12.09.2005 |
| Medida Provisória n° 2136-34 de 26.01.2001 | Medida Provisória n° 440 de 29.08.2008 |
| Decreto nº 3.762 de 05.03.2001 | Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 |
| Portaria nº 171 de 16.03.2001 | Decreto nº 7.133 de 19.03.2010 |
| Medida Provisória n° 2136-36 de 27.03.2001 | Lei nº 12.269 de 21.06.2010 |
| Portaria nº 193 de 29.03.2001 | Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 |
| Medida Provisória n° 2136-37 de 26.04.2001 | Lei nº 12.702 de 07.08.2012 |
| Medida Provisória n° 2136-39 de 31.05.2001 | Lei nº 13.327 de 29.07.2016 art. 2º |
| Medida Provisória n° 2150-40 de 28.06.2001 | Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 84º |
| Medida Provisória n° 2150-41 de 27.07.2001 | |
| Portaria nº 917 de 09.08.2001 | |
| Medida Provisória n° 2150-42 de 24.08.2001 | |
| Medida Provisória n° 2229-43 de 06.09.2001 | |
| Lei nº 10.331 de 18.12.2001 | |
### Nível Intermediário

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDA/IPEA</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDA/IPEA</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>80 pts.</td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>B</td>
<td>100 pts.</td>
<td></td>
<td>100 pts.</td>
<td>(**)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>C</td>
<td>(**)</td>
<td>TOTAL</td>
<td>TOTAL</td>
<td>(**)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>(**)</td>
<td>(em R$)</td>
<td>(em R$)</td>
<td>(em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### ESPECIAL

| IV    | 5.670,34 | 2.949,60 | 3.687,00 | 8.619,94 | 9.357,34 | 1.843,50 | 7.513,84 |
|       | 5.532,05 | 2.876,80 | 3.596,00 | 8.408,85 | 9.128,05 | 1.798,00 | 7.330,05 |
|       | 5.397,12 | 2.807,20 | 3.509,00 | 8.204,32 | 8.906,12 | 1.754,50 | 7.151,62 |
|       | 5.265,49 | 2.737,60 | 3.422,00 | 8.003,09 | 8.687,49 | 1.711,00 | 6.976,49 |

#### C

|       | 4.869,26 | 2.531,20 | 3.164,00 | 7.400,46 | 8.033,26 | 1.582,00 | 6.451,26 |
|       | 4.750,50 | 2.468,80 | 3.086,00 | 7.219,30 | 7.836,50 | 1.543,00 | 6.293,50 |

#### B

| III   | 4.502,84 | 2.340,80 | 2.926,00 | 6.843,64 | 7.428,84 | 1.463,00 | 5.965,84 |
|       | 4.393,02 | 2.284,80 | 2.856,00 | 6.677,82 | 7.249,02 | 1.426,00 | 5.821,02 |
|       | 4.285,86 | 2.229,60 | 2.787,00 | 6.515,46 | 7.072,86 | 1.393,50 | 5.679,36 |

#### A

| III   | 4.062,44 | 2.112,00 | 2.640,00 | 6.174,44 | 6.702,44 | 1.320,00 | 5.382,44 |
|       | 3.951,79 | 2.054,40 | 2.568,00 | 6.006,19 | 6.519,79 | 1.284,00 | 5.235,79 |
|       | 3.844,15 | 1.998,40 | 2.498,00 | 5.842,55 | 6.342,15 | 1.249,00 | 5.093,15 |

---

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
Os servidores titulares dos cargos de níveis intermediário do Quadro de Pessoal do IPEA serão enquadrados nos cargos do Plano de Carreiras e Cargos do IPEA, de acordo com as respectivas atribuições, com os requisitos de formação profissional e com a posição relativa na Tabela, nos termos do Anexo XX-B da Lei 11.890/2008.

**VB - Vencimento Básico - Anexo XX da MP 440/2008**

**GDAIPEA - Gratificação de Desempenho de Atividades Específicas do IPEA**

( * ) Até que seja processada a sua primeira avaliação de desempenho que venha a surtar efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAIPEA no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

( * ) A GDAIPEA será paga com observância dos seguintes limites: máximo de cem pontos por servidor; e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XXII da MP 440/2008.

A pontuação a que se refere a GDAIPEA terá a seguinte distribuição:

I - até oitenta pontos de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual;

II - até oitenta pontos de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

É de quarenta horas semanais a carga horária de trabalho dos titulares dos cargos integrantes do Plano de Carreira e Cargos do IPEA, ressalvadas as hipóteses amparadas em legislação específica.

( ** ) **Aposentado** - GDAIPEA - art. 132-A da Lei 11.890/2009

( *** ) **Aposentado** - incorporação da GDAIPEA a partir de 01.07.2012 - art. 132-A da Lei nº 11.890/2009

**Legislações Correspondentes:**

- Medida Provisória nº 2.048-26 de 29.06.2000
- Medida Provisória nº 2.048-28 de 28.08.2000
- Medida Provisória nº 2.048-29 de 27.09.2000
- Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000
- Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000
- Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001
- Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001
- Decreto nº 3.762 de 05.03.2001
- Portaria nº 171 de 16.03.2001
- Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001
- Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001
- Medida Provisória nº 2136-39 de 31.05.2001
- Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001
- Medida Provisória nº 2150-41 de 28.06.2001
- Portaria nº 917 de 09.08.2001
- Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001
- Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001
- Lei nº 10.331 de 18.12.2001
- Lei nº 10.697 de 02.07.2003
- Lei nº 10.769 de 19.11.2003
- Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004
- Medida Provisória nº 440 de 29.08.2008
- Portaria nº 769 de 12.09.2005
- Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006
- Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006
- Lei nº 11.356 de 19.10.2006
- Portaria nº 479 de 30.06.2006
- Medida Provisória nº 440 de 29.08.2008
- Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009
- Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
- Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012
- Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012
- Lei nº 12.702 de 07.08.2012
- Lei nº 13.327 de 29.07.2016 art. 2º
- Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 84º
- Decreto nº 3.762 de 05.03.2001
- Medida Provisória nº 2.048-26 de 29.06.2000
### 38. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

Carreira de Perito Federal Agrário
Cargo: Engenheiro Agrônomo do INCRA (Exceto Cargos Específicos Lei nº 12.277/2010)

#### Nível Superior

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDA PA</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDAPA</th>
<th>APOSENTO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>(**)</td>
<td></td>
<td>(**)</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th>A</th>
<th>B</th>
<th>C</th>
<th>D=(A+B)</th>
<th>E=(A+C)</th>
<th>F</th>
<th>G=(A+F)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>101,06</td>
<td>5,090,40</td>
<td>6,363,00</td>
<td>10,191,46</td>
<td>11,464,06</td>
<td>3,181,50</td>
<td>8,282,56</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>4,976,64</td>
<td>4,904,80</td>
<td>6,131,00</td>
<td>9,881,44</td>
<td>11,107,64</td>
<td>3,065,50</td>
<td>8,042,14</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>4,855,27</td>
<td>4,724,80</td>
<td>5,906,00</td>
<td>9,580,07</td>
<td>10,761,27</td>
<td>2,953,00</td>
<td>7,808,27</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>4,668,53</td>
<td>4,346,40</td>
<td>5,433,00</td>
<td>9,014,93</td>
<td>10,101,53</td>
<td>2,716,50</td>
<td>7,385,03</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>4,554,66</td>
<td>4,187,20</td>
<td>5,234,00</td>
<td>8,741,86</td>
<td>9,788,66</td>
<td>2,617,00</td>
<td>7,171,66</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>4,443,57</td>
<td>4,034,40</td>
<td>5,043,00</td>
<td>8,477,97</td>
<td>9,486,57</td>
<td>2,521,50</td>
<td>6,965,07</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>4,335,18</td>
<td>3,886,40</td>
<td>4,858,00</td>
<td>8,221,58</td>
<td>9,193,18</td>
<td>2,429,00</td>
<td>6,764,18</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>4,168,45</td>
<td>3,576,00</td>
<td>4,470,00</td>
<td>7,744,45</td>
<td>8,638,45</td>
<td>2,235,00</td>
<td>6,403,45</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>4,066,78</td>
<td>3,444,80</td>
<td>4,306,00</td>
<td>7,511,58</td>
<td>8,372,78</td>
<td>2,153,00</td>
<td>6,219,78</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3,967,59</td>
<td>3,318,40</td>
<td>4,148,00</td>
<td>7,285,99</td>
<td>8,115,59</td>
<td>2,074,00</td>
<td>6,041,59</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3,870,82</td>
<td>3,196,80</td>
<td>3,996,00</td>
<td>7,067,62</td>
<td>7,866,82</td>
<td>1,998,00</td>
<td>5,868,82</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3,721,94</td>
<td>2,940,80</td>
<td>3,676,00</td>
<td>6,662,74</td>
<td>7,397,94</td>
<td>1,838,00</td>
<td>5,559,94</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3,631,17</td>
<td>2,833,60</td>
<td>3,542,00</td>
<td>6,464,77</td>
<td>7,173,17</td>
<td>1,771,00</td>
<td>5,402,17</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3,542,60</td>
<td>2,729,60</td>
<td>3,412,00</td>
<td>6,272,20</td>
<td>6,954,60</td>
<td>1,706,00</td>
<td>5,248,60</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3,456,20</td>
<td>2,628,80</td>
<td>3,286,00</td>
<td>6,085,00</td>
<td>6,742,20</td>
<td>1,643,00</td>
<td>5,099,20</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3,371,90</td>
<td>2,532,80</td>
<td>3,166,00</td>
<td>5,904,70</td>
<td>6,537,90</td>
<td>1,583,00</td>
<td>4,954,90</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73


**INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**VB** - Vencimento Básico (Anexo II da Lei nº 11.090/2005 - MP 431/2008)

**GDAPA** - Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário

Instituída, a partir de 1º de abril de 2002, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário - GDAPA, devida aos servidores ocupantes dos cargos de Engenheiro Agrônomo, pertencentes ao Quadro de Pessoal do INCRA, que integrarem a Carreira de Perito Federal Agrário, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no INCRA. (art. 5º da Lei nº 10.550/2002 e art. 71 da Lei nº 12.702/2012)

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a oitenta pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da MP 431/2008)

(**) A GDAPA será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo III da Lei nº 10.550/2002 (alteração dada Lei nº 11.784/2008)

A pontuação referente à GDAPA será assim distribuída:

I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e
II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional.

(***) Aposentado GDAPA art. 9º da Lei nº 10.550/2002 (art. 36. da Lei nº 11.784/2008)

(****) Opção da GDAPA - aposentado/pensionista arts. 5º a 9º da Lei nº 13.371, de 2016.

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92
Lei nº 8.460 de 17.09.1992
Medida Provisória nº 1.587-7 de 05.03.98
Lei nº 9.651 de 27.05.98
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98
Lei nº 10.331 de 18.12.2001
Medida Provisória nº 47 de 26.06.2002
Lei nº 10.550 de 13.11.2002
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Decreto nº 5.009 de 08.03.2004
Lei nº 10.888 de 24.06.2004
Medida Provisória nº 216 de 23.09.2004
Medida Provisória nº 224 de 21.10.2004 art. 6
Lei nº 11.034 de 22.12.2004 art. 6
Lei nº 11.090 de 07.01.2005 art. 1 ao art. 26

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005
Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 35
Lei nº 11.784 de 22.09.2008
Medida Provisória nº 441 de 22.08.2008 art.223
Lei nº 11.907 de 02.02.2009 - art. 223
Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 72
Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 71
Medida Provisória nº 632 de 24.12.2013
Medida Provisória nº 650 de 30.06.2014
Lei nº 13.034 de 28.10.2014 art. 4º
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 68
Lei nº 13.371 de 14.12.2016 art. 2º
### Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

#### Nível Superior - 20 h

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDMINCRA</th>
<th>TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### Nível Superior - 40 h

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDMINCRA</th>
<th>TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

**38. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA**

Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário

* Cargo: Médico do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, de que trata a Lei nº 11.090, de 2005.

* Cargo: Médico Veterinário do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, de que trata a Lei nº 11.090, de 2005.
Jornada de Trabalho de Médico e Médico Veterinário é de: 20 horas

**Nível Superior - 20 h** - A jornada de trabalho dos ocupantes dos cargos de Médico e Médico Veterinário, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o art. 40 da Lei nº 12.702/2012 é de 20 (vinte) horas semanais. (§ 1º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

**Nível Superior - 40 h** - Os ocupantes dos cargos efetivos de que trata o art. 41 da Lei nº 12.702/2012 poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira. (§§ 2º e 3º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

* Os titulares do cargo de nível superior do Quadro de Pessoal do INCRA, a que se refere a Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, e alcançados pelo Anexo V da Lei nº 9.367, de 16 de dezembro de 1996, poderão optar pela efetivação do enquadramento do respectivo cargo no Plano de Carreira a que se refere o art. 1º da Lei nº 11.090/2005, mantidas as denominações e atribuições (art. 2º da Lei nº 11.090/2005)

**INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

**Vb - Vencimento Básico**

- **VB - de 20 h e 40 h** (Anexo XLV à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)

**GDM-INCRa - Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas** do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005

Fica instituída, a partir de 1º de julho de 2012, a GDM-INCRa devida, exclusivamente, aos servidores ocupantes do cargo de Médico e Médico Veterinário, quando em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no órgão ou entidade de lotação.

(****) A GDM-INCRa será processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho a que faz jus, no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(****) A GDM-INCRa terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes, padrões e jornada de trabalho, ao valor estabelecido no Anexo XLV à Lei nº 12.702/2012.

A pontuação máxima da GDM-INCRa será assim distribuída: I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional. (ver §4º até §17 da Lei nº 12.702/2012)

As Gratificações de Desempenho de Atividade Médica de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 serão atribuídas em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos para as gratificações de desempenho que os servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 percebiam na data de publicação desta Lei, inclusive para fins de incorporação dela aos proventos de aposentadoria e pensões, até que seja editado ato que regulamente os critérios e procedimentos específicos para as referidas gratificações. (§ 2º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

(****) Aposentado - A mudança da gratificação de desempenho atualmente percebida pelos servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 para as Gratificações de Desempenho de Atividade Médica do respectivo Plano de Cargos ou Carreira ou Quadro de Pessoal não representa descontinuidade de sua percepção para efeito de aposentadoria e ciclo de avaliação de desempenho. (§ 1º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

(****) Opção da GDM-INCRa - aposentado/pensionista. A opção de que tratam os arts. 29 e 30 da Lei nº 13.326/16 somente será válida com a assinatura de termo de opção, na forma do Anexo XXX da Lei nº 13.326/2016, que incluirá a expressa concordância do servidor, do aposentado ou do pensionista (art. 28 da Lei nº 13.326 de 29.07.2016).

**Legislações Correspondentes:**

- Lei nº 7.231 de 23.10.1984
- Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 31
- Lei nº 8.112 de 11.12.1990
- Medida Provisória nº 441 de 22.08.2008 art.225
- Lei Delegada nº 13 de 27.08.92
- Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 21
- Medida Provisória nº 417 de 29.07.2016 art. 94
- Lei nº 10.550 de 13.11.2002
- Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 21
- Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 31
- Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
- Medida Provisória nº 1269 de 20.04.2005
- Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 94
- Decreto nº 5.580 de 10.11.2005
- Medida Provisória nº 1269 de 20.04.2005
- Medida Provisória nº 1269 de 20.04.2005

---

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
# 38. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário

Cargo: Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário - INCRA

Cargo: Analista Administrativo - INCRA

* Cargo de Nível Superior do Quadro de Pessoal do INCRA (art. 2º da Lei nº 11.090/2005) - INCRA

---

### Nível Superior

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDARA</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDA RA</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts. (**)</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>50 pts</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D=(A+B)</td>
<td>E=(A+B+D)</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>SPECIAL</strong></td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>3.851,57</td>
<td>5.981,60</td>
<td>7.477,00</td>
<td>9.833,17</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>3.739,38</td>
<td>5.686,40</td>
<td>7.108,00</td>
<td>9.425,78</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>3.630,47</td>
<td>5.405,60</td>
<td>6.757,00</td>
<td>9.036,07</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>C</strong></td>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>3.424,97</td>
<td>4.913,60</td>
<td>6.142,00</td>
<td>8.338,57</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>3.325,21</td>
<td>4.671,20</td>
<td>5.839,00</td>
<td>7.996,41</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>3.228,36</td>
<td>4.440,00</td>
<td>5.550,00</td>
<td>7.668,36</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>3.134,33</td>
<td>4.220,00</td>
<td>5.275,00</td>
<td>7.354,33</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>B</strong></td>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>2.956,92</td>
<td>3.836,80</td>
<td>4.796,00</td>
<td>6.793,72</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>2.870,80</td>
<td>3.647,20</td>
<td>4.559,00</td>
<td>6.516,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>2.787,18</td>
<td>3.467,20</td>
<td>4.334,00</td>
<td>6.254,38</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>2.706,00</td>
<td>3.296,00</td>
<td>4.120,00</td>
<td>6.002,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>A</strong></td>
<td></td>
<td>V</td>
<td>2.552,83</td>
<td>3.080,00</td>
<td>3.850,00</td>
<td>5.632,83</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>2.478,48</td>
<td>2.927,20</td>
<td>3.659,00</td>
<td>5.405,68</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>2.406,29</td>
<td>2.782,40</td>
<td>3.478,00</td>
<td>5.188,69</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>2.336,20</td>
<td>2.644,80</td>
<td>3.306,00</td>
<td>4.981,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>2.268,16</td>
<td>2.513,60</td>
<td>3.142,00</td>
<td>4.781,76</td>
</tr>
</tbody>
</table>

---

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios N° 73

352
Os titulares do cargo de nível superior do Quadro de Pessoal do INCRA, a que se refere a Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, e alcançados pelo Anexo V da Lei nº 9.367, de 16 de dezembro de 1996, poderão optar pela efetivação do enquadramento do respectivo cargo no Plano de Carreira a que se refere o art. 1º da Lei nº 11.090/2005, mantidas as denominações e atribuições. (art. 2º da Lei nº 11.090/2005)

**INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

**VB** - Vencimento Básico (Anexo II da Lei nº 11.090/2005 - Lei nº 11.784/2008)

**GDARA** - Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária

( *) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a oitenta pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784/2008)

( *) A GDARA será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V da Lei nº 11.090/2005 (Lei nº 11.784/2008)

Apontuação a que se refere a GDARA será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados da avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional.

( ** ) Aposentado GDARA art. 22 da Lei nº 11.090/2005 (art. 32º da Lei nº 11.784/2008)

( * ) Opção da GDARA - aposentado/pensionista. A opção de que tratam os arts. 29 e 30 da Lei nº 13.326/16 somente será válida com a assinatura de termo de opção, na forma do Anexo XXX da Lei nº 13.326/2016, que incluirá a expressa concordância do servidor, do aposentado ou do pensionista (art. 28 da Lei nº 13.326 de 29.07.2016).

Legislações Correspondentes:

- Lei nº 5.645 de 10.12.1970
- Lei nº 7.231 de 23.10.1984
- Lei nº 8.112 de 12.11.1990
- Lei Delegada nº 13 de 27.08.92
- Lei nº 10.550 de 13.11.2002
- Lei nº 10.698 de 02.07.2003
- Medida Provisória nº 216 de 23.09.2004
- Medida Provisória nº 224 de 21.10.2004 art. 6 e art 7
- Lei nº 11.034 de 22.12.2004 art. 7
- Lei nº 11.090 de 07.01.2005 art. 1 ao art 26
- Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005
- Decreto nº 5.580 de 10.11.2005
- Medida Provisória nº 262 de 29.03.2007
- Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 31
- Lei nº 11.784 de 22.09.2008
- Medida Provisória nº 441 de 22.08.2008 art.225
- Lei nº 11.907 de 02.02.2009 - art. 225
- Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 21
- Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
- Decreto nº 12.269 de 21.06.2010
- Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 94
- Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 91
- Lei nº 12.808 de 08.05.2013
- Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 75
- Lei nº 13.326 de 29.07.2016 art. 2 e arts. 28 a 32
### 38. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

**Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário**

* Cargo: Técnico Administrativo - INCRA
* Cargo: Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário - INCRA

*Cargos de Nível Intermediário do Quadro de Pessoal do INCRA (art. 2º da Lei nº 11.090/2005) - INCRA*

---

#### Nível Intermediário

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>ATIVO</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>GDARA</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts. (')</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

---

*Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73*
**INCRÁ - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**VB - Vencimento Básico (Anexo II à Lei no 11.090, de 7 de janeiro de 2005)

**GDARA - Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a oitenta pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784/2008)

(*) A GDARA será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V da Lei nº 11.090/2005 (Lei nº 11.784/2008)

A pontuação a que se refere a GDARA será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados da avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional.

(**) Aposentado GDARA art. 22 da Lei nº 11.090/2005 (art. 32 da Lei nº 11.784/2008)

(*** Opção da GDARA - aposentado/pensionista . A opção de que tratam os arts. 29 e 30 da Lei nº 13.326/16 somente será válida com a assinatura de termo de opção, na forma do Anexo XXX da Lei nº 13.326/2016, que incluirá a expressa concordância do servidor, do aposentado ou do pensionista (art. 28 da Lei nº 13.326 de 29.07.2016).

Legislações Correspondentes:

- Lei nº 5.645 de 10.12.1970
- Lei nº 7.231 de 23.10.1984
- Lei nº 8.112 de 11.12.1990
- Lei Delegada nº 13 de 27.08.92
- Lei nº 10.550 de 13.11.2002
- Lei nº 10.698 de 02.07.2003
- Medida Provisória nº 216 de 23.09.2004
- Medida Provisória nº 224 de 21.10.2004 art. 6 e art 7
- Lei nº 11.034 de 22.12.2004 art. 7
- Lei nº 11.090 de 07.01.2005 art. 1 ao art. 26
- Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005
- Decreto nº 5.580 de 10.11.2005
- Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
- Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 31
- Lei nº 11.784 de 22.09.2008
- Medida Provisória nº 441 de 22.08.2008 art. 225
- Lei nº 11.907 de 02.02.2009 - art. 225
- Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 21
- Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
- Lei nº 12.269 de 21.06.2010
- Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 94
- Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 91
- Lei nº 12.808 de 08.05.2013
- Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 75
- Lei nº 13.326 de 29.07.2016 art. 2 e arts. 28 a 32
### 38. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário

* Cargo de Nível Auxiliar do Quadro de Pessoal do INCRA (art. 2º da Lei nº 11.090/2005)- INCRA

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDARA</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDARA</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>50 pts</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>(*)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D=(A+B)</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>1.327,46</td>
<td>1.260,80</td>
<td>1.576,00</td>
<td>2.588,26</td>
<td>2.903,46</td>
<td>788,00</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>1.303,98</td>
<td>1.250,40</td>
<td>1.563,00</td>
<td>2.554,38</td>
<td>2.866,98</td>
<td>781,50</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>1.280,92</td>
<td>1.238,40</td>
<td>1.548,00</td>
<td>2.519,32</td>
<td>2.828,92</td>
<td>774,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Cláusula (**)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>PADRÃO</td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Posição: janeiro/2017

---

**Elaborado:** CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios N° 73

356
Os titulares do cargo de nível auxiliar do Quadro de Pessoal do INCRA, a que se refere a Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, e alcançados pelo Anexo V da Lei nº 9.367, de 16 de dezembro de 1996, poderão optar pela efetivação do enquadramento do respectivo cargo no Plano de Carreira a que se refere o art. 1º da Lei nº 11.090/2005, mantidas as denominações e atribuições.(art. 2º da Lei nº 11.090/2005)

**INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**

**VB - Vencimento Básico (Anexo II da Lei nº 11.090/2005 - Lei nº 11.784/2008)**

**GDARA - Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária**

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a oitenta pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784/2008)

(*) A GDARA será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V da Lei nº 11.090/2005 (Lei nº 11.784/2008)

Apontuação a que se refere a GDARA será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados da avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional.

(**) Opção da GDARA - aposentado/pensionista. A opção de que tratam os arts. 29 e 30 da Lei nº 13.326/16 somente será válida com a assinatura de termo de opção, na forma do Anexo XXX da Lei nº 13.326/2016, que incluirá a expressa concordância do servidor, do aposentado ou do pensionista (art. 28 da Lei nº 13.326 de 29.07.2016).

**Legislações Correspondentes:**

- Lei nº 5.645 de 10.12.1970
- Lei nº 7.231 de 23.10.1984
- Lei nº 8.112 de 11.12.1990
- Lei Delegada nº 13 de 27.08.92
- Lei nº 10.550 de 13.11.2002
- Lei nº 10.698 de 02.07.2003
- Medida Provisória nº 216 de 23.09.2004
- Medida Provisória nº 224 de 21.10.2004 art. 6 e art 7
- Lei nº 11.034 de 22.12.2004 art. 7
- Lei nº 11.090 de 07.01.2005 art. 1 ao art. 26
- Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005
- Decreto nº 5.580 de 10.11.2005
- Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
- Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 31
- Lei nº 11.784 de 22.09.2008
- Medida Provisória nº 441 de 22.08.2008 art. 225
- Lei nº 11.907 de 02.02.2009 - art. 225
- Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 21
- Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
- Lei nº 12.269 de 21.06.2010
- Medida Provisória nº 588 de 11.05.2012 art. 94
- Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 91
- Lei nº 12.808 de 08.05.2013
- Lei nº 13.326 de 29.07.2016 art. 2 e arts. 28 a 32
- Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 75
## Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classe</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>V8</th>
<th>GDA/E</th>
<th>ATIVO</th>
<th>APOSENTO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>GDA</td>
<td></td>
<td></td>
<td>GDA</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>60 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td></td>
<td>60 pts.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

| Posição: janeiro/2017 |

| Carreira de Pesquisa e Desenvolvimento de Informações e Avaliações Educacionais |
| Cargo: Pesquisador-Tecnólogo em Informações e Avaliações Educacionais - INEP |

### Nível Superior

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>V8</th>
<th>GDA/E</th>
<th>ATIVO</th>
<th>APOSENTO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>GDA</td>
<td></td>
<td></td>
<td>GDA</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>60 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td></td>
<td>60 pts.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>RT</strong> - Retribuição por Titulação</th>
<th>Espéc.</th>
<th>Mestrado</th>
<th>Doutorado</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

| Posição: janeiro/2017 |

| Carreira de Pesquisa e Desenvolvimento de Informações e Avaliações Educacionais |
| Cargo: Pesquisador-Tecnólogo em Informações e Avaliações Educacionais - INEP |

### Nível Superior

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>V8</th>
<th>GDA/E</th>
<th>ATIVO</th>
<th>APOSENTO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>GDA</td>
<td></td>
<td></td>
<td>GDA</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>60 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td></td>
<td>60 pts.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>RT</strong> - Retribuição por Titulação</th>
<th>Espéc.</th>
<th>Mestrado</th>
<th>Doutorado</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

| Posição: janeiro/2017 |

| Carreira de Pesquisa e Desenvolvimento de Informações e Avaliações Educacionais |
| Cargo: Pesquisador-Tecnólogo em Informações e Avaliações Educacionais - INEP |

### Nível Superior

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>V8</th>
<th>GDA/E</th>
<th>ATIVO</th>
<th>APOSENTO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>GDA</td>
<td></td>
<td></td>
<td>GDA</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>60 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td></td>
<td>60 pts.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>RT</strong> - Retribuição por Titulação</th>
<th>Espéc.</th>
<th>Mestrado</th>
<th>Doutorado</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

| Posição: janeiro/2017 |

| Carreira de Pesquisa e Desenvolvimento de Informações e Avaliações Educacionais |
| Cargo: Pesquisador-Tecnólogo em Informações e Avaliações Educacionais - INEP |

### Nível Superior

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>V8</th>
<th>GDA/E</th>
<th>ATIVO</th>
<th>APOSENTO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>GDA</td>
<td></td>
<td></td>
<td>GDA</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>60 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td></td>
<td>60 pts.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>RT</strong> - Retribuição por Titulação</th>
<th>Espéc.</th>
<th>Mestrado</th>
<th>Doutorado</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

| Posição: janeiro/2017 |

| Carreira de Pesquisa e Desenvolvimento de Informações e Avaliações Educacionais |
| Cargo: Pesquisador-Tecnólogo em Informações e Avaliações Educacionais - INEP |
**INPE** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Fica estruturada, para exercício exclusivo no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEPE, a Carreira de Pesquisa e Desenvolvimento de Informações e Avaliações Educacionais, composta de cargos de Pesquisador-Tecnologista em Informações e Avaliações Educacionais, de nível superior, com atribuições voltadas às atividades especializadas de produção, análise e disseminação de dados e informações de natureza estatística, bem como ao planejamento, supervisão, orientação, coordenação e desenvolvimento de estudos e pesquisas educacionais em todos os níveis e modalidades de ensino e do desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliações educacionais, bem como de sistemas de informação e documentação que abranjam todos os níveis e modalidades de ensino. (art. 53 da Lei 11.357/2006)

**VB** - Vencimento Básico - (Anexo XX-F à Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006)

**GDIAE** - Gratificação de Desempenho de Atividades Especializadas e Técnicas de Informações e Avaliações Educacionais (Anexo XX-V à Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006)

A GDIAE não poderá ser paga cumulativamente com qualquer outra gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade, independente da sua denominação ou base de cálculo. (Incluído pela Lei nº 11.907, de 2009)- art. 62-H da Lei nº 11.357/2012

(*) A GDIEA será paga observado o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor e o limite máximo de 100 (cem) pontos por servidor, assim distribuídos: (Redação dada pela Lei nº 11.907, de 2009) (Anexo XX-V à Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006)

I - até 20 (vinte) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e (Incluído pela Lei nº 11.907, de 2009)

II - até 80 (oitenta) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional. (Incluído pela Lei nº 11.907, de 2009)

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outro afastamento sem direito à percepção da GDIAE, no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos. (Incluído pela Lei nº 11.907, de 2009) - §2º do art. 62-B da Lei nº 11357/2012

**Promoção por Capacitação** - carga horária mínima conforme Anexo XXV-Ad Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006

**RT** - Instituída, a partir de 1º de julho de 2008, a Retribuição por Titulação - RT, a ser concedida aos titulares dos cargos referidos no inciso I do caput do art. 53 da Lei nº 11.357/2012 e aos titulares de cargos de nível superior do Plano Especial de Cargos do Inep (Lei nº 11.907, de 2009 e art. 63 da Lei nº 11.357/2012).

(*) RT - Retribuição por Titulação - servidores de nível superior, portadores de títulos de Doutor, Mestre ou de especialização (Espec), conforme Anexo XX-V à Lei nº 11.357, de 19.10.2006

(**) Aposentado: GDIAE - art. 62-F da Lei nº 11.357/06

(**) Aposentado - RT - a RT somente integrará os proventos de aposentadorias e as pensões quando os certificados considerados para a sua concessão tiverem sido obtidos até a data em que se deu a aposentadoria ou a instituição da pensão (art. 63 da Lei nº 11.357/06 e Lei nº 11.907, de 2009)

O disposto no art. 53-A da Lei nº 11.357/2006 aplica-se aos aposentados e pensionistas. (**) Opção da GDIAE - aposentado/pensionista arts. 14 ao 18 da Lei nº 13.325, de 2016. A opção de que tratam os arts. 15 e 16 da Lei nº 13.325, de 2016 somente será válida com a assinatura de termo de opção na forma do Anexo XXVII a Lei nº 13.325, de 2016, que incluirá a expressa concordância do servidor, do aposentado ou do pensionista (item I, II e II do art. 18 da Lei nº 13.325, de 2016).

**Legislações Correspondentes:**

Lei nº 10.698 de 02.07.2003  
Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006  
Lei nº 11.357 de 19.10.2006  
Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15  
Decreto nº 6.069 de 27.03.2007  
Lei nº 11.490 de 20.06.2007  
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008  
Lei nº 11.907 de 02.02.2009  
Decreto nº 7.133 de 19.03.2010  
Medida Provisória nº 568 de 11/05/2012 art. 37 e 38
<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Intermediário</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>CLASSE PADRÃO</strong></td>
<td><strong>GDIAE</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>60 pts.</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>(*)</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>ATIVO</strong></td>
<td><strong>TOTAL (em R$)</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>Sem GQ</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>IV</strong></td>
<td>3.329,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>II</strong></td>
<td>3.296,04</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>I</strong></td>
<td>3.263,41</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>C</strong></td>
<td>3.310,02</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>B</strong></td>
<td>3.074,28</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>A</strong></td>
<td>3.043,84</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>V</strong></td>
<td>3.013,70</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>II</strong></td>
<td>2.983,86</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>I</strong></td>
<td>2.869,09</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>A</strong></td>
<td>2.758,74</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>IV</strong></td>
<td>2.652,64</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>II</strong></td>
<td>2.550,62</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>I</strong></td>
<td>2.452,51</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>I</strong></td>
<td>2.358,19</td>
</tr>
</tbody>
</table>
**INPE** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Fica estruturada, para exercício exclusivo no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INPE, a Carreira de Suporte Técnico em Informações Educacionais, composta de cargos de Técnico em Informações Educacionais, de nível intermédio, com atribuições voltadas ao suporte, produção e apoio técnico especializado às atividades de planejamento, orientação e coordenação do desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliações educacionais, bem como de sistemas de informação e documentação que abrangam a produção, análise e disseminação de dados e informações de natureza estatística e pesquisas educacionais em todos os níveis e modalidades de ensino. (art. 53 da Lei n.º 11.357/2006)

**GB** - Vencimento Básico - Anexo XXI-F à Lei n.º 11.357, de 19 de outubro de 2006

**GDIAE** - Gratificação de Desempenho de Atividades Especializadas e Técnicas de Informações e Avaliações Educacionais (Anexo XXV-B à Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006)

A GDIAE não poderá ser paga cumulativamente com qualquer outra gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo. (Incluído pela Lei n.º 11.907, de 2009) - art. 62-H da Lei n.º 11.357/2012

(*) A GDIAE será paga observado o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor e o limite máximo de 100 (cem) pontos por servidor, assim distribuídos: (Redação dada pela Lei n.º 11.907, de 2009) (Anexo XXV-B à Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006)

I - até 20 (vinte) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e (Incluído pela Lei n.º 11.907, de 2009)

II - até 60 (sesenta) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional. (Incluído pela Lei n.º 11.907, de 2009)

(*) (**) Aposentado - GQ

Quando em efetivo exercício do cargo (art. 87º do Decreto n.º 7.922/2013)

Promoção por Capacitação - carga horária mínima conforme Anexo XXV-A da Lei n.º 11.357, de 19 de outubro de 2006

(*) Aposentado - GQ

Gratificação de Qualificação - Anexo XXV-E da Lei n.º 11.357, de 19 de outubro de 2006 (Anexo LXXIX da MP 441/08)

GQ instituída pelo art. 63-A da Lei n.º 11.357, de 2006, concedida aos titulares do cargo de nível intermédio de Técnico em Informações Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INPE, e aos titulares dos cargos de nível intermédio do Plano Especial de Cargos do Inep de que trata a Lei n.º 11.357, de 2006 (inciso XIV do art. 1º do Decreto nº 7.922/2013). A GQ dos titulares dos cargos de que trata o inciso XIV do art. 1º do Decreto 7.922/2013 (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP) será paga aos servidores que a ela fizerem jus em conformidade com o padrão de vencimento básico, classe de capacitação e qualificação comprovada, observado o disposto no Capítulo IX do Decreto nº 7.922/2013, quando em efetivo exercício do cargo. (Lei n.º 11.357, de 2006)

É vedada a acumulação de diferentes níveis de GQ e a acumulação desta GQ com qualquer adicional ou gratificação que tenha como fundamento a qualificação profissional ou a titulação. (art. 86º do Decreto n.º 7.922/2013)


(*) (**) Aposentado - GDIAE - art. 62-F da Lei n.º 11.357/06

(*** Aposentado - GQ - A perceção da GQ nos proventos de aposentadoria e pensões observará a legislação de criação da respectiva gratificação e os regramentos previdenciários aplicáveis a cada servidor. (art. 87º do Decreto nº 7.922/2013)

(**** Aposentado - GQ - A GQ somente integrará os cálculos de proventos de aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004 ou no caso daquelas concedidas com fulcro no disposto nos arts. 3º, 6º ou 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, (§º do art. 63-A da Lei n.º 11.357/2006). Às aposentadorias e pensões que não se enquadrem nas hipóteses do §º do art. 49 da Lei n.º 11.357/2006 serão aplicados, conforme o caso, o disposto na Lei n.º 10.887, de 18 de junho de 2004, ou na Lei n.º 12.618, de 30 de abril de 2012. (§º do art. 63-A da Lei n.º 11.357/2006 - art. 11 da Lei n.º 13.325/2016).

O disposto no art. 53-A da Lei n.º 11.357/2006 aplica-se aos aposentados e pensionistas.

(**** Opção da GDIAE - aposentado/pensionista arts. 14 ao 18 da Lei n.º 13.325, de 2016. A opção de que trata os arts. 15 e 16 da Lei n.º 13.325, de 2016 somente será válida com a assinatura de termo de opção na forma do Anexo XXVI da Lei n.º 13.325, de 2016, que incluirá a expressa concordância do servidor, do aposentado ou do pensionista (item I, II e III do art. 18 da Lei n.º 13.325, de 2016).

**Legislações Correspondentes:**

Lei n.º 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória n.º 304 de 29.06.2006

Lei n.º 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória n.º 341 de 29.12.2006 art. 15

Decreto n.º 6.069 de 27.03.2007

Lei n.º 11.490 de 20.06.2007

Medida Provisória n.º 441 de 29.08.2008

Lei n.º 11.907 de 02.02.2009

Decreto n.º 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória n.º 568 de 11/05/2012 art. 37 e 38

Lei n.º 12.702 de 07.08.2012

Lei n.º 12.772 de 28.12.2012 art. 46

Decreto nº 7.922 de 18.02.2013

Lei n.º 13.326 de 29.07.2016 art. 81

Lei n.º 13.325 de 29.07.2016 art. 11 ao art. 13
39. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS - INEP

Plano Especial de Cargos do INEP - PECINEP
CARGO DE NÍVEL SUPERIOR DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO INEP - PECINEP

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PÁRIO</th>
<th>VB</th>
<th>GDINEP 80 pts.</th>
<th>*RT - Remuneração por Titulação</th>
<th>ATIVO TOTAL (em R$) 80 pts.</th>
<th>*RT - Remuneração por Titulação</th>
<th>ATIVO TOTAL (em R$) 100 pts.</th>
<th>GDINEP 50 pts.</th>
<th>APOSENTADO TOTAL (em R$) 50 pts.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

**TOTAL (em R$) 80 pts.**

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios N° 73

362
Os servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo de que trata o caput do art. 53-A da Lei n° 11.357/2006 serão enquadrados no Pecinеп de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme Anexo XXIV da Lei n° 11.357/2006.


Os servidores ocupantes de cargos de direção e consistência, e os equivalentes, dos Planos de Carreiras e Cargos, distribuídos para o Instituto Nacional de Pesquisas Educativas Anísio Teixeira - INEP, serão enquadrados de acordo com a tabela encontrada no Anexo XXV-A à Lei n° 11.357/2006, conforme Anexo XXIV da Lei n° 11.357/2006.

A GDINEP não poderá ser paga cumulativamente com qualquer outra gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo. (Incluído pela Lei n° 11.907, de 2009) - art. 62 da Lei n° 11.357/2006

(*) A GDINEP será paga observado o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor e limite máximo de 100 (cem) pontos por servidor, assim distribuídos: (Redação dada pela Lei n° 11.907, de 2009) - Anexo XX-V-C à Lei n° 11.357, de 19 de outubro de 2006.

I - até 20 (vinte) pontos serão atribuídos em função do resultado obtido na avaliação de desempenho individual e (Incluído pela Lei n° 11.907, de 2009)

II - até 80 (oitenta) pontos serão atribuídos em função do resultado obtido na avaliação de desempenho institucional. (Incluído pela Lei n° 11.907, de 2009)

Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surgir efetivo financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outro afastamento sem direito à percepção à GDINEP, no decorso do ciclo de avaliação receberão a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos. (Incluído pela Lei n° 11.907, de 2009) - § 2º do art. 62-B da Lei n° 11.357/2012

RT - Retribuição por Titulação - é a concessionária aos titulares de cargos de provimento efetivo no inciso I do caput do art. 53 da Lei n° 11.357/2006 e aos titulares de cargos de nível superior do Plano Especial de Cargos do INEPI - PECINEP, de que trata a Lei n° 11.357, de 19 de outubro de 2006.

- Instituição, apartir de 1º de julho de 2008, a Retribuição por Titulação - RT, a ser concedida aos titulares de cargos referidos no inciso I do caput do art. 53 da Lei n° 11.357/2012 e aos titulares de cargos de nível superior do Plano Especial de Cargos do INEPI - PECINEP, de que trata a Lei n° 11.357, de 19 de outubro de 2006.

RT - Retribuição por Titulação - será concedida aos titulares de cargos de nível superior, portadores de títulos de Doutor, Mestre ou de Especialização, conforme Anexo XXV-D à Lei n° 11.357, de 19.10.2006.

- Aposentado/GDINEP - art. 62-F da Lei n° 11.357/2006

(*) Aposentado/ GDINEP - RT a somente integralizam os proventos de aposentadorias e pensões quando os servidores considerados para a sua concessão tiverem sido obtidos até a data em que se deu a aposentadoria ou a instituição da pensão. (Redação dada pela Lei n° 11.907, de 2009)

O disposto no art. 53-A da Lei n° 11.357/2006 aplica-se aos aposentados e pensionistas.


A opção de que tratam os art. 15 e 16 da Lei n° 13.325, de 2016 somente será válida com a assinatura de termo de opção na forma do Anexo XXVI da Lei n° 13.325, de 2016, que incluirá a expressa concordância do servidor, do aposentado ou da pensão (item I, II e III do art. 18 da Lei n° 13.325, de 2016).

Legislações Correspondentes:

- Lei Delegada n° 13 de 27.08.92
- Lei n° 8.622 de 19.01.93
- Lei n° 8.645 de 04.03.93
- Lei n° 8.653 de 27.05.93
- Lei n° 8.676 de 13.07.93 art. 4º
- Lei n° 8.880 de 27.05.94
- Portaria MARE n° 2.179 de 28.07.98
- Medida Provisória n° 2.225-45 de 04.09.2001
- Lei n° 10.331 de 18.12.2001
- Lei n° 10.404 de 09.01.2002
- Decreto n° 4.247 de 22.05.2002
- Medida Provisória n° 2.106 de 22.05.2002
- Portaria n° 363 de 21.06.2002
- Decreto n° 4.468 de 13.11.2002
- Portaria n° 29 de 29.08.2002
- Portaria n° 442 de 31.10.2002
- Medida Provisória n° 658 de 27.05.93
- Medida Provisória n° 698 de 02.07.2003
- Medida Provisória n° 10.698 de 02.07.2003
- Medida Provisória n° 11.971 de 25.11.2004
- Medida Provisória n° 248 de 20.04.2005
- Medida Provisória n° 304 de 29.06.2006
- Lei n° 11.357 de 19.10.2006
- Medida Provisória n° 341 de 29.12.2006 art. 15
- Decreto n° 6.069 de 27.03.2007
- Lei n° 11.490 de 20.06.2007

** Elaborado:CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73 **
### Nível Intermediário

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDINEP 80 pts.</th>
<th>GDINEP 100 pts.</th>
<th><em>GQ</em> - Gratificação de Qualificação</th>
<th>ATIVO TOTAL (em R$) - 80 pts</th>
<th>ATIVO TOTAL (em R$) - 100 pts</th>
<th>ATIVO TOTAL (em R$) - 50 pts</th>
<th>GDINEP APOSENTADO</th>
<th>( * )</th>
<th>( * )</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>D</td>
<td>IV</td>
<td>2.935,54</td>
<td>2.773,60</td>
<td>3.467,00</td>
<td>715,61</td>
<td>5.709,14</td>
<td>6.424,75</td>
<td>6.402,54</td>
<td>7.118,15</td>
<td>1.733,50</td>
<td>4.669,04</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>2.864,50</td>
<td>2.772,00</td>
<td>3.465,00</td>
<td>700,10</td>
<td>5.636,50</td>
<td>6.336,60</td>
<td>6.329,50</td>
<td>7.029,60</td>
<td>1.732,50</td>
<td>4.597,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>2.727,54</td>
<td>2.768,80</td>
<td>3.461,00</td>
<td>670,19</td>
<td>5.496,34</td>
<td>6.166,53</td>
<td>6.188,54</td>
<td>6.858,73</td>
<td>1.730,50</td>
<td>4.458,04</td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td>IV</td>
<td>2.661,52</td>
<td>2.760,00</td>
<td>3.450,00</td>
<td>655,79</td>
<td>5.421,52</td>
<td>6.077,31</td>
<td>6.111,52</td>
<td>6.767,31</td>
<td>1.725,00</td>
<td>4.386,52</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>2.597,12</td>
<td>2.716,80</td>
<td>3.396,00</td>
<td>641,39</td>
<td>5.313,92</td>
<td>5.955,31</td>
<td>5.993,12</td>
<td>6.634,51</td>
<td>1.698,00</td>
<td>4.295,12</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>2.534,27</td>
<td>2.673,60</td>
<td>3.342,00</td>
<td>628,09</td>
<td>5.207,87</td>
<td>5.835,96</td>
<td>5.876,27</td>
<td>6.504,36</td>
<td>1.671,00</td>
<td>4.205,27</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>2.472,94</td>
<td>2.632,00</td>
<td>3.290,00</td>
<td>614,80</td>
<td>5.104,94</td>
<td>5.719,74</td>
<td>5.762,94</td>
<td>6.377,74</td>
<td>1.645,00</td>
<td>4.117,94</td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td>IV</td>
<td>2.413,10</td>
<td>2.554,40</td>
<td>3.193,00</td>
<td>601,51</td>
<td>4.967,50</td>
<td>5.569,01</td>
<td>5.608,10</td>
<td>6.207,61</td>
<td>1.596,50</td>
<td>4.009,60</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>2.354,70</td>
<td>2.504,00</td>
<td>3.130,00</td>
<td>588,22</td>
<td>4.858,70</td>
<td>5.446,92</td>
<td>5.484,70</td>
<td>6.072,92</td>
<td>1.565,00</td>
<td>3.919,70</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>2.297,72</td>
<td>2.456,00</td>
<td>3.070,00</td>
<td>576,03</td>
<td>4.753,72</td>
<td>5.329,75</td>
<td>5.367,72</td>
<td>5.943,75</td>
<td>1.535,00</td>
<td>3.832,72</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>2.242,11</td>
<td>2.411,20</td>
<td>3.014,00</td>
<td>563,84</td>
<td>4.653,31</td>
<td>5.217,15</td>
<td>5.256,11</td>
<td>5.819,95</td>
<td>1.507,00</td>
<td>3.749,11</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>2.187,85</td>
<td>2.366,40</td>
<td>2.958,00</td>
<td>551,66</td>
<td>4.554,25</td>
<td>5.105,91</td>
<td>5.145,85</td>
<td>5.697,51</td>
<td>1.479,00</td>
<td>3.666,85</td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td>IV</td>
<td>2.134,90</td>
<td>2.284,00</td>
<td>2.855,00</td>
<td>539,47</td>
<td>4.418,90</td>
<td>4.958,37</td>
<td>4.989,90</td>
<td>5.529,37</td>
<td>1.427,50</td>
<td>3.562,40</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>2.083,23</td>
<td>2.244,00</td>
<td>2.805,00</td>
<td>528,40</td>
<td>4.327,23</td>
<td>4.855,63</td>
<td>4.888,23</td>
<td>5.416,63</td>
<td>1.402,50</td>
<td>3.485,73</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>2.032,62</td>
<td>2.205,60</td>
<td>2.757,00</td>
<td>517,32</td>
<td>4.238,42</td>
<td>4.755,74</td>
<td>4.798,82</td>
<td>5.307,14</td>
<td>1.378,50</td>
<td>3.411,32</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>1.983,63</td>
<td>2.169,60</td>
<td>2.712,00</td>
<td>506,24</td>
<td>4.153,23</td>
<td>4.659,47</td>
<td>4.695,63</td>
<td>5.201,87</td>
<td>1.356,00</td>
<td>3.339,63</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>1.935,63</td>
<td>2.133,60</td>
<td>2.667,00</td>
<td>495,16</td>
<td>4.069,23</td>
<td>4.564,39</td>
<td>4.602,63</td>
<td>5.097,79</td>
<td>1.333,50</td>
<td>3.269,13</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
Elaborado:CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territoriais Nº 73

Portaria nº 29 de 28.08.2002
Portaria nº 442 de 31.10.2002
Lei nº 8.945 de 01.04.2003
Lei nº 10.068 de 02.07.2003
Lei nº 8.678 de 13.07.93 art.4º
Lei nº 11.357, de 19.06.2006
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98
Medida Provisória nº 2225 de 04.09.2001
Decreto nº 2.177 de 02.06.2002
Decreto nº 2.176 de 02.06.2002

Portaria nº 29 de 28.08.2002
Portaria nº 442 de 31.10.2002
Lei nº 10.589 de 07.06.2002 art.36
Lei nº 10.068 de 02.07.2003
Lei nº 8.678 de 13.07.93 art.4º
Lei nº 11.357, de 19.06.2006
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98
Medida Provisória nº 2225 de 04.09.2001
Decreto nº 2.177 de 02.06.2002
Decreto nº 2.176 de 02.06.2002

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Medida Provisória nº 568 de 11/05/2012
Lei nº 12.702 de 07.06.2012
Lei nº 12.772 de 28.12.2012 art.46
Lei nº 12.722 de 08.02.2013
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art.81
Lei nº 13.325 de 29.07.2016 art.10

*) O apoio à graduação do INEPE, no âmbito da国の IDIS, será a partir de 1º de março de 2006, e o Plano Geral de Cargos do INEPE (Anexo XV-C) de 19 de outubro de 2006.

A QD INEPE não poderá ser paga cumulativamente com qualquer outra gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo. (Incluída pela Lei nº 11.907, de 2009).

(*) A QD INEPE será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos por servidor, assim distribuídos: (Redação dada pela Lei nº 11.907, de 2009).

**) A QD INEPE é aplicada no âmbito da国の IDIS, entre 19 de dezembro de 2004 e 01/03/2010.

O e encerramento da existência de quaisquer remunerações por meio de gratificações de desempenho ou de outro tipo, integralmente ou parcialmente, em cumprimento ao que dispõe a Lei nº 11.907, de 2009.


A gratificação de Desempenho do Plano Especial de Cargos do INEPE (Anexo XV-C) de 19 de outubro de 2006.

A QD INEPE é aplicada em cumprimento ao que dispõe a Lei nº 11.907, de 2009.

A QD INEPE é aplicada em cumprimento ao que dispõe a Lei nº 11.907, de 2009.

A QD INEPE é aplicada em cumprimento ao que dispõe a Lei nº 11.907, de 2009.

A QD INEPE é aplicada em cumprimento ao que dispõe a Lei nº 11.907, de 2009.

A QD INEPE é aplicada em cumprimento ao que dispõe a Lei nº 11.907, de 2009.

A QD INEPE é aplicada em cumprimento ao que dispõe a Lei nº 11.907, de 2009
### 39. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS - INEP

Plano Especial de Cargos do INEP - PECINEP
Cargo de Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos do INEP - PECINEP

#### Nível Auxiliar

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDINEP</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDINEP</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>(* )</td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D=(A+B)</td>
<td>E=(A+C)</td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td>III</td>
<td>1.427,67</td>
<td>1.309,60</td>
<td>1.637,00</td>
<td>2.737,27</td>
<td>3.064,67</td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td>III</td>
<td>1.386,76</td>
<td>1.294,40</td>
<td>1.618,00</td>
<td>2.681,16</td>
<td>3.004,76</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>1.347,02</td>
<td>1.280,00</td>
<td>1.600,00</td>
<td>2.627,02</td>
<td>2.947,02</td>
</tr>
</tbody>
</table>
A GDINEP não poderá ser paga cumulativamente com qualquer outra gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo. (Incluído pela Lei n° 11.907, de 2009)- art. 62-H da Lei n° 11.357/2012

(*) A GDINEP será paga observado o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor e o limite máximo de 100 (cem) pontos por servidor, assim distribuídos:

- até 20 (vinte) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e (Incluído pela Lei n° 11.907, de 2009)
- entre 20 (vinte) e 80 (oitenta) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional. (Incluído pela Lei n° 11.907, de 2009)

Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outro afastamento sem direito à percepção à GDINEP, no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos. (Incluído pela Lei n° 11.907, de 2009) - §2º do art. 62-B da Lei n° 11357/2012

(**) Aposentado: GDINEP - art. 62-F da Lei n° 11.357/06

O disposto no art. 53-A da Lei n° 11.357/2006 aplica-se aos aposentados e pensionistas.

(**) Opção da GDINEP - aposentado/pensionista arts. 14 ao 16 da Lei n° 13.325, de 2016 - A opção de que tratam os arts. 15 e 16 da Lei n° 13.325, de 2016 somente será válida com a assinatura de termo de opção na forma do Anexo XXVI da Lei n° 13.325, de 2016, que incluirá a expressa concordância do servidor, do aposentado ou do pensionista (item I, II e II do art. 16 da Lei n° 13.325, de 2016).

Legislações Correspondentes:

- Lei Delegada n° 13 de 27.08.92
- Lei n° 8.622 de 19.01.93
- Lei n° 8.645 de 01.04.93
- Lei n° 8.659 de 27.05.93
- Lei n° 8.676 de 13.07.93 art. 4º
- Lei n° 8.880 de 27.05.94

Portaria MARE n° 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória n° 248 de 04.09.2001

Lei n° 10.331 de 18.12.2001

Lei n° 10.404 de 09.01.2002

Decreto n° 4.247 de 22.05.2002

Portaria n° 260 de 21.06.2002

Portaria n° 363 de 21.06.2002

Decreto n° 4.488 de 13.11.2002

Portaria n° 29 de 28.08.2002

Portaria n° 442 de 31.10.2002

Lei n° 10.697 de 02.07.2003

Lei n° 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória n° 198 de 15.07.2004

Lei n° 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória n° 2225 de 20.04.2005

Medida Provisória n° 304 de 29.06.2006

Lei n° 11.357 de 19.10.2006

 Decreto n° 5.441 de 29.08.2008

Lei n° 11.907 de 02.02.2009

Decreto n° 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória n° 568 de 11/05/2012

Lei n° 12.702 de 07.08.2012 art.36


Lei n° 12.772 de 28.12.2012 art. 46

Lei n° 13.328 de 29.07.2016 art. 81

Lei n° 13.325 de 29.07.2016 art. 11 ao art. 13

Medida Provisória n° 341 de 29.12.2006 art. 15

Decreto n° 6.069 de 27.03.2007

Lei n° 11.490 de 20.06.2007
<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
<th>40. INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>CLASSE PADRÃO</td>
<td>VB</td>
<td>Classe - Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th>Sem RT</th>
<th>Aperf.</th>
<th>Mestrado</th>
<th>Doutorado</th>
<th>GQDI - Gratificação pela Qualidade do Desempenho no INMETRO</th>
<th>ATIVO - TOTAL (em R$) - 100 pts. (**) GQDI</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>/ Espec.</td>
<td></td>
<td>/ Espec.</td>
<td>/ Espec.</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>8.416</td>
<td>6.194</td>
<td>6.325</td>
<td>6.342</td>
<td>7.888</td>
<td>80 pts. (**) GQDI</td>
<td>100 pts. (*) GQDI</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>8.076</td>
<td>6.076</td>
<td>6.191</td>
<td>6.204</td>
<td>7.664</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>7.824</td>
<td>5.959</td>
<td>6.050</td>
<td>6.745</td>
<td>7.445</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>VI</td>
<td>7.313</td>
<td>5.970</td>
<td>5.810</td>
<td>5.837</td>
<td>7.074</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>7.037</td>
<td>5.491</td>
<td>5.678</td>
<td>5.705</td>
<td>6.873</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>6.770</td>
<td>5.386</td>
<td>5.549</td>
<td>5.581</td>
<td>6.676</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>VI</td>
<td>5.548</td>
<td>4.780</td>
<td>4.974</td>
<td>5.001</td>
<td>5.820</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>5.304</td>
<td>4.690</td>
<td>4.862</td>
<td>4.993</td>
<td>5.654</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>5.127</td>
<td>4.600</td>
<td>4.751</td>
<td>4.762</td>
<td>5.493</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>4.871</td>
<td>4.515</td>
<td>4.645</td>
<td>4.661</td>
<td>5.337</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>4.682</td>
<td>4.426</td>
<td>4.540</td>
<td>4.561</td>
<td>5.186</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>4.506</td>
<td>4.344</td>
<td>4.437</td>
<td>4.464</td>
<td>5.037</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

Os atuais servidores ocupantes dos cargos das carreiras do Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia, estruturado pela Lei nº 8.691, de 1993, do Quadro de Pessoal do INMETRO, serão enquadrados nas carreiras e cargos referidos no art. 50 da MP 301/2006, o enquadramento dar-se-á mediante opção irretratável pelo servidor conforme art. 64 da MP 301/2006.

Os servidores titulares de cargos efetivos do Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 1993 poderão, no prazo máximo de até trinta dias, contados a partir da publicação da MP 301/2006, requerer o seu reenquadramento no cargo anteriormente ocupado, mantida a sua denominação.(art. 153 da MP 301/2006)

A partir do reenquadramento de que trata o caput do art. 153 da MP 301/2006, o servidor deixará de perceber as vantagens referentes às Carreiras da área de Ciência e Tecnologia, previstas na Lei nº 8.691, de 1993 e na MP 2.229-43/2001, somente fazendo jus às vantagens do cargo que voltar a ocupar.

Opp. art. 64 e art. 153 da MP 301/2006

**GQDI - Gratificação pela Qualidade do Desempenho no INMETRO**

A pontuação referente a GQDI será assim distribuída:

I - até sessenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual;

II - até quarenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GQDI no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(++) A GQDI será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XI-A da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XI-B da MP 441/08)

Até que seja publicado o ato a que se refere o § 5º do art. 61 da Lei nº 11.355/06 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GQDI deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de GQDI.

**RT - Retribuição por Titulação**

- Servidores que sejam detentores do título de Doutor ou grau de Mestre ou sejam possuidores de certificado de conclusão, com aproveitamento, de cursos de aperfeiçoamento (aperf.) ou especialização (espec.), em conformidade com a classe padrão e titulação ou certificação comprovada, nos termos do Anexo XI-B à Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006.

(++) Aposentado: GQDI - art. 149 da Lei nº 11.355/2006 (redação dada art. 5º da Lei nº 11.490 de 20.06.07)

(++) Aposentado - RT - A RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da aposentadoria ou da instituição da pensão.

(++) Opção da GQDI - aposentado/pensionista. A opção de que tratam os arts. 29 e 30 da Lei nº 13.326/16 somente será válida com a assinatura de termo de opção, na forma do Anexo XXX da Lei nº 13.326/2016, que incluirá a expressa concordância do servidor, do aposentado ou do pensionista (art. 28 da Lei nº 13.326 de 29.07.2016).
## 40. INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO

Plano de Carreiras e Cargos do INMETRO
Cargo: isolado de provimento efetivo de Especialista em Metrologia e Qualidade Sênior - INMETRO

### Nível Superior

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>Padrão</th>
<th>VB</th>
<th>GQDI - Gratificação pela Qualidade do Desempenho no INMETRO</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GQDI</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIALISTA SÊNIOR</td>
<td>I</td>
<td>9.562,42</td>
<td>6.631,20</td>
<td>8.289,00</td>
<td>2.110,56</td>
<td>18.304,18</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**RT - Retribuição por Titulação**

*NOTA: E = (A + B + D), F = (E + C + D), G = (F + D + G)
A partir do reenquadramento de que trata o art. 153 da MP 301/2006, o servidor deixará de perceber as vantagens referentes às Carreiras da área de Ciência e Tecnologia, previstas na Lei n° 8.691, de 1993 e na MP 2.229-43/2001, somente fazendo jus às vantagens do cargo que voltar a ocupar.

**Opção:** art. 64 e art 153 da MP 301/2006

**VB** - Vencimento Básico - (Anexo XI à Lei n° 11.355, de 19 de outubro de 2006)

**GQDI** - Gratificação pela Qualidade do Desempenho no INMETRO (Anexo XI-A À Lei n° 11.355, de 19 de outubro de 2006)

A pontuação referente a GQDI será assim distribuída:

1. até sessenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual;
2. quarenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GQDI no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação nos valores correspondente a setenta pontos.

(**) A GQDI será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XI-B à Lei n° 11.355, de 19 de outubro de 2006.

Até que seja publicado o ato que se refere ao § 5º do art. 61 da Lei n° 11.355/06 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme e disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GQDI deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de VBS.

**RT** - Retribuição por Titulação - servidores de nível superior, portadores de títulos de Doutor. (Anexo XI da Lei n° 11.355/2006)

(**) Aposentado/GQDI: art. 149 da Lei n° 11.355/2006 (redação dada art. 5º da Lei n° 11.490 de 20.06.07)

(**) Aposentado/RT: será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da aposentadoria ou da instituição da pensão.

(**) Opção da GQDI - aposentado/pensionista: A opção de que tratam os arts. 29 e 30 da Lei n° 13.326/16 somente será válida com a assinatura de termo da opção, na forma do Anexo XXX da Lei n° 13.326/2016, que incluirá a expressa concordância do servidor, do aposentado ou do pensionista (art. 28 da Lei n° 13.326 de 29.07.2016).

**Legislações Correspondentes:**

**Lei n° 8.691** de 28.07.93

**Resolução nº 01** de 06.07.94

**Resolução nº 02** de 23.11.94

**Medida Provisória nº 1.625-39 de 12.12.97**

**Lei nº 19.625** de 07.04.98

**Lei nº 19.638** de 20.05.98

**Decreto nº 2.665** de 10.07.98

**Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98**

**Medida Provisória nº 2.048-26 de 29.06.2000**

**Medida Provisória nº 2.048-27 de 28.07.2000**

**Medida Provisória nº 2.048-28 de 28.08.2000**

**Medida Provisória nº 2.048-29 de 27.09.2000**

**Medida Provisória nº 2.048-30 de 26.10.2000**

**Medida Provisória nº 2.048-31 de 23.11.2000**


**Medida Provisória nº 2.048-33 de 28.12.2000**

**Medida Provisória nº 2.048-34 de 26.01.2001**

**Medida Provisória nº 2.048-35 de 23.02.2001**

**Decreto nº 3.762 de 05.03.2001**

**Medida Provisória nº 2.048-36 de 27.03.2001**

**Medida Provisória nº 2.048-37 de 26.04.2001**

**Medida Provisória nº 2.048-38 de 24.05.2001**

**Medida Provisória nº 2.048-39 de 31.05.2001**

**Medida Provisória nº 2.048-40 de 28.06.2001**

**Medida Provisória nº 2.150-41 de 27.07.2001**

**Resolução nº 01** de 06.07.94

**Resolução nº 02** de 23.11.94

**Medida Provisória nº 1.229-43 de 06.09.2001**

**Lei nº 10.331 de 18.12.2001**

**Lei nº 10.697 de 02.07.2003**

**Lei nº 10.638 de 20.05.98**

**Decreto nº 2.665 de 10.07.98**

**Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98**

**Medida Provisória nº 2.048-26 de 29.06.2000**

**Medida Provisória nº 2.048-27 de 28.07.2000**

**Medida Provisória nº 2.048-28 de 28.08.2000**

**Medida Provisória nº 2.048-29 de 27.09.2000**

**Medida Provisória nº 2.048-30 de 26.10.2000**

**Medida Provisória nº 2.048-31 de 23.11.2000**


**Medida Provisória nº 2.048-33 de 28.12.2000**

**Medida Provisória nº 2.048-34 de 26.01.2001**

**Medida Provisória nº 2.048-35 de 23.02.2001**

**Decreto nº 3.762 de 05.03.2001**

**Medida Provisória nº 2.048-36 de 27.03.2001**

**Medida Provisória nº 2.048-37 de 26.04.2001**

**Medida Provisória nº 2.048-38 de 24.05.2001**

**Medida Provisória nº 2.048-39 de 31.05.2001**

**Medida Provisória nº 2.048-40 de 28.06.2001**
<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GQDI (em R$)</th>
<th>Com 100 pontos</th>
<th>GQ - GRATIFICACAO POR QUALIFICACAO</th>
<th>TOTAL (em R$) - GQDI Sem e Com GQ</th>
<th>com 100 pts. (*)</th>
<th>GQDI com 50 pts.</th>
<th>TOTAL (em R$)</th>
<th>GQDI sem e com</th>
<th>GQ</th>
<th>com 50 pts.</th>
<th>(*)</th>
<th>(**)</th>
<th>GQDI com 50 pts.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>II</td>
<td>3.306,27</td>
<td>1.494,00</td>
<td>2.128,00</td>
<td>964,97</td>
<td>1.688,70</td>
<td>2.554,24</td>
<td>5.400,27</td>
<td>6.599,24</td>
<td>7.722,97</td>
<td>8.389,51</td>
<td>747,00</td>
<td>1.064,00</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td></td>
<td>3.744,22</td>
<td>1.669,60</td>
<td>2.467,20</td>
<td>1.260,68</td>
<td>1.891,64</td>
<td>2.622,98</td>
<td>5.236,62</td>
<td>6.708,25</td>
<td>7.448,70</td>
<td>8.070,75</td>
<td>731,00</td>
<td>1.042,00</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td></td>
<td>3.947,74</td>
<td>1.736,50</td>
<td>2.484,00</td>
<td>1.328,57</td>
<td>1.973,33</td>
<td>2.705,89</td>
<td>5.077,44</td>
<td>6.585,99</td>
<td>7.339,67</td>
<td>8.048,63</td>
<td>716,00</td>
<td>1.020,00</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>D</td>
<td></td>
<td>3.529,47</td>
<td>1.447,00</td>
<td>2.090,00</td>
<td>1.234,56</td>
<td>1.836,04</td>
<td>2.568,58</td>
<td>4.936,47</td>
<td>6.343,20</td>
<td>7.094,75</td>
<td>8.034,97</td>
<td>703,00</td>
<td>972,50</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>E</td>
<td></td>
<td>4.105,10</td>
<td>1.736,50</td>
<td>2.484,00</td>
<td>1.328,57</td>
<td>1.973,33</td>
<td>2.705,89</td>
<td>4.796,05</td>
<td>6.163,70</td>
<td>6.937,19</td>
<td>7.575,31</td>
<td>688,00</td>
<td>951,50</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>F</td>
<td></td>
<td>3.209,58</td>
<td>1.432,00</td>
<td>2.040,00</td>
<td>1.234,56</td>
<td>1.836,04</td>
<td>2.568,58</td>
<td>4.636,58</td>
<td>6.018,59</td>
<td>6.762,46</td>
<td>7.390,59</td>
<td>671,50</td>
<td>930,50</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>G</td>
<td></td>
<td>3.186,01</td>
<td>1.322,00</td>
<td>1.920,00</td>
<td>1.234,56</td>
<td>1.836,04</td>
<td>2.568,58</td>
<td>4.508,01</td>
<td>5.766,21</td>
<td>6.531,74</td>
<td>7.195,97</td>
<td>661,00</td>
<td>910,00</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>H</td>
<td></td>
<td>2.970,67</td>
<td>1.207,00</td>
<td>1.744,00</td>
<td>1.234,56</td>
<td>1.836,04</td>
<td>2.568,58</td>
<td>4.369,00</td>
<td>5.611,25</td>
<td>6.478,42</td>
<td>7.126,82</td>
<td>646,00</td>
<td>890,50</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td></td>
<td>2.872,35</td>
<td>1.242,00</td>
<td>1.661,00</td>
<td>1.234,56</td>
<td>1.836,04</td>
<td>2.568,58</td>
<td>4.244,67</td>
<td>5.487,69</td>
<td>6.336,84</td>
<td>7.076,02</td>
<td>632,00</td>
<td>872,00</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>J</td>
<td></td>
<td>2.772,97</td>
<td>1.214,00</td>
<td>1.578,00</td>
<td>1.234,56</td>
<td>1.836,04</td>
<td>2.568,58</td>
<td>4.232,97</td>
<td>5.370,70</td>
<td>6.225,25</td>
<td>6.965,48</td>
<td>628,00</td>
<td>850,50</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>K</td>
<td></td>
<td>2.673,61</td>
<td>1.150,00</td>
<td>1.451,00</td>
<td>1.234,56</td>
<td>1.836,04</td>
<td>2.568,58</td>
<td>4.114,35</td>
<td>5.076,18</td>
<td>5.963,07</td>
<td>6.803,59</td>
<td>614,00</td>
<td>781,00</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>L</td>
<td></td>
<td>2.584,69</td>
<td>1.164,00</td>
<td>1.559,00</td>
<td>1.234,56</td>
<td>1.836,04</td>
<td>2.568,58</td>
<td>3.746,69</td>
<td>4.768,18</td>
<td>5.638,80</td>
<td>6.456,37</td>
<td>599,00</td>
<td>795,50</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>M</td>
<td></td>
<td>2.492,14</td>
<td>1.136,00</td>
<td>1.452,00</td>
<td>1.234,56</td>
<td>1.836,04</td>
<td>2.568,58</td>
<td>3.622,94</td>
<td>4.103,53</td>
<td>4.972,02</td>
<td>5.765,09</td>
<td>586,00</td>
<td>761,00</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>N</td>
<td></td>
<td>2.403,28</td>
<td>1.107,00</td>
<td>1.349,00</td>
<td>1.234,56</td>
<td>1.836,04</td>
<td>2.568,58</td>
<td>3.510,28</td>
<td>4.473,30</td>
<td>5.368,20</td>
<td>6.193,58</td>
<td>563,00</td>
<td>745,00</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios N° 73
1. **Gratificação de Qualificação** - servidores com nível de capacitação conforme art. 63-A da Lei n° 11.355/2006 e Anexo XII-C da Lei n° 11.355/2006

A partir de julho de 2008, fica instituída a **Gratificação de Qualificação** (GQ), a ser concedida aos titulares de cargos de provimento efetivo de nível intermédio integrantes do Plano de Carreiras e Cargos do Inmetro, em reação ao cumprimento de requisitos técnicos-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de nível intermédio de desenvolvimento tecnológico, gestão, planejamento e infra-estrutura, quando em efetivo exercício do cargo, de acordo com os valores constantes do Anexo XII-C da Lei n° 11.355, de 19 de outubro de 2006.

Os titulares de cargos de nível intermédio integrantes do Plano de Carreiras e Cargos do Inmetro, que se referem ao § 1º do art. 63-A da Lei n° 11.355/2006, somente serão beneficiários das seguintes condições:

I - Gratificação de Qualificação - GQ Nível I: comprovação de conclusão de curso de capacitação ou qualificação profissional com carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas;

II - Gratificação de Qualificação - GQ Nível II: comprovação de conclusão de curso de capacitação ou qualificação profissional com carga horária mínima de 250 (duzentas e cinquenta) horas, e

III - Gratificação de Qualificação - GQ Nível III: comprovação de conclusão de curso ou qualificação profissional com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, ou de curso de graduação ou pós-graduação em nível de especialização ou titulação acadêmica de mestre ou doutor. (Lei n° 12.778/2012 e art. 60 do Decreto 7.922/2013).

A GQ será paga aos servidores de carência do cargo de que tratada o caput do art. 10 desta Lei, bem como aos servidores que acreditam exerçam o cargo, cumprindo requisitos técnicos-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de nível intermédio, de desenvolvimento tecnológico, gestão, planejamento e infra-estrutura, quando em efetivo exercício do cargo de acordo com os valores constantes do Anexo XII-C da Lei n° 11.355, de 19 de outubro de 2006.

A partir de julho de 2008, fica instituída a **Gratificação de Qualificação** (GQ), a ser concedida aos titulares de cargos de provimento efetivo de nível intermédio integrantes do Plano de Carreiras e Cargos do Inmetro, em reação ao cumprimento de requisitos técnicos-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de nível intermédio de desenvolvimento tecnológico, gestão, planejamento e infra-estrutura, quando em efetivo exercício do cargo, de acordo com os valores constantes do Anexo XII-C da Lei n° 11.355, de 19 de outubro de 2006.

Os titulares de cargos de nível intermédio integrantes do Plano de Carreiras e Cargos do Inmetro, que se referem ao § 1º do art. 63-A da Lei n° 11.355/2006, somente serão beneficiários das seguintes condições:

I - Gratificação de Qualificação - GQ Nível I: comprovação de conclusão de curso de capacitação ou qualificação profissional com carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas;

II - Gratificação de Qualificação - GQ Nível II: comprovação de conclusão de curso de capacitação ou qualificação profissional com carga horária mínima de 250 (duzentas e cinquenta) horas, e

III - Gratificação de Qualificação - GQ Nível III: comprovação de conclusão de curso ou qualificação profissional com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, ou de curso de graduação ou pós-graduação em nível de especialização ou titulação acadêmica de mestre ou doutor. (Lei n° 12.778/2012 e art. 60 do Decreto 7.922/2013).

A GQ será paga aos servidores de carência do cargo de que tratada o caput do art. 10 desta Lei, bem como aos servidores que acreditam exerçam o cargo, cumprindo requisitos técnicos-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de nível intermédio, de desenvolvimento tecnológico, gestão, planejamento e infra-estrutura, quando em efetivo exercício do cargo de acordo com os valores constantes do Anexo XII-C da Lei n° 11.355, de 19 de outubro de 2006.

Os titulares de cargos de nível intermédio integrantes do Plano de Carreiras e Cargos do Inmetro, que se referem ao § 1º do art. 63-A da Lei n° 11.355/2006, somente serão beneficiários das seguintes condições:

I - Gratificação de Qualificação - GQ Nível I: comprovação de conclusão de curso de capacitação ou qualificação profissional com carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas;

II - Gratificação de Qualificação - GQ Nível II: comprovação de conclusão de curso de capacitação ou qualificação profissional com carga horária mínima de 250 (duzentas e cinquenta) horas, e

III - Gratificação de Qualificação - GQ Nível III: comprovação de conclusão de curso ou qualificação profissional com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, ou de curso de graduação ou pós-graduação em nível de especialização ou titulação acadêmica de mestre ou doutor. (Lei n° 12.778/2012 e art. 60 do Decreto 7.922/2013).

A GQ será paga aos servidores de carência do cargo de que tratada o caput do art. 10 desta Lei, bem como aos servidores que acreditam exerçam o cargo, cumprindo requisitos técnicos-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de nível intermédio, de desenvolvimento tecnológico, gestão, planejamento e infra-estrutura, quando em efetivo exercício do cargo de acordo com os valores constantes do Anexo XII-C da Lei n° 11.355, de 19 de outubro de 2006.
### Nível Auxiliar

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GQDI</th>
<th>* GQ</th>
<th>ATIVO TOTAL (em R$) - 80 pts.</th>
<th>GQDI TOTAL (em R$) - 100 pts.</th>
<th>GQDI TOTAL (em R$) - 50 pts.</th>
<th>APOSENTADO TOTAL (em R$) - 50 pts.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Sem GQ</td>
<td>Com GQ</td>
<td>Sem GQ</td>
<td>Com GQ</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Sem GQ</td>
<td>Com GQ</td>
<td>Sem GQ</td>
<td>Com GQ</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Sem GQ</td>
<td>Com GQ</td>
<td>Sem GQ</td>
<td>Com GQ</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Sem GQ</td>
<td>Com GQ</td>
<td>Sem GQ</td>
<td>Com GQ</td>
</tr>
</tbody>
</table>

- **ATIVO**
  - A
  - B
  - C
  - D
  - E=(A+B)
  - F=(A+B+D)
  - G=(A+GQ)
  - H=(A+GQ+D)
  - I
  - J=(A+I)
  - K=(A+D+I)

---

**Posição: janeiro/2017**

- **Supervisão**
  - 204,39
  - 199,53
  - 213,93
  - 213,93
  - 353,50
  - 1.783,43

- **Supervisor**
  - 194,95
  - 1.916,49
  - 2.053,89
  - 2.053,89
  - 343,50
  - 1.710,39

- **Assessor**
  - 185,93
  - 1.841,19
  - 1.974,79
  - 1.974,79
  - 334,00
  - 1.640,79

- **Auxiliar**
  - 177,13
  - 1.767,16
  - 1.896,96
  - 1.896,96
  - 324,50
  - 1.572,46

- **AUXILIAR**
  - 168,72
  - 1.696,54
  - 1.822,74
  - 1.822,74
  - 315,00
  - 1.507,24

- **Técnico**
  - 160,69
  - 1.628,18
  - 1.750,78
  - 1.750,78
  - 306,50
  - 1.444,28
GQ - Gratificação de Qualificação - servidores com nível de capacitação conforme art. 63 da Lei nº 11.355/2006 e Anexo XI-C da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006.

A partir julho de 2008, fica instituída a Gratificação de Qualificação - GQ, a ser concedida aos titulares de cargos de provimento efetivo de nível auxiliar integrais do Plano de Carreiras e Cargos do INMETRO, em retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de desenvolvimento tecnológico, gestão, planejamento e infra-estrutura, quando em efetivo exercício do cargo, de acordo com os valores constantes do Anexo XI-C da Lei nº 11.355/2006.

(Incluído pela Lei nº 11.907, de 2009)


As gratificações de que trata o art. 1º do Decreto nº 7.922/2013 serão pagas aos servidores que a ela fizerem jus em retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de desenvolvimento tecnológico, gestão, planejamento e infra-estrutura, quando em efetivo exercício do cargo.

Lei nº 9.638, de 20 de outubro de 2000 (Art. 9º da Lei nº 8.691, de 19 de julho de 2000, com os benefícios financeiros a partir de 2010).

Os servidores que fizerem jus à GQ deverão percebê-la a partir do último piso de salário a que fizerem jus e ser-lhes-á integrada no cálculo de seus proventos de aposentadoria e pensão, quando os certificados forem obtidos até a data de ingresso na aposentadoria ou titulação, considerando o regime de pensão adotado. (Art. 153 do Decreto nº 7.222/2013)

O regime de pensão adotado conforme a Lei nº 11.355, de 2006, para os servidores do INMETRO será o do regime de pensão de que trata a Lei nº 8.691, de 19 de julho de 2000, com os benefícios financeiros a partir de 2010.

A partir de 2010, a gratificação de que trata o art. 1º do Decreto nº 7.922/2013 será paga aos servidores que a ela fizerem jus em retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de desenvolvimento tecnológico, gestão, planejamento e infra-estrutura, quando em efetivo exercício do cargo, conforme a lei nº 9.638, de 20 de outubro de 2000 e a lei nº 5.862, de 11 de dezembro de 2000.

A partir de 2010, a gratificação de que trata o art. 1º do Decreto nº 7.922/2013 será paga aos servidores que a ela fizerem jus em retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de desenvolvimento tecnológico, gestão, planejamento e infra-estrutura, quando em efetivo exercício do cargo, conforme a lei nº 9.638, de 20 de outubro de 2000 e a lei nº 5.862, de 11 de dezembro de 2000.

A partir de 2010, a gratificação de que trata o art. 1º doDecreto nº 7.922/2013 será paga aos servidores que a ela fizerem jus em retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de desenvolvimento tecnológico, gestão, planejamento e infra-estrutura, quando em efetivo exercício do cargo, conforme a lei nº 9.638, de 20 de outubro de 2000 e a lei nº 5.862, de 11 de dezembro de 2000.

A partir de 2010, a gratificação de que trata o art. 1º do Decreto nº 7.922/2013 será paga aos servidores que a ela fizerem jus em retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de desenvolvimento tecnológico, gestão, planejamento e infra-estrutura, quando em efetivo exercício do cargo, conforme a lei nº 9.638, de 20 de outubro de 2000 e a lei nº 5.862, de 11 de dezembro de 2000.
<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior - 20 h</th>
<th>CLASSE PA DRÃO</th>
<th>P ADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDA</th>
<th>PMPTOTA (em R$)</th>
<th>ATIVO</th>
<th>APOSENTO</th>
<th>TOTAL (em R$)</th>
<th>GDA</th>
<th>PMPTOTA (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>20 h</td>
<td>80 pontos</td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pontos</td>
<td>50 pontos</td>
<td>100 pontos</td>
<td>50 pontos</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>( *)</td>
<td>D = (A + B)</td>
<td>E = (A + C)</td>
<td>F</td>
<td>G = (A + F)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>5.697,26</td>
<td>2.766,40</td>
<td>3.458,00</td>
<td>8.463,66</td>
<td>9.155,26</td>
<td>1.729,00</td>
<td>7.426,26</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>5.316,83</td>
<td>2.766,40</td>
<td>3.458,00</td>
<td>8.083,23</td>
<td>8.774,83</td>
<td>1.729,00</td>
<td>7.045,83</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>5.063,65</td>
<td>2.766,40</td>
<td>3.458,00</td>
<td>7.830,05</td>
<td>8.521,65</td>
<td>1.729,00</td>
<td>6.792,65</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>D</td>
<td>4.603,32</td>
<td>2.766,40</td>
<td>3.458,00</td>
<td>7.369,72</td>
<td>8.061,32</td>
<td>1.729,00</td>
<td>6.332,32</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>4.469,24</td>
<td>2.766,40</td>
<td>3.458,00</td>
<td>7.235,64</td>
<td>7.927,24</td>
<td>1.729,00</td>
<td>6.198,24</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>4.339,07</td>
<td>2.766,40</td>
<td>3.458,00</td>
<td>7.105,47</td>
<td>7.797,07</td>
<td>1.729,00</td>
<td>6.068,07</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>C</td>
<td>4.055,20</td>
<td>2.766,40</td>
<td>3.458,00</td>
<td>6.821,60</td>
<td>7.513,20</td>
<td>1.729,00</td>
<td>5.784,20</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>3.937,09</td>
<td>2.766,40</td>
<td>3.458,00</td>
<td>6.703,49</td>
<td>7.395,09</td>
<td>1.729,00</td>
<td>5.666,09</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>3.822,42</td>
<td>2.766,40</td>
<td>3.458,00</td>
<td>6.588,82</td>
<td>7.280,42</td>
<td>1.729,00</td>
<td>5.551,42</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>B</td>
<td>3.572,35</td>
<td>2.766,40</td>
<td>3.458,00</td>
<td>6.338,75</td>
<td>7.030,35</td>
<td>1.729,00</td>
<td>5.301,35</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>3.468,30</td>
<td>2.766,40</td>
<td>3.458,00</td>
<td>6.234,70</td>
<td>6.926,30</td>
<td>1.729,00</td>
<td>5.197,30</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>3.367,29</td>
<td>2.766,40</td>
<td>3.458,00</td>
<td>6.133,69</td>
<td>6.825,29</td>
<td>1.729,00</td>
<td>5.096,29</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>3.146,99</td>
<td>2.766,40</td>
<td>3.458,00</td>
<td>5.913,39</td>
<td>6.604,99</td>
<td>1.729,00</td>
<td>4.875,99</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>3.055,33</td>
<td>2.766,40</td>
<td>3.458,00</td>
<td>5.821,73</td>
<td>6.513,33</td>
<td>1.729,00</td>
<td>4.784,33</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>2.966,35</td>
<td>2.766,40</td>
<td>3.458,00</td>
<td>5.732,75</td>
<td>6.424,35</td>
<td>1.729,00</td>
<td>4.695,35</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior - 40 h</th>
<th>CLASSE PA DRÃO</th>
<th>P ADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDA</th>
<th>PMPTOTA (em R$)</th>
<th>ATIVO</th>
<th>APOSENTO</th>
<th>TOTAL (em R$)</th>
<th>GDA</th>
<th>PMPTOTA (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>&quot;</td>
<td>40 h</td>
<td>80 pontos</td>
<td>100 pontos</td>
<td>50 pontos</td>
<td>100 pontos</td>
<td>50 pontos</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>( *)</td>
<td>D = (A + B)</td>
<td>E = (A + C)</td>
<td>F</td>
<td>G = (A + F)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>11.394,52</td>
<td>5.532,00</td>
<td>6.915,00</td>
<td>16.926,52</td>
<td>18.309,52</td>
<td>3.457,50</td>
<td>14.852,02</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>10.633,66</td>
<td>5.532,00</td>
<td>6.915,00</td>
<td>16.165,66</td>
<td>17.548,66</td>
<td>3.457,50</td>
<td>14.091,16</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>10.127,29</td>
<td>5.532,00</td>
<td>6.915,00</td>
<td>15.659,29</td>
<td>17.042,29</td>
<td>3.457,50</td>
<td>13.584,79</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>D</td>
<td>9.206,63</td>
<td>5.532,00</td>
<td>6.915,00</td>
<td>14.738,63</td>
<td>16.121,63</td>
<td>3.457,50</td>
<td>12.664,13</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>8.938,47</td>
<td>5.532,00</td>
<td>6.915,00</td>
<td>14.470,47</td>
<td>15.653,47</td>
<td>3.457,50</td>
<td>12.395,97</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>8.678,14</td>
<td>5.532,00</td>
<td>6.915,00</td>
<td>14.210,14</td>
<td>15.343,14</td>
<td>3.457,50</td>
<td>12.135,64</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>C</td>
<td>8.110,41</td>
<td>5.532,00</td>
<td>6.915,00</td>
<td>13.642,41</td>
<td>15.025,41</td>
<td>3.457,50</td>
<td>11.567,91</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>7.874,18</td>
<td>5.532,00</td>
<td>6.915,00</td>
<td>13.406,18</td>
<td>14.789,18</td>
<td>3.457,50</td>
<td>11.331,68</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>7.644,84</td>
<td>5.532,00</td>
<td>6.915,00</td>
<td>13.176,84</td>
<td>14.559,84</td>
<td>3.457,50</td>
<td>11.102,34</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>B</td>
<td>7.144,71</td>
<td>5.532,00</td>
<td>6.915,00</td>
<td>12.676,71</td>
<td>14.059,71</td>
<td>3.457,50</td>
<td>10.602,21</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>6.936,61</td>
<td>5.532,00</td>
<td>6.915,00</td>
<td>12.468,61</td>
<td>13.651,61</td>
<td>3.457,50</td>
<td>10.394,11</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>6.734,57</td>
<td>5.532,00</td>
<td>6.915,00</td>
<td>12.266,57</td>
<td>13.264,57</td>
<td>3.457,50</td>
<td>10.192,07</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>6.110,67</td>
<td>5.532,00</td>
<td>6.915,00</td>
<td>11.642,67</td>
<td>13.025,67</td>
<td>3.457,50</td>
<td>9.568,17</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Os cargos de Perito Médico da Previdência Social da Carreira da Previdência Social 
(a que se refere o § 9º do art. 30 da Lei nº 11.907, 2009), transpostos para a Carreira de 
Perito Médico Previdenciário, passam a denominar-se Perito Médico Previdenciário 
(art. 7º da MP 479/2009) 

II - até 20 (vinte) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional; e

I - até 80 (oitenta) pontos serão atribuídos em função das avaliações individual; e

* Jornada: É de 40 (quarenta) horas semanais a jornada de trabalho dos servidores integrantes da Carreira de Perito Médico Previdenciário. (art. 35 da Lei nº 11.907/2009 e art. 7º da Lei nº 12.269, de 2010)

* Jornada: Fica mantida para os ocupantes dos cargos de que trata o art. 30 da Lei nº 11.907/2009 a jornada semanal de trabalho dos cargos originários, ressalvado o direito de opção pela jornada de 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais, observadas as condições estabelecidas no § 6º do art. 35 da Lei nº 11.907/2009. (art. 7º da Lei nº 12.269, de 2010). A jornada semanal de 30 horas deverá ser realizada em 6 (seis) horas diárias de forma ininterrupta.

* Jornada: Os ocupantes dos cargos referidos no caput do artigo 30 da Lei nº 11.907/2009 poderão, a qualquer tempo, na forma do Termo de Opção constante do Anexo XVI-A da Lei nº 11.907/2009, condicionada ao interesse da administração, atestado pelo INSS e ao quantitativo fixado pelo Ministro do Estado da Previdência Social, optar pela jornada semanal de trabalho de trinta ou quarenta horas, mediante opção a ser formalizada a qualquer tempo, na forma do Termo de Opção constante do Anexo XIV-A da Lei nº 11.907/2009. (art. 7º da Lei nº 12.269, de 2010). Os servidores titulares dos cargos de Perito Médico Previdenciário e Perito Médico Previdenciário - XV, serão automaticamente enquadrados na Carreira de Perito Médico Previdenciário de acordo com as respectivas atribuições, os requisitos de formação profissional e a posição relativa na Tabela, nos termos do anexo XIII da MP 441/08. (art.34 da Lei nº 11.907/2009)

O enquadramento de que trata o art. 34 da MP 441/08 dar-se-á automaticamente, sem manifestação irrevogável do servidor, a ser formalizada no prazo de noventa dias, a contar da data de publicação da MP 441/08, na forma do Termo de Opção constante do Anexo XIV, com efeitos financeiros a partir da data de implantação das Tabelas de Vencimento Básico referidas no Anexo XV da MP 441/08.

Legislações Correspondentes:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Legislação</th>
<th>Artigo</th>
<th>Vencimento Provisório Até 2012</th>
<th>Vencimento Provisório Até 2017</th>
<th>Vencimento Provisório Até 2018</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Decreto nº 479/2004</td>
<td>Art. 4º</td>
<td>Lei nº 11.302 de 10.05.2006</td>
<td>Lei nº 11.302 de 10.05.2006</td>
<td>Lei nº 12.072 de 07.08.2012</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Aposentado - GDAPMP - A GDAPMP integrará os proventos da aposentadoria e as pensões, conforme e disposto no art. 50 da Lei nº 11.907, 2009.(art.9º do Decreto nº 8.068/2013)

** Opção GDAPMP - Aposentado e pensionista - art. 33 a 37 da Medida Provisória nº 765, de 2016.

* Foram excluídas as referências contidas em "(§ 2º do Decreto nº 8.068/2013)" e "(º) Ao Presidente do INSS estabelecerá os procedimentos para a realização das perdas de que trata o art. 41 da MP 767, de 2017"
# Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

## Carreira de Perito Médico Previdenciário

* Cargo: Perito Médico Previdenciário - INSS - 30 horas

### Nível Superior - 30 h

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDAP/M</th>
<th>ATIVO</th>
<th>APOSENTADO</th>
<th>TOTAL (em R$)</th>
<th>TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pontos</td>
<td>100 pontos</td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>50 pontos</td>
<td>50 pontos</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D=(A+B)</td>
<td>E=(A+C)</td>
<td>F</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td></td>
<td>8.545,89</td>
<td>4.148,80</td>
<td>5.186,00</td>
<td>12.694,69</td>
<td>13.731,89</td>
<td>2.593,00</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td></td>
<td>7.975,25</td>
<td>4.148,80</td>
<td>5.186,00</td>
<td>12.124,05</td>
<td>13.161,25</td>
<td>2.593,00</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td></td>
<td>7.595,47</td>
<td>4.148,80</td>
<td>5.186,00</td>
<td>11.744,27</td>
<td>12.781,47</td>
<td>2.593,00</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td></td>
<td>6.904,98</td>
<td>4.148,80</td>
<td>5.186,00</td>
<td>11.053,78</td>
<td>12.090,98</td>
<td>2.593,00</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td></td>
<td>6.703,85</td>
<td>4.148,80</td>
<td>5.186,00</td>
<td>10.852,65</td>
<td>11.889,85</td>
<td>2.593,00</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td></td>
<td>6.508,61</td>
<td>4.148,80</td>
<td>5.186,00</td>
<td>10.657,41</td>
<td>11.694,61</td>
<td>2.593,00</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td></td>
<td>6.082,81</td>
<td>4.148,80</td>
<td>5.186,00</td>
<td>10.231,61</td>
<td>11.268,81</td>
<td>2.593,00</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td></td>
<td>5.905,64</td>
<td>4.148,80</td>
<td>5.186,00</td>
<td>10.054,44</td>
<td>11.091,64</td>
<td>2.593,00</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td></td>
<td>5.733,63</td>
<td>4.148,80</td>
<td>5.186,00</td>
<td>9.882,43</td>
<td>10.919,63</td>
<td>2.593,00</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td></td>
<td>5.358,53</td>
<td>4.148,80</td>
<td>5.186,00</td>
<td>9.507,33</td>
<td>10.544,53</td>
<td>2.593,00</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td></td>
<td>5.202,46</td>
<td>4.148,80</td>
<td>5.186,00</td>
<td>9.351,26</td>
<td>10.388,46</td>
<td>2.593,00</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td></td>
<td>5.050,93</td>
<td>4.148,80</td>
<td>5.186,00</td>
<td>9.199,73</td>
<td>10.236,93</td>
<td>2.593,00</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td></td>
<td>4.720,49</td>
<td>4.148,80</td>
<td>5.186,00</td>
<td>8.869,29</td>
<td>9.906,49</td>
<td>2.593,00</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td></td>
<td>4.580,00</td>
<td>4.148,80</td>
<td>5.186,00</td>
<td>8.731,80</td>
<td>9.769,00</td>
<td>2.593,00</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td></td>
<td>4.449,52</td>
<td>4.148,80</td>
<td>5.186,00</td>
<td>8.598,32</td>
<td>9.635,52</td>
<td>2.593,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>
A Jornada: É de 40 (quarenta) horas semanais a jornada de trabalho dos servidores integrantes da Carreia de Perito Médico Previdenciário, (art. 35 da Lei nº 11.907/2009 e art. 7º da Lei nº 12.269, de 2010).

A Jornada: Fica lançada para os ocupantes dos cargos de que trata o art. 30 da Lei nº 11.907/2009 a jornada semanal de trabalho dos cargos originários, ressalvado o direito de opção pela jornada de 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais, observadas as condições estabelecidas no § 6º do art. 35 da Lei nº 11.907/2009, (art. 7ª da Lei nº 12.269, de 2010). A jornada semanal de 30 horas deverá ser realizada em 6 (seis) horas diárias de forma ininterrupta.


Os servidores titulares dos cargos de Perito Médico da Previdência Social serão automaticamente enquadrados na Carreira de Perito Médico Previdenciário, de acordo com as respectivas atribuições, os requisitos de formação profissional e a posição relativa na Tabela, nos termos do art. 13 da MP 441/08, (art.34 da Lei nº 11.907/2009).

O enquadramento de que trata o art. 34 da MP 441/08 dar-se-á automaticamente, salvo manifestação irrecorrível do servidor, a ser formalizada no prazo de noventa dias, a contar da data de publicação da MP 441/08 na forma do Termo de Opção constante do Anexo XIV, com efeitos financeiros a partir da data de implantação das Tabelas de Vencimento Básico referidas no Anexo XIV da MP 441/08.

Os cargos de Perito Médico da Previdência Social da Carreira de Perito Médico da Previdência Social (já que se refere ao § 9º do art. 30 da Lei nº 11.907/2009), transpostos para a Carreira de Perito Médico Previdenciário, passam a denominar-se Perito Médico Previdenciário, (art. 7º da MP 479/2009).

V - Vencimento Básico (Anexo XV da MP 441/2008)

GDAPMP - Gratificação de Desempenho de Atividade de Perícia Médica Previdenciária

Instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Perícia Médica Previdenciária - GDAPMP, a partir de julho de 2008, devida aos titulares dos cargos de previdência efetivo da Carreira de Perito Médico Previdenciário e da Carreira de Supervisor Médico-Percial, quando em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no Ministério da Fazenda, no Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário ou no INSS, em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional.

GDAPMP - Somente será já à GDAPMP os ocupantes dos cargos referidos nos incisos I e II do caput do art. 1º do Decreto nº 8.068/2013 que estiverem em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do cargo no Ministério da Previdência Social ou no INSS, ressalvado o disposto nos art. 13 e 15 Decreto nº 8.068/2013.

(*) A GDAPMP será paga observado o limite mínimo de (100) cem pontos e o mínimo de (70) setenta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em sua respectiva jornada de trabalho semanal, ao valor estabelecido no Anexo XVI à Lei nº 11.907, de 2009. (§º do art. 38 da Lei nº 11.907, de 2009 - redação dada pela Medida Provisória nº 767, de 2017).

GDAPMP - Somente será já à GDAPMP os ocupantes dos cargos referidos nos incisos I e II do caput do art. 1º do Decreto nº 8.068/2013 que estiverem em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do cargo no Ministério da Previdência Social ou no INSS, ressalvado o disposto nos art. 13 e 15 Decreto nº 8.068/2013.

Os valores a serem pagos a título de GDAPMP serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos auferidos na avaliação de desempenho e institucional por do ponto constante do Anexo VIII-A da Lei nº 11.907, de 2009, e cada ponto corresponderá a (R$ 60,00) sessenta reais, de que, nos termos da MP 441/08, (§º do art. 4º. D. nº 8.068/2013)

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a produzir efeito financeiro, o servidor recém-nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento, de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho individual, no decurso do ciclo de avaliação, receberão a GDAPMP no valor correspondente a 90% (nona décima) dos pontos, observada a jornada de trabalho semanal. (§ 7º do Decreto nº 4.068/2013)

As avaliações de desempenho individual e institucional serão apuradas sem estrito e produzirão efeitos financeiros mensais por igual período. (§º do Decreto nº 4.068/2013)

A GDAPMP não poderá ser paga cumulativamente com outra gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade, independentemente de sua denominação ou base de cálculo. (art. 20º do Decreto nº 8.068/2013)

BESP-PMBI - Bônus Especial de Desempenho Institucional por Perícia em Benefícios por Incapacidade

Instituído o BESP-PMBI, a partir de 06.01.2017, por até vinte e quatro meses, o Bônus Especial de Desempenho Institucional por Perícia em Benefícios por Incapacidade - BESP-PMBI, (art. 3º da MP 767, de 2017).

O BESP-PMBI será devido ao médico perito do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS por cada perícia médica extraordinária realizada nas agências da Previdência Social, em relação a benefícios por incapacidade mantidos sem perda pelo INSS há mais de dois anos, contados da data de publicação da MP 767, de 2017. (DOU 06.01.2017).

O BESP-PMBI corresponderá ao valor de R$ 60,00 (sessenta) reais por perícia realizada, no valor de R$ 60,00 (sessenta) reais, no valor do Decreto nº 767/2017.

O BESP-PMBI será paga cumulativamente com a Gratificação de Desempenho de Atividade de Perícia Médica Previdenciária - GDAPMP, desde que as perícias que ensejarem o seu pagamento não sejam computadas na avaliação de desempenho referente à GDAPMP. (art. 9º da MP 767, de 2017).

Ato do Presidente do INSS estabelecerá os procedimentos necessários para a realização das perícias de que trata o art. 44 da MP 767, de 2017.

(*) Aprox. Permanente - GDAPMP - A GDAPMP integrará os proventos da aposentadoria e as pensões, conforme e disposto em art. 50 da Lei nº 11.907, de 2009. (art. 9º do Decreto nº 8.068/2013)

(*) Opção GDAPMP - A opção pode ser realizada até 5 (cinco) anos após a data de publicação da MP 767, de 2017.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 10.977 de 10.05.2006 - Medida Provisória nº 411 de 29.08.2008
Lei nº 12.269 de 21.07.2010 - Decreto nº 5275 de 19.11.2010
Lei nº 12.702 de 07.08.2012 - Medida Provisória nº 765 de 29.12.2016 a art. 1º e arts. 33 a 37
## 41. INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

**Carreira de Supervisor Médico-Pericial**

- Cargo: Supervisor Médico-Pericial - INSS - 20 horas
- Cargo: Supervisor Médico-Pericial - INSS - 40 horas

### Nível Superior - 20 h

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDA PMP</th>
<th>ATIVO</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>20 h</td>
<td>80 pontos</td>
<td>100 pontos</td>
<td>( *)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td>III</td>
<td>5.697,26</td>
<td>2.766,40</td>
<td>3.458,00</td>
<td>8.463,66</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>5.316,83</td>
<td>2.766,40</td>
<td>3.458,00</td>
<td>8.083,23</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>5.063,65</td>
<td>2.766,40</td>
<td>3.458,00</td>
<td>7.830,05</td>
</tr>
<tr>
<td>D</td>
<td>III</td>
<td>4.603,32</td>
<td>2.766,40</td>
<td>3.458,00</td>
<td>7.369,72</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>4.469,24</td>
<td>2.766,40</td>
<td>3.458,00</td>
<td>7.235,64</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>4.339,07</td>
<td>2.766,40</td>
<td>3.458,00</td>
<td>7.105,47</td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td>III</td>
<td>4.055,20</td>
<td>2.766,40</td>
<td>3.458,00</td>
<td>6.821,60</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>3.937,09</td>
<td>2.766,40</td>
<td>3.458,00</td>
<td>6.703,49</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>3.822,42</td>
<td>2.766,40</td>
<td>3.458,00</td>
<td>6.588,82</td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td>III</td>
<td>3.572,35</td>
<td>2.766,40</td>
<td>3.458,00</td>
<td>6.338,75</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>3.468,30</td>
<td>2.766,40</td>
<td>3.458,00</td>
<td>6.234,70</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>3.367,29</td>
<td>2.766,40</td>
<td>3.458,00</td>
<td>6.133,69</td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td>III</td>
<td>3.146,99</td>
<td>2.766,40</td>
<td>3.458,00</td>
<td>5.913,39</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>3.055,33</td>
<td>2.766,40</td>
<td>3.458,00</td>
<td>5.821,73</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>2.966,35</td>
<td>2.766,40</td>
<td>3.458,00</td>
<td>5.732,75</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Nível Superior - 40 h

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDA PMP</th>
<th>ATIVO</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>40 h</td>
<td>80 pontos</td>
<td>100 pontos</td>
<td>( *)</td>
<td>80 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D=(A+B)</td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td>III</td>
<td>11.394,52</td>
<td>5.532,00</td>
<td>6.915,00</td>
<td>16.926,52</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>10.633,66</td>
<td>5.532,00</td>
<td>6.915,00</td>
<td>16.165,66</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>10.127,29</td>
<td>5.532,00</td>
<td>6.915,00</td>
<td>15.659,29</td>
</tr>
<tr>
<td>D</td>
<td>III</td>
<td>9.206,63</td>
<td>5.532,00</td>
<td>6.915,00</td>
<td>14.738,63</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>8.938,47</td>
<td>5.532,00</td>
<td>6.915,00</td>
<td>14.470,47</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>8.678,14</td>
<td>5.532,00</td>
<td>6.915,00</td>
<td>14.210,14</td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td>III</td>
<td>8.110,41</td>
<td>5.532,00</td>
<td>6.915,00</td>
<td>13.642,41</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>7.874,18</td>
<td>5.532,00</td>
<td>6.915,00</td>
<td>13.406,18</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>7.644,84</td>
<td>5.532,00</td>
<td>6.915,00</td>
<td>13.176,84</td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td>III</td>
<td>7.144,71</td>
<td>5.532,00</td>
<td>6.915,00</td>
<td>12.676,71</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>6.936,61</td>
<td>5.532,00</td>
<td>6.915,00</td>
<td>12.468,61</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>6.734,57</td>
<td>5.532,00</td>
<td>6.915,00</td>
<td>12.266,57</td>
</tr>
</tbody>
</table>
A opção GDAPM é exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante a aprovação do candidato a cargo, devendo ser exercida mediante aaprovação do candidato a cargo, deve...
### INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

#### Carreira de Supervisor Médico-Pericial

* Cargo: Supervisor Médico-Pericial - INSS - 30 horas

#### Tabela de Remuneração

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDA PMP</th>
<th>ATIVO</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>30 h</td>
<td>80 pontos</td>
<td>100 pontos</td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D=(A+B)</td>
<td>E=(A+C)</td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td>III</td>
<td>8.545,89</td>
<td>4.148,80</td>
<td>5.186,00</td>
<td>12.694,69</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>7.975,25</td>
<td>4.148,80</td>
<td>5.186,00</td>
<td>12.124,05</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>7.595,47</td>
<td>4.148,80</td>
<td>5.186,00</td>
<td>11.744,27</td>
</tr>
<tr>
<td>D</td>
<td>III</td>
<td>6.904,98</td>
<td>4.148,80</td>
<td>5.186,00</td>
<td>11.053,78</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>6.703,85</td>
<td>4.148,80</td>
<td>5.186,00</td>
<td>10.852,65</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>6.508,61</td>
<td>4.148,80</td>
<td>5.186,00</td>
<td>10.657,41</td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td>III</td>
<td>6.082,81</td>
<td>4.148,80</td>
<td>5.186,00</td>
<td>10.231,61</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>5.905,64</td>
<td>4.148,80</td>
<td>5.186,00</td>
<td>10.054,44</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>5.733,63</td>
<td>4.148,80</td>
<td>5.186,00</td>
<td>9.882,43</td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td>III</td>
<td>5.358,53</td>
<td>4.148,80</td>
<td>5.186,00</td>
<td>9.507,33</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>5.202,46</td>
<td>4.148,80</td>
<td>5.186,00</td>
<td>9.351,26</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>5.050,93</td>
<td>4.148,80</td>
<td>5.186,00</td>
<td>9.199,73</td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td>III</td>
<td>4.720,49</td>
<td>4.148,80</td>
<td>5.186,00</td>
<td>8.869,29</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>4.583,00</td>
<td>4.148,80</td>
<td>5.186,00</td>
<td>8.731,80</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>4.449,52</td>
<td>4.148,80</td>
<td>5.186,00</td>
<td>8.598,32</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Jornada: Os ocupantes dos cargos de Supervisor Médico-Peri...uggage a ser formalizada a qualquer tempo, na forma do Termo de Opção constante do Anexo XIV-A da Lei 11.907/2009, condicionada ao interesse da administração, atestado pelo INSS e ao quantitativo fixado pelo Ministro de Estado da Previdência Social, exercer suas atividades em jornada de trinta horas semanais de trabalho, com remuneração proporcional. Após formalização da opção o restabelecimento da jornada de quarenta horas semanais fica condicionada ao interesse da administração e à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, devidamente atestada pelo INSS. (art. 35-A da Lei nº 11.907/2009 e art. 7º da Lei nº 12.269/2010)


V B - Vencimento Básico (Anexo XV da MP 441/2008)

GDAPMP - Gratificação de Desempenho de Atividade de Perícia Médica Previdenciária

Instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Perícia Médica Previdenciária - GDAPMP, a partir de julho de 2008, devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo da Carreira de Perito Médico Previdenciário e da Carreira de Supervisor Médico-Peri...unidade. (Redação dada pela Lei nº 12.702, de 2012)

GDAPMP - Somente farão jus à GDAPMP os ocupantes dos cargos referidos nos incisos I e II do caput do art. 1º do Decreto nº 8.068/2013 que estiverem em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no Ministério da Previdência Social ou no INSS, em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional. (§ 1º do Decreto nº 8.068/2013)

(*) GDAPMP será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em sua respectiva jornada de trabalho semanal, ao valor estabelecido no Anexo XVI à Lei nº 11.907, de 2009, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2008. A pontuação referente à GDAPMP será assim distribuída:

I - até 80 (oitenta) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional; e
II - até 20 (vinte) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual.

Os valores a serem pagos a título de GDAPMP serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto constante no Anexo XVI à Lei nº 11.907, de 2009, e cada ponto corresponderá a jornada de trabalho semanal do servidor. (art. 1º do Decreto nº 8.068/2013)

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a produzir efeito financeiro, o servidor recém-nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento, de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho, no decurso do ciclo de avaliação, receberá a GDAPMP no valor correspondente a oitenta pontos, observada a jornada de trabalho semanal. (§ 7º do art. 9º do Decreto nº 8.068/2013)

As avaliações de desempenho individual e institucional serão apuradas sem estritamente e produzirão efeitos financeiros mensais por igual período. (art. 9º do Decreto nº 8.068/2013)

A GDAPMP não poderá ser paga cumulativamente com outra gratificação de desempenho ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo. (art. 20º do Decreto nº 8.068/2013)

(*) Aposentado - GDAPMP - AGDAPMP integrará os proventos da aposentadoria e as pensões, conforme o disposto no art. 50 da Lei nº 11.907, de 2009. (art. 9º do Decreto nº 8.068/2013)

(**) Opc...e e pensi...nistas - arts. 33 a 37 da Medida Provisória nº 765, de 2016.

Legislação Correspondente:

Lei nº 9.620 de 02.04.98
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 166 de 18.02.2004
Lei nº 10.876 de 02.06.2004
Decreto nº 5.275 de 19.11.2004
Lei nº 10.997 de 15.12.2004 art. 8º
Medida Provisória nº 272 de 26.12.2005 art. 4º
Lei nº 11.302 de 10.05.2006
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009
Lei nº 12.269 de 21.06.2010
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 82
### Nível Intermediário

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDTAF</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDTAF</th>
<th>APOSENADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>( * )</td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td>IV</td>
<td>3.313,31</td>
<td>4.564,00</td>
<td>5.705,00</td>
<td>7.877,31</td>
<td>9.018,31</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>3.293,55</td>
<td>4.500,80</td>
<td>5.626,00</td>
<td>7.794,35</td>
<td>8.919,55</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>3.273,90</td>
<td>4.436,80</td>
<td>5.546,00</td>
<td>7.710,70</td>
<td>8.819,90</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>3.254,37</td>
<td>4.377,60</td>
<td>5.472,00</td>
<td>7.631,97</td>
<td>8.726,37</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>3.196,60</td>
<td>4.232,00</td>
<td>5.290,00</td>
<td>7.428,60</td>
<td>8.486,60</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>3.177,54</td>
<td>4.172,80</td>
<td>5.216,00</td>
<td>7.350,34</td>
<td>8.393,54</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>B</td>
<td>3.139,85</td>
<td>4.092,00</td>
<td>5.115,00</td>
<td>7.231,85</td>
<td>8.254,85</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>3.121,13</td>
<td>4.035,20</td>
<td>5.044,00</td>
<td>7.156,33</td>
<td>8.165,13</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>3.102,51</td>
<td>3.978,40</td>
<td>4.973,00</td>
<td>7.080,91</td>
<td>8.075,51</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
<td>3.065,72</td>
<td>3.900,80</td>
<td>4.876,00</td>
<td>6.966,52</td>
<td>7.941,72</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>3.047,43</td>
<td>3.847,20</td>
<td>4.809,00</td>
<td>6.894,63</td>
<td>7.856,43</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>3.029,26</td>
<td>3.792,80</td>
<td>4.741,00</td>
<td>6.822,06</td>
<td>7.770,26</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Cargos do Quadro de Pessoal do MAPA - (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), enquadrados no PCTAF (Plano de Carreira dos Cargos de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal Agropecuária).

Os cargos de Técnico de Laboratório, de Agente de Atividades Agropecuárias, de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial e de Produto de Origem Animal, de natureza especializada, com formação técnica de nível médio, de Auxiliar de Laboratório e de Auxiliar Operacional em Agropecuária, com formação de nível fundamental ou equivalente, integrantes do quadro de pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, submetidos ao regime instituído pela Lei nº 8.112/1990, ficam reorganizados no Plano de Carreira dos Cargos de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal Agropecuária - PCTAF, no âmbito do Poder Executivo federal. (Art. 47 da Lei nº 13.324/2016)

Os cargos de que trata o art. 47 da Lei nº 13.324/2016 serão enquadrados automaticamente no Plano de Carreira dos Cargos de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal Agropecuária, de acordo com as respectivas denominações, atribuições, requisitos de formação profissional, respeitada a posição do servidor na tabela de remuneração na data de entrada em vigor do Anexo LXVIII da Lei nº 13.324/2016, manifestação irretretável do servidor.

A manifestação irretretrável a que se refere o § 1º do art. 47 da Lei nº 13.324/2016 o deverá ser formalizada no prazo de noventa dias, contado da data de entrada em vigor da Lei nº 13.324/2016, mediante a assinatura do termo de opção constante do Anexo LXVII à Lei nº 13.324/2016, com efeitos financeiros a partir da data de opção. (§ 1º ao § 7º da Lei nº 13.324/2016).

Não são devidas aos titulares dos cargos do PCTAF, a partir da data de entrada em vigor da Lei nº 13.324/2016, quaisquer outras vantagens que não tenham sido mencionadas nos arts. 51 e 52 da Lei nº 13.324/2016, ressalvadas as parcelas de caráter geral previstas em lei.

VB - Vencimento Básico (Anexo LXVII à Lei nº 13.324/2016, de 29 de julho de 2016)

GD TAF - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica e Auxiliar em Fiscalização Agropecuária (Anexo LXVIII à Lei nº 13.324, de 29 de julho de 2016)

A partir de agosto de 2016 foi instituída a GD TAF, devida aos ocupantes dos cargos do PCTAF, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, quando em exercício das atividades relativas às atribuições do cargo no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

As atribuições dos cargos a que se refere o art. 47 da Lei nº 13.324/2016, respeitados os limites da formação profissional exigida para o cargo e as atribuições privativas de outros cargos, são referidas no item I ao V do art. 48 da Lei nº 13.324/2016 e serão disciplinadas em regulamento.

(*) A GD TAF será paga observado o limite máximo de 30 pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo LXVIII da Lei nº 13.324/2016.

A pontuação da GD TAF será distribuída da seguinte forma:

I - até oitenta pontos em decorrência da avaliação de desempenho individual;
II - até vinte pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho integrada.

(*) A GD TAF será cobrada caso o servidor, por motivo de fato, não tenha atendido aos requisitos legais ou normativos, sendo necessário que o servidor demonstre que fez o máximo para atingir a pontuação.

Até que seja editado o regulamento de que trata o art. 67 da Lei nº 13.324/2016, serão observados os critérios previstos no Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010.

Até que seja editado o regulamento de que trata o art. 48 da Lei nº 13.324/2016, as progressões e promoções dos servidores integrantes do PCTAF serão concedidas com base nos critérios previstos no Decreto nº 84.669, de 29 de abril de 1980.

Apostentado - Enquadramento, quando a aposentadoria ou a instituição da pensão se der com fundamento no disposto nos arts. 3º, 6º ou 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, ou no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, e nos efeitos decorrentes do enquadramento de que trata o § 2º do art. 47 da Lei nº 13.324/2016 serão aplicados aos aposentados e pensionistas, considerando o posicionamento em que o servidor se encontrava na data da aposentadoria ou da instituição da pensão, respeitadas as alterações relativas decorrentes de legislação específica.

(**) Aposentado - GD TAF - O enquadramento dos servidores nos cargos correspondentes do PCTAF não representa, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria ou pensão, a vinculação relativa às atribuições dos cargos efetivos de regime autônomo. (Art. 47 da Lei nº 13.324/2016)

(**) Aposentado - GD TAF - Aposentados e pensionistas, e pensão é a instituição da pensão se der com fundamento no disposto nos arts. 3º, 6º ou 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, ou no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, e nos efeitos decorrentes do enquadramento de que trata o § 2º do art. 47 da Lei nº 13.324/2016 serão aplicados aos aposentados e pensionistas, considerando o posicionamento em que o servidor se encontrava na data da aposentadoria ou da instituição da pensão, respeitadas as alterações relativas decorrentes de legislação específica.

Legislação Correspondente:

- Lei nº 1.283 de 18.12.1950
- Lei nº 5.645 de 10.12.1970
- Lei nº 8.112 de 11.12.90 art.40º único
- Decreto nº 72.950 de 17.10.1973
- Decreto nº 7.140 de 23.11.1982
- Lei nº 12.970 de 30.09.1982
- Portaria n.º 5.908 de 08.03.2004
- Medida Provisória nº 2194-6 de 23.08.2001
- Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001
- Medida Provisória nº 35 de 27.03.2002
- Decreto nº 4.247 de 22.05.2002
- Portaria n.º 260 de 21.06.2002
- Portaria n.º 363 de 21.06.2002
- Medida Provisória nº 10.484 de 03.07.2002
- Medida Provisória nº 10.525 de 06.08.2002
- Portaria n.º 29 de 29.08.2002
- Portaria n.º 442 de 31.10.2002
- Decreto nº 4.468 de 13.11.2002
- Decreto nº 7.140 de 23.11.1992
- Decreto nº 10.697 de 02.07.2003
- Decreto nº 10.698 de 02.07.2003
- Decreto nº 10.699 de 09.07.2003
- Decreto nº 5.008 de 08.03.2004
- Portaria n.º 61 de 19.04.2004
- Medida Provisória nº 10.888 de 24.06.2004
- Medida Provisória nº 10.904 de 15.07.2004
- Medida Provisória nº 216 de 23.09.2004
- Medida Provisória nº 10.971 de 25.11.2004
- Medida Provisória nº 11.090 de 07.01.2005
- Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Elaborado: CGSUP/DESIA/SGP/M - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais. Civil e os Ex-Territórios Nº 73

385
**42. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA**

**Plano de Carreira dos Cargos de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal Agropecuária - PCTAF**

* Cargo: Auxiliar de Laboratório do PCTAF - MAPA

### Nível Auxiliar

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDTAF</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDTAF</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>B</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>50 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>( *)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

| IV     |        | 2.458,08 | 2.063,20 | 2.579,00 | 4.521,28 | 5.037,08 | 1.289,50 | 3.747,58 |
| III    |        | 2.419,36 | 2.043,20 | 2.554,00 | 4.462,56 | 4.973,36 | 1.277,00 | 3.696,36 |
| II     |        | 2.381,26 | 2.023,20 | 2.529,00 | 4.404,46 | 4.910,26 | 1.264,50 | 3.645,76 |
| I      |        | 2.343,77 | 2.002,40 | 2.503,00 | 4.346,17 | 4.846,77 | 1.251,50 | 3.595,27 |

**Posição: janeiro/2017**

**A = (A + B) + C**

**B = (A + B) + C**

**C = (A + B) + C**

**D = (A + B) + C**

**E = (A + B) + C**

**F = (A + B) + C**

**G = (A + B) + C**
A manifestação irretroativa a que se refere o § 1º do art. 47 da Lei n° 13.324/2016 o deverá ser formalizado no prazo de noventa dias, contado da data de entrada em vigor da Lei n° 13.324/2016, mediatamente a assinatura do termo de opção constante do Anexo LXVII à Lei n° 13.324/2016, com efeitos financeiros a partir da data de opção. (§ 1º do art. 57 da Lei n° 13.324/2016)

Não são devidas as titulares dos cargos do PCTAF, a partir da data de entrada em vigor da Lei n° 13.324/2016, quaisquer outras vantagens que não tenham sido mencionadas nos arts. 51 e 52 da Lei n° 13.324/2016, ressalvadas as parcelas de caráter geral previstas em lei.

A partir de agosto/2016, ficam instituídos no PCTAF, de acordo com as respectivas demonstrações, atribuições, regras e dispositivos de formação profissional, respectivas a posição do servidor na tabela de remuneração na data de entrada em vigor da Lei n° 13.324/2016, na forma do Anexo LXIV da Lei n° 13.324/2016, salvo manifestação irretroativa do servidor.

As atribuições do cargo de que se refere o art. 47 da Lei n° 13.324/2016, respectados os limites da formação profissional exigida para o cargo e as atribuições privativas de outros cargos, são referidas no item V do art. 48 da Lei n° 13.324/2016 e serão disciplinadas em regulamento.

(*) A GDTAF será pagá o servidor do limite máximo de 30 pontos e mínimo de 16 pontos, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo LXVII da Lei n° 13.324/2016.

A pontuação da GDTAF será distribuída da seguinte forma:

I - até 10 pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional;
II - até 3 pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho individual.

(*) Até o início dos efeitos financeiros de sua primeira avaliação de desempenho institucional, o servidor nomeado para cargo efetivo e que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDTAF, no decurso do ciclo de avaliação, receberá a gratificação no valor correspondente ao critério previsto.

Até que seja editado o regulamento de que trata o art. 67 da Lei n° 13.324/2016, serão observados os critérios estabelecidos no Decreto n° 7.133, de 19 de março de 2010.

Até que sejam editados os regulamentos de que tratam os arts. 70 e 71 da lei 13.324/2016, as progressões e promoções dos servidores integrantes do PCTAF serão concedidas com base nos critérios previstos no Decreto n° 84.669, de 29 de abril de 1980.

Aposentado - Enquadramento - quando a aposentadoria ou a instituição da pensão se der com fundamento no disposto no art. 3º, 6º e 6º-A da Emenda Constitucional n° 41, de 9 de dezembro de 2003, ou na art. 3º da Emenda Constitucional n° 47, de 6 de julho de 2005, os efeitos decorrentes da enquadramento de que trata o § 2º do art. 47 da Lei n° 13.324/2016 serão aplicados aos aposentados e pensionistas, considerado o posicionamento em que o servidor se encontrava na data da aposentadoria ou da instituição da pensão, respeitadas as alterações relativas a posicionamento decorrentes de legislações específicas.


Legisladores Correspondentes:

Lei n° 1.283 de 18.12.1950
Lei n° 5.645 de 10.12.1970
Lei n° 8.112 de 11.12.2010 no Anexo §§ único
Decreto nº 72.950 de 17.10.1973
Lei nº 7.078 de 21.12.1982
Lei nº 17.140 de 23.11.1983
Lei Delegada nº 13 de 27.08.92
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98
Medida Provisória nº 2.225-45 de 04.09.2001
Lei nº 10.331 de 18.12.2001
Lei nº 10.404 de 19.08.2001
Lei nº 10.531 de 18.12.2001
Portaria nº 363 de 21.06.2002
Lei nº 10.484 de 03.07.2002
Lei nº 10.525 de 06.08.2002
Portaria nº 29 de 29.08.2002
Lei nº 8.112 de 11.12.2010 no Anexo § único
Decreto nº 4.468 de 13.11.2002
Lei nº 7.078 de 21.12.1982
Lei nº 10.697 de 02.04.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Lei nº 10.971 de 25.11.2004
Portaria nº 61 de 19.04.2004
Lei nº 10.888 de 24.06.2004
Lei nº 10.702 de 07.08.2012 art. 64
Lei nº 10.971 de 25.11.2004
Lei nº 11.998 de 07.01.2005 art. 27 ao art. 31
Lei nº 11.344 de 08.09.2006
Lei nº 10.888 de 24.06.2004
Lei nº 10.888 de 24.06.2004
Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006 art. 22 a 29
### 42. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA *

**Plano de Carreira dos Cargos de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal Agropecuária - PCTAF**

* Cargo: Auxiliar Operacional em Agropecuária do PCTAF - MAPA

#### Nível Auxiliar

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDTAF</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDTAF</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>50 pts</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>( * )</td>
<td></td>
<td></td>
<td>( )</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

- **CLASSE PADRÃO**: III
  - **VB**: 1.293,49
  - **GDTAF**: 2.043,20
  - **ATIVO**: 3.315,06
    - **GDTAF**: 1.251,50
    - **TOTAL (em R$)**: 2.542,00

- **CLASSE ESPECIAL**: II
  - **VB**: 1.292,26
  - **GDTAF**: 2.023,20
  - **ATIVO**: 3.293,44
    - **GDTAF**: 1.251,50
    - **TOTAL (em R$)**: 2.542,54

* Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
Cargos do Quadro de Pessoal do MAPA - (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) enquadrado no PCTAF (Plano de Carreira dos Cargos de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal Agropecuária)

Os cargos de Técnico de Laboratório, de Agente de Atividades Agropecuárias, de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, de natureza especializada com formação técnica de nível médio, de Auxiliar de Laboratório e de Auxiliar Operacional em Agropecuária, com formação de nível fundamental ou equivalente, integrantes do quadro de pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento submetidos ao regime instituído pela Lei nº 8.112/1990, ficam reorganizados no Plano de Carreira dos Cargos de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal Agropecuária - PCTAF, no âmbito do Poder Executivo federal. (art. 47 da Lei nº 13.324/2016)

Os cargos de que trata o art. 47 da Lei nº 13.324/2016 serão enquadrados automaticamente no Plano de Carreira dos Cargos de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal Agropecuária - PCTAF, de acordo com as respectivas denominações, atribuições, requisitos de formação profissional, respeitada a posição do servidor na tabela de remuneração na data de entrada em vigor da Lei nº 13.324/2016, na forma do Anexo LXIV da Lei nº 13.324/2016, salvo manifestação intransitável do servidor.

A manifestação intransitável de que se refere o § 1º do art. 47 da Lei nº 13.324/2016 o servidor poderá formalizar no prazo de noventa dias, contados da data de entrada em vigor da Lei nº 13.324/2016, mediante a assinatura de termo de opção constante do Anexo LXXV à Lei nº 13.324/2016, com efeitos financeiros a partir da data de opção. (§ 1º ao 7º da Lei nº 13.324/2016).

Não são devidas as titulares dos cargos do PCTAF, a partir da entrada em vigor da Lei nº 13.324/2016, quaisquer outras vantagens que não tenham sido mencionadas nos arts. 51 e 52 da Lei nº 13.324/2016, ressalvadas as parcelas de caráter geral previstas em lei.

GD TAF - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica e Auxiliar em Fiscalização Agropecuária (Anexo LXXVIII à Lei nº 13.324, de 29 de julho de 2016)

A partir de agosto/2016 - fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica e Auxiliar em Fiscalização Agropecuária (Anexo LXXVIII à Lei nº 13.324, de 29 de julho de 2016)

A partir de agosto/2016 - fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica e Auxiliar em Fiscalização Agropecuária (Anexo LXXVIII à Lei nº 13.324, de 29 de julho de 2016)

A partir de agosto/2016 - fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica e Auxiliar em Fiscalização Agropecuária (Anexo LXXVIII à Lei nº 13.324, de 29 de julho de 2016)

A partir de agosto/2016 - fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica e Auxiliar em Fiscalização Agropecuária (Anexo LXXVIII à Lei nº 13.324, de 29 de julho de 2016)
**42. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA**

*Plano de Carreira dos Cargos de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal Agropecuária - PCTAF*

*(Servidores do PCTAF lotados e em efetivo exercício na CEPLAC/MAPA)*

* Cargo: Agente de Atividades Agropecuárias do PCTAF lotado e em efetivo exercício na CEPLAC/MAPA
* Cargo: Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal do PCTAF lotado e em efetivo exercício na CEPLAC/MAPA
* Cargo: Técnico de Laboratório do PCTAF lotado e em efetivo exercício na CEPLAC/MAPA

**Nível Intermediário**

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GECEPLAC (**)</th>
<th>GDTAF</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDTAF</th>
<th>APOSENTO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>80 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>3.313,31</td>
<td>874,00</td>
<td>4.564,00</td>
<td>5.705,00</td>
<td>8.751,31</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>3.293,55</td>
<td>812,00</td>
<td>4.500,80</td>
<td>5.626,00</td>
<td>8.606,35</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>3.273,90</td>
<td>812,00</td>
<td>4.436,80</td>
<td>5.546,00</td>
<td>8.522,70</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>3.254,37</td>
<td>755,00</td>
<td>4.377,60</td>
<td>5.472,00</td>
<td>8.386,97</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>3.196,60</td>
<td>621,00</td>
<td>4.232,00</td>
<td>5.290,00</td>
<td>8.049,60</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>3.177,54</td>
<td>578,00</td>
<td>4.172,80</td>
<td>5.216,00</td>
<td>7.928,34</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>B</td>
<td>3.139,85</td>
<td>412,00</td>
<td>4.092,00</td>
<td>5.115,00</td>
<td>7.643,85</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>3.121,13</td>
<td>382,00</td>
<td>4.035,20</td>
<td>5.044,00</td>
<td>7.538,33</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>3.102,51</td>
<td>356,00</td>
<td>3.978,40</td>
<td>4.973,00</td>
<td>7.436,91</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>3.065,72</td>
<td>254,00</td>
<td>3.900,80</td>
<td>4.876,00</td>
<td>7.220,52</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>3.047,43</td>
<td>236,00</td>
<td>3.847,20</td>
<td>4.809,00</td>
<td>7.130,63</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>3.029,26</td>
<td>219,00</td>
<td>3.792,80</td>
<td>4.741,00</td>
<td>7.041,06</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Os cargos de que trata o art. 47 da Lei nº 13.324/2016 serão enquadrados automaticamente no Plano de Carreiras dos Cargos de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal/Agropecuária - PCTAF, de acordo com as respectivas denominações, atribuições, requisitos de formação profissional, regras e a posição do servidor na tabela de remuneração na data de entrada em vigor da Lei nº 13.324/2016, na forma do Anexo LXVIII à Lei nº 13.324/2016, salvo manifestação irretroatível do servidor.

A manifestação irretroatível que se refere ao § 1° do art. 47 da Lei nº 13.324/2016 e o deverá ser formalizada no prazo de noventa dias, contado da data de entrada em vigor da Lei nº 13.324/2016, imediata e assinada pelo termo de opção constante do Anexo LXVII à Lei nº 13.324/2016, com efeitos financeiros a partir da data de opção, inclusive ao § 1° e § 2° da Lei nº 13.324/2016.

Não são devidas aos titulares dos cargos do PCTAF, a partir da entrada em vigor da Lei nº 13.324/2016, quaisquer outras vantagens que não tenham sido mencionadas nos arts. 51 e 52 da Lei nº 13.324/2016, ressalvadas as parcelas de caráter geral previstas em lei.

A partir de agosto/2016, fica instituída a GDTAF, devida aos ocupantes dos cargos do PCTAF, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, quando em exercício das atividades relativas às atribuições do cargo no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

As atribuições dos cargos que se refere ao art. 47 da Lei nº 13.324/2016, respectados às limites da formação profissional exigida para o cargo e as atribuições privativas de outros cargos, são referidas do item V do art. 48 da Lei nº 13.324/2016 e serão disciplinadas em regulamento.

( * ) A GDTAF será paga observado o limite máximo de um ponto e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo LXVIII da Lei nº 13.324/2016.

A pauta da GDTAF será distribuída da seguinte forma:
1. Até oito pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional;
2. Até oito pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho individual;

( * ) Até o início dos efeitos financeiros de sua primeira avaliação de desempenho individual, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento e cessão sem direito à percepção da GDTAF, no decorso do ciclo de avaliação, receberá a gratificação no valor correspondente a um ponto.

Até que seja editado o regulamento de que trata o art. 67 da Lei nº 13.324/2016, serão observados os critérios previstos no Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010.

Até que sejam editados os regulamentos de que tratam os arts. 70 e 71 da Lei nº 13.324/2016, as progressões e promoções dos servidores integrantes do PCTAF serão consideradas com base nos critérios previstos no Decreto nº 4.664, de 29 de abril de 1995.

Aos efeitos do Enquadramento, quando a aposentadoria for o exercício do cargo e a instalação do poder a ser exercido na posição do servidor em conformidade com o disposto nos arts. 3°, 6° e 6°-A da Emenda Constitucional nº 20/2001, os efeitos decorrentes de que trata o § 2° do art. 47 da Lei nº 13.324/2016 serão aplicados aos aposentados e pensionistas, considerando o posicionamento em que o servidor se encontrava na data da aposentadoria ou da instituição da pensão, respeitadas as alterações relativas a posse e movimento decorrentes de legislação específica.

( ** ) Aposentadoria de incorporação de gratificação de desempenho, de continuidade e acumuladas para efeitos de servidores ocupantes de cargos efetivo e de enquadramento. (art. 75 da Lei nº 13.324/2016).
### 42. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA *

Plano de Carreira dos Cargos de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal Agropecuária - PCTAF

(Servidores do PCTAF lotados e em efetivo exercício na CEPLAC/MAPA)

* Cargo: Auxiliar de Laboratório do PCTAF lotado e em efetivo exercício na CEPLAC/MAPA

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Auxiliar</th>
<th>CLASSE</th>
<th>Padrão</th>
<th>VB</th>
<th>GECEPLAC (*</th>
<th>GDTAF</th>
<th>ATIVO TOTAL (em R$)</th>
<th>APOSENTADO TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts. *</td>
<td>100 pts.</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D=(A+B)</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.458,08</td>
<td>316,00</td>
<td>2.063,20</td>
<td>2.579,00</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.419,36</td>
<td>306,00</td>
<td>2.043,20</td>
<td>2.554,00</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.381,26</td>
<td>306,00</td>
<td>2.023,20</td>
<td>2.529,00</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.343,77</td>
<td>298,00</td>
<td>2.002,40</td>
<td>2.503,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Cargo: Auxiliar de Laboratório do PCTAF lotado e em efetivo exercício na CEPLAC/MAPA
<table>
<thead>
<tr>
<th>Legislação Correspondentes</th>
<th>(\text{Lei} \times 13.324/2016)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>(\text{Decreto} \times 5.008)</td>
<td>de 08.03.2004</td>
</tr>
<tr>
<td>(\text{Portaria} \times 260)</td>
<td>de 21.06.2002</td>
</tr>
<tr>
<td>(\text{Portaria} \times 260)</td>
<td>de 21.06.2002</td>
</tr>
<tr>
<td>(\text{Decreto} \times 11.907)</td>
<td>de 02.02.2009</td>
</tr>
<tr>
<td>(\text{Portaria} \times 11.907)</td>
<td>de 02.02.2009</td>
</tr>
<tr>
<td>(\text{Decreto} \times 12.277)</td>
<td>de 30.06.2010</td>
</tr>
<tr>
<td>(\text{Portaria} \times 5.058)</td>
<td>de 11.05.2012</td>
</tr>
<tr>
<td>(\text{Portaria} \times 12.702)</td>
<td>de 07.08.2012</td>
</tr>
<tr>
<td>(\text{Portaria} \times 12.778)</td>
<td>de 28.12.2012</td>
</tr>
<tr>
<td>(\text{Decreto} \times 8.205)</td>
<td>de 12.03.2014</td>
</tr>
<tr>
<td>(\text{Lei} \times 13.324)</td>
<td>de 29.07.2016</td>
</tr>
<tr>
<td>(\text{Lei} \times 13.324)</td>
<td>de 29.07.2016</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais, Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
### 42. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA *

Plano de Carreira dos Cargos de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal Agropecuária - PCTAF  
*(Servidores do PCTAF lotados e em efetivo exercício na CEPLAC/MAPA)*

* Cargo: Auxiliar Operacional em Agropecuária do PCTAF lotado e em efetivo exercício na CEPLAC/MAPA

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Auxiliar</th>
<th>Classe</th>
<th>Patrão</th>
<th>VB</th>
<th>GGECEPLAC</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDTAF</th>
<th>APOSENTADO</th>
<th>TOTAL (em R$)</th>
<th>TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>(**)</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D=(A+B)</td>
<td>E=(A+C)</td>
<td>F</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>B</td>
<td>(**)</td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th>A</th>
<th>1.293,49</th>
<th>316,00</th>
<th>2.043,20</th>
<th>2.554,00</th>
<th>3.652,69</th>
<th>4.163,49</th>
<th>1.277,00</th>
<th>2.886,49</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>III</td>
<td>1.292,26</td>
<td>306,00</td>
<td>2.023,20</td>
<td>2.529,00</td>
<td>3.621,46</td>
<td>4.127,26</td>
<td>1.264,50</td>
<td>2.862,76</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>1.291,04</td>
<td>298,00</td>
<td>2.002,40</td>
<td>2.503,00</td>
<td>3.591,44</td>
<td>4.092,04</td>
<td>1.251,50</td>
<td>2.840,54</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>1.293,49</td>
<td>316,00</td>
<td>2.043,20</td>
<td>2.554,00</td>
<td>3.652,69</td>
<td>4.163,49</td>
<td>1.277,00</td>
<td>2.886,49</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>B</td>
<td>(**)</td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>50 pts.</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>50 pts.</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73  
  394
Elaborado:CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

**CEPLAC/MAPA - Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacauearia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

**Cargos do Quadro de Pessoal do MAPA** - (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) enquadra dos no PCTAF (Plano de Carreira dos Cargos de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal em Agropecuária)

Os cargos de Técnico de Laboratório, de Agente de Atividades Agropecuárias, de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, de natureza especializada e formação técnica de nível médio, de Auxiliar de Laboratório e de Auxiliar Operacional Agropecuário, com formação de nível fundamental ou equivalente, integram o quadro de pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento conforme a redação dada ao art. 6.112 da Lei nº 8.112 de 1990, feita na reestruturação do Plano de Carreira dos Cargos de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal em Agropecuária - PCTAF, no âmbito do Poder Executivo federal, (art. 47 da Lei nº 13.324/2016)

Os cargos de que trata o art. 47 da Lei nº 13.324/2016 serão enquadra dos automaticamente no Plano de Carreira dos Cargos de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal em Agropecuária - PCTAF, de acordo com as respectivas denominações, atribuições, requisitos de formação profissional, respeitando a posição de servidor na tabela de remuneração na data de entrada em vigor da Lei nº 13.324/2016, na forma do Anexo LXXIV da Lei nº 13.324/2016, salvo manifestação irretroatível do servidor.

As aquisições de desempenho de Atividade Técnica e Auxiliar de Fiscalização em Agropecuária (Anexo LXVIII da Lei nº 13.324, de 29 de julho de 2016) e os cargos de assistente técnico, enquadra dos na Lei nº 13.324/2016, serão disciplinados em regulamento.

A partir do ano 2016, ficam incluídos a GDTAF, devida a PCTAF, devido a servidor, quando em exercício das atividades relativas às atribuições do cargo no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e serão disciplinados nas respectivas leis de cargos gerais.

As parcelas de caráter geral previstas em lei, V B - Vencimento Básico (Anexo LXXVII a Lei nº 13.324, de 29 de julho de 2016)

GDTAF - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica e Auxiliar de Fiscalização em Agropecuária (Anexo LXVIII a Lei nº 13.324, de 29 de julho de 2016)

A partir da gratificação de desempenho do cargo, o servidor receberá, em decorrência, a GDTAF, devida a PCTAF, conforme a tabela de remuneração na data de entrada em vigor da Lei nº 13.324/2016, ressalvando as parcelas de caráter geral previstas em lei.

O art. 47 da Lei nº 13.324/2016, aplicação e estén de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, respeitando a posição de servidor no âmbito do Poder Executivo federal, (art. 47 da Lei nº 13.324/2016) e especializada com formação técnica de nível médio, deAuxiliar Operacional Agropecuário, com formação de nível fundamental ou equivalente, integram o quadro de pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento conforme a redação dada ao art. 6.112 da Lei nº 8.112 de 1990, feita na reestruturação do Plano de Carreira dos Cargos de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal em Agropecuária - PCTAF, no âmbito do Poder Executivo federal, (art. 47 da Lei nº 13.324/2016)

Os cargos de que trata o art. 47 da Lei nº 13.324/2016 serão enquadra dos automaticamente no Plano de Carreira dos Cargos de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal em Agropecuária - PCTAF, de acordo com as respectivas denominações, atribuições, requisitos de formação profissional, respeitando a posição de servidor na tabela de remuneração na data de entrada em vigor da Lei nº 13.324/2016, nas formas de Anexo LXXIV da Lei nº 13.324/2016, com efeitos financeiros à partir da data de opção, (§1º ao §7º da Lei nº 13.324/2016).

Não são devidas ao titular dos cargos do PCTAF, a partir da entrada em vigor da Lei nº 13.324/2016, quaisquer outras vantagens que não tenham sido mencionadas nos arts. 51 e 52 da Lei nº 13.324/2016, ressalvadas as parcelas de caráter geral previstas em lei.

V B - Vencimento Básico (Anexo LXXVII a Lei nº 13.324, de 29 de julho de 2016)

GDTAF - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica e Auxiliar de Fiscalização em Agropecuária (Anexo LXVIII a Lei nº 13.324, de 29 de julho de 2016)

A partir de agosto de 2016 - ficam instituída a GDTAF, devida a PCTAF, por parte do servidor, respeitando a posição de servidor no Plano de Carreira dos Cargos de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal em Agropecuária - PCTAF, devido a servidor, quando em exercício das atividades relativas às atribuições do cargo no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e serão disciplinados nas respectivas leis de cargos gerais.

A partir de agosto de 2016 - ficam enquadra dos no PCTAF, a partir da entrada em vigor da Lei nº 13.324/2016, quaisquer outras vantagens que não tenham sido mencionadas nos arts. 51 e 52 da Lei nº 13.324/2016, ressalvadas as parcelas de caráter geral previstas em lei.

O art. 47 da Lei nº 13.324/2016, aplicação e estén de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, respeitando a posição de servidor no âmbito do Poder Executivo federal, (art. 47 da Lei nº 13.324/2016)
### 42. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA *

Cargos do Quadro de Pessoal do MAPA não Enquadra do Plano de Carreira dos Cargos de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal Agropecuária - PCTAF

* Cargo: Agente de Atividades Agropecuárias do MAPA não enquadrado no PCTAF
* Cargo: Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal do MAPA não enquadrado no PCTAF

### Nível Intermediário

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDATFA (80 pts. 100 pts.)</th>
<th>ATIVO (80 pts. 100 pts.)</th>
<th>GDATFA (50 pts.)</th>
<th>APOSENTADO (50 pts.)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>D=(A+B)</td>
<td>E=(A+C)</td>
<td>F</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>3.313,31</td>
<td>4.564,00</td>
<td>5.705,00</td>
<td>7.877,31</td>
<td>9.018,31</td>
<td>2.852,50</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>3.293,55</td>
<td>4.500,80</td>
<td>5.626,00</td>
<td>7.794,35</td>
<td>8.919,55</td>
<td>2.813,00</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>3.273,90</td>
<td>4.436,80</td>
<td>5.546,00</td>
<td>7.710,70</td>
<td>8.819,90</td>
<td>2.773,00</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>3.254,37</td>
<td>4.377,60</td>
<td>5.472,00</td>
<td>7.631,97</td>
<td>8.726,37</td>
<td>2.736,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

|        |        |    |                          | TOTAL (em R$)            |                 | TOTAL (em R$)     |
|        |        | A  | B                        |                          |                 |                   |
|        |        |    |                          | D=(A+B)                 | E=(A+C)         | F                 |
|        |        |    |                          | TOTAL (em R$)            |                 | TOTAL (em R$)     |
|        |        |        |                          |                          |                 |                   |

| C      |        |    |                          |                          |                 |                   |
|        |        |    |                          |                          |                 |                   |
| II     | 3.196,60 | 4.232,00 | 5.290,00 | 7.428,60 | 8.486,60 | 2.645,00 | 5.841,60 |
| I      | 3.177,54 | 4.172,80 | 5.216,00 | 7.350,34 | 8.393,54 | 2.608,00 | 5.785,54 |

| B      |        |    |                          |                          |                 |                   |
|        |        |    |                          |                          |                 |                   |
| III    | 3.139,85 | 4.092,00 | 5.115,00 | 7.231,85 | 8.254,85 | 2.557,50 | 5.697,35 |
| II     | 3.121,13 | 4.035,20 | 5.044,00 | 7.156,33 | 8.165,13 | 2.522,00 | 5.643,13 |
| I      | 3.102,51 | 3.978,40 | 4.973,00 | 7.080,91 | 8.075,51 | 2.486,50 | 5.589,01 |

| A      |        |    |                          |                          |                 |                   |
|        |        |    |                          |                          |                 |                   |
| III    | 3.065,72 | 3.900,80 | 4.876,00 | 6.966,52 | 7.941,72 | 2.438,00 | 5.503,72 |
| II     | 3.047,43 | 3.847,20 | 4.809,00 | 6.894,63 | 7.856,43 | 2.404,50 | 5.451,93 |
| I      | 3.029,26 | 3.792,80 | 4.741,00 | 6.822,06 | 7.770,26 | 2.370,50 | 5.399,76 |
Os cargos de Técnico de Laboratório, de Agente de Atividades Agropecuárias, de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, de natureza especializada com formação técnica de nível médio, de Auxiliar de Laboratório e de Auxiliar Operacional em Agropecuária, com formação de nível fundamental ou equivalente, integrantes do quadro de pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento submetidos ao regime instituído pela Lei nº 8.112/1990, ficam reorganizados no Plano de Carreira dos Cargos de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal Agropecuária - PCTAF, no âmbito do Poder Executivo federal. (art. 47 da Lei nº 13.324/2016)

Os cargos de que trata o art. 47 da Lei nº 13.324/2016 serão enquadrados automaticamente no Plano de Carreira dos Cargos de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal Agropecuária - PCTAF, de acordo com as respectivas denominações, atribuições, requisitos de formação profissional, respeitada a posição do servidor na tabela de remuneração na data de entrada em vigor da Lei nº 13.324/2016, na forma do Anexo LXXIV da Lei nº 13.324/2016, salvo manifestação irretratável do servidor.
### 42. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA*

Cargos do Quadro de Pessoal do MAPA não Enquadram os no Plano de Carreira dos Cargos de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal Agropecuária - PCTAF

* Cargo: Técnico de Laboratório do MAPA não enquadrado no PCTAF

#### Nível Intermediário

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classe</th>
<th>Padrão</th>
<th>VB</th>
<th>GDATFA</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDATFA</th>
<th>APOSENTO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>(*)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>D=(A+B)</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td></td>
<td>3.313,31</td>
<td>4.564,00</td>
<td>5.705,00</td>
<td>7.877,31</td>
<td>9.018,31</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td></td>
<td>3.293,55</td>
<td>4.500,80</td>
<td>5.626,00</td>
<td>7.794,35</td>
<td>8.919,55</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td></td>
<td>3.273,90</td>
<td>4.436,80</td>
<td>5.546,00</td>
<td>7.710,70</td>
<td>8.819,90</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td></td>
<td>3.254,37</td>
<td>4.377,60</td>
<td>5.472,00</td>
<td>7.631,97</td>
<td>8.726,37</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>ESPECIAL</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td></td>
<td>3.196,60</td>
<td>4.232,00</td>
<td>5.290,00</td>
<td>7.428,60</td>
<td>8.486,60</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td></td>
<td>3.177,54</td>
<td>4.172,80</td>
<td>5.216,00</td>
<td>7.350,34</td>
<td>8.393,54</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>C</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td></td>
<td>3.139,85</td>
<td>4.092,00</td>
<td>5.115,00</td>
<td>7.231,85</td>
<td>8.254,85</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td></td>
<td>3.121,13</td>
<td>4.035,20</td>
<td>5.044,00</td>
<td>7.156,33</td>
<td>8.165,13</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td></td>
<td>3.102,51</td>
<td>3.978,40</td>
<td>4.973,00</td>
<td>7.080,91</td>
<td>8.075,51</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>B</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td></td>
<td>3.065,72</td>
<td>3.900,80</td>
<td>4.876,00</td>
<td>6.966,52</td>
<td>7.941,72</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td></td>
<td>3.047,43</td>
<td>3.847,20</td>
<td>4.809,00</td>
<td>6.894,63</td>
<td>7.856,43</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td></td>
<td>3.029,26</td>
<td>3.792,80</td>
<td>4.741,00</td>
<td>6.822,06</td>
<td>7.770,26</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Cargos de Atividades Técnicas da Fiscalização Agropecuária do Quadro de Pessoal do MAPA *

(Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) **não enquadrados no PCTAF** (Plano de Carreira dos Cargos de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal Agropecuária)

Os cargos de Técnico de Laboratório, de Agente de Atividades Agropecuárias, de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, de natureza especializada com formação técnica de nível médio, de Auxiliar de Laboratório e de Auxiliar Operacional em Agropecuária, com formação de nível fundamental ou equivalente, integrantes do quadro de pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, submetidos ao regime e instituído pela Lei nº 8.112/1990, ficam reorganizados no Plano de Carreira dos Cargos de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal Agropecuária - PCTAF, no âmbito do Poder Executivo federal. (art. 47 da Lei nº 13.324/2016)

Os cargos de que trata o art. 47 da Lei nº 13.324/2016 serão enquadrados automaticamente no Plano de Carreira dos Cargos de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal Agropecuária - PCTAF, de acordo com as respectivas denominações, atribuições, requisitos de formação profissional, respeitada a posição do servidor na tabela de remuneração, na data de entrada em vigor da Lei nº 13.324/2016, na forma do Anexo LXXIV da Lei nº 13.324/2016, salvo manifestação irretroatível do servidor.

Fica instituída, a partir de 1º de abril de 2002, a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária - GDATFA, devida aos ocupantes dos cargos de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal e de Agente de Atividades Agropecuárias, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no Mapa (art. 1º da Lei nº 10.484/2002 e art. 64 da Lei nº 12.702/2012)

Fica estendida aos ocupantes dos cargos de Técnico de Laboratório, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, a partir de 1º de fevereiro de 2006, a concessão da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária - GDATFA, instituída pela Lei no 10.484, de 3 de julho de 2002, (art. 24 da Lei nº 11.344/2006).

**V B - Vencimento Básico** (Anexo XIV-A à Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006)

GDATFA - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária (Anexo à Lei nº 10.484, de 3 de julho de 2002)

( * ) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a oitenta pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da MP 431/2008)

( ** ) A GDATFA será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo da Lei nº 10.484/2002. Lei nº 11.784/2008

A pontuação referente à GDATFA será assim distribuída:
I - até 20 (vinte) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e
II - até 80 (oitenta) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

( *** ) A opção da GDATFA é assinada pela MAPA - aposentado/pensionista art. 87 da Lei nº 13.324, de 2016.

Legislações Correspondentes:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Lei nº 1.283 de 18.12.1950</th>
<th>Lei nº 10.484 de 03.07.2002</th>
<th>Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006 art. 22 a 29</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Lei nº 5.645 de 10.12.1970</td>
<td>Lei nº 10.525 de 06.08.2002</td>
<td>Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.112 de 11.12.90 art.40 § único</td>
<td>Portaria nº 29 de 29.08.2002</td>
<td>Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008</td>
</tr>
<tr>
<td>Decreto nº 10.331 de 18.12.1973</td>
<td>Portaria nº 442 de 31.10.2002</td>
<td>Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 43</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 7.140 de 23.11.1983</td>
<td>Medida Provisória nº 116 de 02.04.2003</td>
<td>Lei nº 11.907 de 02.02.2009 - art.220</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei Delegada nº 13 de 27.08.92</td>
<td>Lei nº 10.697 de 02.07.2003</td>
<td>Decreto nº 7.133 de 19.03.2010</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.880 de 27.05.94</td>
<td>Lei nº 10.698 de 02.07.2003</td>
<td>Decreto nº 5.008 de 08.03.2004</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2.194-6 de 23.08.2001</td>
<td>Decreto nº 4.247 de 22.05.2002</td>
<td>Decreto nº 13.328 de 29.07.2016 art.67</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001</td>
<td>Portaria nº 61 de 19.04.2004</td>
<td>Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art.44 ao art.46 e art.47 e art.87</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.331 de 18.12.2001</td>
<td>Lei nº 10.888 de 24.06.2004</td>
<td>Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 35 de 27.03.2002</td>
<td>Decreto nº 4.247 de 22.05.2002</td>
<td>Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
42. **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA** *

Cargos do Quadro de Pessoal do MAPA não Enquadados no Plano de Carreira dos Cargos de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal Agropecuária - PCTAF

* Cargo: Auxiliar de Laboratório do MAPA não enquadrado no PCTAF

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Auxiliar</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>CLASS</strong></td>
<td><strong>PADRÃO</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>IV</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>III</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>II</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>I</strong></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
Cargos de Atividades Técnicas da Fiscalização Agropecuária do Quadro de Pessoal do MAPA*: (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) não enquadrados no PCTAF (Plano de Carreira dos Cargos de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal Agropecuária)

Os cargos de Técnico de Laboratório, de Agente de Atividades Agropecuárias, de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, de natureza especializada com formação técnica de nível médio, de Auxiliar de Laboratório e de Auxiliar Operacional em Agropecuária, com formação de nível fundamental ou equivalente, integrantes do quadro de pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento submetidos ao regime e instituído pela Lei nº 8.112/1990, ficam reorganizados no Plano de Carreira dos Cargos de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal Agropecuária - PCTAF, no âmbito do Poder Executivo federal. (art. 47 da Lei nº 13.324/2016)

Os cargos de que trata o art. 47 da Lei nº 13.324/2016 serão enquadrados automaticamente no Plano de Carreira dos Cargos de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal Agropecuária - PCTAF, de acordo com as respectivas denominações, atribuições, requisitos de formação profissional, respeitada a posição do servidor na tabela de remuneração na data de entrada em vigor da Lei nº 13.324/2016, salvo manifestação irremissível do servidor.

Fica instituída, a partir de 1º de abril de 2002, a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária - GDATFA, devida aos ocupantes dos cargos de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal e de Agente de Atividades Agropecuárias, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no Mapa (art. 1º da Lei nº 10.484/2002 e art. 64 da Lei nº 12.702/2012).

Fica estendida aos ocupantes dos cargos de Auxiliar de Laboratório pertencentes ao Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, a partir de 1º de fevereiro de 2006, a concessão da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária - GDATFA, instituída pela Lei no 10.484, de 3 de julho de 2002. (art. 24 da Lei nº 11.344/2006).

GDATFA - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária (Anexo à Lei nº 10.484, de 3 de julho de 2002)

( * ) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a oitenta pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da MP 431/2008)

( * ) A GDATFA será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo da Lei nº 10.484/2002. Lei nº 11.784/2008

A pontuação referente a GDATFA será assim distribuída:

I - até 20 (vinte), pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até 80 (oitenta) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

( ** ) A GDATFA será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo da Lei nº 10.484/2002. Lei nº 11.784/2008

A GDATFA será aplicada de acordo com a respectiva denominação, atribuições, requisitos de formação profissional.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 1.283 de 18.12.1950
Lei nº 5.645 de 10.12.1970
Lei nº 8.112 de 11.12.90 art. 46 § único
Decreto nº 72.950 de 17.10.1973
Lei nº 7.079 de 21.12.1982
Lei nº 7.140 de 23.11.1983
Lei Delegada nº 13 de 27.08.92
Lei nº 8.880 de 27.05.94
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98
Medida Provisória nº 2194-6 de 23.08.2001
Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001
Lei nº 10.331 de 18.12.2001
Lei nº 10.404 de 09.01.2002
Medida Provisória nº 35 de 27.03.2002
Decreto nº 4.247 de 22.05.2002
Portaria nº 260 de 21.06.2002
Portaria nº 363 de 21.06.2002
### 43. PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS (PCC)

Cargo: Médico do Plano de Classificação de Cargos-PCC, de que trata a Lei n° 5.645, de 1970

Cargo: Médico do Trabalho do Plano de Classificação de Cargos-PCC, de que trata a Lei n° 5.645, de 1970

Cargo: Médico Veterinário do Plano de Classificação de Cargos-PCC, de que trata a Lei n° 5.645, de 1970

#### Nível Superior - 20 h

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classe</th>
<th>Padrão</th>
<th>VB</th>
<th>GDM-PCC</th>
<th>ATIVO</th>
<th>APOSENTO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>(%) 80 pts.</td>
<td>(%) 100 pts.</td>
<td></td>
<td>(%) 80 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>1.503.91</td>
<td>4.270.00</td>
<td>5.341.00</td>
<td>I</td>
<td>1.503.91</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1.449.01</td>
<td>4.147.20</td>
<td>5.184.20</td>
<td>I</td>
<td>1.449.01</td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td>1.459.38</td>
<td>3.972.00</td>
<td>4.666.00</td>
<td>I</td>
<td>1.459.38</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### Nível Superior - 40 h

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classe</th>
<th>Padrão</th>
<th>VB</th>
<th>GDM-PCC</th>
<th>ATIVO</th>
<th>APOSENTO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>(%) 80 pts.</td>
<td>(%) 100 pts.</td>
<td></td>
<td>(%) 80 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>1.503.91</td>
<td>4.270.00</td>
<td>5.341.00</td>
<td>I</td>
<td>1.503.91</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1.449.01</td>
<td>4.147.20</td>
<td>5.184.20</td>
<td>I</td>
<td>1.449.01</td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td>1.459.38</td>
<td>3.972.00</td>
<td>4.666.00</td>
<td>I</td>
<td>1.459.38</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
Jornada de Trabalho de Médico, Médico do Trabalho e Médico Veterinário é de: 20 horas
Nível Superior - 20 h - A jornada de trabalho dos ocupantes do cargo de Médico, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o art. 40 da Lei nº 12.702/2012 é de 20 (vinte) horas semanais. (§ 1º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)
Nível Superior - 40 h - Os ocupantes dos cargos efetivos de que trata o art. 41 da Lei nº 12.702/2012 poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira. (§§ 2º e 3º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

VB - Vencimento Básico (Anexo XLV à Lei no 12.702, de 7 de agosto de 2012)
( *) VB - de 20 h e 40 h anexo XLV da Lei nº 12.702/2012
GDM-PCC - Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970. (Anexo XLV à Lei no 12.702, de 7 de agosto de 2012)

Fica instituída, a partir de 1º de julho de 2012, a GDM-PCC devida, exclusivamente, aos servidores ocupantes do cargo de Médico, Médico do Trabalho e Médico Veterinário, quando em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no órgão ou entidade de lotação.

( ** ) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho a que faz jus, no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente à oitenta pontos.

( ** ) A GDM-PCC terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes, padrões e jornada de trabalho, ao valor estabelecido no Anexo XLV da Lei nº 12.702/2012.

A pontuação máxima da GDM-PCC será assim distribuída: I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional. (§ 4º até § 17 da Lei nº 12.702/2012)

As Gratificações de Desempenho de Atividade Médica de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 serão atribuídas em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos para as gratificações de desempenho que os servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 percebiam na data de publicação desta Lei, inclusive para fins de incorporação dela aos proventos de aposentadoria e às pensões, até que seja editado ato que regulamente os critérios e procedimentos específicos para as referidas gratificações. (§ 2º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

( *** ) Aposentado - A mudança da gratificação de desempenho atualmente percebida pelos servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 para as Gratificações de Desempenho de Atividade Médica do respectivo Plano de Cargos ou Carreira ou Quadro de Pessoal não representa descontinuidade de sua percepção para efeito de aposentadoria e ciclo de avaliação de desempenho. (§ 1º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

Legislações Correspondentes:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Lei nº</th>
<th>Data de Entrada</th>
<th>Portaria nº</th>
<th>Data de entrada</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>3.780</td>
<td>12.07.1960</td>
<td>29.08.2002</td>
<td>29.08.2002</td>
</tr>
<tr>
<td>8.112</td>
<td>11.12.1990</td>
<td>29.08.2002</td>
<td>116</td>
</tr>
<tr>
<td>8.645</td>
<td>27.08.92</td>
<td>40.04.2002</td>
<td>29.08.2002</td>
</tr>
<tr>
<td>8.646</td>
<td>17.09.92</td>
<td>698</td>
<td>02.07.2003</td>
</tr>
<tr>
<td>8.622</td>
<td>19.01.93</td>
<td>698</td>
<td>02.07.2003</td>
</tr>
<tr>
<td>8.645</td>
<td>01.04.93</td>
<td>698</td>
<td>02.07.2003</td>
</tr>
<tr>
<td>8.659</td>
<td>27.05.93</td>
<td>698</td>
<td>02.07.2003</td>
</tr>
<tr>
<td>8.676</td>
<td>13.07.93</td>
<td>698</td>
<td>02.07.2003</td>
</tr>
<tr>
<td>8.820</td>
<td>27.05.94</td>
<td>698</td>
<td>02.07.2003</td>
</tr>
<tr>
<td>MARE nº 2.179</td>
<td>28.07.98</td>
<td>248</td>
<td>20.04.2005</td>
</tr>
<tr>
<td>2194-6</td>
<td>23.08.2001</td>
<td>288</td>
<td>30.03.2006</td>
</tr>
<tr>
<td>2225-45</td>
<td>04.09.2001</td>
<td>441</td>
<td>29.08.2008</td>
</tr>
<tr>
<td>10.404</td>
<td>09.01.2002</td>
<td>588</td>
<td>11.05.2012</td>
</tr>
<tr>
<td>35</td>
<td>27.03.2002</td>
<td>588</td>
<td>11.05.2012</td>
</tr>
<tr>
<td>4.247</td>
<td>22.05.2002</td>
<td>720</td>
<td>07.08.2012</td>
</tr>
<tr>
<td>525</td>
<td>06.08.2002</td>
<td>3324</td>
<td>29.07.2016</td>
</tr>
<tr>
<td>4.468</td>
<td>13.11.2002</td>
<td>403</td>
<td>11.05.2012</td>
</tr>
</tbody>
</table>
### 43. PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS (PCC)

**Cargos:**
- Engenheiro Agrônomo do PCC (Exceto do INCRA e Cargos Específicos Lei nº 12.277/2010)
- Farmacêutico do PCC
- Químico do PCC

(Servidores alcançados pelo Anexo V da Lei nº 9.367/96 e Lei nº 6.550/78 conforme art. 1º da Lei nº 10.404/2002)

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>ANEXO IX</th>
<th>A</th>
<th>B</th>
<th>C</th>
<th>D</th>
<th>E=(A+B+C)</th>
<th>F=(A+B+D)</th>
<th>G</th>
<th>H=(A+B+G)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.81361</td>
<td>115.62</td>
<td></td>
<td>5.40283</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.79036</td>
<td>112.01</td>
<td></td>
<td>5.38287</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.76739</td>
<td>108.52</td>
<td></td>
<td>5.33491</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>V</td>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.73104</td>
<td>105.14</td>
<td></td>
<td>5.73798</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>V</td>
<td>B</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.70882</td>
<td>101.86</td>
<td></td>
<td>5.62188</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>B</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.68690</td>
<td>98.68</td>
<td></td>
<td>5.50798</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.66526</td>
<td>95.61</td>
<td></td>
<td>5.39687</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.64389</td>
<td>93.13</td>
<td></td>
<td>5.28962</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.62281</td>
<td>89.73</td>
<td></td>
<td>5.18414</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>V</td>
<td>D</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.58942</td>
<td>86.94</td>
<td></td>
<td>5.01236</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>V</td>
<td>E</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.56903</td>
<td>84.23</td>
<td></td>
<td>4.91426</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>E</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.54891</td>
<td>81.59</td>
<td></td>
<td>4.81830</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>E</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.52904</td>
<td>79.05</td>
<td></td>
<td>4.72509</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>F</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.50941</td>
<td>76.59</td>
<td></td>
<td>4.63400</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>F</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.49003</td>
<td>74.18</td>
<td></td>
<td>4.54501</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>V</td>
<td>G</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.45938</td>
<td>71.88</td>
<td></td>
<td>4.39986</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>G</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.44063</td>
<td>69.64</td>
<td></td>
<td>4.31647</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>G</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.42216</td>
<td>67.47</td>
<td></td>
<td>4.23583</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>G</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.40392</td>
<td>65.36</td>
<td></td>
<td>4.15728</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>G</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.38591</td>
<td>63.32</td>
<td></td>
<td>4.08023</td>
</tr>
</tbody>
</table>

| GDATA 60 pts. | 4.26720 | 7.11200 | 6.19643 | 9.04123 | 2.13360 | 4.06283 |
| GDATA 100 pts. | 4.06680 | 6.77800 | 5.94271 | 8.65391 | 2.03440 | 3.90931 |

<table>
<thead>
<tr>
<th>ATIVO TOTAL (em R$)</th>
<th>60 pts.</th>
<th>100 pts.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>6.06757</td>
<td>8.84437</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>5.94271</td>
<td>8.65391</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>5.73798</td>
<td>8.33918</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>5.62188</td>
<td>8.16268</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>5.50798</td>
<td>7.98958</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>5.39687</td>
<td>7.82087</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>5.28962</td>
<td>7.65802</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>5.18414</td>
<td>7.49854</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>5.01236</td>
<td>7.23636</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>4.91426</td>
<td>7.08826</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>4.81830</td>
<td>6.94350</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>4.72509</td>
<td>6.80309</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>4.63400</td>
<td>6.66600</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>4.54501</td>
<td>6.53221</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>4.39986</td>
<td>6.31226</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>4.31647</td>
<td>6.18727</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>4.23583</td>
<td>6.06663</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>4.15728</td>
<td>5.94928</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>4.08023</td>
<td>5.83423</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>TOTAL (em R$)</th>
<th>60 pts.</th>
<th>100 pts.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>2.13360</td>
<td>4.06283</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2.08260</td>
<td>3.98497</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>1.95090</td>
<td>3.78708</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>1.90560</td>
<td>3.71628</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>1.86120</td>
<td>3.64678</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>1.81800</td>
<td>3.57887</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>1.77630</td>
<td>3.51332</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>1.73580</td>
<td>3.44834</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>1.66800</td>
<td>3.34436</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>1.63050</td>
<td>3.28376</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>1.59390</td>
<td>3.22440</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>1.55850</td>
<td>3.16659</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>1.52400</td>
<td>3.11000</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>1.49040</td>
<td>3.05461</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>1.43430</td>
<td>2.96556</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>1.40310</td>
<td>2.81328</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>1.37310</td>
<td>2.86273</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>1.34400</td>
<td>2.76473</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
**VB** - Vencimento Básico - Anexo XL da MP 441/2008

**GAE** - Gratificação de Atividade Executiva - 160% sobre o vencimento básico - Lei Delegada nº 13/1992

**ANEXO IX** - da Lei nº 8.460/92 - valor fixado em tabela (com reajuste linear)

**GDATA** - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa

Cálculo da GDATA - Valor dos pontos estabelecido na Lei nº 10.971/04

(*) O limite global de pontuação mensal por nível de que dispõe cada órgão ou entidade para ser atribuído aos servidores, em cada ciclo de avaliação, corresponderá a 60 (sessenta) vezes o número de servidores ativos por nível, que faz jus à GDATA, em exercício no órgão ou entidade. (art.3º da Lei 10.971/2004)

A GDATA será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seu respectivo valor, ao valor estabelecido no Anexo I à Lei nº 10.971, de 25 de novembro de 2004.. (art.67 da Lei nº 12.702/2012)

A GDATA será paga em conjunto, de forma não cumulativa, com a GAE e não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens. GDATA instituída a partir de 1º de fevereiro de 2002 devida aos servidores alcançados pelo Anexo V à Lei nº 9.367, de 16 de dezembro de 1996, e pela Lei nº 6.550, de 5 de julho de 1978, que não estejam organizados em carreira, que não tenham tido alteração em sua estrutura remuneratória entre 30 de setembro de 2001 e a data da publicação desta lei, bem como não percebam qualquer outra espécie de vantagem que tenha como fundamento o desempenho profissional, individual ou institucional ou a produção, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo nos órgãos ou entidades da administração pública federal. (art 1º da Lei nº 10.404/2002 e art. 68 da MP nº 568/2012)

(**) Aposentado - GAE - integrará os proventos da aposentadoria e as pensões, Lei Delegada nº 13 de 27.08.1982

(**) Aposentado - GDATA art. 5º da Lei nº 10.404 de 10.01.2002

(**) Opção da GDATA - aposentado/pensionista art. 87 da Lei nº 13.324, de 2016.

Legislações Correspondentes:

- Lei nº 3.780 de 12.07.1960
- Lei nº 5.645 de 10.12.1970
- Lei nº 8.112 de 11.12.90 art. 40 § único
- Lei Delegada nº 13 de 27.08.92
- Lei nº 8.460 de 17.09.92
- Lei nº 8.822 de 19.01.93
- Lei nº 8.645 de 01.04.93
- Lei nº 8.659 de 27.05.93
- Lei nº 8.675 art.4º de 13.07.93
- Lei nº 8.880 de 27.05.94
- Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98
- Medida Provisória nº 2194-6 de 23.08.2001
- Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001
- Lei nº 10.331 de 18.12.2001
- Lei nº 10.404 de 09.01.2002
- Medida Provisória nº 35 de 27.03.2002
- Decreto 4.247 de 22.05.2002
- Portaria nº 260 de 21.06.2002
- Portaria nº 363 de 21.06.2002
- Lei nº 10.525 de 06.08.2002
- Decreto nº 4.468 de 13.11.2002
- Portaria nº 29 de 29.08.2002

- Portaria nº 442 de 31.10.2002
- Medida Provisória nº 116 de 02.04.2003
- Lei nº 10.697 de 02.07.2003
- Lei nº 10.698 de 02.07.2003
- Lei nº 10.699 de 09.07.2003
- Lei nº 10.888 de 24.08.2004
- Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004
- Lei nº 10.971 de 25.11.2004
- Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005
- Medida Provisória nº 288 de 30.03.2006
- Lei nº 11.321 de 07.07.2006
- Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
- Lei nº 11.907 de 02.02.2009
- Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 68, art.69 e art.93
- Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 67, art. 68 e art. 90
- Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 64
- Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art.7 e art. 8 e art. 87
### 43. PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS (PCC)

**Cargos de Nível Superior do Plano de Classificação de Cargos-PCC**

(Servidores alcançados pelo Anexo V da Lei nº 9.367/96 e Lei nº 6.550/78 conforme art. 1º da Lei nº 10.404/2002)

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>POSIÇÃO: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>CLASSE</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

|        |        |        |       |       |       |         |     |       |       |       |       |       | |
| A      |        |        | 1.813,61 | 4.267,20 | 7.112,00 | 6.080,61 | 8.925,61 | 2.133,60 | 3.947,21 |
| II     |        |        | 1.790,36 | 4.165,20 | 6.942,00 | 5.955,56 | 8.732,36 | 2.082,60 | 3.872,96 |
| I      |        |        | 1.767,39 | 4.066,80 | 6.778,00 | 5.834,19 | 8.545,39 | 2.033,40 | 3.800,79 |
| B      |        |        | 1.731,04 | 3.901,80 | 6.503,00 | 5.632,84 | 8.234,04 | 1.950,90 | 3.681,94 |
| V      |        |        | 1.708,82 | 3.811,20 | 6.532,00 | 5.520,02 | 8.060,82 | 1.905,60 | 3.614,42 |
| IV     |        |        | 1.686,90 | 3.722,40 | 6.204,00 | 5.409,30 | 7.890,90 | 1.861,20 | 3.546,10 |
| III    |        |        | 1.665,26 | 3.636,00 | 6.060,00 | 5.301,26 | 7.725,26 | 1.818,00 | 3.483,26 |
| II     |        |        | 1.643,89 | 3.552,60 | 5.921,00 | 5.196,49 | 7.564,69 | 1.776,30 | 3.420,19 |
| I      |        |        | 1.622,81 | 3.471,60 | 5.786,00 | 5.094,41 | 7.408,81 | 1.735,80 | 3.358,51 |
| C      |        |        | 1.589,42 | 3.336,00 | 5.560,00 | 4.925,42 | 7.149,42 | 1.668,00 | 3.257,42 |
| V      |        |        | 1.569,03 | 3.261,00 | 5.435,00 | 4.830,03 | 7.005,03 | 1.605,50 | 3.199,53 |
| IV     |        |        | 1.548,91 | 3.187,80 | 5.315,00 | 4.735,71 | 6.861,91 | 1.593,00 | 3.142,81 |
| III    |        |        | 1.529,04 | 3.117,00 | 5.195,00 | 4.646,04 | 6.724,04 | 1.558,50 | 3.087,54 |
| II     |        |        | 1.508,41 | 3.048,00 | 5.080,00 | 4.557,41 | 6.599,41 | 1.524,00 | 3.033,41 |
| I      |        |        | 1.490,03 | 2.980,80 | 4.960,00 | 4.470,83 | 6.458,03 | 1.490,40 | 2.980,43 |
| D      |        |        | 1.459,38 | 2.868,60 | 4.731,00 | 4.327,98 | 6.240,38 | 1.434,30 | 2.893,68 |
| V      |        |        | 1.440,63 | 2.806,20 | 4.677,00 | 4.246,83 | 6.117,63 | 1.403,10 | 2.843,73 |
| IV     |        |        | 1.422,16 | 2.746,20 | 4.577,00 | 4.186,36 | 5.999,16 | 1.373,70 | 2.795,26 |
| III    |        |        | 1.403,92 | 2.688,00 | 4.460,00 | 4.091,92 | 5.883,92 | 1.344,00 | 2.747,92 |
| II     |        |        | 1.385,91 | 2.631,00 | 4.385,00 | 4.016,91 | 5.770,91 | 1.315,50 | 2.701,41 |
VB - Vencimento Básico - Anexo XL da MP 441/2008
GDATA - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa

Cálculo da GDATA - Valor dos pontos estabelecido na Lei nº 10.971/04

(*) O limite global de pontuação mensal por nível de que dispõe cada órgão ou entidade para ser atribuído aos servidores, em cada ciclo de avaliação, corresponderá a 60 (sessenta) vezes o número de servidores ativos por nível, que faz jus à GDATA, em exercício no órgão ou entidade. (art. 3º da Lei 10.971/2004)

A GDATA será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seu respectivo nível, ao valor estabelecido no Anexo I à Lei nº 10.971, de 25 de novembro de 2004. (art.67 da Lei nº 12.702/2012)

A GDATA será paga em conjunto, de forma não cumulativa, com a GAE e não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens.

GDATA instituída a partir de 1º de fevereiro de 2002 devida aos servidores alcançados pelo Anexo V à Lei nº 9.367, de 16 de dezembro de 1996, e pela Lei nº 6.550, de 5 de julho de 1978, que não estejam organizados em carreira, que não tenham tido alteração em sua estrutura remuneratória entre 30 de setembro de 2001 e a data da publicação desta Lei, bem como não percebam qualquer outra espécie de vantagem que tenha como fundamento o desempenho profissional, individual ou institucional ou a produção, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo nos órgãos ou entidades da administração pública federal. (art 1º da Lei nº 10.404/2002 e art. 68 da MP nº 568/2012)

(**) Aposentado - GAE - integrará os proventos da aposentadoria e as pensões. Lei Delegada nº 13 de 27.08.1982

(**) Aposentado - GDATA art. 5º da Lei nº 10.404 de 10.01.2002

(**) Opção da GDATA - aposentado/pensionista art. 87 da Lei nº 13.324, de 2016.

Legislações Correspondentes:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Lei nº 3.780 de 12.07.1960</th>
<th>Portaria nº 29 de 29.08.2002</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Lei nº 8.112 de 11.12.90 art. 40 § único</td>
<td>Medida Provisória nº 116 de 02.04.2003</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei Delegada nº 13 de 27.08.92</td>
<td>Lei nº 10.697 de 02.07.2003</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.460 de 17.09.92</td>
<td>Lei nº 10.698 de 02.07.2003</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.622 de 19.01.93</td>
<td>Lei nº 10.699 de 09.07.2003</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.645 de 01.04.93</td>
<td>Lei nº 10.888 de 24.06.2004</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.659 de 27.05.93</td>
<td>Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.676 art.4º de 13.07.93</td>
<td>Lei nº 10.971 de 25.11.2004</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.880 de 27.05.94</td>
<td>Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98</td>
<td>Medida Provisória nº 288 de 30.03.2006</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2194-6 de 23.08.2001</td>
<td>Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.331 de 18.12.2001</td>
<td>Lei nº 11.907 de 02.02.2009</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.404 de 09.01.2002</td>
<td>Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 68, art.69 e art.93</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 35 de 27.03.2002</td>
<td>Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 67, art. 68 e art. 90</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 260 de 21.06.2002</td>
<td>Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 64</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 363 de 21.06.2002</td>
<td>Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art.7 e art. 8 e art. 87</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.525 de 06.08.2002</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Decreto nº 4.468 de 13.11.2002</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
# 43. PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS (PCC)

Cargos de Nível Intermediário do Plano de Classificação de Cargos-PCC
(Servidores alcançados pelo Anexo V da Lei nº 9.367/96 e Lei nº 6.550/78 conforme art. 1º da Lei nº 10.404/2002)

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Intermediário</th>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDATA</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDATA</th>
<th>APOSENTO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>60 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>30 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td>III</td>
<td>1.406,94</td>
<td>1.090,80</td>
<td>1.818,00</td>
<td>2.497,74</td>
<td>3.224,94</td>
<td>545,40</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>1.405,54</td>
<td>1.090,80</td>
<td>1.818,00</td>
<td>2.496,34</td>
<td>3.223,54</td>
<td>545,40</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>1.404,15</td>
<td>1.090,80</td>
<td>1.818,00</td>
<td>2.494,95</td>
<td>3.222,15</td>
<td>545,40</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VI</td>
<td>1.402,76</td>
<td>1.090,80</td>
<td>1.818,00</td>
<td>2.493,56</td>
<td>3.220,76</td>
<td>545,40</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td>1.401,37</td>
<td>1.090,80</td>
<td>1.818,00</td>
<td>2.492,17</td>
<td>3.219,37</td>
<td>545,40</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>1.399,97</td>
<td>1.090,80</td>
<td>1.818,00</td>
<td>2.490,77</td>
<td>3.217,97</td>
<td>545,40</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>1.398,58</td>
<td>1.090,80</td>
<td>1.818,00</td>
<td>2.489,38</td>
<td>3.216,58</td>
<td>545,40</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>1.397,19</td>
<td>1.090,80</td>
<td>1.818,00</td>
<td>2.487,99</td>
<td>3.215,19</td>
<td>545,40</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>1.395,80</td>
<td>1.090,80</td>
<td>1.818,00</td>
<td>2.486,60</td>
<td>3.213,80</td>
<td>545,40</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VI</td>
<td>1.394,41</td>
<td>1.090,80</td>
<td>1.818,00</td>
<td>2.485,21</td>
<td>3.212,41</td>
<td>545,40</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td>1.393,01</td>
<td>1.090,80</td>
<td>1.818,00</td>
<td>2.483,81</td>
<td>3.211,01</td>
<td>545,40</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>1.391,62</td>
<td>1.090,80</td>
<td>1.818,00</td>
<td>2.482,42</td>
<td>3.209,62</td>
<td>545,40</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>1.390,23</td>
<td>1.090,80</td>
<td>1.818,00</td>
<td>2.481,03</td>
<td>3.208,23</td>
<td>545,40</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>1.388,84</td>
<td>1.090,80</td>
<td>1.818,00</td>
<td>2.479,64</td>
<td>3.206,84</td>
<td>545,40</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>1.387,45</td>
<td>1.090,80</td>
<td>1.818,00</td>
<td>2.478,25</td>
<td>3.205,45</td>
<td>545,40</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td>1.386,05</td>
<td>1.090,80</td>
<td>1.818,00</td>
<td>2.476,85</td>
<td>3.204,05</td>
<td>545,40</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>1.384,66</td>
<td>1.090,80</td>
<td>1.818,00</td>
<td>2.475,46</td>
<td>3.202,66</td>
<td>545,40</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>1.383,26</td>
<td>1.090,80</td>
<td>1.818,00</td>
<td>2.474,06</td>
<td>3.201,26</td>
<td>545,40</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>1.381,88</td>
<td>1.090,80</td>
<td>1.818,00</td>
<td>2.472,68</td>
<td>3.199,88</td>
<td>545,40</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>1.380,49</td>
<td>1.090,80</td>
<td>1.818,00</td>
<td>2.471,29</td>
<td>3.198,49</td>
<td>545,40</td>
</tr>
</tbody>
</table>

*(A + B)*

**(A + C)**

*FG=(A + F)*
Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

**VB - Vencimento Básico - Anexo XL da MP 441/2008**

**GAE - Gratificação de Atividade Executiva - 160% sobre o vencimento básico - Lei Delegada nº 13/1992**

**GDATA - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa**

Cálculo da GDATA - Valor dos pontos estabelecido na Lei nº 10.971/04

( * ) O limite global de pontuação mensal por nível de que dispõe cada órgão ou entidade para ser atribuído aos servidores, em cada ciclo de avaliação, corresponderá a 60 (sessenta) vezes o número de servidores ativos por nível, que faz jus à GDATA, em exercício no órgão ou entidade. (art. 3º da Lei 10.971/2004)

A GDATA será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seu respectivo nível, ao valor estabelecido no Anexo I à Lei nº 10.971, de 25 de novembro de 2004. (art.67 da Lei nº 12.702/2012)

A GDATA será paga em conjunto, de forma não cumulativa, com a GAE e não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens.

GDATA instituída a partir de 1º de fevereiro de 2002 devida aos servidores alcançados pelo Anexo V à Lei nº 9.367, de 16 de dezembro de 1996, e pela Lei nº 6.550, de 5 de julho de 1978, que não estejam organizados em carreira, que não tenham tido alteração em sua estrutura remuneratória entre 30 de setembro de 2001 e a data da publicação desta Lei, bem como não percebam qualquer outra espécie de vantagem que tenha como fundamento o desempenho profissional, individual ou institucional ou a produção, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo nos órgãos ou entidades da administração pública federal. (art 1º da Lei nº 10.404/2002 e art 68 da MP nº 568/2012)

( ** ) Aposentado - GAE - integrará os proventos da aposentadoria e as pensões. Lei Delegada nº 13 de 27.08.1982

( ** ) Aposentado - GDATA art. 5º da Lei nº 10.404 de 10.01.2002 e art. 3º da Lei 10.971/2004

( ** ) Opção da GDATA - aposentado/pensionista art. 87 da Lei nº 13.324, de 2016.

Legislações Correspondentes:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Lei</th>
<th>Portaria</th>
<th>Decreto</th>
<th>Medida Provisória</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Lei Delegada nº 13 de 27.08.92</td>
<td>Lei nº 10.697 de 02.07.2012</td>
<td>Lei nº 10.971 de 25.11.2004</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.460 de 17.09.92</td>
<td>Lei nº 10.699 de 09.07.2003</td>
<td>Lei nº 11.907 de 02.02.2009</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.622 de 19.01.93</td>
<td>Lei nº 10.698 de 02.07.2003</td>
<td>Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.645 de 01.04.93</td>
<td>Lei nº 10.698 de 02.07.2003</td>
<td>Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.659 de 27.05.93</td>
<td>Lei nº 10.888 de 24.06.2004</td>
<td>Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.676 art.4º de 13.07.93</td>
<td>Lei nº 10.888 de 24.06.2004</td>
<td>Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.880 de 27.05.94</td>
<td>Lei nº 10.971 de 25.11.2004</td>
<td>Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2194-6 de 23.08.2001</td>
<td>Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001</td>
<td>Medida Provisória nº 288 de 30.03.2006</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 35 de 27.03.2002</td>
<td>Medida Provisória nº 35 de 27.03.2002</td>
<td>Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 68, art.69 e art.93</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Decreto 4.247 de 22.05.2002</td>
<td>Decreto 4.247 de 22.05.2002</td>
<td>Decreto nº 12.702 de 07.08.2012 art. 67, art. 68 e art. 90</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 363 de 21.06.2002</td>
<td>Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 64</td>
<td>Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 7 e art. 8 e 87</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.525 de 06.08.2002</td>
<td>Lei nº 12.778 de 28.12.2012</td>
<td>Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
### 43. PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS (PCC)

Cargos de Nível Auxiliar do Plano de Classificação de Cargos-PCC

(Servidores alcançados pelo Anexo V da Lei nº 9.367/96 e Lei nº 6.550/78 conforme art. 1º da Lei nº 10.404/2002)

#### Nível Auxiliar

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>V B</th>
<th>GOATA</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GOATA</th>
<th>APOSENTO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>60 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>30 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>( *)</td>
<td>( ** )</td>
<td></td>
<td>( *)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D= (A+B)</td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.404,04</td>
<td>694,20</td>
<td>1.157,00</td>
<td>2.098,24</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.402,64</td>
<td>694,20</td>
<td>1.157,00</td>
<td>2.096,84</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.401,25</td>
<td>694,20</td>
<td>1.157,00</td>
<td>2.095,45</td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.399,86</td>
<td>694,20</td>
<td>1.157,00</td>
<td>2.094,06</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.398,47</td>
<td>694,20</td>
<td>1.157,00</td>
<td>2.092,67</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.397,07</td>
<td>694,20</td>
<td>1.157,00</td>
<td>2.091,27</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.395,68</td>
<td>694,20</td>
<td>1.157,00</td>
<td>2.089,88</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.394,29</td>
<td>694,20</td>
<td>1.157,00</td>
<td>2.088,49</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.392,90</td>
<td>694,20</td>
<td>1.157,00</td>
<td>2.087,10</td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.391,51</td>
<td>694,20</td>
<td>1.157,00</td>
<td>2.085,71</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.390,11</td>
<td>694,20</td>
<td>1.157,00</td>
<td>2.084,31</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.388,72</td>
<td>694,20</td>
<td>1.157,00</td>
<td>2.082,92</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.387,32</td>
<td>694,20</td>
<td>1.157,00</td>
<td>2.081,52</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.385,94</td>
<td>694,20</td>
<td>1.157,00</td>
<td>2.080,14</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.384,55</td>
<td>694,20</td>
<td>1.157,00</td>
<td>2.078,75</td>
</tr>
<tr>
<td>D</td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.383,15</td>
<td>694,20</td>
<td>1.157,00</td>
<td>2.077,35</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.381,76</td>
<td>694,20</td>
<td>1.157,00</td>
<td>2.075,96</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.380,36</td>
<td>694,20</td>
<td>1.157,00</td>
<td>2.074,56</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.378,98</td>
<td>694,20</td>
<td>1.157,00</td>
<td>2.073,18</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.377,61</td>
<td>694,20</td>
<td>1.157,00</td>
<td>2.071,81</td>
</tr>
</tbody>
</table>
VB - Vencimento Básico - Anexo XL da MP 441/2008
GDATA - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa
Cálculo da GDATA - Valor dos pontos estabelecido na Lei nº 10.971/04

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 60 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008)

A GDATA será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seu respectivo nível, ao valor estabelecido no Anexo I a Lei nº 10.971, de 25 de novembro de 2004. (art.67 da Lei nº 12.702/2012)

A GDATA será paga em conjunto, de forma não cumulativa, com a GAE e não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens.

GDATA instituída a partir de 1º de fevereiro de 2002 devida aos servidores alcançados pelo Anexo V à Lei nº 9.367, de 16 de dezembro de 1996, e pela Lei nº 6.550, de 5 de julho de 1978, que não estejam organizados em carreira, que não tenham tido alteração em sua estrutura remuneratória entre 30 de setembro de 2001 e a data da publicação desta Lei, bem como não percebam qualquer outra espécie de vantagem que tenha como fundamento o desempenho profissional, individual ou institucional ou a produção, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo nos órgãos ou entidades da administração pública federal. ( art 1º da Lei nº 10.404/2002 e art. 68 da MP nº 568/2012 )

(**) Aposentado - GAE - integrará os proventos da aposentadoria e as pensões. Lei Delegada nº 13 de 27.08.1982

(**) Aposentado - GDATA art. 5º da Lei nº 10.404 de 10.01.2002

(**) Opção da GDATA - aposentado/pensionista art. 87 da Lei nº 13.324, de 2016.

Legislações Correspondentes:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Legislação</th>
<th>Data de Entrada</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Lei nº 8.112 de 11.12.90 art. 40 § único</td>
<td>29.08.2002</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.622 de 19.01.93</td>
<td>31.10.2002</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.645 de 01.04.93</td>
<td>02.07.2003</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.659 de 27.05.93</td>
<td>02.07.2003</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.676 de 13.07.93 - art.4º</td>
<td>09.07.2003</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.860 de 27.05.94</td>
<td>24.06.2004</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98</td>
<td>15.07.2004</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2194-6 de 23.08.2001</td>
<td>25.11.2004</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001</td>
<td>24.04.2005</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.404 de 09.01.2002</td>
<td>02.02.2009</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 35 de 27.03.2002</td>
<td>29.08.2008</td>
</tr>
<tr>
<td>Decreto nº 4.247 de 22.05.2002</td>
<td>02.02.2009</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 260 de 21.06.2002</td>
<td>07.08.2012</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.525 de 06.08.2002</td>
<td>29.07.2016</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 68, art.69 e art.93</td>
<td>28.12.2012</td>
</tr>
</tbody>
</table>

411
### 44. PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA CULTURA

Cargo: Médico-Profissional Técnico Superior do Plano Especial de Cargos da Cultura de que trata a Lei n° 11.233, de 2005

#### Nível Superior - 20 h

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDM-Cultura</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDM-Cultura</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>(**) 80 pts</td>
<td>(*** ) 100 pts</td>
<td>(**** ) 50 pts</td>
<td>(**** ) 50 pts</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>F</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>G</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>H</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>J</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>K</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>L</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>M</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>N</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>O</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>P</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Q</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>R</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>S</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>T</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>U</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>V</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>W</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>X</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Y</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Z</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### Nível Superior - 40 h

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDM-Cultura</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDM-Cultura</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>(**) 80 pts</td>
<td>(*** ) 100 pts</td>
<td>(**** ) 50 pts</td>
<td>(**** ) 50 pts</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>B</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>D</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>E</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>F</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>G</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>H</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>J</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>K</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>L</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>M</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>N</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>O</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>P</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Q</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>R</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>S</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>T</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>U</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>V</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>W</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>X</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Y</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Z</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios N° 73

412
**Jornada de Trabalho de Médico-Profissional Técnico Superior é de: 20 horas**

**Nível Superior - 20 h** - A jornada de trabalho dos ocupantes do cargo de Médico-Profissional Técnico Superior, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o art. 40 da Lei nº 12.702/2012 é de 20 (vinte) horas semanais. (§ 11 do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

**Nível Superior - 40 h** - Os ocupantes dos cargos efetivos de que trata o art. 41 da Lei nº 12.702/2012 poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observado o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira. (§ 2 e 3 do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)


**V B - Vencimento Básico** (Anexo XLV à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)

(*) **VB** - de 20 h e 40 h - anexo XLV à Lei nº 12.702/2012

**GD-M Cultural - Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano Especial de Cargos da Cultura de que trata a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005**

Fica instituída, a partir de 1º de julho de 2012, a GD-M Cultural, de forma, critérios e procedimentos específicos para as referidas gratificações de desempenho a que faz jus, no decorrer do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(****) A GD-M Cultural terá como limite: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes, padrões e jornada de trabalho, ao valor estabelecido no Anexo XLV à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012.

A pontuação máxima da GD-M Cultural será assim distribuída: I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional. (§ 4º até § 17 da Lei nº 12.702/2012)

As Gratificações de Desempenho de Atividade Médica de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 serão atribuídas em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, no formato, critérios e procedimentos estabelecidos para as gratificações de desempenho que os servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, para efeitos de carreira e pensões, até que seja editado ato regulamentando os critérios e procedimentos específicos para as referidas gratificações. (§ 2º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

Fica autorizado o exercício, no Instituto Nacional da Mata Atlântica, dos servidores integrantes do Plano Especial de Cargos da Cultura, de que trata a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, sem prejuízo das vantagens inerentes àquela Plano Especial de Cargos e independente da ocupação de cargo em comissão ou função de confiança, que se acham listados no Museu de Biologia Professor Mello Leitão em 31 de dezembro de 2009. (§ 2º do art. 2 da Lei nº 12.954/2014).

(****) **Aposentado** - A mudança da gratificação de desempenho atualmente percebida pelos servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 para as Gratificações de Desempenho de Atividade Médica do respectivo Plano de Cargos ou Carreira ou Quadro de Pessoal não representa descontinuidade de sua eficácia, situação que se mantém até que seja editado ato regulamentando os critérios e procedimentos específicos para as referidas gratificações de desempenho. (§ 1º da Lei nº 12.702/2012)

(****) **Opção da GD-M Cultural - aposentado/pensionista** - A opção de que tratam os arts. 29 e 30 da Lei nº 13.326/16 somente será válida com a assinatura de termo de opção, na forma do Anexo XXX da Lei nº 13.326/2016, que incluirá a expressa concordância do servidor, do aposentado ou do pensionista (arts. 28 a 32 da Lei nº 13.326 de 29.07.2016).

**Legislações Correspondentes:**

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Lei Delegada nº 13 de 27.08.92</td>
<td>Lei nº 10.698 de 02.07.2003</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.622 de 19.01.93</td>
<td>Medida Provisória nº 158 de 15.07.2004</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.645 de 01.04.93</td>
<td>Lei nº 10.971 de 25.11.2004</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.659 de 27.05.93</td>
<td>Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.676 art.4º de 13.07.93</td>
<td>Lei nº 11.233 de 22.12.2005</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.880 de 27.05.94</td>
<td>Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria MARE nº 2,179 de 28.07.98</td>
<td>Lei nº 11.498 de 28.06.2007</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001</td>
<td>Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.404 de 09.01.2002</td>
<td>Decreto nº 7.133 de 19.03.2010</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Decreto nº 4.247 de 22.05.2002</td>
<td>Medida Provisória nº 588 de 11.05.2012</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 260 de 21.06.2002</td>
<td>Lei nº 12.702 de 07.08.2012</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Decreto nº 4.468 de 13.11.2002</td>
<td>Lei nº 12.954 de 05.02.2014</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 29 de 28.09.2002</td>
<td>Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 89</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 442 de 31.10.2002</td>
<td>Lei nº 13.326 de 29.07.2016 art. 7 e arts 28 a 32</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
### 44. PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA CULTURA

*C* Cargos: Nível Superior do Plano Especial de Cargos da Cultura de que trata o art. 1º da Lei nº 11.233/2005

**Nível Superior**

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDAC</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDAC</th>
<th>APOSENTO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B (**)</td>
<td>C (**)</td>
<td>D=(A+B)</td>
<td>E=(A+C)</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>ESPECIAL</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>3.773,74</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>7.894,54</td>
<td>8.924,74</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>3.670,95</td>
<td>4.046,40</td>
<td>5.058,00</td>
<td>7.717,35</td>
<td>8.728,95</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>3.570,97</td>
<td>3.973,60</td>
<td>4.967,00</td>
<td>7.544,57</td>
<td>8.537,97</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>C</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>VI</td>
<td>3.466,96</td>
<td>3.827,20</td>
<td>4.784,00</td>
<td>7.294,16</td>
<td>8.250,96</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>3.372,54</td>
<td>3.760,00</td>
<td>4.700,00</td>
<td>7.132,54</td>
<td>8.072,54</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>3.280,67</td>
<td>3.693,60</td>
<td>4.617,00</td>
<td>6.974,27</td>
<td>7.897,67</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>3.191,32</td>
<td>3.629,60</td>
<td>4.537,00</td>
<td>6.820,92</td>
<td>7.728,32</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>3.104,40</td>
<td>3.567,20</td>
<td>4.459,00</td>
<td>6.671,60</td>
<td>7.563,40</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>3.019,85</td>
<td>3.505,60</td>
<td>4.382,00</td>
<td>6.525,45</td>
<td>7.401,85</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>B</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>VI</td>
<td>2.931,89</td>
<td>3.380,80</td>
<td>4.226,00</td>
<td>6.312,69</td>
<td>7.157,89</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>2.852,03</td>
<td>3.324,00</td>
<td>4.155,00</td>
<td>6.176,03</td>
<td>7.007,03</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>2.774,35</td>
<td>3.268,00</td>
<td>4.085,00</td>
<td>6.042,35</td>
<td>6.859,35</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>2.698,78</td>
<td>3.213,60</td>
<td>4.017,00</td>
<td>5.912,38</td>
<td>6.715,78</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>2.625,27</td>
<td>3.160,00</td>
<td>3.950,00</td>
<td>5.785,27</td>
<td>6.575,27</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>2.553,77</td>
<td>3.108,00</td>
<td>3.885,00</td>
<td>5.661,77</td>
<td>6.438,77</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>A</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>2.479,39</td>
<td>3.003,20</td>
<td>3.754,00</td>
<td>5.482,59</td>
<td>6.233,39</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>2.411,86</td>
<td>2.955,20</td>
<td>3.694,00</td>
<td>5.367,06</td>
<td>6.105,86</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>2.348,16</td>
<td>2.908,00</td>
<td>3.635,00</td>
<td>5.254,16</td>
<td>5.981,16</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>2.282,26</td>
<td>2.860,80</td>
<td>3.576,00</td>
<td>5.143,06</td>
<td>5.858,26</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>2.220,09</td>
<td>2.815,20</td>
<td>3.519,00</td>
<td>5.035,29</td>
<td>5.739,09</td>
</tr>
</tbody>
</table>

** Vencimento Básico (Anexo IV-A à Lei no 11.233, de 22 de dezembro de 2005)

** GDAC - Gratificação de Desempenho de Atividade Cultural:**

( ) Até que seja regulamentada a GDAC e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que integrem o Plano Especial de Cargos da Cultura perceberão a GDAC em valor correspondente a oitenta por cento de seu valor máximo, observada a classe e o padrão do servidor.

( ) A GDAC será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V-C à Lei no 11.233, de 22 de dezembro de 2005.

A pontuação a que se refere a GDAC será assim distribuída:

I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional.

Fica autorizado o exercício, no Instituto Nacional da Mata Atlântica, dos servidores integrantes do Plano Especial de Cargos da Cultura, de que trata a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, sem prejuízo das vantagens inerentes àquele Plano Especial de Cargos e independentemente da ocupação de cargo em comissão ou função de confiança, que se achavam lotados no Museu de Biologia Professor Mello Leitão em 31 de dezembro de 2009. (§ único do art. 2 da Lei nº 12.954/2014).

( ** ) Aposentado GDAC art. 2º-E § 4º da Lei nº 11.233/2005 (art. 8º da MP 431/2008)

( ** ) Opção da GDAC - aposentado/pensionista. A opção de que tratam os arts. 29 e 30 da Lei nº 13.326/16 somente será válida com a assinatura de termo de opção, na forma do Anexo XXX da Lei nº 13.326/2016, que incluirá a expressa concordância do servidor, do aposentado ou do pensionista (arts. 28 a 32 da Lei nº 13.326 de 29.07.2016).

Legislações Correspondentes:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Lei Delegada nº 13 de 27.08.92</th>
<th>Lei nº 10.697 de 02.07.2003</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Lei nº 8.622 de 19.01.93</td>
<td>Lei nº 10.698 de 02.07.2003</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.645 de 01.04.93</td>
<td>Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.659 de 27.05.93</td>
<td>Lei nº 10.971 de 25.11.2004</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.676 art.4º de 13.07.93</td>
<td>Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.880 de 27.05.94</td>
<td>Lei nº 11.233 de 22.12.2005</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98</td>
<td>Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001</td>
<td>Lei nº 11.498 de 28.06.2007</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.404 de 09.01.2002</td>
<td>Lei nº 11.784 de 22.09.2008</td>
</tr>
<tr>
<td>Decreto nº 4.247 de 22.05.2002</td>
<td>Decreto nº 7.133 de 19.03.2010</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 260 de 21.06.2002</td>
<td>Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 92</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 363 de 21.06.2002</td>
<td>Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 89</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 29 de 29.08.2002</td>
<td>Lei nº 12.954 de 05.02.2014</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 442 de 31.10.2002</td>
<td>Lei nº 13.326 de 29.07.2016 art. 1 e arts. 28 a 32</td>
</tr>
</tbody>
</table>
### 44. PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA CULTURA

* Cargos: Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos da Cultura de que trata o art. 1º da Lei nº 11.233/2005

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Intermediário</th>
<th>Classe</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>GDAC</th>
<th>ATIVO</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D=(A+B)</td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td>III</td>
<td>2.145,23</td>
<td>1.895,20</td>
<td>2.369,00</td>
<td>4.040,43</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>2.123,99</td>
<td>1.882,40</td>
<td>2.353,00</td>
<td>4.006,39</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>2.102,96</td>
<td>1.869,60</td>
<td>2.337,00</td>
<td>3.972,56</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td>2.051,37</td>
<td>1.840,00</td>
<td>2.300,00</td>
<td>3.891,37</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>2.031,06</td>
<td>1.827,20</td>
<td>2.284,00</td>
<td>3.858,26</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>2.010,95</td>
<td>1.816,80</td>
<td>2.271,00</td>
<td>3.827,75</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>1.991,03</td>
<td>1.804,00</td>
<td>2.256,00</td>
<td>3.795,83</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>1.971,32</td>
<td>1.792,80</td>
<td>2.241,00</td>
<td>3.764,12</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VI</td>
<td>1.942,19</td>
<td>1.777,60</td>
<td>2.222,00</td>
<td>3.719,79</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td>1.922,95</td>
<td>1.765,60</td>
<td>2.207,00</td>
<td>3.688,55</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>1.903,91</td>
<td>1.755,20</td>
<td>2.194,00</td>
<td>3.659,11</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>1.885,06</td>
<td>1.744,80</td>
<td>2.181,00</td>
<td>3.629,86</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>1.866,40</td>
<td>1.733,60</td>
<td>2.167,00</td>
<td>3.600,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>1.847,91</td>
<td>1.723,20</td>
<td>2.154,00</td>
<td>3.571,11</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td>1.820,61</td>
<td>1.709,60</td>
<td>2.137,00</td>
<td>3.530,21</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>1.802,58</td>
<td>1.700,00</td>
<td>2.125,00</td>
<td>3.502,58</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>1.784,73</td>
<td>1.690,40</td>
<td>2.113,00</td>
<td>3.475,13</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>1.767,06</td>
<td>1.680,00</td>
<td>2.100,00</td>
<td>3.447,06</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>1.749,57</td>
<td>1.670,40</td>
<td>2.088,00</td>
<td>3.419,97</td>
</tr>
</tbody>
</table>

VB - Vencimento Básico (Anexo IV-A à Lei no 11.233, de 22 de dezembro de 2005)

GDAC - Gratificação de Desempenho de Atividade Cultural

(*) Até que seja regulamentada a GDAC e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que integrem o Plano Especial de Cargos da Cultura perceberão a GDAC em valor correspondente a oitenta por cento de seu valor máximo, observada a classe e o padrão do servidor.

(*) A GDAC será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V-C à Lei no 11.233, de 22 de dezembro de 2005.

A pontuação a que se refere a GDAC será assim distribuída:

I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual e;

II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional.

Fica autorizado o exercício, no Instituto Nacional da Mata Atlântica, dos servidores integrantes do Plano Especial de Cargos da Cultura, de que trata a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, sem prejuízo das vantagens inerentes ao Plano Especial de Cargos e independentemente da ocupação do cargo em comissão ou função de confiança, que se achavam lotados no Museu de Biologia Professor Mello Leitão em 31 de dezembro de 2009. (§ único do art. 2 da Lei nº 12.954/2014).

(**) Aposentadoria GDAC - art. 2º- E § 4º da Lei nº 11.233/2005 (art. 8º da MP 431/2008)

(**) Opção da GDAC - aposentado/pensionista. A opção de que tratam os arts. 29 e 30 da Lei nº 13.326/16 somente será válida com a assinatura de termo de opção, na forma do Anexo XXX da Lei nº 13.326/2016, que incluirá a expressa concordância do servidor, do aposentado ou do pensionista (arts. 28 a 32 da Lei nº 13.326 de 29.07.2016).

Legislações Correspondentes:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Lei Delegada nº 13 de 27.08.92</th>
<th>Lei nº 10.697 de 02.07.2003</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Lei nº 8.622 de 19.01.93</td>
<td>Lei nº 10.698 de 02.07.2003</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.645 de 01.04.93</td>
<td>Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.659 de 27.05.93</td>
<td>Lei nº 10.971 de 25.11.2004</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.676 art.4º de 13.07.93</td>
<td>Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.880 de 27.05.94</td>
<td>Lei nº 11.233 de 22.12.2005</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98</td>
<td>Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001</td>
<td>Lei nº 11.498 de 28.06.2007</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.404 de 09.01.2002</td>
<td>Lei nº 11.784 de 22.09.2008</td>
</tr>
<tr>
<td>Decreto nº 4.247 de 22.05.2002</td>
<td>Decreto nº 7.133 de 19.03.2010</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 260 de 21.06.2002</td>
<td>Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 92</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 363 de 21.06.2002</td>
<td>Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 89</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 29 de 29.08.2002</td>
<td>Lei nº 12 954 de 05.02.2014</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 442 de 31.10.2002</td>
<td>Lei nº 13.326 de 29.07.2016 art. 1 e arts. 28 a 32</td>
</tr>
</tbody>
</table>
### 44. PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA CULTURA

*Cargos: Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos da Cultura de que trata o art. 1º da Lei nº 11.233/2005*

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Auxiliar</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td>CLASSE</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>PADRÃO</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>1.293,49</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>1.292,26</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>1.291,04</td>
</tr>
</tbody>
</table>
V B - Vencimento Básico (Anexo IV-A à Lei no 11.233, de 22 de dezembro de 2005)


GEAAC - Gratificação Específica de Atividades Auxiliares da Cultura

Os valores da GEAAC são os estabelecidos no Anexo V-B à Lei no 11.233, de 22 de dezembro de 2005

GDAC - Gratificação de Desempenho de Atividade Cultural

(*) Até que seja regulamentada a GDAC e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que integrem o Plano Especial de Cargos da Cultura perceberão a GDAC em valor correspondente a oitenta por cento de seu valor máximo, observado a classe e o padrão do servidor,

(*) À GDAC será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V-C à Lei no 11.233, de 22 de dezembro de 2005

A pontuação a que se refere a GDAC será assim distribuída:

I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual;

II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional.

Fica autorizado o exercício, no Instituto Nacional da Mata Atlântica, dos servidores integrantes do Plano Especial de Cargos da Cultura, de que trata a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, sem prejuízo das vantagens inerentes àquele Plano Especial de Cargos e independentemente da ocupação de cargo em missão ou função de confiança, que se acham lotados no Museu de Biologia Professor Mello Leitão em 31 de dezembro de 2009. (§ único do art. 2 da Lei nº 12.954/2014).

(**) Aposentado GDAC art. 2º-E § 4º da Lei nº 11.233/2005 (art. 8º da MP 431/2008)

(**) Aposentado GEAAC - integrará os proventos da aposentadoria e as pensões (art. 312 da Lei nº 11.907/2009)

(**) Opção da GDAC - aposentado/pensionista. A opção de que tratam os arts. 29 e 30 da Lei nº 13.326/16 somente será válida com a assinatura de termo de opção, na forma do Anexo XXX da Lei nº 13.326/2016, que incluirá a expressa concordância do servidor, do aposentado ou do pensionista (arts. 28 a 32 da Lei nº 13.326 de 29.07.2016).

Legislações Correspondentes:

- Lei Delegada nº 13 de 27.08.92
- Lei nº 8.622 de 19.01.93
- Lei nº 8.645 de 01.04.93
- Lei nº 8.659 de 27.05.93
- Lei nº 8.676 art.4º de 13.07.93
- Lei nº 8.880 de 27.05.94
- Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98
- Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001
- Lei nº 10.331 de 18.12.2001
- Lei nº 10.404 de 09.01.2002
- Decreto nº 4.247 de 22.05.2002
- Portaria nº 260 de 21.06.2002
- Portaria nº 363 de 31.06.2002
- Decreto nº 4.468 de 13.11.2002
- Portaria nº 29 de 29.08.2002
- Portaria nº 442 de 31.10.2002
- Lei nº 10.697 de 02.07.2003
- Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004
- Lei nº 10.971 de 25.11.2004
- Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005
- Lei nº 11.233 de 22.12.2005
- Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
- Lei nº 11.498 de 28.06.2007
- Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008
- Lei nº 11.784 de 22.09.2008
- Lei nº 11.907 de 02.02.2009
- Decreto nº 7.133 de 19.03.2011
- Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 92
- Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 89
- Lei nº 12.954 de 05.02.2014
- Lei nº 13.326 de 29.07.2016 art. 1 e arts. 28 a 32
<table>
<thead>
<tr>
<th>Classe</th>
<th>Padrão</th>
<th>Vb</th>
<th>Gdm:pecpf</th>
<th>Ativo</th>
<th>Aposentado</th>
<th>Total (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>(* *) 20h</td>
<td>(**) 80 pts.</td>
<td>(***) 100 pts.</td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D(A+B)</td>
<td>E(A+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
Jornada de Trabalho de Médico e Médico Veterinário é de: 20 horas

**Nível Superior - 20 h** - A jornada de trabalho dos ocupantes dos cargos de Médico e Médico Veterinário, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o art. 40 da Lei nº 12.702/2012 é de 20 (vinte) horas semanais. (§ 1º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

**Nível Superior - 40 h** - Os ocupantes dos cargos efetivos de que trata o art. 41 da Lei nº 12.702/2012 poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira. (§§ 2º e 3º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

- **VB** - Vencimento Básico

---

**GDM-PECPF - Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, de que trata a Lei nº 10.682/2003**

Fica instituída, a partir de 1º de julho de 2012, a GDM-PECPF dextra, exclusivamente, aos servidores ocupantes do cargo de Médico e Médico Veterinário, quando em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no órgão ou entidade de lotação.

- **(****) Aposentado e Pensionista - GDM-PECPF - arts. 22 a 26 da Lei nº 13.327, de 2016**

A pontuação máxima da GDM-PECPF será assim distribuída: I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional. (§ 4° até § 17 da Lei nº 12.702/2012)

As Gratificações de Desempenho de Atividade Médica de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 serão atribuídas em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos para as gratificações de desempenho que os servidores que detêm o art. 39 da Lei nº 12.702/12 percebiam na data de publicação desta Lei, inclusive para fins de incorporação dela aos proventos de aposentadoria e às pensões, até que seja editado ato que regulamente os critérios e procedimentos específicos para as gratificações. (§ 2° do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

A indenização de que trata o art. 1º da Lei nº 12.855/2013 será concedida ao servidor ocupante de cargo efetivo do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, de que trata a Lei no 10.682, de 28 de maio de 2003; (§1º art. 1º da Lei nº 12.855/2013)

- **(*** Aposentado - A modificação da gratificação de desempenho atualmente percebida pelos servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 para as Gratificações de Desempenho de Atividade Médica do respectivo Plano de Cargos ou Carreira ou Quadro de Pessoal não representa descontinuidade de sua percepção para efeito de aposentadoria e ciclo de avaliação de desempenho. (§ 1º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

---

**Legislaturas Correspondentes:**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Lei no.</th>
<th>Título e Data</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>5.645</td>
<td>10.12.1970</td>
</tr>
<tr>
<td>8.112</td>
<td>11.12.1990</td>
</tr>
<tr>
<td>9.266</td>
<td>15.03.1996</td>
</tr>
<tr>
<td>13.10</td>
<td>27.08.1992</td>
</tr>
<tr>
<td>10.404</td>
<td>09.01.2002</td>
</tr>
<tr>
<td>247</td>
<td>22.05.2002</td>
</tr>
<tr>
<td>260</td>
<td>21.06.2002</td>
</tr>
<tr>
<td>363</td>
<td>21.06.2002</td>
</tr>
<tr>
<td>488</td>
<td>13.11.2002</td>
</tr>
<tr>
<td>29</td>
<td>29.08.2002</td>
</tr>
<tr>
<td>442</td>
<td>31.10.2002</td>
</tr>
<tr>
<td>112</td>
<td>07.08.2012</td>
</tr>
<tr>
<td>10.682</td>
<td>28.05.2003</td>
</tr>
<tr>
<td>10.697</td>
<td>25.11.2004</td>
</tr>
<tr>
<td>10.695</td>
<td>13.01.2005</td>
</tr>
<tr>
<td>248</td>
<td>20.04.2005</td>
</tr>
<tr>
<td>362</td>
<td>29.03.2007</td>
</tr>
<tr>
<td>498</td>
<td>28.06.2007</td>
</tr>
<tr>
<td>421</td>
<td>29.02.2008</td>
</tr>
<tr>
<td>431</td>
<td>14.05.2008</td>
</tr>
<tr>
<td>479</td>
<td>30.12.2009</td>
</tr>
<tr>
<td>971</td>
<td>25.11.2004</td>
</tr>
<tr>
<td>905</td>
<td>13.01.2005</td>
</tr>
<tr>
<td>568</td>
<td>11.05.2012</td>
</tr>
<tr>
<td>7.133</td>
<td>19.03.2010</td>
</tr>
<tr>
<td>12.629</td>
<td>21.06.2010</td>
</tr>
<tr>
<td>568</td>
<td>11.05.2012</td>
</tr>
<tr>
<td>12.702</td>
<td>07.08.2012</td>
</tr>
<tr>
<td>12.855</td>
<td>02.09.2013</td>
</tr>
</tbody>
</table>

---

_421_
<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDATPF</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDATPF</th>
<th>APOSENTO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts</td>
<td>100 pts</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>50 pts</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D=(A+B)</td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td>II</td>
<td>3.533,18</td>
<td>4.157,60</td>
<td>5.197,00</td>
<td>7.690,78</td>
<td>8.730,18</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>3.463,91</td>
<td>4.062,40</td>
<td>5.078,00</td>
<td>7.526,31</td>
<td>8.541,91</td>
<td>2.539,00</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>3.363,02</td>
<td>3.908,80</td>
<td>4.886,00</td>
<td>7.271,82</td>
<td>8.249,02</td>
<td>2.443,00</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>3.297,08</td>
<td>3.821,60</td>
<td>4.777,00</td>
<td>7.118,68</td>
<td>8.074,08</td>
<td>2.388,50</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>3.169,06</td>
<td>3.652,00</td>
<td>4.565,00</td>
<td>6.968,44</td>
<td>7.902,44</td>
<td>2.335,00</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>3.106,92</td>
<td>3.572,00</td>
<td>4.465,00</td>
<td>6.821,06</td>
<td>7.734,06</td>
<td>2.282,50</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>3.046,01</td>
<td>3.494,40</td>
<td>4.368,00</td>
<td>6.676,92</td>
<td>7.571,92</td>
<td>2.232,50</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>2.957,29</td>
<td>3.368,80</td>
<td>4.211,00</td>
<td>6.326,09</td>
<td>7.168,29</td>
<td>2.105,50</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>2.899,31</td>
<td>3.296,80</td>
<td>4.121,00</td>
<td>6.196,11</td>
<td>7.020,31</td>
<td>2.060,50</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>2.842,46</td>
<td>3.227,20</td>
<td>4.034,00</td>
<td>6.068,66</td>
<td>6.876,46</td>
<td>2.017,00</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>2.786,73</td>
<td>3.158,40</td>
<td>3.948,00</td>
<td>5.945,13</td>
<td>6.734,73</td>
<td>1.974,00</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>2.732,09</td>
<td>3.092,80</td>
<td>3.866,00</td>
<td>5.824,89</td>
<td>6.598,09</td>
<td>1.933,00</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>2.678,53</td>
<td>3.028,80</td>
<td>3.868,00</td>
<td>5.707,33</td>
<td>6.464,53</td>
<td>1.893,00</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>2.600,51</td>
<td>2.925,60</td>
<td>3.657,00</td>
<td>5.526,11</td>
<td>6.257,51</td>
<td>1.828,50</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>2.549,52</td>
<td>2.866,40</td>
<td>3.583,00</td>
<td>5.415,92</td>
<td>6.132,52</td>
<td>1.791,50</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>2.499,53</td>
<td>2.809,60</td>
<td>3.512,00</td>
<td>5.309,13</td>
<td>6.011,53</td>
<td>1.756,00</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>2.450,52</td>
<td>2.752,80</td>
<td>3.441,00</td>
<td>5.203,32</td>
<td>5.891,52</td>
<td>1.720,50</td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td>2.402,47</td>
<td>2.699,20</td>
<td>3.374,00</td>
<td>5.101,67</td>
<td>5.776,47</td>
<td>1.687,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Fica estruturado o Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, composto pelos cargos de provimento efetivo, regidos pela Lei nº 8.112/1990, que não estejam organizados em carreiras, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Federal em 21 de março de 2003, mediante enquadramento dos servidores, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme o constante do Anexo I da Lei nº 10.682/2003. (art. 2º da Lei nº 10.682/2003)

VB - Vencimento Básico - Anexo II da Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003

**GDATPF** - Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo à Polícia Federal

( * ) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a oitenta pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da MP 431/2008)

( * ) GDATPF será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V da Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003

A pontuação a que se refere a GDATPF será assim distribuída:

I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual, e

II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional

A indenização de que trata o art. 1º da Lei nº 12.855/2013 será concedida ao servidor ocupante de cargo efetivo do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, de que trata a Lei no 10.682, de 28 de maio de 2003; (§1º art. 1º da Lei nº 12.855/2013)

( ** ) Aposentado - GDATPF - art. 4º-C da Lei nº 10.682/03 (art. 26 da MP 431/08)

É vedada a acumulação das vantagens pecuniárias devidas aos ocupantes do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal com outras vantagens de qualquer natureza a que o servidor faça jus em virtude de outros Planos de Carreiras ou de Classificação de Cargos (art. 4º-D da Lei nº 10.682/2003 - redação dada pelo art. 26 da Lei nº 11.784/2008).

( ** ) Aposentados e Pensionistas - GDATPF - arts. 22 a 26 da Lei nº 13.327, de 2016

Legislações Correspondentes:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Lei nº</th>
<th>Data</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>5.645</td>
<td>10.12.1970</td>
</tr>
<tr>
<td>2.251</td>
<td>26.02.1985</td>
</tr>
<tr>
<td>8.112</td>
<td>11.12.1990</td>
</tr>
<tr>
<td>9.266</td>
<td>15.03.1996</td>
</tr>
<tr>
<td>10.404</td>
<td>09.01.2002</td>
</tr>
<tr>
<td>4.247</td>
<td>22.05.2002</td>
</tr>
<tr>
<td>260</td>
<td>21.06.2002</td>
</tr>
<tr>
<td>363</td>
<td>21.06.2002</td>
</tr>
<tr>
<td>4.468</td>
<td>13.11.2002</td>
</tr>
<tr>
<td>29</td>
<td>29.08.2002</td>
</tr>
<tr>
<td>442</td>
<td>31.10.2002</td>
</tr>
<tr>
<td>112</td>
<td>21.03.2003</td>
</tr>
<tr>
<td>10.682</td>
<td>28.05.2003</td>
</tr>
<tr>
<td>10.697</td>
<td>02.07.2003</td>
</tr>
<tr>
<td>10.698</td>
<td>02.07.2003</td>
</tr>
<tr>
<td>198</td>
<td>15.07.2004</td>
</tr>
<tr>
<td>212</td>
<td>09.09.2004</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fica estruturado o Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, composto pelos cargos de provimento efetivo, regidos pela Lei nº 8.112/1990, que não estejam organizados em carreiras, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Federal em 21 de março de 2003, mediante enquadramento dos servidores, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme o constante do Anexo I da Lei nº 10.682/2003. (art. 2º da Lei nº 10.682/2003)

VB - Vencimento Básico - Anexo II da Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003

**GDATPF** - Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo à Polícia Federal

( * ) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a oitenta pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da MP 431/2008)

( * ) GDATPF será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V da Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003

A pontuação a que se refere a GDATPF será assim distribuída:

I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual, e

II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional

A indenização de que trata o art. 1º da Lei nº 12.855/2013 será concedida ao servidor ocupante de cargo efetivo do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, de que trata a Lei no 10.682, de 28 de maio de 2003; (§1º art. 1º da Lei nº 12.855/2013)

( ** ) Aposentado - GDATPF - art. 4º-C da Lei nº 10.682/03 (art. 26 da MP 431/08)

É vedada a acumulação das vantagens pecuniárias devidas aos ocupantes do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal com outras vantagens de qualquer natureza a que o servidor faça jus em virtude de outros Planos de Carreiras ou de Classificação de Cargos (art. 4º-D da Lei nº 10.682/2003 - redação dada pelo art. 26 da Lei nº 11.784/2008).

( ** ) Aposentados e Pensionistas - GDATPF - arts. 22 a 26 da Lei nº 13.327, de 2016

Legislações Correspondentes:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Lei nº</th>
<th>Data</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>5.645</td>
<td>10.12.1970</td>
</tr>
<tr>
<td>2.251</td>
<td>26.02.1985</td>
</tr>
<tr>
<td>8.112</td>
<td>11.12.1990</td>
</tr>
<tr>
<td>9.266</td>
<td>15.03.1996</td>
</tr>
<tr>
<td>10.404</td>
<td>09.01.2002</td>
</tr>
<tr>
<td>4.247</td>
<td>22.05.2002</td>
</tr>
<tr>
<td>260</td>
<td>21.06.2002</td>
</tr>
<tr>
<td>363</td>
<td>21.06.2002</td>
</tr>
<tr>
<td>4.468</td>
<td>13.11.2002</td>
</tr>
<tr>
<td>29</td>
<td>29.08.2002</td>
</tr>
<tr>
<td>442</td>
<td>31.10.2002</td>
</tr>
<tr>
<td>112</td>
<td>21.03.2003</td>
</tr>
<tr>
<td>10.682</td>
<td>28.05.2003</td>
</tr>
<tr>
<td>10.697</td>
<td>02.07.2003</td>
</tr>
<tr>
<td>10.698</td>
<td>02.07.2003</td>
</tr>
<tr>
<td>198</td>
<td>15.07.2004</td>
</tr>
<tr>
<td>212</td>
<td>09.09.2004</td>
</tr>
</tbody>
</table>
### 45. PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

**Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal**

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDA TPF</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDA TPF</th>
<th>APOSENADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D = A + B</td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.395,82</td>
<td>2.322,40</td>
<td>2.903,00</td>
<td>4.718,22</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td></td>
<td>2.391,03</td>
<td>2.304,00</td>
<td>2.880,00</td>
<td>4.695,03</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td></td>
<td>2.386,26</td>
<td>2.285,00</td>
<td>2.857,00</td>
<td>4.671,86</td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td>VI</td>
<td></td>
<td>2.372,02</td>
<td>2.254,00</td>
<td>2.818,00</td>
<td>4.626,42</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td></td>
<td>2.367,29</td>
<td>2.236,80</td>
<td>2.796,00</td>
<td>4.604,09</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td></td>
<td>2.362,56</td>
<td>2.218,40</td>
<td>2.773,00</td>
<td>4.580,96</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td></td>
<td>2.357,84</td>
<td>2.200,80</td>
<td>2.751,00</td>
<td>4.558,64</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td></td>
<td>2.353,14</td>
<td>2.182,40</td>
<td>2.728,00</td>
<td>4.535,54</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td></td>
<td>2.348,44</td>
<td>2.165,00</td>
<td>2.707,00</td>
<td>4.514,04</td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td>VI</td>
<td></td>
<td>2.334,43</td>
<td>2.138,40</td>
<td>2.673,00</td>
<td>4.472,83</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td></td>
<td>2.329,77</td>
<td>2.121,60</td>
<td>2.652,00</td>
<td>4.451,37</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td></td>
<td>2.325,11</td>
<td>2.105,60</td>
<td>2.632,00</td>
<td>4.430,71</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td></td>
<td>2.320,47</td>
<td>2.089,60</td>
<td>2.612,00</td>
<td>4.410,07</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td></td>
<td>2.315,84</td>
<td>2.073,60</td>
<td>2.592,00</td>
<td>4.389,44</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td></td>
<td>2.311,23</td>
<td>2.058,40</td>
<td>2.573,00</td>
<td>4.368,63</td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td>V</td>
<td></td>
<td>2.297,44</td>
<td>2.032,80</td>
<td>2.541,00</td>
<td>4.330,24</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td></td>
<td>2.292,85</td>
<td>2.017,60</td>
<td>2.522,00</td>
<td>4.310,45</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td></td>
<td>2.288,28</td>
<td>2.002,40</td>
<td>2.503,00</td>
<td>4.290,68</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td></td>
<td>2.283,72</td>
<td>1.988,00</td>
<td>2.485,00</td>
<td>4.271,72</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td></td>
<td>2.279,16</td>
<td>1.973,60</td>
<td>2.467,00</td>
<td>4.252,76</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Fica estruturado o Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, composto pelos cargos de provimento efetivo, regidos pela Lei nº 8.112/1990, que não estejam organizados em carreiras, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Federal em 21 de março de 2003, mediante enquadramento dos servidores, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme o constante do Anexo I da Lei nº 10.682/2003. (art. 2º da Lei nº 10.682/2003)

VB - Vencimento Básico - Anexo II da Lei no 10.682, de 28 de maio de 2003

GDATPF - Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo à Polícia Federal

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a oitenta pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da MP 431/2008)

(*) GDATPF será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido Anexo V da Lei no 10.682, de 28 de maio de 2003.

A pontuação a que se refere a GDATPF será assim distribuída:
I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e
II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional

A indenização de que trata o art. 1º da Lei nº 12.855/2013 será concedida ao servidor ocupante de cargo efetivo do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, de que trata a Lei no 10.682, de 28 de maio de 2003; (§1º art. 1º da Lei nº 12.855/2013)

(**) Aposentados - GDATPF - art. 4º-C da Lei nº 10.682/03 (art. 26 da MP 431/08)

É vedada a acumulação das vantagens pecuniárias devidas aos ocupantes do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal com outras vantagens de qualquer natureza a que o servidor faça jus em virtude de outros Planos de Carreiras ou de Classificação de Cargos (art. 4º-D da Lei nº 10.682/2003 - redação dada pelo art. 26 da Lei nº 11.784/2008).

(**) Aposentados e Pensionistas - GDATPF - arts. 22 a 26 da Lei nº 13.327, de 2016

Legislações Correspondentes:

- Lei nº 5.645 de 10.12.1970
- Decreto-Lei nº 2.251 de 26.02.1985
- Lei nº 8.112 de 11.12.1990
- Lei nº 9.266 de 15.03.1996
- Lei Delegada nº 13 de 27.08.1992
- Lei nº 10.404 de 09.01.2002
- Decreto nº 4.247 de 22.05.2002
- Portaria nº 260 de 21.06.2002
- Portaria nº 363 de 21.06.2002
- Decreto nº 4.468 de 13.11.2002
- Portaria nº 29 de 29.08.2002
- Portaria nº 442 de 31.10.2002
- Medida Provisória nº 112 de 21.03.2003
- Lei nº 10.682 de 28.05.2003
- Lei nº 10.697 de 02.07.2003
- Lei nº 10.698 de 02.07.2003
- Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004 art. 1º ao art. 4º
- Medida Provisória nº 212 de 09.09.2004 art. 5º ao art. 9º

Vencimentos Básicos - Anexo II da Lei no 10.682, de 28 de maio de 2003

GDATPF - Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo à Polícia Federal

( * ) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a oitenta pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da MP 431/2008)

( * ) GDATPF será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido Anexo V da Lei no 10.682, de 28 de maio de 2003.

A pontuação a que se refere a GDATPF será assim distribuída:
I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e
II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional

A indenização de que trata o art. 1º da Lei nº 12.855/2013 será concedida ao servidor ocupante de cargo efetivo do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, de que trata a Lei no 10.682, de 28 de maio de 2003; (§1º art. 1º da Lei nº 12.855/2013)

(**) Aposentados - GDATPF - art. 4º-C da Lei nº 10.682/03 (art. 26 da MP 431/08)

É vedada a acumulação das vantagens pecuniárias devidas aos ocupantes do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal com outras vantagens de qualquer natureza a que o servidor faça jus em virtude de outros Planos de Carreiras ou de Classificação de Cargos (art. 4º-D da Lei nº 10.682/2003 - redação dada pelo art. 26 da Lei nº 11.784/2008).

(**) Aposentados e Pensionistas - GDATPF - arts. 22 a 26 da Lei nº 13.327, de 2016

Legislações Correspondentes:

- Lei nº 5.645 de 10.12.1970
- Decreto-Lei nº 2.251 de 26.02.1985
- Lei nº 8.112 de 11.12.1990
- Lei nº 9.266 de 15.03.1996
- Lei Delegada nº 13 de 27.08.1992
- Lei nº 10.404 de 09.01.2002
- Decreto nº 4.247 de 22.05.2002
- Portaria nº 260 de 21.06.2002
- Portaria nº 363 de 21.06.2002
- Decreto nº 4.468 de 13.11.2002
- Portaria nº 29 de 29.08.2002
- Portaria nº 442 de 31.10.2002
- Medida Provisória nº 112 de 21.03.2003
- Lei nº 10.682 de 28.05.2003
- Lei nº 10.697 de 02.07.2003
- Lei nº 10.698 de 02.07.2003
- Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004 art. 1º ao art. 4º
- Medida Provisória nº 212 de 09.09.2004 art. 5º ao art. 9º
**45. PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**

Cargos: Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Auxiliar</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td>III</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GEAAPF</th>
<th>GDA TPF 80 pts.</th>
<th>100 pts.</th>
<th>ATIVO TOTAL (em R$) 80 pts.</th>
<th>100 pts.</th>
<th>APOSENTADO (**) 50 pts.</th>
<th>50 pts.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
Fica estruturado o Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, composto pelos cargos de provimento efetivo, regidos pela Lei nº 8.112/1990, que não estejam organizados em carreiras, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Federal em 21 de março de 2003, mediante enquadramento dos servidores, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme o constante do Anexo I da Lei nº 10.682/2003. (art. 2º da Lei nº 10.682/2003)

VB - Vencimento Básico - Anexo II da Lei no 10.682, de 28 de maio de 2003

**GEAAPF** - Gratificação Específica de Atividades Auxiliares da Polícia Federal

(*) Os valores da GEAAPF são os estabelecidos no Anexo IV da Lei no 10.682, de 28 de maio de 2003

**GDATPF** - Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo à Polícia Federal

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a oitenta pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da MP 431/2008)

(*) GDATPF será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V da Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003

Apontuação a que se refere a GDATPF será assim distribuída:

I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional

À indenização de que trata o art. 1º da Lei nº 12.855/2013 será concedida ao servidor ocupante de cargo efetivo do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, de que trata a Lei no 10.682, de 28 de maio de 2003; (§1º art. 1º da Lei nº 12.855/2013)

(**) Aposentado - GDATPF - art. 4º-C da Lei nº 10.682/2003 (art. 26 da MP 431/08)

(**) Aposentado - A GEAAPF integrará os proventos da aposentadoria e as pensões. (art. 313 da Lei nº 11.907/2009)

É vedada a acumulação das vantagens pecuniárias devidas aos ocupantes do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal com outras vantagens de qualquer natureza a que o servidor faça jus em virtude de outros Planos de Carreiras ou de Classificação de Cargos (art. 4º-D da Lei nº 10.682/2003 - redação dada pelo art. 26 da Lei nº 11.784/2008).

(**) Aposentados e Pensionistas - GDATPF - arts. 22 a 26 da Lei nº 13.327, de 2016

Legislações Correspondentes:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Lei</th>
<th>Decreto</th>
<th>Medida Provisória</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Lei nº 8.112 de 11.12.1990</td>
<td>Lei nº 10.698 de 02.07.2003</td>
<td>Decreto nº 7.133 de 19.03.2010</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 9.266 de 15.03.1996</td>
<td>Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004 art. 1º ao art. 4º</td>
<td>Lei nº 12.269 de 21.06.2010</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei Delegada nº 13 de 27.08.1992</td>
<td>Medida Provisória nº 212 de 09.09.2004 art. 5º ao art. 9º</td>
<td>Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 95</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.404 de 09.01.2002</td>
<td>Lei nº 10.971 de 25.11.2004 art. 1 ao art. 4</td>
<td>Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 92</td>
</tr>
<tr>
<td>Decreto nº 4.468 de 13.11.2002</td>
<td>Lei nº 11.498 de 28.06.2007</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 29 de 29.08.2002</td>
<td>Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 442 de 31.10.2002</td>
<td>Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 25</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 112 de 21.03.2003</td>
<td>Lei nº 11.784 de 22.09.2008</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
## Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios N° 73

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classe</th>
<th>Padrão</th>
<th>VB</th>
<th>GDM.PECPRF</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDM.PECPRF</th>
<th>APOSENTADO</th>
<th>TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>(*)</td>
<td>(**)</td>
<td>(***)</td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>10h</td>
<td>20h</td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>50 pts.</td>
<td>D/(A+B)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>E/(A+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>F</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Nível Superior - 20 h

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classe</th>
<th>Padrão</th>
<th>VB</th>
<th>GDM.PECPRF</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDM.PECPRF</th>
<th>APOSENTADO</th>
<th>TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>(*)</td>
<td>(**)</td>
<td>(***)</td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>10h</td>
<td>20h</td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>50 pts.</td>
<td>D/(A+B)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>E/(A+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>F</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Nível Superior - 40 h

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classe</th>
<th>Padrão</th>
<th>VB</th>
<th>GDM.PECPRF</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDM.PECPRF</th>
<th>APOSENTADO</th>
<th>TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>(*)</td>
<td>(**)</td>
<td>(***)</td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>10h</td>
<td>20h</td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>50 pts.</td>
<td>D/(A+B)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>E/(A+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>F</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios N° 73
Jornada de Trabalho de Médico é de: 20 horas

Nível Superior - 20 h - A jornada de trabalho dos ocupantes do cargo de Médico, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o art. 40 da Lei nº 12.702/2012 é de 20 (vinte) horas semanais. (§ 1º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

Nível Superior - 40 h - Os ocupantes dos cargos efetivos de que trata o art. 41 da Lei nº 12.702/2012 poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira. (§§ 2º e 3º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

VB - Vencimento Básico (Anexo XLV à Lei no 12.702, de 7 de agosto de 2012)

( * ) VB - de 20 h e 40 h (Anexo XLV à Lei no 12.702, de 7 de agosto de 2012)

GDM-PECPRF - Gratificação do Desempenho de Atividades Médicas do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, de que trata a Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005 (Anexo XLV à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)

Fica instituída, a partir de 1º de julho de 2012, a GDM-PECPRF devida, exclusivamente, aos servidores ocupantes do cargo de Médico, quando em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no órgão ou entidade de lotação.

( ** ) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho a que faz jus, no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

( *** ) A GDM-PECPRF terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes, padrões e jornada de trabalho, ao valor estabelecido no Anexo XLV da Lei nº 12.702/2012.

A pontuação máxima da GDM-PECPRF será assim distribuída: I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional. ( §4º até §17 da Lei nº 12.702/2012 )

As Gratificações de Desempenho de Atividade Médica de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 serão atribuídas em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos para as gratificações de desempenho que os servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 percebam na data de publicação desta lei, inclusive para fins de incorporação dela aos proventos de aposentadoria e às pensões, até que seja editado ato que regulamente os critérios e procedimentos específicos para as referidas gratificações. ( § 2º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012 )

A indenização de que trata o art. 1º da Lei nº 12.855/2013 será concedida ao servidor ocupante de cargo efetivo do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, de que trata a Lei no 11.095, de 13 de janeiro de 2005; (§ 1º art. 1º da Lei nº 12.855/2013)

(****) Aposentado - A mudança da gratificação de desempenho atualmente percebida pelos servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 para as Gratificações de Desempenho de Atividade Médica do respectivo Plano de Cargos ou Carreira ou Quadro de Pessoal não representa descontinuidade de sua percepção para efeito de aposentadoria e ciclo de avaliação de desempenho. ( § 1º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012 )

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970
Decreto-Lei nº 2.251 de 26.02.1985
Lei nº 8.112 de 11.12.1990
Lei nº 9.266 de 15.03.1996
Lei Delegada nº 13 de 27.08.1992
Lei nº 10.404 de 09.01.2002
Decreto nº 4.247 de 22.05.2002
Portaria nº 260 de 21.06.2002
Portaria nº 363 de 21.06.2002
Decreto nº 4.468 de 13.11.2002
Portaria nº 29 de 29.08.2002
Portaria nº 442 de 31.10.2002
Medida Provisória nº 212 de 09.09.2004 art. 5º ao art. 9º
Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005
Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008
Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 62
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012
Medida Provisória nº 112 de 21.03.2003
Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004 art. 1º ao art. 4º

Elaborado:CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
### 46. PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

*Cargos: Nível Superior do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal*

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDA TPRF</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDA TPRF</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>(*)</td>
<td>(*)</td>
<td>(*)</td>
<td>(*)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D=(A+B)</td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.603,85</td>
<td>4.256,80</td>
<td>5.321,00</td>
<td>7.860,65</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.533,18</td>
<td>4.160,80</td>
<td>5.201,00</td>
<td>7.693,98</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.463,91</td>
<td>4.068,80</td>
<td>5.086,00</td>
<td>7.532,71</td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.363,02</td>
<td>3.898,40</td>
<td>4.873,00</td>
<td>7.261,42</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.297,08</td>
<td>3.812,80</td>
<td>4.766,00</td>
<td>7.109,88</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.232,44</td>
<td>3.731,20</td>
<td>4.664,00</td>
<td>6.963,64</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.169,06</td>
<td>3.650,40</td>
<td>4.563,00</td>
<td>6.819,46</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.106,92</td>
<td>3.572,80</td>
<td>4.466,00</td>
<td>6.679,72</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.046,01</td>
<td>3.497,60</td>
<td>4.372,00</td>
<td>6.543,51</td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.957,29</td>
<td>3.357,60</td>
<td>4.197,00</td>
<td>6.314,69</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.899,31</td>
<td>3.288,00</td>
<td>4.110,00</td>
<td>6.187,31</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.842,46</td>
<td>3.219,20</td>
<td>4.024,00</td>
<td>6.061,66</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.786,73</td>
<td>3.153,60</td>
<td>3.942,00</td>
<td>5.940,33</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.732,09</td>
<td>3.090,40</td>
<td>3.863,00</td>
<td>5.822,49</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.678,53</td>
<td>3.028,80</td>
<td>3.786,00</td>
<td>5.707,33</td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.600,51</td>
<td>2.913,60</td>
<td>3.647,00</td>
<td>5.514,11</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.549,52</td>
<td>2.856,80</td>
<td>3.571,00</td>
<td>5.406,32</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.499,53</td>
<td>2.800,80</td>
<td>3.501,00</td>
<td>5.300,33</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.450,52</td>
<td>2.748,00</td>
<td>3.435,00</td>
<td>5.198,52</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.402,47</td>
<td>2.694,40</td>
<td>3.368,00</td>
<td>5.096,87</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Fica estruturado o Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, composto pelos cargos de provimento efetivo, regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que não estejam organizados em carreiras, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Rodoviária Federal em 30 de junho de 2004, ou que venham a ser redistribuídos para este Departamento, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até 30 de abril de 2004, mediante enquadramento dos servidores, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme o constante do Anexo III da Lei nº 11.095/2005. (art. 10 da Lei nº 11.095/2005)

* Integrarão o Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal os Cargos de Nível Superior de: Analista Técnico-Administrativo e Estatístico. (art. 10 da Lei 11.095/05)


**GDATPRF** - Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo à Polícia Rodoviária Federal

(*) GDATPRF será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V-C da Lei nº 11.095/2005.

A pontuação a que se refere a GDATPRF será assim distribuída:

I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional.

A indenização de que trata o art. 1º da Lei nº 12.855/2013 será concedida ao servidor ocupante de cargo efetivo do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, de que trata a Lei no 11.095, de 13 de janeiro de 2005; (§ 1º art. 1º da Lei nº 12.855/2013)

(**) Aposentado - GDATPRF - § 5º art. 11-D da Lei nº 11.095/2005 (art. 63 da MP 431/2008)

(**) Opção da GDATPRF - aposentado/pensionista art. 87 da Lei nº 13.324, de 2016.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970
Decreto-Lei nº 2.251 de 26.02.1985
Lei nº 8.112 de 11.12.1990
Lei nº 9.266 de 15.03.1996
Lei Delegada nº 13 de 27.08.1992
Lei nº 10.404 de 09.01.2002
Decreto nº 4.247 de 22.05.2002
Portaria nº 260 de 21.06.2002
Portaria nº 363 de 21.06.2002
Decreto nº 4.468 de 13.11.2002
Portaria nº 29 de 29.08.2002
Portaria nº 442 de 31.10.2002
Medida Provisória nº 212 de 09.09.2004 art. 5º ao art. 9º
Lei nº 10.971 de 25.11.2004 art. 1 ao art. 4
Lei nº 11.095 de 13.01.2005 art. 5 ao art. 9
Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005
Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
Lei nº 11.498 de 28.06.2007
Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008
Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 62
Lei nº 11.784 de 22.09.2008
Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 96
Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 93
Lei nº 12.855 de 02.09.2013
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 51
Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 12 e art. 87 ao art. 91
46. PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Cargos: Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

| Classe | Padrão | VB | GDA TPRF | ATIVO | GDA TPRF | APOSENTO
<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>80 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.395,82</td>
<td>2.322,40</td>
<td>2.903,00</td>
<td>4.718,22</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.391,03</td>
<td>2.304,00</td>
<td>2.880,00</td>
<td>4.695,03</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.386,26</td>
<td>2.285,60</td>
<td>2.857,00</td>
<td>4.671,86</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.372,02</td>
<td>2.254,40</td>
<td>2.818,00</td>
<td>4.626,42</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.367,29</td>
<td>2.236,80</td>
<td>2.796,00</td>
<td>4.604,09</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.362,56</td>
<td>2.218,40</td>
<td>2.773,00</td>
<td>4.580,96</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.357,84</td>
<td>2.200,80</td>
<td>2.751,00</td>
<td>4.558,64</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.353,14</td>
<td>2.182,40</td>
<td>2.728,00</td>
<td>4.535,54</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.348,44</td>
<td>2.165,60</td>
<td>2.707,00</td>
<td>4.514,04</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.334,43</td>
<td>2.138,40</td>
<td>2.673,00</td>
<td>4.472,83</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.329,77</td>
<td>2.121,60</td>
<td>2.652,00</td>
<td>4.451,37</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.325,11</td>
<td>2.105,60</td>
<td>2.632,00</td>
<td>4.430,71</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.320,47</td>
<td>2.089,60</td>
<td>2.612,00</td>
<td>4.410,07</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.315,84</td>
<td>2.073,60</td>
<td>2.592,00</td>
<td>4.389,44</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.311,23</td>
<td>2.058,40</td>
<td>2.573,00</td>
<td>4.369,63</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.297,44</td>
<td>2.032,80</td>
<td>2.541,00</td>
<td>4.330,24</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.292,85</td>
<td>2.017,60</td>
<td>2.522,00</td>
<td>4.310,45</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.288,28</td>
<td>2.002,40</td>
<td>2.503,00</td>
<td>4.290,68</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.283,72</td>
<td>1.988,00</td>
<td>2.485,00</td>
<td>4.271,72</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.279,16</td>
<td>1.973,60</td>
<td>2.467,00</td>
<td>4.252,76</td>
</tr>
</tbody>
</table>

GDATPRF - Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo à Polícia Rodoviária Federal

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a oitenta pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da 431/2008)

(*) GDATPRF será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V-C da Lei nº 11.095/2005.

A pontuação a que se refere a GDATPRF será assim distribuída:

I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional

Aindenização de que trata o art. 1º da Lei nº 12.855/2013 será concedida ao servidor ocupante de cargo efetivo do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, de que trata a Lei no 11.095, de 13 de janeiro de 2005; (§ 1º art. 1º da Lei nº 12.855/2013)

(**) Aposentado - GDATPRF - § 5º art. 11-D da Lei nº 11.095/2005 (art. 63 da MP 431/2008)

(**) Opção da GDATPRF - aposentado/pensionista art. 87 da Lei nº 13.324, de 2016.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970
Decreto-Lei nº 2.251 de 26.02.1985
Lei nº 8.112 de 11.12.1990
Lei nº 9.266 de 15.03.1996
Lei Delegada nº 13 de 27.08.1992
Lei nº 10.404 de 09.01.2002
Decreto nº 4.247 de 22.05.2002
Portaria nº 260 de 21.06.2002
Portaria nº 363 de 21.06.2002
Decreto nº 4.468 de 13.11.2002
Portaria nº 29 de 29.08.2002
Portaria nº 442 de 31.10.2002
Medida Provisória nº 112 de 21.03.2003
Lei nº 10.682 de 28.05.2003
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004 art. 1º ao art. 4º
Medida Provisória nº 212 de 09.09.2004 art. 5º ao art. 9º
Lei nº 10.971 de 25.11.2004 art. 1 ao art. 4
Lei nº 11.095 de 13.01.2005 art. 5 ao art. 9
Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005
Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
Lei nº 11.498 de 28.06.2007
Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008
Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 62
Lei nº 11.784 de 22.09.2008
Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 96
Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 93
Lei nº 12.855 de 02.09.2013
Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art.12 e art. 87 ao art. 91
### 46. PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Cargos: Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classe</th>
<th>V</th>
<th>B</th>
<th>C</th>
<th>D</th>
<th>ATIVO</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>padrão</td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>50 pts</td>
<td>50 pts</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>(*)</td>
<td>(*)</td>
<td>(*)</td>
<td>(*)</td>
<td>G</td>
<td>H</td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td>1.849,10</td>
<td>166,21</td>
<td>1.007,20</td>
<td>1.259,00</td>
<td>3.022,51</td>
<td>3.274,31</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>1.845,54</td>
<td>165,09</td>
<td>1.004,80</td>
<td>1.256,00</td>
<td>3.015,43</td>
<td>3.266,63</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>1.852,67</td>
<td>167,32</td>
<td>1.011,20</td>
<td>1.264,00</td>
<td>3.031,19</td>
<td>3.283,99</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Nota: GDATPRF = Total (em R$)
Fica estruturado o Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, composto pelos cargos de provimento efetivo, regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que não estejam organizados em carreiras, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Rodoviária Federal em 30 de junho de 2004, ou que venham a ser redistribuídos para este Departamento, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até 30 de abril de 2004, mediante enquadramento dos servidores, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme o constantes do Anexo III da Lei n° 11.095/2005. (art. 10 da Lei n° 11.095/2005)


**GEAAPRF** - Gratificação Específica de Atividades Auxiliares da Polícia Rodoviária Federal

Os valores da GEAAPRF são os estabelecidos no Anexo V-B da Lei n° 11.095/2005 (art. 63 da MP 431/08)

**GDATPRF** - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa à Polícia Rodoviária Federal

( * ) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a oitenta pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da 431/2008)

( ** ) GDATPRF será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V-C da Lei n° 11.095/2005.

A pontuação a que se refere a GDATPRF será assim distribuída:

I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional

A indenização de que trata o art. 1º da Lei n° 12.855/2013 será concedida ao servidor ocupante de cargo efetivo do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, de que trata a Lei n° 11.095, de 13 de janeiro de 2005; (§ 1º art. 1º da Lei n° 12.855/2013)

( ** ) Aposentado - GDATPRF - § 5º art. 11-D da Lei n° 11.095/2005 (art. 63 da MP 431/2008)

( ** ) Opção da GDATPRF - A GEAAPRF integrará os proventos da aposentadoria e as pensões (art.314. da Lei n° 11.907/2009)

Legislações Correspondentes:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Lei nº</th>
<th>Data</th>
<th>Medida Provisória nº</th>
<th>Carga de Provisão</th>
<th>Artigo</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>5.645</td>
<td>10.12.1970</td>
<td>212 de 09.09.2004</td>
<td>Art. 5º ao art. 9º</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>8.112</td>
<td>09.11.1990</td>
<td>10.971 de 25.11.2004</td>
<td>Art. 1 ao art. 4</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>9.286</td>
<td>15.03.1996</td>
<td>11.095 de 13.01.2005</td>
<td>Art. 5 ao art. 9</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>362</td>
<td>27.08.1992</td>
<td>248 de 20.04.2005</td>
<td>Art. 62</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>421</td>
<td>29.01.2002</td>
<td>362 de 29.03.2007</td>
<td>Art. 62</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>232</td>
<td>26.02.2002</td>
<td>10.498 de 29.06.2007</td>
<td>Art. 62</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>326</td>
<td>26.02.2002</td>
<td>421 de 29.02.2008</td>
<td>Art. 62</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>11.095</td>
<td>26.01.2002</td>
<td>362 de 29.06.2008</td>
<td>Art. 62</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>29.08.2002</td>
<td>11.907 de 02.02.2009</td>
<td>Art. 62</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>342</td>
<td>31.10.2002</td>
<td>7.133 de 19.03.2010</td>
<td>Art. 62</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>21.03.2002</td>
<td>568 de 11.05.2012</td>
<td>Art. 96</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>10.682</td>
<td>28.05.2003</td>
<td>12.702 de 07.08.2012</td>
<td>Art. 93</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>10.698</td>
<td>02.07.2003</td>
<td>12.855 de 02.09.2013</td>
<td>Art. 87</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>364</td>
<td>19.05.2004</td>
<td>13.328 de 29.07.2016</td>
<td>Art. 51</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>11.095</td>
<td>19.05.2004</td>
<td>13.324 de 29.07.2016</td>
<td>Art. 87</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>13.324</td>
<td>19.05.2004</td>
<td>13.324 de 29.07.2016</td>
<td>Art. 91</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Nível Superior - 20 h</td>
<td>Posição: janeiro/2017</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>----------------------</td>
<td>----------------------</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Clase</td>
<td>Padrão</td>
<td>VB</td>
<td>GDM-PECFAZ</td>
<td>ATIVO</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>( * ) 20h</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>( ** ) 80 pts.</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>( *** ) 100 pts.</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>100 pts.</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>( **** ) 50 pts.</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>50 pts.</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>GDM-PECFAZ</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>APOSENADO</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>A</strong></td>
<td>Nível Superior - 20 h</td>
<td>2.220,09</td>
<td>2.096,40</td>
<td>2.380,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>B</strong></td>
<td>Nível Superior - 20 h</td>
<td>2.220,09</td>
<td>1.472,00</td>
<td>2.380,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>C</strong></td>
<td>Nível Superior - 20 h</td>
<td>2.220,09</td>
<td>1.472,00</td>
<td>2.380,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**47. PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA - PECFAZ**

* Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda

Cargo: Médico do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda, de que trata a Lei nº 11.907, de 2010

Carga: Médico Veterinário do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda, de que trata a Lei nº 11.907, de 2010

| Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios N° 73 | 436 |
* * * Oプ・KFAZ - a p o s e n t a d o /p e n s io n is ta a rts . 8 7 a 9 1 d a L e i n º 1 3 .3 2 4 , d e 2 0 1 6 .

d e s e m p e n h o . ( § 1 º d o a rt. 3 9 d a L e i n º 1 2 .7 0 2 /2 0 1 2 )

Atividade de M é d i c a d o  res p e c t i v o  P la n o  d e C a rg o s  o u C a rre i r a  o u Q u a d r o  d e P e s s o a l d o M i n i s t é r i o  d a F a ze n d a . O s s e r v i d o r e s d e q u e t r a t a a G D A F A Z e m d e c o r r ê n c i a d o e x e r c i ç o d e s u a s a ti vi d a d e s e m j u s , n o d e c u r s o d o c ic l o d e a v a l i a ç ã o , r e c e b e r á a

V e n c i m e n t o  B á s i c o ( A n e x o X L V à L e i n º 1 2 .7 0 2 , d e 7 d e a g o s t o d e 2 0 1 2 )

O s  c a r g o s  d o s  s e r v i d o r e s  r e fe r i d o s  n o a r t. 2 1 d a L e i n º 1 1 .4 5 7 , d e 1 6 d e m a r ç o d e 2 0 0 7 , p e r m a n e c e r ã o f a z e n d o j u s a o s v a l o r e s  a t r i b u í d o s  a o s P l a n o s  o u C a r r e i r a s  a q u e p e r te n ç i a m , i n c l u s i v e a A t r i b u í d o s  a o s P l a n o s E s p e c i a i s  d e C a r g o s  d o M i n i s t é r i o  d a F a ze n d a e m 3 1 d e d e z e m b r o d e 2 0 0 7 , b e m c o m o e s e s n a t i v i d a d e s n o â m b i to d o M i n i s t é r i o  d a F a ze n d a . O s s e r v i d o r e s d e q u e t r a t a a G D A F A Z e m d e c o r r ê n c i a d e s e m p e n h o a q u e l e s a t r i b u í d o s a o s P l a n o s E s p e c i a i s  d e C a r g o s  d o M i n i s t é r i o  d a F a ze n d a e m 3 1 d e d e z e m b r o d e 2 0 0 7 , b e m c o m o e s e s n a t i v i d a d e s n o â m b i to d o M i n i s t é r i o  d a F a ze n d a . O s s e r v i d o r e s d e q u e t r a t a a G D A F A Z e m d e c o r r ê n c i a d e s e m p e n h o a q u e l e s a t r i b u í d o s a o s P l a n o s E s p e c i a i s  d e C a r g o s  d o M i n i s t é r i o  d a F a ze n d a e m 3 1 d e d e z e m b r o d e 2 0 0 7 , b e m c o m o e s e s n a t i v i d a d e s n o â m b i to d o M i n i s t é r i o  d a F a ze n d a . O s s e r v i d o r e s d e q u e t r a t a a G D A F A Z e m d e c o r r ê n c i a d e s e m p e n h o a q u e l e s a t r i b u í d o s a o s P l a n o s E s p e c i a i s  d e C a r g o s  d o M i n i s t é r i o  d a F a ze n d a e m 3 1 d e d e z e m b r o d e 2 0 0 7 , b e m c o m o e s e s n a t i v i d a d e s n o â m b i to d o M i n i s t é r i o  d a F a ze n d a . O s s e r v i d o r e s d e q u e t r a t a a G D A F A Z e m d e c o r r ê n c i a d e s e m p e n h o a q u e l e s a t r i b u í d o s a o s P l a n o s E s p e c i a i s  d e C a r g o s  d o M i n i s t é r i o  d a F a ze n d a e m 3 1 d e d e z e m b r o d e 2 0 0 7 , b e m c o m o e s e s n a t i v i d a d e s n o â m b i to d o M i n i s t é r i o  d a F a ze n d a . O s s e r v i d o r e s d e q u e t r a t a a G D A F A Z e m d e c o r r ê n c i a d e s e m p e n h o a q u e l e s a t r i b u í d o s a o s P l a n o s E s p e c i a i s  d e C a r g o s  d o M i n i s t é r i o  d a F a ze n d a e m 3 1 d e d e z e m b r o d e 2 0 0 7 , b e m c o m o e s e s n a t i v i d a d e s n o â m b i to d o M i n i s t é r i o  d a F a ze n d a . O s s e r
**47. PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA - PECFAZ**

Cargo: Nível Superior do PECFAZ

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDAFAZ 80 pts.</th>
<th>GDAFAZ 100 pts.</th>
<th>ATIVO 80 pts.</th>
<th>ATIVO 100 pts.</th>
<th>APOSENTADO 50 pts.</th>
<th>APOSENTADO TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>III</td>
<td></td>
<td></td>
<td>(*)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VI</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>B</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

| ESPECIAL |       |    |                |                |              |                |                        |                          |
|          | C      |    |                |                |              |                |                        |                          |

| A         | B      | C  | D=(A+B)         | E=(A+C)        | F              |                      |                        |                          |
| 3.773.74  | 4.120,80 | 5.151,00 | 7.839,14  | 8.242,84  | 6.349,24        |                        |                          |
| 3.670,95  | 4.044,80 | 5.056,00 | 7.705,75  | 8.126,75  | 6.198,95        |                        |                          |
| 3.570,97  | 3.970,40 | 4.963,00 | 7.541,37  | 8.533,97  | 6.052,47        |                        |                          |

| B         | C      |    |                |                |              |                |                        |                          |
| 2.931,89  | 3.380,80 | 4.226,00 | 6.321,69  | 7.157,89  | 5.044,89        |                        |                          |
| 2.852,03  | 3.323,20 | 4.154,00 | 6.175,23  | 7.006,03  | 4.929,03        |                        |                          |
| 2.774,35  | 3.266,40 | 4.083,00 | 6.040,75  | 6.857,35  | 4.815,85        |                        |                          |

| A         | B      | C  | D=(A+B)         | E=(A+C)        | F              |                      |                        |                          |
| 2.479,39  | 3.003,20 | 3.754,00 | 5.482,59  | 6.233,39  | 4.356,39        |                        |                          |
| 2.411,86  | 2.954,40 | 3.693,00 | 5.366,26  | 6.104,86  | 4.258,36        |                        |                          |
| 2.346,16  | 2.905,60 | 3.632,00 | 5.251,76  | 5.978,16  | 4.162,16        |                        |                          |

<table>
<thead>
<tr>
<th>ATIVO 50 pts.</th>
<th>GDAFAZ 100 pts.</th>
<th>APOSENTADO TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>2.575,00</td>
<td>8.242,84</td>
<td>6.349,24</td>
</tr>
<tr>
<td>2.528,00</td>
<td>8.126,75</td>
<td>6.198,95</td>
</tr>
<tr>
<td>2.481,50</td>
<td>8.533,97</td>
<td>6.052,47</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>ATIVO 50 pts.</th>
<th>GDAFAZ 100 pts.</th>
<th>APOSENTADO TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>2.113,00</td>
<td>7.157,89</td>
<td>5.044,89</td>
</tr>
<tr>
<td>2.077,00</td>
<td>7.006,03</td>
<td>4.929,03</td>
</tr>
<tr>
<td>2.041,50</td>
<td>6.857,35</td>
<td>4.815,85</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>ATIVO 50 pts.</th>
<th>GDAFAZ 100 pts.</th>
<th>APOSENTADO TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1.877,00</td>
<td>6.233,39</td>
<td>4.356,39</td>
</tr>
<tr>
<td>1.846,50</td>
<td>6.104,86</td>
<td>4.258,36</td>
</tr>
<tr>
<td>1.816,00</td>
<td>5.978,16</td>
<td>4.162,16</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>ATIVO 50 pts.</th>
<th>GDAFAZ 100 pts.</th>
<th>APOSENTADO TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1.757,50</td>
<td>5.735,09</td>
<td>3.977,59</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios N° 73
Integram o PECAFZ os cargos ocupados e vagaos de nível superior do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo instituído pela Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras e/ou fundações públicas e/ou fundações, Planos de Carreiras, Planos de Cargos e Planos Especiais de Cargos, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda em 31 de dezembro de 2007, bem como aqueles cargos ocupados que venham a ser redistribuídos para esse Quadro, desde que a redistribuição tenha sido publicada até 29 de agosto de 2008. (art. 229 da Lei 11.907 de 2009)

Ficam transpostos para o PECAFZ, nos termos desta Lei, a contar de 1º de julho de 2008, os cargos de provimento efetivo de nível superior do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo instituído pela Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras e/ou fundações públicas e/ou fundações, Planos de Carreiras, Planos de Cargos e Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda em 31 de dezembro de 2007, bem como aqueles que venham a ser redistribuídos para esse Quadro, desde que a redistribuição tenha sido requerida até 31 de dezembro de 2007. (art. 256 da Lei 11.907 de 2009)

Ficam automáticas transpostos para o PECAFZ, a contar de 1º de julho de 2008, os cargos de provimento efetivo referidos no art. 12 da Lei no 11.457, de 16 de março de 2007. (art. 256-A da Lei 11.907 do 2009 - Incluído pela Medida Provisória no 479, de 2009)

Os servidores ocupantes dos cargos referidos no caput do art. 256-A da Lei 11.907 de 2009 poderão, até 31 de julho de 2010, optar por permanecer no Plano ou na Carreira em que se encontravam em 28 de agosto de 2008 e pelo consequente retorno a seu órgão de origem, na forma do Termo de Opção constante do Anexo CXL-IFA da Lei.

Os servidores que traça o caput dos arts. 256-A e 258 da Lei 11.907 de 2009 que não exercerem o direito de opção pelo retorno à situação anterior à fixada pelos arts. 12 e 21 da Lei 11.457, de 16 de março de 2007, permanecerão fazendo jus aos valores correspondentes aos vencimentos e vantagens atribuídos aos Planos ou Carreiras a que pertenciam, inclusive à respectiva Gratificação de Desempenho, se mais vantajosos em relação ao PECAFZ, aplicando-se à respectiva gratificação de desempenho de atividade os critérios e procedimentos de avaliação de desempenho aplicáveis aos servidores que fazem jus à GDFAZ, em decorrência do exercício de suas atividades no âmbito do Ministério da Fazenda. Os servidores que traça o caput não poderão perceber cumulativamente os valores correspondentes aos vencimentos e vantagens atribuídos aos Planos ou Carreiras a que pertenciam com os valores referentes aos vencimentos e vantagens atribuídos aos servidores que estão no PECAFZ, para que sejam comparados os valores dos vencimentos e vantagens de ambos os planos.

(§ 1º do art. 1º da Lei 12.855 de 2013)

A pontuação referente à GDFAZ será paga observado o limite máximo de 80 pontos e o mínimo de 30 pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no anexo CXXXVII da Lei 11.907 de 2009.

A pontuação referente à GDFAZ será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obidos na avaliação de desempenho individual; e
II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obidos na avaliação de desempenho institucional.

A indenização de que trata o art. 1º da Lei 12.855/2013 será concedida aos servidores ocupantes de cargo efetivo do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda, de que trata a Lei no 11.357, de 2 de fevereiro de 2009; e II - do art. 1º da Lei nº 12.855/2013)

(§ 1º do art. 1º da Lei 12.855 de 2013)

A pontuação referente à GDFAZ será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obidos na avaliação de desempenho individual; e
II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obidos na avaliação de desempenho institucional.

A pontuação referente à GDFAZ será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obidos na avaliação de desempenho individual; e
II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obidos na avaliação de desempenho institucional.
## 47. PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA - PECFAZ

Cargo: Nível Intermediário do PECFAZ

### Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Intermediário</th>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDAFAZ</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDAFAZ</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

|                     | III    | 2.145.23 | 2.110.40 | 2.638.00 | 4.255.63 | 4.783.23 | 1.319.00 | 3.464.23 |
|                     | II     | 2.123.99 | 2.097.60 | 2.622.00 | 4.221.59 | 4.745.99 | 1.311.00 | 3.434.99 |
|                     | I      | 2.102.96 | 2.086.40 | 2.608.00 | 4.189.36 | 4.710.96 | 1.304.00 | 3.406.96 |

|                     | IV     | 2.031.06 | 2.047.20 | 2.559.00 | 4.076.26 | 4.590.06 | 1.279.50 | 3.310.56 |
|                     | III    | 2.010.95 | 2.035.20 | 2.544.00 | 4.046.15 | 4.554.95 | 1.272.00 | 3.282.95 |
|                     | II     | 1.991.03 | 2.024.80 | 2.531.00 | 4.015.63 | 4.522.03 | 1.265.50 | 3.256.53 |
|                     | I      | 1.971.32 | 2.014.40 | 2.518.00 | 3.985.72 | 4.489.32 | 1.259.00 | 3.230.32 |

|                     | V      | 1.942.19 | 2.000.80 | 2.501.00 | 3.942.99 | 4.443.19 | 1.250.50 | 3.192.69 |
|                     | IV     | 1.922.95 | 1.989.60 | 2.487.00 | 3.912.55 | 4.409.95 | 1.243.50 | 3.166.45 |
|                     | III    | 1.903.91 | 1.980.80 | 2.476.00 | 3.884.71 | 4.379.91 | 1.238.00 | 3.141.91 |
|                     | II     | 1.885.06 | 1.969.60 | 2.462.00 | 3.854.66 | 4.347.06 | 1.231.00 | 3.116.06 |
|                     | I      | 1.866.40 | 1.959.20 | 2.449.00 | 3.825.60 | 4.315.40 | 1.224.50 | 3.090.90 |

|                     | VI     | 1.847.91 | 1.948.80 | 2.436.00 | 3.796.71 | 4.283.91 | 1.218.00 | 3.065.91 |
|                     | V      | 1.820.61 | 1.941.60 | 2.427.00 | 3.762.21 | 4.247.61 | 1.213.50 | 3.034.11 |
|                     | IV     | 1.802.58 | 1.938.40 | 2.423.00 | 3.740.98 | 4.225.58 | 1.211.50 | 3.014.08 |
|                     | III    | 1.784.73 | 1.936.00 | 2.420.00 | 3.720.73 | 4.204.73 | 1.210.00 | 2.994.73 |
|                     | II     | 1.767.06 | 1.932.80 | 2.416.00 | 3.699.66 | 4.183.06 | 1.208.00 | 2.975.06 |
|                     | I      | 1.749.57 | 1.930.40 | 2.413.00 | 3.679.97 | 4.162.57 | 1.206.50 | 2.956.07 |
Os servidores ocupantes dos cargos referidos no art. 12 da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, que tiveram seu exercício fixado na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos da lei, em até 60 (sessenta) dias contados a partir de 29 de agosto de 2008, ficam automaticamente redistribuídos para o Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda e enquadrados no PECFAZ, a partir de 30 de setembro de 2008, a partir de 1º de outubro de 2008, na vigência da referida lei, sem perda de vencimento e vantagens aos cargos ou carreiras a que pertenciam, incluindo a respectiva Gratificação de Desempenho, se mais vantajoso em relação ao PECFAZ, aplicando-se à respectiva gratificação de desempenho os critérios e procedimentos de avaliação de desempenho aplicáveis aos servidores que fazem jus à GDAFAZ, em decorrência do exercício de suas atividades no âmbito do Ministério da Fazenda.

Os servidores de que trata o caput dos arts. 256-A a 258 da Lei nº 11.907/2009 que não exercerem o direito de opção pelo retorno à situação anterior à fixada pelos arts. 12 e 21 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, permanecerão fazendo jus aos valores referentes a vencimentos e vantagens atribuídos aos cargos ou carreiras a que pertenciam, inclusive à respectiva Gratificação de Desempenho, se mais vantajoso em relação ao PECFAZ, aplicando-se à respectiva gratificação de desempenho os critérios e procedimentos de avaliação de desempenho aplicáveis aos servidores que fazem jus à GDAFAZ, em decorrência do exercício de suas atividades no âmbito do Ministério da Fazenda.

Os servidores de que trata o caput dos arts. 256-A a 258 da Lei nº 11.907/2009 que não exercerem o direito de opção pelo retorno à situação anterior à fixada pelos arts. 12 e 21 da Lei nº 11.457, de 2007, permanecerão fazendo jus aos vencimentos e vantagens atribuídos aos cargos ou carreiras a que pertenciam, se mais vantajoso em relação ao PECFAZ, pelo prazo de cinco anos a contar da vigência da Lei nº 11.457/2007, aplicando-se, à respectiva gratificação de desempenho os critérios e procedimentos de avaliação de desempenho aplicáveis aos servidores que fazem jus à GDAFAZ, em decorrência do exercício de suas atividades no âmbito do Ministério da Fazenda.

A disponibilidade referente à GDAFAZ, será automaticamente distribuída:

1) entre os servidores que se encontravam em situação de aposentadoria em 31 de dezembro de 2007.

2) entre os servidores que se encontravam em situação de licença sem vencimento ou de outros afastamentos sem direito à percepção da GDAFAZ, no momento da cessação da categoria ou cargo efetivo, ou, se houver, no dia 1º de janeiro de 2008.

3) entre os servidores que se encontravam em situação de desempenho, nesses termos, aos servidores que se encontravam em situação de aposentadoria ou pensão, desde que tenham encontrado a situação de aposentadoria ou pensão no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2007.

4) entre os servidores que se encontravam em situação de desempenho, nesses termos, aos servidores que se encontravam em situação de aposentadoria ou pensão, desde que tenham encontrado a situação de aposentadoria ou pensão no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2007.

5) entre os servidores que se encontravam em situação de desempenho, nesses termos, aos servidores que se encontravam em situação de aposentadoria ou pensão, desde que tenham encontrado a situação de aposentadoria ou pensão no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2007.

6) entre os servidores que se encontravam em situação de desempenho, nesses termos, aos servidores que se encontravam em situação de aposentadoria ou pensão, desde que tenham encontrado a situação de aposentadoria ou pensão no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2007.

7) entre os servidores que se encontravam em situação de desempenho, nesses termos, aos servidores que se encontravam em situação de aposentadoria ou pensão, desde que tenham encontrado a situação de aposentadoria ou pensão no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2007.

8) entre os servidores que se encontravam em situação de desempenho, nesses termos, aos servidores que se encontravam em situação de aposentadoria ou pensão, desde que tenham encontrado a situação de aposentadoria ou pensão no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2007.

9) entre os servidores que se encontravam em situação de desempenho, nesses termos, aos servidores que se encontravam em situação de aposentadoria ou pensão, desde que tenham encontrado a situação de aposentadoria ou pensão no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2007.

10) entre os servidores que se encontravam em situação de desempenho, nesses termos, aos servidores que se encontravam em situação de aposentadoria ou pensão, desde que tenham encontrado a situação de aposentadoria ou pensão no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2007.
## 47. PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA - PECFAZ

Cargo: Nível Auxiliar do PECFAZ

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível</th>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GEAF</th>
<th>GDAFAZ 80 pts.</th>
<th>GDAFAZ 100 pts.</th>
<th>ATIVO 80 pts.</th>
<th>ATIVO 100 pts.</th>
<th>APOSENTADO 50 pts.</th>
<th>TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>(*)</td>
<td>(**)</td>
<td>E=(A+B+C)</td>
<td>F=(A+B+D)</td>
<td>G</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>1.291,04</td>
<td>323,49</td>
<td>1.744,80</td>
<td>2.181,00</td>
<td>3.359,33</td>
<td>3.795,53</td>
<td>1.090,50</td>
<td>2.705,03</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>1.292,26</td>
<td>324,61</td>
<td>1.749,60</td>
<td>2.187,00</td>
<td>3.366,47</td>
<td>3.803,87</td>
<td>1.093,50</td>
<td>2.710,37</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>1.293,49</td>
<td>325,73</td>
<td>1.755,20</td>
<td>2.194,00</td>
<td>3.374,42</td>
<td>3.813,22</td>
<td>1.097,00</td>
<td>2.716,22</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Posição: janeiro/2017
Integram o PECFAZ os cargos ocupados e vagos de nível auxiliar do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo instituído pela Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, que não integram de Carreiras e Plano de Carreira Estabelecido para os Planos Especiais de Cargos, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda em 31 de dezembro de 2007, bem como aqueles cargos ocupados que venham a ser redistribuídos para esse Quadro, desde que a redistribuição tenha sido publicada até 29 de agosto de 2008. (art. 229 da Lei 11.907/2009)

Ficam transpostos para o PECFAZ, nos termos desta Lei, a contar de 1 de julho de 2008, os cargos de provimento efetivo de nível superior do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo instituído pela Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas não integrantes de Carreiras e Plano de Carreira Estabelecido para os Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda em 31 de dezembro de 2007, bem como aqueles cargos ocupados que venham a ser redistribuídos para esse Quadro, desde que a redistribuição tenha sido requerida até 31 de dezembro de 2007. (art. 256 da Lei 11.907/2009)

Ficam automaticamente transpostos para o PECFAZ, a contar de 1 de julho de 2008, os cargos de provimento efetivo referidos no art. 12 da Lei no 11.457, de 16 de março de 2007. (art. 256-A da Lei n° 11.907/2009 – Incluído pela Medida Provisória nº 478, de 2009)

Os servidores ocupantes dos cargos referidos no caput do art. 256-A da Lei 11.907/2009 poderão, até 31 de julho de 2010, optar por permanecer no Plano ou na Carreira em que se encontravam em 28 de agosto de 2008 e pelo consequente retorno a seu órgão de origem, na forma do Termo de Opção constante do Anexo CXLI-A da Lei 11.907/2009.

Os servidores de que trata o caput dos arts. 256-A e 258 da Lei nº 11.907/2009 que não exercerem o direito de opção pelo retorno à situação anterior à fixada pelos arts. 12 e 21 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, permanecerão fazendo jus aos valores a que valem os vencimentos e vantagens atribuídos aos Planos ou Carreiras a que pertenciam, inclusive à respectiva Gratificação de Desempenho, se mais vantajoso em relação ao PECFAZ, aplicando-se à respectiva gratificação de desempenho de atividade os critérios e procedimentos de avaliação de desempenho aplicáveis aos servidores que fazem jus à GDAFAZ, em decorrência do exercício de suas atividades no âmbito do Ministério da Fazenda. Os servidores de que trata o caput não poderão perceber cumulativamente os valores correspondentes aos vencimentos e vantagens atribuídos aos Planos ou Carreiras a que pertenciam com os valores referentes aos vencimentos e vantagens atribuídos aos cargos integrantes do PECFAZ. (art. 12 da Lei nº 12.778/2012)

Os servidores dos cargos referidos no art. 21 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, que tiverem seu exercício fixado na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos da Lei, em até 60 (sessenta) dias contados a partir de 29 de agosto de 2008, ficam automaticamente redistribuídos para o Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda e enquadrados no PECFAZ. (art. 256 da Lei 11.907/2009)

Os servidores de que trata o caput dos arts. 256-A e 258 da Lei 11.907/2009 que não exercerem o direito de opção pelo retorno à situação anterior à fixada pelos arts. 12 e 21 da Lei no 11.457, de 2007, permanecerão fazendo jus aos valores correspondentes aos vencimentos e vantagens atribuídos aos Planos ou Carreiras a que pertenciam, se mais vantajoso em relação ao PECFAZ, pelo prazo de cinco anos a contar da vigência da Lei no 11.457, de 2007, aplicando-se à respectiva gratificação de desempenho de atividade, os critérios e pontuações atribuídos aos servidores que fazem jus à GDAFAZ em decorrência do exercício de suas atividades no âmbito do Ministério da Fazenda. (art. 256-A da Lei 11.907/2009)

GEAF – Gratificação Específica de Atividades Auxiliares do PECFAZ
Os valores da GEAF são os estabelecidos no Anexo CXXXVIII da Lei nº 11.907/2009

GDAFAZ – Gratificação de Desempenho de Atividade Fazendária
(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surgir de acordo com a legislação em vigor, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retomado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da GDAFAZ no decorrer do ciclo de avaliação receberão a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos. (Anexo CXXXVII da Lei nº 11.907/2009)

(*) A GDAFAZ será paga observado o limite máximo de 30 pontos e o mínimo de 10 pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e grades, ao valor estabelecido no anexo CXXXVII da Lei nº 11.907/2009.

A pontuação referente à GDAFAZ será assim distribuída:
I – até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual;
II – até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

A indenização de que trata o art. 1º da Lei nº 12.855/2013 será concedida ao servidor ocupante de cargo efetivo do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda, de que trata a Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; (§ 1º do art. 1º da Lei nº 12.855/2013)

(*) Aposentado GEAF – aposento/pensionista arts. 87 a 91 da Lei nº 13.324, de 2016.

Legislação Correspondente: (art. 249 da Lei nº 11.907/2009)

** Opção da GDAFAZ – aposento/pensionista arts. 87 a 91 da Lei nº 13.324, de 2016.

Lei nº 8.645, de 20 de outubro de 1993
Lei nº 8.666, de 20 de outubro de 1993
Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006
Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classe/Posição</th>
<th>VB</th>
<th>GDM-SUFRAMA</th>
<th>GQ- Gratificação de Qualificação</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>30</td>
<td>40</td>
<td>50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Legenda:
- VB: Valor Base
- GDM-SUFRAMA: Gratificação de Desempenho
- GQ: Gratificação de Qualificação
- A: Nível Inicial
- B: Nível Superior
- C: Nível Médio
- D: Nível Inferior
- E: Nível Especial
- F: Total de Remuneração
- G: Total de Remuneração
- H: Total de Remuneração
- I: Total de Remuneração
- J: Total de Remuneração
- K: Total de Remuneração
- L: Total de Remuneração

* Cargo: Médico do Plano Especial de Cargos da SUFRAMA, de que trata a Lei n° 11.356, de 2006

Nível Superior - 20 h

GDM-SUFRAMA: 20 horas

ATIVOS

<table>
<thead>
<tr>
<th>POSIÇÃO</th>
<th>GQ</th>
<th>SIM-GQ</th>
<th>ATIVOS 100% (em R$)</th>
<th>SIM-GQ</th>
<th>ATIVOS 100% (em R$)</th>
<th>SIM-GQ</th>
<th>ATIVOS 100% (em R$)</th>
<th>SIM-GQ</th>
<th>ATIVOS 100% (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>D</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>E</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Nível Superior - 40 h

GDM-SUFRAMA: 20 horas

ATIVOS

<table>
<thead>
<tr>
<th>POSIÇÃO</th>
<th>GQ</th>
<th>SIM-GQ</th>
<th>ATIVOS 100% (em R$)</th>
<th>SIM-GQ</th>
<th>ATIVOS 100% (em R$)</th>
<th>SIM-GQ</th>
<th>ATIVOS 100% (em R$)</th>
<th>SIM-GQ</th>
<th>ATIVOS 100% (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>D</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>E</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Cargo: Médico do Plano Especial de Cargos da SUFRAMA, de que trata a Lei n° 11.356, de 2006

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios N° 73

444
Jornada de Trabalho de Médico é de: 20 horas

Nível Superior - 20 h - A jornada de trabalho dos ocupantes do cargo de Médico, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o art. 40 da Lei nº 12.702/2012 é de 20 (vinte) horas semanais. (§ 1º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

Nível Superior - 40 h - Os ocupantes dos cargos efetivos de que trata o art. 41 da Lei nº 12.702/2012 poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira. (§§ 2º e 3º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

SUFRAJMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus

* Fica estruturada, a partir de 1º de outubro de 2006, o Plano Especial de Cargos da Suframa, composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos - PCC, instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas não integrantes de Carreiras estruturadas, regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Suframa e nele lotados em 31 de dezembro de 2005 ou que venham a ser para ele redistribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido realizadas até a referida data.

** BV - Vencimento Básico**

(*) - de 20 h e 40 h (Anexo XLV a Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)


Fica instituída, a partir de 1º de julho de 2012, a GDM-SUFRAMA, e que é devida, excluindo ente, aos servidores ocupantes do cargo de Médico, quando em efetivo exercício nas atividades inerentes à atribuição do respectivo cargo no órgão ou entidade de lotação.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surgir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho a que faz jus, no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente à quitação.

(*) A GDM-SUFRAMA terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes, padrões e jornada de trabalho, ao valor estabelecido no Anexo XLV da Lei nº 12.702/2012.

A pontuação máxima da GDM-SUFRAMA será assim distribuída: I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional. (§ 4º até § 17 da Lei nº 12.702/2012)

As Gratificações de Desempenho de Atividade Médica de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 serão atribuídas em função de desempenho individual do servidor e de alcance de metas de desempenho institucional, segundo os critérios e procedimentos estabelecidos para a gratificação de desempenho que os servidores que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 recebiam na data de publicação desta Lei, inclusive para fins de incorporação dela aos proventos de aposentadoria e à pensão, até que seja editado ato que regulamente os critérios e procedimentos específicos para as referidas gratificações. (§ 2º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

(**) - GQ - Gratificação de Qualificação - as GQ I e II serão pagas de acordo com os valores estabelecidos no Anexo III-B à Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006.

GQ - é instituída a Gratificação de Qualificação (GQ), a ser concedida aos ocupantes dos cargos de nível superior do plano especial de cargos da Suframa, em retribuição ao cumprimento de requisitos técnicos, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades da autarquia, quando em efetivo exercício do cargo, na forma estabelecida em regulamento. (art. 5º da Lei nº 11.356/2006 - redação dada pelo art. 35 da Lei nº 13.328, de 2016)

Os requisitos técnicos funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários à percepção da GQ abrangem o nível de capacitação que o servidor possui conforme §1º do art. 5º da Lei nº 11.356/2006.

A GQ será concedida em 2 (dois) níveis a servidores com o nível de qualificação funcional previsto no §1º do art. 5º da Lei nº 11.356/2006), na forma estabelecida em ato do dirigente máximo da Suframa, observados os seguintes limites:

I - GQ I para até 15% (quinze por cento) dos cargos de nível superior provisórios; e II - GQ II para até 30% (trinta por cento) dos cargos de nível superior provisórios.

Observar o § 1º e § 6º do art. 5º da Lei nº 11.356/2006.

(*) Aposentado - Art. 1º-L da Lei nº 11.356/2006. (art. 73 da Lei nº 11.907/2009)

(*) Aposentado - GQ - A percepção da GQ nos proventos de aposentadoria e pensões observará a legislação de criação do respectiva gratificação e os regramentos previdenciários aplicáveis a cada servidor. (art. 87º do Decreto nº 7.222/2013)

(*) Aposentado - A mudança da gratificação de desempenho atualmente percebida pelo servidor de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 para as Gratificações de Desempenho de Atividade Médica do respectivo Plano de Cargos ou Carreiras ou Quadro de Pessoal não representa descontinuidade de sua percepção para efeito de aposentadoria e ciclo de avaliação de desempenho. (§ 1º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

(**) Opção da GDM-SUFRAMA - aposentados e pensionistas arts. 113 a 117 da Lei nº 13.328, de 2016

Legislação Correspondente:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92
Lei nº 8.622 de 19.01.93
Lei nº 8.645 de 01.04.93
Lei nº 8.659 de 27.05.93
Lei nº 8.676 de 13.07.93 art. 4º
Lei nº 8.880 de 27.05.94
Portaria MARE nº 2179 de 28.07.98
Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001
Lei nº 10.331 de 18.12.2001
Lei nº 10.404 de 09.01.2002
Decreto nº 2.427 de 22.05.2002
Portaria nº 260 de 21.06.2002
Decreto nº 4.468 de 13.11.2002
Portaria nº 29 de 29.08.2002
Portaria nº 442 de 31.10.2002
Portaria nº 10.697 de 02.07.2003
Portaria nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005
Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006
Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006
Lei nº 11.356 de 19.10.2006
Lei nº 11.356 de 19.10.2006
Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009
Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Decreto nº 7.138 de 19.03.2010
Lei nº 12.269 de 21.06.2010
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art.78
Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 77
Decreto nº 7.922 de 18.02.2013
Lei nº 12.857 de 02.09.2013
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 - arts. 69 e arts. 15 a 101
### 48. PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SUFRAMA

Cargos de Nível Superior do Plano Especial de Cargos da SUFRAMA

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classe</th>
<th>Cargo</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
<th>GDSUFRA MA</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDSUFRA MA</th>
<th>ATIVO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>(80 pts)</td>
<td>(100 pts)</td>
<td>(80 pts)</td>
<td>(100 pts)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td><strong>A</strong></td>
<td><strong>B</strong></td>
<td><strong>C</strong></td>
<td><strong>D</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.063,06</td>
<td>1.063,06</td>
<td>1.063,06</td>
<td>1.063,06</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>9.329,43</td>
<td>9.860,96</td>
<td>10.392,49</td>
<td>9.519,83</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>8.235,41</td>
<td>8.766,94</td>
<td>9.298,47</td>
<td>8.403,41</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* * *
**SUFRA MA - Superintendência da Zona Franca de Manaus**

Fica estruturado, a partir de 1º de outubro de 2006, o Plano Especial de Cargos da Suframa, composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos - PCC instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas não integrantes de Carreiras estruturadas, regidos pela Lei no 8.112/1990, pertinentes ao Quadro de Pessoal da Suframa e nele lotados em 31 de dezembro de 2005 ou que venham a ser para ele distribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até a referida data (art.1º da Lei 11.356/2006).

É instituído, no Plano Especial de Cargos da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), de que trata a Lei no 11.356, de 19 de outubro de 2006, o cargo de provimento efetivo de Analista Técnico - Administrativo, de nível superior, com atribuições voltadas ao planejamento, à supervisão, à coordenação, ao controle, à acompanhamento e à execução de atividades técnicas especializadas necessárias ao exercício das competências da Suframa, à implementação de políticas e à elaboração de estudos e pesquisas, ressalvadas as atividades privativas de carreiras específicas. O ingresso, a estrutura, o desenvolvimento, a remuneração e os demais aspectos relativos ao cargo de que trata este artigo serão regulados de acordo com a legislação aplicável ao Plano Especial de Cargos da Suframa (art.19 da Lei nº 13.328/2016, que modifica a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006.

A partir de 1º de agosto de 2016, os servidores (ativo, aposentado e pensionista) do quadro de pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) alcançados pelo art. 19 da Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010, passarão a perceber a remuneração devida aos ocupantes dos cargos do Plano Especial de Cargos da Suframa de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006. (art. 36 da lei nº 13.328/2016)

A alteração da estrutura remuneratória de que trata o art. 36 da lei nº 13.328/2016 dar-se-á automaticamente, salvo manifestação irrecusável do servidor (ativo, aposentado e pensionista), a ser formalizada no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da entrada em vigor da Lei nº 13.328/2016, na forma do termo de opção constante do Anexo VI da Lei nº 13.328/2016.

O servidor (ativo, aposentado e pensionista) que formalizar a opção por permanecer na Estrutura Remuneratória Especial de que trata o art. 19 da Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010, não fará jus à estrutura remuneratória do Plano Especial de Cargos da Suframa. (§ 1º ao § 4º do art. 36 da Lei nº 13.328/2016)

---

**GDSUFRAMA - Gratificação de Desempenho da Suframa**

Fica instituída a Gratificação de Desempenho da Suframa - GDSUFRAMA, devida aos servidores titulares dos cargos de provimento efetivo de que trata o art. 1º da Lei nº 11.356/2006, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo na Suframa, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2008. (art. 1º da Lei nº 11.356/2006 e art. 77 da Lei nº 12.702/2012)

(*) A GDSUFRAMA será paga observado o limite máximo de cem pontos (cios) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo III-A da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006.

A pontuação referente à GDSUFRAMA será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e
II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que sejamos processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008)

**GQ - Gratificação de Qualificação**

- às GQs I e II serão pagas de acordo com os valores estabelecidos no Anexo III-B da Lei nº 13.328/2016.

- é instituída a Gratificação de Qualificação (GQ), a ser concedida aos ocupantes dos cargos de nível superior do plano especial de cargos da Suframa, em retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atribuições da autarquia, quando em efetivo exercício do cargo, na forma estabelecida em regulamento. (§ 1º ao § 4º do art. 35 da Lei nº 11.356, de 2016)

Os requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários à percepção da GQ abrangem o nível de capacitação que o servidor possua conforme § 1º do art. § 5º da Lei nº 11.356/2006.

A GQ será concedida em 2 (dois) níveis aos servidores com o nível de qualificação funcional previsto no § 1º do art. § 5º da Lei nº 11.356/2006, na forma estabelecida em ato do dirigente máximo da Suframa, observando os seguintes limites:

I - GQ para até 15% (quinze por cento) dos cargos de nível superior privados; e
II - GQ II para até 80% (oitenta por cento) dos cargos de nível superior privados.Observar o § 1º ao § 6º do art. 5º da Lei nº 11.356/2006.

(*) Aposentado - GDSUFRAMA - Art. 1º-L. da Lei nº 11.356/2006 (art. 73 da Lei nº 11.807/2009)

(*** ) Aposentado - GQ - A percepção da GQ nos proventos de aposentadoria e pensões observará a legislação de criação da respectiva gratificação e os regramentos previdenciários aplicáveis a cada servidor. (art. 87º do Decreto nº 7.922/2013)

(**** ) Aposentado: O disposto no art. 36 da Lei nº 13.328/2016 aplica-se aos aposentados e pensionistas oriundos do quadro de pessoal da Suframa.

(***** ) Opção da GDSUFRAMA - aposentados e pensionistas arts. 113 e 117 da Lei nº 13.328, de 2016

**Legições Correspondentes:**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Lei Delegada nº 13 de 27.08.92</th>
<th>Decreto nº 4.247 de 22.05.2002</th>
<th>Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Lei nº 8.622 de 19.01.93</td>
<td>Portaria nº 260 de 21.06.2002</td>
<td>Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.645 de 01.04.93</td>
<td>Portaria nº 363 de 21.06.2002</td>
<td>Medida Provisória nº 316 de 19.10.2006</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.659 de 27.05.93</td>
<td>Decreto nº 4.468 de 13.11.2002</td>
<td>Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.676 de 13.07.93 art. 4º</td>
<td>Portaria nº 29 de 29.08.2002</td>
<td>Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.880 de 27.05.94</td>
<td>Decreto nº 442 de 31.10.2002</td>
<td>Medida Provisória nº 919 de 20.02.2009</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001</td>
<td>Lei nº 10.331 de 18.12.2001</td>
<td>Decreto nº 7.133 de 19.03.2010</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 19 de 09.01.2002</td>
<td>Lei nº 10.371 de 25.11.2004</td>
<td>Decreto nº 7.139 de 29.03.2010</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Lei nº 12.629 de 21.06.2010  
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012  
Lei nº 12.702 de 07.08.2012  
Decreto nº 7.922 de 18.02.2013  
Lei nº 12.857 de 02.09.2013  
Lei nº 13.328 de 29.07.2016  
Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006.

Elaborado:CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73 447
### 48. PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SUFRAMA

**Cargos: Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos da SUFRAMA**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Intermediário</th>
<th>Classe</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDSUFRA MA</th>
<th>ATIVO TOTAL (em R$)</th>
<th>GDSUFRA MA APOSENTADO TOTAL (em R$) - 50 pts.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>(A+B)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>5.321,93</td>
<td>472,80</td>
<td>591,00</td>
<td>5.794,73</td>
<td>5.912,93</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>5.202,74</td>
<td>462,40</td>
<td>578,00</td>
<td>5.665,14</td>
<td>5.780,74</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>5.086,91</td>
<td>452,00</td>
<td>565,00</td>
<td>5.536,91</td>
<td>5.651,91</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td>5.022,41</td>
<td>443,20</td>
<td>554,00</td>
<td>5.425,61</td>
<td>5.536,41</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VI</td>
<td>4.982,41</td>
<td>433,60</td>
<td>542,00</td>
<td>5.314,29</td>
<td>5.422,69</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td>4.880,69</td>
<td>424,80</td>
<td>531,00</td>
<td>5.206,49</td>
<td>5.312,69</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>4.781,69</td>
<td>416,80</td>
<td>521,00</td>
<td>5.102,19</td>
<td>5.206,39</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>4.685,39</td>
<td>408,00</td>
<td>510,00</td>
<td>4.999,73</td>
<td>5.101,73</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>4.591,73</td>
<td>400,00</td>
<td>500,00</td>
<td>4.900,68</td>
<td>5.000,68</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>4.500,68</td>
<td>400,00</td>
<td>500,00</td>
<td>4.900,68</td>
<td>5.000,68</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td>4.416,33</td>
<td>392,80</td>
<td>491,00</td>
<td>4.809,13</td>
<td>4.907,33</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>4.334,30</td>
<td>365,60</td>
<td>482,00</td>
<td>4.719,90</td>
<td>4.816,30</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>4.254,56</td>
<td>376,40</td>
<td>473,00</td>
<td>4.632,96</td>
<td>4.727,56</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>4.177,09</td>
<td>371,20</td>
<td>464,00</td>
<td>4.548,29</td>
<td>4.641,09</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>4.101,85</td>
<td>364,80</td>
<td>456,00</td>
<td>4.466,65</td>
<td>4.557,85</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>4.027,72</td>
<td>358,40</td>
<td>448,00</td>
<td>4.386,12</td>
<td>4.475,72</td>
</tr>
</tbody>
</table>

- **Posição:** janeiro/2017
SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus.

Fica estruturado, a partir de 1º de outubro de 2006, o Plano Especial de Cargos da Suframa, compondo pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos - PCC instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas não integrantes de Carreiras estruturadas, regidos pela Lei no 8.112/1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Suframa e nele lotados em 31 de dezembro de 2005 ou que venham a ser para ele redistribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até a referida data (art. 1º Lei 11.356/2006).

* Instituído, no Plano Especial de Cargos da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), de que trata a Lei no 11.356, de 19 de outubro de 2006, o cargo de provimento efetivo de Analista Técnico-Administrativo, de nível superior, com atribuições voltadas ao planejamento, à supervisão, à coordenação, ao controle, ao acompanhamento e à execução de atividades técnicas especializadas necessárias ao exercício das competências da Suframa, à implementação de políticas e à elaboração de estudos e pesquisas, ressalvadas as atividades privativas de carreiras específicas. O ingresso, a estrutura, o desenvolvimento, a remuneração e os demais aspectos relativos ao cargo de que trata o art. 2º da Lei no 12.857/2013 observarão as normas aplicáveis aos cargos do Plano Especial de Cargos da Suframa de que trata a Lei no 11.356, de 19 de outubro de 2006. (§ único do art. 2º da Lei 12.857/2013)

A partir do 1º de agosto de 2016, os servidores (ativo, aposentado e pensionista) do quadro de pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) alcançados pelo art. 19 da Lei no 12.277, de 30 de junho de 2010, passarão a receber a remuneração devidos aos ocupantes dos cargos de Plano Especial de Cargos da Suframa de que trata a Lei no 11.356, de 19 de outubro de 2006. (art. 36 da Lei no 13.328/2016).

A alteração da estrutura remuneratória de que trata o art. 36 da Lei no 13.328/2016 dar-se-á automaticamente, salvo manifestação irretratável do servidor (ativo, aposentado e pensionista), a ser formalizada no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da entrada em vigor da Lei no 13.328/2016, na forma do termo de opção constante do Anexo VI da Lei no 13.328/2016.

O servidor (ativo, aposentado e pensionista) que formalizar a opção por permanecer na Estrutura Remuneratória Especial de que trata o art. 19 da Lei no 12.277, de 30 de junho de 2010, não fará jus à estrutura remuneratória do Plano Especial de Cargos da Suframa. (§1º ao §4º do art. 36 da Lei no 13.328/2016).

V. Vencimento Básico - Anexo III da Lei no 11.356, de 19 de outubro de 2006

GDSURAMA - Gratificação de Desempenho da Suframa

Fica instituída a Gratificação de Desempenho da Suframa - GDSURAMA, devida aos servidores titulares dos cargos de provimento efetivo de que trata o art. 1º da Lei no 11.356/2006, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo na Suframa, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2008. (art. 1º-C da Lei no 11.356/2006 e art. 77 da Lei no 12.702/2012)

(*) A GDSURAMA será paga observado o limite mínimo de trinta pontos (pts.) e o máximo de cem pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo III da Lei no 11.356, de 19 de outubro de 2006.

Apoiação referente à GDSURAMA será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e
II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784, de 22.09.2008)

(**) Aposentado - GDSURAMA - Art. 1º-L. da Lei nº 11.356/2006. (art. 73 da Lei nº 11.907/2009)

(**) Aposentado: O disposto no art. 36 da Lei nº 13.328/2016 se aplica aos aposentados e pensionistas oriundos do Plano Especial de Cargos da Suframa.

Legislações Correspondentes:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Legislação</th>
<th>Vencimento Básico</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Lei Delegada nº 13 de 27.08.92</td>
<td>Decreto nº 4.247 de 22.05.2002</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.622 de 19.01.93</td>
<td>Portaria nº 260 de 21.06.2002</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.645 de 01.04.93</td>
<td>Portaria nº 363 de 21.06.2002</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.659 de 27.05.93</td>
<td>Decreto nº 4.468 de 13.11.2002</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.676 de 13.07.93 art. 4º</td>
<td>Portaria nº 29 de 29.08.2002</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.880 de 27.05.94</td>
<td>Portaria nº 442 de 31.10.2002</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria MPRC nº 2.179 de 28.07.98</td>
<td>Lei nº 10.697 de 02.07.2003</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004</td>
<td>Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009</td>
<td>Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 78</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004</td>
<td>Medida Provisória nº 12.702/2012 art. 77</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004</td>
<td>Decreto nº 7.922 de 18.02.2013</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004</td>
<td>Decreto nº 7.857 de 02.09.2013</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004</td>
<td>Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 36 - art. 80 - art. 117</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004</td>
<td>Decreto nº 7.132 de 19.02.2010</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004</td>
<td>Decreto nº 7.139 de 29.03.2010</td>
</tr>
</tbody>
</table>
## 48. PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SUFRAMA

Cargos: Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos da SUFRAMA

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Auxiliar</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDSUFRAMA</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDSUFRAMA</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>(* *)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D=(A+B)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.602,90</td>
<td>231,20</td>
<td>289,00</td>
<td>2.834,10</td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td>II</td>
<td></td>
<td>2.549,14</td>
<td>226,40</td>
<td>283,00</td>
<td>2.775,54</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td></td>
<td>2.497,42</td>
<td>221,60</td>
<td>277,00</td>
<td>2.719,02</td>
</tr>
</tbody>
</table>
**SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus.**

Fica estruturado, a partir de 1º de outubro de 2006, o Plano Especial de Cargos da Suframa, composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos - PCC instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas não integrantes de Carreiras estruturadas, regidos pela Lei no 8.112/1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Suframa e nele lotados em 31 de dezembro de 2005 ou que venham a ser para ele redistribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até a referida data (art. 1º Lei 11.356/2006)

* É instituído, no Plano Especial de Cargos da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), de que trata a Lei no 11.356, de 19 de outubro de 2006, o cargo de provimento efetivo de Analista Técnico-Administrativo, de nível superior, com atribuições voltadas ao planejamento, à coordenação, ao controle, ao acompanhamento e à execução de atividades técnicas especializadas necessárias ao exercício das competências da Suframa, à implementação de políticas e à elaboração de estudos e pesquisas, ressalvadas as atividades privativas de carreiras específicas. O ingresso, a estrutura, o desenvolvimento, a remuneração e os demais aspectos relativos ao cargo de que trata a art 2º da Lei nº 12.857/2013 observarão as normas aplicáveis aos cargos do Plano Especial de Cargos da Suframa de que trata a Lei no 11.356, de 19 de outubro de 2006. (§ único do art. 2º da Lei nº 12.857/2013)

A partir de 1º de agosto de 2016, os servidores do quadro de pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) alcançados pelo art. 19 da Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010, passarão a perceber a remuneração devidos aos ocupantes do cargos do Plano Especial de Cargos da Suframa de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006. (art. 36 da lei nº 13.328/2016).


A alteração da estrutura remuneratória de que trata o art. 36 da lei nº 13.328/2016 dar-se-á automaticamente, a ser manifestação irretroatível do servidor, a ser formalizada no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da entrada em vigor da Lei nº 13.328/2016, na forma do termo de opção constante do Anexo VI da Lei nº 13.328/2016.

O servidor que formalizar a opção por permanecer na Estrutura Remuneratória Especial de que trata o art. 19 da Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010, não fará jus à estrutura remuneratória do Plano Especial de Cargos da Suframa. (§1º ao §4º do art. 36 da Lei nº 13.328/2016).

**VB - Vencimento Básico - Anexo III da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006**

**GDSUFRAMA - Gratificação de Desempenho da SUFRAMA**

Fica instituída a Gratificação de Desempenho da Suframa - GDSUFRAMA, devida aos servidores titulares dos cargos de provimento efetivo de que trata o art. 1º da Lei nº 11.356/2006, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo na Suframa, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2008. (art. 1º-C da Lei nº 11.356/2006 e art. 77 da Lei nº 12.702/2012)

(*) A GDSUFRAMA será paga observando o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo III-A da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006.

A pontuação referente à GDSUFRAMA será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008)

(**) Aposentado - GDSUFRAMA - Art. 1º-L. da Lei nº 11.356/2006. (art. 73 da Lei nº 11.907/2009)

(*** ) Aposentado: O disposto no art. 36 da Lei nº 13.328/2016 aplica-se aos aposentados e pensionistas oriundos do quadro de pessoal da Suframa.

(*** ) Aposentado: é facultado aos servidores, aos aposentados e aos pensionistas que estejam sujeitos ao disposto nos arts. 3º, 6º ou 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, ou no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, relativamente aos seguintes cargos e plano, optar pela incorporação de gratificações de desempenho aos proventos de aposentadoria ou de pensão, nos termos dos arts. 114 e 115 da Lei nº 13.328/2016. (§ 113 ao art. 117 da Lei nº 13.328/2016)


Legislações Correspondentes:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Leilade</th>
<th>Decreto</th>
<th>Medida Provisória</th>
<th>Lei</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>nº 13 de 27.08.92</td>
<td>nº 4.247 de 22.05.2002</td>
<td>nº 248 de 20.04.2005</td>
<td>nº 12.269 de 21.06.2010</td>
</tr>
<tr>
<td>nº 8.622 de 19.01.93</td>
<td>nº 260 de 21.06.2002</td>
<td>nº 302 de 29.06.2006</td>
<td>nº 568 de 11.05.2012</td>
</tr>
<tr>
<td>art. 4º</td>
<td>nº 442 de 31.10.2002</td>
<td>nº 249 de 29.08.2008</td>
<td>Decreto nº 7.922 de 18.02.2013</td>
</tr>
<tr>
<td>nº 8.880 de 27.05.94</td>
<td>nº 10.697 de 02.07.2003</td>
<td>nº 11.907 de 02.02.2009</td>
<td>Decreto nº 12.857 de 02.09.2013</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001</td>
<td>Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004</td>
<td>Decreto nº 7.133 de 19.03.2010</td>
<td>Medida Provisória nº 56 de 10.05.2012</td>
</tr>
</tbody>
</table>
### Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

**49. PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE**

CARGO: Médico do PGPE, de que trata a Lei nº 11.357, de 2006

CARGO: Médico do PGPE, de que trata a Lei nº 11.357, de 2006

CARGO: Médico Veterinário do PGPE, de que trata a Lei nº 11.357, de 2006

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior - 20 h</th>
<th>CLÁSS.</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDM-PGPE</th>
<th>AVIVO</th>
<th>APÓSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>(**)</td>
<td></td>
<td>(100)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>20h</td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

|                          | IV     | 3.250,00 | 3.414,20 | 2.487,50 | 2.916,00 | 3.164,00 |
|                          | V      | 3.638,65 | 3.821,65 | 2.768,00 | 3.128,20 | 3.376,20 |
|                          | VI     | 3.957,80 | 4.144,80 | 2.930,00 | 3.200,00 | 3.440,00 |

|                          | IV     | 4.165,10 | 4.351,10 | 3.216,00 | 3.579,20 | 3.829,20 |
|                          | V      | 4.551,35 | 4.737,35 | 3.522,00 | 3.885,20 | 4.135,20 |
|                          | VI     | 4.937,60 | 5.123,60 | 3.870,00 | 4.233,20 | 4.483,20 |

|                          | IV     | 5.316,74 | 5.502,74 | 3.967,00 | 4.330,20 | 4.580,20 |
|                          | VI     | 6.069,02 | 6.255,02 | 4.583,00 | 4.951,20 | 5.201,20 |

|                          | IV     | 6.446,18 | 6.632,18 | 4.881,00 | 5.249,20 | 5.499,20 |
|                          | V      | 6.822,33 | 7.008,33 | 5.179,00 | 5.547,20 | 5.797,20 |
|                          | VI     | 7.198,48 | 7.384,48 | 5.477,00 | 5.845,20 | 6.095,20 |

|                          | IV     | 7.574,48 | 7.760,48 | 5.775,00 | 6.143,20 | 6.393,20 |
|                          | V      | 7.950,53 | 8.136,53 | 6.073,00 | 6.441,20 | 6.691,20 |
|                          | VI     | 8.326,58 | 8.512,58 | 6.371,00 | 6.739,20 | 6.989,20 |

|                          | IV     | 8.702,68 | 8.888,68 | 6.669,00 | 7.037,20 | 7.287,20 |
|                          | V      | 9.078,73 | 9.264,73 | 6.967,00 | 7.345,20 | 7.595,20 |

|                          | IV     | 9.830,88 | 10.016,88 | 7.563,00 | 7.891,20 | 8.141,20 |
|                          | V      | 10.207,03 | 10.393,03 | 7.861,00 | 8.249,20 | 8.499,20 |
|                          | VI     | 10.583,18 | 10.769,18 | 8.159,00 | 8.547,20 | 8.797,20 |

**Posição: janeiro/2017**

Elaborado: CGSUP/DESI/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios N° 73

452
Jornada de Trabalho de Médico, Médico de Saúde Pública, Médico do Trabalho, Médico Marítimo e Médico Veterinário é de: 20 horas

**Nível Superior - 20 h** - A jornada de trabalho dos ocupantes dos cargos de Médico, Médico de Saúde Pública, Médico do Trabalho, Médico Marítimo e Médico Veterinário, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o art. 40 da Lei nº 12.702/2012 é de 20 (vinte) horas semanais. (§ 1º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

**Nível Superior - 40 h** - A jornada de trabalho dos ocupantes do cargo de Médico, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o art. 41 da Lei nº 12.702/2012 é de 20 (vinte) horas semanais. (§ 1º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

**VB - Vencimento Básico**

( * ) VB - de 20 h e 40 h (Anexo XLV à Lei no 12.702, de 7 de agosto de 2012)

**GDM-PGPE - Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 11.357, de 2006** (Anexo XLV à Lei no 12.702, de 7 de agosto de 2012)

Fica instituída, a partir de 1º de julho de 2012, a GDM-PGPE devida, exclusivamente, aos servidores ocupantes do cargo de Médico, Médico de Saúde Pública, Médico do Trabalho, Médico Veterinário e Médico Marítimo, quando em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no órgão ou entidade de lotação.

( ** ) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho a que faz jus, no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

( **** ) Aposentado

- A mudança da gratificação de desempenho atualmente percebida pelos servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 para as Gratificações de Desempenho de Atividade Médica do respectivo Plano de Cargos ou Carreira ou Quadro de Pessoal não representa descontinuidade de sua percepção para efeito de aposentadoria e ciclo de avaliação de desempenho. (§ 2º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

( **** ) Opção da GDM-PGPE - aposentado/pensionista arts. 87 a 91 da Lei nº 13.324, de 2016.

**Legislações Correspondentes:**

Lei nº 5.645 de 10.12.70  
Lei nº 8.112 de 11.12.1990  
Lei nº 8.659 de 27.05.93  
Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º  
Lei nº 10.331 de 18.12.2001  
Lei nº 10.697 de 02.07.2003  
Lei nº 10.698 de 02.07.2003  
Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006  
Lei nº 11.357 de 19.10.2006  
Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15  
Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007  
Lei nº 11.490 de 20.06.2007 art.15  
Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008  
Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008  
Lei nº 11.784 de 22.09.2008  
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008  
Lei nº 11.907 de 02.02.2009  
Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 19  
Orientação normativa nº 01 de 11.01.2010  
Decreto nº 7.133 de 19.03.2010  
Lei nº 12.269 de 21.06.2010 art. 19  
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012  
Lei nº 12.702 de 07.08.2012  
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 81 e art. 89  
Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 81
49. PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE

* Cargos de Nível Superior do PGPE
Cargos: Engenheiro Agrônomo do PGPE (Exceto do INCRA e Cargos Específicos Lei nº 12.277/2010)
Cargos: Farmacêutico do PGPE
Cargos: Químico do PGPE

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>GDPGPE</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL I</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>VI</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>VI</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
* Cargos de Nível Superior do PGPE: Engenheiro Agrônomo do PGPE, Farmacêutico do PGPE e Químico do PGPE

PGPE - Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

VB - Vencimento Básico (Anexo III da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006)

Anexo IX - Lei nº 8.460/92 - valor fixado em tabela (com reajuste linear)

GDPGPE - Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

( * ) Até que seja regulamentada a GDPGPE e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que integrem o PGPE perceberão a GDPGPE em valor correspondente a 80% (oitenta por cento) de seu valor máximo, observada a classe e o padrão do servidor, conforme estabelecido no Anexo V-A da Lei nº 11.357, de 19.10.2006

( *) A GDPGPE será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006

A pontuação referente à GDPGPE será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE (instituída, a partir de 1º de janeiro de 2009), devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo de níveis superior, intermediário e auxiliar do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo nos órgãos ou entidades da administração pública federal ou nas situações referidas no § 9º do art. 7º da Lei 11.357/2006, em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional. (Lei nº 11.784/2008)

( ** ) Aposentado GDPGPE - art. § 4º art. 7º-A da Lei nº 11.357/2006 (art. 1º da Lei nº 11.784/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.70
Lei Delegada nº 13 de 27.08.92
Lei nº 8.645 de 01.04.93
Lei nº 8.659 de 27.05.93
Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º
Medida Provisória nº 414 de 29.08.2008
Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 19
Orientation normativa nº 01 de 11.01.2010
Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art 97
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art 97
Lei nº 12.269 de 21.06.2010 art. 94
Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art 94
Lei nº 12.778/2012
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art 81
Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art 1. e art. 87 ao art. 91
Lei nº 11.784 de 22.09.2008
Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 19
Lei nº 11.357 de 19.10.2006
**49. PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE**

*Cargos de Nível Superior do PGPE - Servidores alcançados pelo § único itens I, II e IV do art. 1º da Lei nº 11.357/2006

*Cargos de Nível Superior do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

*Cargo: Analista Técnico-Administrativo, de nível superior (item II do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

*Cargo: Analista em Tecnologia da Informação, de nível superior (item IV do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)*

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDPGPE (**)</th>
<th>ATIVO (**)</th>
<th>APOSENTADO (**)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>D=(A+B)</td>
<td>E=(A+C)</td>
<td>F</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>50 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>50 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>50 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDPGPE (**)</th>
<th>ATIVO (**)</th>
<th>APOSENTADO (**)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>D=(A+B)</td>
<td>E=(A+C)</td>
<td>F</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>50 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>50 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>50 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
**Cargos de Nível Superior que integram o PGPE**: Servidores alcançados pelo § único itens I, II, IV e V do art. 1º da Lei nº 11.357/2006:

I - Cargos de nível superior do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei no 6.550, de 5 de julho de 1978, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal da administração pública federal;

II - Analista Técnico-Administrativo, de nível superior;

IV - Analista em Tecnologia da Informação, de nível superior;

V - Indigenista Especializado, de nível superior

**PGPE** - Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

**VB** - Vencimento Básico (Anexo III da Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006)

**GDPGPE** - Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

(*) Até que seja regulamentada a GDPGPE e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que integrarem o PGPE perceberão a GDPGPE em valor correspondente a 80% (oitenta por cento) de seu valor máximo, observada a classe e o padrão do servidor, conforme estabelecido no Anexo V-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006.

(*) A GDPGPE será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006

A pontuação referente à GDPGPE será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE (instituída, a partir de 1º de janeiro de 2009), devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo de níveis superior, intermediário e auxiliar do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo nos órgãos ou entidades da administração pública federal ou nas situações referidas no § 9º do art. 7º da Lei 11.357/2006, em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional. (Lei nº 11.784/2008)

(***) Aposentado GDPGPE - art. § 4º art. 7º-A da Lei nº 11.357/2006 (art. 1º da Lei nº 11.784/2008)

Legislações Correspondentes:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Lei nº 5.645 de 10.12.70</th>
<th>Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Lei nº 6.550 de 27.08.92</td>
<td>Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.645 de 01.04.93</td>
<td>Medida Provisória nº 11.907 de 02.02.2009</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.659 de 27.05.93</td>
<td>Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 19</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º</td>
<td>Orientação normativa nº 01 de 11.01.2010</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.331 de 18.12.2001</td>
<td>Decreto nº 7.133 de 19.03.2010</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.697 de 02.07.2003</td>
<td>Lei nº 12.269 de 21.06.2010 art. 19</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.698 de 02.07.2003</td>
<td>Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 97</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006</td>
<td>Medida Provisória nº 416 de 29.02.2008</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 11.357 de 19.10.2006</td>
<td>Medida Provisória nº 12.702 de 07.08.2012 art. 94</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007</td>
<td>Lei nº 13.324 de 29.07.2016</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 11.490 de 20.06.2007 art.15</td>
<td>Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 81</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008</td>
<td>Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 1. e arts. 87 a 91</td>
</tr>
</tbody>
</table>
### 49. PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE

* Cargos de Nível Intermediário do PGPE - Servidores alcançados pelo § único itens I e III do art. 1º da Lei nº 11.357/2006
Cargos de Nível Intermediário do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)
Cargo: Assistente Técnico-Administrativo, de nível intermediário (item III do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

**Nível Intermediário**

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDPGPE 80 pts.</th>
<th>GDPGPE 100 pts.</th>
<th>ATIVO 80 pts.</th>
<th>ATIVO 100 pts.</th>
<th>GDPGPE 50 pts.</th>
<th>APOSENDADO 50 pts.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>( *)</td>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D=(A+B)</td>
<td>E=(A+C)</td>
<td>F</td>
</tr>
<tr>
<td>EPECIAL</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>2.145,23</td>
<td>1.895,20</td>
<td>2.369,00</td>
<td>4.040,43</td>
<td>4.514,23</td>
<td>1.184,50</td>
<td>3.329,73</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>2.123,99</td>
<td>1.882,40</td>
<td>2.353,00</td>
<td>4.006,39</td>
<td>4.476,99</td>
<td>1.176,50</td>
<td>3.300,49</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>2.102,96</td>
<td>1.869,60</td>
<td>2.337,00</td>
<td>3.972,56</td>
<td>4.439,96</td>
<td>1.168,50</td>
<td>3.271,46</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>VI</td>
<td>2.071,88</td>
<td>1.852,80</td>
<td>2.316,00</td>
<td>3.924,68</td>
<td>4.387,88</td>
<td>1.158,00</td>
<td>3.229,88</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>2.051,37</td>
<td>1.840,00</td>
<td>2.300,00</td>
<td>3.891,37</td>
<td>4.351,37</td>
<td>1.150,00</td>
<td>3.201,37</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>2.031,06</td>
<td>1.827,20</td>
<td>2.284,00</td>
<td>3.858,26</td>
<td>4.315,06</td>
<td>1.142,00</td>
<td>3.173,06</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>2.010,95</td>
<td>1.816,80</td>
<td>2.271,00</td>
<td>3.827,75</td>
<td>4.281,95</td>
<td>1.135,50</td>
<td>3.146,45</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>1.991,03</td>
<td>1.804,80</td>
<td>2.256,00</td>
<td>3.795,83</td>
<td>4.247,03</td>
<td>1.128,00</td>
<td>3.119,03</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>1.971,32</td>
<td>1.792,80</td>
<td>2.241,00</td>
<td>3.764,12</td>
<td>4.212,32</td>
<td>1.120,50</td>
<td>3.091,82</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>VI</td>
<td>1.942,19</td>
<td>1.777,60</td>
<td>2.222,00</td>
<td>3.719,79</td>
<td>4.164,19</td>
<td>1.111,00</td>
<td>3.053,19</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>1.922,95</td>
<td>1.765,60</td>
<td>2.207,00</td>
<td>3.688,55</td>
<td>4.129,95</td>
<td>1.103,50</td>
<td>3.026,45</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>1.903,91</td>
<td>1.755,20</td>
<td>2.194,00</td>
<td>3.659,11</td>
<td>4.097,91</td>
<td>1.097,00</td>
<td>3.000,91</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>1.885,06</td>
<td>1.744,80</td>
<td>2.181,00</td>
<td>3.629,86</td>
<td>4.066,06</td>
<td>1.090,50</td>
<td>2.975,56</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>1.866,40</td>
<td>1.733,60</td>
<td>2.167,00</td>
<td>3.600,00</td>
<td>4.033,40</td>
<td>1.083,50</td>
<td>2.949,00</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>1.847,91</td>
<td>1.723,20</td>
<td>2.154,00</td>
<td>3.571,11</td>
<td>4.001,91</td>
<td>1.077,00</td>
<td>2.924,91</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>1.820,61</td>
<td>1.709,60</td>
<td>2.137,00</td>
<td>3.530,21</td>
<td>3.957,61</td>
<td>1.068,50</td>
<td>2.889,11</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>1.802,58</td>
<td>1.700,00</td>
<td>2.125,00</td>
<td>3.502,58</td>
<td>3.927,58</td>
<td>1.062,50</td>
<td>2.865,08</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>1.784,73</td>
<td>1.690,40</td>
<td>2.113,00</td>
<td>3.475,13</td>
<td>3.897,73</td>
<td>1.056,50</td>
<td>2.841,23</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>1.767,06</td>
<td>1.680,00</td>
<td>2.100,00</td>
<td>3.447,06</td>
<td>3.867,06</td>
<td>1.050,00</td>
<td>2.817,06</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>1.749,57</td>
<td>1.670,40</td>
<td>2.088,00</td>
<td>3.419,97</td>
<td>3.837,57</td>
<td>1.044,00</td>
<td>2.793,57</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
* Cargos de Nível Intermediário que integram o PGPE: Servidores alcançados pelo § único itens I, III e VI do art. 1º da Lei nº 11.357/2006

* I - Cargos de nível intermediário, do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei no 6.550, de 5 de julho de 1978, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regulados pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal da administração pública federal;

* III - Assistente Técnico-Administrativo, de nível intermediário; e

* VI - Agente em Indigenismo, de nível intermediário.

PGPE - Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

VB - Vencimento Básico (Anexo III da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006)

GDPGPE - Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

(*) Até que seja regulamentada a GDPGPE e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que integrem o PGPE perceberão a GDPGPE em valor correspondente a 80% (oitenta por cento) de seu valor máximo, observada a classe e o padrão do servidor, conforme estabelecido no Anexo V-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006.

(*) A GDPGPE será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006

A pontuação referente à GDPGPE será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE (instituída, a partir de 1º de janeiro de 2009), devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo de níveis superior, intermediário e auxiliar do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo nos órgãos ou entidades da administração pública federal ou nas situações referidas no § 9º do art. 7º da Lei 11.357/2006, em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional. (Lei nº 11.784/2008)

(**) Aposentado GDPGPE - art. § 4º art. 7º-A da Lei nº 11.357/2006 (art. 1º da Lei nº 11.784/2008)

(**) Opção da GDPGPE - aposentado/pensionista arts. 87 a 91 da Lei nº 13.324, de 2016.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.70
Lei nº 5.645 de 10.12.70
Lei nº 6.550 de 5.7.78
Lei nº 5.645 de 10.12.92
Lei nº 11.357 de 19.10.2006
Lei nº 11.357 de 19.10.2006
Lei nº 11.784 de 22.09.2008
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 19
Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Lei nº 12.126 de 21.06.2010 art. 19
Orientação normativa nº 01 de 11.01.2010
Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 94
Lei nº 13.322 de 29.07.2016 art. 81
Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 1 e art. 87 ao art. 91
49. PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE

* Cargos de Nível Auxiliar do PGPE - Servidores alcançados pelo § único itens I do art. 1° da Lei nº 11.357/2006

Cargos de Nível Auxiliar do PGPE (item I do § único do art. 1° da Lei nº 11.357/2006)

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Auxiliar</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>CLASSE</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td>III</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
</tr>
</tbody>
</table>
A partir de 2007, os cargos de nível auxiliar do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei no 6.550, de 5 de julho de 1978, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal da administração pública federal, são enquadrados no PGPE.

Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE) - instituída, a partir de 1º de janeiro de 2009, devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo de níveis superior, intermediário e auxiliar do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo nos órgãos ou entidades da administração pública federal ou nas situações referidas no § 9º do art. 7º da Lei 11.357/2006, em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional. (Lei nº 11.784/2008)

Legislações Correspondentes:

**Legislações Correspondentes:**

Lei nº 5.645 de 10.12.70
Lei Delegada nº 13 de 27.08.92
Lei nº 8.645 de 01.04.93
Lei nº 8.659 de 27.05.93
Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art. 8º
Lei nº 10.331 de 18.12.2001
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006
Lei nº 11.357 de 19.10.2006
Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15
Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
Lei nº 11.490 de 20.06.2007 art.15
Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008
Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008
Lei nº 5.645 de 10.12.70
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 19
Lei nº 11.784 de 22.09.2008
Medida Provisória nº 546 de 11.05.2012 art. 97
Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 94
Lei nº 11.907 de 19.03.2010
Lei nº 12.289 de 21.06.2010 art. 19
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 81
Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 1. e art. 87 ao art. 91

A pontuação referente à GDPGPE será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e
II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

Até que seja regulamentada a GDPGPE e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que integrem o PGPE perceberão a GDPGPE em valor correspondente a 80% (oitenta por cento) de seu valor máximo, observada a classe e o padrão do servidor, conforme estabelecido no Anexo V-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006.

A GDPGPE será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006.

Legislações Correspondentes:

- **Lei nº 5.645 de 10.12.70**
- **Lei Delegada nº 13 de 27.08.92**
- **Lei nº 8.645 de 01.04.93**
- **Lei nº 8.659 de 27.05.93**
- **Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art. 8º**
- **Lei nº 10.331 de 18.12.2001**
- **Lei nº 10.697 de 02.07.2003**
- **Lei nº 10.698 de 02.07.2003**
- **Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006**
- **Lei nº 11.357 de 19.10.2006**
- **Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15**
- **Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007**
- **Lei nº 11.490 de 20.06.2007 art.15**
- **Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008**
- **Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008**
- **Lei nº 5.645 de 10.12.70**
- **Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008**
- **Lei nº 11.907 de 02.02.2009**
- **Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 19**
- **Lei nº 11.784 de 22.09.2008**
- **Medida Provisória nº 546 de 11.05.2012 art. 97**
- **Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 94**
- **Lei nº 11.907 de 19.03.2010**
- **Lei nº 12.289 de 21.06.2010 art. 19**
- **Lei nº 12.778 de 28.12.2012**
- **Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 81**
- **Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 1. e art. 87 ao art. 91**
49. PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE

Servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício na CEPLAC/MAPA

(CEPLAC/MAPA - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)

Cargos de Nível Superior do PGPE

Cargo: Engenheiro Agrônomo do PGPE - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício na CEPLAC/MAPA (Exceto do INCRA e Cargos Específicos Lei nº 12.277/2010)

Cargo: Farmacêutico do PGPE - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício na CEPLAC/MAPA

Cargo: Químico do PGPE - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício na CEPLAC/MAPA

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CLASSE</td>
<td>PADRÃO</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VB</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>ANEXO IX</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>GDGPGE (**)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>100 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>ATIVO</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>GDGPGE (**)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>100 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>50 pts. (*** )</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>APOSENTADO</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>3.773,74</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>115,62</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1.483,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>4.120,80</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>5.151,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>9.493,16</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>10.523,36</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.575,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>7.947,86</td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>VI</td>
<td>3.466,96</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>105,14</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1.348,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3.827,20</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>4.784,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>8.747,30</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>9.704,10</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.392,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>7.312,10</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>3.372,54</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>101,86</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1.318,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3.760,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>4.700,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>8.552,40</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>9.492,40</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.350,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>7.142,40</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>3.280,67</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>98,68</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1.287,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3.693,60</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>4.671,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>8.359,95</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>9.283,35</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.308,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>6.974,85</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>3.191,32</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>95,61</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1.258,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3.629,60</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>4.537,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>8.174,53</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>9.081,93</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.268,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>6.813,43</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>3.104,40</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>93,13</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1.229,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3.567,20</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>4.459,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>7.993,73</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>8.885,53</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.229,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>6.656,03</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>3.019,85</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>87,73</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1.201,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3.505,60</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>4.382,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>7.816,18</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>8.692,58</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.191,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>6.501,58</td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>VI</td>
<td>2.931,89</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>86,94</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1.144,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3.380,80</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>4.226,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>7.543,63</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>8.388,83</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.113,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>6.275,83</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>2.852,03</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>84,23</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1.118,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3.324,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>4.155,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>7.378,26</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>8.209,26</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.077,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>6.131,76</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>2.774,35</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>81,59</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1.092,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3.266,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>4.085,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>7.215,94</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>8.032,94</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.042,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>5.990,44</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>2.698,78</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>79,05</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1.067,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3.213,60</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>4.017,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>7.058,43</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>7.861,83</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.008,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>5.853,33</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>2.625,27</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>76,59</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1.043,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3.160,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3.950,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>6.904,86</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>7.694,86</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1.975,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>5.719,86</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>2.553,77</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>74,18</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1.020,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3.108,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3.885,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>6.755,95</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>7.532,95</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1.942,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>5.590,45</td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>2.479,39</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>71,88</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>971,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3.003,20</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3.754,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>6.525,47</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>7.276,27</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1.877,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>5.399,27</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>2.411,86</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>69,64</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>948,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.955,20</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3.694,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>6.384,70</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>7.123,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1.847,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>5.276,50</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>2.346,16</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>67,47</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>926,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.908,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3.635,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>6.247,63</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>6.974,63</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1.817,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>5.157,13</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>2.282,26</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>65,36</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>904,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.860,80</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3.576,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>6.112,42</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>6.827,62</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1.788,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>5.039,62</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>2.220,09</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>63,32</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>883,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.815,20</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3.519,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>5.981,61</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>6.685,41</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1.759,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>4.925,91</td>
</tr>
</tbody>
</table>
CEPLAC/MAPA - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Órgão da CEPLAC - de acordo com o art. 6º da Lei nº 12.702/2012 - o art. 1º da Lei nº 8.691 de 28.07.1993 aplica-se aos servidores da CEPLAC - Carreira da Área de Ciência e Tecnologia, que tenham como principais objetivos a promoção e a realização da pesquisa e do desenvolvimento científico e tecnológico. Quanto ao disposto nos arts. 26, 27 e 28 da Lei nº 8.691/1993 não se aplica aos servidores da CEPLAC.

VB - Vencimento Básico (Anexo III à Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006)

Anexo IX - Lei nº 8.460/92 - valor fixado em tabelas (com reajuste linear)

Fica instituída, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2012, a Gratificação de Apoio à Execução de Atividades da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - GECEPLAC

(*) A Gratificação de Apoio à Execução de Atividades da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Anexo II à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)

GECEPLAC - Gratificação de Apoio à Execução de Atividades da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - GECEPLAC, devida aos titulares de cargos de provimento efetivo regidos pela Lei no 8.112, de 1º de dezembro de 1990, integrantes do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, ou do Plano de Carreira dos Cargos de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Agropecuária - PTAF (ago/16), lotados e em efetivo exercício na Ceplac, enquanto permanecerem nessa condição. (art. 2º da Lei nº 12.702/2012 com redação dada pelo art. 85 da Lei nº 13.324/2016)

Fiscalização Agropecuária - GDTAF (instituída a partir de agosto/2016), e não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens. (§3º do art. 2º da Lei nº 12.702/2012 com redação dada pelo art. 85 da Lei nº 13.324/2016)

Os servidores que fizerem jus à GECEPLAC que cumprirem jornada de trabalho inferior a quarenta horas semanais receberão a gratificação proporcional à sua jornada de trabalho. A GECEPLAC não será devida nas hipóteses de cessão (§5º do art. 2º da Lei nº 12.702/2012).

GDPGPE - Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (Anexo V-A à Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006)

(*) Até que seja regulamentada a GDPGPE e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que integrem o PGPE perceberão a GDPGPE em valor correspondente a 80% (oitenta por cento) de seu valor máximo, observada a classe e o padrão do servidor, conforme estabelecido no Anexo V-A da Lei nº 11.357, de 19.10.2006

A pontuação referente à GDPGPE será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006.

A GDPGPE será assim distribuída:
I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual;
II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional;

Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE (instituída a partir de 1º de janeiro de 2009), devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo de níveis superior, intermediário e auxiliar do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respective cargo nos órgãos ou entidades da administração pública federal ou nas situações referidas no § 9º do art. 7º da Lei nº 8.691/1993, em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional. (Lei nº 11.784, de 2016)

Os servidores que fizerem jus à GDPGPE que cumprirem jornada de trabalho inferior a quarenta horas semanais receberão a gratificação proporcional à sua jornada de trabalho. A GDPGPE não será devida nas hipóteses de cessão (§5º do art. 2º da Lei nº 12.702/2012).

Legislações Correspondentes:
Lei nº 5.645 de 10.12.70
Lei Delegada n° 13 de 27.08.92
Lei nº 8.465 de 01.04.93
Lei nº 8.612 de 27.05.93
Lei nº 10.331 de 18.12.2001
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Lei nº 11.357 de 19.10.2006
Lei nº 11.358 de 29.06.2006
Lei nº 11.357 de 19.10.2006
Lei nº 13.041 de 29.12.2006 art. 15
Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 2º e art 6º
Lei nº 12.823 de 05.06.2013 - art. 8º
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 81
Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 1 e art 22 e art 87 ao art 91
### 49. PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE

Servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício na CEPLAC/MAPA

(CEPLAC/MAPA - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)

Cargos de Nível Superior do PGPE - Servidores alcançados pelo § único itens I, II e IV do art. 1º da Lei nº 11.357/2006

Cargos de Nível Superior do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Cargos de Nível Superior do PGPE (item II do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Cargos de Nível Superior do PGPE (item IV do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
</table>

#### A

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GECEPLAC</th>
<th>GDPGPE</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDPGPE</th>
<th>APOSENTO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D</td>
<td>E=A+B+C</td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td>V</td>
<td></td>
<td>1.483,00</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>9.377,54</td>
<td>10.407,74</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.449,00</td>
<td>4.046,40</td>
<td>5.058,00</td>
<td>9.166,35</td>
<td>10.177,95</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.416,00</td>
<td>3.979,60</td>
<td>4.967,00</td>
<td>8.960,57</td>
<td>9.953,97</td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td>V</td>
<td></td>
<td>1.348,00</td>
<td>3.827,20</td>
<td>4.784,00</td>
<td>8.642,16</td>
<td>9.598,96</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.318,00</td>
<td>3.760,00</td>
<td>4.700,00</td>
<td>8.450,54</td>
<td>9.390,54</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.287,00</td>
<td>3.693,60</td>
<td>4.617,00</td>
<td>8.261,27</td>
<td>9.184,67</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.258,00</td>
<td>3.629,60</td>
<td>4.537,00</td>
<td>8.078,92</td>
<td>8.986,32</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.229,00</td>
<td>3.567,20</td>
<td>4.459,00</td>
<td>7.900,00</td>
<td>8.792,40</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.201,00</td>
<td>3.505,60</td>
<td>4.382,00</td>
<td>7.726,45</td>
<td>8.602,85</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.144,00</td>
<td>3.380,80</td>
<td>4.226,00</td>
<td>7.546,69</td>
<td>8.301,89</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td></td>
<td>1.118,00</td>
<td>3.324,00</td>
<td>4.155,00</td>
<td>7.294,03</td>
<td>8.125,03</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.092,00</td>
<td>3.268,00</td>
<td>4.085,00</td>
<td>7.134,35</td>
<td>7.951,35</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.067,00</td>
<td>3.213,60</td>
<td>4.017,00</td>
<td>6.979,38</td>
<td>7.782,78</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.043,00</td>
<td>3.160,00</td>
<td>3.950,00</td>
<td>6.828,27</td>
<td>7.618,27</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.020,00</td>
<td>3.108,00</td>
<td>3.885,00</td>
<td>6.681,77</td>
<td>7.458,77</td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td>V</td>
<td></td>
<td>971,00</td>
<td>3.003,20</td>
<td>3.754,00</td>
<td>6.453,59</td>
<td>7.204,39</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>948,00</td>
<td>2.955,20</td>
<td>3.694,00</td>
<td>6.315,06</td>
<td>7.053,66</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>926,00</td>
<td>2.908,00</td>
<td>3.635,00</td>
<td>6.180,16</td>
<td>6.907,16</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>904,00</td>
<td>2.860,80</td>
<td>3.576,00</td>
<td>6.047,06</td>
<td>6.762,26</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>883,00</td>
<td>2.815,20</td>
<td>3.519,00</td>
<td>5.918,29</td>
<td>6.622,09</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Cargas de Nível Superior do PGPE - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício na CEPLAC/MAPA; Servidores alcançados pelo § único itens I, II, IV do art. 1º da Lei nº 11.357/2006:

| I - Cargas de nível superior do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.645, de 18 de dezembro de 1970, do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 6.550, de 5 de julho de 1978, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estatutárias, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal da administração pública federal;

| II - Analista Técnico-Administrativo, de nível superior;

| IV - Analista em Tecnologia da Informação, de nível superior.

CEPLAC/MAPA - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Caça e Aqueirum do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

O Órgão da CEPLAC - de acordo com o art. 6º da Lei nº 12.702/2012 - o art. 1º da Lei nº 8.691 de 28 de julho, 1993 aplica-se aos servidores da CEPLAC - Carreira da Área de Ciência e Tecnologia, que tenham como princípios objetivos a promoção e a realização da pesquisa e do desenvolvimento científico e tecnológico. Quanto ao disposto nos arts. 26, 27 e 28 da Lei nº 8.691/1993 não se aplica aos servidores da CEPLAC.

VB - Vencimento Básico (Anexo III à Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006)

Fica instituída, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2012, a Gratificação de Apoio à Execução de Atividades da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Caça e Aqueirum - GECEPLAC (*). GECEPLAC - Gratificação de Apoio à Execução de Atividades da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Caça e Aqueirum (Anexo II à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)

GECEPLAC - Gratificação de Apoio à Execução de Atividades da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Caça e Aqueirum - GECEPLAC, devida aos titulares de cargos de provimento efetivo regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, no Plano de Carreira dos Cargos de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Agropecuária - PCTAF (ag/16), lotados e em efetivo exercício na Ceplac, enquanto permanecerem nessa condição. (art. 2º da Lei nº 12.702/2012 com redação dada pelo art. 85 da Lei nº 13.324/2016)

A GECEPLAC será paga em conjunto com a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPEP e com a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica e Auxiliar em Fiscalização Agropecuária - GDTAF (instituída a partir de agosto/2016), e não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens. (§ 3º do art. 2º da Lei nº 12.702/2012 com redação dada pelo art. 85 da Lei nº 13.324/2016)

Os servidores que fizerem jus à GECEPLAC que cumprirem jornada de trabalho inferior a quarenta horas semanais perceberão a gratificação proporcional à sua jornada de trabalho A GECEPLAC não será devida nas hipóteses de cessão (§ 5º do art. 2º da Lei nº 12.702/2012).

GDPGE - Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (Anexo V-A à Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006) (**).

(*) Até que seja regulamentada a GDPGE e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que integrem o PGPE perceberão a GDPGE no valor correspondente a 80% (oitenta por cento) de seu valor máximo, observada a classe e o padrão do servidor, conforme estabelecido no Anexo V-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006.

A GDPGE será paga observado o limite máximo de 40 pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006.

A denominação referente à GDPGE será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação do desempenho individual;

II - até trinta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos em avaliação de desempenho institucional.

Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGE (instituída, a partir de 1º de janeiro de 2009), devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo de níveis superior, intermédio e auxiliar do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, quando lotados e em exercício da atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo nos órgãos ou entidades da administração pública federal ou nas situações referidas no § 9º do art. 7º da Lei nº 11.357/2006, de função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional.

O disposto nos arts. 26, 27 e 28 da Lei nº 8.691/1993 não se aplica aos servidores dos órgãos de que tratam os incisos XXXI a XXXV do § 1º do art. 1º da Lei nº 8.691/1993 (art. 8º da Lei nº 12.823/2013 e § 3º do art. 1º da Lei nº 8.691/1993).

(*) Aposta de GDPGE - art. 8º da Lei nº 11.357/2006 (art. 1º da Lei nº 11.784/2008).

(*) Opção de GDPGE - art. 8º da Lei nº 11.357/2006 (art. 1º da Lei nº 11.784/2008).

Legislação Correspondente:

- Lei nº 5.645 de 10.12.70
- Lei Delegada nº 13 de 27.08.92
- Lei nº 8.645 de 01.04.93
- Medida Provisória nº 2254-45 de 04.09.2001 art. 8º
- Lei nº 10.331 de 18.12.2001
- Lei nº 10.697 de 07.02.2003
- Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006
- Lei nº 11.357 de 19.10.2006
- Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15
- Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
- Lei nº 11.490 de 20.06.2007 art.15
- Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008
- Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008
- Lei nº 11.784 de 22.09.2008
- Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
- Lei nº 11.907 de 02.09.2009
- Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 19
- Decreto nº 13.030 de 19.03.2010
- Lei nº 12.269 de 21.06.2010 art. 19
- Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 2º e art. 6º
- Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 2º e art. 6º
- Lei nº 12.823 de 05.06.2013 - art. 8º
- Portaria nº 1.276 de 27.12.2013 - MAPA CEPLAC - Regimento Interno
- Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 81
- Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 1 e art. 22 e art. 87 ao art. 91

Elaborado:CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
**49. PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE**

**Servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício na CEPLAC/MAPA**

*CEPLAC/MAPA - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*

* Cargos de Nível Intermediário do PGPE - Servidores alcançados pelo § único itens I e III do art. 1º da Lei nº 11.357/2006

**Cargos de Nível Intermediário do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)**

**Cargo: Assistente Técnico-Administrativo, de nível intermediário (item III do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)**

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GECEPLAC (**)</th>
<th>GDPGPE (**)</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDPGPE</th>
<th>APOSENADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>50 pts. TOTAL (em R$)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D</td>
<td>E=(A+B+C)</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>ESPECIAL</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>2.145,23</td>
<td>21.00</td>
<td>1.895,20</td>
<td>2.369,00</td>
<td>4.914,43</td>
<td>5.388,23</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>2.123,99</td>
<td>21.00</td>
<td>1.882,40</td>
<td>2.353,00</td>
<td>4.818,39</td>
<td>5.288,99</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>2.102,96</td>
<td>21.00</td>
<td>1.869,60</td>
<td>2.337,00</td>
<td>4.727,56</td>
<td>5.194,96</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>C</strong></td>
<td>VI</td>
<td>2.071,88</td>
<td>21.00</td>
<td>1.852,80</td>
<td>2.316,00</td>
<td>4.592,68</td>
<td>5.055,88</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td>2.051,37</td>
<td>21.00</td>
<td>1.840,00</td>
<td>2.300,00</td>
<td>4.512,37</td>
<td>4.972,37</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>2.031,06</td>
<td>21.00</td>
<td>1.827,20</td>
<td>2.284,00</td>
<td>4.436,26</td>
<td>4.893,06</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>2.010,95</td>
<td>21.00</td>
<td>1.816,00</td>
<td>2.271,00</td>
<td>4.365,75</td>
<td>4.819,95</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>1.991,03</td>
<td>21.00</td>
<td>1.804,00</td>
<td>2.256,00</td>
<td>4.295,83</td>
<td>4.747,03</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>1.971,32</td>
<td>21.00</td>
<td>1.792,80</td>
<td>2.241,00</td>
<td>4.229,12</td>
<td>4.677,32</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>B</strong></td>
<td>VI</td>
<td>1.942,19</td>
<td>21.00</td>
<td>1.777,60</td>
<td>2.222,00</td>
<td>4.131,79</td>
<td>4.576,19</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td>1.922,95</td>
<td>21.00</td>
<td>1.765,60</td>
<td>2.207,00</td>
<td>4.070,55</td>
<td>4.511,95</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>1.903,91</td>
<td>21.00</td>
<td>1.755,20</td>
<td>2.194,00</td>
<td>4.015,11</td>
<td>4.453,91</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>1.885,06</td>
<td>21.00</td>
<td>1.744,80</td>
<td>2.181,00</td>
<td>3.961,86</td>
<td>4.398,06</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>1.866,40</td>
<td>21.00</td>
<td>1.733,60</td>
<td>2.167,00</td>
<td>3.907,00</td>
<td>4.340,40</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>1.847,91</td>
<td>21.00</td>
<td>1.723,20</td>
<td>2.154,00</td>
<td>3.857,11</td>
<td>4.287,91</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>A</strong></td>
<td>V</td>
<td>1.820,61</td>
<td>21.00</td>
<td>1.709,60</td>
<td>2.137,00</td>
<td>3.784,21</td>
<td>4.211,61</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>1.802,58</td>
<td>21.00</td>
<td>1.700,00</td>
<td>2.125,00</td>
<td>3.738,58</td>
<td>4.163,58</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>1.784,73</td>
<td>21.00</td>
<td>1.690,40</td>
<td>2.113,00</td>
<td>3.694,13</td>
<td>4.116,73</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>1.767,06</td>
<td>21.00</td>
<td>1.680,00</td>
<td>2.100,00</td>
<td>3.650,06</td>
<td>4.070,06</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>1.749,57</td>
<td>21.00</td>
<td>1.670,40</td>
<td>2.088,00</td>
<td>3.607,97</td>
<td>4.025,57</td>
</tr>
</tbody>
</table>
* Cargos de Nível Intermediário do PGPE - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício na CEPLAC/MAPA: Servidores alcançados pelo § 6º item I e II do art. 1º da Lei nº 11.357/2006; o
* I - Cargos de nível intermediário, do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei no 6.550, de 5 de julho de 1978, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal da administração pública federal;
* II - Os servidores lotados e em efetivo exercício na CEPLAC/MAPA - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cauc aeira do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Órgão da CEPLAC - de acordo com o art. 6º da Lei nº 12.702/2012 - o art. 1º da Lei nº 8.691/1993 aplica-se aos servidores da CEPLAC - Carreira da Área de Ciência e Tecnologia, que

- aposentado/pensionista art. 87 ao art. 91 da Lei nº 13.324, de 2016.

- apontado GDGPE - art. § 4º art. 7º-A da Lei nº 11.357/2006 (art. 1º da Lei nº 11.784/2008)

- A GECEPLAC somente integrará os proventos da aposentadoria e as pensões se houver sido percebida pelo servidor que a ela fizer jus por mais de sessenta meses.

Legislações Correspondentes:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Legislação</th>
<th>Título</th>
<th>Data</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Lei nº 5.645 de 10.12.70</td>
<td>Cargos de Nível Intermediário do PGPE</td>
<td>11.357/2006</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei Delegada nº 13 de 27.08.92</td>
<td>Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.645 de 01.04.93</td>
<td>Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 19</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.659 de 27.05.93</td>
<td>Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 2º e art. 6º</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º</td>
<td>Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 2º e art. 6º</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.331 de 18.12.2001</td>
<td>decreto n.º 7.133 de 19.03.2010</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.697 de 02.07.2003</td>
<td>lei nº 12.702 de 21.06.2010 art. 19</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.698 de 02.07.2003</td>
<td>lei nº 12.702 de 21.06.2010 art. 19</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006</td>
<td>lei nº 12.702 de 21.06.2010 art. 19</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>lei nº 11.357 de 19.10.2006</td>
<td>lei nº 12.702 de 21.06.2010 art. 19</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007</td>
<td>lei nº 12.702 de 21.06.2010 art. 19</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 11.490 de 20.06.2007 art.15</td>
<td>lei nº 12.702 de 21.06.2010 art. 19</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008</td>
<td>lei nº 12.702 de 21.06.2010 art. 19</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008</td>
<td>lei nº 12.702 de 21.06.2010 art. 19</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
49. **PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE**

Servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício na CEPLAC/MAPA

(CEPLAC/MAPA - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)

* Cargos de Nível Auxiliar do PGPE - Servidores alcançados pelo § único item I do art. 1º da Lei nº 11.357/2006

Cargos de Nível Auxiliar do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Auxiliar</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>GEARPGP</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>ESPECIAL</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>1.293,49</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1.292,26</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1.291,04</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Elaborado:CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
Lei nº 11.490 de 20.06.2007 art.15
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 81
Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007 - MAPA CEPLAC - Regime Interno

Legislações Correspondentes:

- A GEC EPLAC não será devida nas hipóteses de cessão (§5º do art. 2º da Lei nº 12.702/2012).

GDPGPE - Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (Anexo V-A à Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006)

( *) Até que seja regulamentada a GDPGPE e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que integrem o PGPE perceberão a GDPGPE em valor correspondente a 80% (oitenta por cento) de seu valor máximo, observada a classe e o padrão do servidor, conforme estabelecido no Anexo V-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006.

A pontuação referente à GDPGPE será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e
II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE (Instituída a partir de 1º de julho de 2012, e não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens. (§3º do art. 2º da Lei nº 12.702/2012 com redação dada pelo art. 85 da Lei nº 13.324/2016))
## 49. PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE

**Servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício no INMET/MAPA**

(INMET/MAPA - Instituto Nacional de Meteorologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)

### Cargos de Nível Superior do PGPE

**Cargo: Engenheiro Agrônomo do PGPE - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício no INMET/MAPA**

(Cargo: INCRA e Cargos Específicos Lei nº 12.277/2010)

**Cargo: Químico do PGPE - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício no INMET/MAPA**

#### Nível Superior

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>ANEXO IX</th>
<th>GENMET</th>
<th>GDPGPE 80 pts.</th>
<th>GDPGPE 100 pts.</th>
<th>ATIVO 80 pts.</th>
<th>ATIVO 100 pts.</th>
<th>GDPGPE 50 pts.</th>
<th>APOSENTO TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>(**) D</td>
<td>(**) E</td>
<td>F=(A+B+C)</td>
<td>G=(A+B+D)</td>
<td>H=I(A+B+G)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>3.570,97</td>
<td>108,52</td>
<td>1.416,00</td>
<td>3.973,60</td>
<td>9.069,09</td>
<td>10.062,49</td>
<td>2.483,50</td>
<td>7.576,99</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>3.670,95</td>
<td>112,01</td>
<td>1.449,00</td>
<td>4.046,40</td>
<td>9.276,36</td>
<td>10.289,96</td>
<td>2.529,00</td>
<td>7.760,96</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>3.773,74</td>
<td>115,62</td>
<td>1.483,00</td>
<td>4.120,80</td>
<td>9.493,16</td>
<td>10.523,36</td>
<td>2.575,50</td>
<td>7.947,86</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>C</td>
<td>3.372,54</td>
<td>101,86</td>
<td>1.318,00</td>
<td>3.760,00</td>
<td>8.552,40</td>
<td>9.492,40</td>
<td>2.350,00</td>
<td>7.142,40</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>3.280,67</td>
<td>98,68</td>
<td>1.287,00</td>
<td>3.693,60</td>
<td>8.359,95</td>
<td>9.283,35</td>
<td>2.308,50</td>
<td>6.974,85</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>3.191,32</td>
<td>95,61</td>
<td>1.258,00</td>
<td>3.629,60</td>
<td>8.174,53</td>
<td>9.081,93</td>
<td>2.268,50</td>
<td>6.813,43</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>3.104,40</td>
<td>93,13</td>
<td>1.229,00</td>
<td>3.567,20</td>
<td>7.993,73</td>
<td>8.885,53</td>
<td>2.229,50</td>
<td>6.656,03</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>3.019,85</td>
<td>89,73</td>
<td>1.201,00</td>
<td>3.505,60</td>
<td>7.816,18</td>
<td>8.692,58</td>
<td>2.191,00</td>
<td>6.501,56</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>3.289,39</td>
<td>86,94</td>
<td>1.140,00</td>
<td>3.380,80</td>
<td>7.543,63</td>
<td>8.388,63</td>
<td>2.113,00</td>
<td>6.275,63</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>3.172,48</td>
<td>84,23</td>
<td>1.118,00</td>
<td>3.284,00</td>
<td>7.378,26</td>
<td>8.209,26</td>
<td>2.077,50</td>
<td>6.131,76</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>3.054,35</td>
<td>81,59</td>
<td>1.092,00</td>
<td>3.188,60</td>
<td>7.215,94</td>
<td>8.032,94</td>
<td>2.042,50</td>
<td>5.990,44</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>2.931,89</td>
<td>79,05</td>
<td>1.067,00</td>
<td>3.083,80</td>
<td>7.058,43</td>
<td>7.861,83</td>
<td>2.008,50</td>
<td>5.853,33</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>2.479,39</td>
<td>71,88</td>
<td>971,00</td>
<td>3.003,20</td>
<td>6.525,47</td>
<td>7.276,27</td>
<td>1.877,00</td>
<td>5.399,27</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>2.411,86</td>
<td>69,64</td>
<td>948,00</td>
<td>2.955,20</td>
<td>6.384,70</td>
<td>7.123,50</td>
<td>1.847,00</td>
<td>5.276,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>2.346,16</td>
<td>67,47</td>
<td>926,00</td>
<td>2.908,00</td>
<td>6.247,63</td>
<td>6.974,63</td>
<td>1.817,50</td>
<td>5.157,13</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>2.282,26</td>
<td>65,36</td>
<td>904,00</td>
<td>2.860,80</td>
<td>6.112,42</td>
<td>6.827,62</td>
<td>1.788,00</td>
<td>5.039,62</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>2.220,09</td>
<td>63,32</td>
<td>883,00</td>
<td>2.815,20</td>
<td>5.981,61</td>
<td>6.685,41</td>
<td>1.759,50</td>
<td>4.925,91</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**TOTAL (em R$)**

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th>F=100+</th>
<th>G=100+</th>
<th>H=100+</th>
<th>I=100+</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>7.947,86</td>
<td>7.760,96</td>
<td>7.576,99</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Elaborado:CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73**

470
INMET/MAPA - Instituto Nacional de Meteorologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Órgão do INMET - de acordo com o art. 6º da Lei n° 12.702/2012 - o art. 1º da Lei n° 8.691 de 28.07.1993 aplica-se aos servidores do INMET - Carreira da Área de Ciência e Tecnologia, que tenham como principais objetivos a promoção e a realização da pesquisa e do desenvolvimento científico e tecnológico, Quanto ao disposto nos arts. 26, 27 e 28 da Lei n° 8.691/1993 não se aplica aos servidores do INMET.

VB - Vencimento Básico (Anexo III da Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006)

Anexo IX - Lei n° 8.460/92 - valor fixado em tabela (com reajuste linear)

Fica instituída, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2012, a Gratificação de Apoio à Execução de Atividades de Meteorologia - GEINMET.

(*) GEINMET - Gratificação de Apoio à Execução de Atividades de Meteorologia - GEINMET - instituída a partir de 1º de julho de 2012 (art.11 da Lei n° 12.702/2012). A GEINMET devida aos titulares de cargos de provimento efetivo regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, de que trata a Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006, lotados e em efetivo exercício no INMET, enquanto permanecerem nesta condição.

A GEINMET será paga em conjunto com a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE e não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens.

Os servidores que fizerem jus à GEINMET que cumprirem jornada de trabalho inferior a quarenta horas semanais perceberão a gratificação proporcional à sua jornada de trabalho.

A GEINMET não será devida nos hipóteses de cessão.

GDPGPE - Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (Anexo V-A à Lei n° 11.357, de 19 de outubro de 2006)

(**) A até que seja regulamentada a GDPGPE e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que integrem o PGPE perceberão a GDPGPE em valor correspondente a 80% (oitenta por cento) de seu valor máximo, observado a classe e o padrão do servidor, conforme e estabelecido no Anexo V-A da Lei n° 11.357, de 19 de outubro de 2006.

A pontuação referente à GDPGPE será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até quarenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE (instituída, a partir de 1º de janeiro de 2009), devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo de níveis superior, intermediário e auxiliar do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo nos órgãos ou entidades da administração pública federal ou nas situações referidas no § 9º do art. 7º da Lei 11.357/2006, em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional. (Lei n° 11.784/2008)

O disposto nos arts. 26, 27 e 28 da lei n° 8.691/1993 não se aplica aos servidores dos órgãos de que tratam os incisos XXXI a XXXVI do § 1º do art. 1º da Lei n° 8.691/1993 (art. 8º da Lei n° 12.823/2013 e §3º do art. 1º da Lei n° 8.691/1993).

(*** ) A GDPGPE somente integrará os proventos da aposentadoria e as pensões se houver sido percebida pelo servidor que a ela fizer jus por mais de sessenta meses.

(****) Opção da GDPGPE - aposentado/pensionista a art. 87 ao art. 91 da Lei n° 13.324, de 2016.

Legislação Correspondentes:

Lei n° 5.845 de 10.12.70
Lei Delegada n° 13 de 27.08.92
Lei n° 8.645 de 01.04.93
Lei n° 8.659 de 27.05.93
Medida Provisória n° 2225-45 de 04.09.2001 art.8º
Lei n° 10.331 de 18.12.2001
Medida Provisória n° 10.697 de 02.07.2003
Lei n° 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória n° 304 de 29.06.2006
Lei n° 11.357 de 19.10.2006
Medida Provisória n° 341 de 29.12.2006 art. 15
Medida Provisória n° 362 de 29.03.2007
Lei n° 11.490 de 20.06.2007 art.15
Medida Provisória n° 421 de 29.02.2008
Medida Provisória n° 431 de 14.05.2008
Lei n° 11.784 de 22.09.2008
Medida Provisória n° 441 de 29.08.2008
Lei n° 11.907 de 02.02.2009
Medida Provisória n° 479 de 30.12.2009 art. 19
Lei n° 10.331 de 18.12.2001
Decreto n° 7.133 de 19.03.2010
Lei n° 12.269 de 21.06.2010 art. 19
Medida Provisória n° 568 de 11.05.2012 art. 1º e art. 6º
Lei n° 12.702 de 07.06.2012 art. 1º e art. 6º
Lei n° 12.823 de 05.06.2013 art. 8º
Lei no 13.328 de 29.07.2016 art. 81
Lei n° 13.324 de 29.07.2016 art. 1 e art. 22 e art. 87 ao art. 91
### 49. PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE

**Servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício no INMET/MAPA**

(INMET/MAPA - Instituto Nacional de Meteorologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)

*Cargos de Nível Superior do PGPE - Servidores alcançados pelo § único itens I, II e IV do art. 1º da Lei nº 11.357/2006*

Cargos de Nível Superior do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotados/exercício no INMET/MAPA

Analista Técnico-Administrativo do PGPE (item II do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício no INMET/MAPA

Analista em Tecnologia da Informação do PGPE (item IV do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício no INMET/MAPA

<table>
<thead>
<tr>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>APOSENTADO</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td>GDPGPE</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>CLASSE</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>PADRÃO</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>VB</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>GEINMET</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>GDPGPE</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL (em R$)</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>ATIVO</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>GDPGPE</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL (em R$)</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>50 pts.</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>E</strong>(A+B+C)</th>
<th><strong>F</strong>(A+B+D)</th>
<th><strong>G</strong>(A+B+G)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

**A**

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>ESPECIAL</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>II</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>3.773,74</td>
</tr>
<tr>
<td>1.483,00</td>
</tr>
<tr>
<td>4.120,80</td>
</tr>
<tr>
<td>5.151,00</td>
</tr>
<tr>
<td>9.377,54</td>
</tr>
<tr>
<td>10.407,74</td>
</tr>
<tr>
<td>2.575,50</td>
</tr>
<tr>
<td>7.832,24</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>C</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>II</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>3.760,95</td>
</tr>
<tr>
<td>1.449,00</td>
</tr>
<tr>
<td>4.046,40</td>
</tr>
<tr>
<td>5.058,00</td>
</tr>
<tr>
<td>9.166,35</td>
</tr>
<tr>
<td>10.177,95</td>
</tr>
<tr>
<td>2.529,00</td>
</tr>
<tr>
<td>7.648,95</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>B</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>II</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>3.570,87</td>
</tr>
<tr>
<td>1.416,00</td>
</tr>
<tr>
<td>3.973,60</td>
</tr>
<tr>
<td>4.967,00</td>
</tr>
<tr>
<td>8.960,57</td>
</tr>
<tr>
<td>9.953,87</td>
</tr>
<tr>
<td>2.485,50</td>
</tr>
<tr>
<td>7.470,47</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>A</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>II</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>3.466,96</td>
</tr>
<tr>
<td>1.328,00</td>
</tr>
<tr>
<td>3.827,20</td>
</tr>
<tr>
<td>4.784,00</td>
</tr>
<tr>
<td>8.642,16</td>
</tr>
<tr>
<td>9.598,96</td>
</tr>
<tr>
<td>2.392,00</td>
</tr>
<tr>
<td>7.206,96</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>V</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>II</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>3.372,54</td>
</tr>
<tr>
<td>1.318,00</td>
</tr>
<tr>
<td>3.760,00</td>
</tr>
<tr>
<td>4.700,00</td>
</tr>
<tr>
<td>8.450,54</td>
</tr>
<tr>
<td>9.390,54</td>
</tr>
<tr>
<td>2.350,00</td>
</tr>
<tr>
<td>7.040,54</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>IV</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>II</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>3.280,67</td>
</tr>
<tr>
<td>1.287,00</td>
</tr>
<tr>
<td>3.693,60</td>
</tr>
<tr>
<td>4.617,00</td>
</tr>
<tr>
<td>8.261,27</td>
</tr>
<tr>
<td>9.184,67</td>
</tr>
<tr>
<td>2.306,50</td>
</tr>
<tr>
<td>6.876,17</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>III</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>II</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>3.191,32</td>
</tr>
<tr>
<td>1.258,00</td>
</tr>
<tr>
<td>3.629,60</td>
</tr>
<tr>
<td>4.537,00</td>
</tr>
<tr>
<td>8.076,92</td>
</tr>
<tr>
<td>8.986,32</td>
</tr>
<tr>
<td>2.268,50</td>
</tr>
<tr>
<td>6.717,82</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>II</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>3.104,40</td>
</tr>
<tr>
<td>1.229,00</td>
</tr>
<tr>
<td>3.567,20</td>
</tr>
<tr>
<td>4.459,00</td>
</tr>
<tr>
<td>7.900,60</td>
</tr>
<tr>
<td>8.792,40</td>
</tr>
<tr>
<td>2.229,50</td>
</tr>
<tr>
<td>6.562,90</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>I</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>3.019,85</td>
</tr>
<tr>
<td>1.201,00</td>
</tr>
<tr>
<td>3.505,60</td>
</tr>
<tr>
<td>4.382,00</td>
</tr>
<tr>
<td>7.726,45</td>
</tr>
<tr>
<td>8.602,85</td>
</tr>
<tr>
<td>2.191,00</td>
</tr>
<tr>
<td>6.411,85</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>VI</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>II</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>2.931,89</td>
</tr>
<tr>
<td>1.144,00</td>
</tr>
<tr>
<td>3.380,80</td>
</tr>
<tr>
<td>4.226,00</td>
</tr>
<tr>
<td>7.456,69</td>
</tr>
<tr>
<td>8.301,89</td>
</tr>
<tr>
<td>2.113,00</td>
</tr>
<tr>
<td>6.188,89</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>V</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>II</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>2.852,03</td>
</tr>
<tr>
<td>1.118,00</td>
</tr>
<tr>
<td>3.324,00</td>
</tr>
<tr>
<td>4.155,00</td>
</tr>
<tr>
<td>7.294,03</td>
</tr>
<tr>
<td>8.125,03</td>
</tr>
<tr>
<td>2.077,50</td>
</tr>
<tr>
<td>6.047,53</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>IV</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>II</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>2.774,35</td>
</tr>
<tr>
<td>1.092,00</td>
</tr>
<tr>
<td>3.268,00</td>
</tr>
<tr>
<td>4.085,00</td>
</tr>
<tr>
<td>7.134,35</td>
</tr>
<tr>
<td>7.951,35</td>
</tr>
<tr>
<td>2.042,50</td>
</tr>
<tr>
<td>5.908,85</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>III</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>II</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>2.698,78</td>
</tr>
<tr>
<td>1.067,00</td>
</tr>
<tr>
<td>3.213,60</td>
</tr>
<tr>
<td>4.017,00</td>
</tr>
<tr>
<td>6.979,38</td>
</tr>
<tr>
<td>7.782,78</td>
</tr>
<tr>
<td>2.008,50</td>
</tr>
<tr>
<td>5.774,28</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>II</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>2.625,27</td>
</tr>
<tr>
<td>1.043,00</td>
</tr>
<tr>
<td>3.160,00</td>
</tr>
<tr>
<td>3.950,00</td>
</tr>
<tr>
<td>6.828,27</td>
</tr>
<tr>
<td>7.618,27</td>
</tr>
<tr>
<td>1.975,00</td>
</tr>
<tr>
<td>5.643,27</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>I</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>2.553,77</td>
</tr>
<tr>
<td>1.020,00</td>
</tr>
<tr>
<td>3.108,00</td>
</tr>
<tr>
<td>3.885,00</td>
</tr>
<tr>
<td>6.681,77</td>
</tr>
<tr>
<td>7.458,77</td>
</tr>
<tr>
<td>1.942,50</td>
</tr>
<tr>
<td>5.516,27</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>A</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>IV</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>2.479,39</td>
</tr>
<tr>
<td>971,00</td>
</tr>
<tr>
<td>3.000,30</td>
</tr>
<tr>
<td>3.754,00</td>
</tr>
<tr>
<td>6.453,59</td>
</tr>
<tr>
<td>7.204,39</td>
</tr>
<tr>
<td>1.877,00</td>
</tr>
<tr>
<td>5.327,39</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>IV</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>II</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>2.411,86</td>
</tr>
<tr>
<td>948,00</td>
</tr>
<tr>
<td>2.955,20</td>
</tr>
<tr>
<td>3.694,00</td>
</tr>
<tr>
<td>6.315,06</td>
</tr>
<tr>
<td>7.053,86</td>
</tr>
<tr>
<td>1.847,00</td>
</tr>
<tr>
<td>5.206,86</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>II</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>2.346,16</td>
</tr>
<tr>
<td>926,00</td>
</tr>
<tr>
<td>2.906,00</td>
</tr>
<tr>
<td>3.635,00</td>
</tr>
<tr>
<td>6.180,16</td>
</tr>
<tr>
<td>6.907,16</td>
</tr>
<tr>
<td>1.817,50</td>
</tr>
<tr>
<td>5.089,66</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>I</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>2.282,26</td>
</tr>
<tr>
<td>904,00</td>
</tr>
<tr>
<td>2.860,80</td>
</tr>
<tr>
<td>3.576,00</td>
</tr>
<tr>
<td>6.047,06</td>
</tr>
<tr>
<td>6.762,26</td>
</tr>
<tr>
<td>1.786,00</td>
</tr>
<tr>
<td>4.974,26</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>I</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>2.220,09</td>
</tr>
<tr>
<td>883,00</td>
</tr>
<tr>
<td>2.815,20</td>
</tr>
<tr>
<td>3.519,00</td>
</tr>
<tr>
<td>5.918,29</td>
</tr>
<tr>
<td>6.622,09</td>
</tr>
<tr>
<td>1.759,50</td>
</tr>
<tr>
<td>4.862,59</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Os servidores que fizerem jus à GEINMET em virtude da atuação no Serviço de Meteorologia do INMET, que integram o PGPE, perceberão a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (Anexo V-A à Lei nº 11.357, 19 de outubro de 2006), que se enquadra na categoria de Bônus ou Incentivo, e que tenha como principais objetivos a promoção e a realização da pesquisa e do desenvolvimento científico e tecnológico. Quanto ao disposto nos arts. 26, 27 e 28 da Lei nº 8.691/1993 não se aplica aos servidores do INMET.

A pontuação referente à GDPGPE será assim distribuída:

I - até oitenta pontos serão atribuídos à GDPGPE que tenha como principais objetivos a promover os avanços científicos e tecnológicos. Quanto ao disposto nos arts. 26, 27 e 28 da Lei nº 11.357/2006 aplicam-se a os servidores do INMET - Carreira da Área de Ciência e Tecnologia, nos cargos de nível superior, em função do desempenho individual, aos servidores que integram o GDPGPE por atuação na área de meteorologia;

II - até vinte pontos serão atribuídos à GDPGPE que tenha como principais objetivos a promover os avanços científicos e tecnológicos. Quanto ao disposto nos arts. 26, 27 e 28 da Lei nº 11.357/2006 aplica-se a os servidores do INMET - Carreira da Área de Ciência e Tecnologia, nos cargos de nível superior, em função do desempenho individual.

A GDPGPE será paga em conjunto com a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE e não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.70
Lei nº 8.645 de 27.08.92
Lei nº 8.659 de 27.05.93
Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º
Lei nº 10.331 de 18.12.2001
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 314 de 29.12.2006 art. 15
Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
Lei nº 11.490 de 20.06.2007
Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Lei nº 11.784 de 22.09.2008
Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 19
Lei nº 11.915 de 11.01.2010
Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Lei nº 12.269 de 21.06.2010 art. 19
Medida Provisória nº 304 de 11.05.2012 art. 1º e art. 6º
Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 1º e art. 6º
Lei nº 12.823 de 05.06.2013 art. 8º
Lei nº 13.328 de 28.09.2016 art. 15
Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 1 e art. 22 e art. 87 ao art. 91
48. **PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE**

Servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício no INMET/MAPA

(INMET/MAPA - Instituto Nacional de Meteorologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)

*Cargos de Nível Intermediário do PGPE - Servidores alcançados pelo § único itens I e III do art. 1º da Lei nº 11.357/2006*

Cargos de Nível Intermediário do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício no INMET/MAPA

Cargo: Assistente Técnico-Administrativo do PGPE (item III do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício no INMET/MAPA

### Nível Intermediário

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GENMET (*')</th>
<th>GDGPE 80 pts.</th>
<th>GDPGPE 100 pts.</th>
<th>ATIVO TOTAL (em R$) 80 pts.</th>
<th>GDPGPE 50 pts.</th>
<th>APOSENTADO TOTAL (em R$) 50 pts.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>IV</td>
<td>C</td>
<td>1</td>
<td>2.145,23</td>
<td>874,00</td>
<td>1.895,20</td>
<td>2.369,00</td>
<td>4.914,43</td>
<td>5.388,23</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>2.123,99</td>
<td>812,00</td>
<td>1.882,40</td>
<td>2.353,00</td>
<td>4.818,39</td>
<td>5.288,99</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>2.102,96</td>
<td>755,00</td>
<td>1.869,60</td>
<td>2.337,00</td>
<td>4.727,56</td>
<td>5.194,96</td>
</tr>
</tbody>
</table>

| IV     | C      | 1  | 2.071,88   | 668,00        | 1.852,80       | 2.316,00                    | 4.592,68      | 5.055,88                        | 1.158,00       | 3.897,88                        |
|        |        | II | 2.051,37   | 621,00        | 1.840,00       | 2.300,00                    | 4.512,37      | 4.972,37                        | 1.150,00       | 3.822,37                        |
|        |        | I  | 2.031,06   | 578,00        | 1.827,20       | 2.284,00                    | 4.436,26      | 4.893,06                        | 1.142,00       | 3.751,06                        |
|        |        | II  | 2.010,95  | 538,00       | 1.816,80      | 2.271,00                    | 4.365,75      | 4.819,95                        | 1.135,50       | 3.684,45                        |
|        |        | I   | 1.991,03  | 500,00       | 1.804,80      | 2.256,00                    | 4.295,83      | 4.747,03                        | 1.128,00       | 3.619,03                        |
|        |        | II  | 1.971,32  | 465,00       | 1.792,80      | 2.241,00                    | 4.229,12      | 4.677,32                        | 1.120,50       | 3.556,82                        |

| IV     | B      | 1  | 1.942,19   | 412,00        | 1.777,60       | 2.222,00                    | 4.151,79      | 4.576,19                        | 1.111,00       | 3.465,19                        |
|        |        | II | 1.922,95   | 382,00        | 1.765,60       | 2.207,00                    | 4.070,55      | 4.511,95                        | 1.103,50       | 3.408,45                        |
|        |        | IV  | 1.903,91  | 356,00       | 1.755,20      | 2.194,00                    | 4.015,11      | 4.453,91                        | 1.097,00       | 3.356,91                        |
|        |        | II  | 1.885,06  | 332,00       | 1.744,80      | 2.181,00                    | 3.961,86      | 4.398,06                        | 1.090,50       | 3.307,56                        |
|        |        | I   | 1.866,40  | 307,00       | 1.733,60      | 2.167,00                    | 3.907,00      | 4.340,40                        | 1.083,50       | 3.256,90                        |
|        |        | II  | 1.847,91  | 286,00       | 1.723,20      | 2.154,00                    | 3.857,11      | 4.287,91                        | 1.077,00       | 3.210,91                        |

| IV     | A      | 1  | 1.820,61   | 254,00        | 1.709,60       | 2.137,00                    | 3.784,21      | 4.211,61                        | 1.068,50       | 3.143,11                        |
|        |        | II | 1.802,58   | 236,00        | 1.700,00       | 2.125,00                    | 3.738,58      | 4.163,58                        | 1.062,50       | 3.101,08                        |
|        |        | III | 1.784,73  | 219,00       | 1.690,40      | 2.113,00                    | 3.694,13      | 4.116,73                        | 1.056,50       | 3.060,23                        |
|        |        | II  | 1.767,06  | 203,00       | 1.680,00      | 2.100,00                    | 3.650,06      | 4.070,06                        | 1.050,00       | 3.020,06                        |
|        |        | I   | 1.749,57  | 188,00       | 1.670,40      | 2.088,00                    | 3.607,97      | 4.025,57                        | 1.044,00       | 2.981,57                        |
Cargos de Nível Intermediário do PGPE - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício no INMET/MAPA: Servidores alcançados pelo § único itens I e III do art. 1º da Lei nº 11.357/2006.

I - Cargos de nível intermediário, do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei no 6.550, de 5 de julho de 1978, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal da administração pública federal;

III - Assistente Técnico-Administrativo, de nível intermediário.

INMET/MAPA - Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (Anexo V-A à Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006)

( ** ) A Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (Anexo V-A à Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006)

(*)GEINMET - Gratificação de Apoio à Execução de Atividades de Meteorologia (Anexo I à Lei nº 11.784, de 20 de setembro de 2008)

Gratificação de Apoio à Execução de Atividades de Meteorologia - GEINMET - instituída a partir de 1 de julho de 2012 (art. 1º da Lei nº 11.784, de 20 de setembro de 2008). A GEINMET deve ser乐意 aos titulares de cargos de provimento efetivo regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, do que trata a Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006, lotados e em efetivo exercício no INMET, enquanto permanecerem nesta condição.

A GEINMET será paga em conjunto com a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE e não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios.

Os servidores que fizerem jus à GEINMET que cumprirem jornada de trabalho inferior a quarenta horas sem anais perceberão a gratificação proporcional a sua jornada de trabalho.

A GEINMET não será devida nas hipóteses de cessão.

GDPGPE - Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (Anexo V-A à Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006)

(*) A Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (Anexo V-A à Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006)

I - Cargos de nível intermediário, do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei no 6.550, de 5 de julho de 1978, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal da administração pública federal;

III - Assistente Técnico-Administrativo, de nível intermediário.

INMET/MAPA - Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (Anexo V-A à Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006)

(*) A Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (Anexo V-A à Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006)

I - Cargos de nível intermediário, do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei no 6.550, de 5 de julho de 1978, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal da administração pública federal;

III - Assistente Técnico-Administrativo, de nível intermediário.

INMET/MAPA - Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (Anexo V-A à Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006)

(*) A Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (Anexo V-A à Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006)

I - Cargos de nível intermediário, do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei no 6.550, de 5 de julho de 1978, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal da administração pública federal;

III - Assistente Técnico-Administrativo, de nível intermediário.

INMET/MAPA - Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (Anexo V-A à Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006)

(*) A Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (Anexo V-A à Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006)

I - Cargos de nível intermediário, do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei no 6.550, de 5 de julho de 1978, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal da administração pública federal;

III - Assistente Técnico-Administrativo, de nível intermediário.

INMET/MAPA - Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (Anexo V-A à Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006)
49. PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE

Servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício no INMET/MAPA
(INMET/MAPA - Instituto Nacional de Meteorologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)
*Cargos de Nível Auxiliar do PGPE - Servidores alcançados pelo § único item I do art. 1º da Lei nº 11.357/2006
Cargos de Nível Auxiliar do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício no INMET/MAPA

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Auxiliar</th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Classe</td>
<td>Padrão</td>
<td>VB</td>
<td>GEAAPGPE</td>
<td>GEMMET</td>
<td>GDPGPE</td>
<td>ATIVO</td>
<td>GDPGPE</td>
<td>APOSENTADO</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>50 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>ESPECIAL</td>
<td>1.291,04</td>
<td>656,75</td>
<td>298,00</td>
<td>817,60</td>
<td>1.022,00</td>
<td>3.063,39</td>
<td>3.267,79</td>
<td>511,00</td>
<td>2.756,79</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>ESPECIAL</td>
<td>1.292,26</td>
<td>724,94</td>
<td>306,00</td>
<td>821,60</td>
<td>1.027,00</td>
<td>3.144,80</td>
<td>3.350,20</td>
<td>513,50</td>
<td>2.836,70</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>ESPECIAL</td>
<td>1.293,49</td>
<td>795,65</td>
<td>316,00</td>
<td>827,29</td>
<td>1.034,00</td>
<td>3.232,34</td>
<td>3.438,14</td>
<td>517,00</td>
<td>2.922,14</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Elaborado:CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
Cargos de Nível Auxiliar do PGPE - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício do INMET/MAPA: Servidores alcançados pelo § único itens I do art. 1º da Lei nº 11.357/2006:


INMET/MAPA - Instituto Nacional de Meteorologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

* O disposto nos arts. 26, 27 e 28 da Lei no 8.691/1993 não se aplica aos servidores do INMET.

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008 - Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 1º e art. 22 e art. 87 ao art. 91

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007 - Lei nº 12.823 de 05.06.2013 - art. 8º


Lei nº 11.357 de 19 de outubro de 2006 - Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 1º e art. 6º

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006 - Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 1º e art. 6º

Lei nº 10.698 de 02.07.2003 - Lei nº 12.269 de 21.06.2010 art. 19

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92 - Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Lei nº 10.331 de 18.12.2001 - Orientação normativa nº 01 de 11.01.2010

Medida Provisória nº 225-45 de 04.09.2001 art.8º

Medida Provisória nº 318 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.490 de 20.06.2007 art.15

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Legislações Correspondentes:

*a* Aposentado GDPE - art. § 4º art.7º-A Lei nº 11.357/2006 (art. 1º da Lei nº 11.784/2008)

*a* Aposentado GDPE - art. 7º-C da Lei nº 11.357/2006 (art. 82º da Lei nº 11.907/2009)

*a* Aposentado - A GEINMET somente integrará os proventos da aposentadoria e as pensões se houver sido percebida pelo servidor que a ela fizer jus por mais de sessenta dias

*a* Opção da GDPE - aposentado/pensionista art. 87 ao art. 91 da Lei nº 13.324, de 2016.

Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE (instituída, a partir de 1º de janeiro de 2009), devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo de níveis I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

A GDPGPE será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006.

Os servidores que fizerem jus à GEINMET que cumprirem jornada de trabalho inferior a quarenta horas semanais perceberão a gratificação proporcional a sua jornada de trabalho.

A pontuação referente à GDPGPE será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

A GDPGPE será paga de acordo com o art. 6º da Lei nº 12.702/2012 - o art. 1º da Lei nº 8.691 de 28.07.1993 aplica-se aos servidores do INMET - Carreira da Área de Ciência e Tecnologia, que tenham como principais objetivos a promoção e a realização da pesquisa e do desenvolvimento científico e tecnológico. Quanto ao disposto nos arts. 26, 27 e 28 da Lei nº 8.691/1993 não se aplica aos servidores do INMET.

**GDPGPE - Gratificação Específica de Atividades Auxiliares do PGPE (Anexo V-B à Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006)**

GEAAPGPE - valores estabelecidos no anexo Anexo V-B da Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006 (anexo VI da Lei 11.784/2008) 07.08.202.

(*) Gravata Especial de Atividades Auxiliares do PGPE - Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006 07.08.202.

(*) GDPE - Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (Anexo X-A à Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006)

(*) A opção pela GDPE, por seus servidores, quando lotados e em efetivo exercício do INMET, enquanto permanecerem nesta condição, se houver aprovado o inquérito do quadro de pessoal e houver sido realizada a avaliação de desempenho individual e institucional ao final do exercício do cargo.

(*) A GEINMET é somente integrar os proventos da aposentadoria e as pensões se houver sido percebida pelo servidor que a ela fizer jus por mais de sessenta dias

**Opção da GDPE** - aposentado/pensionista art. 87 ao art. 91 da Lei nº 13.324, de 2016.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.70

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Medida Provisória nº 2252-45 de 04.09.2001 art.8º

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 19

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 491 de 29.08.2008

Decretos nº 7.133 de 19.03.2010

Decreto nº 11.05.2012 art. 1º e art. 6º

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 1º e art. 6º

Lei nº 12.726 de 21.06.2010 art. 19


Lei nº 12.823 de 05.06.2013 - art. 8º

Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 81

Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 1 e art. 22 e art. 87 ao art. 91

* Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008

Medida Provisória nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 1º e art. 6º

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 1º e art. 6º


Lei nº 12.823 de 05.06.2013 - art. 8º

Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 81

Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 1 e art. 22 e art. 87 ao art. 91

Elaborado:CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
### 49. PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE

**Servidores do PGPE em exercício na SPU/MP**

(SPUP/M - Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)

**Cargos de Nível Superior do PGPE**

Cargo: Engenheiro Agrônomo do PGPE - servidores do PGPE em exercício na SPU/MP (Exceto do INCRA e Cargos Específicos Lei nº 12.277/2010)

Cargo: Farmacêutico do PGPE - servidores do PGPE em exercício na SPU/MP

Cargo: Químico do PGPE - servidores do PGPE em exercício na SPU/MP

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th><strong>CLASSE</strong></th>
<th><strong>PADRÃO</strong></th>
<th><strong>VB</strong></th>
<th><strong>ANEXO IX</strong></th>
<th><strong>GIAPU</strong></th>
<th><strong>ATIVO</strong></th>
<th><strong>GIAPU</strong></th>
<th><strong>Posição: janeiro/2017</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80%</td>
<td>100 %</td>
<td>80%</td>
<td>100 %</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>ESPECIAL</strong></td>
<td>II</td>
<td>3.773,74</td>
<td>115,62</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>8.010,16</td>
<td>9.040,36</td>
<td>2.575,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>3.670,95</td>
<td>112,01</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>7.903,76</td>
<td>8.933,96</td>
<td>2.575,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>3.570,97</td>
<td>108,52</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>7.800,29</td>
<td>8.830,49</td>
<td>2.575,50</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>C</strong></td>
<td>III</td>
<td>3.466,96</td>
<td>105,14</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>7.692,90</td>
<td>8.723,10</td>
<td>2.575,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>3.372,54</td>
<td>101,86</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>7.595,20</td>
<td>8.625,40</td>
<td>2.575,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>3.280,67</td>
<td>98,68</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>7.500,15</td>
<td>8.530,35</td>
<td>2.575,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>3.191,32</td>
<td>95,61</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>7.407,73</td>
<td>8.437,93</td>
<td>2.575,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>3.104,40</td>
<td>93,13</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>7.318,33</td>
<td>8.348,53</td>
<td>2.575,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>3.019,85</td>
<td>89,73</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>7.230,38</td>
<td>8.260,58</td>
<td>2.575,50</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>B</strong></td>
<td>III</td>
<td>2.931,89</td>
<td>86,94</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>7.139,63</td>
<td>8.169,83</td>
<td>2.575,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>2.852,03</td>
<td>84,23</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>7.057,06</td>
<td>8.087,26</td>
<td>2.575,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>2.774,35</td>
<td>81,59</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>6.976,74</td>
<td>8.006,94</td>
<td>2.575,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>2.698,78</td>
<td>79,05</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>6.896,63</td>
<td>7.928,83</td>
<td>2.575,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>2.625,27</td>
<td>76,59</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>6.822,66</td>
<td>7.852,86</td>
<td>2.575,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>2.553,77</td>
<td>74,18</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>6.748,75</td>
<td>7.778,95</td>
<td>2.575,50</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>A</strong></td>
<td>V</td>
<td>2.479,39</td>
<td>71,88</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>6.672,07</td>
<td>7.702,27</td>
<td>2.575,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>2.411,86</td>
<td>69,64</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>6.602,30</td>
<td>7.632,50</td>
<td>2.575,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>2.346,16</td>
<td>67,47</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>6.534,43</td>
<td>7.564,63</td>
<td>2.575,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>2.282,26</td>
<td>65,36</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>6.468,42</td>
<td>7.496,62</td>
<td>2.575,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>2.220,09</td>
<td>63,32</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>6.404,21</td>
<td>7.434,41</td>
<td>2.575,50</td>
</tr>
</tbody>
</table>
SPU/MP - Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

VB - Vencimento Básico (Anexo III da Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006)

Anexo IX da Lei nº 8.460/92 - valor fixado (com reajuste linear)

GIAPU - Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União

GIAPU - devida aos ocupantes dos cargos de provimento efetivo regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em exercício na Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, enquanto permanecerem nesta condição, na forma prevista nos arts. 21 e seguintes da Lei 11.095/2005

(*) A GIAPU será paga aos servidores que a ela fazem jus, obedecidos os valores máximos estabelecidos no Anexo VI da Lei 11.095/2005, observado o respectivo nível, de acordo com os seguintes parâmetros:

I - até 40% (quarenta por cento), em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho e da contribuição individual para o cumprimento das metas de administração do patrimônio imobiliário da União, de cobrança administrativa e de arrecadação patrimonial;

II - 20% (vinte por cento), no mínimo, em decorrência da avaliação do resultado institucional do conjunto de unidades da Secretaria do Patrimônio da União no cumprimento de metas de administração do patrimônio imobiliário da União, de cobrança administrativa e de arrecadação patrimonial, computadas de forma individualizada para cada unidade;

III - até 40% (quarenta por cento), em decorrência da superação das metas de administração do patrimônio imobiliário da União, de cobrança administrativa e de arrecadação patrimonial do conjunto de unidades da Secretaria do Patrimônio da União, computadas em âmbito nacional, considerando-se a totalidade dos resultados da Secretaria.

GIAPU não poderá ser paga cumulativamente com quaisquer outras gratificações de desempenho de atividade ou de produtividade, independentemente de sua denominação ou base de cálculo (ver art. 25 da Lei nº 11.095/2005)

É assegurado ao servidor que perceba gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade em decorrência do exercício do respectivo cargo efetivo, qualquer que seja a sua denominação ou base de cálculo, optar pela continuidade do seu recebimento, hipótese em que não fará jus à GIAPU. (ver § 1º do art. 25 da Lei nº 11.095/2005)

(**) Aposentado - art. 27 da Lei 11.095 de 13.01.2005. A GIAPU integrará os proventos de aposentadoria e as pensões somente quando percebida pelo servidor no exercício do cargo há pelo menos 60 (sessenta) meses e será calculada, para essa finalidade, pela média aritmética dos valores percebidos pelo servidor nos últimos 60 (sessenta) meses anteriores à aposentadoria ou à instituição da pensão, art. 27 da Lei nº 11.095 de 13.01.2005 e Decreto nº 5.286 de 25.11.2004

(**) Aposentado - art. 95 ao art. 97 da lei nº 13.324/2016. É facultado aos servidores, aos aposentados e aos pensionistas que estejam sujeitos ao disposto nos arts. 3º, 6º e 6º-A da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, que tenham percebido no último mês de atividade a Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União - GIAPU, que de trata a Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005, optar por sua incorporação aos proventos de aposentadoria ou às pensões, nos termos dos arts. 96 e 97 da Lei nº 13.324/2016.

(**) Opção da GIAPU - aposentado/pensionista art. 87 ao art. 91 da Lei nº 13.324, de 2016.

Legislações Correspondentes

Lei 8.112 de 11.12.1990  Portaria nº 254 de 06.09.2005
Lei Delegada nº 13 de 27.08.1992  Portaria nº 283 de 11.10.2005
Lei nº 8.645 de 01.04.93  Portaria nº 319 de 10.11.2005
Lei nº 8.659 de 27.05.93  Portaria nº 327 de 18.11.2005
Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º  Portaria nº 20 de 31.01.2006
Lei nº 10.331 de 13.01.2005  Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
Portaria nº 228 de 04.08.2004 Medida Provisória nº 411 de 29.08.2008
Decreto nº 2866 de 25.11.2004  Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Lei nº 11.095 de 13.01.2005 - art. 21 GIAPU  Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Lei nº 11.784 de 22.09.2008  Portaria nº 24 de 03.2012
Portaria nº 20 de 28.01.2004  Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Decreto nº 5.460 de 08.06.2005  Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 96
Portaria nº 227 de 04.08.2005  Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 93
Portaria nº 228 de 04.08.2006  Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 1. e art. 83 e art. 95 ao art. 97
Portaria nº 229 de 04.08.2007
49. PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE

Servidores do PGPE em exercício na SPU/MP

(SPU/MP - Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)

* Cargos de Nível Superior do PGPE - Servidores alcançados pelo § único itens I, II e IV do art. 1º da Lei nº 11.357/2006

Cargos de Nível Superior do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) exercício na SPU/MP

Cargo: Analista Técnico-Administrativo do PGPE (item II do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) exercício na SPU/MP

Cargo: Analista em Tecnologia da Informação do PGPE (item IV do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) exercício na SPU/MPA

Nível Superior

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GIAPU 80%</th>
<th>GIAPU 100%</th>
<th>ATIVO 80%</th>
<th>ATIVO 100%</th>
<th>GIAPU com 50%</th>
<th>GIAV</th>
<th>APOSENTADO 50%</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>ESPECIAL</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>3.773,74</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>7.894,54</td>
<td>8.924,74</td>
<td>2.575,50</td>
<td>6.349,24</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>3.670,95</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>7.791,75</td>
<td>8.821,95</td>
<td>2.575,50</td>
<td>6.246,45</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>3.570,97</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>7.691,77</td>
<td>8.721,97</td>
<td>2.575,50</td>
<td>6.146,47</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>C</td>
<td>3.466,96</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>7.587,76</td>
<td>8.617,96</td>
<td>2.575,50</td>
<td>6.042,46</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>V</td>
<td>3.372,54</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>7.493,34</td>
<td>8.523,54</td>
<td>2.575,50</td>
<td>5.948,04</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>3.280,67</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>7.401,47</td>
<td>8.431,67</td>
<td>2.575,50</td>
<td>5.856,17</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>3.191,32</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>7.312,12</td>
<td>8.342,32</td>
<td>2.575,50</td>
<td>5.766,82</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>3.104,40</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>7.225,20</td>
<td>8.255,40</td>
<td>2.575,50</td>
<td>5.679,90</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.019,85</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>7.140,65</td>
<td>8.170,85</td>
<td>2.575,50</td>
<td>5.595,35</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>B</td>
<td>2.931,89</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>7.052,69</td>
<td>8.082,89</td>
<td>2.575,50</td>
<td>5.507,39</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>V</td>
<td>2.852,03</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>6.972,83</td>
<td>8.003,03</td>
<td>2.575,50</td>
<td>5.427,53</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>2.774,35</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>6.895,15</td>
<td>7.925,35</td>
<td>2.575,50</td>
<td>5.349,85</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>2.698,78</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>6.819,58</td>
<td>7.849,78</td>
<td>2.575,50</td>
<td>5.274,28</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>2.625,27</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>6.746,07</td>
<td>7.776,27</td>
<td>2.575,50</td>
<td>5.200,77</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.553,77</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>6.674,57</td>
<td>7.704,77</td>
<td>2.575,50</td>
<td>5.129,27</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>2.479,39</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>6.600,19</td>
<td>7.630,39</td>
<td>2.575,50</td>
<td>5.054,89</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>2.411,86</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>6.532,66</td>
<td>7.562,86</td>
<td>2.575,50</td>
<td>4.987,36</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>2.346,16</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>6.466,96</td>
<td>7.497,16</td>
<td>2.575,50</td>
<td>4.921,66</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>2.282,26</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>6.403,06</td>
<td>7.433,26</td>
<td>2.575,50</td>
<td>4.857,76</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.220,09</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>6.340,89</td>
<td>7.371,09</td>
<td>2.575,50</td>
<td>4.795,59</td>
</tr>
</tbody>
</table>
* Cargos de Nível Superior do PGPE em exercício na SP/MP: Servidores alcançados pelo § único itens I, II, IV e V do art. 1º da Lei nº 11.357/2006:
* I - Cargos de nível superior do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 6.550, de 5 de julho de 1978, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal da administração pública federal;
* II - Analista Técnico-Administhativo, de nível superior;
* IV - Analista em Tecnologia da Informação, de nível superior.
SPU/MP - Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
VB - Vencimento Básico (Anexo III da Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006)
GIAPU - Gratificação de Incenimento à Atividade de Administração do Patrimônio da União (Anexo VI da Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005)
GIAPU - devida aos ocupantes dos cargos de provimento efetivo regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em exercício na Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e que permanecerem nesta condição, conforme previsto no art. 21 e seguintes, da Lei nº 11.095/2005
( * ) À GIAPU será paga aos servidores que a ela fazem jus, obedecidos os valores máximos estabelecidos no Anexo VI da Lei nº 11.095/2005, observado o respectivo nível, de acordo com os seguintes parâmetros:
I - até 40% (quarenta por cento), em decorrência do resultado da avaliação de desempenho e da contribuição individual para o cumprimento das metas de gestão do patrimônio imobilário da União, de cobrança administrativa e de arrecadação patrimonial;
II - 20% (vinte por cento), no mínimo, em decorrência da avaliação do resultado institucional do conjunto de unidades da Secretaria do Patrimônio da União no cumprimento de metas de gestão do patrimônio imobilário da União, de cobrança administrativa e de arrecadação patrimonial, com metas de desempenho das unidades da Secretaria do Patrimônio da União, em cumprimento, em âmbito nacional, considerando-se a totalidade dos resultados da Secretaria.
GIAPU não poderá ser paga cumulativamente, com qualquer outra gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade, independentemente do seu nomeação em base de cálculo ( ver art. 25 da Lei nº 11.095/2005)
È assegurado ao servidor que perceba gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade em exercício do respectivo cargo efetivo, qualquer que seja a sua nomeação ou base de cálculo, emitir a GIAPU, ( ver § 1º do art. 25 da Lei nº 11.095/2005)
( ** ) Apostaentado - art. 27 da Lei nº 11.095 de 13.01.2005. À GIAPU integra-se o provento da aposentadoria e as pensões somente quando percebidos pelo servidor no exercício do cargo há pelo menos 60 (sessenta) meses e será calculada para essa finalidade, pela média aritmética dos valores percebidos pelo servidor nos últimos 60 (sessenta) meses anteriores à aposentadoria ou à instituição da pensão.art. 27 da Lei nº 11.095 de 13.01.2005 nº 5.286 de 25.11.2004
( ** ) Aposentado - art. 95 ao art. 97 da lei nº 13.324/2016 - É facultado aos servidores, aos aposentados e aos pensionistas que estejam sujeitos ao disposto nos arts. 3º, 6º e 6º-A da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, que tenham percebido no último mês de atividade a Gratificação de Incenimento à Atividade de Administração do Patrimônio da União, à GIAPU, de que trata a Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005, optar por sua incorporação aos proventos de aposentadoria ou às pensões, nos termos dos arts. 96 e 97 da Lei nº 13.324/2016.
( ** ) Opção da GIAPU - aposentado/pensionista art. 87 ao art. 91 da Lei nº 13.324, de 2016.
Legislaturas Correspondentes
Lei nº 5.645 de 10.12.1970
Lei nº 8.112 de 1.12.1990
Lei nº 10.331 de 18.12.2001
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 212 de 09.09.2004 - art. 21 GIAPU
Portaria nº 20 de 28.01.2004
Decreto nº 5286 de 25.11.2004
Lei nº 11.095 de 13.01.2005 - art. 21 GIAPU
Portaria nº 24 de 03.02.2012
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Lei nº 11.784 de 22.09.2008
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Portaria nº 231 de 04.08.2009
Portaria nº 254 de 06.09.2009
Portaria nº 283 de 11.10.2005
Portaria nº 319 de 10.11.2005
Portaria nº 327 de 18.11.2005
Portaria nº 20 de 31.01.2006
Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008
Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Portaria nº 24 de 03.02.2012
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 96
Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 93
Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 1. e art. 83 e art. 95 ao art. 97
### 49. PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE

Servidores do PGPE em exercício na SPU/MP

(SPU/MP - Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)

* Cargos de Nível Intermediário do PGPE - Servidores alcançados pelo § único itens I e III do art. 1º da Lei nº 11.357/2006

Cargos de Nível Intermediário do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) exercício na SPU/MP

Cargo: Assistente Técnico-Administrativo do PGPE (item III do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006 ) exercício na SPU/MP

#### Nível Intermediário

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GIAPU</th>
<th>ATIVO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80%</td>
<td>100%</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>(*)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>D=(A+B)</td>
<td>E=(A+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>100 %.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
I - Cargos de Nível Intermediário do PGE em exercício na SPU/MP: Servidores alcançados pelo § único itens I, II, III V do art. 1º da Lei nº11.357/2006:

* I - Cargos de nível intermediário, do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei no 6.550, de 5 de julho de 1978, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal da administração pública federal;

* II - As seguintes Técnicas-Adm inistrativa, de nível intermediário.

SPU/MP - Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

V - Vencimento Básico (Anexo III da Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006)

GIAPU - Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União

GIAPU - devidos aos ocupantes dos cargos de provimento efetivo regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em exercício na Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, enquanto permanecerem nesta condição, na forma prevista nos arts. 21 e seguintes da Lei nº 11.995/2005)

(*) A GIAPU será paga aos servidores que a ela fizerem jus, obedecidos os valores máximos estabelecidos no Anexo VI da Lei nº11.955/2005, observado o respectivo nível, de acordo com os seguintes parâmetros:

I - até 40% (quarenta por cento), em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho e da contribuição individual para o cumprimento das metas de administração do patrimônio imobilário da União, de cobrança administrativa e de arrecadação patrimonial;

II - 20% (vinte por cento), no máximo, em decorrência da avaliação do resultado institucional do conjunto de unidades da Secretaria do Patrimônio da União no cumprimento das metas de administração do patrimônio imobilário da União, de cobrança administrativa e de arrecadação patrimonial do conjunto de unidades da Secretaria do Patrimônio da União, computadas em âmbito nacional, considerando-se a totalidade dos resultados da Secretaria.

GIAPU não poderá ser paga cumulativamente com quaisquer outras gratificações de desempenho de atividade ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo (ver art. 25 da Lei nº 11.995/2005)

É assegurado ao servidor que perceba gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade em decorrência do exercício do respectivo cargo efetivo, qualquer que seja a sua denominação ou base de cálculo, optar pela continuidade do seu recebimento, hipótese em que não fará jus à GIAPU (ver § do art. 25 da Lei nº 11.995/2005)

(++) Aposentado - art. 27 da Lei 11.995 de 13.01.2005. A GIAPU integrará os proventos de aposentadoria e as pensões somente quando percebida pelo servidor no exercício do cargo há pelo menos 60 (sessenta) meses e será calculada, para essa finalidade, pela média aritmética dos valores percebidos pelo servidor nos últimos 60 (sessenta) meses anteriores à aposentadoria ou à instituição da pensão.

GIAPU - aposentadoria de servidores que estejam sujeitos a regime próprio de seguridade social de que trata a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e em exercício no âmbito nacional, considerando-se a totalidade dos resultados da Secretaria e às pensões, nos termos dos arts. 96 e 97 da Lei nº 13.324/2016.

A GIAPU - aposentado/pensionista art. 87 ao art. 91 da Lei nº13.324, de 2016.

Legislação Correspondente

Lei nº 5.645 de 10.12.1970
Lei nº 8.112 de 11.12.1990
Lei pd. 8.112 nº 13 de 27.08.1992
Lei nº 8.645 de 01.04.93
Lei nº 8.659 de 27.05.93
Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º
Lei nº 10.331 de 18.12.2001
Lei 10.697 de 02.07.2003
Lei 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 212 de 09.09.2004 art. 21 GIAPU
Portaria nº 20 de 28.01.2004
Decreto nº 5286 de 25.11.2004
Lei nº 11.995 de 13.01.2005 art. 21 GIAPU
Medida Provisória nº 248 DE 20.04.2005
Decreto nº 5.460 de 08.06.2005
Portaria nº 227 de 04.08.2005
Portaria nº 327 de 18.11.2005
Portaria nº 228 de 04.08.2006
Portaria nº 229 de 04.08.2007
Portaria nº 230 de 04.08.2008
Portaria nº 231 de 04.08.2009
Portaria nº 254 de 06.09.2005
Portaria nº 283 de 11.10.2005
Portaria nº 319 de 10.11.2005
Portaria nº 327 de 18.11.2005
Portaria nº 20 de 31.01.2006
Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008
Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008
Lei nº 11.784 de 22.09.2008
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Portaria nº 24, de 03.02.2012
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 96
Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 1.
Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 95 ao art. 97
### 49. PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE

Servidores do PGPE em exercício na SPU/MP

(SPU/MP - Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)

* Cargos de Nível Auxiliar do PGPE - Servidores alcançados pelo § único item I do art. 1º da Lei nº 11.357/2006

Cargos de Nível Auxiliar do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) exercício na SPU/MP

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Auxiliar</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CLASSE</td>
<td>PADRÃO</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VB</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>GIAPU</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>ATIVO TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>GIAPU com 50%</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>APOSTADO TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>1.293,49</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1.332,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1.665,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.625,49</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.958,49</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>832,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.125,99</td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td>1.292,26</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1.332,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1.665,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.624,26</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.957,26</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>832,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.124,76</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>1.291,04</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1.332,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1.665,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.623,04</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.956,04</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>832,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.123,54</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União

GIAPU - Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União

GIAPU - devida aos ocupantes dos cargos de provimento efetivo regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em exercício na Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, enquanto permanecerem nesta condição, na forma prevista nos arts. 21 e seguintes da Lei nº 11.095/2005.

parâmetros:

I - até 40% (quarenta por cento), em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho e da contribuição individual para o cumprimento das metas de administração do patrimônio imobiliário da União, de cobrança administrativa e de arrecadação patrimonial;

II - 20% (vinte por cento), no mínimo, em decorrência da avaliação do resultado institucional do conjunto de unidades da Secretaria do Patrimônio da União no cumprimento de metas de administração do patrimônio imobiliário da União, de cobrança administrativa e de arrecadação patrimonial, computadas de forma individualizada para cada unidade;

III - até 40% (quarenta por cento), em decorrência da avaliação da superação das metas de administração do patrimônio imobiliário da União, de cobrança administrativa e de arrecadação patrimonial do conjunto de unidades da Secretaria do Patrimônio da União, computadas em âmbito nacional, considerando-se a totalidade dos resultados da Secretaria.

GIAPU não poderá ser paga cumulativamente com quaisquer outras gratificações de desempenho de atividade ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo.

( ver art. 25 da Lei nº 11.095/2005)

É assegurado ao servidor que perceba gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade em decorrência do exercício do respectivo cargo efetivo, qualquer que seja a sua denominação ou base de cálculo, optar pela contínuidade do seu recebimento, hipótese em que não fará jus à GIAPU. ( ver § 1º do art. 25 da Lei nº 11.095/2005)

( ** ) Aposentado - art. 27 da Lei 11.095 de 13.01.2005. A GIAPU integrará os proventos de aposentadoria e as pensões somente quando percebida pelo servidor no exercício do cargo há pelo menos 60 (sessenta) meses e será calculada, para essa finalidade, pela média aritmética dos valores percebidos pelo servidor nos últimos 60 (sessenta) meses anteriores à aposentadoria ou à instituição da pensão. art. 27 da Lei 11.095 de 13.01.2005 e Decreto nº 5.286 de 25.11.2004

( ** ) Aposentado - art. 95 ao art. 97 da lei nº 13.324/2016. É facultado aos servidores, aos aposentados e aos pensionistas que estejam sujeitos ao disposto nos arts. 3º, 6º e 6º-A da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, que tenham percebido no último mês de atividade a Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União - GIAPU, de que trata a Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005, optar por sua incorporação aos proventos de aposentadoria ou às pensões, nos termos dos arts. 96 e 97 da Lei nº 13.324/2016.

( ** ) Opção da GIAPU - aposentado/pensionista art. 87 ao art. 91 da Lei nº 13.324, de 2016.
### 50. Políticas Sociais

**Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais**

**Cargo:** Analista Técnico de Políticas Sociais

---

#### Nível Superior

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classe</th>
<th>Padrão</th>
<th>VB</th>
<th>GDAPS</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDAPS</th>
<th>Aposentado</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th>A</th>
<th>B</th>
<th>C</th>
<th>D</th>
<th>E</th>
<th>F</th>
<th>G</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>III</td>
<td>6.806.85</td>
<td>5.286.40</td>
<td>6.608.00</td>
<td>12.093.25</td>
<td>13.414.85</td>
<td>3.304.00</td>
<td>10.110.85</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>6.540.07</td>
<td>5.065.60</td>
<td>6.332.00</td>
<td>11.605.67</td>
<td>12.872.07</td>
<td>3.166.00</td>
<td>9.706.07</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>6.283.73</td>
<td>4.845.60</td>
<td>5.057.00</td>
<td>11.129.33</td>
<td>12.340.73</td>
<td>3.028.50</td>
<td>9.312.23</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>5.764.90</td>
<td>4.625.60</td>
<td>5.782.00</td>
<td>10.390.50</td>
<td>11.546.90</td>
<td>2.891.00</td>
<td>8.655.90</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>5.538.94</td>
<td>4.404.80</td>
<td>5.506.00</td>
<td>9.943.74</td>
<td>11.044.94</td>
<td>2.753.00</td>
<td>8.291.94</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>5.321.84</td>
<td>4.186.40</td>
<td>5.233.00</td>
<td>9.508.24</td>
<td>10.554.84</td>
<td>2.616.50</td>
<td>7.938.34</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>5.113.27</td>
<td>3.966.40</td>
<td>4.958.00</td>
<td>9.079.67</td>
<td>10.071.27</td>
<td>2.479.00</td>
<td>7.592.27</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>4.912.85</td>
<td>3.747.20</td>
<td>4.684.00</td>
<td>8.660.05</td>
<td>9.596.85</td>
<td>2.342.00</td>
<td>7.254.85</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>4.507.21</td>
<td>3.527.20</td>
<td>4.409.00</td>
<td>8.034.41</td>
<td>8.916.21</td>
<td>2.204.50</td>
<td>6.711.71</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>4.330.56</td>
<td>3.306.40</td>
<td>4.133.00</td>
<td>7.636.96</td>
<td>8.463.56</td>
<td>2.066.50</td>
<td>6.397.06</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>4.160.81</td>
<td>3.087.20</td>
<td>3.859.00</td>
<td>7.248.01</td>
<td>8.019.81</td>
<td>1.929.50</td>
<td>6.090.31</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>3.997.75</td>
<td>2.867.20</td>
<td>3.584.00</td>
<td>6.864.95</td>
<td>7.581.75</td>
<td>1.792.00</td>
<td>5.789.75</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>3.841.05</td>
<td>2.643.20</td>
<td>3.304.00</td>
<td>6.484.25</td>
<td>7.145.05</td>
<td>1.652.00</td>
<td>5.493.05</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
Fica criada, no âmbito do Poder Executivo, a Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, composta pelo cargo de Analista Técnico de Políticas Sociais, de nível superior a partir de nov/2009 (art. 1º da Lei 12.094/2009)

**VB - Vencimento Básico** - Anexo II da lei 12.094/2009

A partir da 1ª de janeiro de 2013 os servidores integrantes da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais não fazem jus à vantagem pecuniária individual de que trata a Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003, cujos valores consideram-se incorporados ao vencimento básico. (§ único do art. 5º-A da Lei nº 12.094/2009)

**GDAPS - Gratificação de Desempenho de Atividades em Políticas Sociais**

AGDAPS intitulada pelo art. 6º da Lei 12.094/2009 deve observar os seguintes limites:

I - máximo de 100 (cem) pontos por servidor; e

II - mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor.

Apontuação referente à GDAPS será assim distribuída:

I - até vinte pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho individual; e

II - até vinte pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho individual.

(*) Os valores a serem pagos a título de GDAPS serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto constante do Anexo III da Lei 12.094/2009.

(*) GDAPS - Até que sejam processados os resultados do primeiro período de avaliação de desempenho, a GDAPS será paga no valor correspondente a 80 (oitenta)

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDAPS no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(**) Aposentado - GDAPS - art. 21 da Lei 12.094/2009.

(**) Opção da GDAPS - aposentado/pensionista arts. 5º a 9º da Lei nº 13.371, de 2016.

Legislações Correspondentes:

- Lei nº 10.698 de 02.07.2003
- Lei nº 12.094 de 19.11.2009
- Decreto nº 7.191 de 31.05.2010
- Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 26
- Lei nº 12.702 de 07.08.2012
- Medida Provisória nº 632 de 24.12.2013 art. 9º (alterações arts.14 e 23 da Lei nº 12.094/2009)
- Lei nº 12.998 de 18.06.2014 art. 9º (alterações arts.14 e 23 da Lei nº 12.094/2009)
- Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 86
- Lei nº 13.371 de 14.12.2016 art. 3º e arts. 5º a 9º
### Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior - 20 h</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>CLASSE</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>ESPECIAL</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>B</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>A</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>C</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>D</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>ESPECIAL</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>APORRETADO</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior - 40 h</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>CLASSE</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>ESPECIAL</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>B</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>APORRETADO</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Notas
- Cargo: Médico integrante do Quadro de Pessoal do INS S, referenciados no art. 1º da Lei no 10.355, de 2001.
Jornada de Trabalho de Médico é de: 20 horas

**Nível Superior - 20 h** - A jornada de trabalho dos ocupantes do cargo de Médico, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargo de que trata o art. 40 da Lei nº 12.702/2012, é de 20 (vinte) horas semanais. (§ 1º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

**Nível Superior - 40 h** - Os ocupantes dos cargos efetivos de que trata o art. 41 da Lei nº 12.702/2012 poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observado o interesse da administração e a disponibilidade da parte entidade e financeira. (§§ 2º e 3º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

* Cargos de nível superior integrantes do Quadro de Pessoal do INSS (referenciados no art. 1º da Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001), que não optarem pela Carreira de Seguro Social.

* Fica estruturada a Carreira Previdenciária, no âmbito do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, composta dos cargos efetivos regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que não estjam organizados em carreiras e não percebam qualquer outra espécie de vantagem que tenha como fundamento o desempenho profissional, individual, coletivo ou institucional ou a produção, integrantes do Quadro de Pessoal daquela entidade, em 31 de outubro de 2001, enquando-se os servidores de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme e constante do Anexo I da lei 10.355/2001. Os servidores ocupantes dos cargos a que se refere o art. 1º da Lei 10.355/2001 que não optarem na forma do art. 2º a Lei 10.355/2001, bem como os demais cargos que não integrem a Carreira Previdenciária comporão quadro suplementar em extinção. (art. 1º da Lei nº 10.355/2001).

* Os servidores integrantes da Carreira Previdenciária instituída pela Lei no 10.355, de 26 de dezembro de 2001, ou regidos pelo Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou por planos correlatos, desde que lotados no INSS em 30 de novembro de 2003 serão enquadrados na Carreira de Seguro Social, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela de Correlação, constante do Anexo II da Lei 10.855/2004. O enquadramento de que trata o caput do art. 2º da Lei 10.855/2004 dar-se-á mediante opção irrevogável do servidor, a ser formalizada no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da vigência da Medida Provisória nº 146, de 11 de dezembro de 2003. (art. 2º da Lei nº 10.855/2004)

Fica reaberto por 30 (trinta) dias a partir da vigência da Lei 10.483/2002, o prazo de opção de que trata o § 2º do art. 1º da Lei no 10.355, de 26 de dezembro de 2001, aos servidores do Instituto Nacional de Seguro Social ativos, inativos e pensionistas que não tenham exercido o referido direito no prazo originalmente previsto (art.20 da Lei 10.483/2002)

**INSS - Instituto Nacional do Seguro Social**

**VB - Vencimento Básico**

(*) VB - de 20 h a 40 h anexo XLV da Lei nº 12.702/2012

**GEP - Gratificação Específica Previdenciária** - anexo XLV da MP 568/2012 (art.3º da Lei 11.501/2007)

**GDM-Prev - Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas da Carreira Previdenciária de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001**

Fica instituída, a partir de 1º de julho de 2012, a GDM-Prev, devida, exclusivamente, aos servidores ocupantes do cargo de Médico, quando em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no órgão ou entidade de lotação.

- Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a subir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho a que faz jus, no decorso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a 100% dos pontos.

(*) A GDM-Prev terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes, padrões e jorna de trabalho, ao valor estabelecido no Anexo XLV da Lei nº 12.702/2012.

A pontuação máxima da GDM-Prev será assim distribuída: I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional. (§ 4º até §17 da Lei nº 12.702/2012)

As Gratificações de Desempenho de Atividade Médica por que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 serão atribuídas em função do desempenho do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos para as gratificações de desempenho que os servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 percebam na data de publicação desta Lei, inclusive para fins de incorporação dela aos proventos de aposentadoria e às pensões, até que seja editado ato que regulamente os critérios e procedimentos específicos para as referidas gratificações. (§ 4º, § 17 da Lei nº 12.702/2012)

(***) Aposentado - A mudança da gratificação de desempenho atualmente percebida pelos servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 para as Gratificações de Desempenho de Atividade Médica do respectivo Plano de Cargo ou Carreira ou Quadro de Pessoal não representa continuidade de sua percepção para efeito de aposentadoria e ciclo de avaliação de desempenho. (§ 1º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

**Legislações Correspondentes:**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Lei nº 8.112 de 11.12.1990</th>
<th>Lei nº 11.302 de 10.05.2006</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Lei Delegada nº 13 de 27.08.92</td>
<td>Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.667 de 14.05.2003 art. 5º</td>
<td>Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.697 de 02.07.2003</td>
<td>Lei nº 11.307 de 02.02.2009</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.698 de 02.07.2003</td>
<td>Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 199 de 15.07.2004</td>
<td>Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 63 e art. 69</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 272 de 26.12.2005</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
## 51. PREVIDENCIÁRIA

### Carreira Previdenciária

* Cargos: Nível Superior do Quadro de Pessoal do INSS referenciados no art.1º da Lei nº 10.355/2001

* Cargo: Analista Previdenciário

### Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CLASSE</td>
<td>PADRÃO</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>EPECIAL</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>2.144,27</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>2.096,35</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>C</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>2.058,68</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>2.035,66</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>1.990,53</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>1.968,41</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>1.946,55</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>B</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>1.911,98</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>1.890,84</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>1.869,99</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>1.849,41</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>1.829,08</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>A</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>1.777,26</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>1.757,86</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>1.738,73</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>1.719,82</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>1.701,14</td>
</tr>
</tbody>
</table>
* Cargos de nível superior integrantes do Quadro de Pessoal do INSS (referenciados no art. 1º da Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001), que não optaram pela Carreira de Seguro Social.
* Fica estruturada a Carreira Previdenciária, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, composta dos cargos efetivos regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que não estejam organizados em carreiras e não percebam qualquer outra espécie de vantagem que tenha como fundamento o desempenho profissional, individual, coletivo ou institucional ou a produção, integrantes do Quadro de Pessoal daquela entidade, em 31 de outubro de 2001, enquadrando-se os servidores de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme o constante do Anexo I da lei 10.355/2001. Os servidores ocupantes dos cargos a que se refere o art. 1º da Lei 10.355/2001 que não optarem na forma do art. 2º a Lei 10.355/2001, bem como os demais cargos que não integarem a Carreira Previdenciária comporão quadro suplementar em extinção. (art. 1º da Lei nº 10.355/2001)
* Os servidores integrantes da Carreira Previdenciária instituída pela Lei no 10.355, de 26 de dezembro de 2001, ou, regidos pelo Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou por planos correlatos, desde que lotados no INSS em 30 de novembro de 2003 serão enquadrados na Carreira do Seguro Social, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela de Correlação, constante do Anexo II da Lei 10.855/2004.O enquadramento de que trata o caput do art. 2º da Lei 10.855/2004 dar-se-á mediante opção irretratável do servidor, a ser formalizada no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da vigência da Medida Provisória no 146, de 11 de dezembro de 2003. (art. 2º da Lei nº 10.855/2004)

Fica reaberto por 30 (trinta) dias a partir da vigência da Lei 10.483/2002, o prazo de opção de que trata o § 2º do art. 1º da Lei no 10.355, de 26 de dezembro de 2001, aos servidores do Instituto Nacional de Seguro Social ativos, inativos e pensionistas que não tenham exercido o referido direito no prazo originalmente previsto.(art.20 da Lei 10.483/2002)

** Os cargos de provimento efetivo de nível superior de Analista Previdenciário integrantes da Carreira do Seguro Social do Quadro de Pessoal do INSS, mantidas as atribuições gerais, passam a denominar-se Analista do Seguro Social. (art. 5-A da Lei 10.855/2004)

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

VB - Vencimento Básico - (Anexo II-A da Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001 (Anexo XXX da MP 441/2008)

GEP - Gratificação Específica Previdenciária

Valor de R$ 238,00 (duzentos e trinta e oito reais).art.3º da Lei 11.501/2007

GDAP - Gratificação de Desempenho de Atividade Previdenciária

GDAP - instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade Previdenciária - GDAP, devida aos integrantes da Carreira Previdenciária, quando lotados e em efetivo exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no INSS, a partir de 1º de fevereiro de 2002. (art. 4º da Lei nº 10.355/2001 - redação dada pela Lei nº 12.702/2012)

A GDAP é devida a Carreira Previdenciária, no âmbito do Instituto Nacional de Seguro Social-INSS, composta dos cargos efetivos regidos pela Lei nº 8.112/1990, que não estejam organizados em carreiras e não percebam qualquer outra espécie de vantagem que tenha como fundamento o desempenho profissional, individual, coletivo ou institucional ou a produção, integrantes do Quadro de Pessoal daquela entidade, em 31 de outubro de 2001, enquadrando-se os servidores de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme o constante do Anexo I.(art. 1º da Lei nº 10.355/2001).

(*) A GDAP terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo III da Lei nº 10.355/2001

A pontuação referente à GDAP será assim distribuída: I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.(§1º do art. 5 da Lei nº 10.355/2011 e art. 4º do Decreto nº 8.069/2013)

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art.158 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008)

O Cargo de Analista Previdenciário criado pela MP nº 86/2002, aplica-se o art. 5º da MP 86/2002 e os arts. 2º; 3º; 4º; 5º; 7º; 8º; 9º e 10º da Lei nº 10.355/2001.

(**) Aposentado - GDAP - Para fins de incorporação da GDAP aos proventos das aposentadorias ou às pensões, serão adotados os critérios estabelecidos no art. 8º da Lei nº 10.355/2001

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92 Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007


Lei nº 10.667 de 14.05.2003 art. 5º a art. 19º Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 10.697 de 02.07.2003 Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Lei nº 10.698 de 02.07.2003 Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 66 e art. 91

Medida Provisória nº 146 de 11.12.2003 Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 65 e art 88


Medida Provisória nº 199 de 15.07.2004 Decreto nº 8.069 de 14.08.2013


Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005 Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art.24 e art. 87

Medida Provisória nº 272 de 26.12.2005

Lei nº 11.302 de 10.05.2006
### Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

**51. PREVIDENCIÁRIA**

Carreira Previdenciária

* Cargos: Nível Intermediário do Quadro de Pessoal do INSS referenciados no art. 1º da Lei nº 10.355/2001

** Cargo: Técnico Previdenciário

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Intermediário</th>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GEP</th>
<th>GDAP</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDAP</th>
<th>APOSENTO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>30 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D</td>
<td>E=A+B+C</td>
<td>F=A+B+D</td>
<td>G</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>ESPECIAL</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>1.672,09</td>
<td>238,00</td>
<td>1.330,40</td>
<td>1.663,00</td>
<td>3.240,49</td>
<td>3.573,09</td>
<td>498,90</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>1.670,69</td>
<td>238,00</td>
<td>1.330,40</td>
<td>1.663,00</td>
<td>3.239,09</td>
<td>3.571,69</td>
<td>498,90</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>1.669,30</td>
<td>238,00</td>
<td>1.330,40</td>
<td>1.663,00</td>
<td>3.237,70</td>
<td>3.570,30</td>
<td>498,90</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>1.665,13</td>
<td>238,00</td>
<td>1.330,40</td>
<td>1.663,00</td>
<td>3.235,33</td>
<td>3.567,52</td>
<td>498,90</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>1.663,74</td>
<td>238,00</td>
<td>1.330,40</td>
<td>1.663,00</td>
<td>3.233,14</td>
<td>3.564,74</td>
<td>498,90</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>1.662,34</td>
<td>238,00</td>
<td>1.330,40</td>
<td>1.663,00</td>
<td>3.230,74</td>
<td>3.563,34</td>
<td>498,90</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>1.660,96</td>
<td>238,00</td>
<td>1.330,40</td>
<td>1.663,00</td>
<td>3.229,36</td>
<td>3.561,96</td>
<td>498,90</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>C</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VI</td>
<td>1.659,56</td>
<td>238,00</td>
<td>1.330,40</td>
<td>1.663,00</td>
<td>3.227,96</td>
<td>3.560,56</td>
<td>498,90</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td>1.658,17</td>
<td>238,00</td>
<td>1.330,40</td>
<td>1.663,00</td>
<td>3.226,57</td>
<td>3.559,17</td>
<td>498,90</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>1.656,78</td>
<td>238,00</td>
<td>1.330,40</td>
<td>1.663,00</td>
<td>3.225,18</td>
<td>3.557,78</td>
<td>498,90</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>1.655,38</td>
<td>238,00</td>
<td>1.330,40</td>
<td>1.663,00</td>
<td>3.223,78</td>
<td>3.556,38</td>
<td>498,90</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>1.654,00</td>
<td>238,00</td>
<td>1.330,40</td>
<td>1.663,00</td>
<td>3.222,40</td>
<td>3.555,00</td>
<td>498,90</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>1.652,60</td>
<td>238,00</td>
<td>1.330,40</td>
<td>1.663,00</td>
<td>3.221,00</td>
<td>3.553,60</td>
<td>498,90</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>B</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VI</td>
<td>1.651,21</td>
<td>238,00</td>
<td>1.330,40</td>
<td>1.663,00</td>
<td>3.219,61</td>
<td>3.552,21</td>
<td>498,90</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td>1.649,82</td>
<td>238,00</td>
<td>1.330,40</td>
<td>1.663,00</td>
<td>3.218,22</td>
<td>3.550,82</td>
<td>498,90</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>1.648,42</td>
<td>238,00</td>
<td>1.330,40</td>
<td>1.663,00</td>
<td>3.216,82</td>
<td>3.549,42</td>
<td>498,90</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>1.647,04</td>
<td>238,00</td>
<td>1.330,40</td>
<td>1.663,00</td>
<td>3.215,44</td>
<td>3.548,04</td>
<td>498,90</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>1.645,65</td>
<td>238,00</td>
<td>1.330,40</td>
<td>1.663,00</td>
<td>3.214,05</td>
<td>3.546,65</td>
<td>498,90</td>
</tr>
</tbody>
</table>
* Cargos de nível intermediário integrantes do Quadro de Pessoal do INSS (referenciados no art. 1º da Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001), que não optaram pela Carreira de Seguro Social.

* Fica estruturada a Carreira Previdenciária, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, com posta dos cargos efetivos regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que não estejam organizados em carreiras e não percebam qualquer outra espécie de vantagem que tenha com o fundamento o desempenho profissional, individual, coletivo ou institucional ou a produção, integrantes do Quadro de Pessoal daquela entidade, em 31 de outubro de 2001, enquadrando-se os servidores de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme o constante do Anexo I da Lei 10.355/2001. Os servidores ocupantes dos cargos que se refere o art. 1º da Lei 10.355/2001 que não optarem na forma do art. 2º a Lei 10.355/2001, bem como os demais cargos que não integrem a Carreira Previdenciária compram quadro suplementar em extinção. (art. 1ºa da Lei nº 10.355/2001)

* Os servidores integrantes da Carreira Previdenciária instituída pela Lei no 10.355, de 26 de dezembro de 2001, ou, regidos pelo Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou por planos correlatos, desde que lotados no INSS em 30 de novembro de 2003 serão enquadrados na Carreira do Seguro Social, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela de Correlação, constante do Anexo II da Lei 10.855/2004, O enquadramento de que trata o caput do art. 2º da Lei 10.855/2004 dar-se-á mediante opção irremissível do servidor, a ser formalizada no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da vigência da Medida Provisória no 146, de 1º de dezembro de 2003. (art. 2º da Lei nº 10.855/2004)

Fica reaberto por 30 (trinta) dias a partir da vigência da Lei 10.483/2002, o prazo de opção de que trata o § 2º do art. 1º da Lei no 10.355, de 26 de dezembro de 2001, aos servidores do Instituto Nacional de Seguro Social ativos, inativos e pensionistas que não tenham exercido o referido direito no prazo originalmente previsto. (art.20 da Lei 10.483/2002).

** O Cargo de Técnico Previdenciário criado pela MP nº 86/2002, aplica-se o art. 5º da MP 86/2002 e os arts. 2º; 3º; 4º; 5º; 7º; 8º; 9º e 10º da Lei nº 10.355/2001.

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

VB - Vencimento Básico - (Anexo II-A da Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001 (Anexo XXX da MP 441/2008)

GEP - Gratificação Específica Previdenciária

Valor de R$ 238,00 (duzentos e trinta e oito reais). art.3º da Lei nº 11.501/2007

GDAP - Gratificação de Desempenho de Atividade Previdenciária

GDAP - instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade Previdenciária - GDAP, devida aos integrantes da Carreira Previdenciária, quando lotados e em efetivo exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no INSS, a partir de 1º de fevereiro de 2002. (art. 4º da Lei nº 10.355/2001 - redação dada pela Lei nº 12.702/2012)

* A GDAP é devida a Carreira Previdenciária, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, com posta dos cargos efetivos regidos pela Lei no 8.112/1990, que não estejam organizados em carreiras e não percebam qualquer outra espécie de vantagem que tenha com o fundamento o desempenho profissional, individual, coletivo ou institucional ou a produção, integrantes do Quadro de Pessoal daquela entidade, em 31 de outubro de 2001, enquadrando-se os servidores de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme o constante do Anexo I (art. 1º da Lei nº 10.355/2001).

* A GDAP terá como limite: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo III da Lei nº 10.355/2001.

A ponhuação referente à GDAP será assim distribuída: I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional. (§1º do art. 5º da Lei nº 10.355/2011)

* Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008). (**) Aposentado - GDAP - Para fins de incorporação da GDAP aos proventos das aposentadorias ou às pensões, serão adotados os critérios estabelecidos no art. 8º da Lei nº 10.355, de 2001.

* (*) Opção da GDAP - aposentado/pensionista art. 87 da Lei nº 13.324, de 2016.

Legislações Correspondentes:


Medida Provisória nº 272 de 26.12.2005


Medida Provisória nº 35 de 27.03.2002

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Medida Provisória nº 86 de 18.12.2002

Medida Provisória nº 411 de 29.06.2007

Medida Provisória nº 96 de 02.04.2003

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 66 e art. 91

Medida Provisória nº 164 de 14.11.2003

Lei nº 10.979 de 15.12.2004

Lei nº 11.907 de 02.02.2003

Lei nº 11.907 de 02.02.2003

Lei nº 11.907 de 02.02.2003

Lei nº 10.888 de 01.04.2004

Lei nº 10.888 de 01.04.2004

Lei nº 10.888 de 19.05.2004

Lei nº 10.888 de 19.05.2004

Lei nº 10.888 de 19.05.2004

Lei nº 10.888 de 24.06.2004

Lei nº 10.888 de 24.06.2004

Lei nº 10.888 de 24.06.2004

Lei nº 10.888 de 24.06.2004

Lei nº 10.979 de 15.12.2004
### 51. PREVIDENCIÁRIA

Carreira Previdenciária

*Cargos: Nível Auxiliar do Quadro de Pessoal do INSS referenciados no art. 1º da Lei nº 10.355/2001

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GEP</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDAP</th>
<th>APOSENADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>80 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>(* )</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td><strong>A</strong></td>
<td><strong>B</strong></td>
<td><strong>C</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.669,19</td>
<td>238,00</td>
<td>879,20</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.667,80</td>
<td>238,00</td>
<td>879,20</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.666,40</td>
<td>238,00</td>
<td>879,20</td>
</tr>
</tbody>
</table>

| C      |        |    |     | 1.665,02 | 238,00   | 879,20   | 1.099,00 | 2.782,22       | 3.002,02 | 329,70 | 2.232,72     |                       |
| II     |       |    |     | 1.663,62 | 238,00   | 879,20   | 1.099,00 | 2.780,82       | 3.000,62 | 329,70 | 2.231,32     |                       |
| IV     |       |    |     | 1.662,23 | 238,00   | 879,20   | 1.099,00 | 2.779,43       | 2.999,23 | 329,70 | 2.229,93     |                       |
| III    |       |    |     | 1.660,84 | 238,00   | 879,20   | 1.099,00 | 2.778,04       | 2.997,84 | 329,70 | 2.228,54     |                       |
| II     |       |    |     | 1.659,44 | 238,00   | 879,20   | 1.099,00 | 2.776,64       | 2.996,44 | 329,70 | 2.227,14     |                       |
| I      |       |    |     | 1.658,06 | 238,00   | 879,20   | 1.099,00 | 2.775,26       | 2.995,06 | 329,70 | 2.225,76     |                       |

| B      |        |    |     | 1.656,66 | 238,00   | 879,20   | 1.099,00 | 2.773,86       | 2.993,66 | 329,70 | 2.224,36     |                       |
| V      |       |    |     | 1.655,27 | 238,00   | 879,20   | 1.099,00 | 2.772,47       | 2.992,27 | 329,70 | 2.222,97     |                       |
| IV     |       |    |     | 1.653,88 | 238,00   | 879,20   | 1.099,00 | 2.771,08       | 2.990,88 | 329,70 | 2.221,58     |                       |
| III    |       |    |     | 1.652,48 | 238,00   | 879,20   | 1.099,00 | 2.769,68       | 2.989,48 | 329,70 | 2.220,18     |                       |
| II     |       |    |     | 1.651,10 | 238,00   | 879,20   | 1.099,00 | 2.768,30       | 2.988,10 | 329,70 | 2.218,80     |                       |
| I      |       |    |     | 1.649,71 | 238,00   | 879,20   | 1.099,00 | 2.766,91       | 2.986,71 | 329,70 | 2.217,41     |                       |

| A      |        |    |     | 1.648,31 | 238,00   | 879,20   | 1.099,00 | 2.765,51       | 2.985,31 | 329,70 | 2.216,01     |                       |
| IV     |       |    |     | 1.646,92 | 238,00   | 879,20   | 1.099,00 | 2.764,12       | 2.983,92 | 329,70 | 2.214,62     |                       |
| III    |       |    |     | 1.645,52 | 238,00   | 879,20   | 1.099,00 | 2.762,72       | 2.982,52 | 329,70 | 2.213,22     |                       |
| II     |       |    |     | 1.644,14 | 238,00   | 879,20   | 1.099,00 | 2.761,34       | 2.981,14 | 329,70 | 2.211,84     |                       |
| I      |       |    |     | 1.642,77 | 238,00   | 879,20   | 1.099,00 | 2.759,97       | 2.979,77 | 329,70 | 2.210,47     |                       |

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
Cargos de nível auxiliar integrantes do Quadro de Pessoal do INSS (referenciados no art. 1º da Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001), que não optarem pela Carreira de Seguro Social.

Fica estruturada a Carreira Previdenciária, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, composta dos cargos efetivos regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que não estejam organizados em carreiras e não percebam qualquer outra espécie de vantagem, que tenham como fundamento o desempenho profissional, individual, coletivo ou institucional ou a produção, integrantes do Quadro de Pessoal daquela entidade, em 31 de outubro de 2001, enquadrando-se os servidores de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme e o constante do Anexo III da lei nº 10.355/2001. Os servidores ocupantes dos cargos a que se refere o art. 1º da Lei 10.355/2001 que não optarem na forma do art. 2º da Lei 10.355/2001, bem como os demais cargos que não integram a Carreira Previdenciária, para quadro suplementar em extinção, (art. 1º da Lei 10.355/2001)


Fica reaberto por 30 (trinta) dias a partir da vigência da Lei 10.483/2002, o prazo de opção de que trata o § 2º do art. 1º da Lei no 10.355, de 26 de dezembro de 2001, aos servidores do Instituto Nacional de Seguro Social ativos, inativos e pensionistas que não tenham exercido o referido direito no prazo originalmente previsto. (art.20 da Lei 10.483/2002)

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

VSB - Vencimento Básico - (Anexo II-A da Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001 (Anexo XXX da MP 441/2008)

GEP - Gratificação Específica Previdenciária

Valor de R$ 238,00 (duzentos e trinta e oito reais), art.3º da Lei 11.501/2007

GDAP - Gratificação de Desempenho de Atividade Previdenciária

GDAP - A Gratificação de Desempenho de Atividade Previdenciária - GDAP, devida aos integrantes da Carreira Previdenciária, quando lotados e em efetivo exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no INSS, a partir de 1º de fevereiro de 2002. (art. 4º da Lei nº 10.355/2001 - redação dada pela Lei nº 12.702/2012)

A GDAP é devida a Carreira Previdenciária, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com posta dos cargos efetivos regidos pela Lei nº 8.112/1990, que não estejam organizados em carreiras e não percebam qualquer outra espécie de vantagem, que tenham como fundamento o desempenho profissional, individual, coletivo ou institucional ou a produção, integrantes do Quadro de Pessoal daquela entidade, em 31 de outubro de 2001, enquadrando-se os servidores de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme o constante do Anexo III (art. 1º da Lei nº 10.355/2001)

(*) A GDAP terá como os limites: o mínimo 100 (cem) pontos por servidor; o mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo III da Lei nº 10.355/2001.

A pontuação referente à GDAP será assim distribuída: 1- até vinte pontos, serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; 2- de vinte a sessenta e nove pontos, serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual e art. 3º do Decreto nº 8.069/2013.

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 80% (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008)

(**) A pauta do GDAP - Para fins de incorporação da GDAP aos proventos da aposentadoria ou as pensões, serão adotados os critérios estabelecidos no art. 8º da Lei nº 10.355, de 2001.

Legislações Correspondentes:

LEGISLAÇÃO

Lei nº 13.324 de 2016
Lei nº 10.355 de 26 de dezembro de 2001
Medida Provisória nº 35 de 27 de março de 2002
Medida Provisória nº 86 de 18.12.2002
Medida Provisória nº 116 de 02.04.2003
Lei nº 10.667 de 14.04.2003 art. 5º a art. 8º e art. 19º
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 114 de 11.12.2003
Lei nº 10.699 de 09.07.2003
Lei nº 10.855 de 01.04.2004
Lei nº 10.868 de 05.06.2004
Medida Provisória nº 199 de 15.07.2004
Lei nº 10.997 de 15.12.2004
Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005
Medida Provisória nº 272 de 26.12.2005
Lei nº 11.302 de 10.05.2006
Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
Lei nº 11.498 de 28.06.2007
Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008
Medida Provisória nº 411 de 29.08.2008
Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 66 e art. 91
Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 65 e art. 88
Decreto nº 8.069 de 14.08.2013
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 63
Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 87
Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 87
## 52. PREVIDÊNCIA, SAÚDE E TRABALHO

Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho

* Cargo: Médico da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 11.355, de 2006
* Cargo: Médico de Saúde Pública da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 11.355, de 2006
* Cargo: Médico Cirurgião da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 11.355, de 2006
* Cargo: Médico do Trabalho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 11.355, de 2006
* Cargo: Médico Veterinário da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 11.355, de 2006

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior - 20 h</th>
<th>V B</th>
<th>GDM-PST</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDM-PST</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>CLASSE</td>
<td>PA RÃO</td>
<td></td>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>60 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>E(A+B+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>E(A+B+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>60 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>E(A+B+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>E(A+B+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>60 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>E(A+B+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>E(A+B+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>60 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>E(A+B+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>E(A+B+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>60 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>E(A+B+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>E(A+B+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>60 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>E(A+B+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>E(A+B+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>60 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>E(A+B+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>E(A+B+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>60 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>E(A+B+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>E(A+B+C)</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior - 40 h</th>
<th>V B</th>
<th>GDM-PST</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDM-PST</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>CLASSE</td>
<td>PA RÃO</td>
<td></td>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>60 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>E(A+B+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>E(A+B+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>60 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>E(A+B+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>E(A+B+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>60 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>E(A+B+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>E(A+B+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>60 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>E(A+B+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>E(A+B+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>60 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>E(A+B+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>E(A+B+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>60 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>E(A+B+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>E(A+B+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>60 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>E(A+B+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>E(A+B+C)</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Elaborado:CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

496

Medida Provisória nº 765/2016

O prazo para exercer a opção referida ao § 1º do art. 11 da Medida Provisória nº 11.355/2006, no caso de servidores atendidos nos termos dos arts. 81 e 102 da Medida Provisória nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, estender-se-á até à data de 30 (trinta) dias contados a partir do término do referido prazo, se o servidor solicitado decisive para a opção até 30 de junho de 2000. Para os servidores atendidos nos termos da Medida Provisória nº 341/2008, o prazo será de 30 (trinta) dias contados a partir do término do referido prazo, se o servidor solicitado para a opção até 30 de junho de 2000.


Medida Provisória nº 765/2016

O prazo para exercício no exercício nas atividades inerentes às atribuições de respectivo cargo no órgão ou entidade de administração pública, especificamente: (**) Até onde se processa a primeira avaliação de desempenho individual que tenha cumprido o prazo legal, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retomado de licença sem vencimento um ou dois faltas ou de outras faltas sem direito à percepção da gratificação de desempenho a que fazem, no decorrer do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a 100 pontos. (***) O servidor, que realizou o aporte, a partir do 1º de julho de 2010, e que tenha cumprido o prazo legal, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retomado de licença sem vencimento um ou dois faltas ou de outras faltas sem direito à percepção da gratificação de desempenho a que fazem, no decorrer do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a 100 pontos. (****) O servidor, que realizou o aporte, a partir do 1º de julho de 2010, e que tenha cumprido o prazo legal, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retomado de licença sem vencimento um ou dois faltas ou de outras faltas sem direito à percepção da gratificação de desempenho a que fazem, no decorrer do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a 100 pontos. (*****).
### 52. PREVIDÊNCIA, SAÚDE E TRABALHO

Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho

* Cargo: Sanitarista - Grupo-Saúde Pública da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho

#### Nível Superior

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>IF</th>
<th>GDPST</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDPST</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>3.773,74</td>
<td>3.018,99</td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>3.670,95</td>
<td>2.936,76</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>3.570,97</td>
<td>2.856,78</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>VI</td>
<td>3.466,96</td>
<td>2.773,57</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>V</td>
<td>3.372,54</td>
<td>2.698,03</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>3.280,67</td>
<td>2.624,54</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>3.191,32</td>
<td>2.553,06</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>3.104,40</td>
<td>2.483,52</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>3.019,85</td>
<td>2.415,88</td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>VI</td>
<td>2.931,89</td>
<td>2.345,51</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>V</td>
<td>2.852,03</td>
<td>2.281,62</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>2.774,35</td>
<td>2.219,48</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>2.698,78</td>
<td>2.159,02</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>2.625,27</td>
<td>2.100,22</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>2.553,77</td>
<td>2.043,02</td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>V</td>
<td>2.479,39</td>
<td>1.963,51</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>2.411,86</td>
<td>1.929,49</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>2.346,16</td>
<td>1.876,93</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>2.292,26</td>
<td>1.825,81</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>2.220,09</td>
<td>1.776,07</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Cargos dos servidores referidos no art. 1º da Lei n.º 11.355/2006 que optarem pela Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho


Fica criada a Carreira da Previdência Social, da Saúde e do Trabalho (março/2006), com posta dos cargos efetivos vagos regulados pela Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Quadros de Pessoal do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Saúde e do Ministério do Trabalho e Emprego e da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e dos cargos efetivos cujos ocupantes sejam:

I - Integrantes da Carreira da Seguridade Social do Trabalho, instituída pela Lei n.º 10.483, de 3 de julho de 2002; ou


O enquadramento de que trata o art. 2º da MP 301/2006 dar-se-á mediante opção irretroactivável do servidor, a ser formalizada no prazo de noventa dias, a contar da vigência da Medida Provisória 301/2006.(§ 1º do art. 2º da Lei n.º 11.355/2006)

O prazo para exercício da opção referida no § 1º do art. 1º da Lei n.º 11.355/2006, no caso de servidores afastados nos termos dos arts. 81 e 102 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, estender-se-á até 30 (trinta) dias contados a partir do término do afastamento, assegurado o direito à opção desde 30 de junho de 2006. Para os servidores afastados que fizerem a opção após o prazo geral, os efeitos financeiros serão contados no dia anterior ao da data de retorno, conforme o caso. (art.5º da Lei n.º 11.490/2007)


I - Integrantes da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, instituída pela Lei n.º 10.483, de 3 de julho de 2002; ou


* Integrará, ainda, a carreira da Previdência Social, da Saúde e do Trabalho, de que trata o art. 1º da Lei n.º 11.355/2006, o cargo de provimento efetivo de Biólogo, de nível superior, com atribuições referidas no art. 2º-A da Lei n.º 13.328, de 2016.

A opção de que trata o § 1º do art. 2º da Lei n.º 11.355/2006, poderá ser realizada até sessenta dias após a publicação da Medida Provisória 12.690/2010, gerando efeitos financeiros a partir da data de formação do termo de opção constante do Anexo XXV da Lei n.º 12.690/2010 (art. 34 da Lei n.º 12.690/2010)

Poderá realizar a opção de que trata o caput, na forma do art. 1º da Lei n.º 11.355/2006, os servidores efetivos reclamados nos incisos I e II do art. 1º daquela Lei e os servidores efetivos pertencentes aos Quadros de Pessoal do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Saúde e do Ministério do Trabalho e Emprego e da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, automaticamente enquadrados no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, na forma do art. 3º da Lei n.º 11.357, de 19 de outubro de 2006. (Art.34 da Lei n.º 12.690/2010)


* IF - Incentivo Funcional - 80% sobre o vencimento básico (art. 1º do Decreto-Lei n.º 2.195/1984 e art. 9º da Medida Provisória n.º 52 de 04.07.2002 e art. 5º da Medida Provisória 341/2006)

GDST - Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho

Fica instituída, a partir de 1º de março de 2006, a Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - GDST, devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo e lotados no Ministério da Fazenda, no Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, no Ministério da Saúde e no FUNASA, em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional do respectivo órgão e a entidade de loteação. (art. 5º-B da Lei n.º 11.355/2006 - redação dada pelo art. 47 da Medida Provisória n.º 765, de 2016)

* A Gratação de Desempenho será paga observado o limite máximo de cem pontos a um mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao vencimento estabelecido no Anexo IV-B da Lei n.º 11.355/2006 (alteração dada pela MP 431/2008)

A pontuação referente à GDST será assim distribuída:

I - Até os primeiros 50 pontos serão em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual;

II - Até os últimos 30 pontos serão em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

* A GDST é integrada, a partir de 01.03.2008, no Quadro de Remuneração dos Servidores Públicos Federais, Cíveis e dos Ex-Territórios, pelo art. 87 da Medida Provisória n.º 421 de 02.09.2008

Legislação Corresponder:

Lei n.º 5.645 art. 4º do 10.12.70
Decreto-Lei n.º 1.341 de 22.08.74
Decreto-Lei n.º 1.445 de 13.02.76
Lei n.º 6.433 art. 2º do 15.07.77
Decreto n.º 83.814 de 07.08.79
Decreto-Lei n.º 2.195 de 26.12.84
Lei Delegada n.º 13 de 27.08.92
Lei n.º 8.538 art. 3º do 21.12.92
Portaria MAR n.º 2.179 de 28.07.98
Lei n.º 10.331 de 18.12.2001
Lei n.º 10.483 de 03.07.2002
Medida Provisória n.º 52 de 04.07.2002 art. 9º
Lei n.º 10.667 de 14.05.2003 art. 18º
Lei n.º 10.697 de 02.07.2003
Lei n.º 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória n.º 198 de 25.07.2004
Lei n.º 10.971 de 25.11.2004
Medida Provisória n.º 248 de 20.04.2005
Medida Provisória n.º 586 de 21.12.92
Medida Provisória n.º 341 de 29.12.2006 art. 5º
Medida Provisória n.º 362 de 29.03.2007
Medida Provisória n.º 419 de 28.06.2007
Medida Provisória n.º 421 de 02.09.2008

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Cíveis e dos Ex-Territórios Nº 73
### 52. PREVIDÊNCIA, SAÚDE E TRABALHO

Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho

* Cargos: Nível Superior da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho

<table>
<thead>
<tr>
<th>Clas</th>
<th>Patrão</th>
<th>VB</th>
<th>GDPST 80 pts.</th>
<th>GDPST 100 pts.</th>
<th>Ativo 80 pts.</th>
<th>Ativo 100 pts.</th>
<th>GDPST 50 pts.</th>
<th>Aposentado 50 pts.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D=(A+B)</td>
<td>E=(A+C)</td>
<td>F</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.773,74</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>7.894,54</td>
<td>8.924,74</td>
<td>2.575,50</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.670,95</td>
<td>4.044,80</td>
<td>5.056,00</td>
<td>7.715,75</td>
<td>8.726,95</td>
<td>2.528,00</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.570,97</td>
<td>3.970,40</td>
<td>4.963,00</td>
<td>7.541,37</td>
<td>8.533,97</td>
<td>2.481,50</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### A

<table>
<thead>
<tr>
<th>Clas</th>
<th>Patrão</th>
<th>VB</th>
<th>GDPST 80 pts.</th>
<th>GDPST 100 pts.</th>
<th>Ativo 80 pts.</th>
<th>Ativo 100 pts.</th>
<th>GDPST 50 pts.</th>
<th>Aposentado 50 pts.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>I</td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.479,39</td>
<td>3.008,00</td>
<td>3.760,00</td>
<td>5.487,39</td>
<td>6.239,39</td>
<td>1.880,00</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.411,86</td>
<td>2.958,40</td>
<td>3.698,00</td>
<td>5.370,26</td>
<td>6.109,86</td>
<td>1.849,00</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.346,16</td>
<td>2.910,40</td>
<td>3.638,00</td>
<td>5.256,56</td>
<td>5.984,16</td>
<td>1.819,00</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.282,26</td>
<td>2.863,20</td>
<td>3.579,00</td>
<td>5.145,46</td>
<td>5.861,26</td>
<td>1.799,50</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.220,09</td>
<td>2.816,00</td>
<td>3.520,00</td>
<td>5.036,09</td>
<td>5.740,09</td>
<td>1.760,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>
A opção de que trata o § 1º do art. 2º da Lei n.º 11.355, de 2006, poderá ser realizada até sessenta dias após a publicação da Medida Provisória n.º 1269/2010, garantindo os efeitos financeiros a partir da data de formação do cargo constante no Anexo XXV da Medida Provisória n.º 1269/2010 (art. 34 da Medida Provisória n.º 1269/2010).

A gratificação de desempenho da Carrreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, GDPSST, deve ser concedida a todos os servidores que optaram por essa remuneração, e será estendida aos servidores de carreiras e cargos que optarem por essa remuneração, a partir da data de formação do cargo, conforme o caso (art. 5º da Medida Provisória n.º 1355/2006 e art. 5º da Medida Provisória n.º 11.490/2007). 


A gratificação de desempenho será aplicada aos servidores de carreiras e cargos que optarem por essa remuneração, e será estendida aos servidores de carreiras e cargos que optarem por essa remuneração, a partir da data de formação do cargo, conforme o caso (art. 5º da Medida Provisória n.º 1355/2006 e art. 5º da Medida Provisória n.º 11.490/2007).
### Nível Intermediário

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDPST 80 pts.</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDPST 50 pts.</th>
<th>APOSENADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>(* )</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>50 pts. TOTAL (em R$)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D=(A+B)</td>
<td>E=(A+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>2.102,96</td>
<td>1.869,60</td>
<td>2.337,00</td>
<td>4.006,39</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>1</td>
<td>2.123,99</td>
<td>1.882,40</td>
<td>2.353,00</td>
<td>4.000,43</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>2</td>
<td>2.145,23</td>
<td>1.895,20</td>
<td>2.369,00</td>
<td>4.040,43</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Cargos: Nível Intermediário da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho

---

**Elaborado:CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73**

---

502
Os servidores referidos no art. 1º da Lei nº 11.355/2006 que optaram pela Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho


Fica criada a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (m arco/2006), composta dos cargos efetivos vagos regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Quadros de Pessoal do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Saúde, do Ministério do Trabalho e Emprego e da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e dos cargos efetivos cujos ocupantes sejam:

I - Integrantes da Carreira da Seguridade Social do Trabalho, instituída pela Lei no 10.483, de 3 de julho de 2002; ou
II - Regidos pelo Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei no 5.845, de 10 de dezembro de 1970, ou por planos correlatos, desde que lodados nos Quadros de Pessoal do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Saúde e do Trabalho e Emprego e na FUNASA, até 28 de fevereiro de 2006.

O enquadramento de que trata o art. 2º da MP 301/2006 dar-se-á mediante opção irretratável do servidor, a ser formalizada no prazo de noventa dias, a contar da vigência da Medida Provisória 301/2006. O prazo para exercer a opção referida no § 1º do art. 1º da Lei nº 11.355/2006, no caso de servidores atuando nos termos dos arts. 81 e 102 da Lei nº 11.355/112, de 11 de dezembro de 1990, estender-se-á até 30 (trinta) dias contados a partir do término do asta rem e, assegurado o direito à opção desde de 30 de junho de 2006. Para os servidores atuantes que fixarem a opção após o prazo geral, os efeitos financeiros serão contados no termos do § 1º do art. 1º da Lei nº 11.355/2006 ou da data do retorno, conforme o caso. (art.5º da Lei nº 11.490/2007)

I - Integrantes da Carreira da Seguridade Social do Trabalho, instituída pela Lei no 10.483, de 3 de julho de 2002; ou
II - Regidos pelo Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei no 5.845, de 10 de dezembro de 1970, ou por planos correlatos, desde que lodados nos Quadros de Pessoal do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Saúde e do Ministério do Trabalho e Emprego ou na FUNASA, até 28 de fevereiro de 2006.

* Integrará, ainda, a carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata o art. 1º da Lei nº 11.355/2006, de cargo de provimento efetivo de Biólogo, de nível superior, com atribuições referidas no art.2º-A, da Lei nº 13.328, de 2016.

A opção de que trata o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.355, de 2006, poderá ser realizada até sessenta dias após a publicação da Lei 12.269/2010, gerando efeitos financeiros a partir da data de formalização do termo de opção constante do Anexo XXV da Lei 12.269/2010 (art.34 da Lei 12.269/2010)

Poderão realizar a opção de que trata o caput, na forma da Lei 11.355, de 2006, os servidores referidos nos incisos I e II do art. 1º daquela Lei e os servidores efetivos pertencentes aos Quadros de Pessoal do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Saúde, do Ministério do Trabalho e Emprego e da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, automaticamente enquadrados no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, na forma do art. 3º da Lei 11.357, de 19 de outubro de 2006. (art.34 da Lei 12.269/2010)


GDPSST - Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho

* Fica instituída, a partir de 1º de março de 2008, a Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata o art. 1º da Lei nº 11.355/2006, com os montantes, de acordo com a tabela de remuneração a seguir:


GDPSST - Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - GDPSST, devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo e lodados no Ministério da Fazenda, no Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, no Ministério do Trabalho e Emprego e na FUNASA, em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional do respectivo órgão e da entidade de execução. (art. 5º B da Lei nº 11.355/2000 - redação dada pelo art. 47 da Medida Provisória nº 765, de 2016)

(*) A GDPSST (instaurado 01.03.2008) será paga o servidor com base no limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo IV-B da Lei nº 11.355/2006 (alteração dada pelo art. 40 da MP 431/2008)

A ponha referente à GDPSST será assim distribuída:

I - até sessenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e
II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados de desempenho institucional.

(*) A GDPSST (instaurado 01.03.2008) será paga o servidor com base no limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo IV-B da Lei nº 11.355/2006 (alteração dada pelo art. 40 da MP 431/2008)

(**) Opção da GDPSST - opção de aposentadoria e pensão, 87º ao art. 91 da Lei nº 13.324, de 2016.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.845 de 10.12.1970
Lei nº 8.112 de 11.12.90
Lei nº 10.483 de 27.08.92
Lei nº 16.971 de 25.11.2004
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004
Lei nº 11.355 de 19.10.2006
Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art.5º
Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
Lei nº 11.498 de 28.06.2007
Lei nº 11.490 de 11.06.2007
52. PREVIDÊNCIA, SAÚDE E TRABALHO

Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho

* Cargos: Nível Auxiliar da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Auxiliar</th>
<th>CLASSE</th>
<th>PA DRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDPST</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDPST</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D</td>
<td>E=(A+B+C)</td>
<td>F=(A+B+D)</td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td>III</td>
<td>1.293,50</td>
<td>795,65</td>
<td>827,20</td>
<td>1.034,00</td>
<td>2.916,35</td>
<td>3.123,15</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>1.292,27</td>
<td>724,94</td>
<td>821,60</td>
<td>1.027,00</td>
<td>2.838,81</td>
<td>3.044,21</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>1.291,05</td>
<td>656,75</td>
<td>817,60</td>
<td>1.022,00</td>
<td>2.765,40</td>
<td>2.969,80</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Lei nº 11.490, de 28 de fevereiro de 2006:


Art. 2º - O limite de gratificação é de 20% (vinte por cento) do salário básico da carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, com base em critérios estabelecidos em regulamentos específicos.

§ 1º - A partir de 1º de maio de 2006, os servidores e os agentes da carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, com base nos critérios estabelecidos nos arts. 87 a 91 da Lei nº 11.355, de 2006, serão pagos os salários e suas respectivas gratificações, em conformidade com a vigência da Medida Provisória nº 301/2006, no valor de 20% (vinte por cento) do salário básico da carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, com base em critérios estabelecidos em regulamentos específicos.

Art. 3º - O limite de gratificação é de 20% (vinte por cento) do salário básico da carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, com base em critérios estabelecidos em regulamentos específicos.

§ 1º - A partir de 1º de maio de 2006, os servidores e os agentes da carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, com base nos critérios estabelecidos nos arts. 87 a 91 da Lei nº 11.355, de 2006, serão pagos os salários e suas respectivas gratificações, em conformidade com a vigência da Medida Provisória nº 301/2006, no valor de 20% (vinte por cento) do salário básico da carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, com base em critérios estabelecidos em regulamentos específicos.

Art. 4º - O limite de gratificação é de 20% (vinte por cento) do salário básico da carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, com base em critérios estabelecidos em regulamentos específicos.

§ 1º - A partir de 1º de maio de 2006, os servidores e os agentes da carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, com base nos critérios estabelecidos nos arts. 87 a 91 da Lei nº 11.355, de 2006, serão pagos os salários e suas respectivas gratificações, em conformidade com a vigência da Medida Provisória nº 301/2006, no valor de 20% (vinte por cento) do salário básico da carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, com base em critérios estabelecidos em regulamentos específicos.

Art. 5º - O limite de gratificação é de 20% (vinte por cento) do salário básico da carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, com base em critérios estabelecidos em regulamentos específicos.

§ 1º - A partir de 1º de maio de 2006, os servidores e os agentes da carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, com base nos critérios estabelecidos nos arts. 87 a 91 da Lei nº 11.355, de 2006, serão pagos os salários e suas respectivas gratificações, em conformidade com a vigência da Medida Provisória nº 301/2006, no valor de 20% (vinte por cento) do salário básico da carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, com base em critérios estabelecidos em regulamentos específicos.

Art. 6º - O limite de gratificação é de 20% (vinte por cento) do salário básico da carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, com base em critérios estabelecidos em regulamentos específicos.

§ 1º - A partir de 1º de maio de 2006, os servidores e os agentes da carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, com base nos critérios estabelecidos nos arts. 87 a 91 da Lei nº 11.355, de 2006, serão pagos os salários e suas respectivas gratificações, em conformidade com a vigência da Medida Provisória nº 301/2006, no valor de 20% (vinte por cento) do salário básico da carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, com base em critérios estabelecidos em regulamentos específicos.

Art. 7º - O limite de gratificação é de 20% (vinte por cento) do salário básico da carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, com base em critérios estabelecidos em regulamentos específicos.

§ 1º - A partir de 1º de maio de 2006, os servidores e os agentes da carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, com base nos critérios estabelecidos nos arts. 87 a 91 da Lei nº 11.355, de 2006, serão pagos os salários e suas respectivas gratificações, em conformidade com a vigência da Medida Provisória nº 301/2006, no valor de 20% (vinte por cento) do salário básico da carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, com base em critérios estabelecidos em regulamentos específicos.
<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>V</th>
<th>GOM-AGU</th>
<th>GEATA</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GOM-AGU</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>20h (**)</td>
<td>80 pts. (**)</td>
<td>100 pts. (***)</td>
<td>80 pts. (**)</td>
<td>100 pts. (***)</td>
<td>50 pts. (**)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>3.773.74</td>
<td>2.975.20</td>
<td>3.719.00</td>
<td>855.25</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>3.670.35</td>
<td>2.913.60</td>
<td>3.642.00</td>
<td>855.25</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>3.570.97</td>
<td>2.853.60</td>
<td>3.567.00</td>
<td>855.25</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>3.280.67</td>
<td>2.660.00</td>
<td>3.325.00</td>
<td>855.25</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>3.191.32</td>
<td>2.605.00</td>
<td>3.257.00</td>
<td>855.25</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>3.104.40</td>
<td>2.553.60</td>
<td>3.192.00</td>
<td>855.25</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>3.019.85</td>
<td>2.500.80</td>
<td>3.126.00</td>
<td>855.25</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>2.931.89</td>
<td>2.432.00</td>
<td>3.040.00</td>
<td>855.25</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>2.852.03</td>
<td>2.384.00</td>
<td>2.980.00</td>
<td>855.25</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>2.774.35</td>
<td>2.336.00</td>
<td>2.920.00</td>
<td>855.25</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>2.696.78</td>
<td>2.289.00</td>
<td>2.862.00</td>
<td>855.25</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>2.553.77</td>
<td>2.201.60</td>
<td>2.752.00</td>
<td>855.25</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>2.479.39</td>
<td>2.141.60</td>
<td>2.677.00</td>
<td>855.25</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>2.411.85</td>
<td>2.109.00</td>
<td>2.626.00</td>
<td>855.25</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>2.346.16</td>
<td>2.060.80</td>
<td>2.576.00</td>
<td>855.25</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>2.282.26</td>
<td>2.020.80</td>
<td>2.526.00</td>
<td>855.25</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>2.220.09</td>
<td>1.882.20</td>
<td>2.479.00</td>
<td>855.25</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>7.347.47</td>
<td>3.427.60</td>
<td>4.277.00</td>
<td>855.25</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>7.341.91</td>
<td>3.360.00</td>
<td>4.200.00</td>
<td>855.25</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>7.141.94</td>
<td>3.300.00</td>
<td>4.125.00</td>
<td>855.25</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>9.323.31</td>
<td>3.391.18</td>
<td>4.023.00</td>
<td>855.25</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>6.745.07</td>
<td>3.162.40</td>
<td>3.953.00</td>
<td>855.25</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>6.561.35</td>
<td>3.108.40</td>
<td>3.883.00</td>
<td>855.25</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>6.382.65</td>
<td>3.052.00</td>
<td>3.815.00</td>
<td>855.25</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>6.208.81</td>
<td>3.000.00</td>
<td>3.750.00</td>
<td>855.25</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>6.039.72</td>
<td>2.947.20</td>
<td>3.684.00</td>
<td>855.25</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>5.863.76</td>
<td>2.878.40</td>
<td>3.598.00</td>
<td>855.25</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>5.704.06</td>
<td>2.829.60</td>
<td>3.537.00</td>
<td>855.25</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>5.548.70</td>
<td>2.782.40</td>
<td>3.478.00</td>
<td>855.25</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>5.397.57</td>
<td>2.738.00</td>
<td>3.400.00</td>
<td>855.25</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>5.250.55</td>
<td>2.691.20</td>
<td>3.364.00</td>
<td>855.25</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>5.103.25</td>
<td>2.647.20</td>
<td>3.302.00</td>
<td>855.25</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>4.958.76</td>
<td>2.588.00</td>
<td>3.235.00</td>
<td>855.25</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>III</td>
<td>4.823.71</td>
<td>2.546.40</td>
<td>3.183.00</td>
<td>855.25</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>II</td>
<td>4.654.51</td>
<td>2.476.20</td>
<td>3.104.00</td>
<td>855.25</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>I</td>
<td>4.440.18</td>
<td>2.429.60</td>
<td>3.037.00</td>
<td>855.25</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

**TOTAL (em R$)**

**50 pts.**

**ATIVO**

**GOM-AGU**

**APOSENTADO**

**TOTAL (em R$)**
Jornada de Trabalho de Médico é de: 20 horas

**Nível Superior - 20 h** - A jornada de trabalho dos ocupantes do cargo de Médico, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o art. 40 da Lei nº 12.702/2012 é de 20 (vinte) horas semanais. (§ 1º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

**Nível Superior - 40 h** - Os ocupantes dos cargos efetivos de que trata o art. 41 da Lei nº 12.702/2012 poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observado o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira. (§ 2º e 3º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

* Passam a integrar o Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União-AGU, os cargos de provimento efetivo de Nível Superior, ocupados por servidores do Plano de Classificação de Cargos -PCC, instituído pela Lei nº 5.645 de 10.12.70, ou planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de carreiras estruturadas, que estejam em exercício na AGU na data da publicação da Lei nº 10.480 de 02.07.2002.

A contar de 1º de julho de 2008, os servidores titulares de cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos - PCC, de que trata o art. 1º da Lei nº 10.480/2002, integrantes do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União- AGU, serão automaticamente enquadrados no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, de acordo com as respectivas atribuições, os requisitos de formação profissional e a posição relativa na Tabela, conforme Anexo II da Lei nº 10.480/2002.

**VB - Vencimento Básico** (Anexo XLV à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)

(*) VB - de 20 h a 40 h anexo XLV da Lei nº 12.702/2012

**GDM - AGU - Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas** (Anexo XLI à Lei nº 12.702/2012, de 7 de agosto de 2012)

Fica instituída, a partir de 1º de julho de 2012, a GDM-AGU devida, exclusivamente, aos servidores ocupantes do cargo de Médico, quando em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no órgão ou entidade de lotação.

(***) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surgir, os servidores nela enquadrados e que estejam em exercício na AGU na data da publicação da Lei nº 12.702/2012, serão automaticamente enquadrados no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, de acordo com as respectivas atribuições, os requisitos de formação profissional e a posição relativa na Tabela, conforme Anexo II da Lei nº 10.480/2002.

**GEATA - Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo - Valores estabelecidos no Anexo XLV da MP 568/2012.**

As Gratificações de Desempenho de Atividades Médicas de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 serão atribuídas em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos para as gratificações de desempenho institucional, (§§ 2º e 3º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

**A GDM-AGU terá como limites:**

- máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes, padrões e jornada de trabalho, ao valor estabelecido no Anexo XLV da Lei nº 12.702/2012.
- até vinte pontos, em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho institucional; e II - até oitenta pontos, em decorrência do resultado da avaliação de desempenho de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/2012

**A pontuação máxima da GDM-AGU será assim distribuída:**

- até vinte pontos, em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e II - até oitenta pontos, em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional. (§ 4º até § 17 da Lei nº 12.702/2012)

**GEATA - Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo - Valores estabelecidos no Anexo XLV da MP 568/2012.**

As Gratificações de Desempenho de Atividades Médicas de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 serão atribuídas em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos para as gratificações de desempenho institucional, (§§ 2º e 3º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

**As gratificações de desempenho de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 serão atribuídas em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos para as gratificações de desempenho institucional, que os servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 percebiam na data de publicação desta Lei, inclusive para fins de incorporação dos proventos de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/2012 para fins de incorporação dos proventos de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/2012,ou antes de que seja editado ato que regulamente os critérios e procedimentos específicos para a referida gratificação.**

**A GDM-AGU terá como limites:**

- máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes, padrões e jornada de trabalho, ao valor estabelecido no Anexo XLV da Lei nº 12.702/2012.
- até vinte pontos, em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e II - até oitenta pontos, em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional. (§ 4º até § 17 da Lei nº 12.702/2012)

**GEATA - Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo - Valores estabelecidos no Anexo XLV da MP 568/2012.**

As Gratificações de Desempenho de Atividades Médicas de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 serão atribuídas em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos para as gratificações de desempenho institucional, que os servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 percebiam na data de publicação desta Lei, inclusive para fins de incorporação dos proventos de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/2012, ou antes de que seja editado ato que regulamente os critérios e procedimentos específicos para a referida gratificação.

**A GDM-AGU terá como limites:**

- máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes, padrões e jornada de trabalho, ao valor estabelecido no Anexo XLV da Lei nº 12.702/2012.
- até vinte pontos, em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e II - até oitenta pontos, em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional. (§ 4º até § 17 da Lei nº 12.702/2012)

**As Gratificações de Desempenho de Atividades Médicas de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 serão atribuídas em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos para as gratificações de desempenho institucional, que os servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 percebiam na data de publicação desta Lei, inclusive para fins de incorporação dos proventos de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/2012, ou antes de que seja editado ato que regulamente os critérios e procedimentos específicos para a referida gratificação.**

**As gratificações de desempenho de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 serão atribuídas em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos para as gratificações de desempenho institucional, que os servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 percebiam na data de publicação desta Lei, inclusive para fins de incorporação dos proventos de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/2012, ou antes de que seja editado ato que regulamente os critérios e procedimentos específicos para a referida gratificação.**
### 53. QUADRO DE PESSOAL DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

*Cargos Nível Superior do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União-AGU*

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GEATA</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDAA</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D</td>
<td>E=(A+B+C)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>F=(A+B+D)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>G=H=(A+B+D)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>ESPECIAL</strong></td>
<td>II</td>
<td>3.773,74</td>
<td>855,25</td>
<td>4.120,80</td>
<td>5.151,00</td>
<td>8.749,79</td>
<td>9.779,99</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>3.670,95</td>
<td>855,25</td>
<td>4.059,20</td>
<td>5.074,00</td>
<td>8.585,40</td>
<td>9.600,20</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>3.570,97</td>
<td>855,25</td>
<td>3.999,20</td>
<td>4.999,00</td>
<td>8.425,42</td>
<td>9.425,22</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VI</td>
<td>3.466,96</td>
<td>855,25</td>
<td>3.917,60</td>
<td>4.897,00</td>
<td>8.239,81</td>
<td>9.219,21</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>3.280,67</td>
<td>855,25</td>
<td>3.805,60</td>
<td>4.757,00</td>
<td>7.941,52</td>
<td>8.892,92</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>3.191,32</td>
<td>855,25</td>
<td>3.750,40</td>
<td>4.688,00</td>
<td>7.796,97</td>
<td>8.734,57</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>3.019,85</td>
<td>855,25</td>
<td>3.646,40</td>
<td>4.558,00</td>
<td>7.521,50</td>
<td>8.433,10</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VI</td>
<td>2.931,69</td>
<td>855,25</td>
<td>3.576,80</td>
<td>4.471,00</td>
<td>7.363,94</td>
<td>8.256,14</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td>2.852,03</td>
<td>855,25</td>
<td>3.528,80</td>
<td>4.411,00</td>
<td>7.236,08</td>
<td>8.116,28</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>2.774,35</td>
<td>855,25</td>
<td>3.481,60</td>
<td>4.352,00</td>
<td>7.111,20</td>
<td>7.981,60</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>2.698,78</td>
<td>855,25</td>
<td>3.435,20</td>
<td>4.294,00</td>
<td>6.988,23</td>
<td>7.848,03</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>2.625,27</td>
<td>855,25</td>
<td>3.390,40</td>
<td>4.238,00</td>
<td>6.870,92</td>
<td>7.718,52</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>2.553,77</td>
<td>855,25</td>
<td>3.346,40</td>
<td>4.183,00</td>
<td>6.755,42</td>
<td>7.592,02</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td>2.479,39</td>
<td>855,25</td>
<td>3.286,40</td>
<td>4.108,00</td>
<td>6.621,04</td>
<td>7.442,64</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>2.411,86</td>
<td>855,25</td>
<td>3.245,60</td>
<td>4.057,00</td>
<td>6.512,71</td>
<td>7.324,11</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>2.346,16</td>
<td>855,25</td>
<td>3.205,60</td>
<td>4.007,00</td>
<td>6.407,01</td>
<td>7.208,41</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>2.282,26</td>
<td>855,25</td>
<td>3.166,40</td>
<td>3.958,00</td>
<td>6.303,91</td>
<td>7.095,51</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>2.220,09</td>
<td>855,25</td>
<td>3.126,00</td>
<td>3.910,00</td>
<td>6.203,34</td>
<td>6.885,34</td>
</tr>
</tbody>
</table>
* Passam a integrar o Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União-AGU, os cargos de provimento efetivo de Nível Superior, ocupados por servidores do Plano de Classificação de Cargos-PCC, instituído pela Lei nº 5.645 de 10.12.70, ou planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de carreiras estruturadas, que estejam em exercício na AGU na data da publicação da Lei nº 10.480 de 02.07.2002.

A contar de 1º de julho de 2008, os servidores titulares de cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos - PCC, de que trata o art. 1º da Lei nº 10.480/2002, integrantes do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União - AGU, serão automaticamente enquadrados no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, de acordo com as respectivas atribuições, os requisitos de formação profissional e a posição relativa na Tabela, conforme Anexo II da Lei nº 10.480/2002.

** VB - Vencimento Básico (anexo III da Lei nº 11.357/2006 - Lei nº 784/2008)**

** GEATA - Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo - Valores estabelecidos no Anexo I à Lei nº 10.907, de 15 de julho de 2004.**

Fica instituída, a partir de 1º abril de 2004, a Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo da Advocacia-Geral da União - GEATA, devida, exclusivamente, aos servidores pertencentes ao Quadro de Pessoal da AGU, a que se refere a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, não integrantes das carreiras jurídicas da Instituição, quando em exercício na AGU, conforme os valores estabelecidos no Anexo I da Lei nº 10.907 de 15.07.2004, de acordo com o nível do cargo de cada servidor.

** GDAA - Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo na AGU (Anexo I à Lei nº 10.480, de 2 de julho 2002)**

Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da GDAA no decurso do ciclo de avaliação receberão a respectiva gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

A GDAA será assim distribuída:

I - até 20 (vinte) pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e

II - até 80 (oitenta) pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional.

** (**) Aposentado GEATA - aplica-se a GEATA às aposentadorias e às pensões. (§ 2º do art.1º da Lei nº 10.907/04)**

** (**) Aposentado GDAA - art. 5º da Lei nº 10.480 de 02.07.2002**

** (**) Opção da GDAA - aposentado/pensionista. A opção de que tratam os arts. 29 e 30 da Lei nº 13.326/16 somente será válida com a assinatura de termo de opção, na forma do Anexo XXX da Lei nº 13.326/2016, que incluirá a expressa concordância do servidor, do aposentado ou do pensionista (art. 28 da Lei nº 13.326 de 29.07.2016).**

** Legislações Correspondentes:**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Lei nº 5.645 de 10.12.70</th>
<th>Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Lei Delegada nº 13 de 27.08.92</td>
<td>Lei nº 11.907 de 02.02.2009</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.480 de 02.07.2002</td>
<td>Portaria nº 1.076 de 31.07.2009 - AGU</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.697 de 02.07.2003</td>
<td>Medida Provisória nº 568 de</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.696 de 02.07.2003</td>
<td>Lei nº 12.702 de 07.08.2</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 705 de 18.11.2003</td>
<td>Lei nº 12.778 de 28.12</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 825 de 31.12.2003</td>
<td>Lei nº 13.326 de 29.07.2016 arts. 50 e 51 e arts. 28 a 32</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.907 de 15.07.2004</td>
<td>Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 65</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 11.784 de 22.09.2008</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CLASSE</td>
<td>PADRÃO</td>
</tr>
<tr>
<td>--------</td>
<td>--------</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td>II</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VI</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VI</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Elaborado: CGSUP / DESIS / SGP / MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

VB - Vencimento Básico (anexo III da Lei nº 11.357/2006 - Lei nº 11.784/2008)

GEATA - Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo - Valores estabelecidos no Anexo I à Lei nº 10.907, de 15 de julho de 2004.

GDAA - Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo na AGU

A GDAA será assim distribuída:
I - até 20 (vinte) pontos, decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e
II - até 80 (oitenta) pontos, decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional.

(*) GDAA será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos, e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo I da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.70
Lei Delegada nº 13 de 27.08.92
Lei nº 10.480 de 02.07.2002
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Portaria nº 705 de 18.11.2003
Portaria nº 825 de 31.12.2003
Lei nº 10.907 de 15.07.2004
Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005
Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008
Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008
Lei nº 11.784 de 22.09.2008
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

GEATA - Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo - Valores estabelecidos no Anexo I à Lei nº 10.907, de 15 de julho de 2004.

A contar de 1º de julho de 2008, os servidores titulares de cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos - PCC, de que trata o art. 1º da Lei nº 10.480/2002, integrantes do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União - AGU, serão automaticamente enquadrados no Quadro Pessoal de Cargos do Poder Executivo - PGPE, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, de acordo com as respectivas atribuições, os requisitos de formação profissional e a posição relativa na Tabela, conforme Anexo II da Lei nº 10.480/2002.

Fica instituída, a partir de 1º de abril de 2004, a Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo da Advocacia-Geral da União - GEATA, devida, exclusivamente, aos servidores pertencentes ao Quadro de Pessoal da AGU, a que se refere a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, não integrantes das carreiras jurídicas da Instituição, quando em exercício na AGU, conforme os valores estabelecidos no Anexo I da Lei nº 10.907 de 15.07.2004, de acordo com o nível do cargo de cada servidor.

GDAA - Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo na AGU

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da GDAA no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

(*) GDAA será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos, e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo I da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.70
Lei Delegada nº 13 de 27.08.92
Lei nº 10.480 de 02.07.2002
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Portaria nº 705 de 18.11.2003
Portaria nº 825 de 31.12.2003
Lei nº 10.907 de 15.07.2004
Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005
Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008
Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008
Lei nº 11.784 de 22.09.2008
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
### 53. QUADRO DE PESSOAL DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

*Cargos Nível Auxiliar do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União-AGU*

#### Nível Auxiliar

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASS</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>V B</th>
<th>GEA APGPE</th>
<th>GEATA</th>
<th>GDA A</th>
<th>TOTAL (em R$)</th>
<th>ATIVO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D</td>
<td>E</td>
<td>80 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td>II</td>
<td>1.292,26</td>
<td>724,94</td>
<td>249,09</td>
<td>1.140,00</td>
<td>1.425,00</td>
<td>3.406,29</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>1.291,04</td>
<td>656,75</td>
<td>249,09</td>
<td>1.136,80</td>
<td>1.421,00</td>
<td>3.333,68</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Posição: janeiro/2017**
Passam a integrar o Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União-AGU, os cargos de provimento efetivo de Nível Auxiliar, ocupados por servidores do Plano de Classificação de Cargos-PCC, instituído pela Lei nº 5.645 de 10.12.70, ou planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de carreiras estruturadas, que estejam em exercício na AGU na data da publicação da Lei nº 10.480 de 02.07.2002.

A contar de 1º de julho de 2008, os servidores titulares de cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos - PCC, de que trata o art. 1º da Lei nº 10.480/2002, integrantes do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União - AGU, serão automaticamente enquadrados no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, de acordo com as respectivas atribuições, os requisitos de formação profissional e a posição relativa na Tabela, conforme Anexo II da Lei nº 10.480/2002.

VB - Vencimento Básico (anexo III da Lei nº 11.357/2006 - Lei nº 784/2008)

GEAAPGPE - Gratificação Específica de Atividades Auxiliares do PGPE.

GEATA - aplica-se à GEATA às aposentadorias e às pensões. (§ 2° do art. 1º da Lei nº 10.907/04)

GDAA - Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo na AGU.

( * ) GDAA será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo I da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002.

A GDAA será assim distribuída:

I - até 20 (vinte) pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e
II - até 80 (oitenta) pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional.

( ** ) Aposentado GEATA - aplica-se à GEATA às aposentadorias e às pensões. (§ 2° do art. 1º da Lei nº 10.907/04)

( ** ) Aposentado GDAA - art. 5º da Lei nº 10.480 de 02.07.2002

( ** ) Opção da GDAA - aposentado/pensionista. A opção de que tratam os arts. 29 e 30 da Lei nº 13.326/16 somente será válida com a assinatura de termo de opção, na forma do Anexo XXX da Lei nº 13.326/2016, que incluirá a expressa concordância do servidor, do aposentado ou do pensionista (art. 28 da Lei nº 13.326 de 29.07.2016).

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.70
Lei Delegada nº 13 de 27.08.92
Lei nº 10.480 de 02.07.2002
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Portaria nº 705 de 18.11.2003
Portaria nº 825 de 31.12.2003
Lei nº 10.907 de 15.07.2004
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Medida Provisória nº 1.076 de 31.07.2009 - AGU
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 98
Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 95
Lei nº 13.326 de 29.07.2016 arts. 50 e 51 e arts. 28 a 32
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 65
## 54. QUADRO DE PESSOAL DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Carreira de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal

* Cargo: Especialista Federal em Assistência à Execução Penal

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>6.225,48</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>6.133,48</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>6.042,83</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>5.953,52</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>5.724,55</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>5.639,95</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>5.556,60</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>5.474,48</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>5.393,57</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>5.186,14</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>5.109,49</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>5.033,98</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>4.959,59</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>4.886,30</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>4.688,36</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>4.628,93</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>4.560,52</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>4.493,12</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>4.426,72</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>4.361,30</td>
</tr>
</tbody>
</table>
* Ficam criadas no Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça, para exercício nos estabelecimentos penais e de internamento federais, integrantes da estrutura do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, as Carreiras de: Especialista em Assistência Penitenciária e Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária (art. 117 da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009).

* O cargo de Especialista em Assistência Penitenciária, integrante da carreira de Especialista em Assistência Penitenciária, de que trata o inciso I do caput do art. 117 da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, passa a denominar-se, Especialista Federal em Assistência à Execução Penal, integrante da carreira de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal em janeiro/2017 - art. 11 da Lei nº 13.327/2016.

VB - Vencimento Básico - (Anexo LXXXV da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009)


(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém-nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDAPEN no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(*) Até que sejam publicados os atos a que se referem os §§ 7º e 8º do art. 128 da Lei nº 11.907/2009 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institutional, todos os servidores que fizerem jus à GDAPEN perceberão a respectiva gratificação em valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

(*) A GDAPEN será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo LXXXIX da Lei no 11.907, de 2 de fevereiro de 2009.

A pontuação referente à GDAPEN será assim distribuída:

I - até vinte pontos percentuais de seus limites máximos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos percentuais de seus limites máximos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institutional


(*** ) Aposentado: É facultado aos servidores, aos aposentados e aos pensionistas que estejam sujeitos ao disposto nos arts. 3º, 6º ou 6º-A da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, ou no art. 3º da Emenda Constitucional no 47, de 5 de julho de 2005, optar pela incorporação de gratificação de desempenho aos proventos de aposentadoria ou pensão, nos termos dos arts. 23 e 24 da Lei nº 13.327/2016 (art. 22 da Lei nº 13.327/2016).

Os servidores de que trata o art. 22 da Lei nº 13.327/2016 podem optar, em caráter irretroatível, pela incorporação de gratificação de desempenho aos proventos de aposentadoria ou de pensão nos seguintes termos:

I - a partir de 1º de janeiro de 2017: 67% (sessenta e sete por cento) do valor referente à média dos pontos da gratificação de desempenho recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses de atividade;

II - a partir de 1º de janeiro de 2018: 84% (oitenta e quatro por cento) do valor referente à média dos pontos da gratificação de desempenho recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses de atividade;

III - a partir de 1º de janeiro de 2019: o valor integral da média do valor da gratificação de desempenho recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses de atividade. A opção de que trata o art. 23 da Lei nº 13.327/2016 deverá estar formalizada no momento do requerimento de aposentadoria ou, em caso de falecimento do servidor em atividade, no momento do requerimento de pensão.


Legislações Correspondentes:

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Lei nº 13.327 de 29.07.2016 art. 9º e arts. 22 a 26.
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 85
### Carreira de Agente Federal de Execução Penal

#### Cargo: Agente Federal de Execução Penal

#### Tabela de Remuneração

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Intermediário</th>
<th>Especial Sênior</th>
<th>ESPECIAL</th>
<th>PRIMEIRA</th>
<th>SEGUNDA</th>
<th>TERCEIRA</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>CLASSE</strong></td>
<td><strong>PADRÃO</strong></td>
<td><strong>V B</strong></td>
<td><strong>GDA PEF</strong></td>
<td><strong>ATIVO</strong></td>
<td><strong>GDA PEF</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>****</td>
<td><strong>A</strong></td>
<td><strong>B</strong></td>
<td><strong>C</strong></td>
<td><strong>TOTAL (em R$)</strong></td>
<td><strong>A</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>7.293,30</td>
<td>2.451,20</td>
<td>3.064,00</td>
<td>9.744,50</td>
<td>10.357,30</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>7.167,72</td>
<td>2.408,00</td>
<td>3.010,00</td>
<td>9.575,72</td>
<td>10.177,72</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>6.921,59</td>
<td>2.325,60</td>
<td>2.907,00</td>
<td>9.247,19</td>
<td>9.828,59</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>6.667,81</td>
<td>2.240,80</td>
<td>2.801,00</td>
<td>8.908,61</td>
<td>9.468,81</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>6.548,45</td>
<td>2.200,80</td>
<td>2.751,00</td>
<td>8.749,25</td>
<td>9.299,45</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>6.433,69</td>
<td>2.162,40</td>
<td>2.703,00</td>
<td>8.596,09</td>
<td>9.136,69</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>6.319,83</td>
<td>2.123,20</td>
<td>2.654,00</td>
<td>8.443,03</td>
<td>8.973,83</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>6.079,62</td>
<td>2.043,20</td>
<td>2.554,00</td>
<td>8.122,82</td>
<td>8.633,62</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>5.955,16</td>
<td>2.001,60</td>
<td>2.502,00</td>
<td>7.956,76</td>
<td>8.457,16</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>5.834,28</td>
<td>1.960,80</td>
<td>2.451,00</td>
<td>7.795,08</td>
<td>8.285,28</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>5.715,87</td>
<td>1.920,00</td>
<td>2.400,00</td>
<td>7.635,87</td>
<td>8.115,87</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>5.391,91</td>
<td>1.812,00</td>
<td>2.265,00</td>
<td>7.203,91</td>
<td>7.656,91</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>5.235,05</td>
<td>1.759,20</td>
<td>2.199,00</td>
<td>6.994,25</td>
<td>7.434,05</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>5.082,58</td>
<td>1.708,00</td>
<td>2.135,00</td>
<td>6.790,58</td>
<td>7.217,58</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>4.934,32</td>
<td>1.658,40</td>
<td>2.073,00</td>
<td>6.592,72</td>
<td>7.007,32</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>4.611,37</td>
<td>1.549,60</td>
<td>1.937,00</td>
<td>6.160,97</td>
<td>6.548,37</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>4.459,89</td>
<td>1.498,40</td>
<td>1.873,00</td>
<td>5.958,29</td>
<td>6.332,89</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>4.313,41</td>
<td>1.448,80</td>
<td>1.811,00</td>
<td>5.762,21</td>
<td>6.124,41</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>4.170,63</td>
<td>1.401,60</td>
<td>1.752,00</td>
<td>5.572,23</td>
<td>5.922,63</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Lei nº 10.888, de 25 de outubro de 2004
Medida Provisória nº 248 de 20 de abril de 2005

Legislações Correspondentes:
Lei nº 13.327 de 29 de julho de 2016
Medida Provisória nº 362 de 29 de março de 2007
Medida Provisória nº 421 de 29 de fevereiro de 2008
Medida Provisória nº 441 de 29 de agosto de 2008
Decreto nº 7.133 de 19 de março de 2010
Lei nº 11.907 de 2 de fevereiro de 2009
Medida Provisória nº 479 de 30 de dezembro de 2009
Lei nº 12.269 de 21 de outubro de 2010
Lei nº 12.778 de 28 de dezembro de 2012
Lei nº 13.327 de 29 de julho de 2016

Parágrafo 2º do art. 121 da Lei nº 13.327/2016

Art. 8º: As disposições da Medida Provisória nº 248 de 20 de abril de 2005 referentes à implementação de gratificação de desempenho de atividade de Agente Penitenciário Federal serão aplicadas no cálculo do valor da gratificação de desempenho de atividade de Agentes Penitenciários Federais, que incluirão a expressa concordância do servidor, do aposentado ou do pensionista com os termos nos itens I III do art. 26 da Lei nº 13.327/2016.
54. QUADRO DE PESSOAL DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Carreira de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal

* Cargo: Técnico Federal de Apoio à Execução Penal

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Intermediário</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>GDA PEN</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### ESPECIAL

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classes</th>
<th>Clásso Padrão</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>IV</td>
<td>A 4.095,46</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VB 869,60</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>C 1.087,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>D=(A+B) 4.965,06</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>E=(A+C) 5.182,46</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>F 543,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>G=(A+F) 543,50</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>A 4.034,94</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VB 860,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>C 1.075,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>D=(A+B) 4.894,94</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>E=(A+C) 5.109,94</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>F 537,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>G=(A+F) 537,50</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>A 3.975,30</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VB 852,80</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>C 1.066,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>D=(A+B) 4.828,10</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>E=(A+C) 5.041,30</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>F 533,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>G=(A+F) 533,00</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>A 3.916,56</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VB 842,40</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>C 1.053,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>D=(A+B) 4.758,96</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>E=(A+C) 4.969,56</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>F 526,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>G=(A+F) 526,50</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### C

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classes</th>
<th>Clásso Padrão</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>V</td>
<td>A 3.802,48</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VB 832,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>C 1.040,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>D=(A+B) 4.634,48</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>E=(A+C) 4.842,48</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>F 520,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>G=(A+F) 520,00</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>A 3.746,29</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VB 822,40</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>C 1.028,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>D=(A+B) 4.568,69</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>E=(A+C) 4.774,29</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>F 514,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>G=(A+F) 514,00</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>A 3.690,93</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VB 815,20</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>C 1.019,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>D=(A+B) 4.506,13</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>E=(A+C) 4.709,93</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>F 509,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>G=(A+F) 509,50</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>A 3.636,38</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VB 806,40</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>C 1.008,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>D=(A+B) 4.442,78</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>E=(A+C) 4.644,38</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>F 504,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>G=(A+F) 504,00</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>A 3.582,65</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VB 800,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>C 1.000,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>D=(A+B) 4.382,65</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>E=(A+C) 4.582,65</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>F 500,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>G=(A+F) 500,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### B

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classes</th>
<th>Clásso Padrão</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>V</td>
<td>A 3.478,29</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VB 787,20</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>C 984,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>D=(A+B) 4.265,49</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>E=(A+C) 4.462,29</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>F 492,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>G=(A+F) 492,00</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>A 3.426,89</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VB 777,60</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>C 972,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>D=(A+B) 4.204,49</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>E=(A+C) 4.398,89</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>F 486,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>G=(A+F) 486,00</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>A 3.376,26</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VB 772,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>C 965,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>D=(A+B) 4.148,26</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>E=(A+C) 4.341,26</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>F 482,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>G=(A+F) 482,50</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>A 3.326,36</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VB 762,40</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>C 953,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>D=(A+B) 4.088,76</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>E=(A+C) 4.279,36</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>F 476,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>G=(A+F) 476,50</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>A 3.277,19</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VB 756,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>C 945,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>D=(A+B) 4.033,19</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>E=(A+C) 4.222,19</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>F 472,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>G=(A+F) 472,50</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### A

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classes</th>
<th>Clásso Padrão</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>VI</td>
<td>A 3.181,75</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VB 744,80</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>C 931,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>D=(A+B) 3.926,55</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>E=(A+C) 4.112,75</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>F 465,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>G=(A+F) 465,50</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>A 3.134,72</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VB 737,60</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>C 922,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>D=(A+B) 3.872,32</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>E=(A+C) 4.056,72</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>F 461,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>G=(A+F) 461,00</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>A 3.088,41</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VB 729,60</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>C 912,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>D=(A+B) 3.818,01</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>E=(A+C) 4.000,41</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>F 456,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>G=(A+F) 456,00</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>A 3.042,76</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VB 724,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>C 905,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>D=(A+B) 3.766,76</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>E=(A+C) 3.947,76</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>F 452,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>G=(A+F) 452,50</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>A 2.997,79</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VB 716,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>C 895,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>D=(A+B) 3.713,79</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>E=(A+C) 3.892,79</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>F 447,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>G=(A+F) 447,50</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>A 2.953,48</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>VB 708,80</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>C 886,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>D=(A+B) 3.662,28</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>E=(A+C) 3.839,48</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>F 443,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>G=(A+F) 443,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

A opção de que tratam os arts. 23 e 24 da lei nº 13.327/2016 somente será válida com a assinatura de termo na forma do Anexo LXXIX da Lei nº 13.327/2016.

Legislações Correspondentes:

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008  
Lei nº 11.907 de 02.02.2009  
Decreto nº 4.713 de 19.03.2010  
Lei nº 13.327 de 29.07.2016 art. 9º e arts. 22 a 26  
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 85
### Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>20 h</th>
<th>40 h</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>CLASSE</strong></td>
<td><strong>PADRÃO</strong></td>
<td><strong>ATIVO</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>ESPECIAL</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>$2.108,89$</td>
<td>4.524,90</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>$2.084,46$</td>
<td>4.488,00</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>$2.060,46$</td>
<td>4.372,00</td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>$2.022,89$</td>
<td>4.224,00</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>$1.999,87$</td>
<td>4.152,00</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>$1.954,84$</td>
<td>4.102,00</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>$1.932,72$</td>
<td>3.994,00</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>$1.910,64$</td>
<td>3.877,00</td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>$1.874,30$</td>
<td>3.746,40</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>$1.855,15$</td>
<td>3.683,20</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>$1.834,31$</td>
<td>3.620,80</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>$1.812,72$</td>
<td>3.565,00</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>$1.793,39$</td>
<td>3.499,20</td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td>$1.773,32$</td>
<td>3.446,00</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>$1.722,18$</td>
<td>3.268,80</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>$1.703,84$</td>
<td>3.212,60</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>$1.684,13$</td>
<td>3.160,30</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>$1.665,15$</td>
<td>3.107,20</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Cargo:** Médico da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.483, de 2002.

**Cargo:** Médico de Saúde Pública da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.483, de 2002.

**Cargo:** Médico Veterinário da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.483, de 2002.
Lei nº 11.355 de 02.07.2006 (60) - As gratificações de desempenho que se refere o art. 1º da Lei nº 11.355/2006 não serão atribuídas em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho ressaltado da avaliação de desempenho institucional. (§4º até §17 da Lei nº 12.702/2012)

As Gratificações de Desempenho de Atividade Médica de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/2012 serão atribuídas em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos para as gratificações de desempenho que os servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/2012 percebem no decorrer do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente ao quinto ponto.

A GDM-Seguridade - Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho de que trata a Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002 (Anexo XLV à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)

GDM-Seguridade - Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho de que trata a Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002 (Anexo XLV à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)

Fica instituída, a partir de 1º de julho de 2012, a GDM-Seguridade devida, exclusivamente, aos servidores ocupantes do cargo de Médico, Médico de Saúde Pública, Médico do Trabalho e Médico Veterinário, quando em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo na área de lotação.

A pontuação máxima da GDM-Seguridade será assim distribuída: I – até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e II – até oitenta pontos de decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional. (§4º até §17 da Lei nº 12.702/2012)

A GDM-Seguridade terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes, padrões e jornada de trabalho, ao valor estabelecido no Anexo XLV da Lei nº 12.702/2012.

A GDM-Seguridade não será distribuída: I – até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e II – até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional. (§4º até §17 da Lei nº 12.702/2012)
## 55. SEGURIDADE SOCIAL E DO TRABALHO

Carreira da Seguridade Social e do Trabalho


### Nível Superior

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GESST</th>
<th>IF</th>
<th>GDASST</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDA SST</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D</td>
<td>E</td>
<td>F=(A+B+C+D)</td>
<td>G=(A+B+C+E)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>60</td>
<td>60</td>
<td>60</td>
<td>60</td>
<td>60</td>
<td>(*)</td>
<td>80 pts.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Exemplos:

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th>60</th>
<th>60</th>
<th>60</th>
<th>60</th>
<th>60</th>
<th>F=(A+B+C+D)</th>
<th>G=(A+B+C+E)</th>
<th>H=I=(A+B+C+H)</th>
<th>TOTAL (em R$)</th>
<th>TOTAL (em R$) - 30 pts.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>60</td>
<td>60</td>
<td>60</td>
<td>60</td>
<td>60</td>
<td>F=(A+B+C+D)</td>
<td>G=(A+B+C+E)</td>
<td>H=I=(A+B+C+H)</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>TOTAL (em R$) - 30 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>60</td>
<td>60</td>
<td>60</td>
<td>60</td>
<td>60</td>
<td>F=(A+B+C+D)</td>
<td>G=(A+B+C+E)</td>
<td>H=I=(A+B+C+H)</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>TOTAL (em R$) - 30 pts.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
Cargos de nível superior integrantes dos Quadros de Pessoal do Ministério da Saúde, do Ministério do Trabalho e Previdência Social e da FUNASA, referenciados no art. 1º da Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002, que não optaram pela Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho


O enquadramento de que trata este artigo dar-se-á automaticamente, salvo manifestação irretratável do servidor, a ser formalizada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da vigência da Lei nº 10.483/2002. Os servidores ocupantes dos cargos a que se refere o art. 1º da Lei 11.355/2006 que não optarem na forma do art. 2º, bem como os demais cargos que não integram a Carreira da Seguridade Social e do Trabalho comportarão quadro complementar em extinção.


GESST - Gratificação Específica da Seguridade Social e do Trabalho

Cálculo da GESST - Valor estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.971/2004

IF - Incentivo Funcional - 80% sobre o vencimento básico (art. 1º do Decreto-Lei nº 2.195/1984 e art. 9º da Medida Provisória nº 52 de 04.07.2002)

GDASST - Gratificação de Desempenho de Atividade da Seguridade Social e do Trabalho

Instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade da Seguridade Social e do Trabalho - GDASST, devida aos integrantes da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no Ministério da Previdência Social, no Ministério da Saúde, no Ministério do Trabalho e Emprego e na Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, a partir de 1º de abril de 2002. (art. 4º da Lei nº 10.483/2002 e art. 70 da Medida Provisória nº 568, de 2012)

(*) A GDASST será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seu respectivo nível, ao valor estabelecido no Anexo V da Lei nº 10.483/2002 (art. 70 da Medida Provisória nº 568, de 2012)

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008)

(**) Aposentado - GESST art. 5º da Lei nº 10.971 de 25.11.2004

(**) Aposentado - Incentivo Funcional - art.2º do Decreto-Lei nº 2195 de 26.12.1984

(**) Aposentado - GDASST art. 7º da Lei nº 10.971 de 25.11.2004

(**) Opção da GDASST - aposentado/pensionista art. 87 da Lei nº 13.324, de 2016.

Legislações Correspondentes:

- Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004
- Medida Provisória nº 10.971 de 25.11.2004
- Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005
- Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006 art. 8º
- Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
- Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008
- Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
- Medida Provisória nº 568 de 12 de 2012
- Medida Provisória nº 588 de 11.05.2012 art. 90
- Medida Provisória nº 12.702 de 07.08.2012 art. 55
- Medida Provisória nº 13.328 de 29.07.2016 art. 66
- Medida Provisória nº 13.324 de 29.07.2016 art.23 e art.87

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
### 55. SEGURIDADE SOCIAL E DO TRABALHO

Carreira da Seguridade Social e do Trabalho

* Cargos de Nível Superior da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, referenciado no art. 1º da Lei nº 10.483/2002.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GESST</th>
<th>GDA SST</th>
<th>ATIVO</th>
<th>APOSENADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>80 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>(%)</td>
<td>(%)</td>
<td>(%)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>E=(A+B+C)</td>
<td>F=(A+B+D)</td>
<td>G</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>2.084,46</td>
<td>206,00</td>
<td>5.131,20</td>
<td>6.414,00</td>
<td>7.421,66</td>
<td>8.704,46</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>2.060,66</td>
<td>206,00</td>
<td>5.000,00</td>
<td>6.250,00</td>
<td>7.266,66</td>
<td>8.516,66</td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td>VI</td>
<td>2.022,99</td>
<td>206,00</td>
<td>4.767,20</td>
<td>5.959,00</td>
<td>6.996,19</td>
<td>8.187,99</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td>1.999,97</td>
<td>206,00</td>
<td>4.646,40</td>
<td>5.808,00</td>
<td>6.852,37</td>
<td>8.013,97</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>1.977,26</td>
<td>206,00</td>
<td>4.530,40</td>
<td>5.663,00</td>
<td>6.713,66</td>
<td>7.846,26</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>1.954,84</td>
<td>206,00</td>
<td>4.418,40</td>
<td>5.523,00</td>
<td>6.579,24</td>
<td>7.683,84</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>1.932,72</td>
<td>206,00</td>
<td>4.308,00</td>
<td>5.385,00</td>
<td>6.446,72</td>
<td>7.523,72</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>1.910,86</td>
<td>206,00</td>
<td>4.202,40</td>
<td>5.253,00</td>
<td>6.319,26</td>
<td>7.369,86</td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td>VI</td>
<td>1.876,30</td>
<td>206,00</td>
<td>4.015,20</td>
<td>5.019,00</td>
<td>6.097,50</td>
<td>7.101,30</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>V</td>
<td>1.855,15</td>
<td>206,00</td>
<td>3.917,60</td>
<td>4.987,00</td>
<td>5.978,75</td>
<td>6.958,15</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>1.834,31</td>
<td>206,00</td>
<td>3.824,00</td>
<td>4.780,00</td>
<td>5.864,31</td>
<td>6.820,31</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>1.813,72</td>
<td>206,00</td>
<td>3.732,80</td>
<td>4.666,00</td>
<td>5.752,52</td>
<td>6.685,72</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>1.793,39</td>
<td>206,00</td>
<td>3.644,80</td>
<td>4.556,00</td>
<td>5.644,19</td>
<td>6.555,39</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>1.773,32</td>
<td>206,00</td>
<td>3.558,40</td>
<td>4.448,00</td>
<td>5.537,72</td>
<td>6.427,32</td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td>V</td>
<td>1.741,57</td>
<td>206,00</td>
<td>3.408,00</td>
<td>4.260,00</td>
<td>5.355,57</td>
<td>6.207,57</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>1.722,18</td>
<td>206,00</td>
<td>3.330,40</td>
<td>4.163,00</td>
<td>5.258,58</td>
<td>6.091,18</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>1.703,04</td>
<td>206,00</td>
<td>3.254,40</td>
<td>4.068,00</td>
<td>5.163,44</td>
<td>5.977,04</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>1.684,13</td>
<td>206,00</td>
<td>3.181,60</td>
<td>3.977,00</td>
<td>5.071,73</td>
<td>5.867,13</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>1.665,45</td>
<td>206,00</td>
<td>3.110,40</td>
<td>3.888,00</td>
<td>4.981,85</td>
<td>5.759,45</td>
</tr>
</tbody>
</table>


GESST - Gratificação Específica da Seguridade Social e do Trabalho

Cálculo da GESST - Valor estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.971/2004

GDASST - Gratificação de Desempenho de Atividade da Seguridade Social e do Trabalho

Instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade da Seguridade Social e do Trabalho - GDASST, devida aos integrantes da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no Ministério da Previdência Social, no Ministério da Saúde, no Ministério do Trabalho e Emprego e na Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, a partir de 1º de abril de 2002. (art. 4º da Lei 10.483/2002 e art. 70 da Lei nº 12.702/2012)

(*) A GDASST será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seu respectivo nível, ao valor estabelecido no Anexo V da Lei nº 10.483/2002 (art. 69 da Lei nº 12.702/2012)

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008)

(**) Aposentado - GESST art. 5º da Lei nº 10.971 de 25.11.2004

(**) Aposentado - GDASST art. 7º da Lei nº 10.971 de 25.11.2004

(**) Opção da GDASST - aposentado/pensionista art. 87 da Lei nº 13.324, de 2016.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970
Lei nº 8.112 de 11.12.90
Lei Delegada nº 13, de 27/08/92
Lei nº 10.483 de 03.07.2002
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004
Lei nº 10.971 de 25.11.2004
Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005
Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006 art. 8º
Lei nº 11.355 de 19.10.2006
Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 90
Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 69 e art. 87
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 66
Lei nº 13.324 de 29.07.2016 arts.23 e art. 87
### 55. SEGURIDADE SOCIAL E DO TRABALHO

**Carreira da Seguridade Social e do Trabalho**

* Cargos de Nível Intermediário da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, referenciado no art. 1º da Lei nº 10.483/2002.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Intermediário</th>
<th>Cláusula</th>
<th>VBG</th>
<th>GESSST</th>
<th>GDASST 80 pts.</th>
<th>ATIVO 80 pts.</th>
<th>GDASST 100 pts.</th>
<th>ATIVO 100 pts.</th>
<th>GDASST 30 pts.</th>
<th>ATIVO 30 pts.</th>
<th>TOTAL (em R$)</th>
<th>ATIVO TOTAL (em R$) - 30 pts.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Especial</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>1.636,40</td>
<td>206,00</td>
<td>1.287,20</td>
<td>1.609,00</td>
<td>3.126,81</td>
<td>3.448,61</td>
<td>482,70</td>
<td>2.322,31</td>
<td>2.306,11</td>
<td>3.129,43</td>
<td>3.451,40</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>1.635,01</td>
<td>206,00</td>
<td>1.287,20</td>
<td>1.609,00</td>
<td>3.126,21</td>
<td>3.450,01</td>
<td>482,70</td>
<td>2.323,71</td>
<td>2.307,11</td>
<td>3.126,61</td>
<td>3.448,61</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>1.633,61</td>
<td>206,00</td>
<td>1.287,20</td>
<td>1.609,00</td>
<td>3.125,43</td>
<td>3.447,23</td>
<td>482,70</td>
<td>2.320,93</td>
<td>2.310,41</td>
<td>3.126,81</td>
<td>3.448,61</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>C</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>VI</td>
<td>1.632,23</td>
<td>206,00</td>
<td>1.287,20</td>
<td>1.609,00</td>
<td>3.119,85</td>
<td>3.441,65</td>
<td>482,70</td>
<td>2.315,35</td>
<td>2.300,95</td>
<td>3.119,85</td>
<td>3.441,65</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>1.630,83</td>
<td>206,00</td>
<td>1.287,20</td>
<td>1.609,00</td>
<td>3.118,47</td>
<td>3.440,27</td>
<td>482,70</td>
<td>2.313,97</td>
<td>2.303,57</td>
<td>3.118,47</td>
<td>3.440,27</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>1.629,44</td>
<td>206,00</td>
<td>1.287,20</td>
<td>1.609,00</td>
<td>3.117,08</td>
<td>3.438,88</td>
<td>482,70</td>
<td>2.312,58</td>
<td>2.302,18</td>
<td>3.117,08</td>
<td>3.438,88</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>1.628,05</td>
<td>206,00</td>
<td>1.287,20</td>
<td>1.609,00</td>
<td>3.115,68</td>
<td>3.437,48</td>
<td>482,70</td>
<td>2.311,18</td>
<td>2.300,78</td>
<td>3.115,68</td>
<td>3.437,48</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>1.626,65</td>
<td>206,00</td>
<td>1.287,20</td>
<td>1.609,00</td>
<td>3.114,29</td>
<td>3.436,09</td>
<td>482,70</td>
<td>2.309,79</td>
<td>2.299,39</td>
<td>3.114,29</td>
<td>3.436,09</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>1.625,27</td>
<td>206,00</td>
<td>1.287,20</td>
<td>1.609,00</td>
<td>3.112,89</td>
<td>3.434,69</td>
<td>482,70</td>
<td>2.308,39</td>
<td>2.297,99</td>
<td>3.112,89</td>
<td>3.434,69</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>B</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>VI</td>
<td>1.623,88</td>
<td>206,00</td>
<td>1.287,20</td>
<td>1.609,00</td>
<td>3.111,51</td>
<td>3.433,31</td>
<td>482,70</td>
<td>2.307,01</td>
<td>2.296,61</td>
<td>3.111,51</td>
<td>3.433,31</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td>1.622,48</td>
<td>206,00</td>
<td>1.287,20</td>
<td>1.609,00</td>
<td>3.110,12</td>
<td>3.431,92</td>
<td>482,70</td>
<td>2.305,62</td>
<td>2.295,22</td>
<td>3.110,12</td>
<td>3.431,92</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>1.621,09</td>
<td>206,00</td>
<td>1.287,20</td>
<td>1.609,00</td>
<td>3.108,72</td>
<td>3.430,52</td>
<td>482,70</td>
<td>2.304,22</td>
<td>2.293,82</td>
<td>3.108,72</td>
<td>3.430,52</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>1.619,69</td>
<td>206,00</td>
<td>1.287,20</td>
<td>1.609,00</td>
<td>3.107,33</td>
<td>3.429,13</td>
<td>482,70</td>
<td>2.302,83</td>
<td>2.292,43</td>
<td>3.107,33</td>
<td>3.429,13</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>1.618,31</td>
<td>206,00</td>
<td>1.287,20</td>
<td>1.609,00</td>
<td>3.105,93</td>
<td>3.427,73</td>
<td>482,70</td>
<td>2.301,43</td>
<td>2.290,94</td>
<td>3.105,93</td>
<td>3.427,73</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>1.616,92</td>
<td>206,00</td>
<td>1.287,20</td>
<td>1.609,00</td>
<td>3.104,55</td>
<td>3.426,35</td>
<td>482,70</td>
<td>2.299,94</td>
<td>2.298,55</td>
<td>3.104,55</td>
<td>3.426,35</td>
</tr>
</tbody>
</table>
**Cargos de nível intermediário integrantes dos Quadros de Pessoal do Ministério da Saúde, do Ministério do Trabalho e Previdência Social e da FUNASA**, referenciados no art. 1º da Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002, que não optaram pela Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho

Fica estruturada a Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, no âmbito da Administração Pública Federal, composta dos cargos efetivos regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que não estejam organizados em carreiras, integrantes dos Quadros de Pessoal dos Ministérios da Saúde, da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego, e da Fundação Nacional da Saúde – Funasa, enquadrando-se os servidores ativos, aposentados e pensionistas de acordo com as respectivas denominações, atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela de vencimentos. (art. 1º da Lei nº 10.483/2002)

(Vide Lei nº 10.971, de 2004) - art. 1º da Lei 11.355/2006

O enquadramento de que trata este artigo dar-se-á automaticamente, salvo manifestação irretratável do servidor, a ser formalizada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da vigência da Lei nº 10.483/2002. Os servidores ocupantes dos cargos a que se refere o art. 1º da Lei 11.355/2006 que não optarem na forma do art. 2º, bem como os demais cargos que não integrem a Carreira da Seguridade Social e do Trabalho comparecem quadro suplementar em extinção.


**VB - Vencimento Básico - Anexo III-A da Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002 (Anexo XXIX da MP 441/2008)**

**GAE - Gratificação de Atividade Executiva - 160% sobre o vencimento básico - Lei Delegada nº 13/1992**

**GESST - Gratificação Específica da Seguridade Social e do Trabalho**

Cálculo da GESST - Valor estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.971/2004

**GDASST - Gratificação de Desempenho de Atividade da Seguridade Social e do Trabalho**

Instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade da Seguridade Social e do Trabalho - GDASST, devida aos integrantes da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no Ministério da Previdência Social, no Ministério da Seguridade Social e do Trabalho, no Ministério do Trabalho e Emprego e na Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, a partir de 1º de abril de 2002. (art. 4º da Lei 10.483/2002 e art. 70 da Lei nº 12.702/2012)

(*) A GDASST será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seu respectivo nível, ao valor estabelecido no Anexo V da Lei nº 10.483/2002 (art. 69 da Lei nº 12.702/2012)

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784 de 20.09.2008)

(**) Aposentado - GAE - integrará os proventos da aposentadoria e as pensões. Lei Delegada nº 13 de 27.08.1982

(**) Aposentado - GESST art. 5º da Lei nº 10.971 de 25.11.2004

(**) Aposentado - GDASST art. 7º da Lei nº 10.971 de 25.11.2004

(**) Oposição da GDASST - aposentado/pensionista art. 87 da Lei nº 13.324, de 2016.

Legislações Correspondentes:

- Lei nº 5.645 de 10.12.1970
- Lei nº 8.112 de 11.12.90
- Lei Delegada nº 13, de 27/08/92
- Lei nº 10.483 de 03.07.2002
- Lei nº 10.697 de 02.07.2003
- Lei nº 10.698 de 02.07.2003
- Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004
- Lei nº 10.971 de 25.11.2004
- Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005
- Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006 art. 8º
- Lei nº 11.355 de 19.10.2006
- Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
- Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008
- Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
- Lei nº 11.907 de 02.02.2009
- Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 90
- Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 69 e art. 87
- Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 66
- Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art.23 e art. 87

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais - Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

527
### Nível Auxiliar

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GESST</th>
<th>GDASST 80 pts.</th>
<th>ATIVO TOTAL (em R$)</th>
<th>GDASST 30 pts.</th>
<th>APOSENTO TOTAL (em R$) - 30 pts.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>( )</td>
<td>( )</td>
<td>310,50</td>
<td>2.150,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>( )</td>
<td>( )</td>
<td>310,50</td>
<td>2.148,61</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>( )</td>
<td>( )</td>
<td>310,50</td>
<td>2.147,21</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>( )</td>
<td>( )</td>
<td>310,50</td>
<td>2.145,83</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>( )</td>
<td>( )</td>
<td>310,50</td>
<td>2.144,44</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>( )</td>
<td>( )</td>
<td>310,50</td>
<td>2.143,04</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>( )</td>
<td>( )</td>
<td>310,50</td>
<td>2.141,65</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>( )</td>
<td>( )</td>
<td>310,50</td>
<td>2.140,25</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>( )</td>
<td>( )</td>
<td>310,50</td>
<td>2.138,87</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>( )</td>
<td>( )</td>
<td>310,50</td>
<td>2.137,48</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>( )</td>
<td>( )</td>
<td>310,50</td>
<td>2.136,08</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>( )</td>
<td>( )</td>
<td>310,50</td>
<td>2.134,69</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>( )</td>
<td>( )</td>
<td>310,50</td>
<td>2.133,29</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>( )</td>
<td>( )</td>
<td>310,50</td>
<td>2.131,91</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>( )</td>
<td>( )</td>
<td>310,50</td>
<td>2.129,52</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>( )</td>
<td>( )</td>
<td>310,50</td>
<td>2.127,12</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>( )</td>
<td>( )</td>
<td>310,50</td>
<td>2.125,73</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>( )</td>
<td>( )</td>
<td>310,50</td>
<td>2.124,33</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>( )</td>
<td>( )</td>
<td>310,50</td>
<td>2.121,95</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>( )</td>
<td>( )</td>
<td>310,50</td>
<td>2.120,58</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>( )</td>
<td>( )</td>
<td>310,50</td>
<td>2.119,21</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>( )</td>
<td>( )</td>
<td>310,50</td>
<td>2.117,84</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>( )</td>
<td>( )</td>
<td>310,50</td>
<td>2.116,47</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>( )</td>
<td>( )</td>
<td>310,50</td>
<td>2.115,11</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>( )</td>
<td>( )</td>
<td>310,50</td>
<td>2.113,74</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>( )</td>
<td>( )</td>
<td>310,50</td>
<td>2.112,37</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>( )</td>
<td>( )</td>
<td>310,50</td>
<td>2.110,98</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>( )</td>
<td>( )</td>
<td>310,50</td>
<td>2.109,60</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

528
Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

Lei nº 11.907 de 02.02.2009 Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 Art. 69 e Art. 87

Legislações Correspondentes:
Lei nº 5.465 de 10.12.1970
Lei nº 8.112 de 11.12.90
Lei Delegada nº 13, de 27/08/92
Lei nº 10.483 de 03.07.2002
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004
Lei nº 10.971 de 25.11.2004
Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005
Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006 Art. 8º
Lei nº 11.355 de 19.10.2006
Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 Art. 90
Lei nº 12.702 de 07.08.2012 Art. 69 e art. 87
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 Art. 66
Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art.23 e art. 87
### Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

**66. SEGURO SOCIAL**

* Carreio da Seguro Social
Cargos: Médico da Carreio da Seguro Social, de que trata a Lei nº 10.855, de 2004

#### Nível Superior - 20 h

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDM-INSS</th>
<th>GAE</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>20h (**)</td>
<td>80 pts. (**)</td>
<td>100 pts. (***)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>1.233,01</td>
<td>6.867,20</td>
<td>8.584,00</td>
<td>1.956,82</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>1.106,96</td>
<td>6.709,60</td>
<td>8.387,00</td>
<td>1.857,54</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### Nível Superior - 40 h

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDM-INSS</th>
<th>GAE</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>40h (**)</td>
<td>80 pts. (**)</td>
<td>100 pts. (***)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>2.446,01</td>
<td>7.312,80</td>
<td>9.161,00</td>
<td>3.913,62</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>2.321,93</td>
<td>7.156,00</td>
<td>8.945,00</td>
<td>3.715,09</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
Jornada de Trabalho de Médico é de: 20 horas

**Nível Superior - 20 h** - A jornada de trabalho dos ocupantes do cargo de Médico, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o art. 40 da Lei nº 12.702/2012 é de 20 (vinte) horas semanais. (§ 1º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

**Nível Superior - 40 h** - Os ocupantes dos cargos efetivos de que trata o art. 41 da Lei nº 12.702/2012 poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira. (§§ 2º e 3º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

* Cargos de nível superior referidos no art. 2º da Lei nº 10.855/2004, que optaram pela Carreira de Seguro Social.

* Os servidores integrantes da Carreira Previdenciária instituída pela Lei no 10.355, de 26 de dezembro de 2001, ou regidos pelo Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou por planos correlatos, desde que lotados no INSS em 30 de novembro de 2003 serão enquadrados na Carreira do Seguro Social, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela de Correlação, constante do Anexo II da Lei 10.855/2004. O enquadramento de que trata o caput do art. 2º da Lei 10.855/2004 dar-se-á mediante opção irrevogável do servidor, a ser formalizada no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da vigência da Medida Provisória no 146, de 11 de dezembro de 2003. (art. 2º da Lei nº 10.855/2004)

**VB - Vencimento Básico**

(* *) VB - de 20 h e 40 h (Anexo XLV à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)

**GDM-INSS - Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas da Carreira do Seguro Social**, de que trata a Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004 (Anexo XLV à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012) Fica instituída, a partir de 1º de julho de 2012, a GDM-INSS devida, exclusivamente, aos servidores ocupantes do cargo de Médico, quando em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no órgão ou entidade de lotação.

(****) Aposentado - GAE - A mudança da gratificação de desempenho atualmente percebida pelos servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 para as Gratificações de Desempenho de Atividade Médica do respectivo Plano de Cargos ou Carreira ou Quadro de Pessoal não representa descontinuidade de sua percepção para efeito de aposentadoria e ciclo de avaliação de desempenho. (§ 1º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

**GAE - Gratificação de Atividade Executiva** - 160% sobre o vencimento básico - Lei Delegada nº 13/1992

As Gratificações de Desempenho de Atividade Médica de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 serão atribuídas em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos para as gratificações de desempenho que os servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 percebiam na data de publicação desta Lei, inclusive para fins de incorporação dela aos proventos de aposentadoria e às pensões, até que seja editado ato que regulamente os critérios e procedimentos específicos para as referidas gratificações. ( § 2º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

(****) Aposentado - As gratificações de desempenho atualmente percebidas pelos servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 para as Gratificações de Desempenho de Atividade Médica do respectivo Plano de Cargos ou Carreira ou Quadro de Pessoal não representam descontinuidade de sua percepção para efeito de aposentadoria e ciclo de avaliação de desempenho. (§ 1º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

(****) Aposentado - GAE - integrou os proventos da aposentadoria e as pensões. Lei Delegada nº 13 de 27.08.1982

Legislações Correspondentes:

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Lei Delegada nº 13 de 27.08.92</td>
<td>Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 86 de 18.12.2002</td>
<td>Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.667 de 14.05.2003 art. 5º a art. 8º e art. 19º</td>
<td>Lei nº 11.907 de 02.02.2009</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.697 de 02.07.2003</td>
<td>Decreto 6.493 de 30.06.2008</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.698 de 02.07.2003</td>
<td>Medida Provisória nº 588 de 11.05.2012</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 199 de 15.07.2004</td>
<td>Lei 13.328 de 29.07.2016 art. 89</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 359 de 16.03.2007</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
### 56. SEGURO SOCIAL

Carreira do Seguro Social

* Cargo: Analista do Seguro Social

* Cargos: Nível Superior da Carreira Seguro Social (exceto Analista do Seguro Social) - art. 2.º da Lei nº 10.855/2004

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>1.099,57 824,70</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1.759,31 1.319,52</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>5.355,20 4.016,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>6.694,00 5.020,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>8.214,08 6.160,22</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>9.552,88 7.164,22</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3.347,00 2.510,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>6.250,88 4.654,22</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>5.986,97 4.490,55</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>7.201,87 5.400,68</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>6.379,05 4.883,22</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>8.012,79 6.416,88</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>5.799,71 4.323,92</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>11.910,19 8.393,12</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>13.033,79 9.775,92</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>4.609,00 3.457,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>8.424,79 6.318,92</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>10.815,62 7.842,37</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>12.211,72 9.158,37</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>4.387,00 3.290,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>7.824,72 5.888,37</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>10.246,67 7.685,87</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>11.958,67 8.970,07</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>4.280,00 3.210,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>7.678,67 5.759,57</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1.012,87 744,57</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1.588,35 1.191,31</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>4.620,80 3.464,80</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>5.776,00 4.331,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>7.201,87 5.400,68</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>8.357,07 6.266,88</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.888,00 2.165,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>5.469,07 4.101,38</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>9.168,69 6.676,17</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>10.682,69 8.011,57</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3.785,00 2.838,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>6.897,69 5.173,07</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>8.214,08 6.160,22</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>9.552,88 7.164,22</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3.347,00 2.510,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>6.250,88 4.654,22</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>5.986,97 4.490,55</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>7.201,87 5.400,68</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>6.379,05 4.883,22</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>8.012,79 6.416,88</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>5.799,71 4.323,92</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>11.910,19 8.393,12</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>13.033,79 9.775,92</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>4.609,00 3.457,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>8.424,79 6.318,92</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>10.815,62 7.842,37</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>12.211,72 9.158,37</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>4.387,00 3.290,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>7.824,72 5.888,37</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>10.246,67 7.685,87</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>11.958,67 8.970,07</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>4.280,00 3.210,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>7.678,67 5.759,57</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1.012,87 744,57</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1.588,35 1.191,31</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>4.620,80 3.464,80</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>5.776,00 4.331,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>7.201,87 5.400,68</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>8.357,07 6.266,88</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.888,00 2.165,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>5.469,07 4.101,38</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>9.168,69 6.676,17</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>10.682,69 8.011,57</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3.785,00 2.838,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>6.897,69 5.173,07</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>8.214,08 6.160,22</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>9.552,88 7.164,22</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3.347,00 2.510,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>6.250,88 4.654,22</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>5.986,97 4.490,55</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>7.201,87 5.400,68</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>6.379,05 4.883,22</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>8.012,79 6.416,88</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>5.799,71 4.323,92</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>11.910,19 8.393,12</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>13.033,79 9.775,92</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>4.609,00 3.457,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>8.424,79 6.318,92</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>10.815,62 7.842,37</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>12.211,72 9.158,37</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>4.387,00 3.290,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>7.824,72 5.888,37</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>10.246,67 7.685,87</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>11.958,67 8.970,07</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>4.280,00 3.210,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>7.678,67 5.759,57</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1.012,87 744,57</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1.588,35 1.191,31</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>4.620,80 3.464,80</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>5.776,00 4.331,00</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>7.201,87 5.400,68</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>8.357,07 6.266,88</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.888,00 2.165,50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>5.469,07 4.101,38</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dosServidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

532
Os cargos de nível superior referidos no art. 2º da Lei nº 10.855/2004, que optaram pela Carreira de Seguro Social.

Os servidores dos servidores referidos no caput do art. 2º da Lei nº 10.855 de 01.04.2004 que não optarem pela Carreira do Seguro Social integrarão quadro em extinção. Os servidores a que se refere no caput do art. 10º da Lei nº 10.855 de 01.04.2004 continuarão a ser remunerados de acordo com a carreira ou planos a que continuarem pertencendo.

Os servidores integrantes da Carreira Previdenciária instituída pela Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, ou, regidos pelo Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou por planos correlatos, desde que lotados no INSS em 30 de novembro de 2003 serão enquadrados na Carreira do Seguro Social, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela de Correlação, constante do Anexo II da Lei 10.855/2004.O enquadramento de que trata o caput do art. 2º da Lei 10.855/2004 dar-se-á mediante opção irretrátil do servidor, a ser formalizada no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da vigência da Medida Provisória no 146, de 11 de dezembro de 2003. (art. 2º da Lei nº 11.055/2004)

Os dados de provimento efetivo de nível superior de Analista Previdenciário integrantes da Carreira do Seguro Social do Quadro de Pessoal do INSS, mantidas as atribuições gerais, passam a denominar-se Analista do Seguro Social. (art. 5-A da Lei 10.855/2004)

Jornada de trabalho semanal - 40 horas (hs.)

A partir de 1º de junho de 2009, é facultada a mudança de jornada de trabalho para 30 (trinta) horas semanais para os servidores ativos, em efetivo exercício no INSS, com redução proporcional da remuneração, mediante opção a ser formalizada a qualquer tempo, na forma do Termo de Opção, constante do Anexo III-A da Lei 10.885/2004. (§ 1º do art. 160 da Lei 11.907/2009)

V.B - Vencimento Básico (Anexo IV-A à Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004)

GAE - Gratificação de Atividade Executiva - 160% sobre o vencimento básico - Lei Delegada nº 13/1992

GDASS - Gratificação de Desempenho de Atividades do Seguro Social (Anexo VI-A à Lei no 10.855, de 1º de abril de 2004)

A GDASS será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de setenta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, nos respectivos níveis e classes, ao valor estabelecido no Anexo VI. (art. 38 da Lei nº 13.324/2016)

Instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social - GDASS, devida aos integrantes da Carreira do Seguro Social, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no INSS, em função do desempenho institucional e individual. (art. 11 da Lei 10.855/2004 e art. 73 da Lei nº 12.702/2012)

(*) Cálculo - Apontuação referente à GDASS será assim distribuída:

- até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual;
- até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional. (Lei nº 11.501 de 11.07.2007)

A partir de 1º de março de 2007 até 29 de fevereiro de 2008 e até que sejam regulamentados os critérios e procedimentos de aferição das avaliações de desempenho individual e institucional, e processados os resultados dos 1º (primeira) avaliação de desempenho, para fins de atribuição da GDASS, o valor devido de pagamento mensal por servidor ativo será de 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis e classes. (§ 11 do art. 11 da Lei nº 10.855/2004)

Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento, de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho no decurso do ciclo de avaliação receberá a GDASS no valor de oitenta pontos.

Os servidores da Carreira do Seguro Social com progressões e promoções em dezoito meses de efetivo exercício, por força da redação dada pela Lei nº 11.501, de 11 de julho de 2007, ao art. 7º da Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004, serão reposicionados, a partir de 1º de janeiro de 2017, na tabela de Estrutura de Classes e Padrões dos Cargos da Carreira do Seguro Social.

Os servidores da Carreira de Seguro Social com progressões e promoções em dezoito meses de efetivo exercício, por força da redação dada pela Lei nº 11.501, de 11 de julho de 2007, ao art. 7º da Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004, serão reposicionados, a partir de 1º de janeiro de 2017, na tabela de Estrutura de Classes e Padrões dos Cargos da Carreira do Seguro Social. O reposicionamento equivalerá a um padrão para cada interstício de doze meses, contado da data de entrada em vigor da Lei nº 11.501, de 11 de julho de 2007, e não gerará efeitos financeiros retroativos. (art. 38 da Lei nº 13.324/2016)

(* ) Aposentado - GAIE - integrará os proventos da aposentadoria e as pensões. Lei Delegada nº 13 de 27.08.1992

(**) Aposentado - GDASS art. 16 da Lei nº 10.855/2004 (art. 159 da Lei nº 11.907/2009)

(**) Opção da GDASS - aposentado/pensionista art. 87 da Lei nº 13.324, de 2016.

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92
Medida Provisória nº 86 de 18.12.2002
Lei nº 10.667 de 14.05.2003 art. 9º a art. 19º
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 146 de 11.12.2003
Lei nº 10.855 de 01.04.2004
Medida Provisória nº 199 de 15.07.2004
Lei nº 10.997 de 15.12.2004
Medida Provisória nº 359 de 16.03.2007

Lei nº 11.501 de 11.07.2007
Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008
Decreto nº 6.493 de 30.06.2008
Decreto nº 6.493 de 30.06.2008
Decreto nº 6.493 de 30.06.2008
Decreto nº 6.493 de 30.06.2008
Decreto nº 6.493 de 30.06.2008
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 74
Lei nº 11.907 de 02.07.2003
Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 19 e art. 73
Lei nº 13.328 de 29.0.72016 art. 71
Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 38 ao art. 40 e art. 87

Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 71
Lei nº 10.855 de 01.04.2004
Lei nº 10.997 de 15.12.2004
Medida Provisória nº 359 de 16.03.2007

Legislador: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

533
56. SEGURO SOCIAL

Carreira do Seguro Social

* Cargo: Agente de Serviços Diversos  
* Cargo: Técnico de Serviços Diversos  
* Cargo: Técnico do Seguro Social  
* Cargos: Nível Intermediário da Carreira do Seguro Social (exceto Agente de Serviços Diversos, Técnico de Serviços Diversos e Técnico Seguro Social) - art. 2º da Lei nº 10.855/2004

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Intermediário</th>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>POSIÇÃO</th>
<th>DATA</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>ESPECIAL</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>40 hs.</td>
<td>30 hs.</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>1.102,02</td>
<td>826,54</td>
<td>janeiro/2017</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>1.042,57</td>
<td>781,94</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>1.012,03</td>
<td>759,04</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>1.000,00</td>
<td>750,00</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>C</td>
<td>1.012,03</td>
<td>759,04</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>B</td>
<td>1.000,00</td>
<td>750,00</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
<td>982,79</td>
<td>737,11</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>977,99</td>
<td>733,51</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>977,99</td>
<td>733,51</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>950,24</td>
<td>712,70</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>923,65</td>
<td>692,76</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>898,12</td>
<td>673,61</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>873,77</td>
<td>655,34</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>C</td>
<td>873,77</td>
<td>655,34</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>B</td>
<td>850,37</td>
<td>637,80</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>828,09</td>
<td>621,09</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>806,69</td>
<td>605,04</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
<td>786,19</td>
<td>589,66</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

|                     | IV     | 786,19 | 589,66 |      |
|                     | II     | 766,60 | 574,96 |      |
|                     | I      | 747,81 | 560,88 |      |
|                     | II     | 729,87 | 547,41 |      |
|                     | I      | 712,61 | 534,48 |      |

|                     |        | 40 hs. | 30 hs. |      |
|                     | ESPECIAL|        |        |      |
|                     |        | 40 hs. | 30 hs. |      |
|                     |        | 40 hs. | 30 hs. |      |
|                     |        | 40 hs. | 30 hs. |      |
|                     | IV     | 1.102,02 | 826,54 |      |
|                     | II     | 1.042,57 | 781,94 |      |
|                     | I      | 1.012,03 | 759,04 |      |
|                     |        | 1.000,00 | 750,00 |      |
|                     | C      | 1.012,03 | 759,04 |      |
|                     | B      | 1.000,00 | 750,00 |      |
|                     | A      | 982,79 | 737,11 |      |
|                     |        | 977,99 | 733,51 |      |
|                     | IV     | 977,99 | 733,51 |      |
|                     | II     | 950,24 | 712,70 |      |
|                     | I      | 923,65 | 692,76 |      |
|                     | II     | 898,12 | 673,61 |      |
|                     | I      | 873,77 | 655,34 |      |
|                     | C      | 873,77 | 655,34 |      |
|                     | B      | 850,37 | 637,80 |      |
|                     | I      | 828,09 | 621,09 |      |
|                     | II     | 806,69 | 605,04 |      |
|                     | A      | 786,19 | 589,66 |      |

|                     | IV     | 786,19 | 589,66 |      |
|                     | II     | 766,60 | 574,96 |      |
|                     | I      | 747,81 | 560,88 |      |
|                     | II     | 729,87 | 547,41 |      |
|                     | I      | 712,61 | 534,48 |      |
Cargos de nível intermediário referidos no art. 2º da Lei n° 10.855/2004, que optaram pela Carreira de Seguro Social.

Os cargos dos servidores referidos no caput do art. 2º da Lei n° 10.855 de 01.04.2004 que não optarem pela Carreira de Seguro Social integrarão quadro em extinção. Os servidores a que se refere no caput do art. 10º da Lei n° 10.855 de 01.04.2004 continuam a ser remunerados de acordo com a carreira ou plano a que continuarem pertencendo.

Os servidores integrantes da Carreira Previdenciária instituída pela Lei n° 10.355, de 26 de dezembro de 2001, e dos Ex Territórios e de 1992 e toda a legislação que o rege, com exceção da Medida Provisória n° 146 de 11.12.2003, que transforma a reforma de 1975 e os planos correlatos, de que constam a TR do INSS em 30 de novembro de 2003 serão enquadrados no regime de pensão, com as respectivas atribuições, regras de formação profissional e regra de posse que regem a tabela de correção, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

A partir de 1º de junho de 2009, a Carreira do Seguro Social se transformará no INSS, com redação da Medida Provisória n° 116 de 04.11.2012, que estabelece a interface entre os dois sistemas, prevista a partir de 1º de dezembro de 2012, com a criação do INSS e a passagem para o regime de previdência complementar.

As regras de carreira e a carreira de previdência complementar serão regulamentadas pelo Decreto nº 8.239 de 09.01.2013, que equivale ao Decreto nº 7.552 de 08.08.2012, a que os servidores da Carreira do Seguro Social, que optaram pela carreira do INSS, estão sujeitos.

O Servidor que optar pela carreira do INSS, a partir de 1º de julho de 2007, será enquadrado no INSS, com as regras de carreira e previdência complementar, de acordo com a Medida Provisória n° 10.855 de 01.04.2004, que transforma o regime de previdência complementar, previsto na Medida Provisória n° 116 de 04.11.2012, que estabelece a interface entre os dois sistemas, prevista a partir de 1º de dezembro de 2012, com a criação do INSS e a passagem para o regime de previdência complementar.

As regras de carreira e a carreira de previdência complementar serão regulamentadas pelo Decreto nº 8.239 de 09.01.2013, que equivale ao Decreto nº 7.552 de 08.08.2012, a que os servidores da Carreira do Seguro Social, que optaram pela carreira do INSS, estão sujeitos.

O Servidor que optar pela carreira do INSS, a partir de 1º de julho de 2007, será enquadrado no INSS, com as regras de carreira e previdência complementar, de acordo com a Medida Provisória n° 10.855 de 01.04.2004, que transforma o regime de previdência complementar, previsto na Medida Provisória n° 116 de 04.11.2012, que estabelece a interface entre os dois sistemas, prevista a partir de 1º de dezembro de 2012, com a criação do INSS e a passagem para o regime de previdência complementar.

As regras de carreira e a carreira de previdência complementar serão regulamentadas pelo Decreto nº 8.239 de 09.01.2013, que equivale ao Decreto nº 7.552 de 08.08.2012, a que os servidores da Carreira do Seguro Social, que optaram pela carreira do INSS, estão sujeitos.

O Servidor que optar pela carreira do INSS, a partir de 1º de julho de 2007, será enquadrado no INSS, com as regras de carreira e previdência complementar, de acordo com a Medida Provisória n° 10.855 de 01.04.2004, que transforma o regime de previdência complementar, previsto na Medida Provisória n° 116 de 04.11.2012, que estabelece a interface entre os dois sistemas, prevista a partir de 1º de dezembro de 2012, com a criação do INSS e a passagem para o regime de previdência complementar.

As regras de carreira e a carreira de previdência complementar serão regulamentadas pelo Decreto nº 8.239 de 09.01.2013, que equivale ao Decreto nº 7.552 de 08.08.2012, a que os servidores da Carreira do Seguro Social, que optaram pela carreira do INSS, estão sujeitos.

O Servidor que optar pela carreira do INSS, a partir de 1º de julho de 2007, será enquadrado no INSS, com as regras de carreira e previdência complementar, de acordo com a Medida Provisória n° 10.855 de 01.04.2004, que transforma o regime de previdência complementar, previsto na Medida Provisória n° 116 de 04.11.2012, que estabelece a interface entre os dois sistemas, prevista a partir de 1º de dezembro de 2012, com a criação do INSS e a passagem para o regime de previdência complementar.

As regras de carreira e a carreira de previdência complementar serão regulamentadas pelo Decreto nº 8.239 de 09.01.2013, que equivale ao Decreto nº 7.552 de 08.08.2012, a que os servidores da Carreira do Seguro Social, que optaram pela carreira do INSS, estão sujeitos.
**56. SEGURO SOCIAL**

**Carreira do Seguro Social**

* Cargo: Auxiliar de Serviços Diversos

* Cargos: Nível Auxiliar da Carreira do Seguro Social (exceto Auxiliar de Serviços Diversos) - art. 2º da Lei nº 10.855/2004

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Auxiliar</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>CLASSE</strong></td>
<td><strong>PADRÃO</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>40 hs.</td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td>701,49</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>679,89</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>659,25</td>
</tr>
</tbody>
</table>
- **Cargos de nível auxiliar referidos no art. 2º da Lei nº 10.855/2004, que optaram pela Carreira do Seguro Social.**

Os cargos dos servidores referidos no caput do art. 2º da Lei nº 10.855 de 01.04.2004 que não optaram pela Carreira do Seguro Social integrarão quadro em extinção. Os servidores a que se refere no caput do art. 1º da Lei nº 10.855 de 01.04.2004 continuarão a ser remunerados de acordo com a carreira ou planos a que continuarem pertencendo.

- **Os servidores integrantes da Carreira Previdenciária instituída pela Lei no 10.355, de 26 de dezembro de 2001, ou regidos pelo Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1975, por planos correlatos, desde que lotados no INSS em 30 de dezembro de 2003 serão enquadrados na Carreira do Seguro Social, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela de Correlação, constante do Anexo II da Lei 10.855/2004.O enquadramento de que trata o caput do art. 2º da Lei 10.855/2004 dar-se-á imediata opção irretrogradable do servidor, à ser formalizada no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da vigência da Medida Provisória no 146, de 11 de dezembro de 2003. (art. 2º da Lei nº 10.855/2004)

- **Os cargos de provimento efetivo de nível integrantes da Carreira do Seguro Social do Quadro de Pessoal do INSS cujas atribuições, requisitos de qualificação, escolaridade, habilitação profissional e especialização exigidos para ingresso sejam idênticos ou essencialmente iguais ficam agrupados em cargos de mesmo denominação e atribuições gerais, conforme estabelecido no Anexo V da Lei 10.855/2004, passando a denominar-se: os cargos de nível intermediário: (Redação dada pela Lei nº 11.501, de 2007):**

  - os cargos de nível auxiliar: Auxiliar de Serviços Diversos;
  - Jornada de trabalho semanal: 40 horas (hs).

A partir de 1º de junho de 2009, é facultada a mudança de jornada de trabalho para 30 (trinta) horas semanais para os servidores ativos, em efetivo exercício no INSS, com redução proporcional da remuneração, mediante opção a ser formalizada a qualquer tempo, na forma do Termo de Opção, constante do Anexo III-A da Lei 10.855/2004. (§ 1º do art. 160 da Lei nº 11.907/2009).

**V) - Vencimento Básico (Anexo IV-A a Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004)**

- **GAE - Gratificação de Atividade Executiva - 160% sobre o vencimento básico:** Lei Delegada nº 13/1992

**GDASS - Gratificação de Desempenho de Atividades do Seguro Social** (Anexo VI-A à Lei no 10.855, de 1º de abril de 2004)

A GDASS será paga observado o limiite máximo de cem pontos e o mínimo de setenta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, nos respectivos níveis e classes, ao valor estabelecido no Anexo VI. (art. 38 da Lei nº 13.324/2016)

Instituída a Gratificação de Desempenho de Atividades do Seguro Social, devida aos integrantes da Carreira do Seguro Social, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no INSS, em função do desempenho institucional e individual. (art. 11 da Lei nº 10.855/2004 e art. 73 da Lei nº 12.702/2012)

(*) **Cálculo - A pontuação referente à GDASS será assim distribuída:**

- até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual;
- a partir desse ponto serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

A partir de 1º de março de 2007 até 29 de fevereiro de 2008 e até que sejam regulamentados os critérios e procedimentos de aferição das avaliações de desempenho individual e institucional, e prorrogados os limites de diante da 1ª (primeira) avaliação de desempenho, para fins de atribuição da GDASS, o valor devido de pagamento mensal por servidor ativo será de 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis e classes. (§ 11 do art. 11 da Lei nº 10.855/2004)

Até que seja prorrogado o prazo para aprimorar a avaliação de desempenho que venha a surgir efetivo financeiro, o servidor receberá a gratificação mensal por cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento, de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho no decorso do ciclo de avaliação receberá a GDASS no valor de quarenta pontos.


(**) **Aposentado - GAE - Integrará os proventos da aposentadoria e as pensões:** Lei Delegada nº 13 de 27.08.1982

(**) **Opção da GDASS - aposentado/pensionista a art. 87 da Lei nº 13.324, de 2016.**

**Legislação Correspondente:**

**Lei Delegada nº 13 de 27.08.92**

- Medida Provisória nº 35 de 27.03.2002 Salário mínimo
- Medida Provisória nº 86 de 18.12.2002
- Lei nº 10.667 de 14.05.2003 art. 5º e art. 19º
- Lei nº 10.525 de 06.08.2002 Salário mínimo
- Lei nº 10.697 de 02.07.2003
- Medida Provisória nº 116 de 02.04.2003 Salário mínimo
- Lei nº 10.698 de 02.07.2003
- Lei nº 10.699 de 09.07.2003 Salário mínimo
- Medida Provisória nº 146 de 11.12.2003
- Lei nº 10.855 de 01.04.2004 Salário mínimo
- Lei nº 10.888 de 24.06.2004 Salário mínimo
- Medida Provisória nº 199 de 15.07.2004
- Medida Provisória nº 197 de 15.12.2004
- Medida Provisória nº 248 de 20.04.2004
- Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
- Medida Provisória nº 359 de 16.03.2007
- Lei nº 11.501 de 11.07.2007
- Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008
- Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
- Lei nº 11.907 de 02.02.2009
- Decreto 6.493 de 30.06.2008
- Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 74
- Lei nº 12.702 de 07.05.2012 art. 73
- Lei nº 10.855 de 01.04.2004
- Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 71
- Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 38 ao art. 40 e art. 87
### 57. SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP

Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP

( * ) Cargos de Nível Superior integrantes do Quadro Suplementar SUSEP, a que se refere § 5º do art. 52 da Lei nº 11.890/2008.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Nivel Superior</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CLASSE</td>
<td>PADRÃO</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>III</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

| IV    |        |    | 12.399,93 | 5.814,40 | 7.268,00 | 16.996,32 | 18.449,92 | 3.634,00 | 14.815,92 |
| III   |        |    | 12.124,21 | 5.673,60 | 7.092,00 | 16.583,17 | 18.001,57 | 3.546,00 | 14.455,57 |
| II    |        |    | 11.851,57 | 5.533,60 | 6.917,00 | 16.177,24 | 17.560,64 | 3.458,50 | 14.102,14 |

| III   |        |    | 10.909,57 | 5.204,80 | 6.506,00 | 15.215,25 | 16.516,45 | 3.253,00 | 13.263,45 |
| I     |        |    | 9.765,64  | 4.888,00 | 6.110,00 | 14.287,43 | 15.509,43 | 3.055,00 | 12.454,43 |

| II    |        |    | 9.170,06  | 4.767,20 | 5.959,00 | 13.937,26 | 15.129,06 | 2.979,50 | 12.149,56 |
Os servidores titulares dos cargos de nível superior do Quadro de Pessoal da SUSEP serão enquadrados nos cargos do Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP, de acordo com as respectivas atribuições, os requisitos de formação profissional e a posição relativa na Tabela remuneratória, nos termos do Anexo XI da Lei nº 11.890/2008 (art. 52 da Lei n° 11.890/2008).

(*) Cargos de nível superior integrantes do Quadro Suplementar a que se refere o § 5º do art. 52 da Lei n° 11.890/2008.

(*) Os cargos efetivos ocupados de nível superior do Quadro de Pessoal da SUSEP que, em decorrência do disposto no § 3º do art. 52 da Lei n° 11.890/2008, não puderam ser transferidos para a Carreira de que trata o inciso I do caput do art. 34 da Lei n° 11.890/2008 com porão quadro suplementar em extinção. (§ 5º do art. 52 da Lei n° 11.890/2008).

O quadro suplementar a que se refere o § 5º do art. 52 da Lei n° 11.890/2008 inclui-se no Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP.

Serão enquadrados, na Carreira de que trata o inciso I do caput do art. 34 da Lei n° 11.890/2008, os cargos que tenham titulares cuja investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988 e, se posterior a essa data, tenha decorrido de aprovação em concurso público. (§ 3º do art. 52 da Lei n° 11.890/2008)

Legislações Correspondentes:

Decreto-Lei n° 73 de 21.11.66
Decreto-Lei n° 9.015 de 30.03.95
Decreto-Lei n° 1.519 de 08.06.95 art.5 e art. 7º incisos I e II
Portaria nº 48 de 13.03.96
Portaria nº 117 de 18.05.98
Portaria MARE n° 2.179 de 28.07.98
Medida Provisória nº 2048-26 de 28.06.2000
Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000
Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000
Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000
Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000
Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001
Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001
Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001
Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001
Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001
Medida Provisória nº 2136-39 de 31.05.2001
Medida Provisória nº 2150-39 de 28.06.2001
Portaria nº 1.132 de 29.06.2001
Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001

Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001
Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001
Lei nº 10.331 de 18.12.2001
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Lei nº 10.994 de 13.01.2005
Decreto nº 4.843 de 24.09.2003 art. 1º
Lei nº 10.769 de 19.11.2003
Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004
Lei nº 5.407 de 31.03.2005
Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006
Lei nº 11.356 de 19.10.2006
Medida Provisória nº 440 de 29.08.2008
Lei nº 11.890 de 24.12.2008
Lei nº 11.890 de 24.12.2008
Decreto nº 479 de 30.12.2009
Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Lei nº 12.269 de 21.06.2010
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 - art.21
Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art.21
Lei nº 12.808 de 08.05.2013
Lei nº 13.327 de 29.07.2016 art. 14
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 84

GBSUSEP - Gratificação de Desempenho de Atividade Específica da SUSEP

(***) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei n° 1.784 de 22.09.2008)

Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtar efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento, de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da GDASUSEP, no decurso do ciclo de avaliação, receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos. (§ 2º do art. 63 da Lei nº 11.890/2008 e MP 479/2009)

(***) A GDASUSEP será paga com observância dos seguintes limites: máximo de cem pontos por servidor; e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XII da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008)

A pontuação a que se refere a GDASUSEP terá a seguinte distribuição:

I - até vinte pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

E de quarenta horas semanais a carga horária de trabalho dos titulares dos cargos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP, ressalvadas as hipóteses amparadas em legislação específica.

(***) Aposentado - GDASUSEP - art. 64, da MP 440/2008.

(***) Aposentado - A partir de 1º de julho de 2012, para fins de incorporação da GDASUSEP aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os critérios do art. 21 da MP 568/2012.
57. SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP

Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP
Cargo: Cargos de Nível Intermediário da SUSEP (exceto Agente Executivo da SUSEP)

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Intermediário</th>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDASUSEP</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDASUSEP APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>B</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>80 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>D=(A+B)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>(**)</td>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td>Special</td>
<td>IV</td>
<td>5.670,34</td>
<td>2.949,60</td>
<td>3.687,00</td>
<td>8.619,94</td>
<td>9.357,34</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>5.532,05</td>
<td>2.876,80</td>
<td>3.596,00</td>
<td>8.408,85</td>
<td>9.128,05</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>5.397,12</td>
<td>2.807,20</td>
<td>3.509,00</td>
<td>8.204,32</td>
<td>8.906,12</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>5.265,49</td>
<td>2.737,60</td>
<td>3.422,00</td>
<td>8.003,09</td>
<td>8.687,49</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>4.869,26</td>
<td>2.531,20</td>
<td>3.164,00</td>
<td>7.400,46</td>
<td>8.033,26</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>4.750,50</td>
<td>2.468,80</td>
<td>3.086,00</td>
<td>7.219,30</td>
<td>7.836,50</td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td>III</td>
<td>4.502,84</td>
<td>2.340,80</td>
<td>2.926,00</td>
<td>6.843,64</td>
<td>7.428,84</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>4.393,02</td>
<td>2.284,80</td>
<td>2.856,00</td>
<td>6.677,82</td>
<td>7.249,02</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>4.285,86</td>
<td>2.229,60</td>
<td>2.787,00</td>
<td>6.515,46</td>
<td>7.072,86</td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td>III</td>
<td>4.062,44</td>
<td>2.112,00</td>
<td>2.640,00</td>
<td>6.174,44</td>
<td>6.702,44</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>3.951,79</td>
<td>2.054,40</td>
<td>2.568,00</td>
<td>6.006,19</td>
<td>6.519,79</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>3.844,15</td>
<td>1.998,40</td>
<td>2.498,00</td>
<td>5.842,55</td>
<td>6.342,15</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Fica estruturado o Plano de Carreiras e Cargos da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, abrangendo os titulares de cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da Susep, de que tratam o art. 38 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e a Lei nº 9.015, de 30 de março de 1995, composto pelas seguintes Carreiras e cargos: de nível intermediário, cargos de provimento efetivo de nível intermediário do Quadro de Pessoal da Susep. (ar. 34 da Lei nº 11.890/2008).

Os servidores titulares dos cargos de nível intermediário do Quadro de Pessoal da Susep serão enquadrados nos cargos do Plano de Carreiras e Cargos da Susep, de acordo com as respectivas atribuições, os requisitos de formação profissional e a posição relativa na Tabela remuneratória, nos termos do Anexo XI da Lei nº 11.890/2008 (art. 52 da Lei 11.890/2008)

VB - Vencimento Básico (Anexo X da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008)

GDASUSEP - Gratificação de Desempenho de Atividade Específica da SUSEP

(**) Aposentado - GDASUSEP - art. 64. da MP 440/2008.

II - até oitenta pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

Os servidores titulares dos cargos de nível intermediário do Quadro de Pessoal da Susep serão enquadrados nos cargos do Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP, de acordo com as respectivas atribuições, os requisitos de formação profissional e a posição relativa na Tabela remuneratória, nos termos do Anexo XI da Lei nº 11.890/2008 (art. 52 da Lei 11.890/2008)

Legislações Correspondentes:

Decreto-Lei nº 73 de 21.11.66
Lei nº 9.015 de 30.03.95
Lei nº 8.112 de 11.12.90 art. 40 § único
Portaria n° 48 de 13.03.96
Portaria nº 2.179 de 28.07.98.
Medida Provisória n° 2194-6 de 23.08.2001
Lei nº 10.331 de 18.12.2001
Medida Provisória n° 35 de 27.03.2002
Lei nº 10.525 de 06.08.2002
Medida Provisória nº 116 de 02.04.2003
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Decreto nº 4.843 de 24.09.2003
Lei nº 10.888 de 24.06.2004

Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004
## 58. SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC

Plano de Carreiras e Cargos da PREVIC - PCCPREVIC

Carreira de Especialista em Previdência Complementar

Cargo: Especialista em Previdência Complementar da PREVIC (inciso I do caput do art. 18 da Lei nº 12.154/2009)

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDA PREVIC</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDA PREVIC</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>( *)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td>IV</td>
<td>10.192,69</td>
<td>A</td>
<td>8.154,40</td>
<td>10.193,00</td>
<td>18.347,09</td>
<td>20.385,69</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>9.895,81</td>
<td>B</td>
<td>8.072,80</td>
<td>10.091,00</td>
<td>17.968,61</td>
<td>19.986,81</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
<td>9.607,58</td>
<td>C</td>
<td>7.992,80</td>
<td>9.991,00</td>
<td>17.600,38</td>
<td>19.598,58</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>E=(A+C)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>F</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>G</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>8.892,04</td>
<td>A</td>
<td>7.836,00</td>
<td>9.795,00</td>
<td>16.728,04</td>
<td>18.687,04</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>8.633,05</td>
<td>B</td>
<td>7.758,40</td>
<td>9.698,00</td>
<td>16.391,45</td>
<td>18.331,05</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>8.381,60</td>
<td>C</td>
<td>7.680,80</td>
<td>9.601,00</td>
<td>16.062,40</td>
<td>17.982,60</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>8.137,47</td>
<td>D=(A+B)</td>
<td>7.604,80</td>
<td>9.506,00</td>
<td>15.742,27</td>
<td>17.643,47</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>E=(A+C)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>F</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>G</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>7.757,36</td>
<td>A</td>
<td>7.530,40</td>
<td>9.413,00</td>
<td>15.287,76</td>
<td>17.170,36</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>7.312,05</td>
<td>C</td>
<td>7.380,80</td>
<td>9.226,00</td>
<td>14.692,85</td>
<td>16.538,05</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>7.099,08</td>
<td>D=(A+B)</td>
<td>7.308,80</td>
<td>9.136,00</td>
<td>14.407,88</td>
<td>16.235,08</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>E=(A+C)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>F</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>G</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>6.767,47</td>
<td>A</td>
<td>7.236,00</td>
<td>9.045,00</td>
<td>14.003,47</td>
<td>15.812,47</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
<td>6.570,37</td>
<td>B</td>
<td>7.164,00</td>
<td>8.955,00</td>
<td>13.734,37</td>
<td>15.525,37</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>6.193,20</td>
<td>D=(A+B)</td>
<td>7.023,20</td>
<td>8.779,00</td>
<td>13.216,40</td>
<td>14.972,20</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>E=(A+C)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>F</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>G</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>C</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
<td>5.901,37</td>
<td>A</td>
<td>6.952,00</td>
<td>8.690,00</td>
<td>12.853,37</td>
<td>14.591,37</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**GDA PREVIC**

**ATIVO**

**GDA PREVIC**

**APOSENTADO**

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais - Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

543

( **) Opção da GDAPREV - Aposentado/Pensionista arts. 22 a 26 da Lei nº 13.327, de 2016.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 12.154 de 23.12.2009
Decreto nº 8.076 de 14.08.2013
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 87
### 58. SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC

Plano de Carreiras e Cargos da PREVIC - PCCPREVIC
Carreira de Analista Administrativo
Cargo: Analista Administrativo da PREVIC (inciso II do caput do art. 18 da Lei nº 12.154/2009)

#### Nível Superior

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDA PREVIC</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDA PREVIC</th>
<th>APOSENADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>( )</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D=(A+B)</td>
<td>E=(A+C)</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**APOSENTADO**

- IV: 10.192,69
  - G: 8.765,00
  - H: 17.204,69
  - I: 18.957,69
  - J: 4.382,50
  - K: 14.575,19
- III: 9.895,81
  - G: 8.529,00
  - H: 16.719,01
  - I: 18.424,81
  - J: 4.264,50
  - K: 14.160,31
- II: 9.607,58
  - G: 8.469,00
  - H: 16.382,78
  - I: 18.076,58
  - J: 4.234,50
  - K: 13.842,08
- I: 9.327,75
  - G: 8.411,00
  - H: 16.056,55
  - I: 17.738,75
  - J: 4.205,50
  - K: 13.533,25

**ESPECIAL**

- IV: 8.892,04
  - G: 8.287,00
  - H: 15.521,64
  - I: 17.179,04
  - J: 4.143,50
  - K: 13.035,54
- III: 8.633,05
  - G: 8.229,00
  - H: 15.216,25
  - I: 16.862,05
  - J: 4.114,50
  - K: 12.747,55
- II: 8.381,60
  - G: 8.173,00
  - H: 14.920,00
  - I: 16.554,60
  - J: 4.086,50
  - K: 12.468,10
- I: 8.137,47
  - G: 8.115,00
  - H: 14.629,47
  - I: 16.252,47
  - J: 4.057,50
  - K: 12.194,97

**C**

- IV: 7.757,36
  - G: 7.996,00
  - H: 14.154,16
  - I: 15.753,36
  - J: 3.998,00
  - K: 11.755,36
- III: 7.531,42
  - G: 7.940,00
  - H: 13.883,42
  - I: 15.471,42
  - J: 3.970,00
  - K: 11.501,42
- II: 7.312,05
  - G: 7.884,00
  - H: 13.619,25
  - I: 15.196,05
  - J: 3.942,00
  - K: 11.254,05
- I: 7.099,08
  - G: 7.830,00
  - H: 13.363,08
  - I: 14.929,08
  - J: 3.915,00
  - K: 11.014,08

**B**

- IV: 6.767,47
  - G: 7.144,00
  - H: 12.938,67
  - I: 14.481,47
  - J: 3.857,00
  - K: 10.624,47
- III: 6.570,37
  - G: 7.661,00
  - H: 12.699,17
  - I: 14.231,37
  - J: 3.830,50
  - K: 10.400,87
- II: 6.378,99
  - G: 7.607,00
  - H: 12.464,59
  - I: 13.965,99
  - J: 3.803,50
  - K: 10.182,49
- I: 6.193,20
  - G: 7.555,00
  - H: 12.237,20
  - I: 13.748,20
  - J: 3.777,50
  - K: 9.970,70

**A**

- IV: 5.901,37
  - G: 7.478,00
  - H: 11.883,77
  - I: 13.379,37
  - J: 3.739,00
  - K: 9.640,37

---

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
* Fica criada a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, autarquia de natureza especial, dotada de autonomia administrativa e financeira e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Previdência Social, com sede e foro no Distrito Federal e atuação em todo o território nacional.(art. 1º da Lei 12.154/2009)

**VB** - Vencimento Básico - Anexo III da Lei 12.154/2009

**GDAPREVIC** - Gratificação de Desempenho de Atividade na Superintendência de Previdência Complementar

Fica instituída, a partir de 01 julho de 2008, a Gratificação de Desempenho de Atividade na Superintendência de Previdência Complementar - GDAPREVIC, devida aos servidores ocupantes dos cargos de que tratam os incisos I a III do art. 18 da Lei nº 12.154/2009.

( * ) Até que sejam processados os resultados do primeiro período de avaliação de desempenho, para fins de atribuição da GDAPREVIC, o valor devido de pagamento mensal por servidor ativo será correspondente a oitenta pontos, observados os respectivos cargos, níveis, classes e padrões.(§4º do art. 10 do Decreto nº 8.076/2013)

( ** ) A GDAPREVIC será paga observando-se os seguintes limites máximo de cem pontos (pts.) e mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo II da Lei 12.154/2009

Apontuação referente à GDAPREVIC será assim distribuída:

I - até 80 (oitenta) pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional; e

II - a até 20 (vinte) pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual.

( ** ) Aposentado - GDAPREVIC - art.37 da Lei 12.154/2009

Para fins de incorporação da GDAPREVIC aposentadoria ou às pensões, serão adotados os critérios estabelecidos no art. 37 da Lei nº 12.154, de 2009. (art. 22 do Decreto nº 8.076/2013)

( ** ) Opção da GDAPREVIC - Aposentado/Pensionista arts. 22 a 26 da Lei nº 13.327, de 2016.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 12.154 de 23.12.2009
Decreto nº 8.076 de 14.08.2013
Lei nº 13.327 de 29.07.2016 - art. 21º e arts. 22 a 26.
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 87
### 58. SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC

Plano de Carreiras e Cargos da PREVIC - PCCPREVIC
Carreira de Técnico Administrativo
Cargo: Técnico Administrativo da PREVIC (inciso III do caput do art. 18 da Lei nº 12.154/2009)

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Intermediário</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>CLASSE</strong></td>
<td><strong>PADRÃO</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>EPECIAL</td>
<td>IV</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td>IV</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td>IV</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td>IV</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>III</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>II</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>I</td>
</tr>
<tr>
<td>INICIAL</td>
<td>I</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Fica criada a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, autarquia de natureza especial, dotada de autonomia administrativa e financeira e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Previdência Social, com sede e foro no Distrito Federal e atuação em todo o território nacional. (art. 1º da Lei 12.154/2009)

VB - Vencimento Básico - Anexo III da Lei 12.154/2009

GDAPREVIC - Gratificação de Desempenho de Atividade na Superintendência de Previdência Complementar

Fica instituída, a partir de 01 julho de 2008, a Gratificação de Desempenho de Atividade na Superintendência de Previdência Complementar - GDAPREVIC, devida aos servidores ocupantes dos cargos de que tratam os incisos I a III do art. 18 da Lei nº 12.154/2009.

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro período de avaliação de desempenho, para fins de atribuição da GDAPREVIC, o valor devido de pagamento mensal por servidor ativo será correspondente a oitenta pontos, observados os respectivos cargos, níveis, classes e padrões. (§4º do art. 10 do Decreto nº 8.076/2013)

(*) A GDAPREVIC será paga observando-se os seguintes limites máximo de cem pontos (pts.) e mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo II da Lei 12.154/2009

A pontuação referente à GDAPREVIC será assim distribuída:

I - até 80 (oitenta) pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional; e

II - a até 20 (vinte) pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual.

(**) Aposentado - GDAPREVIC - art.37 da Lei 12.154/2009

Para fins de incorporação da GDAPREVIC aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os critérios estabelecidos no art. 37 da Lei nº 12.154, de 2009. (art. 22 do Decreto nº 8.076/2013)

(**) Opção da GDAPREVIC - Aposentado/Pensionista arts. 22 a 26 da Lei nº 13.327, de 2016.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 12.154 de 23.12.2009


Decreto nº 8.076 de 14.08.2013


Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 87
## 58. SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC

Plano de Carreiras e Cargos da PREVIC - PCCPREVIC

* Cargo: Nível Superior da PREVIC (inciso IV do caput do art. 18 da Lei nº 12.154/2009)

### Nível Superior

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDCPREVIC</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDCPREVIC</th>
<th>APOSENTO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>50 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>( )</td>
<td></td>
<td></td>
<td>( )</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D=A+B</td>
<td>E=A+C</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### ESPECIAL

|        |        | 7.778,52 | 6.222,40 | 7.778,00 | 14.000,92 | 15.556,52 | 3.889,00 | 11.667,52 |
|        |        | 7.626,00 | 6.149,60 | 7.687,00 | 13.775,60 | 15.313,00 | 3.843,50 | 11.469,50 |
|        |        | 7.476,47 | 6.076,80 | 7.596,00 | 13.553,27 | 15.072,47 | 3.798,00 | 11.274,47 |

### C

|        |        | 7.258,72 | 5.968,00 | 7.460,00 | 13.226,72 | 14.143,72 | 3.730,00 | 10.986,72 |
|        |        | 6.976,85 | 5.828,80 | 7.286,00 | 12.805,65 | 14.022,65 | 3.643,00 | 10.619,56 |
|        |        | 6.840,06 | 5.759,20 | 7.199,00 | 12.599,26 | 13.998,26 | 3.599,50 | 10.439,56 |
|        |        | 6.705,94 | 5.691,20 | 7.114,00 | 12.397,14 | 13.819,94 | 3.557,00 | 10.262,94 |
|        |        | 6.574,45 | 5.623,20 | 7.029,00 | 12.197,65 | 13.603,45 | 3.514,50 | 10.086,95 |

### B

|        |        | 6.382,96 | 5.524,00 | 6.905,00 | 11.906,96 | 13.287,96 | 3.452,50 | 9.835,46 |
|        |        | 6.014,82 | 5.055,20 | 6.319,00 | 11.070,02 | 12.333,82 | 3.159,50 | 9.174,32 |
|        |        | 5.896,89 | 4.907,20 | 6.134,00 | 10.804,09 | 12.030,89 | 3.067,00 | 8.963,89 |
|        |        | 5.781,26 | 4.764,80 | 5.956,00 | 10.546,06 | 11.737,26 | 2.979,00 | 8.759,26 |

### A

|        |        | 5.612,88 | 4.680,00 | 5.850,00 | 10.292,88 | 11.462,88 | 2.925,00 | 8.537,88 |
|        |        | 5.502,83 | 4.543,20 | 5.679,00 | 10.046,03 | 11.181,83 | 2.839,50 | 8.342,33 |
|        |        | 5.394,92 | 4.412,00 | 5.515,00 | 9.806,92 | 10.909,92 | 2.757,50 | 8.152,42 |
|        |        | 5.289,14 | 4.283,20 | 5.354,00 | 9.572,34 | 10.643,14 | 2.677,00 | 7.966,14 |
|        |        | 5.185,43 | 4.158,40 | 5.198,00 | 9.343,83 | 10.383,43 | 2.599,00 | 7.764,43 |
Fica instituída, a partir de 01 julho de 2008, a Gratificação de Desempenho dos Cargos do PCCPREVIC - GDCPREVIC, devida aos servidores ocupantes dos cargos de que trata inciso IV do art. 18 da Lei nº 12.154/2009.

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro período de avaliação de desempenho, para fins de atribuição da GDCPREVIC, o valor devido de pagamento mensal por servidor ativo será correspondente a oitenta pontos, observados os respectivos cargos, níveis, classes e padrões.(§4º do art. 10 do Decreto nº 8.076/2013)

(*) A GDCPREVIC será paga observando-se os seguintes limites máximo de cem pontos (pts.) e mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo II da Lei 12.154/2009

A pontuação referente à GDCPREVIC será assim distribuída:
I - até 80 (oitenta) pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional; e
II - a até 20 (vinte) pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual.

(**) Aposentado - GDCPREVIC - art.37 da Lei 12.154/2009

Para fins de incorporação da GDCPREVIC aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os critérios estabelecidos no art. 37 da Lei nº 12.154, de 2009. (art. 22 do Decreto nº 8.076/2013)

(***) Opção da GDCPREVIC - Aposentado/Pensionista arts. 22 a 26 da Lei nº 13.327, de 2016.

Legislações Correspondentes:
Lei nº 5.645 de 10.12.1970
Lei nº 11.357 de 19.10.2006
Lei nº 12.154 de 23.12.2009
Decreto nº 8.076 de 14.08.2013
Lei nº 13.327 de 29.07.2016 - art. 21º e arts. 22 a 26.
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 87
## 58. SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC

**Plano de Carreiras e Cargos da PREVIC - PCCPREVIC**

*C* Cargo: Nível Intermediário da PREVIC (inciso IV do caput do art. 18 da Lei nº 12.154/2009)

### Nível Intermediário

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDCPREVIC</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDCPREVIC</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td></td>
<td>100 pts.</td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>(* )</td>
<td></td>
<td></td>
<td>(* )</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td></td>
<td></td>
<td>B</td>
<td>C</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td></td>
<td>100 pts.</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Classe Especial**

### C

|        |        |   | 80 pts. | 4.229,41 | 3.416,00 | 4.270,00 | 6.704,00 |
|        |        |   | 100 pts.|         |           |           |          |
|        |        |   | TOTAL (em R$) | 8.045,57 | 8.939,57 | 2.184,50 |          |
|        |        |   | APOSENTADO | 6.704,57 |          |          |          |

### B

|        |        |   | 80 pts. | 2.910,50 | 2.408,00 | 2.560,00 | 3.762,03 |
|        |        |   | 100 pts.|         |           |           |          |
|        |        |   | TOTAL (em R$) | 5.318,50 | 5.920,50 | 1.505,00 |          |
|        |        |   | APOSENTADO | 4.415,50 |          |          |          |

### A

|        |        |   | 80 pts. | 2.482,03 | 2.048,00 | 2.560,00 | 3.762,03 |
|        |        |   | 100 pts.|         |           |           |          |
|        |        |   | TOTAL (em R$) | 4.530,03 | 5.042,03 | 1.280,00 |          |
|        |        |   | APOSENTADO | 3.762,03 |          |          |          |
Ficam, automaticamente, enquadrados no PCCPREVIC, nos termos desta Lei, os servidores titulares dos cargos de provimento efetivo de nível intermediário do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, instituído pela Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Ministério da Previdência Social, que estavam em exercício na Secretaria da Previdência Complementar daquele Ministério em 31 de março de 2008, mantidas as denominações e as atribuições do cargo, bem como os requisitos de formação profissional e a posição relativa na tabela de correlação, de acordo com o Anexo IV da Lei 12.154/2009.

Fica criada a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, autarquia de natureza especial, dotada de autonomia administrativa e financeira e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Previdência Social, com sede e foro no Distrito Federal e atuação em todo o território nacional.(art. 1º da Lei 12.154/2009)

**VB - Vencimento Básico - Anexo III da Lei 12.154/2009**

GDCPREVIC - Gratificação de Desempenho dos Cargos do PCCPREVIC

Fica instituída, a partir de 01 julho de 2008, a Gratificação de Desempenho dos Cargos do PCCPREVIC - GDCPREVIC, devida aos servidores ocupantes dos cargos de que trata inciso IV do art. 18 da Lei nº 12.154/2009.

( * ) Até que sejam processados os resultados do primeiro período de avaliação de desempenho, para fins de atribuição da GDCPREVIC, o valor devido de pagamento mensal por servidor ativo será correspondente a oitenta pontos, observados os respectivos cargos, níveis, classes e padrões.((§4º do art. 10 do Decreto nº 8.076/2013)

( ** ) GDCPREVIC será paga observando-se os seguintes limites máximo de cem pontos (pts.) e mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo II da Lei 12.154/2009

A pontuação referente à GDCPREVIC será assim distribuída:

I - até 80 (oitenta) pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional;

II - a até 20 (vinte) pontos em decorrência dos resultados de avaliação de desempenho individual.

( ** ) Aposentado - GDCPREVIC - art.37 da Lei 12.154/2009

Para fins de incorporação da GDCPREVIC aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os critérios estabelecidos no art. 37 da Lei nº 12.154, de 2009. (art. 22 do Decreto nº 8.076/2013)

( ** ) Opção da GDCPREVIC - Aposentado/Pensionista arts. 22 a 26 da Lei nº 13.327, de 2016.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970
Lei nº 11.357 de 19.10.2006
Lei nº 12.154 de 23.12.2009
Decreto nº 8.076 de 14.08.2013
Lei nº 13.327 de 29.07.2016 - art. 21º e arts. 22 a 26.
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 87
### Nível Auxiliar

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDCPREVIC</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDCPREVIC</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>50 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>100 pts.</td>
<td></td>
<td>50 pts.</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>( *)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### ESPECIAL

|        |        |    |           |       |           |            |
|        |        |    | 1.719,75  | 2.912,55 | 745,50 | 2.465,25 |
|        |        |    | 1.192,80  | 3.140,75 | 731,50 | 2.409,30 |
|        |        |    | 1.491,00  | 2.848,20 | 716,50 | 2.353,38 |

#### II

|        |        |    | 1.677,80  | 3.069,88 | 716,50 | 2.353,38 |
|        |        |    | 1.170,40  | 1.433,00 | 1.433,00 |            |

#### I

|        |        |    | 1.636,88  | 2.783,28 | 716,50 | 2.353,38 |
|        |        |    | 1.146,40  | 3.069,88 | 716,50 | 2.353,38 |

#### janeiro/2017

Posição: janeiro/2017

Fica criada a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, autarquia de natureza especial, dotada de autonomia administrativa e financeira e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Previdência Social, com sede e foro no Distrito Federal e atuação em todo o território nacional.(art. 1º da Lei 12.154/2009)

** Anexo III da Lei 12.154/2009

GDCPREVIC - Gratificação de Desempenho dos Cargos do PCCPREVIC

Fica instituída, a partir de 01 julho de 2008, a Gratificação de Desempenho dos Cargos do PCCPREVIC - GDCPREVIC, devida aos servidores ocupantes dos cargos de que trata inciso IV do art. 18 da Lei nº 12.154/2009.

( *) Até que sejam processados os resultados do primeiro período de avaliação de desempenho, para fins de atribuição da GDCPREVIC, o valor devido de pagamento mensal por servidor ativo será correspondente a oitenta pontos, observados os respectivos cargos, níveis, classes e padrões.(§4º do art. 10 do Decreto nº8° 8.076/2013)

( *) A GDCPREVIC será paga observando-se os seguintes limites máximo de cem pontos (pts.) e mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo II da Lei 12.154/2009

Apontuação referente à GDCPREVIC será assim distribuída:

I - até 80 (oitenta) pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional; e

II - a até 20 (vinte) pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual.

( ** ) Aposentado - GDCPREVIC - art.37 da Lei 12.154/2009

Para fins de incorporação da GDCPREVIC aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os critérios estabelecidos no art. 37 da Lei nº 12.154, de 2009. (art. 22 do Decreto nº 8.076/2013)

( ** ) Opção da GDCPREVIC - Aposentado/Pensionista arts. 22 a 26 da Lei nº 13.327, de 2016.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970
Lei nº 11.357 de 19.10.2006
Lei nº 12.154 de 23.12.2009

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 (correlação art. 18)
Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art.18
Decreto nº 8.076 de 14.08.2013
Lei nº 13.327 de 29.07.2016 art 21° e arts. 22 a 26
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 87
### Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

| Cargo: Médico do Plano de Carreiras dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação-PCTE, de que trata a Lei nº 11.091, de 2005 - 20 horas |
| Cargo: Médico Veterinário do Plano de Carreiras dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação-PCTE, de que trata a Lei nº 11.091, de 2005 - 20 horas |
| Cargo: Médico-Area do Plano de Carreiras dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação-PCTE, de que trata a Lei nº 11.091, de 2005 - 20 horas |

#### Notas:

1. **remuneração com relação direta**
2. **remuneração com relação indireta**

#### CLASSES DE CARGO E COMPETÊNCIA

<table>
<thead>
<tr>
<th>Vencimento Básico (R$)</th>
<th>Remuneração</th>
<th>Remuneração</th>
<th>Remuneração</th>
<th>Remuneração</th>
<th>Remuneração</th>
<th>Remuneração</th>
<th>Remuneração</th>
<th>Remuneração</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>10%</td>
<td>15%</td>
<td>20%</td>
<td>25%</td>
<td>30%</td>
<td>35%</td>
<td>40%</td>
<td>45%</td>
<td>50%</td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D</td>
<td>E</td>
<td>F</td>
<td>G</td>
<td>H</td>
<td>I</td>
</tr>
<tr>
<td>5.899,09</td>
<td>6.489,00</td>
<td>7.078,91</td>
<td>7.668,82</td>
<td>8.258,73</td>
<td>8.848,64</td>
<td>9.438,55</td>
<td>10.028,46</td>
<td>10.618,37</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Comentários:

1. A remuneração com relação direta é calculada conforme a fórmula: 
   

2. A remuneração com relação indireta é calculada conforme a fórmula: 
   

### Observações:

- **A** é a remuneração com relação direta.
- **B** é a remuneração com relação indireta.
- **C** é o percentual de classe de capacitação.
- **D** é o coeficiente de classe de capacitação.
- **E** é o coeficiente de classe de capacitação.
- **F** é o coeficiente de classe de capacitação.
- **G** é o coeficiente de classe de capacitação.
- **H** é o coeficiente de classe de capacitação.
- **I** é o coeficiente de classe de capacitação.
- **J** é o coeficiente de classe de capacitação.
- **K** é o coeficiente de classe de capacitação.
- **L** é o coeficiente de classe de capacitação.
- **M** é o coeficiente de classe de capacitação.
- **N** é o coeficiente de classe de capacitação.
Legislações Correspondentes:

Lei nº 7.596 de 10.04.1987
Lei nº 8.622 de 19.01.93
Lei nº 8.645 de 01.04.93
Lei nº 8.659 de 27.05.93
Lei nº 8.676 art. 4.º de 13.07.93
Lei nº 8.880 de 27.05.94

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98.
Medida Provissória nº 2150-39 de 31.05.2001
Lei nº 10.302 de 31.10.2001
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.696 de 02.07.2003

Medida Provissória nº 160 de 29.12.2003
Medida Provissória nº 304 de 29.06.2003 art. 134
Medida Provissória nº 11.355 de 19.10.2006 art. 134

Lei nº 10.386 de 12.05.2004
Medida Provissória nº 431 de 14.05.2008 art. 12
Lei nº 11.784 de 22.09.2008
Lei nº 11.892 de 29.12.2008
Decreto nº 7.806 de 17.09.2012
Lei nº 13.325 de 29.07.2016 art. 10
Lei nº 10.868 de 12.05.2004
Medida Provissória nº 304 de 29.06.2003 art. 134

A partir de 1 de janeiro de 2013, o Incentivo à Qualificação de que trata o art. 12 da Lei nº 11.091/2005 será concedido aos servidores que possuírem certificado, diploma ou titulação que exceda a exigência de escolaridade mínima para ingresso no cargo do qual é titular, independentemente do nível de classificação em que esteja posicionado, na forma do Anexo IV à Lei nº 11.091/2005. (Incluído pela Lei nº 12.772, de 2012)

Legislações Correspondentes:

- Incen -tivo à Qualificação - Nível de escolaridade formal superior ao previsto para o exercício do cargo (curso reconhecido pelo Ministério da Educação)
- Ensino fundamental completo - Área de Conhecimento em relação direta - 10% sobre Piso
- Ensino médio completo - Área de Conhecimento em relação direta - 15% sobre Piso
- Ensino médio profissionalizante ou ensino médio com curso técnico completo - Área de Conhecimento em relação direta - 20% sobre Piso
- Curso de graduação completo - Área de Conhecimento em relação direta - 25% sobre Piso
- Especialização, com carga horária igual ou superior a 360h - Área de Conhecimento em relação direta - 30% sobre Piso
- Mestrado - Área de Conhecimento em relação direta - 52% sobre Piso
- Doutorado - Área de Conhecimento em relação direta - 75% sobre Piso

As parcelas de que tratam os §§ 2º e 3º do art. 15 da Lei nº 11.091/05 serão absorvidas por força da dispensa de reajustes remuneratórios com efeitos financeiros no período de 2013 a 2015. (art. 43 da Lei nº 12.772/2012)

IQ - INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO (art. 11 e 12 da Lei nº 11.091/2005 - MP 431/2008)

Serão instituído Incentivo à Qualificação ao servidor que possuir educação formal superior ao exigido para o cargo de que é titular, na forma de regulamento. (art. 11 da Lei nº 11.091/2005)

O incentivo à Qualificação somente integrará os proventos de aposentadoria e pensão quando os certificados considerados para sua concessão tiverem sido obtidos até a data em que se deu a aposentadoria ou a instituição da pensão. (Redação dada pelo § 2º do art. 12 da Lei nº 11.233, de 2005)

Os percentuais do Incentivo à Qualificação não são acumuláveis e serão incorporados aos respectivos proventos de aposentadoria e pensão.
## Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

<table>
<thead>
<tr>
<th>Vencimento (VR)</th>
<th>Remuneração (R$)</th>
<th>Vencimento (VR)</th>
<th>Remuneração (R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

### CLASSES DE Capacitação I

<table>
<thead>
<tr>
<th>Vencimento (VR)</th>
<th>Remuneração (R$)</th>
<th>Vencimento (VR)</th>
<th>Remuneração (R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

### CLASSES DE Capacitação II

<table>
<thead>
<tr>
<th>Vencimento (VR)</th>
<th>Remuneração (R$)</th>
<th>Vencimento (VR)</th>
<th>Remuneração (R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

### CLASSES DE Capacitação III

<table>
<thead>
<tr>
<th>Vencimento (VR)</th>
<th>Remuneração (R$)</th>
<th>Vencimento (VR)</th>
<th>Remuneração (R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

### CLASSES DE Capacitação IV

<table>
<thead>
<tr>
<th>Vencimento (VR)</th>
<th>Remuneração (R$)</th>
<th>Vencimento (VR)</th>
<th>Remuneração (R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

---

**Nota:** As remunerações são apresentadas em reais (R$) e incluem incrementos de 10%, 15%, 20%, 25%, 30% e 52%. As classes de capacitação estão relacionadas à área de conhecimento com relação direta ou indireta.
Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, é de 20 (vinte) horas semanais.

Nível Classificação: E - 40 h.

Os ocupantes dos cargos efetivos de que trata o art. 43, da Lei nº 12.702/2012 poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observando o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira.

Estruturado o Plano de Carreiras dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, composto pelos cargos efetivos de técnico-administrativos e de técnico-marinheiros de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e pelos cargos referidos no § 5º do art. 15 da Lei nº 11.091 de 12.01.2005, os servidores distribuídos para as Instituições Federais de Ensino serão enquadrados no Plano de Carreiras no prazo de 90 (noventa) dias da data da publicação Lei nº 11.091/2005. § 5º do art. 15 da Lei nº 11.091/05.

V B - Vencimento Básico - 40h anexo XLVII à Lei nº 12.702 de 07.08.2012

A parcela complementar de que tratam os §§ 2º e 3º do art. 15 da Lei nº 11.091, de 2005, não será absorvida por força dos aumentos remuneratórios com efeitos financeiros no período de 2013 a 2015. (art. 43 da Lei nº 12.772/2012)

**IO - Incentivo à Qualificação** (art. 11 e 12 da Lei nº 11.091/2005 - MP 431/2008)

Será dividido o Incentivo à Qualificação ao servidor que possui edificação física para o cargo de que é titular, na forma de regulamento. (art. 11 da Lei nº 11.091/05)

O Incentivo à Qualificação terá por base percentual calculado sobre o padrão de vencimento percebido pelo servidor, na forma do Anexo IV da Lei nº 11.091/05, observados os seguintes parâmetros: (art.12 da Lei nº 11.091/2005 - Redação dada pela Lei nº 11.784, de 2008)

1. A obtenção de título em área de conhecimento com relação direta ao ambiente organizacional de atuação do servidor ensejará maior percentual na fixação do Incentivo à Qualificação do que em área de conhecimento com relação indireta;

2. A obtenção dos certificados relativos ao ensino fundamental e ao ensino médio, quando excederem a exigência de escolaridade mínima para o cargo de que é titular, será considerada, para efeito de pagamento do Incentivo à Qualificação, como um conhecimento relacionado diretamente ao ambiente organizacional.

- Os percentuais do Incentivo à Qualificação não são acumuláveis e serão incorporados aos respectivos proventos de aposentadoria e pensão.
- O Incentivo à Qualificação somente integrará os proventos de aposentadorias e as pensões quando os certificados considerados para a sua concessão tiverem sido obtidos até a data em que se deu a aposentadoria ou a instituição da pensão. (Redação dada pela Lei nº 11.233, de 2005)
- Para fins de concessão do Incentivo à Qualificação, o Poder Executivo definirá as áreas de conhecimento relacionadas diretamente e indiretamente ao ambiente organizacional e os critérios e processos de avaliação dos certificados e títulos, observando as diretrizes previstas no § 2º do art. 24 da Lei nº 10.911/05. (A partir de 1º de janeiro de 2013, o Incentivo à Qualificação, de que trata o art. 12 da Lei nº 11.091/2005 será concedido aos servidores que possuírem certificado, diploma ou titulação que exceda a exigência de escolaridade mínima para o cargo de que é titular, independente do nível de classificação em que esteja posicionado, na forma do Anexo IV à Lei nº 11.091/05). (Incluído pela Lei nº 12.772, de 2012)

**IO - Incentivo à Qualificação**

*Nível de escolaridade formal superior ao previsto para o exercício do cargo (curso reconhecido pelo Ministério da Educação)*

- Ensino fundamental completo - Área de Conhecimento em relação direta - 10% sobre Piso - Área de Conhecimento em relação indireta - 0% sobre Piso
- Ensino médio completo - Área de Conhecimento em relação direta - 15% sobre Piso - Área de Conhecimento em relação indireta - 0% sobre Piso
- Ensino médio profissionalizante ou ensino médio com curso técnico completo - Área de Conhecimento em relação direta - 20% sobre Piso - Área de Conhecimento em relação indireta - 10% sobre Piso
- Curso de graduação completo - Área de Conhecimento em relação direta - 25% sobre Piso - Área de Conhecimento em relação indireta - 15% sobre Piso
- Especialização, com carga horária igual ou superior a 360h - Área de Conhecimento em relação direta - 30% sobre Piso - Área de Conhecimento em relação indireta - 20% sobre Piso
- Mestrado - Área de Conhecimento em relação direta - 52% sobre Piso - Área de Conhecimento em relação indireta - 35% sobre Piso
- Doutorado - Área de Conhecimento em relação direta - 75% sobre Piso - Área de Conhecimento em relação indireta - 55% sobre Piso

**Aposentado:** § 1º do art.12 e art.23º inciso I da Lei nº 11.091/2005

**Aposentado IO:** O Incentivo à Qualificação somente integrará os proventos de aposentadorias e as pensões quando os certificados considerados para a sua concessão tiverem sido obtidos até a data em que se deu a aposentadoria ou a instituição da pensão. (Redação dada pelo § 2º do art. 12 da Lei nº 11.233, de 2005)

Os percentuais do Incentivo à Qualificação não são acumuláveis e serão incorporados aos respectivos proventos de aposentadoria e pensão.

**Legislação Correspondente:**

- Lei nº 7.596 de 10.04.1987
- Lei nº 8.622 de 19.01.93
- Lei nº 8.645 de 01.04.93
- Lei nº 8.659 de 27.05.93
- Lei nº 8.676 art. 4º de 13.07.93
- Lei nº 8.880 de 27.05.94
- Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98
- Medida Provisória nº 2.150-39 de 31.05.2001
- Lei nº 10.302 de 31.10.2001
- Lei nº 10.697 de 02.07.2003
- Portaria nº 157 de 17.01.2005
- Medida Provisória nº 204 de 29.06.2006
- Lei nº 11.091 de 12.01.2005
- Lei nº 11.355 de 19.10.2006
- Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008
- Decreto nº 7.806 de 17.09.2012
- Leis nº 11.784 de 22.09.2008
- Lei nº 11.892 de 29.12.2008

**Elaborado:** CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

557
<table>
<thead>
<tr>
<th>Classificação</th>
<th>Nível de Classificação</th>
<th>Vencimento Básico (R$)</th>
<th>Ativo e Pensionista Sem IQ</th>
<th>Ativo e Pensionista Com IQ</th>
<th>Ativo e Aposentado Sem IQ</th>
<th>Ativo e Aposentado Com IQ</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Classe I</strong></td>
<td><strong>A</strong></td>
<td>1.845,00</td>
<td>2.090,86</td>
<td>2.336,72</td>
<td>2.582,58</td>
<td>2.828,44</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>B</strong></td>
<td>2.040,41</td>
<td>2.286,27</td>
<td>2.532,13</td>
<td>2.778,00</td>
<td>3.023,86</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>C</strong></td>
<td>2.235,82</td>
<td>2.481,68</td>
<td>2.727,54</td>
<td>2.973,40</td>
<td>3.219,26</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Classe II</strong></td>
<td><strong>A</strong></td>
<td>1.378,46</td>
<td>1.624,32</td>
<td>1.870,18</td>
<td>2.115,94</td>
<td>2.361,80</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>B</strong></td>
<td>1.573,87</td>
<td>1.819,73</td>
<td>2.065,59</td>
<td>2.311,45</td>
<td>2.557,31</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>C</strong></td>
<td>1.769,28</td>
<td>2.015,14</td>
<td>2.261,00</td>
<td>2.506,86</td>
<td>2.752,72</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Classe III</strong></td>
<td><strong>A</strong></td>
<td>1.378,46</td>
<td>1.624,32</td>
<td>1.870,18</td>
<td>2.115,94</td>
<td>2.361,80</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>B</strong></td>
<td>1.573,87</td>
<td>1.819,73</td>
<td>2.065,59</td>
<td>2.311,45</td>
<td>2.557,31</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>C</strong></td>
<td>1.769,28</td>
<td>2.015,14</td>
<td>2.261,00</td>
<td>2.506,86</td>
<td>2.752,72</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Classe IV</strong></td>
<td><strong>A</strong></td>
<td>1.378,46</td>
<td>1.624,32</td>
<td>1.870,18</td>
<td>2.115,94</td>
<td>2.361,80</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>B</strong></td>
<td>1.573,87</td>
<td>1.819,73</td>
<td>2.065,59</td>
<td>2.311,45</td>
<td>2.557,31</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>C</strong></td>
<td>1.769,28</td>
<td>2.015,14</td>
<td>2.261,00</td>
<td>2.506,86</td>
<td>2.752,72</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Os percentuais do Incentivo à Qualificação não são acumuláveis e serão incorporados aos respectivos proventos de aposentadoria e pensão.

Legislações Correspondentes:

| Lei nº | Data | Texto
|--------|------|------|
| 7.596  | 10.04.1987 | Texto
| 6.622  | 19.01.1993 | Texto
| 8.645  | 01.04.1993 | Texto
| 8.659  | 27.05.93 | Texto
| 8.676  | 13.07.93 | Texto
| 8.880  | 27.05.94 | Texto
| 2.179  | 28.07.98 | Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98. Medida Provisória nº 2.150 de 31.05.2001
| 10.086 | 12.05.2004 | Texto
| 10.806 | 15.07.2004 | Texto
| 11.091 | 12.01.2005 | Texto
| 13.325 | 29.07.2016 art.8 e Art.9 | Texto
### Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

#### Clases de Capacitação I

<table>
<thead>
<tr>
<th>Vencimento</th>
<th>ATIVO ou APOSENTO SEM IQ - TOTAL (em R$)</th>
<th>ATIVO ou APOSENTO COM IQ - TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Posição: janeiro/2017</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### Clases de Capacitação III

<table>
<thead>
<tr>
<th>Vencimento</th>
<th>ATIVO ou APOSENTO SEM IQ - TOTAL (em R$)</th>
<th>ATIVO ou APOSENTO COM IQ - TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Posição: janeiro/2017</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
Estruturado o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Adm. e Serviços, com pós pelo cargos efetivos de técnico-administrativo e de técnico-militar de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e pelos cargos referidos no § 5º do art. 15 da Lei nº 11.091 de 12.01.2005, (art.15 da Lei nº 11.091/2005). Os servidores redistribuídos para as Instituições Federais de Ensino serão enquadrados no Plano de Carreira no prazo de 90 (noventa) dias da data da publicação Lei nº 11.091/2005 - § 5º do art. 15 da Lei nº 11.091/05.

Os cargos de que trata § 10 do art. 75 da Lei nº 12.778/2012 poderão, no interesse da administração, ser transpostos para o Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino/Universidades ou vinculadas ao Ministério da Educação, com período de transição, será feita a redistribuição desses cargos. (Art. 75 da Lei nº 12.778/2012)

A parcela complementar de que tratam os §§ 2º e 3º do art. 15 da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, não será absorvida por força dos aumentos remuneratórios com efeitos financeiras no período de 2013 a 2017. (Art. 43 da Lei nº 12.772/2012 - redação dada pelo art. 8º da Lei nº 13.325, de 2016)

V) Vencimento Básico (Anexo I a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005)

A parcela complementar de que tratam os §§ 2º e 3º do art. 15 da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, não será absorvida por força dos aumentos remuneratórios com efeitos financeiros no período de 2013 a 2015. (Art. 43 da Lei nº 12.772/2012)

IQ - Incentivo à Qualificação (art. 11 e 12 da Lei nº 11.091/2005 - MP 431/2008)

Será instituído incentivo à Qualificação ao servidor que possui educação formal superior ao exigido para o cargo que é titular, na forma de regulamento, (art. 11 da Lei nº 11.091/2005)

O incentivo a Qualificação de que trata o § 10 do art. 75 da Lei nº 11.091/2005, observados os seguintes parâmetros: (art. 12 da Lei nº 11.091/2005 - redação dada pela Lei nº 11.784, de 2008)

1- A aquisição de título em área de conhecimento com relação direta ao ambiente organizacional de atuação do servidor ensejará maior percentual na fixação do Incentivo à Qualificação do que em área de conhecimento com relação indireta;

2- A obtenção dos certificados relativos ao ensino fundamental e ao ensino médio, quando excederem a exigência de escolaridade mínima para o cargo ao qual o servidor é titular, será considerada, para efeito de pagamento do Incentivo à Qualificação, com o conhecimento relacionado diretamente ao ambiente organizacional.

- Os percentuais do Incentivo à Qualificação não são acumuláveis e serão incorporados aos respectivos proventos de aposentadoria e pensão.

- O Incentivo à Qualificação somente integrará os proventos de aposentadorias e as pensões quando os certificados considerados para a sua concessão tiverem sido obtidos até a data em que se deu a aposentadoria ou a instituição da pensão. (Redação dada pela Lei nº 11.233, de 2005)

- Para fins de concessão do Incentivo à Qualificação, o Poder Executivo definirá as áreas de conhecimento relacionadas direta e indiretamente ao ambiente organizacional e os critérios e processos de validação dos certificados e títulos, observadas as diretrizes previstas no § 2º do art. 24 da Lei nº 11.091/05.

- A partir de 1º de janeiro de 2013 o Incentivo à Qualificação de que trata o art. 12 da Lei nº 11.091/2005 será concedido aos servidores que possuírem certificado, diploma ou titulação que exceda a exigência de escolaridade mínima para ingresso no cargo do qual é titular, independentemente do nível de classificação em que esteja posicionado, na forma do Anexo IV à Lei nº 11.091/2005. (Incluído pela Lei nº 12.772, de 2012)

* IQ-Incentivo à Qualificação - Nível de escolaridade formal superior ao previsto para o exercício do cargo (curso reconhecido pelo Ministério da Educação)

* Ensino fundamental completo - Área de Conhecimento em relação direta - 10% sobre Piso - Área de Conhecimento em relação indireta - 0% sobre Piso

* Ensino médio completo - Área de Conhecimento em relação direta - 15% sobre Piso - Área de Conhecimento em relação indireta - 0% sobre Piso

* Ensino médio profissionalizante ou ensino médio com curso técnico completo - Área de Conhecimento em relação direta - 20% sobre Piso - Área de Conhecimento em relação indireta - 10% sobre Piso

* Curso de graduação completo - Área de Conhecimento em relação direta - 25% sobre Piso - Área de Conhecimento em relação indireta - 15% sobre Piso

* Especialização, com carga horária igual ou superior a 360h - Área de Conhecimento em relação direta - 30% sobre Piso - Área de Conhecimento em relação indireta - 20% sobre Piso

* Mestrado - Área de Conhecimento em relação direta - 52% sobre Piso - Área de Conhecimento em relação indireta - 35% sobre Piso

* Doutorado - Área de Conhecimento em relação direta - 75% sobre Piso - Área de Conhecimento em relação indireta - 50% sobre Piso

Apostentado: § 1º do art.12º e art. 23º inc. I da Lei nº 11.091/2005

Apostentado IQ: O incentivo à Qualificação somente integrará os proventos de aposentadorias e as pensões quando os certificados considerados para a sua concessão tiverem sido obtidos até a data em que se deu a aposentadoria ou a instituição da pensão. (Redação dada pelo § 2º do art. 12 da Lei nº 11.233/2005)

Os percentuais do Incentivo à Qualificação não são acumuláveis e serão incorporados aos respectivos proventos de aposentadoria e pensão.

Legislação Correspondente:

Lei nº 7.596 de 10.04.1987
Lei nº 11.091 de 12.01.2005
Lei nº 10.988 de 12.05.2004
Lei nº 10.908 de 15.07.2004
Portaria nº 157 de 17.01.2005
Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006 art. 134
Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 12
Decreto nº 7.806 de 17.09.2012
Lei nº 13.325 de 29.07.2016 art.8º e art. 9º
### Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

<table>
<thead>
<tr>
<th>Clase</th>
<th>Vencimento (R$)</th>
<th>10%</th>
<th>15%</th>
<th>20%</th>
<th>25%</th>
<th>30%</th>
<th>52%</th>
<th>75%</th>
<th>10%</th>
<th>15%</th>
<th>20%</th>
<th>25%</th>
<th>30%</th>
<th>52%</th>
<th>75%</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D</td>
<td>E</td>
<td>F</td>
<td>G</td>
<td>H</td>
<td>I</td>
<td>J</td>
<td>K</td>
<td>L</td>
<td>M</td>
<td>N</td>
<td>P</td>
</tr>
<tr>
<td>P22</td>
<td>3.078,37</td>
<td>3.136,21</td>
<td>3.452,77</td>
<td>3.849,68</td>
<td>4.262,35</td>
<td>5.308,45</td>
<td>7.055,64</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>P21</td>
<td>2.962,82</td>
<td>3.020,61</td>
<td>3.424,05</td>
<td>3.826,49</td>
<td>4.193,92</td>
<td>5.307,56</td>
<td>7.044,71</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>P20</td>
<td>2.851,61</td>
<td>2.899,28</td>
<td>3.302,72</td>
<td>3.704,16</td>
<td>4.061,59</td>
<td>5.175,24</td>
<td>6.822,49</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>P17</td>
<td>2.542,40</td>
<td>2.543,07</td>
<td>2.875,61</td>
<td>3.277,05</td>
<td>3.553,48</td>
<td>4.667,13</td>
<td>6.314,38</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>P15</td>
<td>2.355,12</td>
<td>2.356,79</td>
<td>2.687,33</td>
<td>3.088,77</td>
<td>3.355,20</td>
<td>4.408,95</td>
<td>5.865,71</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>P14</td>
<td>2.266,71</td>
<td>2.268,38</td>
<td>2.593,92</td>
<td>2.995,36</td>
<td>3.261,79</td>
<td>4.315,54</td>
<td>5.672,29</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>P13</td>
<td>2.181,63</td>
<td>2.183,30</td>
<td>2.508,84</td>
<td>2.910,28</td>
<td>3.176,71</td>
<td>3.720,46</td>
<td>5.077,21</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>P12</td>
<td>2.099,74</td>
<td>2.101,41</td>
<td>2.426,95</td>
<td>2.828,39</td>
<td>3.094,82</td>
<td>3.448,57</td>
<td>3.805,32</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>P11</td>
<td>2.020,92</td>
<td>2.022,59</td>
<td>2.348,13</td>
<td>2.749,57</td>
<td>3.015,10</td>
<td>3.268,85</td>
<td>3.625,60</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Tabela de Remuneração dos Técnicos Administrativos em Educação

<table>
<thead>
<tr>
<th>Clase</th>
<th>Vencimento (R$)</th>
<th>10%</th>
<th>15%</th>
<th>20%</th>
<th>25%</th>
<th>30%</th>
<th>52%</th>
<th>75%</th>
<th>10%</th>
<th>15%</th>
<th>20%</th>
<th>25%</th>
<th>30%</th>
<th>52%</th>
<th>75%</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D</td>
<td>E</td>
<td>F</td>
<td>G</td>
<td>H</td>
<td>I</td>
<td>J</td>
<td>K</td>
<td>L</td>
<td>M</td>
<td>N</td>
<td>P</td>
</tr>
<tr>
<td>P24</td>
<td>3.078,37</td>
<td>3.136,21</td>
<td>3.452,77</td>
<td>3.849,68</td>
<td>4.262,35</td>
<td>5.308,45</td>
<td>7.055,64</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
<td>3.078,37</td>
<td>3.136,21</td>
<td>3.452,77</td>
<td>3.849,68</td>
<td>4.262,35</td>
<td>5.308,45</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Atenção e Aposentado

<table>
<thead>
<tr>
<th>Clase</th>
<th>Vencimento (R$)</th>
<th>10%</th>
<th>15%</th>
<th>20%</th>
<th>25%</th>
<th>30%</th>
<th>52%</th>
<th>75%</th>
<th>10%</th>
<th>15%</th>
<th>20%</th>
<th>25%</th>
<th>30%</th>
<th>52%</th>
<th>75%</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D</td>
<td>E</td>
<td>F</td>
<td>G</td>
<td>H</td>
<td>I</td>
<td>J</td>
<td>K</td>
<td>L</td>
<td>M</td>
<td>N</td>
<td>P</td>
</tr>
<tr>
<td>P24</td>
<td>3.078,37</td>
<td>3.136,21</td>
<td>3.452,77</td>
<td>3.849,68</td>
<td>4.262,35</td>
<td>5.308,45</td>
<td>7.055,64</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
<td>3.078,37</td>
<td>3.136,21</td>
<td>3.452,77</td>
<td>3.849,68</td>
<td>4.262,35</td>
<td>5.308,45</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Atenção e Aposentado

<table>
<thead>
<tr>
<th>Clase</th>
<th>Vencimento (R$)</th>
<th>10%</th>
<th>15%</th>
<th>20%</th>
<th>25%</th>
<th>30%</th>
<th>52%</th>
<th>75%</th>
<th>10%</th>
<th>15%</th>
<th>20%</th>
<th>25%</th>
<th>30%</th>
<th>52%</th>
<th>75%</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D</td>
<td>E</td>
<td>F</td>
<td>G</td>
<td>H</td>
<td>I</td>
<td>J</td>
<td>K</td>
<td>L</td>
<td>M</td>
<td>N</td>
<td>P</td>
</tr>
<tr>
<td>P24</td>
<td>3.078,37</td>
<td>3.136,21</td>
<td>3.452,77</td>
<td>3.849,68</td>
<td>4.262,35</td>
<td>5.308,45</td>
<td>7.055,64</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
<td>3.078,37</td>
<td>3.136,21</td>
<td>3.452,77</td>
<td>3.849,68</td>
<td>4.262,35</td>
<td>5.308,45</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Oficiais Técnicos Administrativos em Educação

<table>
<thead>
<tr>
<th>Clase</th>
<th>Vencimento (R$)</th>
<th>10%</th>
<th>15%</th>
<th>20%</th>
<th>25%</th>
<th>30%</th>
<th>52%</th>
<th>75%</th>
<th>10%</th>
<th>15%</th>
<th>20%</th>
<th>25%</th>
<th>30%</th>
<th>52%</th>
<th>75%</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D</td>
<td>E</td>
<td>F</td>
<td>G</td>
<td>H</td>
<td>I</td>
<td>J</td>
<td>K</td>
<td>L</td>
<td>M</td>
<td>N</td>
<td>P</td>
</tr>
<tr>
<td>P24</td>
<td>3.078,37</td>
<td>3.136,21</td>
<td>3.452,77</td>
<td>3.849,68</td>
<td>4.262,35</td>
<td>5.308,45</td>
<td>7.055,64</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
<td>3.078,37</td>
<td>3.136,21</td>
<td>3.452,77</td>
<td>3.849,68</td>
<td>4.262,35</td>
<td>5.308,45</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
Estruturado o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, com postos pelos cargos efetivos de técnico-administrativos e de técnico-mártimos de que trata a Lei nº 7.598, de 10 de abril de 1987, e pelos cargos referidos no § 5º do art. 15 da Lei nº 11.091 de 12.01.2005 (art. 1º da Lei 11.091/2005). Os servidores redistribuídos para as Instituições Federais de Ensino serão enquadrados no Plano de Carreira no prazo de 90 (noventa) dias da data de publicação Lei nº 11.091/2005 - § 5º do art. 15 da Lei nº 11.091/05.

Os cargos de que trata o § 10 do art. 75 da Lei nº 12.778/2012 poderão, no interesse da Administração, ser transpostos para o Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Educação, ocasião na qual será feita a redistribuição desses cargos. (art. 75 da Lei nº 12.778/2012)

A parcela complementar de que tratam os §§ 2º e 3º do art. 15 da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, não será absorvida por força dos aumentos remuneratórios com efeitos financeiros no período de 2013 a 2017. (art. 43 da Lei nº 12.772/2012 - redação dada pelo art. 8º da Lei nº 13.325, de 2016)

VB - Vencimento Básico - (Anexo I-C à Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005)
A parcela complementar de que tratam os §§ 2º e 3º do art. 15 da Lei nº 11.091, de 2005, não será absorvida por força dos aumentos remuneratórios com efeitos financeiros no período de 2013 a 2015. (art. 43 da Lei nº 12.772/2012)

IO - INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO (art. 11 e 12 da Lei nº 11.091/2005 - MP 431/2008)

Será instituído Incentivo à Qualificação ao servidor que possuir educação formal superior ao exigido para o cargo de que é titular, na forma de regulamento. (art. 11 da Lei nº 11.091/05)

O Incentivo à Qualificação terá por base percentual calculado sobre o padrão de vencimento percebido pelo servidor, na forma do Anexo IV da Lei nº 11.091/05, observados os seguintes parâmetros: (art. 12 da Lei nº 11.091/2005 - Redação dada pela Lei nº 11.784, de 2008)

I - a aquisição de título em área de conhecimento com relação direta ao ambiente organizacional de atuação do servidor ensejará maior percentual na fixação do Incentivo à Qualificação do que em área de conhecimento em relação indireta; e

II - a obtenção dos certificados relativos ao ensino fundamental e ao ensino médio, quando excederem a exigência de escolaridade mínima para o cargo do qual o servidor é titular, será considerada, para efeito de pagamento do Incentivo à Qualificação, como conhecimento relacionado diretamente ao ambiente organizacional.

- Os percentuais do Incentivo à Qualificação não são acumuláveis e serão incorporados aos respectivos proventos de aposentadoria e pensão.
- O Incentivo à Qualificação somente integrará os proventos de aposentadorias e as pensões quando os certificados considerados para a sua concessão tiverem sido obtidos até a data em que se deu a aposentadoria ou a instituição da pensão. (Redação dada pela Lei nº 11.233, de 2005)

- Para fins de concessão do Incentivo à Qualificação, o Poder Executivo definirá as áreas de conhecimento relacionadas direta e indiretamente ao ambiente organizacional e os critérios e processos de validação dos diplomas e títulos, observadas as diretrizes previstas no § 2º do art. 24 da Lei nº 11091/05.

- A partir de 1º de janeiro de 2013, o Incentivo à Qualificação de que trata o art. 12 da Lei nº 11.091/2005 será concedido aos servidores que possuírem certificado, diploma ou titulação que exceda a exigência de escolaridade mínima para ingresso no cargo do qual é titular, independentemente do nível de classificação em que esteja posicionado, na forma do Anexo IV à Lei nº 11.091/2005. (Incluído pela Lei nº 12.772, de 2012)

* IO-Incentivo à Qualificação - Nível de escolaridade formal superior ao previsto para o exercício do cargo (curso reconhecido pelo Ministério da Educação)
* Ensino fundamental completo - Área de Conhecimento em relação direta - 10% sobre Piso - Área de Conhecimento em relação indireta - 0% sobre Piso
* Ensino médio completo - Área de Conhecimento em relação direta - 15% sobre Piso - Área de Conhecimento em relação indireta - 0% sobre Piso
* Ensino médio profissionalizante ou ensino médio com curso técnico completo - Área de Conhecimento em relação direta - 20% sobre Piso - Área de Conhecimento em relação indireta - 10% sobre Piso
* Curso de graduação completo - Área de Conhecimento em relação direta - 25% sobre Piso - Área de Conhecimento em relação indireta - 15% sobre Piso
* Especialização, com carga horária igual ou superior a 360h - Área de Conhecimento em relação direta - 30% sobre Piso - Área de Conhecimento em relação indireta - 20% sobre Piso
* Mestrado - Área de Conhecimento em relação direta - 35% sobre Piso - Área de Conhecimento em relação indireta - 35% sobre Piso
* Doutorado - Área de Conhecimento em relação direta - 75% sobre Piso - Área de Conhecimento em relação indireta - 50% sobre Piso

Aposentado: § 1º do art.12º e art. 23º item I da Lei nº 11.091/2005

Aposentado IO: O Incentivo à Qualificação somente integrará os proventos de aposentadorias e as pensões quando os certificados considerados para a sua concessão tiverem sido obtidos até a data em que se deu a aposentadoria ou a instituição da pensão. (Redação dada pelo § 2º do art. 12 da Lei nº 11.233, de 2005)

Os percentuais do Incentivo à Qualificação não são acumuláveis e serão incorporados aos respectivos proventos de aposentadoria e pensão.

Legislações Correferentes:

* Lei nº 7.596 de 10.04.1987
  * Lei nº 8.622 de 19.01.93
  * Lei nº 8.645 de 01.04.93
  * Lei nº 8.659 de 27.05.93
  * Lei nº 8.676 art. 4º de 13.07.93
  * Lei nº 8.880 de 27.05.94

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98.
Medida Provisória nº 319 de 31.05.2001
Lei nº 10.302 de 31.10.2001
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 160 de 29.12.2003

* Lei nº 10.868 de 12.05.2004
  * Lei nº 10.908 de 15.07.2004
  * Lei nº 11.091 de 12.01.2005
  * Portaria nº 157 de 17.01.2005
  * Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006 art. 134
  * Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 12
  * Lei nº 11.784 de 22.09.2008
  * Lei nº 11.892 de 29.12.2008
  * Decreto nº 7.806 de 17.09.2012
  * Lei nº 13.325 de 29.07.2016 art.8º e art. 9º

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
<table>
  <thead>
    <tr>
      <th>Classe de Capacitação I</th>
      <th>Classe de Capacitação II</th>
    </tr>
  </thead>
  <tbody>
    <tr>
      <td>Vencimento<br>Basico (VB) (em R$)</td>
      <td>Vencimento<br>Basico (VB) (em R$)</td>
    </tr>
    <tr>
      <td>P1 2.851,61</td>
      <td>P2 2.962,82</td>
    </tr>
    <tr>
      <td>3.078,37</td>
      <td>3.202,17</td>
    </tr>
    <tr>
      <td>5.277,32</td>
      <td>6.449,97</td>
    </tr>
  </tbody>
</table>
Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

565

Lei nº 10.691, de 12 de janeiro de 2003
Lei nº 12.778/2012

A parcela complementar de que tratam os §§ 2º e 3º do art. 15 da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, não será absorvida por força dos aumentos remuneratórios com efeitos financeiros no período de 2013 a 2017. (art. 43 da Lei nº 12.772/2012 - redação dada pelo art. 8º da Lei nº 13.325, de 2016)

V B - Vencimento Básico - (Anexo I-C à Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005)

A parcela complementar de que tratam os §§ 2º e 3º do art. 15 da Lei nº 11.091, de 2005, não será absorvida por força dos aumentos remuneratórios com efeitos financeiros no período de 2013 a 2015. (art. 43 da Lei nº 12.772/2012)

IQ - Incentivo à Qualificação (art. 11 e 12 da Lei nº 11.091/2005 - MP 431/2008)

Será instituído Incentivo à Qualificação ao servidor que possuir educação formal superior ao exigido para o cargo de que é titular, na forma de regulamento. (art. 11 da Lei nº 11.091/2005)

O Incentivo à Qualificação será por base percentual calculado sobre o padrão de vencimento percebido pelo servidor, na forma de Anexo IV da Lei nº 11.091/05, observados os parâmetros: (art. 12 da Lei nº 11.091/2005 - Redação dada pela Lei nº 11.784, de 2008).

- A aquisição de título em área de conhecimento com relação direta ao ambiente organizacional de atuação do servidor ensejará maior percentual na fixação do Incentivo à Qualificação do que em área de conhecimento com relação indireta;
- A obtenção dos certificados relativos ao ensino fundamental e ao ensino médio, quando excederem a exigência de escolaridade mínima para o cargo do qual o servidor é titular, será considerada, para efeito de pagamento do Incentivo à Qualificação, como conhecimento relacionado diretamente ao ambiente organizacional.

Os percentuais do Incentivo à Qualificação não são acumuláveis e serão incorporados aos respectivos proventos de aposentadoria e pensão.

O Incentivo à Qualificação somente integrará os proventos de aposentadorias e as pensões quando os certificados considerados para a sua concessão tiverem sido obtidos até a data em que se deu a aposentadoria ou a instituição da pensão. (Redação dada pela Lei nº 11.233, de 2005)

- Para fins de concessão do Incentivo à Qualificação, o Poder Executivo definirá as áreas de conhecimento relacionadas direta e indiretamente ao ambiente organizacional e os critérios e processos de validação dos certificados e títulos, observadas as diretrizes previstas no § 2º do art. 24 da Lei nº 11091/05.

- A partir de 1º de janeiro de 2013, o Incentivo à Qualificação de que trata o art. 12 da Lei nº 11.091/2005 será concedido aos servidores que possuírem certificado, diploma ou titulação que exceda a exigência de escolaridade mínima para ingresso no cargo do qual é titular, independentemente do nível de classificação em que esteja posicionado, na forma do Anexo IV da Lei nº 11.091/2005. (Incluído pela Lei nº 12.772, de 2012)

* IQ-Incentivo à Qualificação - Nível de escolaridade formal superior ao previsto para o exercício do cargo (curso reconhecido pelo Ministério da Educação)
* Ensino fundamental completo - Área de Conhecimento em relação direta - 10% sobre Piso - Área de Conhecimento em relação indireta - 0% sobre Piso
* Ensino médio completo - Área de Conhecimento em relação direta - 15% sobre Piso - Área de Conhecimento em relação indireta - 0% sobre Piso
* Ensino médio profissionalizante ou ensino médio com curso técnico completo - Área de Conhecimento em relação direta - 20% sobre Piso - Área de Conhecimento em relação indireta - 10% sobre Piso
* Curso de graduação completo - Área de Conhecimento em relação direta - 25% sobre Piso - Área de Conhecimento em relação indireta - 15% sobre Piso
* Especialização, com carga horária igual ou superior a 360h - Área de Conhecimento em relação direta - 30% sobre Piso - Área de Conhecimento em relação indireta - 20% sobre Piso
* Mestrado - Área de Conhecimento em relação direta - 50% sobre Piso - Área de Conhecimento em relação indireta - 35% sobre Piso
* Doutorado - Área de Conhecimento em relação direta - 75% sobre Piso - Área de Conhecimento em relação indireta - 50% sobre Piso

Aposentadoria: § 1º do art.12º e art.23º item I da Lei nº 11.091/2005

Aposentadoria ISS - O Incentivo à Qualificação somente integrará os proventos de aposentadorias e as pensões quando os certificados considerados para a sua concessão tiverem sido obtidos até a data em que se deu a aposentadoria ou a instituição da pensão. (Redação dada pelo § 2º do art. 12 da Lei nº 11.233, de 2005)

Os percentuais do Incentivo à Qualificação não são acumuláveis e serão incorporados aos respectivos proventos de aposentadoria e pensão.

Legislação Correspondentes:

Lei nº 7.596 de 10.04.1987
Lei nº 8.622 de 19.01.93
Lei nº 8.645 de 01.04.93
Lei nº 8.659 de 27.05.93
Lei nº 8.676 art. 4º de 13.07.93
Lei nº 8.880 de 27.05.94
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98.
Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 160 de 29.12.2003

Lei nº 10.908 de 12.05.2004
Lei nº 10.308 de 15.07.2004
Lei nº 11.091 de 12.01.2005
Portaria nº 157 de 17.01.2005
Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006 art. 134
Lei nº 11.355 de 19.10.2006 art. 134
Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 12
Lei nº 11.784 de 22.09.2008
Lei nº 11.892 de 29.12.2008
Decreto nº 7.806 de 17.09.2012
Lei nº 13.325 de 29.07.2016 art.8º e art. 9º
<table>
<thead>
<tr>
<th>Vencimento</th>
<th>ATIVO e APOSENTADO COM IG TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>A B=(A) C=A+</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>10% 15% 20% 25% 30% 52% 75%</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>10% 15% 20% 35% 50%</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>10% 15% 20%</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>10% 15% 20% 35% 50%</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

Os percentuais do Incentivo à Qualificação não são acumuláveis e serão incorporados aos respectivos proventos de aposentadoria e pensão.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 7.598 de 10.04.1987
Lei nº 8.622 de 19.01.1993
Lei nº 8.645 de 01.04.1993
Lei nº 8.659 de 27.05.1993
Lei nº 8.676 art. 4º de 13.07.1993
Lei nº 8.880 de 27.05.94
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98.
Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001
Lei nº 10.302 de 31.10.2001
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 160 de 29.12.2003
Lei nº 10.868 de 12.05.2004
Lei nº 10.908 de 15.07.2004
Lei nº 11.091 de 12.01.2005
Portaria nº 157 de 17.01.2005
Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006 art. 134
Lei nº 11.355 de 19.10.2006 art. 134
Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 12
Lei nº 11.784 de 22.09.2008
Lei nº 11.892 de 29.12.2008
Decreto nº 7.806 de 17.09.2012
Lei nº 13.325 de 29.07.2016 art.8º e art.9º
### TECNOLOGIA MILITAR

**Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar**

Carreira de Tecnologia Militar
- Cargo: Analista de Tecnologia Militar
- Cargo: Engenheiro de Tecnologia Militar

**Quadrado de Pessoal Civil das Organizações Militares**

**Cargos: Nível Superior do Quadrado de Pessoal Civil das Organizações Militares**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>GDA TEM</th>
<th>RT - Retribuição por Titulação</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDA TEM</th>
<th>APOSIANTEDOS</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D</td>
<td>E</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>(m)</td>
<td>(m)</td>
<td>(m)</td>
<td>(m)</td>
<td>(m)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL (em R$) - 50 pts.</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL (em R$) - 80 pts.</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TOTAL (em R$) - 100 pts.</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Apostado, no Plano de Carreiras dos Cargos de Tecnologia Militar, a denominação dos cargos originários, ressalvados os de Engenheiro e de Engenheiro de Operações, do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, que serão enquadrados no cargo de Engenheiro de Tecnologia Militar da Carreiras de Tecnologia Militar, (§ 1º do art 127 da Lei 11.355/2006)

**demais cargos de nível superior**, ocupados por servidores públicos, lotados nas organizações militares de tecnologia militar, com atribuições voltadas à execução de atividades técnicas relativas às áreas de desenvolvimento, manutenção e reparos relativos a projetos de construção, manutenção e modernização dos meios tecnológicos militares. (‘NR’ - item II do art. 8º da lei nº 9.657/98 - (redação dada pelo art. 121 da Lei nº 11.355/2006)

Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006
Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008


Fica mantida, no Plano de Carreiras dos Cargos de Tecnologia Militar, a denominação dos cargos originários, ressalvados os de Engenheiro e de Engenheiro de Operações, do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, que serão enquadrados no cargo de Engenheiro de Tecnologia Militar da Carreiras de Tecnologia Militar (§ 1º do art 127 da Lei 11.355/2006)

**Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-operacional em Tecnologia Militar** (Anexo I à Lei no 9.657, de 3 de junho de 1998)

(*** ) Até que sejam editados os atos referidos nos §§ 6º e 7º da MP 441/08 e processados os resultados da primeira avaliação de desempenho, a GDATEM será paga ao servidor que a ela faça jus nos valores correspondentes a oitenta pontos, observados a classe e padrão em que ele esteja posicionado.

(*** ) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDATINGEM no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos (pts.).

(*** ) A GDATINGEM será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo V da MP 441/2008.

A pontuação referente à GDATINGEM será assim distribuída:
I - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional; e
II - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual.

Apostado - RT - a RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação. § 4º art. 21-A da Lei nº 9.657/98 (art. 20 da MP 441/2008)

**Opção da GDATINGEM** - aposentado/pensionista art. 87 da Lei nº 13.324, de 2016.

Legislações Correspondentes:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Lei Delegada nº 13 de 27.08.92</th>
<th>Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Lei nº 8.460 de 17.09.92</td>
<td>Lei nº 11.355 de 19.10.2006</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 9.657 de 03.06.98</td>
<td>Lei nº 11.498, de 28.06.2007</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98</td>
<td>Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.331 de 18.12.2001</td>
<td>Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 433 de 29.10.2002</td>
<td>Lei nº 11.907 de 02.02.2009</td>
</tr>
<tr>
<td>Decreto nº 4.492 de 29.11.2002</td>
<td>Decreto nº 7.133 de 19.03.2010</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.697 de 02.07.2003</td>
<td>Lei nº 12.277 de 30.06.2010</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.888 de 24.06.2004</td>
<td>Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 62</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 224 de 21.10.2004</td>
<td>Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 34 e art. 35 e art. 87</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 11.034 de 22.12.2004 art. 1</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
### Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar

#### Quadro de Pessoal Civil das Organizações Militares

- **Cargos:** Nível Intermediário do Quadro de Pessoal Civil das Organizações Militares

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Intermediário</th>
<th>Classe</th>
<th>Padrão</th>
<th>VB</th>
<th>80 pts.</th>
<th>100 pts.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D</td>
<td>E</td>
</tr>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td></td>
<td></td>
<td>IV</td>
<td>2.775,05</td>
<td>1.557,60</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1.947,00</td>
<td>767,83</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.492,41</td>
<td>767,83</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.942,66</td>
<td>1.687,20</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.912,06</td>
<td>1.687,20</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.891,41</td>
<td>1.666,53</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.870,76</td>
<td>1.645,60</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.850,11</td>
<td>1.624,64</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.829,46</td>
<td>1.603,67</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.808,81</td>
<td>1.582,72</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.788,16</td>
<td>1.561,74</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.767,51</td>
<td>1.540,72</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.746,86</td>
<td>1.519,74</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.726,21</td>
<td>1.498,76</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.705,56</td>
<td>1.477,80</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.684,91</td>
<td>1.456,84</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.664,26</td>
<td>1.435,88</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.643,61</td>
<td>1.414,92</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.622,96</td>
<td>1.393,96</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.602,31</td>
<td>1.373,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### Remuneração

- **Atual:**
  - Classe VB
  - 80 pontos: R$ 2.677,66
  - 100 pontos: R$ 2.937,80
- **Anterior:**
  - Classe VB
  - 80 pontos: R$ 2.657,50
  - 100 pontos: R$ 2.917,60

---

### Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios N° 73

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classe</th>
<th>Carreira</th>
<th>Total (em R$) - 80 pts.</th>
<th>Total (em R$) - 50 pts.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>VB</td>
<td>Suporte Técnico à Tecnologia Militar</td>
<td>80 pts.</td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>2.775,05</td>
<td>1.557,60</td>
<td>767,83</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.942,66</td>
<td>1.687,20</td>
<td>767,83</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.912,06</td>
<td>1.687,20</td>
<td>767,83</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.891,41</td>
<td>1.666,53</td>
<td>767,83</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.870,76</td>
<td>1.645,60</td>
<td>767,83</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.850,11</td>
<td>1.624,64</td>
<td>767,83</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.829,46</td>
<td>1.603,67</td>
<td>767,83</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.808,81</td>
<td>1.582,72</td>
<td>767,83</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.788,16</td>
<td>1.561,74</td>
<td>767,83</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.767,51</td>
<td>1.540,72</td>
<td>767,83</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.746,86</td>
<td>1.519,74</td>
<td>767,83</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.726,21</td>
<td>1.498,76</td>
<td>767,83</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.705,56</td>
<td>1.477,80</td>
<td>767,83</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.684,91</td>
<td>1.456,84</td>
<td>767,83</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.664,26</td>
<td>1.435,88</td>
<td>767,83</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.643,61</td>
<td>1.414,92</td>
<td>767,83</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2.622,96</td>
<td>1.393,96</td>
<td>767,83</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### Remuneração ATIVO e APOSENTADO

- **Atual:**
  - 80 pontos: R$ 2.677,66
  - 100 pontos: R$ 2.937,80
- **Aposentado:**
  - 80 pontos: R$ 2.657,50
  - 100 pontos: R$ 2.917,60

**Por em tal caso de cargo de nível intermediário, ocupados por servidores públicos, lotados nas organizações militares de tecnologia miliar, com atribuições voltadas à execução de atividades técnicas relativas às áreas de desenvolvimento, manutenção e reparos relativos a projetos de construção, manutenção e modernização dos meios tecnológicos militares.** *(NR) - item II do art. 1º da lei nº 9.657/98 - (redação dada pelo art. 121 da Lei nº 11.355/2006)*

**GDATEM - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Ocupacional em Tecnologia Militar (Anexo I à Lei nº 167 9.657, de 3 de junho de 1998)**

**(*) Até que sejam editados os atos referidos nos §§ 6º e 7º da MP 441/08 e processados os resultados da primeira avaliação de desempenho, a GDATEM será paga ao servidor que a ela faça jus nos valores correspondentes a oitenta pontos, observados a classe e padrão em que ele esteja posicionado.**

**(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém-nomeado para cargo efetivo e aquelle que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDATEM, no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos (pts.).**

**(*) A GDATEM será paga observado o limite milésimo de cinco pontos (pts.) e o limite de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo V da MP 441/2008.**

A poupância referente à GDATEM será assim distribuída:

I - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual.

II - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos no Plano de Carreiras dos Cargos de Tecnologia Militar.

**GG - Gratificação de Qualificação - aos titular de cargos de provimento efetivo de nível intermediário integrantes do Plano de Carreiras dos Cargos de Tecnologia Militar, em retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de nível intermediário de desenvolvimento e de tecnologia miliar, conforme art. 21-B da Lei nº 9.657/98 (Anexo III à Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998)**

Para fins de percepção da GG pelos titular de cargos de nível intermediário do Plano de Carreiras dos Cargos a que se refere o Capítulo VII do Decreto nº 7.922/2013, o Decreto nº 7.922/2013, por ser paga de acordo com os valores previstos no Anexo III à Lei nº 9.657, de 1998, aplicam-se as seguintes disposições:

I - os servidores de que trata o caput do art. 54 Decreto nº 7.922/2013, somente farão jus ao nível I da GG se comprovada a participação em cursos de capacitação ou qualificação profissional com carga horária mínima de dezoito (18) horas, ou se reconhecida a qualificação profissional adquirida em, no mínimo, dez anos de efetivo exercício no cargo, mediante aplicação de prova prática e/ou escrita, por instituição de ensino vinculada ao Ministério da Defesa ou aos Comandos Militares.

II - para a percepção do nível II da GG, o servidor de que trata o caput do art. 54 Decreto nº 7.922/2013 deverá comprovar conclusão de curso de capacitação ou qualificação profissional com carga horária mínima de duzentas e cinquenta (250) horas.

III - a percepção do nível III da GG pelo servidor de que trata o caput do art. 54 Decreto nº 7.922/2013 está condicionada à comprovação de capacitação ou qualificação profissional com carga horária mínima de trezentas e sessenta (330) horas, ou curso em nível de graduação ou pós-graduação, de que tratam as alíneas ‘a’ e ‘d’ do inciso II, II do art. 52. GG instituída pelo art. 21-B da Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998, concedida aos titulares de cargos de provimento efetivo de níveis intermediário integrantes do Plano de Carreiras dos Cargos de Tecnologia Militar, em retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de nível intermediário de desenvolvimento e de tecnologia miliar, de acordo com os valores estabelecidos no Anexo III à Lei nº 9.657, de 1998, (art. 52º) ao 58º do Decreto nº 7.922/2013 com efeitos financeiros a partir de Janeiro/2013.

É vedada a acumulação de diferentes níveis de GG e a acumulação desta GG com qualquer adicional ou gratificação que tenha com o fundamento a qualificação profissional ou a titulação, (art. 86º do Decreto nº 7.922/2013)

Ato do Ministro de Estado da Defesa, permitida a delegação ao(s) Comandante(s) das Forças Armadas, poderá dispor sobre os procedimentos específicos para concessão da GG, observado o disposto neste Capítulo e na Lei nº 9.657, de 1998, (art. 58 do Decreto nº 7.922/2013)

**(*) Aposentado - GDATEM - art. 19-A da Lei nº 9.657/98 (art. 20 da MP 441/2008)**

**(*) Aposentado - GG - a GG será considerada no cálculo do provento e das pensões somente se o titular, grau ou categoria tiver sido obtido anteriormente à data da inativação, § 8º da Lei nº 9.657/98 (art. 20 da MP 441/2008)**

**(*) Aposentado - GG - A percepção da GG nos proventos de aposentadoria e pensões observará a legislação de criação da respectiva gratificação e os regramentos previdenciários aplicáveis a cada servidor, (art. 87º do Decreto nº 7.922/2013)**

**(*) Aposentado - GDATEM - art. 19-A da Lei nº 9.657/98 (art. 20 da MP 441/2008)**

**Legislações Correspondentes:**

Lei Delegada nº 134 de 27.08.92
Lei nº 8.460 de 17.09.92
Lei nº 9.657 de 03.06.98
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98
Portaria nº 10.331 de 18.12.2001
Portaria nº 493 de 29.10.2002
Decreto nº 4.492 de 29.11.2002
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.898 de 02.07.2003
Lei nº 9.957 de 03.06.98
Lei nº 9.657 de 03.06.98
Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Lei nº 12.277 de 30.06.2010
Lei nº 12.702 de 07.08.2012
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 - arts. 23 a 25
Decreto nº 7.922 de 18.02.2013
Lei nº 13.324 de 29.06.2013
Lei nº 13.324 de 29.07.2016
Lei nº 11.355 de 19.10.2006
Lei nº 11.498, de 28.06.2007
## 60. TECNOLOGIA MILITAR

Quadro de Pessoal Civil das Organizações Militares

* Cargos: Nível Auxiliar do Quadro de Pessoal Civil das Organizações Militares

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Auxiliar</th>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDA TEM</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDA TEM</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td>50 pts. TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>(**)</td>
<td></td>
<td>(**)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>III Especial</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td>D=(A+B)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.243,97</td>
<td>1.043,20</td>
<td>1.304,00</td>
<td>3.287,17</td>
</tr>
<tr>
<td>II Especial</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.221,63</td>
<td>1.032,00</td>
<td>1.290,00</td>
<td>3.253,63</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.199,47</td>
<td>1.022,40</td>
<td>1.278,00</td>
<td>3.221,87</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**demais cargos de nível auxiliar**, ocupados por servidores públicos, lotados nas organizações militares de tecnologia militar, com atribuições voltadas à execução de atividades técnicas relativas às áreas de desenvolvimento, manutenção e reparos relativos a projetos de construção, manutenção e modernização dos meios tecnológicos militares. *(NR)- item II do art. 6º da lei nº 9.657/98 - (redação dada pelo art. 121 da Lei nº 11.355/2006)

**VBC** - Vencimento Básico - (Anexo XXI à Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006)

GDATEM - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Operacional em Tecnologia Militar (Anexo I à Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998)

( ** ) Até que seja editado os atos referidos nos §§ 6º e 7º da MP 441/08 e processados os resultados da primeira avaliação de desempenho, a GDATEM será paga ao servidor que a ela faça jus nos valores correspondentes a oitenta pontos, observados a classe e padrão em que ele esteja posicionado.

( ** ) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDATEM no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos (pts.).

( ** ) A GDATEM será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo V da MP 441/2008.

Apontaremos referente à GDATEM será assim distribuída:

I - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional; e

II - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual.

( *** ) Aposentado - GDATEM - art. 19-A da Lei nº 9.657/98 (art. 20 da MP 441/2008)

( *** ) Opção da GDATEM - aposentado/pensionista art. 87 da Lei nº 13.324, de 2016.

Legislações Correspondentes:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Lei</th>
<th>Data</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Lei Delegada nº 13 de 27.08.92</td>
<td>Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 8.460 de 17.09.92</td>
<td>Lei nº 11.355 de 19.10.2006</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 9.657 de 03.06.98</td>
<td>Lei nº 11.498 de 28.06.2007</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98</td>
<td>Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.331 de 18.12.2001</td>
<td>Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008</td>
</tr>
<tr>
<td>Portaria nº 433 de 29.10.2002</td>
<td>Lei nº 11.907 de 02.02.2009</td>
</tr>
<tr>
<td>Decreto nº 4.492 de 29.11.2002</td>
<td>Decreto nº 7.133 de 19.03.2010</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.697 de 02.07.2003</td>
<td>Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 - arts. 23 a 25</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 10.698 de 02.07.2003</td>
<td>Lei nº 12.702 de 07.08.2012</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 224 de 21.10.2004</td>
<td>Lei nº 13.324 de 29.07.2016 art. 34 e art. 35 e art. 87</td>
</tr>
<tr>
<td>Lei nº 11.034 de 22.12.2004 art. 1</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
### 61. TRIBUNAL MARÍTIMO

 Cargo: Juiz-Presidente do Tribunal Marítimo
 Cargo: Juiz do Tribunal Marítimo

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>GDATM</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDATM</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td>VB</td>
<td></td>
<td></td>
<td>( * )</td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td>15.492,15</td>
<td>4.958,40</td>
<td>6.198,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>
**VB - Vencimento Básico** - (Anexo II da Lei nº 11.319, de 6 de julho de 2006) (Anexo LXXX da MP 441/2008)

**GDATM - Gratificação de Desempenho de Atividade do Tribunal Marítimo**

A GDATM é devida aos ocupantes dos cargos de provimento efetivo de que trata o caput do art. 3º da Lei nº 11.319/2006, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições do cargo no Tribunal Marítimo, e será atribuída em função do desempenho individual do servidor e do desempenho institucional do Tribunal Marítimo. (§ 1º do art. da Lei nº 11.319/2006 e art. 75 da Lei nº 12.702/2012)

(*) A GDATM será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo III da Lei nº 11.319, de 6 de julho de 2006.

A pontuação referente à GDATM será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a sua primeira avaliação de desempenho que venha a surtir efeito financeiro, o servidor que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outro afastamento sem direito à percepção da GDATM no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Até que sejam publicados os atos a que se referem os §§ 2º e 3º do art. 3º da Lei nº 11.319/06 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional conforme disposto nos incisos I e II do § 4º, todos os servidores que fizerem jus à GDATM deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de GDATM.

(**) Aposentado: GDATM - art. 4º da Lei nº 11.319/2006.

(**) Opção da GDATM - aposentado/pensionista art. 112 a 117 da Lei nº 13.328, de 2016

Legislações Correspondentes:

- Decreto nº 2.333 de 11.06.87
- Lei Delegada nº 73 de 27.08.92
- Lei nº 8.460 de 17.09.92
- Lei Complementar nº 73 de 10.02.93
- Medida Provisória nº 485 de 29.03.2001
- Medida Provisória nº 537.94 de 28.06.94
- Medida Provisória nº 9.028 de 1995
- Medida Provisória nº 1.587-3 de 13.11.97
- Medida Provisória nº 9.657 de 03.06.1998
- Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98
- Medida Provisória nº 2.048-26 de 29.06.2000
- Medida Provisória nº 2.048-28 de 28.08.2000
- Medida Provisória nº 2.048-29 de 27.09.2000
- Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000
- Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000
- Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001
- Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001
- Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001
- Medida Provisória nº 2136-38 de 26.04.2001
- Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001
- Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001
- Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001
- Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001
- Medida Provisória nº 23.02.94 de 28.06.94
- Lei nº 10.331 de 18.12.2001
- Lei nº 10.698 de 02.07.2003
- Lei nº 10.931 de 06.07.2006
- Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
- Medida Provisória nº 11.907 de 02.02.2009
- Decreto 6.537 de 11.08.2008
- Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art.76
- Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 75
- Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 112 e arts. 113 a 117
62. CARGOS EM COMISSÃO E GRATIFICAÇÕES

**REMUNERAÇÃO DO GRUPO DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS**

<table>
<thead>
<tr>
<th>CATEGORIA DIREÇÃO / CATEGORIA ASSESSORAMENTO</th>
<th>VALOR UNITÁRIO (em R$) (*)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>DAS 102.1 e DAS 102.3</td>
<td>5.949,01</td>
</tr>
<tr>
<td>DAS 102.2</td>
<td>3.143,27</td>
</tr>
<tr>
<td>DAS 102.2 e DAS 102.1</td>
<td>2.467,80</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(*) (a partir de agosto/2000) - A remuneração dos Cargos em Comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS, inicia-se a partir de um percentual de 60% (sessenta por cento) do respectivo cargo em comissão.

**OPÇÃO**: O servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal, investido nos cargos a que se refere o art. 9º da MP 375/07, poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas:

I - a remuneração do cargo em comissão, acrescida dos anuênios;

II - a diferença entre a remuneração do cargo em comissão e a remuneração do cargo efetivo, do posto ou graduação, ou emprego, ou

III - a remuneração do cargo efetivo, do posto ou graduação, ou do emprego, acrescida do percentual de 60% (sessenta por cento) do respectivo cargo em comissão.

Os cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS serão constituídos pelas seguintes categorias: a) direção - código 101 e b) assessoramento - código 102.

**Legislações Correspondentes:**
- Lei nº 5645 de 10.12.1970;
- Lei nº 8.622 de 19.03.1993;
- Portaria nº 3596 de 27.10.1995;
- Decreto nº 2.693 de 26.07.1998;
- Medida Provisória nº 2100-42 de 27.03.2001;
- Medida Provisória nº 2100-43 de 24.08.2001;
- Medida Provisória nº 2100-44 de 22.12.2000;
- Decreto nº 8.819 de 21.07.2016;

**FUNÇÕES COMISIONADAS DO PODER EXECUTIVO - FCPE**

<table>
<thead>
<tr>
<th>CATEGORIA DIREÇÃO / CATEGORIA ASSESSORAMENTO</th>
<th>VALOR UNITÁRIO (em R$) (*)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>FCPE 101 e FCPE 102.4</td>
<td>5.685,89</td>
</tr>
<tr>
<td>FCPE 103 e FCPE 102.3</td>
<td>3.116,41</td>
</tr>
<tr>
<td>FCPE 102.2 e FCPE 102.2</td>
<td>1.885,96</td>
</tr>
<tr>
<td>FCPE 101 e FCPE 102.1</td>
<td>1.480,75</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(*) (a partir de setembro/2000) - A remuneração dos Cargos em Comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS, inicia-se a partir de um percentual de 60% (sessenta por cento) do respectivo cargo em comissão.

**OPÇÃO**: O servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal, investido nos cargos a que se refere o art. 9º da MP 375/07, poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas:

I - a remuneração do cargo em comissão, acrescida dos anuênios;

II - a diferença entre a remuneração do cargo em comissão e a remuneração do cargo efetivo, do posto ou graduação, ou emprego, ou

III - a remuneração do cargo efetivo, do posto ou graduação, ou do emprego, acrescida do percentual de 60% (sessenta por cento) do respectivo cargo em comissão.

Os cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS serão constituídos pelas seguintes categorias: a) direção - código 101 e b) assessoramento - código 102.

**Legislações Correspondentes:**
- Lei nº 5645 de 10.12.1970;
- Lei nº 8.622 de 19.03.1993;
- Portaria nº 3596 de 27.10.1995;
- Decreto nº 2.693 de 26.07.1998;
- Medida Provisória nº 2100-42 de 27.03.2001;
- Medida Provisória nº 2100-43 de 24.08.2001;
- Medida Provisória nº 2100-44 de 22.12.2000;
- Decreto nº 8.819 de 21.07.2016;

**Elaborado:** CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
<table>
<thead>
<tr>
<th>NÍVEL</th>
<th>VENCIMENTO</th>
<th>GADF (*)</th>
<th>TOTAL em R$</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>FG - 1</td>
<td>144,62</td>
<td>306,46</td>
<td>491,08</td>
</tr>
<tr>
<td>FG - 2</td>
<td>142,02</td>
<td>235,76</td>
<td>377,78</td>
</tr>
<tr>
<td>FG - 3</td>
<td>109,24</td>
<td>113,49</td>
<td>222,73</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(*) GADF - Gratificação de Atividade pelo Desempenho de Função (artigo 15 da Lei Delegada nº 13/1992)

Legislações Correspondentes:

---

<table>
<thead>
<tr>
<th>NÍVEL</th>
<th>VENCIMENTO</th>
<th>GADF (*)</th>
<th>AGE (**)</th>
<th>TOTAL em R$</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>FG - 1</td>
<td>25,40</td>
<td>208,16</td>
<td>557,82</td>
<td>891,18</td>
</tr>
<tr>
<td>FG - 2</td>
<td>107,11</td>
<td>177,79</td>
<td>316,65</td>
<td>599,03</td>
</tr>
<tr>
<td>FG - 3</td>
<td>88,73</td>
<td>147,30</td>
<td>250,04</td>
<td>486,07</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(*) GADF - Gratificação de Atividade pelo Desempenho de Função (artigo 15 da Lei Delegada nº 13/1992)
(**) AGE - Adicional de Gestão Educacional - Valor em R$

Legislações Correspondentes:
Lei nº 8.118 de 16.01.1991; Lei Delegada nº 13 de 27.08.1992; Medida Provisória nº 1657 de 04.05.1998; Lei nº 9.460 de 25.05.1998; Decreto nº 2.693 de 28.07.1998; Medida Provisória nº 2648 de 28.08.2000 - art. 69;
Medida Provisória nº 2.136-36 de 27.03.2001; Medida Provisória nº 2.150-39 de 31.05.2001 - art. 69; Medida Provisória nº 2.940-42 de 24.08.2001; Lei nº 10.331 de 18.12.2001; Lei nº 10.470 de 25.06.2002; Medida Provisória nº 52 de 04.07.2002;

---

<table>
<thead>
<tr>
<th>NÍVEL</th>
<th>VENCIMENTO</th>
<th>GADF (*)</th>
<th>TOTAL em R$</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>AUXILIAR</td>
<td>53,84</td>
<td>255,38</td>
<td>409,22</td>
</tr>
<tr>
<td>SECRETÁRIO/ESPECIAL</td>
<td>114,62</td>
<td>306,46</td>
<td>421,08</td>
</tr>
<tr>
<td>ASSISTENTE</td>
<td>221,56</td>
<td>367,78</td>
<td>599,34</td>
</tr>
<tr>
<td>SUPERVISOR</td>
<td>245,84</td>
<td>44,24</td>
<td>707,12</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Legislações Correspondentes:

---

GRTS - 3 | 3.726,46 |
GRTS - 2 | 2.916,35 |
GRTS - 1 | 2.430,29 |

Legislações Correspondentes:
### 62. CARGOS EM COMISSÃO E GRATIFICAÇÕES

#### GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO (GR) DA PRESIñÊNCIA DA REPúBLICA - APOIO DA PR/VPR

<table>
<thead>
<tr>
<th>GR</th>
<th>Vencimento</th>
<th>GADF (*)</th>
<th>TOTAL em R$</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>I - Auxiliar</td>
<td>221,56</td>
<td>367,78</td>
<td>589,34</td>
</tr>
<tr>
<td>II - Especialista</td>
<td>265,84</td>
<td>441,28</td>
<td>707,12</td>
</tr>
<tr>
<td>III - Secretário</td>
<td>315,03</td>
<td>516,32</td>
<td>827,35</td>
</tr>
<tr>
<td>IV - Assistente</td>
<td>354,59</td>
<td>588,63</td>
<td>943,22</td>
</tr>
<tr>
<td>V - Supervisor</td>
<td>397,12</td>
<td>659,22</td>
<td>1,056,34</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(*) GADF - Gratificação de Atividade pelo Desempenho de Função (artigo 15 da Lei Delegada no 13/92)

PR/VPR - Presidência/Vice-Presidência da República


#### GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GABINETE - RGM

<table>
<thead>
<tr>
<th>Denominação</th>
<th>Vencimento</th>
<th>GADF (*)</th>
<th>TOTAL em R$</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Oficial de Gabinete</td>
<td>38,28</td>
<td>63,55</td>
<td>101,83</td>
</tr>
<tr>
<td>Auxiliar de Gabinete</td>
<td>38,89</td>
<td>64,56</td>
<td>103,45</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(*) GADF - Gratificação de Atividade pelo Desempenho de Função (artigo 15 da Lei Delegada no 13/92)

Poderão perceber a Gratificação de Representação de Gabinete ou a Gratificação Temporária, até 31 de janeiro de 2019, os servidores ou os empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União.

(Art. 7º da Lei nº 10.485, de 2002 - redação dada pelo art. 38 da Medida Provisória nº 765, de 2016)

Legislações Correspondentes:


#### GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO GABINETE MILITAR - RMP DA PR/VPR - MILITARES

(Gratificação de exercício em cargo de confiança nos órgãos da PR e no Ministério da Defesa, devida aos Servidores Militares - art. 11 da Lei nº 8.460 de 17 de setembro de 1992)

<table>
<thead>
<tr>
<th>GRUPO</th>
<th>VALOR em R$</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>A</td>
<td>1.584,92</td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td>1.440,45</td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td>1.308,56</td>
</tr>
<tr>
<td>D</td>
<td>1.189,21</td>
</tr>
<tr>
<td>E</td>
<td>1.082,44</td>
</tr>
<tr>
<td>F</td>
<td>984,03</td>
</tr>
</tbody>
</table>

PR/VPR - Presidência/Vice-Presidência da República


Lei nº 13.341 de 29.09.2016; Decreto nº 9.000 de 08.03.2017

---

Elaborado:CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73 578
### 62. CARGOS EM COMISSÃO E GRATIFICAÇÕES

#### GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE FUNÇÃO GABINETE MILITAR - RMM

(Gratificação de representação de função nos gabinetes dos ministros Militares e do EMFA (Estado Maior das Forças Armadas). A partir de agosto de 2000 o EMFA foi extinto, sendo criado o Ministério da Defesa-MD, com a vinculação da Administração Direta da Defesa, os Comandos da Aeronáutica, Marinha e Exército.

<table>
<thead>
<tr>
<th>GRUPO</th>
<th>VALOR em R$</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Ajudante “A”</td>
<td>24,55</td>
</tr>
<tr>
<td>Ajudante “B”</td>
<td>49,06</td>
</tr>
<tr>
<td>Ajudante “C”</td>
<td>73,59</td>
</tr>
<tr>
<td>Ajudante “D”</td>
<td>98,14</td>
</tr>
<tr>
<td>Assessor/Adjunto</td>
<td>147,21</td>
</tr>
<tr>
<td>Assistente</td>
<td>196,30</td>
</tr>
<tr>
<td>Subchefe/Assessor Chefe</td>
<td>441,67</td>
</tr>
<tr>
<td>Chefe</td>
<td>490,73</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**OPÇÃO:** O servidor ocupante de cargo efetivo, o militar ou o empregado permanente de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal, investido nos cargos a que se refere o art. 1º da Lei nº 11.526/2007, poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas:

I - a remuneração do cargo em comissão, acrescida dos anuênios;

II - a diferença entre a remuneração do cargo em comissão e a remuneração do cargo efetivo, do posto ou graduação, ou emprego, acrescida do percentual de 60% (sessenta por cento) do respectivo cargo em comissão.

**Legislações Correspondentes:**


### Funções Comissionadas do Banco Central do Brasil (FCBC)

#### DIREÇÃO/ASSESSORIA

<table>
<thead>
<tr>
<th>CODIGO</th>
<th>DESCRIÇÃO</th>
<th>VALOR UNITÁRIO em R$</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>FDS/1FDJ-1</td>
<td>Secretário Executivo/ Chefe de Gabinete do Presidente/Procurador Geral</td>
<td>9.283,32</td>
</tr>
<tr>
<td>FDE/1FCA-1</td>
<td>Chefe de Unidade/Consultor da Diretoria</td>
<td>7.874,16</td>
</tr>
<tr>
<td>FDE/2FCA-2</td>
<td>Chefe Adjunto de Unidade/Consultor</td>
<td>6.063,20</td>
</tr>
<tr>
<td>FDT/1FCA-3</td>
<td>Chefe de Subunidade/Assessor Senior</td>
<td>4.015,54</td>
</tr>
<tr>
<td>FDO/1FCA-4</td>
<td>Coordenador/Assessor Pleno</td>
<td>3.180,89</td>
</tr>
<tr>
<td>FCA-5</td>
<td>Assessor Junior</td>
<td>1.283,32</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### SUPORTE

<table>
<thead>
<tr>
<th>CODIGO</th>
<th>DESCRIÇÃO</th>
<th>VALOR UNITÁRIO em R$</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>FST-1</td>
<td>Supervisor Operacional I</td>
<td>882,29</td>
</tr>
<tr>
<td>FST-2</td>
<td>Supervisor Operacional II</td>
<td>641,68</td>
</tr>
<tr>
<td>FST-3</td>
<td>Supervisor Operacional III</td>
<td>481,25</td>
</tr>
</tbody>
</table>


#### MINISTRO DE ESTADO - BANCO CENTRAL DO BRASIL

<table>
<thead>
<tr>
<th>SUBSÍDIO</th>
<th>VALOR UNITÁRIO em R$</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>30.354,70</td>
</tr>
</tbody>
</table>

62. CARGOS EM COMISSÃO E GRATIFICAÇÕES

MINISTRO DE ESTADO (São Ministros de Estado - conforme § único do art. 25 da Lei nº 10.683 de 28.05.2003)


LEGISLAÇÃO

VALOR UNITÁRIO em R$

<table>
<thead>
<tr>
<th>CARGO</th>
<th>VALOR UNITÁRIO em R$</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Coordenador Técnico GSE-1</td>
<td>1.210,10</td>
</tr>
<tr>
<td>Coordenador de Informática GSE-2</td>
<td>1.210,10</td>
</tr>
<tr>
<td>Assistente Técnico GSE-3</td>
<td>648,26</td>
</tr>
<tr>
<td>Coordenador de Área GSE-4</td>
<td>907,56</td>
</tr>
<tr>
<td>Coordenador de Subárea GSE-5</td>
<td>648,26</td>
</tr>
<tr>
<td>Agente de Coleta M unicipal GSE-6</td>
<td>388,95</td>
</tr>
<tr>
<td>Coordenador Administrativo GSE-7</td>
<td>907,56</td>
</tr>
<tr>
<td>Assistente Administrativo GSE-8</td>
<td>648,26</td>
</tr>
</tbody>
</table>


Vice-Presidente da República

LEGRANIZAÇÕES

30.934,70

LEGISLAÇÃO

30.934,70

LEGISLAÇÃO

Vice-Presidente da República

GRAÇAÇÃO POR SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO - GSE

LEGISLAÇÃO

30.934,70

LEGISLAÇÃO

CARGOS ESPECIAIS DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL - CETG

LEGISLAÇÕES

CARGO                      | VALOR UNITÁRIO em R$
<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>CETG - VII</td>
<td>15.829,58</td>
</tr>
<tr>
<td>CETG - VI</td>
<td>15.479,92</td>
</tr>
<tr>
<td>CETG - V</td>
<td>12.445,57</td>
</tr>
<tr>
<td>CETG - IV</td>
<td>9.476,47</td>
</tr>
<tr>
<td>CETG - III</td>
<td>5.184,01</td>
</tr>
<tr>
<td>CETG - II</td>
<td>3.143,27</td>
</tr>
<tr>
<td>CETG - I</td>
<td>2.467,80</td>
</tr>
</tbody>
</table>

OPÇÃO: O servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

LEGISLAÇÕES

Elaborado:CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
### 62. CARGOS EM COMISSÃO E GRATIFICAÇÕES

#### GRATIFICAÇÃO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS DE INFORMAÇÃO E INFORMÁTICA - GSISP

<table>
<thead>
<tr>
<th>NÍVEL CARGO</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
<th>VALOR DA GSISP em R$</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Superior</td>
<td></td>
<td>4.103,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Intermediário</td>
<td></td>
<td>2.514,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

GSISP: devida aos titulares de cargos de provimento efetivo que se encontram em exercício no órgão central e nos órgãos setoriais, seccionais e correlatos do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática GSISP, organizado conforme disposto nos arts. 30 e 31 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e na alínea e inciso XVII do caput do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, enquanto permanecerem nesta condição. A GSISP será paga em conjunto com a remuneração devida pelo exercício de cargo ou função comissionada e com a gratificação de desempenho a que o servidor faça jus em virtude do Plano de Cargos ou Carreiras ao qual pertença e não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens.

A GSISP não poderá ser percebida cumulativamente com a Gratificação que tratam o art. 15 da Lei nº 11.396, de 19 de outubro de 2006 e o art. 292 da Lei nº 11.907/2009. A GSISP não integrará os proventos da aposentadoria e as pensões.


#### VALOR MÁXIMO DA SOMA DA GSISP COM A REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR (* *)

<table>
<thead>
<tr>
<th>NÍVEL CARGO</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
<th>(*) VALOR MÁXIMO GSISP em R$</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Superior</td>
<td></td>
<td>14.165,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Intermediário</td>
<td></td>
<td>8.311,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(* *) O valor da GSISP será ajustado para cada servidor que a ela fizer jus, de modo que a soma da GSISP com a remuneração total do servidor de que trata o caput do art. 287 da Lei 11.907/2009, excluídas as vantagens pessoais e a retribuição devida pelo exercício de cargo ou função comissionada, não seja superior ao valor estabelecido no Anexo CLX da Lei 11.907/2009.


#### GRATIFICAÇÃO TEMPORÁRIA DE ATIVIDADE EM ESCOLA DE GOVERNO - GAEG

<table>
<thead>
<tr>
<th>NÍVEL CARGO</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
<th>VALOR DA GAEG em R$</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Superior</td>
<td></td>
<td>3.206,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Intermediário</td>
<td></td>
<td>2.052,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Auxiliar</td>
<td></td>
<td>731,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

GAEG - devida aos titulares de cargos de provimento efetivo, em efetivo exercício nas escolas a seguir, enquanto permanecerem nesta condição: Escola de Administração Fiscal e Tributária - EAFAT; Escola Nacional de Administração Pública - ENAP; e Instituto de Apoio ao Desenvolvimento da Informática na Administração - IRBI.

A partir de 1º de julho de 2012, aplica-se a Gratificação Temporária de Atividade em Escola de Governo - GAEG, de que trata o art. 292 da Lei nº 11.907/2009 aos titulares de cargos de provimento efetivo, regulados pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em efetivo exercício na Academia Nacional de Polícia, enquanto permanecerem nesta condição. (art. 292-A da Lei 11.907/2009 e art. 62 da Medida Provisória nº 568/2012 e art. 61 da Lei nº 12.702 de 07.08.2012)

Os titulares de cargos efetivos remunerados por subsídio em exercício nas escolas de que tratam os incisos I, II e III do ART. 292 da Lei nº 11.907/2009 não farão jus à percepção da GAEG. Os titulares de cargos efetivos remunerados por subsídio em exercício na Academia Nacional de Polícia não farão jus à percepção da GAEG (§ único, art. 292-A da Lei nº 11.907/2009 - redação dada pelo art. 62 da Medida Provisória nº 568/2012).


#### VALOR MÁXIMO DA SOMA DA GAEG COM A REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR (* *)

<table>
<thead>
<tr>
<th>NÍVEL CARGO</th>
<th>Posição: janeiro/2017</th>
<th>(*) VALOR MÁXIMO GAEG em R$</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Superior</td>
<td></td>
<td>13.185,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Intermediário</td>
<td></td>
<td>7.924,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Auxiliar</td>
<td></td>
<td>4.234,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(* *) O valor da GAEG será ajustado para cada servidor que a ela fizer jus, de modo que a soma da GAEG com a remuneração total do servidor de que trata o art. 292 e 292-A da Lei nº 11.907/2009, excluídas as vantagens pessoais e a retribuição devida pelo exercício de cargo ou função comissionada, não seja superior ao valor estabelecido no Anexo CLXIII da Lei 11.907/2009.

62. CARGOS EM COMISSÃO E GRATIFICAÇÕES

Gratificação Temporária das Unidades Gestoras dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE

<table>
<thead>
<tr>
<th>NÍVEL CARGO</th>
<th>VALOR MÁXIMO DA GSISTE em R$</th>
<th>VALOR MÁXIMO DA GSISTE em R$</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Órgãos Centrais</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Superior</td>
<td>3.206,00</td>
<td>2.885,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Intermediário</td>
<td>2.052,00</td>
<td>1.847,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Auxiliar</td>
<td>731,00</td>
<td>658,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>


A GSISTE poderá ser deferida a servidores em exercício nos Gabinetes de Ministros e Secretarias Executivas das respectivas Pastas a que se subordinam os órgãos centrais, observados os quantitativos globais fixados para cada órgão.


**VALOR MÁXIMO DA SOMA DA GSISTE COM A REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR (**) | Posição: janeiro/2017**

<table>
<thead>
<tr>
<th>NÍVEL CARGO</th>
<th>VALOR MÁXIMO DA SOMA DA GSISTE em R$</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Superior</td>
<td>13.185,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Intermediário</td>
<td>8.589,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Auxiliar</td>
<td>4.234,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(**) O valor da GSISTE será ajustado para cada servidor que a ela fizer jus, de modo que a soma da GSISTE com a remuneração total do servidor de que trata o caput do art. 15 da Leis nº 11.356/2006, excluídas as vantagens pessoais e a retribuição devida pelo exercício de cargo ou função comissionada, não seja superior ao valor estabelecido no Anexo IX à Lei 11.356/2006. Medida Provisória 479 de 30.12.2009 art. 18


Gratificação Específica de Produção de Radioisótopos e Radiofármacos – GEPR

<table>
<thead>
<tr>
<th>NÍVEL CARGO</th>
<th>VALOR UNITÁRIO em R$</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Superior</td>
<td>1.275,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Intermediário</td>
<td>942,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Gratificação Específica de Produção de Radioisótopos e Radiofármacos - GEPR, devida aos servidores titulares de cargos de provimento efetivo integrantes das Carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, do Desenvolvimento Tecnológico e da Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei no 8.691, de 28 de julho de 1993, e do Quadro de Pessoal da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, que, no âmbito do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares – IPEN, do Instituto de Engenharia Nuclear – IEN e do Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear – CDTN, exercem, na forma do regulamento, atividades relacionadas à produção de radioisótopos e radiofármacos, enquanto se encontrarem nesta condição.

A partir do 1º de janeiro de 2010, os servidores titulares de cargos de provimento efetivo, integrantes das Carreiras em Ciência e Tecnologia, do Desenvolvimento Tecnológico e da Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei no 8.691, de 28 de julho de 1993, do Quadro de Pessoal da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN que, no âmbito do Centro Regional de Ciências Nucleares do Nordeste – CRCN-NE, exercam, na forma do regulamento, atividades relacionadas à produção de radioisótopos e radiofármacos, enquanto se encontrarem nesta condição, farão jus à GEPR, conforme disposto no art. 285 da Lei nº 11.907/2009.

A GEPR não integrará os proventos da aposentadoria e as pensões.


Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
## 62. CARGOS EM COMISSÃO E GRATIFICAÇÕES

### Remuneração dos Cargos de Direção (CD) das Instituições Federais de Ensino (IFES)

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível</th>
<th>Remuneração em R$ (*)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>CD - 1</td>
<td>12.309,21</td>
</tr>
<tr>
<td>CD - 2</td>
<td>10.289,74</td>
</tr>
<tr>
<td>CD - 3</td>
<td>8.077,92</td>
</tr>
<tr>
<td>CD - 4</td>
<td>5.866,10</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(*) A remuneração passa a ser constituída de uma única parcela a partir da Medida Provisória nº 2.048-28 de 28.08.2000

**OPÇÃO:** O servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal, investido nos cargos a que se refere o art. 9º da MP 375/07, poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas:

I - a remuneração do cargo em comissão, acrescida dos anuênios;
II - a diferença entre a remuneração do cargo em comissão e a remuneração do cargo efetivo, do posto ou graduação, ou emprego; ou
III - a remuneração do cargo efetivo, do posto ou graduação, ou do emprego, acrescida do percentual de 60% (sessenta por cento) do respectivo cargo em comissão.

O docente da carreira de Magistério, integrante do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, a que se refere a Lei nº 7596/87, submetido ao Regime de Dedicación Exclusiva, poderá ocupar Cargo de Direção - CD nas IFES, sendo-lhe facultado optar, quando ocupante de CD, nos termos do inciso III do art. 2º da MP 375/07

Legislações Correspondentes:

- Lei nº 8.168 de 16.01.1991;
- Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000 – art. 65º;
- Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001 – art. 68º;
- Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001;
- Medida Provisória nº 2150-39 de 27.07.2001;
- Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001;
- Medida Provisória nº 2150-39 de 24.08.2001;
- Medida Provisória nº 2150-39 de 24.08.2001;
- Medida Provisória nº 2150-39 de 27.07.2001;
- Medida Provisória nº 2150-39 de 27.07.2001;

### Gratificação Temporária de Agências Reguladoras - GTAR

EXCLUIDAS AS VANTAGENS PESSOAIS E AS DEVIDAS PELA NATUREZA OU LOCAL DE TRABALHO

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível do Cargo</th>
<th>Valor Mínimo em R$</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Superior</td>
<td>4.032,61</td>
</tr>
<tr>
<td>Intermediário</td>
<td>2.333,94</td>
</tr>
<tr>
<td>Auxiliar</td>
<td>1.432,22</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(*) GTAR (Instituída em 26.06.2012) a ser percebida pelos servidores dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, cedidos às Agências Reguladoras que trata o anexo I da Lei nº 11.357/2006. GTAR é devida aos servidores das Agências Reguladoras que trata o anexo I da Lei nº 11.357/2006. O valor da GTAR será ajustado, para cada servidor que a a ela fizer jus, de modo que a soma da GTAR com a remuneração total do servidor, não seja superior ao valor estabelecido no Anexo V do Art. 1º da Lei nº 10.882, de 2004 excluídas as vantagens pessoais e devidas pela natureza ou local de trabalho, não seja superior ao valor estabelecido no Anexo V da Lei nº 10.882, de 2004.

**O quantitativo total de GTAR será reduzido** à medida que os servidores de que trata o art. 6º da Lei nº 10.882/2004, cedidos à Agência Reguladora na data da entrada em vigor do respectivo Plano Especial de Cargo, deixarem a condição de cedidos para a respectiva Agência. (§4º do art. 6º da Lei nº 10.882/2004) **Legislações Correspondentes:**

- Leis nº 10.882 de 09.06.2004 e 11.331 de 18.10.2006 - Anexo XV

### Função Comissionada de Coordenação de Curso - FCC

**Valor Unitário** em R$ 898,17

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível do Cargo</th>
<th>Valor Mínimo em R$</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Nível Único</td>
<td>898,17</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fica instituída (em 25.06.2012) a Função Comissionada de Coordenação de Curso - FCC, a ser exercida, exclusivamente, por servidores que desempenhem atividade de coordenação acadêmica de cursos técnicos, tecnológicos, de graduação e de pós-graduação stricto sensu, regularmente instituídos no âmbito das instituições federais de ensino, (art.7º da Lei nº 12.677, de 25.06.2012). É vedada a percepção de FCC cumulativa com a retribuição de funções gratificadas, cargos de direção ou com quaisquer outra forma de retribuição pelo exercício de cargo em comissão ou função de confiança.

**Legislações Correspondentes:**

62. CARGOS EM COMISSÃO E GRATIFICAÇÕES

CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL - NES

<table>
<thead>
<tr>
<th>CARGO</th>
<th>VALOR UNITÁRIO (em R$)</th>
<th>POSIÇÃO</th>
<th>JANEIRO/2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Comandante da Marinha</td>
<td>15.629,58</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Comandante do Exército</td>
<td>15.629,58</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Comandante da Aeronáutica</td>
<td>15.629,58</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Secretário Geral do Ministério da Defesa</td>
<td>15.629,58</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Chefe do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas</td>
<td>15.629,58</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Secretário Geral de Contencioso</td>
<td>15.629,58</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

OPÇÃO: O servidor ocupante de cargo efetivo ou empregado em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal, investido nos cargos a que se refere o art. 1º da MP 375/07, poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas: (Anexo I à Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007)

I - a remuneração do cargo em comissão, acrescida dos anuênios;

II - a diferença entre a remuneração do cargo em comissão e a remuneração do cargo efetivo, do posto ou emprego;

III - a remuneração do cargo efetivo, do posto ou emprego, acrescida do percentual de 60% (sessenta por cento) do respectivo cargo em comissão.

Legislações Correspondentes:
Lei nº 8.622 de 19.03.93; Decreto nº 2.693 de 28.07.98; Medida Provisória nº 2.048-28 de 28.08.2000 - art. 65; Medida Provisória nº 2.136-36 de 27.03.2001; Medida Provisória nº 2.50-41 de 27.07.2001 - art. 68;

Função Comissionada Técnica - FCT - Poder Executivo Federal

<table>
<thead>
<tr>
<th>FUNÇÃO COMISSIONADA TÉCNICA</th>
<th>VALOR UNITÁRIO (em R$)</th>
<th>VÃO DA OPÇÃO (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>FCT 1</td>
<td>6.372,24</td>
<td>1.911,68</td>
</tr>
<tr>
<td>FCT 2</td>
<td>5.344,63</td>
<td>1.603,29</td>
</tr>
<tr>
<td>FCT 3</td>
<td>4.462,75</td>
<td>1.434,27</td>
</tr>
<tr>
<td>FCT 4</td>
<td>3.759,84</td>
<td>1.278,24</td>
</tr>
<tr>
<td>FCT 5</td>
<td>3.153,50</td>
<td>1.168,79</td>
</tr>
<tr>
<td>FCT 6</td>
<td>2.644,98</td>
<td>1.077,99</td>
</tr>
<tr>
<td>FCT 7</td>
<td>2.218,42</td>
<td>976,11</td>
</tr>
<tr>
<td>FCT 8</td>
<td>1.860,68</td>
<td>911,73</td>
</tr>
<tr>
<td>FCT 9</td>
<td>1.595,61</td>
<td>856,33</td>
</tr>
<tr>
<td>FCT 10</td>
<td>1.309,94</td>
<td>811,55</td>
</tr>
<tr>
<td>FCT 11</td>
<td>1.097,69</td>
<td>764,49</td>
</tr>
<tr>
<td>FCT 12</td>
<td>920,82</td>
<td>736,68</td>
</tr>
<tr>
<td>FCT 13</td>
<td>772,32</td>
<td>695,09</td>
</tr>
<tr>
<td>FCT 14</td>
<td>647,77</td>
<td>617,77</td>
</tr>
<tr>
<td>FCT 15</td>
<td>543,32</td>
<td>543,32</td>
</tr>
</tbody>
</table>

OPÇÃO: O servidor investido nas Funções Comissionadas Técnicas poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas:

I - a remuneração do valor unitário total da Função Comissionada Técnica, acrescida dos anuênios;

II - a diferença entre a remuneração total da Função Comissionada Técnica e a remuneração do cargo efetivo, do posto ou emprego;

III - a remuneração do cargo efetivo, acrescida do valor de opção, conforme estabelecido no Anexo III à Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007.

As FCT destinam-se exclusivamente aos ocupantes de cargos conforme art. 2º do Decreto nº 4.941/2003:

I - ocupantes de cargos efetivos referidos no Anexo V à Lei nº 9.367, de 16 de dezembro de 1996, que não tenham sido estruturados em carreiras ou abrangidos pelo art. 1º da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001;

II - ocupantes de cargos do Plano vàrio de Cargos do Departamento de Polícia Federal, conforme estabelecido no art. 10 da Lei nº 10.682, de 26 de maio de 2003; III - ocupantes de cargos da Carreira Previdenciária, como dispõe o art. 19 da Lei nº 10.586, de 13 de novembro de 2002; IV - ocupantes de cargos da Carreira Previdenciária, como dispõe o art. 19 da Lei nº 10.586, de 14 de maio de 2003. O disposto no § 1º, item, do art. 58 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, não se aplica aos servidores do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda - PECFAZ: Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda (art. 228 e art. 264 da Lei nº 11.907/2009).

Legislações Correspondentes:
**62. CARGOS EM COMISSÃO E GRATIFICAÇÕES**

**GRATIFICAÇÃO TEMPORÁRIA - GT - Advocacia-Geral da União (art. 17 da Lei nº 9.028 de 12.04.1995)**

<table>
<thead>
<tr>
<th>NÍVEL GT</th>
<th>VALOR (R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>GT I</td>
<td>615,65</td>
</tr>
<tr>
<td>GT II</td>
<td>444,64</td>
</tr>
<tr>
<td>GT III</td>
<td>273,63</td>
</tr>
<tr>
<td>GT IV</td>
<td>205,22</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Poderão perceber a Gratificação de Representação de Gabinete ou a Gratificação Temporária - GT, até 31 de janeiro de 2019, os servidores ou os empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União. (art. 7º da Lei nº 10.480, de 2002 - redação dada pelo art. 38 da Medida Provisória nº 765, de 2016)


---

**AGÊNCIAS REGULADORAS - ANATEL, ANEL, ANP, ANVISA e ANS (Lei nº 9.986/2000) e ANAC (Lei nº 11.182/2005)**

<table>
<thead>
<tr>
<th>CARGO COMISSIONADO DE DIREÇÃO</th>
<th>VALOR REMUNERATÓRIO em R$</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>CD I</td>
<td>15.925,04</td>
</tr>
<tr>
<td>CD II</td>
<td>15.126,78</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>CARGO COMISSIONADO DE GERÊNCIA EXECUTIVA</th>
<th>VALOR REMUNERATÓRIO em R$</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>CGE I</td>
<td>14.332,53</td>
</tr>
<tr>
<td>CGE II</td>
<td>12.740,03</td>
</tr>
<tr>
<td>CGE III</td>
<td>11.943,77</td>
</tr>
<tr>
<td>CGE IV</td>
<td>7.982,51</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>CARGO COMISSIONADO DE ASSESSORIA</th>
<th>VALOR REMUNERATÓRIO em R$</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>CA I</td>
<td>12.740,03</td>
</tr>
<tr>
<td>CA II</td>
<td>11.943,77</td>
</tr>
<tr>
<td>CA III</td>
<td>3.325,16</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>CARGO COMISSIONADO DE ASSISTÊNCIA</th>
<th>VALOR REMUNERATÓRIO em R$</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>CAS I</td>
<td>2.515,37</td>
</tr>
<tr>
<td>CAS II</td>
<td>2.179,99</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**OPÇÃO:** O servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal, investido nos cargos a que se refere o art. 1º da MP 375/07, poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas:

I - a remuneração do cargo em comissão, acrescida dos anúncios;

II - a diferença entre a remuneração do cargo em comissão e a remuneração do cargo efetivo, do posto ou graduação, ou emprego;

III - a remuneração do cargo efetivo, do posto ou graduação, ou do emprego, acrescida do percentual de 60% (sessenta por cento) do respectivo cargo em comissão.


---

**AGÊNCIAS REGULADORAS - ANATEL, ANEL, ANP, ANVISA e ANS (Lei nº 9.986/2000) e ANAC (Lei nº 11.182/2005)**

<table>
<thead>
<tr>
<th>CARGO COMISSIONADO TÉCNICO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS</th>
<th>VALOR REMUNERATÓRIO em R$</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>CCT V **</td>
<td>3.027,74</td>
</tr>
<tr>
<td>CCT IV **</td>
<td>2.122,56</td>
</tr>
<tr>
<td>CCT III **</td>
<td>1.122,69</td>
</tr>
<tr>
<td>CCT II</td>
<td>969,72</td>
</tr>
<tr>
<td>CCT I</td>
<td>876,35</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**CCT:** Ao ocupante de Cargo Comissionado Técnico será pago um valor acrescido ao salário ou vencimento, (art.33 § único da Lei 10.871/2004).

**ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil; os Cargos Comissionados Técnicos da ANAC são: CCT-V; CCT-IV e CCT-III.**

**ANTEL - Agência Nacional de Telecomunicações**

**ANP - Agência Nacional Petroleira**

**ANVISA - Agência Nacional Vigilância Sanitária**

**ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar**

## 62. CARGOS EM COMISSÃO E GRATIFICAÇÕES

### AGENCIA NACIONAL DE ÁGUA - ANA (Lei 9.984 de 07.07.2000)

<table>
<thead>
<tr>
<th>Cargo Comissionado de Direção</th>
<th>Valor Remuneratório em R$</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>CD I</td>
<td>15.925,04</td>
</tr>
<tr>
<td>CD II</td>
<td>15.128,79</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Cargo Comissionado de Gerência Executiva</th>
<th>Valor Remuneratório em R$</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>CGE I</td>
<td>14.332,53</td>
</tr>
<tr>
<td>CGE II</td>
<td>12.740,03</td>
</tr>
<tr>
<td>CGE III</td>
<td>11.943,77</td>
</tr>
<tr>
<td>CGE IV</td>
<td>7.962,51</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Cargo Comissionado de Assessoria</th>
<th>Valor Remuneratório em R$</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>CA I</td>
<td>12.740,03</td>
</tr>
<tr>
<td>CA II</td>
<td>11.943,77</td>
</tr>
<tr>
<td>CA III</td>
<td>3.325,16</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Cargo Comissionado de Assistência</th>
<th>Valor Remuneratório em R$</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>CAS I</td>
<td>2.518,37</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Opção:** O servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal, investido nos cargos a que se refere o art. 3º da M.P. 375/07, poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas:

1. a remuneração do cargo em comissão, acrescida dos anúncios;
2. a diferença entre a remuneração do cargo em comissão e a remuneração do cargo efetivo, do posto ou graduação, ou emprego; ou
3. a remuneração do cargo efetivo, do posto ou graduação, ou do emprego, acrescida do percentual de 60% (sessenta por cento) do respectivo cargo em comissão.


### AGENCIAS REGULADORAS - *ANTAQ e ANTT (Lei 10.233 de 02.06.2001)*

<table>
<thead>
<tr>
<th>Cargo Comissionado de Direção</th>
<th>Valor Remuneratório em R$</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>CD I</td>
<td>15.925,04</td>
</tr>
<tr>
<td>CD II</td>
<td>15.128,79</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Cargo Comissionado de Gerência Executiva</th>
<th>Valor Remuneratório em R$</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>CGE I</td>
<td>14.332,53</td>
</tr>
<tr>
<td>CGE II</td>
<td>12.740,03</td>
</tr>
<tr>
<td>CGE III</td>
<td>11.943,77</td>
</tr>
<tr>
<td>CGE IV</td>
<td>7.962,51</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Cargo Comissionado de Assessoria</th>
<th>Valor Remuneratório em R$</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>CA I</td>
<td>12.740,03</td>
</tr>
<tr>
<td>CA II</td>
<td>11.943,77</td>
</tr>
<tr>
<td>CA III</td>
<td>3.325,16</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Cargo Comissionado de Assistência</th>
<th>Valor Remuneratório em R$</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>CAS I</td>
<td>2.518,37</td>
</tr>
<tr>
<td>CAS II</td>
<td>2.179,89</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Opção:** O servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal, investido nos cargos a que se refere o art. 3º da M.P. 375/07, poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas:

1. a remuneração do cargo em comissão, acrescida dos anúncios;
2. a diferença entre a remuneração do cargo em comissão e a remuneração do cargo efetivo, do posto ou graduação, ou emprego; ou
3. a remuneração do cargo efetivo, do posto ou graduação, ou do emprego, acrescida do percentual de 60% (sessenta por cento) do respectivo cargo em comissão.

62. CARGOS EM COMISSÃO E GRATIFICАÕES

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA (Lei 9.984 DE 07.07.2000)

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>FINAL DE SEMANA E FERIADOS</th>
<th>DIÁS ÚTEIS</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Nivel Superior</td>
<td>14,22</td>
<td>8,64</td>
</tr>
<tr>
<td>Nivel Intermediário</td>
<td>47,53</td>
<td>38,03</td>
</tr>
</tbody>
</table>


Farão jus ao APH os servidores em exercício nas unidades hospitalares de que trata o art. 298 da Lei nº 11.907/2009 quando trabalharem em regime de plantão:

I - integrantes do Plano de Carreiras dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, titulares de cargos de provimento efetivo da área de saúde;

II - integrantes da Carreira de Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, que desenvolvam atividades acadêmicas nas unidades hospitalares;

III - ocupantes dos cargos de provimento efetivo regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em exercício nas unidades hospitalares do Ministério da Saúde referidas no caput do art. 298 da Lei nº 11.907/2009;

IV - integrantes da Carreira da Saúde e do Trabalho, estruturada pela Lei nº 11.559/2006, titulares de cargos de provimento efetivo da área de saúde em exercício nas unidades hospitalares. (art. 64 da MP nº 568/2012)

O APH não se incorpora aos vencimentos, à remuneração nem aos proventos da aposentadoria ou pensão e não servirá de base de cálculo de qualquer benefício, adicional ou vantagem. (art. 304 da Lei nº 11.907/2009)

O APH será calculado em horas com base nos valores constantes no Anexo CLXVI da Lei nº 11.907/2009
62. CARGOS EM COMISSÃO E GRATIFICAÇÕES

**ADICIONAL POR PARTICIPAÇÃO EM Missão NO EXTERIOR - APM E**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Posição: a partir de 01 de janeiro/2010</th>
</tr>
</thead>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSEN</th>
<th>Nível Superior (em R$)</th>
<th>Nível Intermediário (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>ESPECIAL</td>
<td>1.042,00</td>
<td>895,00</td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td>1.002,00</td>
<td>857,00</td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td>934,00</td>
<td>792,00</td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td>870,00</td>
<td>731,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**ADICIONAL POR PARTICIPAÇÃO EM Missão NO EXTERIOR - APM E**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Posição: a partir de 01 de janeiro/2010</th>
</tr>
</thead>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSEN</th>
<th>Nível Superior (em R$)</th>
<th>Nível Intermediário (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>A</td>
<td>1.042,00</td>
<td>895,00</td>
</tr>
<tr>
<td>B</td>
<td>1.002,00</td>
<td>857,00</td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td>934,00</td>
<td>792,00</td>
</tr>
<tr>
<td>D</td>
<td>870,00</td>
<td>731,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* Fica instituído a partir de 1º janeiro de 2010 o Adicional por Participação em Missão no Exterior - APM E devido, exclusivamente, ao servidor de nível superior ou intermediário do Plano de Classificação de Cargos-PCC de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo-PGPE de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, integrante do Quadro de Pessoal do Ministério das Relações Exteriores que tenha sido designado para missão transitória ou permanente no exterior, conforme disposto no art. 58 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006 (art. 1º da Lei nº 12.277 de 30.06.2010). O APM E será pago ao servidor a partir do retorno das missões para as quais tenha sido designado e enquanto estiver no exercício das atribuições do cargo efetivo de que seja titular no Ministério das Relações Exteriores. O servidor que está recebendo o APM E deverá de recobrá-lo quando designado para outra missão no exterior, retomando o pagamento a partir do seu retorno (Lei nº 12.277 de 30.06.2010). Os valores do APM E são os constantes do Anexo I da Lei nº 12.277, de 2010, gerando efeitos financeiros a partir da data nele especificada (art. 2º da Lei nº 12.277, de 2010). O APM E somente será pago se as atividades da aposentadoria e as pensões serem percebidas por pelo menos 60 (sessenta) mesas, e ao servidor que deu origem à aposentadoria ou à pensão aplicar-se-ão os dispostos nos arts. 5º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005.

**Legislações Correspondentes:** Lei nº 12.277 de 30.06.2010 - Anexo I.

**ÁUXILIO DE Avaliação Educacional - AAE**

<table>
<thead>
<tr>
<th>AAE ATÉ LIMITE DE: em R$ (*)</th>
</tr>
</thead>
</table>

Realização das atividades de avaliação referidas nos arts. 1º e 2º da Lei nº 11.507/2007 até o limite de R$ 2.000,00 por atividade (*)

* O AAE será devido em função da realização das atividades de avaliação referidas nos arts. 1º e 2º da Lei nº 11.507/2007, até o limite de R$ 2.000,00 (dois mil reais) por atividade (Redação dada pela Lei nº 12.269, de 2010)

62. CARGOS EM COMISSÃO E GRATIFICAÇÕES

QUADRO DE REMUNERAÇÃO DOS CARGOS COMISSIONADOS E GRATIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DA AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA - APO

<table>
<thead>
<tr>
<th>CARGOS COMISSIONADOS E FUNÇÕES TÉCNICAS GRATIFICADAS (ANEXO II da Lei 12.396/2011)</th>
<th>VALOR REMUNERATÓRIO em R$</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>CPAPO - Cargo Comissionado de Presidente APO</td>
<td>22.100,00</td>
</tr>
<tr>
<td>CDE - Cargo de Diretor Executivo</td>
<td>21.000,00</td>
</tr>
<tr>
<td>CDT - Cargo de Diretor Técnico</td>
<td>20.000,00</td>
</tr>
<tr>
<td>CSP - Cargo de Superintendente</td>
<td>18.000,00</td>
</tr>
<tr>
<td>CSU - Cargo de Supervisor</td>
<td>15.000,00</td>
</tr>
<tr>
<td>CA I - Cargo de Assessoria I</td>
<td>15.000,00</td>
</tr>
<tr>
<td>CA II - Cargo de Assessoria II</td>
<td>18.000,00</td>
</tr>
<tr>
<td>FT I - Função Técnica I</td>
<td>1.000,00</td>
</tr>
<tr>
<td>FT II - Função Técnica II</td>
<td>3.000,00</td>
</tr>
<tr>
<td>FT III - Função Técnica III</td>
<td>5.000,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

São Órgãos da APO: o Conselho Público Olímpico; a Presidência; o Conselho de Governança; o Conselho Fiscal; a Diretoria Executiva conforme Lei nº 12.396/2011.

A APO terá sede e foro no Município do Rio de Janeiro, localizado no Estado do Rio de Janeiro.

A APO poderá manter escritório de representação na cidade de Brasília, Distrito Federal, ou, excepcionalmente, em qualquer localidade relacionada à preparação e realização dos Jogos.

A contratação de pessoal pela APO se dará por tempo determinado, na forma do inciso IX do art. 37 da Constituição, sendo o recrutamento sujeito à prévia aprovação em processo seletivo simplificado, conforme o regime da Lei nº 8.745/1993. A APO poderá, ainda, exercer suas atividades com pessoal cedido de órgãos e entidades da administração pública federal e dos demais entes federados.

As FT são de ocupação privativa de servidores cedidos ou requisitados de órgãos e entidades da administração pública federal e dos demais entes federados.

A APO será extinta em 31 de dezembro de 2018 ou, antes, por decisão unânime dos membros do Conselho Público Olímpico.

O Conselho Público Olímpico, por decisão unânime, poderá alterar o prazo de duração da APO, prorrogando-o por, no máximo, dois anos.

Legislações Correspondentes:

- Lei nº 10.406 de 10.01.2002;
- Lei nº 11.07 de 06.04.2005;
- Lei nº 12.396 de 21.03.2011;
- Lei nº 12.462 de 05.08.2011.

---

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
### Nível Superior

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th>GDExt</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDExt</th>
<th>APOSENTO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
<td>C</td>
<td></td>
<td>50 pts</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts</td>
<td>100 pts</td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>V</td>
<td>2.774,35</td>
<td>3.268,00</td>
<td>4.085,00</td>
<td>6.042,35</td>
<td>6.859,35</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>III</td>
<td>2.698,78</td>
<td>3.213,60</td>
<td>4.017,00</td>
<td>5.912,38</td>
<td>6.715,78</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>II</td>
<td>2.625,27</td>
<td>3.160,00</td>
<td>3.950,00</td>
<td>5.785,27</td>
<td>6.575,27</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>I</td>
<td>2.553,77</td>
<td>3.108,00</td>
<td>3.885,00</td>
<td>5.661,77</td>
<td>6.438,78</td>
</tr>
<tr>
<td>V</td>
<td></td>
<td>2.479,39</td>
<td>3.003,20</td>
<td>3.754,00</td>
<td>5.482,59</td>
<td>6.233,39</td>
</tr>
<tr>
<td>IV</td>
<td>V</td>
<td>2.411,86</td>
<td>2.955,20</td>
<td>3.694,00</td>
<td>5.367,06</td>
<td>6.105,86</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>III</td>
<td>2.346,16</td>
<td>2.908,00</td>
<td>3.635,00</td>
<td>5.254,16</td>
<td>5.961,16</td>
</tr>
<tr>
<td>II</td>
<td>II</td>
<td>2.282,26</td>
<td>2.860,80</td>
<td>3.576,00</td>
<td>5.143,06</td>
<td>5.858,26</td>
</tr>
<tr>
<td>I</td>
<td>I</td>
<td>2.220,69</td>
<td>2.815,20</td>
<td>3.519,00</td>
<td>5.035,29</td>
<td>5.739,09</td>
</tr>
</tbody>
</table>

---

590

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

Posição: A partir de 1º de agosto de 2016 ou da data da publicação do deferimento da opção de que trata o art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013, se esta for posterior

(*) Fica criado o Plano de Classificação de Cargos dos Ex-Territórios Federais - PCC-Ext, com posto dos cargos efetivos de níveis superior, intermédio e auxiliar dos ex-Territórios Federais de Rondônia, de Amapá e de Roraima e Municípios, integrantes do quadro em extinção da União, cujos ocupantes tenham obtido o deferimento da opção de que tratam as Emendas Constitucionais nºs 60, de 11 de novembro de 2009, e 79, de 27 de maio de 2014. (Redação dada pelo art. 5º da Lei nº 12.800, de 2013 - redação dada pela Lei nº 13.121, de 2015)

Os servidores que integrarem o Plano de Classificação de Cargos do Quadro em Extinção do Ex-Território Federal de Rondônia - PCC-RO passam a integrar o PCC-Ext. (Art. 23-A da Lei nº 12.800, de 2013 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 13.121, de 2015)

Os servidores integrantes do PCC-Ext e os referidos nos incisos II e III do caput do art. 2º ficam submetidos ao regime jurídico instituído pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. (Art. 16. da Lei nº 12.800, de 2013 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 13.121, de 2015)

Os cargos de níveis superior, intermédio e auxiliar dos optantes de que o art. 5º da Lei nº 12.800, de 2013 serão enquadrados no PCC-Ext de acordo com as respectivas denominações, atribuições e requisitos de formação profissional. (Redação dada pelo art. 1º da Lei nº 13.121, de 2015)

(*) Nos casos da opção para a inclusão em quadro em extinção da União de que trata a Emenda Constitucional nº 60, de 11 de novembro de 2009, a Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014: IV - aplicam-se aos demais servidores optantes as tabelas de vencimento básico e gratificação de desempenho do Plano de Classificação de Cargos dos ex-Territórios Federais - PCC-Ext, nos termos da Lei nº 12.800, de 2013. (art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 13.121, de 2015).


Os servidores e os militares que passarem a constituir o quadro em extinção da União continuarão a prestar serviços aos respectivos Estados e Municípios, na condição de cedidos, e poderão ser aprovados em órgão ou entidade da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional. Os servidores integrantes do quadro em extinção da União estarão sujeitos ao regime jurídico instituído pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. (arts. 11 e 12 do Decreto nº 8.365, 2014).

V-B - Vencimento Básico - (Anexo V à Lei no 12.800, de 23 de abril de 2013)

Fica instituída a Gratificação de Desempenho do Plano de Classificação de Cargos dos Ex-Territórios Federais - GDEExt, devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo de níveis superior, intermédio e auxiliar do PCC-Ext. (art. 8º da Lei nº 12.800, de 2013 - redação dada pelo art. 2º da Lei nº 13.121, de 2015)

(**) GDEExt - Gratificação de Desempenho do Plano de Classificação de Cargos dos Ex-Territórios Federais

GDEExt - Gratificação de Desempenho do Plano de Classificação de Cargos dos Ex-Territórios Federais - GDEExt, observado o disposto no art. 8º da Lei nº 12.800, de 2013 e no Anexo VI da Lei nº 12.800, de 2013.(redação dada pela Lei nº 13.121, de 2015)

(**) A GDEExt será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo VI da Lei nº 12.800, de 2013, produzindo efeitos financeiros a partir da data da publicação do deferimento da opção para a inclusão em quadro em extinção da União.

A pontuação referente ao pagamento da GDEExt será obtida por meio de avaliação de desempenho individual realizada pela chefia imediata do servidor, que considerará critérios e fatores que reflitam as competências do servidor, aferidas no desempenho individual das tarefas e atividades.

(**) No caso de impossibilidade de realização de avaliação de desempenho ou até que seja processado o resultado da primeira avaliação, o servidor de que trata a art. 8º da Lei nº 12.800, de 2013 fará jus à percepção da GDEExt no valor de 80 (oitenta) pontos.

A GDEExt não poderá ser paga cumulativamente com qualquer outra gratificação de desempenho ou produtividade, independentemente de sua denominação ou base de cálculo. (§7º do art. 8º da Lei nº 12.800, de 2013)

Os cargos de que trata a Lei nº 12.800/2013 serão automaticamente extintos quando ocorrer sua vacância. (art. 18 da Lei nº 12.800/2013).

As disposições dos Anexos da Lei nº 12.800, de 23 de abril de 2013, que se referem ao Plano de Classificação do Quadro em Extinção do Ex-Território Federal de Rondônia - PCC-RO, aplicam-se ao Plano de Classificação dos Ex-Territórios Federais - PCC-Ext. (art. 3º da Lei nº 13.121, de 2015)

As disposições dos Anexos da Lei nº 12.800, de 23 de abril de 2013, que se referem à Gratificação de Desempenho do Plano de Classificação de Cargos do Quadro em Extinção do Ex-Território de Rondônia - GDRO aplicam-se à Gratificação de Desempenho do Plano de Classificação de Cargos dos Ex-Territórios Federais - GDEExt. (art. 3º da Lei nº 13.121, de 2015)

As disposições dos Anexos da Lei nº 12.800, de 23 de abril de 2013, que se referem à Gratificação Específica de Atividades Auxiliares do PCC-RO - GEAAPCC-Ext. (art. 3º da Lei nº 13.121, de 2015)

(*) Aposentado GDEExt - Para fins de incorporação da GDEExt aos proventos da aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes critérios de reajustes: I: IVº do §4º do art. 8º da Lei nº 12.800, de 2013. (redação dada pelo art. 1º da Lei nº 13.121, de 2015)

(**) Aposentado - ressalvado o disposto no §1º do art. 2º da Lei nº 12.800/2013, o tempo de serviço público estadual e municipal anterior à publicação da Lei nº 12.800/2013, somente será contado para fins de aposentadoria, após a data de 1º de agosto de 2016.

(**) Aposentado - a aplicação das determinações da Lei nº 12.800/2013 não representa, para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação às Carreiras, aos cargos e às atribuições atuais desenvolvidas pelos servidores ocupantes de cargos efetivos. (art.21 da Lei nº 12.800/2013)

Legislação Correspondente:

Art. 89 do Ato da DCTC de 1988
Lei nº 10.887 de 18.06.2004
Emenda Constitucional nº 60, de 11.11.2009
Lei nº 12.249 de 11.06.2010 - arts. 85 a 100
Decreto nº 7.514 de 05.07.2011
Lei nº 12.800 de 23.04.2013

Lei nº 12.618 de 30.04.2012
Decreto nº 8.365 de 24.11.201
Medida Provisória nº 632 de 24.12.2013
Medida Provisória nº 660 de 24.12.2014
Lei nº 12.998 de 18.06.2014 art. 10.
Decreto nº 8.291 de 30.07.2014

Lei nº 12.131 de 08.05.2015
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 104

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
### 63. QUADRO EM EXTINÇÃO DA UNIÃO

**Plano de Classificação de Cargos dos ex-Territórios Federais - PCC-Ext**

( * ) Cargos: Nível Intermediário Optantes dos Ex-Territórios Federais do Acre, do Amapá, de Rondônia e de Roraima, de que trata o inciso IV do art. 2º da Lei nº 12.800/2013.

#### Nível Intermediário

<table>
<thead>
<tr>
<th>CLASSE</th>
<th>PADRÃO</th>
<th>VB</th>
<th><strong>80 pts.</strong></th>
<th><strong>100 pts.</strong></th>
<th><strong>ATIVO</strong></th>
<th><strong>50 pts.</strong></th>
<th><strong>APOSENTADO</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>50 pts.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>D=(A+B)</td>
<td>E=(A+C)</td>
<td>G=(A+F)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### Especial

<p>| | | | | | | | |</p>
<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### C

<p>| | | | | | | | |</p>
<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### B

<p>| | | | | | | | |</p>
<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### A

<p>| | | | | | | | |</p>
<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
Os servidores que integram o Plano de Classificação de Cargos dos Quadros em Extinção do Ex-Território Federal de Rondônia - PCC-RO passam a integrar o PCC-Ext. (Art. 23-A da Lei nº 12.800, de 2013 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 13.121, de 2015)

Os servidores inteventores do PCC Ext e os referidos nos incisos I e II do caput do art. 2º ficam submetidos ao regime jurídico instituído pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. (Art. 16 da Lei nº 12.800, de 2013 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 13.121, de 2015)

Os cargos de nível superior, intermediário e auxiliar dos optantes de que o art. 5º da Lei nº 12.800, de 2013 serão enquadrados no PCC-Ext de acordo com as respectivas denominações, atribuições e requisitos de formação profissional. (Redação dada pelo art. 1º da Lei nº 13.121, de 2015)

(*) Nos casos da opção para a inclusão em quadro em extinção da União de que tratam a Emenda Constitucional nº 50, de 11 de novembro de 2009, e a Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014: IV - aplicam-se aos demais servidores optantes as tabelas de vencimento básico e gratificação de desempenho do Plano de Classificação de Cargos dos Ex-Territórios Federais - PCC-Ext, nos termos da Lei nº 12.800, de 2013 (art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013 com redação dada pelo 1º da Lei nº 13.121, de 2015).


Os servidores e os militares que passarem a constituir o quadro em extinção da União continuarão a prestar serviços aos respectivos Estados e Municípios, na condição de cedidos, e poderão ser aproveitados em órgão ou entidade da administração pública federal direta, autônoma ou fundacional. Os servidores inteventores do quadro em extinção da União estarão sujeitos ao regime jurídico instituído pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. (arts. 11 e 12 do Decreto nº 8.365, 2014).

VIII - Vencimento Básico

Arames do V à Lei no 12.800, de 23 de abril de 2013)

Fica instituída a Gratificação de Desempenho do Plano de Classificação de Cargos dos Ex-Territórios Federais - GDExt, devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo de níveis superior, intermediário e auxiliar do PCC-Ext. (art. 8º da Lei nº 12.800, de 2013 - redação dada pelo art. 2º da Lei nº 13.121, de 2015).

(*** ) GDExt - Gratificação de Desempenho do Plano de Classificação de Cargos dos Ex-Territórios Federais - GDExt, observado o disposto no art. 8º da Lei nº 12.800, de 2013 e no Anexo VI da Lei nº 12.800, de 2013.(redação dada pela Lei nº 13.121, de 2015)

(**** ) A GDExt será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padeses, ao valor estabelecido no Anexo VI da Lei nº 12.800, de 2013, produzindo efeitos financeiros a partir da data da publicação do definitivo de opção para a inclusão em quadro em extinção da União. A pontuação referente ao pagamento da GDExt será obtida por meio de avaliação de desempenho individual realizada pela chefia imediata do servidor, que considerará critérios e fatores que reflitam as competências do servidor atendidas no desempenho individual das tarefas e atividades.

(***** ) No caso de impossibilidade de avaliação de desempenho de servidores em quadro em extinção, até que seja processado o resultado da primeira avaliação, o servidor de que trata o art. 8º da Lei nº 12.800, de 2013 fará jus à percepção da GDExt no valor de 80 (oitenta) pontos.

A GDExt não poderá ser paga cumulativamente com qualquer outra gratificação de desempenho ou produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo. (7ºº do art. 8º da Lei nº 12.800, de 2013)

Os cargos de que trata a Lei nº 12.800/2013 serão automaticamente extintos quando ocorrer a sua vacância (art. 18 da Lei nº 12.800/2013).

As disposições dos Anexos da Lei nº 12.800, de 23 de abril de 2013, que se referem ao Plano de Classificação de Cargos do Quadro em Extinção do Ex-Território Federal de Rondônia - PCC-RO aplicam-se ao Plano de Classificação de Cargos dos Ex-Territórios Federais - PCC-Ext. (art. 3º da Lei nº 13.121, de 2015)

As disposições dos Anexos da Lei nº 12.800, de 23 de abril de 2013, que se referem à Gratificação de Desempenho do Plano de Classificação de Cargos do Quadro em Extinção do Ex-Território Federal de Rondônia - GDRO aplicam-se à Gratificação de Desempenho do Plano de Classificação de Cargos dos Ex-Territórios Federais - GDExt. (art. 3º da Lei nº 13.121, de 2015)

As disposições dos Anexos da Lei nº 12.800, de 23 de abril de 2013, que se referem em relação às atuais disponibilizações pela legislação correspondente (art. 20 da Lei nº 12.800/2013)

Legislações Corrependentes:

Art. 89 do Ato das DCCT de 1988
Lei nº 10.887 de 18.06.2004
Medida Provisória nº 632 de 24.12.2013
Lei nº 12.998 de 18.06.2014 art. 1º

Lei nº 12.618 de 30.04.2012
Decreto nº 8.365 de 24.11.2014
Decreto nº 8.365 de 24.11.2014
Medida Provisória nº 660 de 24.11.2014
Lei nº 13.121 de 08.05.2015
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 art. 104
Lei nº 12.998 de 18.06.2014 art. 10.
Decreto nº 8.281 de 30.07.2014
### 63. QUADRO EM EXTINÇÃO DA UNIÃO

Plano de Classificação de Cargos dos ex-Territórios Federais - PCC-Ext

( * ) Cargos: Nível Auxiliar Optantes dos Ex-Territórios Federais do Acre, do Amapá, de Rondônia e de Roraima, de que trata o inciso IV do art. 2º da Lei nº 12.800/2013.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Auxiliar</th>
<th>Classe</th>
<th>Valor Base</th>
<th>V</th>
<th>GEAA PCC-Ext</th>
<th>GDEExt</th>
<th>ATIVO</th>
<th>GDEExt</th>
<th>APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>80 pts.</td>
<td>100 pts.</td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
<td></td>
<td>50 pts.</td>
<td></td>
<td>TOTAL (em R$)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

| II | 1.293,49 | 795,65 | 827,20 | 1.034,00 | 2.916,34 | 3.123,14 | 517,00 | 2.606,14 |
| II | 1.292,28 | 724,94 | 821,60 | 1.027,00 | 2.838,80 | 3.044,20 | 513,50 | 2.530,70 |
| I  | 1.291,04 | 656,75 | 817,60 | 1.022,00 | 2.765,39 | 2.969,79 | 511,00 | 2.458,79 |

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

A pontuação referente ao pagamento da GDE será obtida por meio de avaliação de desempenho individual realizada pela chefia imediata do servidor, que considerará critérios e fatores que reflitam as competências do servidor deveras no desempenho individual das tarefas e atividades.

A partir de 1º de agosto de 2016 ou da data da publicação do deferimento da opção de que trata o art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013, se esta for posterior.

As disposições da Lei nº 12.800, de 2013, que se referem à Gratificação de Desempenho do Plano de Classificação de Cargos dos Ex-Territórios Federais - GDE, serão de rigor quando ocorrer a sua vacância.

As disposições da Lei nº 12.800, de 2013, que se referem à Gratificação de Desempenho do Plano de Classificação de Cargos dos Ex-Territórios Federais - GDE, não serão de rigor quando ocorrer a sua vacância.
### 63. QUADRO EM EXTINÇÃO DA UNIÃO

Carreira de Magistério Optantes, de que trata o inciso III do art. 2º da Lei n° 12.800/2013.

( * ) Cargo: Docentes do Magistério Optantes dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia, de que trata o inciso III do art. 2º da Lei n° 12.800/2013.

Dedicação Exclusiva - Regime de Trabalho

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>Posição: agosto/2017</th>
</tr>
</thead>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>NÍVEL</th>
<th>CLASSE</th>
<th>VB</th>
<th>RT - Retribuição por Titulação</th>
<th>( ** ) ATIVO E APOSENTADO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Aperiﬁeamento</td>
<td>Especialização</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>A</td>
<td>B</td>
</tr>
<tr>
<td>TITULAR</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>DIV</td>
<td>1</td>
<td>7.167,78</td>
<td>675,19</td>
<td>1.276,77</td>
</tr>
<tr>
<td>2</td>
<td>5.827,73</td>
<td>550,20</td>
<td>1.011,89</td>
<td>2.876,13</td>
</tr>
<tr>
<td>3</td>
<td>5.711,25</td>
<td>522,79</td>
<td>972,54</td>
<td>2.764,14</td>
</tr>
<tr>
<td>4</td>
<td>5.598,19</td>
<td>496,79</td>
<td>951,14</td>
<td>2.673,53</td>
</tr>
<tr>
<td>DIII</td>
<td>1</td>
<td>5.488,42</td>
<td>480,54</td>
<td>895,84</td>
</tr>
<tr>
<td>2</td>
<td>5.060,42</td>
<td>454,16</td>
<td>875,33</td>
<td>2.370,19</td>
</tr>
<tr>
<td>3</td>
<td>4.944,90</td>
<td>443,68</td>
<td>822,63</td>
<td>2.317,72</td>
</tr>
<tr>
<td>4</td>
<td>4.559,41</td>
<td>432,85</td>
<td>800,62</td>
<td>2.271,60</td>
</tr>
<tr>
<td>DII</td>
<td>1</td>
<td>4.455,22</td>
<td>409,76</td>
<td>753,71</td>
</tr>
<tr>
<td>2</td>
<td>4.189,41</td>
<td>398,91</td>
<td>724,28</td>
<td>2.106,71</td>
</tr>
<tr>
<td>DI</td>
<td>1</td>
<td>4.068,91</td>
<td>388,21</td>
<td>696,93</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Elaborado: CGSUP/DEISIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios No 73

Os servidores e os militares que passarem a constituir o quadro em extinção da União continuarão a prestar serviços aos respectivos Estados e Municípios, na condição de cedidos, e poderão ser aprovados em órgão ou entidade da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional. Os servidores integrantes do quadro em extinção da União estarão sujeitos ao regime jurídico instituído pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. (arts. 11 e 12 do Decreto nº 8.365, 2014).

Posições:

Efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 2016 ou da data da publicação do deferimento da opção de que trata o art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013, se esta for posterior.

V B - Vencimento Básico
- (Anexo II à Lei no 12.800, de 23 de abril de 2013)

Nos casos da opção para a inclusão em quadro em extinção da União, os servidores, dos militares e dos empregados abrangidos pela Emenda Constitucional nº 60, de 11 de novembro de 2009, ou pela Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014: aplicam-se aos integrantes das Carreiras de magistério obrigatórias as tabelas de vencimento básico e retribuição por titulação de que trata o Anexo II da Lei nº 12.800, de 2013 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 13.121, de 2015.

RT - Retribuição por Titulação
- Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado e Doutorado
- (Anexo II à Lei no 12.800, de 23 de abril de 2013)

RT - Efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 2016 ou da data da publicação do deferimento da opção de que trata o art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013, se esta for posterior.

Os servidores dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia incorporados a quadro em extinção da União serão enquadrados em cargos de carreiras equivalentes ou assemelhados, integrantes de planos de cargos e carreiras da União, no nível de progressão alcançado, assegurados os direitos, vantagens e padrões remuneratórios a eles inerentes. (item VIII do art. 2º da Lei nº 12.800/2013 - incluído pelo art. 1º da Lei nº 13.121, de 2015)

Aplica-se aos servidores e a militares abrangidos pelas normas que disciplinam os efeitos financeiros de acordo com o atual regime jurídico. (item VIII do art. 2º da Lei nº 12.800/2013 - incluído pelo art. 1º da Lei nº 13.121, de 2015)

O ingresso no quadro em extinção de que trata o art. 85 da Lei no 12.249, de 11 de junho de 2010, sujeita o servidor, a partir de 1º de janeiro de 2014, à supressão das espécies remuneratórias percebidas em decorrência de legislação estadual ou municipal ou por decisão administrativa ou judicial (§ único do art. 7º da Lei nº 12.800/2013)

O disposto nos incisos II, III e IV do art. 2º da Lei nº 12.800/2013, o disposto no parágrafo único do art. 7º da Lei nº 12.800/2013. (§ 4º do art. 2º da Lei nº 12.800/2013)

O ingresso no quadro em extinção que trata o art. 85 da Lei no 12.249, de 11 de junho de 2010, somente poderá ocorrer no referido quadro em 23 de dezembro de 1981, ressalvadas, em ambos os casos, as promoções e progressões obtidas em conformidade com a Constituição Federal. (§ 3º do art. 2º da Lei nº 12.800/2013)

Os servidores e os militares abrangidos pelas normas que disciplinam os efeitos financeiros de acordo com o atual regime jurídico, em vigor no momento do ingresso no quadro em extinção da União, os mencionados no § 6º do art. 1º da Lei nº 12.800/2013. A opção de que trata a Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014, será exercida no regime jurídico. (Incluído pela Lei nº 13.121, de 2015)

Aos professores dos Estados do Amapá, de Roraima e de Rondônia, bem como de seus Municípios, optantes pelo Quadro em Extinção da Administração Federal, na forma da Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014, e da Emenda Constitucional nº 60, de 11 de novembro de 2009, é permitido exercer qualquer dos regimes de trabalho previstos para o Magistério Básico Federal dos ex-Territórios ou o Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, que de trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, observadas as normas regulamentares e constitucionais. (art. 8º da Lei nº 13.121, de 2016)

A inclusão em quadro em extinção da administração federal dos servidores civis e militares oriundos do ex-Território Federal de Rondônia e do Estado de Rondônia, que de trata o art. 9º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, com a redação dada pela Emenda Constitucional no 60, de 11 de novembro de 2009, observará as disposições e normas estabelecidas nos arts. 86 a 102 da Lei nº 12.249/2010. (art. 85 da Lei nº 12.249 de 21.06.2010)

Os cargos de que trata a Lei nº 12.800/2013 serão automaticamente extintos quando ocorrer a sua vacância. (art. 18 da Lei nº 12.800/2013).

(*) Apontamento: arts. 8º e 9º da Emenda Constitucional nº 79, de 27.05.2014 e art. 16 do Decreto nº 8.365 de 24.11.2014

(**) Apontamento - Ressalvo que o disposto no § 1º do art. 2º da Lei nº 12.800/2013, o tempo de serviço público estadual e municipal anterior à publicação da Lei nº 12.800/2013 somente será contado para fins de aposentadoria e disponibilidade. (art.20 da Lei nº 12.800/2013)

(***) Apontamento - Aplicação das determinações da Lei nº 12.800/2013 não representa, para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação às carreiras, aos cargos e as atribuições atuais desenvolvidas pelos servidores ocupantes de cargos efetivos. (art.21 da Lei nº 12.800/2013)

Legislação Correspondente:

Art. 89 do ADCT da CF de 1988
Lei nº 11.091 de 12.01.2005
Lei nº 12.249 de 11.06.2010 - arts. 85 a 100
Decreto nº 7.514 de 05.07.2011 - regulamenta os arts. 85 a 100 da Lei nº 12.249/2010
Decreto nº 12.677 de 25.06.2012
Medida Provisória nº 632 de 24.12.2013
Lei nº 12.998 de 18.06.2014 art. 10.
Decreto nº 8.291 de 30.07.2014

Lei nº 13.121 de 08.05.2015 art. 8º
Lei nº 13.326, de 2016 - art. 49
Lei nº 12.800 de 23.04.2013
Medida Provisória nº 660 de 24.11.2014
Lei nº 13.121 de 08.05.2015 art. 8º
Lei nº 13.326 de 29.07.2016 arts. 49
Lei nº 13.328 de 29.07.2016 arts. 94 a 103

Elaborado:CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73 597
### 63. QUADRO EM EXTINÇÃO DA UNIÃO

Carreira de Magistério Optantes, de que trata o inciso III do art. 2º da Lei nº 12.800/2013.

( * ) Cargo: Docentes do Magistério Optantes dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia, de que trata o inciso III do art. 2º da Lei nº 12.800/2013.

40 Horas - Regime de Trabalho

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Posição: agosto/2017</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classe</th>
<th>Nível</th>
<th>VB</th>
<th>RT - Remuneração por Titulação</th>
<th><strong>TOTAL (em R$)</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>Aperfeiçoamento</td>
<td>Especialização</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TITULAR</strong></td>
<td>1</td>
<td>4.795,93</td>
<td>297,12</td>
<td>704,32</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2</td>
<td>4.873,56</td>
<td>323,42</td>
<td>732,70</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3</td>
<td>5.000,47</td>
<td>337,85</td>
<td>744,38</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>4</td>
<td>5.131,92</td>
<td>347,06</td>
<td>757,24</td>
</tr>
</tbody>
</table>

| **D III** | 1 | 3.701,41 | 241,27 | 555,14 | 1.330,80 | 2.971,62 | 4.795,93 | 5.093,05 | 5.500,25 | 6.377,57 | 8.334,07 |

|          | 3 | 3.673,81 | 241,27 | 555,14 | 1.330,80 | 2.971,62 | 4.795,93 | 5.093,05 | 5.500,25 | 6.377,57 | 8.334,07 |

| **D I** | 1 | 3.121,76 | 202,55 | 430,32 | 1.119,29 | 2.620,38 | 3.121,76 | 3.324,31 | 3.562,08 | 4.241,05 | 5.742,14 |

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

**Posição:** Efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 2016 ou da data da publicação do deferimento da opção de que trata o art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013, se esta for posterior.

**VIII - Vencimento Básico** - (Anexo II à Lei nº 12.800, de 23 de abril de 2013)

Nos casos da opção para a inclusão em quadro em extinção da União de que tratam a Emenda Constitucional nº 60, de 11 de novembro de 2009, e a Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014: aplicam-se aos integrantes das Carreiras de magistério optantes as tabelas de vencimento básico e retribuição por titulação de que trata o Anexo II da Lei nº 12.800, de 2013. (art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 13.121, de 2015).

---

**RT - Retribuição por Titulação:** Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado e Doutorado - (Anexo II à Lei nº 12.800, de 23 de abril de 2013)

RT - Efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 2016 ou da data da publicação do deferimento da opção de que trata o art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013, se esta for posterior.

Os servidores dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia incorporados a quadro em extinção da União serão enquadrados em cargos de atribuições equivalentes ou assemelhadas, integrantes de planos de cargos e carreiras da União, no nível de progressão alcançado, assegurados os direitos, vantagens e prados remuneratórios a eles inerentes. (item VIII do art. 2º da Lei nº 12.800/2013 - incluído pelo art. 1º da Lei nº 13.121, de 2015)

Aplica-se aos servidores e aos militares mencionados nos incisos I, II e III do art. 2º da Lei nº 12.800/2013, o disposto no parágrafo único do art. 7º da Lei nº 12.800/2013. (§ 4º do art. 2º da Lei nº 12.800/2013)

O ingresso no quadro em extinção de que trata o art. 85 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, sujeita o servidor, a partir de 1º de janeiro de 2014, à supressão das espécies remuneratórias percebidas em decorrência de legislação estadual ou municipal ou por decisão administrativa ou judicial (§ único do art. 7º da Lei nº 12.800/2013)

O disposto nos incisos do art. 2º da Lei nº 12.800/2013 será aplicado a partir da data de publicação do deferimento da opção de que trata o art. 86 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, caso esta seja posterior à data respectiva prevista no art. 2º da Lei nº 12.800/2013. (§ 5º do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013)

Os servidores e os militares mencionados nos incisos I e IV do art. 2º da Lei nº 12.800/2013, sem prejuízo dos demais requisitos constitucionais, legais e regulamentares para ingresso no quadro em extinção de que trata o art. 85 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, somente poderão optar pelo ingresso no referido quadro se ainda mantiverem o mesmo vínculo funcional efetivo com o Estado de Rondônia existente em 15 de março de 1987, ou, no caso dos servidores municipais, se mantiverem o mesmo vínculo funcional efetivo existente em 23 de dezembro de 1981, ressalvadas, em ambos os casos, as condições e progressões obtidas em conformidade com a Constituição Federal. (§ 3º do art. 2º da Lei nº 12.800/2013)

Sem prejuízo dos demais requisitos constitucionais, legais e regulamentares, somente poderão optar pelo ingresso no quadro em extinção da União os mencionados no § 6º do art. 2º da Lei nº 12.800/2013. A opção de que trata a Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014, será exercida na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 13.121, de 2015)

Aos professores dos Estados do Amapá, de Roraima e de Rondônia, bem como de seus Municípios, optantes pelo Quadro Em Extinção da Administração Federal, na forma da Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014, e da Emenda Constitucional nº 60, de 11 de novembro de 2009, é permitido exercer qualquer dos regimes de trabalho previstos para o Magistério Básico Federal dos ex-Territórios ou o Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, observadas as normas regulamentares e constitucionais. (art. 8º da Lei nº 13.121, de 2016)

A inclusão em quadro em extinção da administração federal dos servidores civis e militares originados do extradiamento de Rondônia e do Estado de Rondônia, de que trata o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, com redação dada pela Emenda Constitucional no 60, de 11 de novembro de 2009, observará as disposições e normas estabelecidas nos arts. 86 a 102 da Lei nº 12.249/2010. (art. 85 da Lei nº 12.249 de 21.05.2010.)

Os cargos de que trata a Lei nº 12.800/2013 serão automaticamente extintos quando ocorrer a sua vacância. (art. 18 da Lei nº 12.800/2013).

**Legislação Correspondente:**

art. 89 do ADCT da CF de 1988

Lei nº 11.091 de 12.01.2005

Lei nº 12.249 de 11.06.2010 - arts. 85 a 100

Decreto nº 7.514 de 05.07.2011 - regulamenta os arts. 85 a 100 da Lei nº 12.249/2010

Lei nº 12.677 de 25.06.2012

Decreto nº 7.942 de 21.02.2013

Lei nº 12.800 DE 23.04.2013

Medida Provisória nº 632 de 24.12.2013

Lei nº 12.988 de 18.06.2014 art. 10.

Decreto nº 8.291 de 30.07.2014

Lei nº 13.121 de 08.05.2015 art. 8º

Lei nº 13.326 de 2016 - art. 49

Lei nº 12.800 de 23.04.2013

Medida Provisória nº 660 de 24.11.2014

Lei nº 13.121 de 08.05.2015 art. 8º

Lei nº 13.326 de 29.07.2016 arts. 49

Lei nº 13.328 de 29.07.2016 arts. 94 a 103
## 63. QUADRO EM EXTINÇÃO DA UNIÃO

Carreira de Magistério Optantes, de que trata o inciso III do art. 2º da Lei nº 12.800/2013.

(*) Cargo: Docentes do Magistério Optantes dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia, de que trata o inciso III do art. 2º da Lei nº 12.800/2013.

20 Horas - Regime de Trabalho

### Posição: agosto/2017

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Superior</th>
<th>CLASSE</th>
<th>NÍVEL</th>
<th>VB</th>
<th>RT - Retribuição por Titulação</th>
<th>(**) ATIVO E APOSENTADO</th>
<th>TOTAL (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>F=(A)</td>
<td>G=(A+B)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>H=(A+C)</td>
<td>I=(A+D)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>J=(A+E)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>TITULAR</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.821,10</td>
<td>4.056,75</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>4.402,59</td>
<td>5.088,52</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>6.230,04</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.588,96</td>
<td>3.816,81</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>4.149,27</td>
<td>4.619,55</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>5.569,98</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.490,45</td>
<td>3.712,01</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>4.040,83</td>
<td>4.487,64</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>5.406,00</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>4</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.394,90</td>
<td>3.610,40</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.930,00</td>
<td>4.359,60</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>5.247,20</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.302,25</td>
<td>3.511,87</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.826,40</td>
<td>4.235,93</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>5.093,41</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.868,57</td>
<td>2.356,44</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.141,36</td>
<td>3.596,68</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>4.269,14</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.810,78</td>
<td>2.989,61</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.072,56</td>
<td>3.498,19</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>4.135,68</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>4</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.754,69</td>
<td>2.926,42</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.003,50</td>
<td>3.403,79</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>4.046,03</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.648,55</td>
<td>2.765,96</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.886,06</td>
<td>3.276,53</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.910,90</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.490,24</td>
<td>2.601,84</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.719,84</td>
<td>3.087,29</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.719,58</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>3</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.432,88</td>
<td>2.542,15</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.643,73</td>
<td>3.018,08</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.625,04</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>4</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.304,66</td>
<td>2.411,24</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.504,33</td>
<td>2.676,09</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.470,32</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>1</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.236,30</td>
<td>2.337,20</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2.425,37</td>
<td>2.777,15</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3.377,45</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Os servidores e os militares que passarem a constituir o quadro em extinção da União continuarão a prestar serviços aos respectivos Estados e Municípios, na condição de cedidos, e poderão ser aproveitados em órgão ou entidade da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional. Os servidores integrantes do quadro em extinção da União estarão sujeitos ao regime jurídico instituído pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. (arts. 11 e 12 do Decreto nº 8.365, 2014).

Posição: Efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 2016 ou da data da publicação do deferimento da opção de que trata o art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013, se esta for posterior.

VB - Vencimento Básico - (Anexo II à Lei nº 12.800, de 23 de abril de 2013)

Nos casos da opção para a inclusão em quadro em extinção da União de que tratam a Emenda Constitucional nº 60, de 11 de novembro de 2009, e a Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014, aplicam-se aos integrantes das Carreiras de magistério opostos as tabelas de vencimento básico e retribuição por titulação de que trata o Anexo II da Lei nº 12.800, de 2013 (art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013) com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 13.121, de 2015.

RT - Retribuição por Titulação - Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado e Doutorado - (Anexo II à Lei nº 12.800, de 23 de abril de 2013)

RT - Efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 2016 ou da data da publicação do deferimento da opção de que trata o art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013, se esta for posterior.

Os servidores dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia, incorporados a quadro em extinção da União, serão enquadrados em cargos de atribuições equivalentes ou assemelhadas, integrantes de planos de cargos e carreiras da União, no nível de progressão alcançado, assegurados os direitos, vantagens e padrões remuneratórios a eles inerentes. (Art. 8º da Lei nº 12.800/2013 - incluído pelo art. 1º da Lei nº 13.121, de 2015)

Aplica-se a os servidores e aos militares mencionados nos incisos I, II e III art. 2º da Lei nº 12.800/2013, e tipado no parágrafo único do art. 7º da Lei nº 12.800/2013. (§4º do art. 2º da Lei nº 12.800/2013)

O ingresso no quadro em extinção de que trata o art. 85 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, sujeita o servidor, a partir de 1º de maio de 2014, à supressão das espécies remuneratórias percebidas em decorrência de legislação estadual ou municipal ou por decisão administrativa ou judicial (§ único do art. 7º da Lei nº 12.800/2013).

O disposto nos incisos do art. 2º da Lei nº 12.800/2013 será aplicado a partir da data de publicação do deferimento da opção de que trata o art. 86 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, caso esta seja posterior à data respectiva prevista no art. 2º da Lei nº 12.800/2013. (§5º do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013)

Os servidores e os militares mencionados nos incisos I, IV do art. 2º da Lei nº 12.800/2013, sem prejuízo dos demais requisitos constitucionais, legais e regulamentares para ingresso no quadro em extinção de que trata o art. 85 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, somente poderão optar pelo ingresso no referido quadro se ainda mantiverem o mesmo vínculo funcional efetivo com o Estado de Rondônia, se mantiverem o mesmo vínculo funcional efetivo existente em 15 de maio de 1987, ou, no caso dos servidores municipais, se mantiverem o mesmo vínculo funcional efetivo existente em 23 de dezembro de 1981, ressalvadas, em ambos os casos, as promoções e progressões obtidas em conformidade com a Constituição Federal. (§3º do art. 2º da Lei nº 12.800/2013)

O ingresso no quadro em extinção de que trata o art. 85 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, somente poderá ser optado pelo servidor ou militar que, até a data de publicação do deferimento da opção de que trata o art. 86 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, não tiver optado pelo ingresso em quadro em extinção da União conforme os incisos I a IV do art. 2º da Lei nº 12.800/2013, e ainda mantiverem o mesmo vínculo funcional efetivo com o Estado de Rondônia originário com os ex-Territórios Federais do Amapá, Roraima e de Rondônia. (Art. 8º da Lei nº 13.121, de 2013)

A inclusão em extinção de administração federal, servidores e militares oriundos do ex-Território Federal de Rondônia e do Estado de Rondônia, de que trata o art. 89 da Lei nº 8.112, de 2014, é permitido exercer qualquer dos regimes de trabalho previstos para o Magistério Federal dos ex-Territórios ou o Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, observadas as normas regulamentares e constitucionais. (Art. 8º da Lei nº 13.121, de 2013)

Legislações Correspondentes:

art. 89 da ADCT da CF de 1988
Lei nº 11.091 de 12.01.2005
Lei nº 12.249 de 11.06.2010 – arts. 85 a 100
Decreto nº 7.514 de 05.07.2011 - regulamenta os arts. 85 a 100 da Lei nº 12.249/2010
Lei nº 12.677 de 25.06.2012
Decreto nº 7.942 de 21.02.2013
Lei nº 12.800 DE 23.04.2013
Medida Provisória nº 632 de 24.12.2013
Lei nº 12.998 de 18.06.2014 art. 10.
Decreto nº 8.291 de 30.07.2014
**63. QUADRO EM EXTINÇÃO DA UNIÃO**

( * ) Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar Optantes dos Extintos Territórios Federais do Amapá, de Rondônia e de Roraima e do antigo Distrito Federal, de que trata inciso I do art. 2º da Lei nº 12.800/2013.

<table>
<thead>
<tr>
<th>POSTO/GRADUAÇÃO</th>
<th>GRADUAÇÃO DIVERSAS</th>
<th>POSTO DE GRADUAÇÃO</th>
<th>REMUNERAÇÃO</th>
<th>ADICIONAIS DE CORPORATIVOS</th>
<th>G EFM</th>
<th>G FM</th>
<th>V PEXT</th>
<th>TOTAL</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Oficiais Superiores</td>
<td>Coronel</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Oficiais Superiores</td>
<td>Tenente-Coronel com Altos Estudos</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Oficiais Superiores</td>
<td>Mayor</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Oficiais Intermediários</td>
<td>Capitão com Aperfeiçoamento</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Oficiais Subalternos</td>
<td>Primeiro-Tenente</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Oficiais Subalternos</td>
<td>Segundo-Tenente</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Praças Especiais</td>
<td>Adjunto a Oficial</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Praças Especiais</td>
<td>Cadete (último ano) da Academia de Policía Militar ou Bombeiro Militar</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Praças Especiais</td>
<td>Cadete (dentes anos) da Academia de Policía Militar ou Bombeiro Militar</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Praças Superiores</td>
<td>Subtenente</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Praças Superiores</td>
<td>Primeiro-Sargento</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Praças Superiores</td>
<td>Segundo-Sargento</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Praças Superiores</td>
<td>Terceiro-Sargento</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Praças Superiores</td>
<td>Capo</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Demais Praças</td>
<td>Soldado - 1ª Classe</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Demais Praças</td>
<td>Soldado - 2ª Classe</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Elaborado:CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios N° 73
O disposto nos incisos do art. 2º da Lei nº 12.800/2013 será aplicado a partir da data de publicação do deferimento de opção que trata do art. 10 da Emenda Constitucional nº 79, de 11 de maio de 2014, aplicáveis aos policiais e bombeiros militares optantes e estabelecidos nas competências das Lei nº 13.328, de 22 de julho de 2016, e Lei nº 13.121, de 12 de abril de 2015, e a partir da data de publicação do deferimento de opção de que trata o art. 10 da Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014, aplicáveis aos servidores e militares mencionados nos incisos I, II e III do art. 2º da Lei nº 12.800/2013, e o disposto no parágrafo único do art. 7º da Lei nº 12.800/2013. (§ 4º do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013)

Os prejuízos dos dispositivos legais, legais e regulamentares, que, somando-se, podem opor o ingresso no quadro em extinção de que trata o art. 85 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, estarão sujeitos ao disposto no parágrafo único do referido artigo e se ainda mantiverem o mesmo vínculo funcional eleito com o Estado de Rondônia existente em 15 de março de 1987, ou, no caso dos servidores municipais, se mantiverem o mesmo vínculo funcional eleito existente em 23 de dezembro de 1981, ressalvadas, em ambos os casos, as promessões e progressões obtidas em conformidade com a Consolidação Federal. (§ 1º do art. 2º da Lei nº 12.800/2013)
### 63. QUADRO EM EXTINÇÃO DA UNIÃO

Carreira Policial Civil Optantes dos Ex-Territórios Federais do Acre, do Amapá, de Rondônia e de Roraima, de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.800/2013.

Cargo: Delegado de Polícia Civil dos Ex-Territórios Federais do Acre, do Amapá, de Rondônia e de Roraima, de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.800/2013.

Cargo: Médico-Legista Civil dos Ex-Territórios Federais do Acre, do Amapá, de Rondônia e de Roraima, de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.800/2013.

Cargo: Perito Criminal Civil dos Ex-Territórios Federais do Acre, do Amapá, de Rondônia e de Roraima, de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.800/2013.

Cargo: Técnico em Medicina Legal Civil dos Ex-Territórios Federais do Acre, do Amapá, de Rondônia e de Roraima, de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.800/2013.

Cargo: Técnico em Polícia Criminal Civil dos Ex-Territórios Federais do Acre, do Amapá, de Rondônia e de Roraima, de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.800/2013.

#### Nível Superior

<table>
<thead>
<tr>
<th>CATEGORIA</th>
<th>ATIVO SUBSÍDIO (em R$)</th>
<th>APOSENTADO SUBSÍDIO (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Especial</strong></td>
<td>28.262,24</td>
<td>28.262,24</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Primeira</strong></td>
<td>25.439,24</td>
<td>25.439,24</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Segunda</strong></td>
<td>22.197,68</td>
<td>22.197,68</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Terceira</strong></td>
<td>21.644,37</td>
<td>21.644,37</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Posição: janeiro/2017
**Quadro em Extinção da União**


Os servidores e os militares que passarem a constituir quadro em extinção da União continuando a prestar serviços aos respectivos Estados e Municípios, na condição de servidores públicos federais, e que receberem remuneração em órgão ou entidade da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, choosing from the options provided:

- A pensão de aposentadoria concedida aos servidores dos ex-Territórios de Acre, Roraima e Rondônia, e dos militares dos ex-Territórios de Acre e Rondônia, que têm seu direito originário com os ex-Territórios Federais do Amapá, Roraima e de Rondônia ou seus Municípios (art. 4º e 5º do Decreto nº 8.365, 2014).

O servidor e os militares que passarem a constituir quadro em extinção da União continuando a prestar serviços aos respectivos Estados e Municípios, na condição de servidores públicos federais, e que receberem remuneração em órgão ou entidade da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, choosing from the options provided:

- A pensão de aposentadoria concedida aos servidores dos ex-Territórios de Acre, Roraima e Rondônia, e dos militares dos ex-Territórios de Acre e Rondônia, que têm seu direito originário com os ex-Territórios Federais do Amapá, Roraima e de Rondônia ou seus Municípios (art. 4º e 5º do Decreto nº 8.365, 2014)

**Subsídio**

A partir de 1º de julho de 2006, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicionais, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, o servidores e os militares da Carreira da Polícia Civil dos Ex-Territórios Federais dos Ex-Territórios Federais do Acre, Amazônia, Rondônia e Roraima (art. 13º da Lei nº 11.358/2006).

Estando compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos integrantes da Carreira da Polícia Federal a seguintes parcelas remuneratórias:

- Vencimento Básico;
- III - Gratificação de Atividade - GAE, de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992;
- III - Valores da Gratificação por Operações Especiais - GOE, que ajudam os Decreto-Leis nºs 1.714, de 21 de novembro de 1979, e 2.372, de 18 de IV - Gratificação de Atividade Policial Federal;
- V - Gratificação de Compensação Orgânica;
- VI - Gratificação de Atividade de Risco;
- VII - Indemnização de Habilitação Policial Federal;
- VIII - Vantagem Pecuniária Individual, de que trata a Lei nº 10.698, de 2003.

Além disso, as parcelas remuneratórias de que tratam os artigos 5º à 9º da Emenda Constitucional nº 79, de 27.05.2014 e art. 16 do Decreto nº 8.365 de 24.11.2014.

Os servidores e os militares que passarem a constituir quadro em extinção da União continuando a prestar serviços aos respectivos Estados e Municípios, na condição de servidores públicos federais, e que receberem remuneração em órgão ou entidade da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, choosing from the options provided:

- A pensão de aposentadoria concedida aos servidores dos ex-Territórios de Acre, Roraima e Rondônia, e dos militares dos ex-Territórios de Acre e Rondônia, que têm seu direito originário com os ex-Territórios Federais do Amapá, Roraima e de Rondônia ou seus Municípios (art. 4º e 5º do Decreto nº 8.365, 2014).
63. QUADRO EM EXTINÇÃO DA UNIÃO

Carreira Policial Civil Optantes dos Ex-Territórios Federais do Acre, do Amapá, de Rondônia e de Roraima, de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.800/2013.

Cargo: Agente Carcerário Civil dos Ex-Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.800/2013.
Cargo: Agente de Polícia Civil dos Ex-Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.800/2013.
Cargo: Auxiliar Operacional de Perito Criminal Civil dos Ex-Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.800/2013.
Cargo: Dataloscopista Policial Civil dos Ex-Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.800/2013.
Cargo: Escrivão Policial Civil dos Ex-Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.800/2013.
Cargo: Escrevente Policial Civil dos Ex-Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.800/2013.
Cargo: Guarda de Presídio Civil dos Ex-Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.800/2013.
Cargo: Investigador de Polícia Civil dos Ex-Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.800/2013.

<table>
<thead>
<tr>
<th>CATEGORIA</th>
<th>ATIVO SUBSÍDIO (em R$)</th>
<th>APOSENTADO SUBSÍDIO (em R$)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Especial</td>
<td>17.039,24</td>
<td>17.039,24</td>
</tr>
<tr>
<td>Primeira</td>
<td>13.947,33</td>
<td>13.947,33</td>
</tr>
<tr>
<td>Segunda</td>
<td>11.916,65</td>
<td>11.916,65</td>
</tr>
<tr>
<td>Terceira</td>
<td>11.439,86</td>
<td>11.439,86</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Posição: janeiro/2017

Elaborado:CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

Os servidores e os militares que passarem a constituir o quadro em extinção da União continuarão a prestar serviços aos respectivos Estados e Municípios, na condição de cedidos, e poderão ser aproveitados em órgão ou entidade da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional. Os servidores integrantes do quadro em extinção da União estarão sujeitos ao regime e jurídico instituído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. (arts. 11 e 12 do Decreto nº 8.365, 2014).

Subsídio - (Anexo VI à Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006)

Nos casos da opção para inclusão em quadro em extinção da União que tratam a Emenda Constitucional nº 60, de 11 de novembro de 2009, e a Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014: II - aplica-se aos policiais civis optantes a tabela de subsídios de que trata o Anexo VI à Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006 (art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 13.121, de 2015)

Os servidores dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia incorporados a quadro em extinção da União serão enquadrados em cargos de atribuições equivalentes ou assemelhadas, integrantes de planos de cargos e carreiras da União, no nível de progressão alcançado, assegurados os direitos, vantagens e padrões remuneratórios e a eles inerentes. (item VIII do art. 2º da Lei nº 12.800/2013 - incluído pelo art. 1º da Lei nº 13.121, de 2015).

Aplica-se aos servidores e aos militares mencionados nos incisos I, II e III art. 2º da Lei nº 12.800/2013, o disposto no parágrafo único do art. 7º da Lei nº 12.800/2013. (§ 4º do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013).

O disposto nos incisos do art. 2º da Lei nº 12.800/2013 será aplicado à partir da data de publicação do deferimento da opção de que trata o art. 86 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, caso este seja posterior à data respectiva prevista no art. 2º da Lei nº 12.800/2013. (§ 5º do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013).

Os servidores e os militares mencionados nos incisos I e IV do art. 2º da Lei nº 12.800/2013, sem prejuízo dos demais requisitos constitucionais, legais e regulamentares para ingresso no quadro em extinção de que trata o art. 85 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, somente poderão optar pelo ingresso no referido quadro se ainda mantiverem o mesmo vínculo funcional efetivo com o Estado de Rondônia existente em 15 de março de 1987, ou, no caso dos servidores municipais, se mantiverem o mesmo vínculo funcional efetivo existente em 23 de dezembro de 1981, ressalvadas, em ambos os casos, as promoções e progressões obtidas em conformidade com a Constituição Federal. (§ 3º do art. 2º da Lei nº 12.800/2013)

O ingresso no quadro em extinção de que trata o art. 85 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, sujeita o servidor, a partir de 1º de janeiro de 2014, à supressão das espécies remuneratórias percebidas em decorrência de legislação estadual ou municipal ou por decisão administrativa ou judicial, se a mesma não houver sido enquadrada em quadro em extinção da União. (§ 6º do art. 2º da Lei nº 12.800/2013)

O ingresso no quadro em extinção da União dos servidores e dos militares mencionados no § 6º do art. 2º da Lei nº 12.800/2013, a opção de que trata a Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014, será exercida na forma do regulamento. (Incluída pelo art. 15 do Decreto nº 13.585, de 2021)

( * ) A partir de 1º de julho de 2006, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicionais, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares dos cargos da Carreira de Policial Civil dos Ex-titutos territórios do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima (art. 1º da Lei nº 11.358/2006)

Estão compreendidas nas subórfãs e não são mais devidas aos integrantes da Carreira Policial Federal as seguintes parcelas remuneratórias: I - Vencimento Básico; II - Gratificação de Atividade - GAE, de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992; III - Valores da Gratificação por Operações Especiais - GOE, a que aliudam os Decretos-Legis nºs 1.174, de 21 de novembro de 1979, e 2.372, de 1º de abril de 1980; IV - Gratificação de Atividade Policial Federal; V - Gratificação de Comissão Orçamentária; VI - Gratificação de Atividade de Risco; VII - Inadimplência ou Vantagem; e VIII - Vantagem Pecuniária Individual, de que trata a Lei nº 10.698, de 2003.

Além disso, as parcelas referidas nas artigos 5º ao 6º da Lei nº 11.358/2006 Aposentadoria: arts. 8º e 9º da Emenda Constitucional nº 79, de 27.05.2014 e art. 16 do Decreto nº 8.365 de 24.11.2014 (***) Aposentadoria - Aplica-se à aposentadorias concedidas aos servidores integrantes das carreiras de que trata o art. 1º, e às pensões, o disposto da Lei nº 11.358/2006 ressalvadas as aposentadorias e pensões regulamentadas pelos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887/2004.

Legislações Correpondentes:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Lei nº 10.887 de 18/06/2004</th>
<th>Lei nº 10.887 de 08/05/2013 art. 11</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Lei nº 11.358 de 19/10/2006</td>
<td>Emenda Constitucional nº 79, de 27.05.2014</td>
</tr>
<tr>
<td>Medida Provisória nº 440 de 20.06.2007</td>
<td>Lei nº 13.121 de 08.05.2015</td>
</tr>
<tr>
<td>Emenda Constitucional nº 60, de 11.11.2009</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
64. ÍNDICE

Advogado da União - NS 42
Agente Auxiliar de Saúde Pública - Endemias - art. 54 da Lei nº 11.784/2008 - NA 212
Agente Carcerário Civil dos Ex-Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013. 606
Agente de Atividades Agropecuárias do MAPA não enquadrado no PCTAF - NI 396
Agente de Atividades Agropecuárias do PCTAF - MAPA - NI 384
Agente de Atividades Agropecuárias do PCTAF lotado e em efetivo exercício na CEPLAC/MAPA - NI 390
Agente de Combate às Endemias a que se refere o art. 3º da Lei nº 13.026/2014 - NA 214
Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal do MAPA não enquadrado no PCTAF - NI 396
Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal do PCTAF - MAPA - NI 384
Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal do PCTAF lotado e em efetivo exercício na CEPLAC/MAPA - NI 390
Agente de Inteligência - NI 28
Agente de Polícia Civil dos Ex-Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013. 606
Agente de Polícia Federal 80
Agente de Saúde - Endemias - art. 284 Lei nº 11.907/2009 - NI 210
Agente de Saúde Pública - Endemias - art. 54 da Lei nº 11.784/2008 - NA 212
Agente de Serviços de Engenharia (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005) - DNIT - NI 156
Agente de Serviços Diversos - Seguro Social - NI 536
Agente de Transporte Marítimo e Fluvial - Endemias - art. 284-A da Lei nº 12.269/2010 - NA 212
Agente em Indigenismo da FUNAI (item VI do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) - NI 230
Agente Executivo da CVM - NI 60
Agente Executivo da SUSEP do Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP - NI 84
Agente Federal de Execução Penal - NI 518
Agente Técnico de Inteligência - NI 30
Analista Administrativo - ANP - NS 34
Analista Administrativo - ANA - NS 34
Analista Administrativo - ANAC - NS 34
Analista Administrativo - ANATEL - NS 34
Analista Administrativo - ANCINE - NS 34
Analista Administrativo - ANEEL - NS 34
Analista Administrativo - ANSS - NS 34
Analista Administrativo - ANTAQ - NS 34
Analista Administrativo - ANTT - NS 34
Analista Administrativo - ANVISA - NS 34
Analista Administrativo - DNIT - NS 34
Analista Administrativo - DNPM - NS 138
Analista Administrativo - INCRA - NS 158
Analista Administrativo da PREVIC (inciso II do caput do art. 18 da Lei nº 12.154/2009) - NS 354
Analista Administrativo do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente - NS 266
Analista Ambiental do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente - NS 266
Analista da CVM - NS 58
Analista de Comércio Exterior - NS 70
Analista de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica do IEC e CENP - NS
Analista de Gestão em Saúde - FIOCRUZ - NS
Analista de Infraestrutura - NS
Analista de Infraestrutura de Transportes - DNIT - NS
Analista de Planejamento e Orçamento - NS
Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Informações Geográficas e Estatísticas - IBGE - NS
Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Propriedade Industrial - INPI - NS
Analista de Sistemas do IPEA - NS
Analista de Tecnologia Militar - NS
Analista do Banco Central do Brasil - NS
Analista do Seguro Social - NS
Analista em Ciência e Tecnologia - NS
Analista em Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica do IEC e CENP - NS
Analista em Gestão em Saúde - FIOCRUZ - NS
Analista em Infraestrutura - NS
Analista em Infraestrutura de Transportes - DNIT - NS
Analista em Planejamento e Orçamento - NS
Analista em Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Informações Geográficas e Estatísticas - IBGE - NS
Analista em Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Propriedade Industrial - INPI - NS
Analista de Sistemas do IPEA - NS
Analista de Tecnologia Militar - NS
Analista do Banco Central do Brasil - NS
Analista do Seguro Social - NS
Analista em Ciência e Tecnologia - NS
Analista em Tecnologia da Informação do PGPE (item IV do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) - NS
Analista em Tecnologia da Informação do PGPE (item IV do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) exercício na SPU/MPA - NS
Analista em Tecnologia da Informação do PGPE (item IV do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício no INMET/MAPA - NS
Analista em Tecnologia da Informação do PGPE (item IV do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício na CEPLAC/MAPA - NS
Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário - INCRA - NS
Analista Executivo em Metrologia e Qualidade - INMETRO - NS
Analista Previdenciário - NS
Analista Técnico da SUSEP - NS
Analista Técnico de Polícias Sociais - NS
Analista Técnico-Administrativo do SUFRAMA - NS
Analista Técnico-Administrativo do PGPE (item II do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) - NS
Analista Técnico-Administrativo do PGPE (item II do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) exercício na SPU/MPA - NS
Analista Técnico-Administrativo do PGPE (item II do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício no INMET/MAPA - NS
Analista Técnico-Administrativo do PGPE (item II do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício na CEPLAC/MAPA - NS
Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil - NS
Arquiteto - integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos referidos no Anexo XII da Lei 12.277/2010 - NS
Arquiteto (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005) - DNIT - NS
Artífice de Mecânica - Endemias - art. 284-A da Lei nº 12.269/2010 - NA
Assessor Especializado do IPEA - NS
Assistente de Chancelaria - NI
Assistente de Ciência e Tecnologia - NI
Assistente Executivo em Metrologia e Qualidade - INMETRO - NI
Assistente Técnico de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica - NI
Assistente Técnico de Gestão em Saúde - FIOCRUZ - NI
Assistente Técnico-Administrativo do PGPE (item III do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) - NI
Assistente Técnico-Administrativo do PGPE (item III do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) exercício na SPU/MPA - NI
Assistente Técnico-Administrativo do PGPE (item III do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício no INMET/MAPA - NI
Assistente Técnico-Administrativo do PGPE (item III do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício na CEPLAC/MAPA - NI
Auditor Federal de Finanças e Controle - NS
<table>
<thead>
<tr>
<th>Cargo</th>
<th>Remuneração</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Auditor Fiscal Federal Agropecuário - MAPA - NS</td>
<td>74</td>
</tr>
<tr>
<td>Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - NS</td>
<td>112</td>
</tr>
<tr>
<td>Auditor-Fiscal do Trabalho - NS</td>
<td>116</td>
</tr>
<tr>
<td>Auxiliar Administrativo do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente - NA</td>
<td>268</td>
</tr>
<tr>
<td>Auxiliar Administrativo do IPEA - NI</td>
<td>346</td>
</tr>
<tr>
<td>Auxiliar de Laboratório - Endemias - art. 284 Lei nº 11.907/2009 - NA</td>
<td>210</td>
</tr>
<tr>
<td>Auxiliar de Laboratório do MAPA não enquadrado no PCTAF - NA</td>
<td>400</td>
</tr>
<tr>
<td>Auxiliar de Laboratório do PCTAF - MAPA - NA</td>
<td>386</td>
</tr>
<tr>
<td>Auxiliar de Laboratório do PCTAF lotado e em efetivo exercício na CEPLAC/MAPA - NA</td>
<td>392</td>
</tr>
<tr>
<td>Auxiliar de Laboratório 8 (oito) horas - Endemias - art. 284 Lei nº 11.907/2009 - NA</td>
<td>210</td>
</tr>
<tr>
<td>Auxiliar de Manutenção e Serviços Operacionais do IPEA - NI</td>
<td>346</td>
</tr>
<tr>
<td>Auxiliar de Saneamento - Endemias - art. 284 Lei nº 11.907/2009 - NI</td>
<td>208</td>
</tr>
<tr>
<td>Auxiliar de Serviços Diversos - NA</td>
<td>536</td>
</tr>
<tr>
<td>Auxiliar de Serviços Gerais da CVM - NI</td>
<td>128</td>
</tr>
<tr>
<td>Auxiliar de Serviços Gerais do IPEA - NI</td>
<td>346</td>
</tr>
<tr>
<td>Auxiliar em Ciência e Tecnologia - NA</td>
<td>230</td>
</tr>
<tr>
<td>Auxiliar em Indígenismo da FUNAI (item VII do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) - NA</td>
<td>124</td>
</tr>
<tr>
<td>Auxiliar em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública do IEC e CENP - NA</td>
<td>324</td>
</tr>
<tr>
<td>Auxiliar Executivo em Metrologia e Qualidade - INMETRO - NA</td>
<td>374</td>
</tr>
<tr>
<td>Auxiliar Operacional de Perito Criminal Civil dos Ex-Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013.</td>
<td>606</td>
</tr>
<tr>
<td>Auxiliar Operacional em Agropecuária do PCTAF - MAPA - NA</td>
<td>388</td>
</tr>
<tr>
<td>Auxiliar Operacional em Agropecuária do PCTAF lotado e em efetivo exercício na CEPLAC/MAPA - NA</td>
<td>394</td>
</tr>
<tr>
<td>Auxiliar Técnico da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico - NA</td>
<td>124</td>
</tr>
<tr>
<td>Auxiliar Técnico do IPEA - NI</td>
<td>346</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo de Nível Auxiliar do Quadro de Pessoal Civil das Organizações Militares - NA</td>
<td>572</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo: Nível Auxiliar do PECAZ - NA</td>
<td>442</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo de Nível Intermediário do Quadro de Pessoal Civil das Organizações Militares - NI</td>
<td>570</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo: Nível Intermediário do DACTA</td>
<td>248</td>
</tr>
<tr>
<td>Nível Intermediário do PECAZ - NI</td>
<td>440</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo de Nível Superior do Quadro de Pessoal Civil das Organizações Militares - NS</td>
<td>568</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo: Nível Superior do DACTA</td>
<td>250</td>
</tr>
<tr>
<td>Nível Superior do PECAZ - NS</td>
<td>438</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo isolado Especialista em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública - FIOCRUZ - NS</td>
<td>240</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior - NS</td>
<td>294</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo isolado de Profissional efetivo de Especialista em Metrologia e Qualidade Sênior - INMETRO - NS</td>
<td>370</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo isolado de Profissional efetivo de Especialista Sênior em Propriedade Intelectual - INPI - NS</td>
<td>338</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo: isolado de Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - 20 horas</td>
<td>192</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo: isolado de Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - Dedicação Exclusiva</td>
<td>190</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo: isolado de Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - 40 horas</td>
<td>188</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo: isolado de Professor Titular-Livre do Magistério Superior - 20 horas</td>
<td>180</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Cargo: Isolado de Professor Titular-Livre do Magistério Superior - 40 horas
Cargo: Isolado de Professor Titular-Livre do Magistério Superior - Dedicação Exclusiva
Cargo: Professor do Ensino Básico dos Ex-Territórios - 20 Horas
Cargo: Professor do Ensino Básico dos Ex-Territórios - 40 Horas
Cargo: Professor do Ensino Básico dos Ex-Territórios - Dedicação Exclusiva
Cargo: Docentes do Magistério Optantes dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia, de que trata o inciso III do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013 - DE
Cargo: Docentes do Magistério Optantes dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia, de que trata o inciso III do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013 - 40 Horas
Cargo: Docentes do Magistério Optantes dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia, de que trata o inciso III do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013 - 20 Horas
Cargo: Professor do Ensino Básico Federal - 20 horas
Cargo: Professor do Ensino Básico Federal - 40 horas
Cargo: Professor do Ensino Básico Federal - Dedicação Exclusiva
Cargo: Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 11.784/2008 - 20 horas
Cargo: Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 11.784/2008 - 40 horas
Cargo: Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 11.784/2008 - Dedicação Exclusiva
Cargo: Professor do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata § 7º do art. 31 da Lei nº 12.772/2012 - 40 horas
Cargo: Professor do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata § 7º do art. 31 da Lei nº 12.772/2012 - Dedicação Exclusiva
Cargo: Professor do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata § 7º do art. 31 da Lei nº 12.772/2012 - 20 horas
Cargo: Professor do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596/1987 - 20 horas
Cargo: Professor do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596/1987 - 40 horas
Cargo: Professor do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596/1987 - Dedicação Exclusiva
Cargos de Nível Auxiliar (item IV do art. 168 da Lei nº 11.907/2009) do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigações Biomédicas em Saúde Pública - NA
Cargos de Nível Auxiliar da Área Administrativa do Quadro de Pessoal do HFA
Cargos de Nível Auxiliar da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, referenciado no art. 1º da Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002 - NA
Cargos de Nível Auxiliar da EMBRATUR - NA
Cargos de Nível Auxiliar da PREFEITO (inciso IV do caput do art. 18 da Lei nº 12.154/2009) - NA
Cargos de Nível Auxiliar do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) exercício na SPU/MP - NA
Cargos de Nível Auxiliar do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício na CEPLAC/MA - NA
Cargos de Nível Auxiliar do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício no INMET/MA - NA
Cargos de Nível Auxiliar do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) - NA
Cargos de Nível Auxiliar do Grupo Apoio da ABIN - NA
Cargos de Nível Auxiliar do PCC - NA
Cargos de Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA - NA
Cargos de Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos das Agências Reguladoras art. 30 da Lei nº 11.357/2006 (ANA - ANAC - ANCINE - ANEEL - ANSS - ANP - ANATEL - ANTAQ - ANTT) - NA
Cargos de Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos da Cultura, de que trata o art. 1º da Lei nº 11.233, de 2005 - NA
Cargos de Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos da SUFRAMÁ - NA
Cargos de Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal - NA
Cargos de Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - NA
Cargos de Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos do DNIT - NA
Cargos de Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos do INEP - PECINEP - NA
Cargos de Nível Auxiliar do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional - NA
Cargos de Nível Auxiliar do Quadro de Pessoal do INCRA (art. 2º da Lei nº 11.090/2005) - INCRA - NA
<table>
<thead>
<tr>
<th>Cargo</th>
<th>Código</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Cargos de Nível Auxiliar do Quadro de Pessoal do INSS referenciados no art. 1º da Lei no 10.355/2001</td>
<td>494</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Auxiliar em efetivo exercício no DENASUS do MS</td>
<td>136</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Intermediário da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, referenciado no art. 1º da Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002</td>
<td>526</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Intermediário (item IV do art. 168 da Lei nº 11.907/2009) do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública</td>
<td>330</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Intermediário da Área Administrativa do Quadro de Pessoal do HFA</td>
<td>260</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Intermediário da EMBRATUR</td>
<td>310</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Intermediário da PREVIC (inciso IV do caput do art. 18 da Lei nº 12.154/2009)</td>
<td>550</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA</td>
<td>408</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Fiscalização-ANAC</td>
<td>100</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEEL</td>
<td>108</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Energia Nuclear-ANEN</td>
<td>428</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Energia Nuclear-ANEN</td>
<td>448</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Energia Nuclear-ANEN</td>
<td>412</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Energia Nuclear-ANEN</td>
<td>432</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Energia Nuclear-ANEN</td>
<td>364</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Energia Nuclear-ANEN</td>
<td>288</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Energia Nuclear-ANEN</td>
<td>354</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Energia Nuclear-ANEN</td>
<td>492</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Intermediário em efetivo exercício no DENASUS do MS</td>
<td>132</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Intermediário não referidos no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005 - DNIT</td>
<td>150</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Intermediário referidos no art. 84 da Lei nº 11.355/2006 - IBGE</td>
<td>306</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Superior do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal</td>
<td>430</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Superior da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, referenciado no art. 1º da Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002</td>
<td>524</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Superior, exceto o de Médico, do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA</td>
<td>98</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Superior (item IV do art. 188 da Lei nº 11.907/2009) do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública</td>
<td>328</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Superior da área Administrativa do Quadro de Pessoal do HFA</td>
<td>258</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Superior da EMBRATUR</td>
<td>308</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Superior da PREVIC (inciso IV do caput do art. 18 da Lei nº 12.154/2009)</td>
<td>548</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Superior do Grupo Apoio da ABIN</td>
<td>90</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Superior do Grupo de Informações da ABIN (exceto Cargo Instrutor de Informações)</td>
<td>88</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Superior do PCC</td>
<td>406</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Superior do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.355/2006)</td>
<td>456</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Superior do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) exercício na SPU/MP</td>
<td>480</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Superior do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotados/exercício na CEPLAC/MAPA</td>
<td>464</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Superior do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)</td>
<td>472</td>
</tr>
<tr>
<td>-----------------------------------------------</td>
<td>-----</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Superior do Plano Especial de Cargos da Cultura de que trata o art. 1º da Lei nº 11.233, de 2005</td>
<td>414</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Superior do Plano Especial de Cargos da SUFRAMA</td>
<td>446</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Superior do Plano de Carreiras e Cargos do IPEA (item V, do art. 102 da Lei nº 11.890/2008)</td>
<td>344</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos Nível Superior, exceto Médico Agências Reguladoras, do Plano Especial de Cargos das Agências Reguladoras de que trata o art. 30 da Lei nº 11.357/2006</td>
<td>106</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Superior do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal</td>
<td>410</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Superior do Plano Especial de Cargos do INEP - PECINEP</td>
<td>362</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Superior do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional</td>
<td>286</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Superior do Quadro de Pessoal do INCRA (art. 2º da Lei nº 11.090/2005) - INCRA</td>
<td>352</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Superior do Quadro de Pessoal do INSS referenciados no art. 1º da Lei no 10.355/2001</td>
<td>490</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Superior em efetivo exercício no DENASUS do MS</td>
<td>132</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Superior integrantes do Quadro Suplementar CVM a que se refere § 5º do art. 87 da Lei nº 11.890/2008</td>
<td>128</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Superior Integrantes do Quadro Suplementar SUSEP a que se refere o § 5º do art. 52 da Lei nº 11.890/2008</td>
<td>538</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Superior não referidos no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005</td>
<td>148</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos de Nível Superior referidos no art. 84 da Lei nº 11.355/2006 - IBGE</td>
<td>304</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos isolados de provimento efetivo de Especialista em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública</td>
<td>318</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos: Nível Superior Optantes dos Ex-Territórios Federais de Acre, do Amapá, de Rondônia e de Roraima, de que trata o inciso IV do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013</td>
<td>590</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos: Nível Intermediário Optantes dos Ex-Territórios Federais de Acre, do Amapá, de Rondônia e de Roraima, de que trata o inciso IV do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013</td>
<td>592</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos: Nível Auxiliar Optantes dos Ex-Territórios Federais do Acre, do Amapá, de Rondônia e de Roraima, de que trata o inciso IV do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013</td>
<td>594</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos Nível Intermediário da Carreira do Seguro Social ( exceto Agente/Técnico de Serviços Diversos e Técnico Seguro Social )</td>
<td>504</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos Nível Auxiliar da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho</td>
<td>536</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos Nível Auxiliar da Carreira do Seguro Social ( exceto Auxiliar de Serviços Diversos )</td>
<td>222</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos do FNDE</td>
<td>512</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos Nível Auxiliar do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União</td>
<td>230</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos Nível Auxiliar do Quadro de Pessoal da FUNAI</td>
<td>282</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos Nível Auxiliar Quadros de Pessoal do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA e do Instituto Chico Mendes</td>
<td>174</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos Nível Auxiliar previstos no art. 3º da Lei nº 11.046/2004 - DNPM</td>
<td>502</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos Nível Intermediário da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho</td>
<td>274</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA</td>
<td>220</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos do FNDE</td>
<td>510</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos Nível Intermediário do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União</td>
<td>228</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos Nível Intermediário do Quadro de Pessoal da FUNAI</td>
<td>276</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA</td>
<td>280</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos Nível Intermediário Quadros de Pessoal do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA e do Instituto Chico Mendes</td>
<td>172</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos Nível Intermediário previstos no art. 3º da Lei nº 11.046/2004 - DNPM</td>
<td>244</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos Nível Intermediário referidos no art. 26 da Lei nº 11.355/2006</td>
<td>272</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos Nível Superior do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA</td>
<td>500</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos Nível Superior da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho</td>
<td>532</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos Nível Superior da Carreira do Seguro Social ( exceto Analista do Seguro Social )</td>
<td>218</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos Nível Superior da Carreira do Seguro Social ( exceto Analista do Seguro Social )</td>
<td>508</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

<table>
<thead>
<tr>
<th>Cargo</th>
<th>Remuneração</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Cargos Nível Superior do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União - NS</td>
<td>226</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos Nível Superior do Quadro de Pessoal da FUNAI - NS</td>
<td>278</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos Nível Superior Quadros de Pessoal do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA e do Instituto Chico Mendes, art. 9º da Lei n° 11.156/2005 - NS</td>
<td>170</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos Nível Superior previstos no art. 3º da Lei n° 11.046/2004 - DNPM - NS</td>
<td>172</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargos Nível Superior referidos no art. 28 da Lei n° 11.355/2006 - FIOCRUZ - NS</td>
<td>242</td>
</tr>
<tr>
<td>Cartógrafo - Endemias - art. 284-A da Lei n° 12.269/2010 - NI</td>
<td>208</td>
</tr>
<tr>
<td>Comandante de Navio - Endemias - art. 284-A da Lei n° 12.269/2010 - NI</td>
<td>208</td>
</tr>
<tr>
<td>Condutor de Lancha - Endemias - art. 284-A da Lei n° 12.269/2010 - NI</td>
<td>208</td>
</tr>
<tr>
<td>Datiloscopista Policial Civil dos Ex-Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013.</td>
<td>606</td>
</tr>
<tr>
<td>Defensor Público Federal - NS</td>
<td>44</td>
</tr>
<tr>
<td>Delegado de Polícia Civil dos Ex-Territórios Federais do Acre, Amapá, de Rondônia e de Roraima, de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013 - NS</td>
<td>604</td>
</tr>
<tr>
<td>Delegado de Polícia Federal - NS</td>
<td>76</td>
</tr>
<tr>
<td>Desenhista (referido no art. 15 da Lei n° 11.046/2004) - DNPM - NI</td>
<td>168</td>
</tr>
<tr>
<td>Diplomata - NS</td>
<td>62</td>
</tr>
<tr>
<td>Divulgador Sanitário - Endemias - art. 284 Lei n° 11.907/2009 - NI</td>
<td>208</td>
</tr>
<tr>
<td>Economista - integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos referidos no Anexo XII da Lei 12.277/2010 - NS</td>
<td>118</td>
</tr>
<tr>
<td>Economista (referido no art. 15 da Lei n° 11.046/2004) - DNPM - NS</td>
<td>166</td>
</tr>
<tr>
<td>Economista (referido no art. 3º-A da Lei n° 11.171/2005) - DNIT - NS</td>
<td>154</td>
</tr>
<tr>
<td>Educador em Saúde - Endemias - art. 284 Lei n° 11.907/2009 - NS</td>
<td>206</td>
</tr>
<tr>
<td>Engenheiro - integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos referidos no Anexo XII da Lei 12.277/2010 - NS</td>
<td>118</td>
</tr>
<tr>
<td>Engenheiro (referido no art. 15 da Lei n° 11.046/2004) - DNPM - NS</td>
<td>166</td>
</tr>
<tr>
<td>Engenheiro (referido no art. 3º-A da Lei n° 11.171/2005) - DNIT - NS</td>
<td>154</td>
</tr>
<tr>
<td>Engenheiro Agrônomo (referido no art. 3º-A da Lei n° 11.171/2005) - DNIT - NS</td>
<td>154</td>
</tr>
<tr>
<td>Engenheiro Agrônomo do INCRA (Exceto Cargos Específicos Lei nº 12.277/2010) - NS</td>
<td>348</td>
</tr>
<tr>
<td>Engenheiro Agrônomo do PCC (Exceto do INCRA e Cargos Específicos Lei nº 12.277/2010) - NS</td>
<td>404</td>
</tr>
<tr>
<td>Engenheiro Agrônomo do PGPE - servidores do PGPE em exercício na SPU/MP (Exceto do INCRA e Cargos Específicos Lei nº 12.277/2010) - NS</td>
<td>478</td>
</tr>
<tr>
<td>Engenheiro Agrônomo do PGPE - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício na CEP/LAC/MAPA (Exceto do INCRA e Cargos Específicos Lei nº 12.277/2010) - NS</td>
<td>462</td>
</tr>
<tr>
<td>Engenheiro Agrônomo do PGPE - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício no INMET/MAPA (Exceto do INCRA e Cargos Específicos Lei nº 12.277/2010) - NS</td>
<td>470</td>
</tr>
<tr>
<td>Engenheiro de Operações (referido no art. 3º-A da Lei n° 11.171/2005) - DNIT - NS</td>
<td>154</td>
</tr>
<tr>
<td>Engenheiro de Tecnologia Militar - NS</td>
<td>568</td>
</tr>
<tr>
<td>Escrevente Policial Civil dos Ex-Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013.</td>
<td>606</td>
</tr>
<tr>
<td>Escrivão de Polícia Civil dos Ex-Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013.</td>
<td>606</td>
</tr>
<tr>
<td>Escrivão de Polícia Federal</td>
<td>78</td>
</tr>
<tr>
<td>Especialista em Previdência Complementar da PREVIC (inciso I do caput do art. 18 da Lei nº 12.154/2009) - NS</td>
<td>542</td>
</tr>
<tr>
<td>Especialista Federal em Assistência à Execução Penal - NS</td>
<td>514</td>
</tr>
<tr>
<td>Especialista em Atividades Hospitalares da Área de Saúde do HFA - NS</td>
<td>252</td>
</tr>
<tr>
<td>Especialista em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais - FNDE - NS</td>
<td>214</td>
</tr>
<tr>
<td>Especialista em Geologia e Geofísica do Petróleo, Álcool Combustível e Gás Natural - ANP - NS</td>
<td>36</td>
</tr>
<tr>
<td>Especialista em Geoprocessamento - ANA - NS</td>
<td>32</td>
</tr>
<tr>
<td>Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - NS</td>
<td>68</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo</td>
<td>Código</td>
</tr>
<tr>
<td>----------------------------------------------------------------------</td>
<td>--------</td>
</tr>
<tr>
<td>Especialista em Recursos Hídricos - ANA - NS</td>
<td>615</td>
</tr>
<tr>
<td>Especialista em Recursos Minerais - DNPM - NS</td>
<td>160</td>
</tr>
<tr>
<td>Especialista em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual - ANCINE - NS</td>
<td>36</td>
</tr>
<tr>
<td>Especialista em Regulação de Aviação Civil - ANAC - NS</td>
<td>36</td>
</tr>
<tr>
<td>Especialista em Regulação de Petróleo e Derivados e Gás Natural - ANP - NS</td>
<td>36</td>
</tr>
<tr>
<td>Especialista em Regulação de Saúde Suplementar - ANSS - NS</td>
<td>36</td>
</tr>
<tr>
<td>Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários - ANTAQ - NS</td>
<td>36</td>
</tr>
<tr>
<td>Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres - ANTT - NS</td>
<td>36</td>
</tr>
<tr>
<td>Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Energia - ANEEL - NS</td>
<td>36</td>
</tr>
<tr>
<td>Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações - ANATEL - NS</td>
<td>36</td>
</tr>
<tr>
<td>Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária - ANVISA - NS</td>
<td>36</td>
</tr>
<tr>
<td>Estatístico - integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos referidos no Anexo XII da Lei 12.277/2010 - NS</td>
<td>118</td>
</tr>
<tr>
<td>Estatístico (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005) - DNIT - NS</td>
<td>154</td>
</tr>
<tr>
<td>Farmacêutico do PGPE - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício na CEPLAC/MAPA - NS</td>
<td>462</td>
</tr>
<tr>
<td>Farmacêutico do PGPE - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício no INMET/MAPA - NS</td>
<td>470</td>
</tr>
<tr>
<td>Farmacêutico do PCC - Nível Superior - NS</td>
<td>404</td>
</tr>
<tr>
<td>Farmacêutico do PGPE - servidores do PGPE em exercício na SPU/MP - NS</td>
<td>478</td>
</tr>
<tr>
<td>Farmacêutico do PGPE - NS</td>
<td>454</td>
</tr>
<tr>
<td>Geógrafo (referido no art. 15 da Lei nº 11.046/2004) - DNPM - NS</td>
<td>166</td>
</tr>
<tr>
<td>Geólogo - integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos referidos no Anexo XII da Lei 12.277/2010 - NS</td>
<td>118</td>
</tr>
<tr>
<td>Geólogo (referido no art. 15 da Lei nº 11.046/2004) - DNPM - NS</td>
<td>166</td>
</tr>
<tr>
<td>Geólogo (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005) - DNIT - NS</td>
<td>154</td>
</tr>
<tr>
<td>Gestor Administrativo do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente - NS</td>
<td>264</td>
</tr>
<tr>
<td>Gestor Ambiental do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente - NS</td>
<td>264</td>
</tr>
<tr>
<td>Guarda de Endemias - Endemias - art. 54 da Lei nº 11.784/2008 - NI</td>
<td>208</td>
</tr>
<tr>
<td>Guarda de Presidio Civil dos Ex-Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013.</td>
<td>606</td>
</tr>
<tr>
<td>Índice</td>
<td>608</td>
</tr>
<tr>
<td>Indigenista Especializado da FUNAI (item V do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) - NS</td>
<td>226</td>
</tr>
<tr>
<td>Inspetor da CVM - NS</td>
<td>58</td>
</tr>
<tr>
<td>Inspetor de Saneamento - Endemias - art. 284 Lei nº 11.907/2009 - NI</td>
<td>208</td>
</tr>
<tr>
<td>Instrutor de Informações do Grupo informações - ABIN - NS</td>
<td>86</td>
</tr>
<tr>
<td>Investigador de Policia Civil dos Ex-Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013.</td>
<td>606</td>
</tr>
<tr>
<td>Juiz do Tribunal Maritimo - NS</td>
<td>574</td>
</tr>
<tr>
<td>Juiz-Presidente - NS</td>
<td>574</td>
</tr>
<tr>
<td>Laboratorista - Endemias - art. 284 Lei nº 11.907/2009 - NI</td>
<td>208</td>
</tr>
<tr>
<td>Laboratorista Jornada 8 (oito) horas - Endemias - art. 284 Lei nº 11.907/2009 - NI</td>
<td>208</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA - 40h - NS</td>
<td>96</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA - 20h - NS</td>
<td>96</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Cirurgião da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 11.355, de 2006 - 20 h - NS</td>
<td>496</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Cirurgião da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 11.355, de 2006 - 40 h - NS</td>
<td>496</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico da Área Médica do HFA - 20 h - NS</td>
<td>256</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo</td>
<td>Horas</td>
</tr>
<tr>
<td>----------------------------------------------------------------------</td>
<td>--------</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico da Área Médica do HFA</td>
<td>40 h</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho</td>
<td>20 h</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho</td>
<td>40 h</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho</td>
<td>20 h</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho</td>
<td>40 h</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico da Carreira do Seguro Social</td>
<td>20 h</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico da Carreira do Seguro Social</td>
<td>40 h</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico da Carreira do Plano Especial de Cargos da Agência Reguladora</td>
<td>20 h</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico da Carreira do Plano Especial de Cargos da Agência Reguladora</td>
<td>40 h</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico da Carreira da Saúde Pública</td>
<td>20 h</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico da Carreira da Saúde Pública</td>
<td>40 h</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico da Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário</td>
<td>20 h</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico da Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário</td>
<td>40 h</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Plano Especial de Cargos da SUFRAMA</td>
<td>20 h</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Plano Especial de Cargos da SUFRAMA</td>
<td>40 h</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Plano Especial de Cargos de que trata a Lei nº 11.907/2010</td>
<td>20 h</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Plano Especial de Cargos de que trata a Lei nº 11.907/2010</td>
<td>40 h</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal</td>
<td>20 h</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal</td>
<td>40 h</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodovária</td>
<td>20 h</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodovária</td>
<td>40 h</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Plano Especial de Cargos do DNIT</td>
<td>20 h</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
<table>
<thead>
<tr>
<th>Cargo</th>
<th>Horas</th>
<th>Valor (NS)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Médico do Plano Especial de Cargos do DNIT, de que trata o art. 3º da Lei n° 11.171/2005</td>
<td>40 h</td>
<td>146</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União de que trata a Lei nº 10.480, de 2002</td>
<td>20 h</td>
<td>494</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União de que trata a Lei nº 10.480, de 2002</td>
<td>40 h</td>
<td>494</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Quadro de Pessoal da FUNAI de que trata a Lei nº 11.907/2009</td>
<td>20 h</td>
<td>224</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Quadro de Pessoal da FUNAI de que trata a Lei nº 11.907/2009</td>
<td>40 h</td>
<td>224</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional, de que trata a Lei nº 11.907, de 2009</td>
<td>20 h</td>
<td>284</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional, de que trata a Lei nº 11.907, de 2009</td>
<td>40 h</td>
<td>284</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico integrante do Quadro de Pessoal do INSS, referenciados no art. 1º da Lei no 10.355, de 2001</td>
<td>20 h</td>
<td>476</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico integrante do Quadro de Pessoal do INSS, referenciados no art. 1º da Lei no 10.355, de 2001</td>
<td>40 h</td>
<td>476</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Trabalho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 11.355, de 2006</td>
<td>20 h</td>
<td>484</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Trabalho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 11.355, de 2006</td>
<td>40 h</td>
<td>484</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Trabalho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002</td>
<td>20 h</td>
<td>508</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Trabalho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002</td>
<td>40 h</td>
<td>508</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Trabalho do Plano de Classificação de Cargos-PCC, de que trata a Lei n° 5.645, de 1970</td>
<td>20 h</td>
<td>402</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Trabalho do Plano de Classificação de Cargos-PCC, de que trata a Lei n° 5.645, de 1970</td>
<td>40 h</td>
<td>402</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Trabalho do PGPE de que trata a Lei nº 11.357/2006</td>
<td>40 h</td>
<td>440</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico do Trabalho do PGPE de que trata a Lei nº 11.357/2006</td>
<td>20 h</td>
<td>440</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Marítimo do PGPE de que trata a Lei nº 11.357/2006</td>
<td>40 h</td>
<td>440</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Marítimo do PGPE de que trata a Lei nº 11.357/2006</td>
<td>20 h</td>
<td>440</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Veterinário da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 11.355, de 2006</td>
<td>20 h</td>
<td>484</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Veterinário da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 11.355, de 2006</td>
<td>40 h</td>
<td>484</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Veterinário da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002</td>
<td>20 h</td>
<td>508</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Veterinário da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002</td>
<td>40 h</td>
<td>508</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Veterinário do Plano de Classificação de Cargos-PCC, de que trata a Lei n° 5.645, de 1970</td>
<td>20 h</td>
<td>402</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Veterinário do Plano de Classificação de Cargos-PCC, de que trata a Lei n° 5.645, de 1970</td>
<td>40 h</td>
<td>402</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Veterinário do Plano de Classificação de Cargos-PCC, de que trata a Lei n° 11.357/2006</td>
<td>20 h</td>
<td>440</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Veterinário do Plano de Classificação de Cargos-PCC, de que trata a Lei n° 11.357/2006</td>
<td>40 h</td>
<td>440</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Veterinário do Plano de Carreiras e Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário</td>
<td>20 h</td>
<td>350</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Veterinário do Plano de Carreiras e Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário</td>
<td>40 h</td>
<td>350</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Veterinário do Plano de Carreiras e Cargos de Educação - PCCTAE, de que trata a Lei n° 11.091/2005</td>
<td>20 h</td>
<td>542</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Veterinário do Plano de Carreiras e Cargos de Educação - PCCTAE, de que trata a Lei n° 11.091/2005</td>
<td>40 h</td>
<td>542</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Veterinário do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação</td>
<td>20 h</td>
<td>238</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Veterinário do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação</td>
<td>40 h</td>
<td>238</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Veterinário do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação</td>
<td>20 h</td>
<td>326</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Veterinário do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação</td>
<td>40 h</td>
<td>326</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Veterinário do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA: PECMA</td>
<td>20 h</td>
<td>270</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Veterinário do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA: PECMA</td>
<td>40 h</td>
<td>270</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Veterinário do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal</td>
<td>20 h</td>
<td>408</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Veterinário do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal</td>
<td>40 h</td>
<td>408</td>
</tr>
<tr>
<td>Cargo</td>
<td>Horas Semanais</td>
<td>Código Remuneração</td>
</tr>
<tr>
<td>---------------------------------------------------------------------</td>
<td>----------------</td>
<td>--------------------</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Veterinário do Quadro de Pessoal da FUNAI de que trata a Lei nº 11.907/2009 - 20 h</td>
<td>NS</td>
<td>224</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico Veterinário do Quadro de Pessoal da FUNAI de que trata a Lei nº 11.907/2009 - 40 h</td>
<td>NS</td>
<td>224</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico-Área do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091/2005 - 40 h</td>
<td>NS</td>
<td>544</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico-Área do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091/2005 - 20 h</td>
<td>NS</td>
<td>542</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico-Logista Civil dos Ex-Territórios Federais do Acre, do Amapá, de Rondônia e de Roraima, de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013</td>
<td>NS</td>
<td>604</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico-Profissional Técnico Superior de que trata a Lei nº 11.233/2005 - 20 h</td>
<td>NS</td>
<td>412</td>
</tr>
<tr>
<td>Médico-Profissional Técnico Superior de que trata a Lei nº 11.233/2005 - 40 h</td>
<td>NS</td>
<td>412</td>
</tr>
<tr>
<td>Mestre de Lancha - Endemias - art. 284-A da Lei nº 12.269/2010</td>
<td>NS</td>
<td>208</td>
</tr>
<tr>
<td>Microscopista - Endemias - art. 284 Lei nº 11.907/2009</td>
<td>NS</td>
<td>208</td>
</tr>
<tr>
<td>Monitor de Informações do Grupo Informações da ABIN - NI</td>
<td>NS</td>
<td>88</td>
</tr>
<tr>
<td>Motorista de IPEA - NI</td>
<td>NS</td>
<td>346</td>
</tr>
<tr>
<td>Oficial de Chancelaria - NS</td>
<td>NS</td>
<td>66</td>
</tr>
<tr>
<td>Oficial de Inteligência - NS</td>
<td>NS</td>
<td>24</td>
</tr>
<tr>
<td>Oficial Técnico de Inteligência - NS</td>
<td>NS</td>
<td>26</td>
</tr>
<tr>
<td>Orientador em Saúde - Endemias - art. 284 Lei nº 11.907/2009 - NA</td>
<td>NS</td>
<td>210</td>
</tr>
<tr>
<td>Papiloscopista Policial Federal</td>
<td>NS</td>
<td>78</td>
</tr>
<tr>
<td>Perito Criminal Civil dos Ex-Territórios Federais do Acre, do Amapá, de Rondônia e de Roraima, de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013</td>
<td>NS</td>
<td>604</td>
</tr>
<tr>
<td>Perito Criminal Federal - NS</td>
<td>NS</td>
<td>76</td>
</tr>
<tr>
<td>Perito Médico Previdenciário - INSS - 20 h</td>
<td>NS</td>
<td>376</td>
</tr>
<tr>
<td>Perito Médico Previdenciário - INSS - 30 h</td>
<td>NS</td>
<td>378</td>
</tr>
<tr>
<td>Perito Médico Previdenciário - INSS - 40 h</td>
<td>NS</td>
<td>376</td>
</tr>
<tr>
<td>Pesquisador da Carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia - NS</td>
<td>NS</td>
<td>120</td>
</tr>
<tr>
<td>Pesquisador em Ciências Exatas e da Natureza (referido no art. 15 da Lei nº 11.046/2004) - DNPMP - NS</td>
<td>NS</td>
<td>168</td>
</tr>
<tr>
<td>Pesquisador em Informações Geográficas e Estatísticas - IBGE - NS</td>
<td>NS</td>
<td>296</td>
</tr>
<tr>
<td>Pesquisador em Propriedade Industrial - INPI - NS</td>
<td>NS</td>
<td>334</td>
</tr>
<tr>
<td>Pesquisador em Saúde Pública - FIOCRUZ - NS</td>
<td>NS</td>
<td>232</td>
</tr>
<tr>
<td>Pesquisador em Saúde Pública - NS</td>
<td>NS</td>
<td>314</td>
</tr>
<tr>
<td>Pesquisador-Tecnologista em Informações e Avaliações Educacionais - INEP - NS</td>
<td>NS</td>
<td>358</td>
</tr>
<tr>
<td>Pesquisador-Tecnologista em Metrologia e Qualidade - INMETRO - NS</td>
<td>NS</td>
<td>368</td>
</tr>
<tr>
<td>Policia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar Optantes dos Extintos Territórios Federais do Amapá, de Rondônia e de Roraima e do antigo Distrito Federal, de que trata inciso I do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013.</td>
<td>NS</td>
<td>602</td>
</tr>
<tr>
<td>Policial Rodoviário Federal - NS</td>
<td>NS</td>
<td>82</td>
</tr>
<tr>
<td>Procurador da Fazenda Nacional - NS</td>
<td>NS</td>
<td>46</td>
</tr>
<tr>
<td>Procurador do Banco Central do Brasil - NS</td>
<td>NS</td>
<td>54</td>
</tr>
<tr>
<td>Procurador Federal - NS</td>
<td>NS</td>
<td>48</td>
</tr>
<tr>
<td>Quadros Suplementares da Advocacia-Geral da União - NS</td>
<td>NS</td>
<td>50</td>
</tr>
<tr>
<td>Químico (referido no art. 15 da Lei nº 11.046/2004) - DNPMP - NS</td>
<td>NS</td>
<td>166</td>
</tr>
<tr>
<td>Químico do PCC - Nível Superior - NS</td>
<td>NS</td>
<td>404</td>
</tr>
<tr>
<td>Químico do PGPE - NS</td>
<td>NS</td>
<td>442</td>
</tr>
<tr>
<td>Químico do PGPE - servidores do PGPE em exercício na SPU/MP - NS</td>
<td>NS</td>
<td>466</td>
</tr>
<tr>
<td>Químico do PGPE - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício na CEPLAC - NS</td>
<td>NS</td>
<td>450</td>
</tr>
<tr>
<td>Químico do PGPE - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício no INMET/MAPA - NS</td>
<td>NS</td>
<td>458</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73

---

Elaborado: CGSUP/DESIS/SGP/MP - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios Nº 73
<table>
<thead>
<tr>
<th>Cargo</th>
<th>Carreira</th>
<th>Cargos em Comissão e Gratificações</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Sanitarista - Grupo-Saúde Pública da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho</td>
<td>NS</td>
<td>10.483, de 3 de julho de 2002 - NS</td>
</tr>
<tr>
<td>Sanitarista (Grupo-Saúde Pública) da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho</td>
<td>NS</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Secretária do IPEA</td>
<td>NI</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Supervisor Médico-Pericial</td>
<td>INSS - 20 h - NS</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Supervisor Médico-Pericial</td>
<td>INSS - 30 h - NS</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Supervisor Médico-Pericial</td>
<td>INSS - 40 h - NS</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico Administrativo</td>
<td>ANA - NI</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico Administrativo</td>
<td>ANAC - NI</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico Administrativo</td>
<td>ANATEL - NI</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico Administrativo</td>
<td>ANCINE - NI</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico Administrativo</td>
<td>ANEEL - NI</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico Administrativo</td>
<td>ANP - NI</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico Administrativo</td>
<td>ANSS - NI</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico Administrativo</td>
<td>ANTAQ - NI</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico Administrativo</td>
<td>ANTIT - NI</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico Administrativo</td>
<td>ANVISA - NI</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico Administrativo</td>
<td>DNIT - NI</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico Administrativo</td>
<td>DNPM - NI</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico Administrativo</td>
<td>INCRA - NI</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico Administrativo da PREVIC (inciso III do caput do art. 18 da Lei nº 12.154/2009 )</td>
<td>NI</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico Administrativo do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente</td>
<td>NI</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico Ambiental do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente</td>
<td>NI</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico</td>
<td>NI</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico Federal de Apoio à Execução Pena</td>
<td>NI</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico de Estradas (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005 DNIT)</td>
<td>NI</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico de Laboratório: Endermias - art. 284 Lei nº 11.907/2009 - NI</td>
<td>NI</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico de Laboratório do MAPA não enquadrado no PCTAF - 208</td>
<td>NI</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico de Laboratório do PCTAF - MAPA - 384</td>
<td>NI</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico de Planejamento e Planejamento e Pesquisa do IPEA - 70</td>
<td>NI</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico de Planejamento e Pesquisa integrante do Quadro Suplementar do Plano de Carreira e Cargos do IPEA (§ 5º do art. 120 da Lei nº 11.890, de 2008)</td>
<td>NI</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500 - 250</td>
<td>NI</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico de Recursos Minerais (referido no art. 15 da Lei nº 11.046/2004)</td>
<td>DNPMP - 168</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico de Serviços Diversos</td>
<td>NI</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico de Suporte em Infraestrutura de Transportes - DNIT - NI</td>
<td>168</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico de Tecnologia Militar</td>
<td>NI</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico do Banco Central do Brasil - 144</td>
<td>56</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico do Seguro Social</td>
<td>52.2</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico em Atividades de Mineração</td>
<td>DNPMP - 522</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
Técnico em Atividades Médico-Hospitalares da Área de Saúde do HFA - NI
Técnico em Cartografia (referido no art. 15 da Lei nº 11.046/2004) - DNPM - NI
Técnico em desenvolvimento e Administração do IPEA - NS
Técnico em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais - FNDE - NI
Técnico em Informações Educacionais - INEP - NI
Técnico em Informações Geográficas e Estatísticas - IBGE - NI
Técnico em Medicina Legal Civil dos Ex-Territórios Federais do Acre, do Amapá, de Rondônia e de Roraima, de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013 - NS
Técnico em Metrologia e Qualidade - INMETRO - NI
Técnico em Pesquisa e Investigação Biomédica - NI
Técnico em Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Informações Geográficas e Estatísticas - IBGE - NI
Técnico em Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Propriedade Industrial - INPI - NI
Técnico em Polícia Criminal Civil dos Ex-Territórios Federais do Acre, do Amapá, de Rondônia e de Roraima, de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.800, de 2013 - NS
Técnico em Propriedade Industrial - INPI - NI
Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário - INCRA - NI
Técnico em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual - ANCINE - NI
Técnico em Regulação de Aviação Civil - ANAC - NI
Técnico em Regulação de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural - ANP - NI
Técnico em Regulação de Saúde Suplementar - ANSS - NI
Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários - ANTAQ - NI
Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres - ANTT - NI
Técnico em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações - ANATEL - NI
Técnico em Regulação e Vigilância Sanitária - ANVISA - NI
Técnico em Saúde Pública - FIOCRUZ - NI
Técnico Especializado do IPEA - NS
Técnico Previdenciário - NI
Técnico Federal de Finanças e Controle - NM
Técnico-Administrativos - Nível Classificação: A - PCCTAE
Técnico-Administrativos - Nível Classificação: B - PCCTAE
Técnico-Administrativos - Nível Classificação: C - PCCTAE
Técnico-Administrativos - Nível Classificação: D - PCCTAE
Técnico-Administrativos - Nível Classificação: E - PCCTAE
<table>
<thead>
<tr>
<th>Cargo</th>
<th>Nível Classe</th>
<th>Código</th>
<th>Classificação</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Técnico-Marítimos</td>
<td>A</td>
<td>PCCTAE</td>
<td>546</td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico-Marítimos</td>
<td>B</td>
<td>PCCTAE</td>
<td>548</td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico-Marítimos</td>
<td>C</td>
<td>PCCTAE</td>
<td>550</td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico-Marítimos</td>
<td>D</td>
<td>PCCTAE</td>
<td>552</td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico-Marítimos</td>
<td>E</td>
<td>PCCTAE</td>
<td>554</td>
</tr>
<tr>
<td>Tecnologista (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005)</td>
<td>DNTI - NI</td>
<td></td>
<td>156</td>
</tr>
<tr>
<td>Tecnologista da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico</td>
<td>NS</td>
<td></td>
<td>122</td>
</tr>
<tr>
<td>Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas</td>
<td>IBGE - NS</td>
<td></td>
<td>298</td>
</tr>
<tr>
<td>Tecnologista em Pesquisa e Investigação Biomédica</td>
<td>NS</td>
<td></td>
<td>316</td>
</tr>
<tr>
<td>Tecnologista em Propriedade Industrial</td>
<td>INPI - NS</td>
<td></td>
<td>336</td>
</tr>
<tr>
<td>Tecnologista em Saúde Pública</td>
<td>FIOCRUZ - NS</td>
<td></td>
<td>234</td>
</tr>
<tr>
<td>Visitador Sanitário</td>
<td>Endemias</td>
<td></td>
<td>208</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Visitar Sanitário - - Endemias - art. 284 Lei nº 11.907/2009 - NI
A Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios é uma publicação da Coordenação-Geral de Suporte de TI do Departamento de Gestão dos Sistemas de Pessoal da Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.